

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

MINISTRO(JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES)

RELATÓRIO APRESENTADO AO DR. GETÚLIO VARGAS, PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL PELO MINISTRO DE  
ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

ANO: 1936 - 1º VOLUME E 2º VOLUME

1º VOLUME

INTRODUÇÃO, EXPOSIÇÃO E ANEXOS A,B.

PROC. DO ORIGINAL: BN(SPR)

INTRODUÇÃO: PÁG. XIII-XX

EXPOSIÇÃO: PÁG. 01-195

ANEXO A : PÁG. 01-44

ANEXO B : PÁG. 01-131

2º VOLUME

ANEXO C : PÁG. 01-496

PROC. DO ORIGINAL: BN(SPR)

RELATORIO

DO

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

---

1936

---

INTRODUÇÃO, EXPOSIÇÃO, ANNEXOS A e B



# RELATORIO

APRESENTADO

AO

## DR. GETULIO VARGAS

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

## Dr. José Carlos de Macedo Soares

MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANNO DE 1936

---

1º VOLUME

Introdução, Exposição, Anexos A e B



RIO DE JANEIRO  
IMPrensa NACIONAL  
1938

# QUADRO DAS MATERIAS

## 1º VOLUME

Introdução.....

## EXPOSIÇÃO

	Pags.
<b>1 — Serviços Politicos e Diplomaticos.....</b>	<b>3</b>
a) Conferencia do Chaco.....	3
b) Conferencia Internacional da Consolidação da Paz.....	9
c) Vinculação material com a Bolivia e o Paraguay.....	15
d) Reconhecimento de novos Governos.....	16
e) Rompimento de relações entre o Uruguay e a Russia.....	17
f) Revolução na Espanha.....	19
g) Tratados de extradição.....	21
h) Assistencia judiciaria.....	23
i) Validade de casamentos celebrados no Brasil perante autoridades diplomaticas ou consulares.....	23
j) Nacionalidade.....	25
k) Conferencia Sul-Americana de policia.....	28
l) Projecto de convenção entre o Brasil e Portugal sobre o exercicio de profissões liberaes.....	29
m) Solução pacifica dos conflictos internacionaes.....	29
n) Commissão de conciliação entre o Brasil e a Polonia.....	30
o) Codificação Americana do Direito Internacional.....	31
p) Reclamação de certas firmas de Manchester.....	32
q) Renovação de contractos de instructores militares e navaes.....	33
r) Programma da conferencia interamericana de Consolidação da paz..	33
I — Organização da paz.....	33
II — Neutralidade.....	34
III — Limitação de armamentos.....	34
IV — Problemas juridicos.....	35
V — Problemas economicos.....	35
VI — Cooperação intellectual.....	36

	Pags.
<b>2 — Archivo.....</b>	<b>36</b>
a) Sala dos maços.....	36
b) Archivo de originaes.....	37
c) Centro de distribuição.....	38
d) Classificação.....	38
e) Revisão.....	39
f) Archivos do 2º. andar e da casa forte.....	39
g) Quadro estatístico.....	41
h) Memorandum e ordens de serviço.....	41
i) Uniformização da nomenclatura da natureza da correspondencia official.....	42
j) Memorandum para os senhores chefes de serviço.....	44
k) Memorandum para os senhores chefes de serviço.....	44
l) Secretaria Geral.....	45
m) Secretaria de Estado das Relações Exteriores.....	46
n) Archivo.....	48
o) Distribuição do pessoal do archivo.....	52
p) Distribuição das malas.....	54
q) Memorandum apresentado pelo Chefe do Archivo.....	55
r) As missões diplomaticas e consulados de carreira.....	57
I — Uniformização da nomenclatura da natureza da correspondencia official.....	57
II — Uniformiza a nomenclatura da da natureza da correspondencia official.....	57
s) As missões diplomaticas e consulados de carreira.....	59
I — Instrucções sobre a natureza da correspondencia official.....	59
II — Instrucções que acompanham a O. P. S. nº. 7 para a correspondencia especial do Ministerio das Relações Exteriores.....	60
III — Uniformização da nomenclatura da natureza da correspondencia official.....	63
IV — Instrucções que acompanham a O. P. S. nº. 15 para a correspondencia especial do Ministerio das Relações Exteriores..	63
t) As missões diplomaticas e consulados de carreira.....	66
I — Suppressão indice annual de officios.....	66
<b>3 — Bibliotheca.....</b>	<b>66</b>
a) Quadro estatístico do movimento de consulta no anno de 1935.....	69
b) Quadro dos livros existentes na bibliotheca.....	70
c) Estatística da correspondencia expedida pela bibliotheca do Itamaraty...	70
<b>4 — Mappotheca.....</b>	<b>72</b>
<b>5 — Relatorio do Protocollo.....</b>	<b>74</b>
a) Congresso e conferencias.....	74
b) Expedições scientificas.....	75

— VII —

	Paga.
c) Vôos de aviadores estrangeiros em território nacional.....	77
d) Movimento no corpo diplomatico estrangeiro.....	80
e) Credenciaes.....	82
f) Lista diplomatica.....	82
g) Visita de missões especiaes e hospedes illustres no Brasil.....	82
h) Visitas de vasos de guerra estrangeiros.....	93
i) Mensagens.....	94
j) Cartas de gabinete.....	95
k) Cartas credenciaes e revocatorias.....	97
l) Cartas de plenos poderes.....	98
m) Ordem nacional do Cruzeiro do Sul.....	99
n) Movimento Geral do Protocollo.....	99
I — Correspondencia expedida durante 1936.....	100
II — Movimento dos actos internacionaes firmados pelo Brasil em 1936.....	102
1 — Actos firmados.....	102
2 — Actos ratificados.....	105
3 — Actos promulgados.....	107
4 — Actos denunciados.....	108
5 — Exposições de motivos.....	111
6 — Actos internacionaes que se acham em estudo.....	112
7 — Adhesões de paizes estrangeiros.....	114
8 — Ratificações de paizes estrangeiros.....	118
9 — Resoluções de Governos estrangeiros.....	125
10 — Accessão de Governos estrangeiros.....	126
11 — Aplicação da convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupezeficientes e protocollo de assignatura.....	127
12 — Denuncias de Governos Estrangeiros.....	128
6 — Serviços Consulares.....	129
a) Inspeção consular na fronteira.....	131
b) Correspondencia.....	132
c) Reconhecimento de firmas.....	132
d) Titulos expedidos.....	132
e) Circulares e ordens de serviço expedidas.....	132
7 — Limites.....	133
8 — Serviço de Communicações.....	136
9 — Trafico do Opio.....	137
10 — Comissão Brasileira Revisora dos Textos de ensino de Historia e Geographia.....	139
11 — Comissão de Inquerito sobre alimentação.....	140
12 — Serviço de Cooperação Intellectual.....	141
a) A visita de Georges Duhamel ao Brasil.....	143

— VIII —

	Pags.
b) Conferencia internacional de altos estudos.....	144
c) Sub-commissões de cooperação intellectual.....	144
d) Organização e funcionamento aos archivos.....	145
e) Homenagem á memoria de Santos Dumont.....	145
f) Congresso de educação musical.....	145
g) Missão cultural a Montevideo.....	145
h) Organização de ficharios.....	146
i) O Brasil e o Instituto Internacional de Cooperação Intellectual.....	146

## ANNEXO A

### DOCUMENTOS DIVERSOS

<b>Mensagem</b> — Apresentada pelo Senhor Presidente da Republica ao Congresso Nacional, em 3 de Maio de 1937.....	3
<b>1 — Liga das Nações</b> — Repartição Internacional do Trabalho. Corte Permanente de Justiça Internacional. Corte Permanente de Arbitragem. Repartições Internacionais.....	11
<b>2 — Resposta ao Senhor Presidente da Republica ao convite para a conferencia de consolidação da paz</b> .....	23
<b>3 — Observações do Governo Brasileiro</b> — sobre o ante-projecto de programma da Conferencia Interamericana de Consolidação da Paz.....	24
<b>4 — Regimento da Conferencia Interamericana de Consolidação da Paz</b> .....	25
<b>5 — Guerra Civil na Espanha</b> .....	36
<b>6 — Circular ás missões diplomaticas e consuados estrangeiros</b> — sobre validade de casamentos celebrados no Brasil.....	33
<b>7 — Nota do Governo Brasileiro á Embaixada Britannica</b> — relativamente á validade de casamentos celebrados no Brasil.....	35
<b>8 — Dupla nacionalidade</b> .....	41
<b>9 — Nota do Governo Brasileiro a Embaixada Britannica</b> .....	43

## ANNEXO B

### QUADRO DO PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1936

<b>1 — Quadro da distribuição do pessoal da Secretaria de Estado</b> .....	3
<b>2 — Quadro dos funcionarios contractados</b> .....	13
<b>3 — Quadro dos addidos commerciaes</b> .....	23

— IX —

	Pags.
4 — Quadro dos Agentes Diplomaticos e Consulares em disponibilidade.....	25
5 — Quadro das Missões Diplomaticas Brasileiras.....	23
6 — Quadro do Corpo Diplomatico acreditado no Rio de Janeiro.....	37
7 — Quadro do Corpo Consular Brasileiro.....	41
8 — Quadro do Corpo Consular Estrangeiro.....	67

# INTRODUÇÃO

*Senhor Presidente*

Deixei a pasta das Relações Exteriores, quando findava o anno de 1936, depois de encerrada a memoravel Conferencia Interamericana de Consolidação da Paz em Buenos Aires.

Esse magno Congresso, inaugurado com a presença do Presidente Franklin Roosevelt, foi o acontecimento culminante da politica internacional do Continente. Com os seus trabalhos, levados a feliz termo, encerrou-se, sob os mais bellos auspícios, o anno em questão.

Colligi logo os elementos para o relatorio de actividade da pasta nesse periodo, vencido do principio ao fim, de modo a apresental-o a Vossa Excellencia dentro do prazo que determina o preceito constitucional, e espero ter a satisfação de o fazer com o auxilio dos serviços competentes da Secretaria das Relações Exteriores e da Imprensa Nacional.

Ao encerrar a minha gestão desse importante departamento de publica administração, penso haver feito tudo para cumprir o alto e nobre programma de paz e de solidariedade interamericanas, de expansão económica e cultural com o mundo moderno, que Vossa Excellencia me traçou ao me investir em tão altas funcções.

A politica de solidariedade americana, como já tive occasião de dizer em relatorios anteriores, decorre da nossa mais pura tradição, tem suas bases numa collaboração effectiva com todos os povos da America e entendimento



mais intimo com os Estados Unidos, nação a qual nos liga uma velha amizade vinda dos tempos da Independencia.

) Foi dentro desse quadro tradicional que o Brasil norteou sua acção em Buenos Aires, por occasião da Conferencia de Consolidação da Paz, sem que isso implicasse uma estagnação de methodos e principios.

A nossa acção seguiu a evolução natural desses principios, de accordo com as necessidades da epoca e a gravidade da situação mundial tão ameaçadora e inquietante. Já não satisfazia a simples solidariedade vaga, espiritual, de principios, em que se fundara e se desenvolvera o panamericanismo. As condições do mundo moderno, as difficuldades crescentes da situação internacional da Europa, as perturbações trazidas pela crise economica prolongada e aggravada pelos antagonismos historicos das potencias extra-continentaes, estavam indicando modificações, aperfeiçoamentos no sentido de dar um caracter mais positivo, mais concreto, ao puro ideal panamericano.

Por isso, de accordo com os Estados Unidos, apoiamos em Buenos Aires, a iniciativa de dar á obra de preservação da paz, um caracter eminentemente continental, concretizando, “numa acção commum e solidaria”, os anseios dos nossos povos por uma união mais intima e efficaz.

A's tendências de universalização da acção americana no campo internacional, de modo a coincidir com os esforços da Sociedade das Nações, oppuzemos o criterio já antes por nós adoptado, ao nos retirarmos do instituto de Genebra, da conveniencia de não se envolverem os paizes americanos nos antagonismos historicos irreductiveis, que dividem a Europa.

Venceu o criterio da preservação da paz no Continente, como dever precipuo dos nossos governos. E' um criterio

mais objectivo e pratico, correspondendo mais aos sentimentos dos nossos povos, do que o de apresentar a America, no concerto universal, como elemento de intervenção nos complicados negocios da politica européa de nossos dias. Assim o Pacto de Manutenção, Garantia e Restabelecimento da Paz, de origem argentina, teve a sua primitiva redacção, dada no sentido de estender ao mundo inteiro a acção internacional americana, restringida, pelos esforços congregados dos Estados Unidos e do Brasil, ao limite marcado na parte final do art. 2º, pela expressão — “acción tendiente al mantenimiento de la paz continental”.

O mesmo principio objectivo, directo e pratico, foi repetido na “Convenção para coordenar, ampliar e assegurar o cumprimento dos tratados existentes entre os Estados americanos”, sem duvida o acto mais importante da Conferencia, constituindo uma verdadeira regulamentação do panamericanismo por meio da consulta entre os governos do Continente, em todos os casos que affectem ou possam vir a affectar a paz da America.

Foi, sem duvida, a politica de perfeita intelligencia entre os Estados Unidos e o Brasil, que tornou possivel o exito da Conferencia de Buenos Aires, e permittiu a importante vantagem de se consagrar em forma pratica e effectiva, por uma acção conjuncta dos paizes da America em defeza da paz, as idéas e principios do panamericanismo.

Realizou o Brasil, pois, em Buenos Aires, a sua verdadeira politica tradicional, em estreita collaboração com os Estados Unidos, para a paz e a solidariedade da America. Nessa obra, se integra ainda o “Tratado interamericano sobre bons officios e conciliação”, de origem brasileira e baseado na feliz experiencia da questão de Leticia.

Nos outros sectores da Conferencia, demos nosso apoio a todas iniciativas de caracter cultural, no sentido de ampliar o intercambio de idéas entre os povos irmãos do Continente e consagramos os principios de uma justa harmonia dos interesses economicos.

Não quero deixar de assignalar aqui, como nitida victoria brasileira e honrosa exaltação do valor dos nossos juristas, o restabelecimento dos Comitês Permanentes de Codificação de Direito Internacional, dos quaes o mais importante tem a sua séde no Rio de Janeiro. O restabelecimento desses Comitês devido em grande parte á acção do Secretario Octavio do Nascimento Britto foi acompanhado de um voto de louvor solenne da Assembléa á obra do Comité Permanente do Rio de Janeiro e ao seu presidente, o nosso eminente patricio Doutor Eptacio Pessoa.

A Conferencia de Consolidação da Paz foi, pode-se dizer, a preocupação maxima do Ministerio das Relações Exteriores durante todo o anno de 1936. O convite para sua convocação foi de 30 de Janeiro e a sua reunião só se realizou a 1º de Dezembro. O exito dos trabalhos da Delegação brasileira deve-se attribuir, em grande parte, á meticulosa preparação e estudo das theses do programma, feitos por uma commissão de technicos do Ministerio, a que presidiu, com a sua fina intelligencia e brilhante competencia, o meu successor, Senhor Embaixador Pimentel Brandão.

---

Como complemento dessa politica de solidariedade e de paz no Continente, demos nossa intensa collaboração nos trabalhos da Conferencia do Chaco para cumprimento do Protocollo de 12 de Junho de 1935, que poz termo á guerra entre a Bolivia e o Paraguay. A Chancellaria brasi-

leira e o Embaixador José de Paula Rodrigues Alves acompanharam detidamente todas as phases das discussões e não pouparam seus esforços para resolver as difficeis e complexas questões decorrentes do cumprimento do Protocollo, tendo-se chegado a termo feliz no que respeita á troca de prisioneiros e ao restabelecimento das relações diplomaticas entre os dois paizes. Quanto á questão de fundo que é a da attribuição dos territorios contestados não se chegou ainda a resultado definitivo não obstante os esforços desenvolvidos pelos mediadores, e dos quaes participou, com especial e desinteressado espirito de conciliação, a Chancellaria brasileira. Ao chegar, em Dezembro, a Buenos Aires, coube-me, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores do meu paiz, aos Senhores Cruchaga Tocrnal, Ministro das Relações Exteriores do Chile e Braden, Embaixador dos Estados Unidos constituirmos um comité com poderes especiaes da Conferencia do Chaco, para tentar uma formula de accordo entre os Governos da Bolivia e do Paraguay no sentido de pôr termo ao dissidio territorial. Não obstante o empenho de todos e a presença na capital argentina dos Chancelleres do Paraguay e da Bolivia, não foi possivel chegar-se á formula almejada.

Conjunctamente com as questões de caracter politico por excellencia, o Brasil procurou dar cumprimento a uma parte muito importante do Protocollo de 12 de Junho de 1935, relativa á cooperação na obra de reerguimento economico dos dois povos irmãos.

As conversações com a missão Prieto no anno anterior haviam determinado a ida de technicos do Ministerio da Agricultura ao Paraguay para coadjuvação no desenvolvimento da cultura do algodão, e planos de cooperação cultural e de ligação ferroviaria estavam em estudos, quando

se deu a mudança do Governo Paraguayo, e com ella a acephalia prolongada da sua missão diplomatica no Rio ò que determinou a interrupção dos estudos em andamento. Com a Bolivia, chegamos, porem, neste particular, a resultados mais positivos e que é de esperar tragam ás relações brasileiro-bolivianas importantes resultados. A visita do Ministro das Relações Exteriores da Bolivia, Senhor Finot, em Agosto, deu ensejo a uma troca de vistas fructuosas, continuada pelos dois Governos, levando-os á assignatura dos protocollos de 24 de Novembro, que estabeleceram commissões mixtas boliviano-brasileiras para estudo dos problemas relativos ao aproveitamento e exportação do petroleo boliviano e das communicações ferroviarias entre os dois paizes.

Trata-se de um vasto plano de caracter economico que, levado a effeito em forma pratica, trará, aos dois paizes, vantagens incalculaveis e terá influencia enorme no progresso e desenvolvimento politico, economico e social das vastas regiões das nossas fronteiras com a Bolivia.

---

Quanto ao mais, continuaram activamente os trabalhos de caracterização de fronteiras, tendo sido terminados os relativos á fronteira com a Colombia. Proseguem com resultados satisfactorios os trabalhos na fronteira com o Paraguay, ao Sul, e com as Guyanas, ao Norte.

A politica commercial, cujos delineamentos haviam sido traçados nos annos anteriores, continuou a ser fomentada tendo em vista os altos interesses nacionaes, com a valiosa orientação technica do Conselho Federal de Commercio Exterior, cujas reuniões Vossa Excellencia, dando

um alto exemplo de atenção á causa publica, se serviu, muitas vezes, presidir no Itamaraty.

Finalmente, cumpre-me assignar os bons resultados que teve a experiencia da creação do Serviço de Cooperação Intellectual, cuja acção se estendeu largamente, e promette um grande surto para o intercambio cultural do Brasil com todos os paizes do mundo.

As visitas ao nosso paiz dos Senhores Georges Duhamel, Stefan Zweig, Emil Ludwig, Nicolas Politis deram logo a esse intercambio um impulso consideravel e continuam a apparecer os seus fructos, que hão de se prolongar no tempo pela lembrança do acolhimento cordial e sympathico que aqui tiveram tão illustres expoentes da cultura universal.

Quanto aos serviços da pasta a que dediquei nestes dois annos e meio, os mais sinceros esforços, a experiencia me diz ser conveniente introduzir, na sua organização, modificações que mais facilmente permittam a formação de funcionarios especializados nos varios ramos em que se divide a actividade da Secretaria de Estado. No quadro de seu pessoal ha os melhores elementos. E' preciso, apenas, que, aproveitando os pendores dos melhores, se propicie a formação de um corpo de technicos dos diversos serviços, como sempre houve nas organizações anteriores, não só para assegurar a exactidão e presteza do Governo nas resoluções a tomar, como tambem a continuidade da acção internacional, que está acima dos partidos e dos regimens, e deve exprimir, em qualquer tempo e sob qualquer forma de Governo, o sentido permanente, conservador da nacionalidade.

Ao dar conta, pela ultima vez, nessa minha passagem pela pasta das Relações Exteriores, das tarefas deste anno

de tão intensa actividade politica e diplomatica, aproveito a oportunidade para manifestar mais uma vez a Vossa Excellencia, Senhor Presidente, o meu reconhecimento pela confiança que em mim depositou, pela bondade com que encarou sempre as minhas iniciativas e, sobretudo, pelas luzes da sua alta e superior orientação, a que devo os melhores resultados da minha gestão.

Queira acceitar Vossa Excellencia a expressão do meu profundo respeito

Dezembro, 1936.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

---

# EXPOSIÇÃO



## SERVIÇOS POLITICOS E DIPLOMATICOS

Entre os assumptos que mais avultaram no expediente de N. P., figuraram a Conferencia do Chaco e a Conferencia interamericana de Consolidação da Paz. Destas e de outras materias de que se occuparam aquelles Serviços, tratarei separadamente, nas linhas seguintes:

### CONFERENCIA DO CHACO

A Conferencia reunida em Buenos-Aires, em consequencia do Protocollo ali firmado a 12 de Junho de 1935, continuou os seus trabalhos, que se assignalaram, no começo do anno, por um acontecimento de relevo: foi o accôrdo relativo á devolução dos prisioneiros de guerra, constante da chamada "Acta protocolizada", assignada em Buenos-Aires o 21 de Janeiro de 1936.

Encerrou-se, assim, a primeira phase da Conferencia, com a solução de uma questão que tanto vinha irritando os animos dos dois ex-belligerantes.

A "Acta protocolizada" comprehende dez artigos, dos quaes só a metade, isto é, do 4º ao 8º, inclusive, se refere á questão dos prisioneiros.

O artigo 1º confirmou as obrigações decorrentes do Protocollo de armisticio, de 12 de Junho de 1935, exceptuadas as já cumpridas. Confirmou igualmente a declaração de 3 de Agosto de 1932, sobre aquisições territoriaes, reconhecida no artigo 4º do referido Protocollo de 1935.

Os artigos 2º e 3º cogitaram das medidas de segurança, declarando o ultimo que a Conferencia resolverá as questões politicas que surjam a proposito da execução de taes medidas.

No tocante á devolução reciproca dos prisioneiros de guerra, foi estipulado o seguinte:

a) Tal devolução teria começo dentro em trinta dias, contados da data da ultima approvação legislativa, nos dois paizes ex-belligerantes, da "Acta protocolizada";

b) A concentração dos prisioneiros e os preparativos para a sua devolução deveriam começar immediatamente após a assignatura do dito documento;

c) A Conferencia (ou a sua Commissão executiva) fixaria prazos e regras para a libertação total dos prisioneiros;

d) A Conferencia incumbiria uma Commissão especial de tratar de tudo quanto dissesse respeito á referida devolução, de accordo com as autoridades dos respectivos paizes;

e) As vias de communicação dos Estados vizinhos poderiam ser eventualmente utilizadas;

f) Os gastos com o transporte por terceiro Estado ficariam a cargo do paiz a cuja nacionalidade pertencessem os prisioneiros transportados;

g) O Governo da Bolivia abonaria ao do Paraguay a quantia de £ 132,231-8-1, ou seja o equivalente de dois milhões e quatrocentos mil pesos argentinos, moeda nacional, de curso legal, pela differença entre os gastos realizados, respectivamente, com a manutenção dos prisioneiros;

h) Essa quantia seria depositada no Banco Central da Republica Argentina, dentro de trinta dias da data da ultima approvação legislativa dada á “Acta protocollizada”, em letra ou letras bancarias, á ordem do Ministro das Relações Exteriores da Argentina e presidente da Conferencia;

i) Este, por sua vez, poria a dita quantia á disposição do Governo paraguay, logo que a Commissão especial lhe communicasse haver-se cumprido o estipulado na “Acta protocollizada”, relativamente á libertação reciproca dos prisioneiros.

Segundo o artigo 9º, os ex-belligerantes convieram em reatar as suas relações diplomaticas, com a possivel brevidade.

Finalmente, de accordo com o artigo 10, a Acta seria submettida á approvação legislativa da Bolivia e do Paraguay.

Na mesma data, a Conferencia assignou uma Declaração, em que recommendou aos ex-belligerantes: concordassem na manutenção das medidas de segurança estipuladas no Protocollo de 12 de Junho de 1935; adoptassem quanto antes as necessarias providencias para a total devolução dos prisioneiros; e concertassem o reatamento das relações diplomaticas.

A conclusão desses actos deu lugar á troca de effusivas congratulações entre as chancellarias mediadoras e as dos ex-belligerantes.

A 21 de Agosto, a Conferencia, depois de exhaustivo trabalho, resolveu dar por virtualmente terminada a repatriação dos prisioneiros e entregar ao Paraguay a quantia ajustada, isto é, os dois milhões e quatrocentos mil pesos. Na mesma occasião, resolveu igualmente reassumir a vigilancia e fiscali-

zação entre as linhas de separação dos Exercitos boliviano e paraguay.

Quatro dias depois, isto é, a 25 a Conferencia realizou sessão especial, na qual os representantes da Bolivia e do Paraguay subscreveram uma acta, em que declararam restabelecidas as relações diplomaticas entre os respectivos Governos e convieram em acreditar, sem demora, os respectivos ministros plenipotenciarios, incumbidos do reatamento dessas relações.

Imaginava-se, pois, que se caminhava resolutamente para a decisão da essencia do litigio, isto é, da chamada “questão de fundo”.

Infelizmente, essa espectativa se frustrou, porque logo surgiram novas difficuldades, que, mais uma vez, criaram óbices á discussão do assumpto principal.

Por nota de 21 de Agosto, a Conferencia communicára ás chancellarias boliviana e paraguaya as resoluções adoptadas naquelle mesmo dia, relativamente á vigilancia e fiscalização entre as linhas de separação dos dois Exercitos, traçadas pela Commissão Militar Neutra.

Passadas tres semanas, o Governo paraguay, por meio de nota da sua Delegação (datada de 11 de Setembro), julgou dever contestar á Conferencia o direito ás referidas vigilancia e fiscalização.

Essa attitude inesperada esteve a pique de provocar grave crise, que só com grande tacto e habilidade foi contornada, graças aos esforços e boa vontade dos mediadores, então sob a presidencia do Embaixador Rodrigues Alves, primeiro Delegado do Brasil. (O presidente effectivo, Dr. Saavedra Lamas, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, tinha partido para a Europa, afim de tomar parte nos trabalhos da Assembléa da Liga das Nações).

De maneira conciliadora, mas com firmeza, a Conferencia respondeu á contestação paraguaya, por nota de 15 de Outubro.

A resposta mostrava que os mediadores tinham procedido dentro das attribuições que lhes conferiam os Protocollos de 12 de Junho de 1935 e 21 de Janeiro de 1936, accrescentando, porém, que os animava o proposito de consolidar a collaboração das partes no direito que assistia á Conferencia. Declarava, por outro lado, que a resolução tomada não prejudicava ou punha em duvida a disposição constante dos referidos documentos, segundo a qual a sessão definitiva das hostilidades seria realizada sobre a base das posições alcançadas pelos belligerantes. Finalmente, mantinha integralmente a nota de 21 de Agosto e convidava o Governo paraguay a nomear dois delegados militares, para, com dois outros a serem nomeados pelo Governo boliviano e os que, para esse effeito, fossem designados pela propria Conferencia, levarem a termo a regulamentação do direito de vigilancia e fiscalização.

A Delegação paraguaya replicou a essa nota. Mas a Conferencia retrucou por outra, de 21 de Outubro, na qual reafirmou sua autoridade, deplorou que a dita Delegação não tivesse dado a devida interpretação á nota de 15 de Outubro, salientou a necessidade de se restabelecer, no Chaco, um ambiente de tranquillidade, e, por fim, insistiu na designação de delegados pelo Paraguay, dentro em curto prazo, para a regulamentação de que se cogitava.

Não tendo o Paraguay accedido em fazer tal designação (que, por parte da Bolivia, já fôra feita), a Conferencia, em sessão de 3 de Novembro, resolveu organizar uma Commissão especial destinada aquelle fim, convidando todas as Delegações mediadoras a nomearem immediatamente para a mesma os respectivos assessores militares.

Pela Delegação brasileira, foi designado o Major Alves Bastos.

A Comissão especial (incumbida de projectar a regulamentação das funções de vigilância e fiscalização) ficou definitivamente constituída em fins de Novembro, sob a presidência do General de Divisão Rodolfo Martinez Pita, do Exercito argentino.

Em Dezembro, por ocasião da reunião da Conferencia interamericana de Consolidação da paz, a presença em Buenos-Aires dos Ministros das Relações Exteriores de alguns dos paizes mediadores forneceu uma oportunidade para que se tentasse novo esforço em prol da solução da “questão de fundo”.

Para esse effeito, os mediadores deram a um *comité*, composto do Ministro J. C. de Macedo Soares, do Brasil, do Ministro Cruchaga Tocornal, do Chile, e do Embaixador Braden, dos Estados Unidos da America, o encargo de encaminhar negociações directas entre as Delegações boliviana e paraguaya, tendentes, a resolver definitivamente o litigio.

Já se achava na capital argentina o Ministro das Relações Exteriores da Bolivia, Sr. Enrique Finot, e ali foi tambem, á convite, o Sr. Stefanich, Ministro das Relações Exteriores do Paraguay. Parecia que se tornava assim mais facil um entendimento directo entre as duas chancellarias.

Os esforços desenvolvidos nesse sentido pelo referido *comité* foram enormes. Mas, infelizmente, os resultados não corresponderam a tamanha boa vontade.

A verdade é que se encerrou o anno de 1936, sem que se pudesse verificar passo algum decisivo para a solução definitiva da delicada questão, que tão sérias preocupações continua a causar ás chancellarias sul-americanas.

### CONFERENCIA INTERAMERICANA DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

Convocada pelo Presidente Roosevelt, em 30 de Janeiro de 1936 (annexo nº 1), a Conferencia interamericana de Consolidação da paz deveria reunir-se segundo certos prognosticos, em meados do anno. Mas, ulteriormente, a sua inauguração foi fixada no 1º de Dezembro de 1936.

A idéa dessa Conferencia foi acolhida, desde o começo, com evidente sympathia, senão entusiasmo, por todos os Governos convidados.

O do Brasil apressou-se em dar-lhe o seu applauso, na carta que o Sr. Presidente da Republica dirigiu ao Presidente Roosevelt a 22 de Fevereiro (annexo n. 2).

Para a organização do programma da grande assembléa que seria levada a effeito em Buenos-Aires, os chefes de missão de todas as Republicas americanas, acreditados em Washington, e o Secretario de Estado dos Estados Unidos da America, reuniram-se e escolheram uma commissão, composta dos Exmos. Srs. Felipe A. Espil, Embaixador da Argentina; Francisco Castillo Nájera, Embaixador do Mexico; e Adrián Recinos, Ministro da Guatemala; sob a presidencia do primeiro. Essa Commissão foi incumbida de recolher suggestões e formular um ante-projecto de programma, que, depois de acceito por todos os representantes dos Governos Americanos, em Washington, inclusive o Secretario de Estado, seria submettido aos ditos Governos, para que o examinassem e lhe fizessem os commentarios ou observações que julgassem convenientes.

O Governo brasileiro apresentou suas observações em tempo opportuno, por intermedio da Embaixada do Brasil em Washington, conforme consta do annexo n. 3.

A mencionada Commissão, incumbida da elaboração do ante-projecto, recebeu, depois o encargo de formular o pro-

jecto definitivo de programma da Conferencia e o projecto de regimento interno da mesma. E, em sessão do Conselho Director da União Panamericana, realizada a 22 de Julho de 1936, deu desempenho á nova incumbencia, apresentando, com os ditos projectos, um relatorio sobre os mesmos.

Esses documentos foram approvados pelo Conselho Director, em Resolução na qual se recommendou á Conferencia de Consolidação da paz que, de accordo com o proprio relatorio da commissão organizadora do programma, desse preferencia aos assumptos de organização da paz e determinassem quaes dos outros tópicos tinham adquirido a necessaria madureza e mereciam, por consenso geral, ser considerados por aquella Conferencia.

O programma definitivo ficou assim organizado:

(Quanto ao Regimento interno da Conferencia, veja-se o annexo n. 4.)

Para o estudo dos differentes tópicos desse programma, o Exmo. Sr. Dr. J. C. de Macedo Soares, então Ministro de Estado das Relações Exteriores, nomeou, uma Commissão, destinada a trabalhar sob a presidencia do Secretario Geral do Ministerio, Ministro Mario de Pimentel Brandão, e assim constituida: Ministros Helio Lobo e Hildebrando Accioly, Segundos Secretarios A. de Vilhena Ferreira Braga, Octavio do N. Brito e Orlando Leite Ribeiro, Consul de 2ª classe Mario de Lima Barbosa e Consul de 3ª classe Renato Mendonça. Fizeram tambem parte da Commissão de estudos: pelo Ministerio da Guerra o Sr. Gil Castello Branco e pelo Ministerio da Marinha, os Srs. Almirante A. Ferraz e Castro e Capitão de Corveta Antonio Maria de Carvalho. Foi designado para secretariar a Commissão o Consul Renato Mendonça.

Os trabalhos realizados por essa Commissão constam de varias memorias ou informações, que muito uteis foram á Delegação do Brasil á Conferencia de Buenos-Aires.



Em fins de Novembro, foi nomeada a referida Delegação, cuja chefia coube ao então Ministro de Estado.

Em sua forma definitiva, a nossa Delegação ficou assim composta:

*Presidente:*

José Carlos de Macedo Soares, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

*Delegados:*

Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil em Washington;  
José Paula Rodrigues Alves, Embaixador, 1º Delegado do Brasil á Conferencia do Chaco;

Helio Lobo, Ministro Plenipotenciario de 1ª classe;

Hildebrando Pompeu Pinto Accioly, Ministro plenipotenciario de 1ª classe, Chefe dos Serviços Politicos e Diplomaticos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;

Edmundo Luz Pinto, 2º Delegado do Brasil á Conferencia do Chaco;

Major Roberto Carneiro de Mendonça;

Rosalina Coelho Lisboa de Miller;

Maria Luiza Bittencourt.

*Assessores technicos:*

Lafayette de Carvalho e Silva, Ministro do Brasil em Assumpção;

Cyro de Freitas Valle, Ministro do Brasil em La Paz.

*Secretario Geral:*

Carlos Celso de Ouro-Preto, Ministro Plenipotenciario de 2ª classe.

*Assessores:*

James Philip Mee, Consul de 1ª classe;

Oswaldo Furst, 2º Secretario;

Octavio do Nascimento Brito, 2º Secretario.

*Assistente:*

Otto Prazeres, Secretario da Presidencia da Camara dos Deputados.

*Secretarios:*

Vasco Tristão Leitão da Cunha, 2º Secretario;  
Jayme Sloan Chermont, 2º Secretario;  
Orlando Leite Ribeiro, 2º Secretario;  
Francisco d'Alamo Louzada, 2º Secretario;  
Orlando Arruda, 2º Secretario;  
Odette de Carvalho e Souza, Consul de 3ª classe.

*Auxiliares:*

Renato Rino de Carvalho, Consul de 2ª classe;  
Fernando Saboya de Medeiros, Consul de 3ª classe;  
Sergio de Lima e Silva, Consul de 3ª classe;  
Vera Regina do Amaral, Consul de 3ª classe;  
Frank de Mendonça Moscoso, Consul de 3ª classe;  
Aluisio de Salles.

A Conferencia inaugurou-se no dia 1º de Dezembro, no palacio do Congresso Nacional, em Buenos-Aires, com a presença do Presidente da Republica Argentina, do Presidente dos Estados Unidos da America e dos Delegados de todas as Republicas americanas.

A sessão inaugural, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Sr. Carlos Saavedra Lamas, teve como primeiro orador o Exmo. Sr. General Agustin P. Justo, Presidente da Republica Argentina, o qual dirigiu applaudida saudação aos representantes de todas as Nações americanas.

Em sua oração, cheia de elevados conceitos, o illustre chefe da Nação argentina teve oportunidade de citar palavras do

Barão do Rio Branco, a quem qualificou como “ um dos maiores estadistas da America”.

Foi dada a palavra em seguida ao Exmo. Sr. Franklin D. Roosevelt, que pronunciou notavel discurso, no qual teceu um hymno á paz e outro á democraciã, na America.

O eminente estadista americano mostrou: 1º) o dever que incumbe aos povos americanos de evitar a guerra entre si, por qualquer meio honesto; 2º) o dever de evitar a criação das condições que conduzem á guerra. Depois, expressou sua confiança na forma democratica de governo constitucional representativo e sua fé em Deus.

A Conferencia de Consolidação da paz esteve reunida até 23 de Dezembro. Os seus trabalhos foram repartidos por seis commissões, cada uma das quaes teve a seu cargo um dos capitulos do programma. Todas as Delegações tinham representantes nessas commissões. Os do Brasil foram os seguintes:

Primeira Commissão (Organização da paz): Embaixador Oswaldo Aranha, Embaixador Rodrigues Alves, Ministro Hildebrando Accioly, Secretarios Oswaldo Furst e Octavio Brito;

Segunda Commissão (Neutralidades): Embaixador Oswaldo Aranha, Ministro Hildebrando Accioly, Edmundo da Luz Pinto, Secretario Octavio Brito.

Terceira Commissão (Limitação de armamentos): Embaixador Rodrigues Alves, Major R. Carneiro de Mendonça, Secretario Oswaldo Furst;

Quarta Commissão (Problemas juridicos): Ministro Hildebrando Accioly, Edmundo da Luz Pinto, Secretario Octavio Brito.

Quinta Commissão (Problemas economicos): Ministro Helio Lobo, Ministro Freitas-Valle, Senhorita Maria L. Bitencourt, Otto Prazeres, Secretario O. Leite Ribeiro;

Sexta Commissão (Cooperação intellectual): D. Rosalina Coelho Lisboa de Miller, Secretario V. T. Leitão da Cunha, Consul F. Saboia de Medeiros.

Houve tambem: uma Commissão de iniciativas, na qual representaram o Brasil o Presidente da Delegação (Dr. J. C. de Macedo, Soares) e os Embaixadores Oswaldo Aranha e Rodrigues Alves; uma Commissão de plenos poderes, na qual o Brasil esteve representado pelo Delegado Luz Pinto; e uma Commissão de coordenação ou de redacção, composta de quatro membros, um dos quaes foi o Ministro Helio Lobo.

A Conferencia teve como presidente effetivo o Exmo. Sr. Dr. C. Saavedra Lamas, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, e como Secretario Geral o Exmo. Sr. Felipe A. Espil, Embaixador da Argentina em Washington.

Os resultados visiveis da Conferencia cifram-se em 62 Resoluções ou recommendações, sobre varios assumptos, mais ou menos ligados á preservação ou consolidação da paz no Continente, e 11 Convenções, Tratados ou Protocollos.

Esses onze actos tiveram todos a data de 23 de Dezembro e foram os seguintes:

- 1) Convenção sobre a manutenção, garantia e restabelecimento da paz:

- 2) Protocollo adicional relativo á não-intervenção;

- 3) Tratado relativo á prevenção de controversias;

- 4) Tratado interamericano sobre bons officios e mediação;

- 5) Convenção para coordenar, ampliar e assegurar o cumprimento dos tratados existentes entre os Estados americanos;

- 6) Convenção sobre uma estrada de rodagem pan-americana;

- 7) Convenção para o fomento das relações culturais interamericanas;
- 8) Convenção sobre intercambio de publicações;
- 9) Convenção sobre facilidades a exposições artisticas;
- 10) Convenção sobre orientação pacifica do ensino;
- 11) Convenção sobre facilidades ás pelliculas educativas ou de propaganda.

O Tratado interamericano sobre bons officios e mediação foi de exclusiva iniciativa da Delegação brasileira, que, além disto, collaborou na formulação de alguns dos outros actos assignados.

Não haverá exaggêro em se afirmar que a Conferencia de Buenos-Aires, não só pelos actos ou resoluções adoptados, mas tambem pelo espirito de estreita cooperação e solidariedade que nella se estabeleceu, muito concorreu ou concorrerá ainda para a consolidação da paz neste Continente.

#### **VINCULAÇÃO MATERIAL COM A BOLIVIA E O PARAGUAY**

Proseguindo no proposito de favorecer a reconstrucção economica dos dois paizes ex-belligerantes da guerra do Chaco ambos duramente attingidos pela luta, este Ministerio continuou no anno findo, por intermédio ou sob os auspicios dos Serviços Politicos e Diplomaticos, a dispensar a devida attenção aos problemas ligados á vinculação material do Brasil com a Bolivia e o Paraguay.

A visita ao nosso paiz, em Agosto ultimo, de S. Ex. o Sr. Dr. Enrique Finot, Ministro das Relações Exteriores da Bolivia, muito concorreu para que pudessem ser assentadas algumas directivas, no tocante aos assumptos relacionados com aquelle paiz amigo.

Posto em contacto directo com alguns technicos brasileiros, Sua Excellencia teve oportunidade de trocar idéias

com os mesmos e expor alguns pontos de vista do seu Governo, que determinaram ulteriormente a celebração, nesta capital, de dois ajustes, constantes de protocollos firmados a 24 de Novembro ultimo. Um desses protocollos cuidou da nomeação de uma commissão mixta brasileiro-boliviana para estudo dos problemas relativos ao aproveitamento e exportação do petroleo boliviano; o outro instituiu uma commissão mixta brasileiro-boliviana, para estudos prévios das communicações ferroviarias entre os dois paizes.

Relativamente ao Paraguay, a prolongada acephalia da sua missão nesta capital impediu que chegassemos a resultados practicos sobre os problemas que dizem com a vinculação material brasileiro-paraguaya.

#### RECONHECIMENTO DE NOVOS GOVERNOS

Em Fevereiro do anno findo, rebentou e foi victorioso no Paraguay, um movimento revolucionario, dirigido pelo então Coronel, hoje General, Rafael Franco.

Pouco depois, o chefe do movimento assumia a chefia do Governo paraguayano e declarava que este honraria todos os compromissos contrahidos com os paizes amigos, assim como respeitaria tambem os Protocollos assignados em Buenos-Aires a 12 de Janeiro de 1935 e 21 de Janeiro de 1936, relativos ás questão do Chaco.

Tendo a calma e a ordem voltado ao paiz, achando-se o novo Governo prestigiado pelo Exercito e pelo povo e havendo offerecido certas garantias julgadas indispensaveis pelas potencias mediadoras na questão do Chaco, estas resolveram reconhecer o dito Governo. Isto foi feito a 14 de Março, por meio de notas distinctas, entregues na mesma occasião pelos chefes de missão das referidas potencias. Associaram-se ao acto os demais

chefes de missão acreditados em Assumpção, excepto os do Mexico e de Guatemala, que, baseados na chamada “doutrina Estrada”, julgaram desnecessario o acto do reconhecimento.

Em Maio ultimo, ocorreu analogo movimento revolucionario na Bolivia, inspirado ou dirigido pelo Coronel David Toro, até então chefe do Estado-maior do Exercito boliviano.

Assumiu, logo, as funções de governo uma Junta mixta civil e militar, a qual foi ulteriormente substituida pela autoridade unica do Coronel Toro.

A referida Junta, desde o começo, proclamou o seu respeito rigoroso aos compromissos da Nação, especialmente os resultantes dos protocollos sobre a questão do Chaco, assignados em Buenos Aires em 1935 e 1936.

A situação do paiz normalizou-se, entretanto, rapidamente e se mostrou, dentro em pouco, perfeitamente estavel. O estado de sitio e a censura, existentes desde 1932, foram suspensos, e o novo Governo decretou a amnistia ampla para os delictos politicos. Ademais, o mesmo Governo ratificou as declarações anteriores, da Junta mixta, sobre o respeito aos compromissos internacionaes da Bolivia.

A’ vista disso, os chefes de missão dos paizes mediadores na questão do Chaco resolveram reconhecer simultaneamente o novo Governo, por meio de notas, datadas de 30 de Maio e entregues nesse mesmo dia. Outros paizes procederam ao reconhecimento em igual data.

#### **ROMPIMENTO DE RELAÇÕES ENTRE O URUGUAY E A RUSSIA**

Em 27 de Dezembro de 1935, o Governo uruguayo rompia relações com a União das Republicas socialistas soviéticas e entregava passaportes ao ministro russo acreditando em Montevidéu.

A attitude do Governo uruguayo foi inspirada, segundo declarou, por um “vivo sentimento de solidariedade para com o Brasil”, em consequencia do ataque de que fomos victimas em fins de Novembro do mesmo anno, por parte de elementos communistas a soldo do Governo de Moscou.

O Governo do Uruguay chegára á evidencia de que a Legação sovietica em Montevideu era o centro da acção comunista na America do Sul, concorrera para o movimento subversivo desencadeado no Brasil e constituia causa de intranquillidade no paiz. Resolverá, pois, cortar o mal pela raiz, obrigando-a a cessar suas funções, mediante o rompimento de relações com a U. R. S. S.

O Governo sovietico entendeu de levar o caso ao Conselho da Liga das Nações, na reunião effectuada em Genebra no fim de Janeiro de 1936.

Nessa occasião, o representante sovietico permittiu-se a liberdade de fazer referencias injuriosas ao Brasil e ao Uruguay, mas o Presidente do Conselho, Sr. Bruce, delegado da Australia, reprehendeu-o severamente. Por outro lado, os representantes da Argentina e do Chile manifestaram-se solidarios, com o Brasil, contra a insolita aggressão feita ao seu Governo e ao seu presidente.

O Consul Geral do Brasil em Genebra, dirigiu, então, uma carta ao Secretario Geral da Liga, para que exprimisse os agradecimentos do Governo brasileiro ao Presidente do Conselho, “pela maneira digna por que, com o seu alto senso de cortesia e dos usos internacionaes, soube em circumstancias tão desagradaveis, salvaguardar as tradições cavalheirescas e de alta cultura das nações representadas na Liga das Nações, que não podiam certamente approvar uma maneira de proceder tão contraria aos usos officiaes entre Estados soberanos”.



Aos Governos argentinos e chileno agradecemos, igualmente, a attitude sympathica dos seus representantes.

Quanto á resolução adoptada pelo Conselho, a mesma não entrou no merito da questão e se limitou a exprimir a esperança de que os dois paizes reenctassem em breve as suas relações e se abstivessem de qualquer acção que pudesse tornar a reconciliação mais difficil.

O Governo sovietico não deixou de soffrer rude golpe no seu prestigio, porquanto pretendia que o Uruguay, com o rompimento de relações, violara o Pacto, e o Conselho não acceitou semelhante these e reconheceu implicitamente, no acto do Uruguay, o exercicio de um direito que cabe a todo Estado soberano.

#### REVOLUÇÃO NA ESPANHA

Em Julho de 1936, rebentou vasto movimento revolucionario na Espanha, o qual, infelizmente, ainda perdura.

Este Ministerio, como lhe cumpria, fez o possivel por salvarguardar as vidas e os bens dos nossos nacionaes alli residentes.

A nossa Embaixada permaneceu em Madrid, apesar dos constantes bombardeios da cidade. Alguns dos nossos Consulados, entretanto, se viram forçados a fechar as portas.

Em Agosto, o Ministro das Relações Exteriores do Uruguay, Exmo. Sr. Dr. José Espalter, por intermedio da Embaixada uruguaya nesta capital, dirigiu uma nota ao Governo brasileiro, para consultá-lo a respeito de uma eventual mediação, por parte dos paizes americanos, entre os dois grupos em luta na peninsula iberica.

O Governo brasileiro, por intermedio da nossa Embaixada em Montevideu, respondeu á consulta, reconhecendo os nobres e generosos intuitos inspiradores da iniciativa uruguaya,

“digna, sem duvida, de toda a consideração”. Não pode entretanto, acompanhá-la, primeiramente porque não desejava intrometter-se de forma alguma em lutas intestinas de qualquer paiz estrangeiro. Depois, parecia-lhe que, no caso em apreço, para haver mediação propriamente dita, deveria previamente ser reconhecido o estado de belligerancia dos rebeldes, “pois o contrario seria abertamente a intervenção na vida interna da Espanha”. Além disso, o Governo brasileiro julgava que em face dos pontos de vista irreconciliaveis, em que, relativamente ao conflicto, se haviam collocado certos governos europeus, qualquer tentativa de mediação se mallograria. Por esses motivos, o Brasil sentia não poder associar-se á medida alvitrada. “Em todo caso”, — concluia a nota Brasileira, — “se todos os Governos americanos acceitarem a iniciativa de Vossa Excellencia, o Governo brasileiro, por amor á solidariedade panamericana, não fará excepção á unanimidade”. (V. o annexo n. 5).

Outros Governos americanos, igualmente consultados pela chancellaria uruguaya, tambem se excusaram de participar da mediação proposta, de sorte que esta não foi levada a effeito.

O desenvolvimento entretanto assumido pela guerra civil e as medidas de neutralidade adoptadas em conjunto por varias potencias europeias, associadas numa commissão reunida em Londres, já não deixam duvida quanto á existencia de verdadeira guerra civil na Espanha, no sentido juridico da palavra, e quanto ao reconhecimento implicito da belligerancia dos insurrectos. Dois Governos europeus, isto é, o da Allemanha e o da Italia, foram ainda mais longe, reconhecendo como unico Governo legitimo da Espanha o dos nacionalistas, rebellados contra o poder central, ainda senhor de Madrid.

## TRATADOS DE EXTRADIÇÃO

Proseguindo na sua orientação tendente a estabelecer, por tratados bilateraes, regras precisas no tocante á extradição de criminosos, os Serviços Politicos e Diplomaticos procuraram dar andamento ás negociações em curso sobre esse assumpto e dar inicio a outras.

Assim é que, com relação ás primeiras, submettemos novo projecto de tratado ao Governo britannico, por intermedio da sua Embaixada nesta capital. Fizemol-o por nota de 17 de Fevereiro de 1936. No novo texto, esforçámo-nos quanto possível por conciliar os pontos de vista divergentes, oriundos da grande differença entre as legislações brasileira e britannica. O Governo de Londres até agora ainda se não manifestou sobre a nova proposta.

Do Governo tchecoslovaco não obtivemos, tão pouco, resposta ao nosso ultimo alvitre, acerca da celebração de um tratado dessa natureza.

Com a Allemanha, foi continuada a negociação, iniciada no anno anterior. Estudámos cuidadosamente a proposta allemã, a respeito da qual verificámos: 1º) que a mesma constava de duas partes, uma das quaes referentes propriamente á assistencia judiciaria em materia criminal; 2º) que a parte relativa á extradição continha regras ou preceitos, que se não distanciavam muito dos que em geral adoptamos, mas obedeciam a plano ou systema do nosso projecto-typo.

Sugerimos, então: 1º) que se estudasse separadamente a parte relativa á assistencia judiciaria; 2º) que fosse tomado para base da negociação tendente á celebração do desejado tratado de extradição o nosso projecto-typo, que engloba os principios mais correntes em materia de extradição e

respeita não só os preceitos constitucionaes brasileiros, mas também a nossa tradição nesse assumpto.

A nossa ultima nota á Embaixada allemã, a este respeito data de 14 de Setembro de 1936 e não foi ainda respondida.

Com a Italia, chegámos a accordo sobre a celebração de um Protocollo addicional ao Tratado de extradição de 28 de Novembro de 1931.

O novo acto foi assignado nesta capital a 5 de Novembro ultimo e remettido ao Poder Legislativo brasileiro a 16 do mesmo mez. Nos seus termos, elle obedece ao modelo dos protocollos aqui firmados anteriormente com a Argentina, com o Mexico e com o Uruguay. O que se teve em vista foi, como nos casos precedentes, adaptar o Tratado a que se refere aos preceitos estabelecidos, em materia de extradição, na Constituição federal brasileira de 16 de Julho de 1934.

Quanto ás novas negociações, tomamos para base das mesmas o projecto-tipo elaborado pelos Serviços Politicos e Diplomaticos, conforme foi indicado no Relatorio do anno anterior.

Assente o texto definitivo do nosso projecto, fizemos propol-o aos Governos boliviano, paraguayo e peruano, para substituição de antigos tratados da mesma natureza, que, a nosso ver, já não correspondem ás necessidades actuaes. Além disto, mandámos submettel-o aos Governos dos seguintes paizes: Belgica, Colombia, Equador. Espanha, França, Portugal e Venezuela.

O Governo equatoriano já respondeu favoravelmente á nossa proposta, acceitando integralmente o projecto brasileiro, e autorizou a sua Legação nesta capital a assignar o Tratado, o que deverá ser feito antes do fim de Fevereiro de 1937.

### ASSISTENCIA JUDICIARIA

A Embaixada allemã, conforme ficou dito acima (§ 90), introduzira na sua proposta de Tratado de extradição uma parte relativa mais propriamente á assistencia judiciaria, em materia criminal.

Considerando mais conveniente separar essa parte da outra, referente á extradição, procurámos, refundil-a e submeter áquella missão, como contra-proposta, o projecto completo de um Tratado de assistencia judiciaria, no qual aproveitamos certas disposições do projecto allemão e lhe juntamos varias outras, inclusive algumas sobre a execução de cartas rogatorias.

O texto da nossa contra-proposta foi enviado á Embaixada allemã em 16 de Dezembro ultimo.

### VALIDADE DE CASAMENTOS CELEBRADOS NO BRASIL PERANTE AUTORIDADES DIPLOMATICAS OU CONSULARES

A falta de communicação ás missões diplomaticas estrangeiras aqui acreditadas da doutrina firmada, não ha muito tempo, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, relativamente á applicação dos dispositivos da nossa legislação sobre a validade dos casamentos celebrados perante autoridades diplomaticas ou consulares de outros paizes, e os embargos que dahi decorriam induziram-nos a consultar o dito Ministerio sobre a conveniencia de se levar a effeito semelhante communicação.

A referida doutrina resultou da necessidade de se dar aos preceitos da lei de 24 de Janeiro de 1890, sobre o casamento civil, uma interpretação accorde com os principios do Código Civil, vigente desde o 1º de Janeiro de 1917, e que fosse, ao mesmo tempo, mais consentanea com o espirito de ordem publica a que a materia deve obedecer.

Já em 1908, como se sabe, por circular datada de 31 de Agosto, este Ministerio, depois de ouvido o da Justiça e Negocios Interiores, communicara ás missões diplomaticas e consulados estrangeiros que a referida lei de 1890 não se oppunha a que os agentes diplomaticos e consulares de qualquer nação celebrassem, no territorio brasileiro, casamentos entre subditos ou cidadãos da sua nacionalidade, ou entre um delles e outro de paiz diverso, com excepção dos Brasileiros.

Muitos annos depois, já em plena vigencia do Codigo Civil, aquelle Ministerio foi por nós consultado a proposito de uma duvida, nessa materia, suscitada por uma Legação estrangeira. Em resposta, dada pelo aviso n. 1.229, de 13 de Junho de 1930, o dito Ministerio, depois de se referir aos precedentes da materia, declarou: “O Codigo Civil não se oppõe tambem a que os agentes diplomaticos ou consulares realizem casamentos em que os contrahentes pertençam ás respectivas nações, devendo cessar a pratica anteriormente seguida de poder um dos contrahentes pertencer a nação differente, por não assentar tal pratica em fundamento doutrinario ou legal”.

Convinha, evidentemente, que essa nova doutrina (consagrada, aliás, pela lei e a pratica brasileiras, relativas a casamentos perante agentes consulares do Brasil) fosse dada a conhecer ás legações e consulados estrangeiros no nosso paiz.

De accordo, pois, com o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, este Ministerio expediu nova circular, sobre o assumpto, a todas as missões diplomaticas aqui acreditadas, com o pedido de a communicarem aos consulados dellas dependentes.

Nessa circular, que teve a data de 20 de Junho de 1936, foi transmittida a declaração do dito Ministerio, acima transcripta, e esclarecido que, daquella data em diante, só teriam assegurada a sua validade, no Brasil, os casamentos celebrados

em embaixadas, legações ou consulados, “sendo ambos os nubentes da mesma nacionalidade da autoridade celebrante”, e que, portanto, unicamente nesse caso deveriam taes actos ser levados a effeito, “para que não possam ser contrarios á legislação nacional, nem causar, no futuro, inconvenientes e prejuizos aos conjugues”.

A circular accrescentou que, para os fins indicados, o estrangeiro seria “considerado com a nacionalidade de que em obediencia ás exigencias da nossa legislação para sua entrada e permanencia no paiz, houver feito declaração e dado prova”.

Havendo a Embaixada britannica solicitado alguns esclarecimentos complementares relativamente ao assumpto da nossa circular, este Ministerio, por nota de 10 de Agosto de 1936, procurou elucidar perfeitamente as pequenas duvidas levantadas. (V. os annexos ns. 6 e 7).

### NACIONALIDADE

As questões de nacionalidade continuam a affluir suscitando-nos difficuldades muita vez sem solução. Julgamos, pois, perfeitamente justificadas as observações e suggestões constantes das duas exposições de motivos que o Chefe dos ditos Serviços apresentou, sobre o assumpto, ao Senhor Ministro de Estado, em 26 de Outubro de 1935 e em começos de 1936. Queremos dizer que se torna imprescindivel que o legislador brasileiro esclareça quanto antes varios pontos relativos á questão da nacionalidade.

Por outro lado, parece-nos de grande utilidade a celebração de alguns ajustes bilateraes, sobre a questão da dupla nacionalidade, afim de que se evitem certas difficuldades e incidentes desagradaveis, prejudiciaes ás boas relações com paizes amigos.

Para illustrar semelhante acerto é de se mencionar o caso occorrido em Abril ultimo, com a publicação, na cidade de S. Paulo, de um aviso do Consulado Geral da Allemanha naquella capital, pelo qual eram convocados a se apresentar alli, para fins de serviço obrigatorio, os Allemães das classes correspondentes aos annos de 1904 a 1916, *ainda que nascidos no Brasil*.

Logo que teve conhecimento do facto, este Ministerio, por intermedio dos Serviços Politicos e Diplomaticos, expediu, a 9 daquelle mez, um *memorandum* á Embaixada allemã, no qual solicitou a attenção desta “para a inconveniencia e gravidade do aviso publicado pelo Consulado allemão em São Paulo”.

Argumentámos com a disposição constitucional em virtude da qual são Brasileiros todos os individuos nascidos no Brasil, “ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço do Governo do seu paiz”. Fizemos ver igualmente ser principio corrente de direito internacional que, “quando um Estado faz prevalecer o seu *jus soli* sobre o *jus sanguinis* estrangeiro, este ultimo não pode pretender o reconhecimento da sua competencia nos limites territoriaes do primeiro”. E concluimos que “seria absurdo que cidadãos brasileiros, muito embora possuam tambem outra nacionalidade, se vissem obrigados, no Brasil, á prestação de serviços a qualquer outra soberania”.

O nosso *memorandum* terminava exprimindo a esperanza de que fosse declarada sem effeito a alludida convocação, “no tocante aos individuos nascidos no Brasil”. (V. o annexo n. 8).

Em resposta á communicação constante daquelle documento, a Embaixada allemã offereceu-nos satisfações, declarando que o edital tivera em vista unica e exclusivamente o recenseamento de individuos de dupla nacionalidade e que o



Governo allemão não quizera nem poderia realizar acto de soberania em territorio brasileiro, mas desejava simplesmente evitar que cidadãos de dupla nacionalidade viessem a soffrer consequências do não cumprimento de deveres militares para com um ou outro dos paizes a que se achassem ligados juridicamente.

Acolhendo amistosamente as satisfações apresentadas, preferimos não discutir theoreticamente o assumpto e submeter ao Governo allemão um projecto de accordo, que viria resolver algumas difficuldades entre o Brasil e a Allemanha resultantes da questão da dupla nacionalidade.

Para esse fim, remettemos á nossa Embaixada em Berlim o referido projecto, elaborado nestes Serviços em meados do anno passado.

O projecto continha apenas algumas clausulas, todas, entretanto, de character pratico.

Os dois primeiros artigos diziam respeito á questão da prestação do serviço militar, causa frequente de reclamações e controversias. A situação estabelecida no primeiro dos dois artigos parecia-nos susceptivel de conciliar os interesses e as susceptibilidades dos dois paizes e se compadezia com o principio de que um Estado não pode exercer a sua proteção em favor dos seus nacionaes, contra outro Estado, do qual os mesmos tambem sejam nacionaes e onde se encontrem. Quanto ao artigo 2º, entendiamos que poderia resolver razoavelmente o caso da prestação do serviço militar, num dos dois paizes, pelos individuos que fossem, ao mesmo tempo, Brasileiros e Allemães.

O artigo 3º tratava da questão dos passaportes e vistos, de maneira que acreditavamos capaz de evitar futuras controversias.

O artigo 4º tendia a impedir novos casos de dupla nacionalidade, consignando o principio de que a naturalização

voluntaria faz perder automaticamente ao naturalizado a nacionalidade anterior.

O 5º e ultimo artigo cogitava de ratificações, prazo de vigencia e eventual denuncia do accordo.

Infelizmente, até agora, esse projecto não teve seguimento.

Cabe ainda no presente capitulo a informação de que, no 1º Congresso dos Secretarios de Segurança publica e Chefes de Policia dos Estados do Brasil, promovido pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores e realizado nesta capital de 20 de Outubro a 5 de Novembro de 1936, Congresso no qual o Ministerio das Relações Exteriores teve como representante o Consul de 3ª classe, Senhorita Odette de Carvalho e Souza, — foi approved um ante-projecto de lei sobre naturalização, no qual se adoptaram algumas suggestões feitas pelos Serviços Politicos e Diplomaticos.

#### **CONFERENCIA SUL-AMERICANA DE POLICIA**

Em Fevereiro de 1936, este Ministerio tomou a iniciativa de consultar os Governos sul-americanos sobre a conveniencia e oportunidade da reunião, nesta capital, de uma Conferencia sul-americana de policia, destinada a adoptar medidas ou formular convenios no sentido do estabelecimento de leis ou regulamentos uniformes, tendentes a reprimir as perturbações da ordem social e politica nos paizes deste Continente.

Varios Governos manifestaram o seu apoio á ideia.

Ulteriormente, porém, o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores julgou que conviria fosse a projectada reunião deixada para depois que se encerrasse o Congresso de Chefes de Policia dos Estados do Brasil, Congresso esse que, conforme

ficou dito atraz, se realizou nesta capital em fins do anno passado.

Essa e outras circumstancias, de força maior, determinaram o adiamento *sine die* da convocação da Conferencia

#### **PROJECTO DE CONVENÇÃO ENTRE O BRASIL E PORTUGAL SOBRE O EXERCICIO DE PROFISSÕES LIBERAES**

O desejo de estabelecermos novo laço cultural entre o Brasil e Portugal levou-nos a propor ao Governo da nossa velha metropole, por intermedio da sua Embaixada nesta capital, um ante-projecto de Convenção, pelo qual se facilitaria o exercicio das profissões liberaes, nos dois paizes, aos Portuguezes e Brasileiros natos, possuidores de diplomas fornecidos pelas Universidades brasileiras e portuguezas.

O ante-projecto brasileiro foi organizado em N. P., depois de ouvido sobre o assumpto o titular da pasta da Educação e Saude Publica, e está de accordo com os preceitos da Constituição Federal de 16 de Julho de 1934.

O mesmo foi remettido á Embaixada portugueza em 13 de Agosto ultimo, e ainda aguarda resposta.

#### **SOLUÇÃO PACIFICA DOS CONFLICTOS INTERNACIONAES**

Em Maio do anno findo, o Chefe dos Serviços Politicos e Diplomaticos teve oportunidade de submeter á apreciação de S. Ex. o Sr. Dr. Macedo Soares, então Ministro de Estado, um projecto de Tratado bilateral para a solução pacifica de controversias internacionaes, no qual procurou reunir os principios mais adiantados, nessa materia.

No *memorandum* com que justificou o seu projecto, o Chefe de N. P. lembrou que o Brasil, sempre fiel ás suas tendencias pacifistas, já figurou entre os campeões da arbitragem

mas que, neste assumpto, não temos acompanhado a evolução dos principios internacionaes. Mostrou, depois, que o novo projecto comprehendia a conciliação, a arbitragem e a solução judicial, conjugando bem esses tres conhecidos methodos de solução pacifica e definindo perfeitamente os casos de recurso a qualquer delles: e comprehendia igualmente um compromisso preliminar de não-aggressão, já constante actualmente de tantos actos internacionaes. Suggestiu, por fim, que o dito projecto fosse proposto ás potencias que se mostrassem desejosas de celebrar, com o Brasil, actos dessa natureza.

Sem duvida, o projecto visa de preferencia os paizes extra-continetaes, pelo simples motivo de que ás Republicas deste Continente já nos achamos ligados por actos de caracter geral, que attendem perfeitamente ao objectivo collimado, isto é, a solução pacifica de quaesquer controversias internacionaes.

Por motivos de varias ordens, ainda não foi possivel o inicio de negociações com paiz algum sobre a base do referido projecto. Parece, no emtanto, chegado o momento de tomarmos uma iniciativa nesse sentido.

#### **COMMISSÃO DE CONCILIAÇÃO ENTRE O BRASIL E A POLONIA**

O Tratado de Conciliação e arbitragem, entre o Brasil e a Polonia, celebrado nesta capital a 27 de Janeiro de 1933, instituiu, no seu artigo 3º, uma Commissão permanente de conciliação, que se deveria compor de cinco membros: dois nomeados por cada Parte contractante e o ultimo, a quem caberia a presidencia da Commissão, a ser designado por accordo mutuo.

O Governo da Polonia indicou, opportunamente, para seus representantes na Commissão, os Srs. Dr. Bronislaw Helczynski (Polonez) e Megalos Caloyanni (Grego).

Por sua parte, o Governo brasileiro, por decretos de 18 de Fevereiro de 1936, designou para a mesma Comissão, como membro nacional, o Ministro Hildebrando Accioly, Chefe dos Serviços Politicos e Diplomaticos; e, como membro não nacional, o Embaixador Victor M. Maurtua (Peruano).

O presidente da Comissão, escolhido de commum accordo, será o Sr. James Brown Scott (dos Estados Unidos da America).

#### **CODIFICAÇÃO AMERICANA DO DIREITO INTERNACIONAL**

A Setima Conferencia internacional americana, reunida em Montevidéu em fins de 1933, modificou o systema estabelecido em Havana, em 1928, relativamente á codificação americana do direito internacional.

Em virtude de resolução da Conferencia de 1933, foram supprimidas as commissões permanentes, com sede, respectivamente, no Rio de Janeiro, Havana e Montevidéu, e instituida uma commissão de peritos, composta de sete membros e destinada a realizar, na America, a alludida obra de codificação, em combinação com a Conferencia internacional de Jurisconsultos.

A recente Conferencia interamericana de Consolidação da paz resolveu restabelecer as ditas commissões permanentes, mas manteve a de peritos.

Em começos de Abril do anno findo, effectuou-se a eleição desta ultima, de conformidade com o methodo previsto na Conferencia de Montevidéu. O resultado, segundo apurou a União Panamericana, foi a escolha dos seguintes juristas americanos, para membros da dita commissão de peritos:

- 1) Dr. Victor M. Maúrtua (Perú):
- 2) Dr. Alberto Cruchaga Ossa (Chile):
- 3) Dr. Carlos Saavedra Lamas (Argentina);
- 4) Dr. Luis Anderson Morúa (Costa-Rica);

- 5) Dr. Eduardo Suárez (Mexico);
- 6) Dr. Afranio de Mello Franco (Brasil);
- 7) Dr. J. Reuben Clark (E. U. da America).

Os seguintes em votação foram declarados substitutos eventuaes ou supplentes dos sete primeiros, no caso de algum destes não poder acceitar a sua propria eleição. Esse grupo de supplentes ficou assim constituido:

- 1) Dr. Edwin M. Borchard (E. U. da America);
- 2) Dr. Epitacio Pessoa (Brasil);
- 3) Dr. Raul Fernandes (Brasil);
- 4) Dr. Cosme de la Torriente (Cuba);
- 5) Dr. Celestino Farrera (Venezuela);
- 6) Dr. Rodrigo Octavio (Brasil);
- 7) Dr. Teófilo Pineyro Chain (Uruguay);
- 8) Dr. Adrián Recinos (Guatemala).

A primeira reunião da comissão de peritos deverá realizar-se em Washington, a 5 de Abril de 1937, na sede da União Panamericana.

#### **RECLAMAÇÃO DE CERTAS FIRMAS DE MANCHESTER**

Desde Maio de 1934, a Embaixada britannica vinha apoiando, junto a este Ministerio, a reclamação de certas firmas de Manchester, relativamente a uma questão judiciaria processada no fôro de S. Paulo.

No começo do anno findo, aquella Embaixada insistiu no caso, insinuando a existencia de uma denegação de justiça.

Sobre o assumpto, este Ministerio dirigiu nota á referida missão diplomatica, em 4 de Junho ultimo, na qual acredita haver demonstrado que, diante da decisão judiciaria já proferida, fallecia competencia ao Governo Federal para reconhecer o fundamento da reclamação levantada contra tal decisão (V. o annexo n. 9).

## **RENOVAÇÃO DE CONTRACTOS DE INSTRUCTORES MILITARES E NAVAES**

Durante o anno findo, foram renovados os contractos para instrucção militar e naval, celebrados respectivamente com a França e os Estados Unidos da America.

O primeiro dos novos contractos a ser celebrado foi o da missão naval americana. O respectivo ajuste, firmado em Washington a 27 de Maio de 1936, deve vigorar por quatro annos, a partir de 25 de Junho do mesmo anno.

O contracto com a pequena missão militar americana, destinada a cooperar no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrucção de Artilharia de Costa e auxiliar os cursos de fortificação permanente e guerra chimica, na Escola Technica do Exercito, foi assignado nesta capital, a 12 de Novembro de 1936, e tem o prazo de dois annos, a contar da data da sua assignatura. Esse novo ajuste substituiu, por completo, o accordo original, de 10 de Maio de 1934, e todos os ajustes supplementares ao mesmo.

Finalmente, a renovação do contracto da missão militar franceza effectuou-se por ajuste assignado nesta capital a 26 de Novembro de 1936 e destinado a vigorar até 31 de Dezembro de 1938.

## **PROGRAMMA DA CONFERENCIA INTERAMERICANA DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ**

### **I**

#### **ORGANIZAÇÃO DA PAZ**

1. Methodo de prevenção e de solução pacifica dos conflictos interamericanos.

a) Consideração das causas possiveis de controversia e de medidas para a sua solução pacifica,

excluindo-se toda a questão já resolvida por tratados.

b) Coordenação e aperfeiçoamento dos instrumentos internacionaes existentes para a consolidação da paz, e conveniencia de incorporal-os em um instrumento unico.

c) Consideração de meios addicionaes para a consolidação da paz e a solução pacifica das controversias interamericanas.

d) Medidas tendentes a obter a prompta ratificação dos tratados e convenções para a consolidação da paz.

e) Universalização do regimen juridico interamericano para a conservação da paz.

f) Creação de uma Corte Interamericana de Justiça.

2. Consideração de outras medidas tendentes a uma mais estreita associação das Republicas americanas e dos meios de cooperação com outras entidades internacionaes.

## II

### NEUTRALIDADE

3. Consideração de regras com referencia aos direitos e deveres dos neutros e dos belligerantes.

## III

### LIMITAÇÃO DE ARMAMENTOS

4. Necessidade de limitar as organizações e armamentos da defesa nacional, de forma tal que se destinem somente a garantir a segurança interna dos Estados e a defesa dos mesmos no caso de qualquer aggressão exterior.



#### IV

##### PROBLEMAS JURIDICOS

5. Consideração de methodos para a futura codificação do Direito Internacional

6. Formulação de principios com referencia á eliminação da força e da intervenção diplomatica em casos de reclamações pecuniarias e outras acções particulares.

7. Unificação do criterio internacional americano e das legislações nacionaes em relação com os problemas da nacionalidade.

#### V

##### PROBLEMAS ECONOMICOS

8. Medidas tendentes a promover relações economicas mais estreitas entre as Republicas Americanas:

- a) Treguas e accordos aduaneiros.
- b) Accordo sobre regulamentos sanitarios que affectam o intercambio de productos animaes e vegetaes.
- c) Igualdade de oportunidades no commercio internacional.
- d) Cooperação financeira.
- e) Aspectos internacionaes do problema de imigração.
- f) Fomento do turismo.
- g) Outras medidas.

9. Melhoramento dos meios de comunicação.

- a) Communicações maritimas.
- b) Estrada de Rodagem Panamericana.
- c) Outras medidas.

## VI

### COOPERAÇÃO INTELLECTUAL

10. Medidas para promover o fomento de relações intellectuaes e culturaes mais estreitas entre as Republicas Americanas, e para desenvolver o espirito de desarmamento moral.

## ARCHIVO

### SALA DOS MAÇOS

Orgão central do Archivo, a Sala dos Maços contém 22.814 maços, com 718.904 documentos (estatística feita em Outubro de 1936). Pelo seu proprio objectivo, indica, desde logo, quaesquer descuidos ou omissões nos serviços. A menor inadvertencia nella se reflecte, mostrando o bom ou máo funcionamento do mechanismo do Archivo. Dahi a necessidade de uma vigilancia constante no fornecimento de maços aos funcionarios do Ministerio, cujo movimento diario augmenta sem cessar. Basta dizer que, em 1936, subiu a 7.176 o numero de maços consultados. Estes precisam ser organizados, nas diversas classes, sem falhas, de modo a evitar reclamações, que possam redundar em prejuizo do Archivo.

Além dos 7.176 maços consultados, em 1936, — consideravel movimento, indicador da actividade dos diversos serviços do Ministerio, — foram transferidos, para o Archivo de Originaes, 1.626. A 17 de Julho iniciou-se o recolhimento de 120 maços, em consulta, fóra do Archivo, no 1º semestre. Tinham sido cobrados, até 6 de Agosto, 112, e, pouco depois, foram recolhidos os restantes, dos quaes apenas 4 se extraviam.

Tiveram maior movimento, durante o anno de 1936, as seguintes classes: 3 (Ministerio das Relações Exteriores), 5 (Negocios internos do Brasil), 6 (Negocios internos dos Estados), 8 (Relações economicas e commerciaes), 9 (Relações politicas e diplomaticas). Ha actualmente trabalhando nas 10 classes apenas 7 archivistas, quando é necessario, para o bom funcionamento dos serviços na Sala dos Maços, muito maior numero.

#### ARCHIVO DE ORIGINAES

O Archivo de Originaes, (documentos posteriores a 1930), entregue á competente direcção da archivista Helena Barreto, funcionou normalmente, nada alterando a bôa marcha do serviço. Ha ali 1.100 codices, encadernados, da correspondencia geral recebida e expedida, 818 actos internacionaes, 5.308 maços transferidos, com 263.772 documentos avulsos, 111.328 documentos originaes nos registradores, além de 438 pacotes contendo canhotos de passaportes, mappas de emolumentos e collecções de retalhos de jornaes (estatistica feita em Outubro de 1936). Foram archivados, em 1936, 29.400 documentos, sendo 14.580 expedidos, e 14.820 recebidos. 238 volumes foram revistos e encaminhados á encadernação. Desses, 206 voltaram ao archivo perfeitamente encadernados. Iniciou-se tambem a substituição dos velhos registradores por novos. Acham-se actualmente em uso 424, do ultimo modelo adoptado.

Para o mesmo Archivo passaram os maços transferidos em numero de 1.626, durante o anno proximo findo. Das 630 caixas de aço, especialmente encomendadas a Harrison & Sons Ltd., de Londres, fornecedores do Ministerio, para tal archivo, 451 já contém 5.687 dos alludidos maços. Essas caixas têm dado optimos resultados: facilitam a busca no momento das consultas, defendem os papeis da poeira e dos insectos, além de

embellezarem o Archivo. Seu aspecto é dos mais agradaveis. O grande numero de consultantes foram os proprios funcionarios do Itamaraty. Apenas 4 estranhos á casa.

#### **CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO**

Pelo Centro de Distribuição do Archivo, a cargo da archivista Dahlia de Almeida Rodrigues, transitaram, no decorrer de 1936, além dos 29.400 documentos anteriormente alludidos, outros numerosos que, vindos das Secções, não recebem, por motivos inevitaveis, no Serviço de Comunicações, o competente registro, mas seguem no Archivo o mesmo tramite dos primeiros. Acontece, porém, que todos esses papeis passam pelo Centro de Distribuição duas ou tres vezes para soffrerem as exigencias imprescindiveis ao perfeito funcionamento desse orgão no mechanismo do Archivo. Tambem os impressos, — jornaes, livros, folhetos e revistas, — recebidos diariamente ou não, pelo Ministerio, são distribuidos pelo Centro, que é obrigado a protocollar a maior parte delles antes de encaminhal-os aos diversos Serviços. Os recortes de jornaes, remettidos por diversas agencias subvencionadas pelo Ministerio, são igualmente archivados em ordem de data, e entregues, depois de empacotados, á encarregada dos Originaes para a devida conservação e guarda. Além disso, o Centro confere todas as malas mandadas pelo Serviço de Comunicações contendo o expediente diario que é, por sua vez, encaminhado aos varios Serviços da Secretaria de Estado.

#### **CLASSIFICAÇÃO**

O Serviço de Classificação está actualmente confiado a 4 archivistas, mas ainda não satisfaz ás exigencias da admiravel organização que é o Archivo do Itamaraty. Ha, ás vezes, uma certa dispersão de documentos sobre o mesmo assumpto,

muito prejudicial, occasionada pelo desconhecimento completo em que ficam a classificadora e a propria archivista de determinada classe, do trabalho distribuido ás suas collegas, num ou noutro serviço. Para evital-a seria conveniente instituir um controle na Classificação exercido por uma archivista capaz, com larga pratica e tirocinio. Tal verificação deveria ser feita, entretanto, antes de voltarem os papeis ao Centro de Distribuição para serem encaminhados, directamente, aos differentes Serviços, quando não houver antecedentes, ou, por intermedio das archivistas das classes, quando houver referencia aos alludidos antecedentes. Precisaria haver, portanto, na Classificação, 5 archivistas em vez de 4, para melhor marcha desse Serviço.

#### REVISÃO

A revisão dos maços, iniciada em 1934, tem proseguido lentamente. As 3 archivistas, encarregadas desse minucioso e delicado trabalho, por serem das mais aptas do Archivo, são, a todo o momento, incumbidas de substituir suas collegas ausentes, em férias ou por molestia.

Foi revista a classe 0, e uma parte da 6, logo interrompida por conveniencia do serviço. Iniciadas as revisões das classes 1 e 4, foram igualmente suspensas, durante todo o mez de Dezembro do anno proximo findo. Determinou esse facto a ausencia de grande numero de archivistas que foram servir na Delegação do Brasil á Conferencia Internacional Americana de Consolidação da Paz, em Buenos Aires.

#### ARCHIVOS DO 2º ANDAR E DA CASA FORTE

Os arquivos do 2º andar do Armazem e da Casa Forte contêm os mais preciosos documentos da historia diplomatica do Brasil desde principios do seculo XVII, muito antes da In-

dependencia, abrangendo todo o primeiro e o segundo Imperio, e a Republica, até 1930, inclusive. É a collecção mais notavel sobre o assumpto existente no nosso paiz, pois, além dos documentos officiaes da Chancellaria e das nossas Missões no estrangeiro, permanentes ou especiaes, possui o Itamaraty varios archivos particulares, do maior valor, como o do Barão do Rio Branco por exemplo. O mais antigo documento ali existente data de 1614, na éra colonial.

Nesse archivo existem 3.748 codices, 2.158 livros de registo e escripturação do antigo Ministerio dos Negocios Estrangeiros e do actual Ministerio das Relações Exteriores, e 634.349 documentos avulsos, em diversos pacotes. Na Casa Forte ha 2.064 codices, 4.386 livros de registo e escripturação 135 canhotos de passaportes e 169.780 documentos avulsos contendo a correspondencia das Missões diplomaticas e Consulados brasileiros no estrangeiro.

É preciso accrescentar que se acha depositado, sob chave, em 42 caixas de aço no 2º andar do Armazem, desde 1936, o archivo de Joaquim Nabuco, á disposição da Familia, até passar ao pleno dominio da Nação, — fórmula de doação condicional de uso corrente em grandes archivos do mundo. Collecção admiravel de documentos de alto valor historico, — pois se trata nada menos, de todo o archivo do grande Brasileiro, — virá provavelmente enriquecer o nosso.

Ao Itamaraty foi offerecido, ha pouco, pelo Senhor Ministro Mauricio Nabuco, o archivo do Conselheiro Souza Corrêa que foi Ministro do Brasil em Londres, o qual havia sido entregue a Joaquim Nabuco por uma sobrinha daquelle saudoso diplomata. Esses documentos foram incorporados ao archivo do 2º andar do Armazem.

Esse mesmo archivo foi consultado, em 1936, por numerosos funcionarios do Itamaraty e por pessoas idoneas, de

fôra, devidamente para isso autorizadas. Continuam a fazer pesquisas os Srs. Luiz Norton de Mattos, Aurelio Porto e João Paulo de Medeiros. O primeiro sobre documentos do Imperio; os dois outros acerca da historia do Rio da Prata. Aproximadamente 5.000 documentos foram consultados ou copiados durante o anno.

O Archivo attendeu, outrosim, a numerosos pedidos de certidões, despachados pelo Senhor Ministro de Estado.

#### QUADRO ESTATISTICO

Procedeu-se, pela primeira vez, á contagem dos codices, livros de registo e escripturação, collecções de retalhos de jornaes, canhotos de passaportes, mappas de emolumentos, actos internacionaes, maços e documentos avulsos existentes no Armazem (1º e 2º andares), Casa Forte e Sala dos Maços. Organizou-se assim, em Outubro, um interessante quadro estatístico (annexo nº — ) dos archivos do Itamaraty, cuja riqueza, não só pelo valor historico dos documentos, como pela sua massa, é immensa. Taes estatísticas revelaram a existencia global, nos alludidos archivos, de 6.912 codices, 6.544 livros de registo e escripturação, 84 collecções facticias de jornaes, 479 pacotes com canhotos de passaporte, 10 pacotes de mappas de emolumentos, 818 actos internacionaes, 5.308 maços transferidos, com 263.772 papeis diversos e 915.457 documentos avulsos. Na Sala dos Maços havia, no mesmo mez, 22.814 maços, contendo 718.904 documentos avulsos.

#### MEMORANDA E ORDENS DE SERVIÇO

No intuito de activar e melhorar os trabalhos do Archivo foram expedidos, durante o anno de 1936, diversos memoranda aos Chefes de Serviço e demais funcçionarios do Ministerio,

assim como, varias ordens ás archivistas e aos que servem nesta chefia. Taes memoranda e ordens de serviço constam, em annexo neste relatorio.

#### UNIFORMIZAÇÃO DA NOMENCLATURA DA NATUREZA DA CORRESPONDENCIA OFFICIAL

Coube ao Conselheiro S. Rangel de Castro, presidir como Chefe do Archivo, a Commissão nomeada para uniformizar a nomenclatura da natureza da correspondencia official, da qual fizeram parte o Commandante Adalberto Landim, representando o Ministerio da Marinha, e o Capitão Jorge Bayma de Paula Guimarães, pelo Ministerio da Guerra.

A Commissão reuniu-se varias vezes, no Palacio Itamaraty, durante os mezes de Julho e Agosto do anno proximo findo, tendo eu dirigido os seus trabalhos e apresentado um memorandum para servir de base ao projecto de instrucções geraes, que a mesma devia elaborar. Serviu de Secretaria da Commissão a archivista Nadéje de Alencar Pinheiro, por mim designada.

A falta de unidade no assumpto, existente nas repartições publicas federaes, apresentava serios inconvenientes, que era urgente remediar, sobretudo no Ministerio das Relações Exteriores e nas pastas militares. Nem sempre os vocabulos que indicavam a alludida nomenclatura tinham a mesma significação, como “Reservado” e “Confidencial”, por exemplo, o que trazia, sem duvida, confusão e podia acarretar graves consequencias para a administração. E desnecessario encarecer as vantagens de tal uniformização.

Depois de interessantes debates a Commissão chegou a um accordo a cerca da nova nomenclatura, como melhor se verá pelo quadro abaixo, que mostra a situação anterior e a actual:

*Guerra* — Confidencial, Secreta, Reservada, Ordinaria.  
*Marinha* — Secreta, Reservada, Confidencial, Ordinaria.



*Relações Exteriores* — Confidencial, Reservada, Ostensiva.

*Nova Nomenclatura* — Secreta, Confidencial, Reservada, Ostensiva ou Ordinaria.

Creou-se, portanto, no Ministerio das Relações Exteriores uma nova classe de correspondencia — *secreta*, — exclusivamente para os documentos ou informações que exijam absoluto sigilo, e cuja divulgação possa comprometter a segurança, a integridade do Estado ou as suas relações internacionais.

O projecto que a Comissão elaborou, na Secretaria das Relações Exteriores, foi approved pelos demais Ministros de Estados e sancionado por Sua Excência o Senhor Presidente da Republica. Concretizou-o o Decreto nº. 1.081, de 3 de Setembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 15 de mesmo mez. Nos termos do artigo 3º, o Ministerio das Relações Exteriores baixou instruções especiaes sobre o assumpto, em Ordens Permanentes de Serviço, ás nossas Missões Diplomaticas e Consulados de carreira, no estrangeiro, e á Secretaria de Estado. Essas instruções, assim como o memorandum, que foram apresentados á Comissão que uniformizou a nomenclatura da natureza da correspondencia official, e que serviu de base ao projecto, hoje Decreto do Executivo, figuram, em annexo.

AB/352.21

O Chefe do Archivo pede a fineza de restituir os maços constantes da inclusa relação que se acham actualmente em seu poder.

Essa providencia, de caracter urgente, vem regularizar o serviço das classes, pois juntar-se-ão aos maços os documentos, cada vez mais numerosos, que se acham aguardando archívamento.

Os alludidos maços, logo depois, poderão ser novamente requisitados. Bastará para isso o uso do *Lembrete* anexo.

Rio de Janeiro, 17 de Julho de 1936. — *Sylvio Rangel de Castro*.

Ao Senhor.....

352.21

**MEMORANDUM PARA OS SENHORES CHEFES DE SERVIÇO**

**ARCHIVO**

O Chefe do Archivo roga aos Senhores Chefes de Serviço a bondade de levarem ao seu immediato conhecimento quaesquer falhas ou omissões por ventura encontradas nos maços. Beneficiará com isso o Archivo, cujo serviço, para ser efficiente, depende não somente de rapidez no fornecimento dos maços, mas sobretudo da sua perfeita organização.

Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1936. — *Sylvio Rangel de Castro*.

352.21

**MEMORANDUM PARA OS SENHORES CHEFES DE SERVIÇO**

**ARCHIVO**

Este serviço tem verificado que alguns recibos de maços são devolvidos ao Archivo sem a assignatura do funcionario que o requisitou. Outras vezes só voltam com o proprio maço; dias depois, igualmente não assignados — o que constitue tambem serio inconveniente para a fiscalização do movimento dos maços.

O Chefe do Archivo roga, portanto, aos Senhores Chefes de Serviço a bondade de providenciarem junto aos seus auxiliares para que tal pratica não se reproduza mais no futuro.

Os recibos, depois de assignados, devem voltar pela propria mala que conduziu o maço.

O Chefe do Archivo antecipadamente agradece aos Senhores Chefes de Serviço a attenção que se servirem dispensar a esta solicitação.

Rio de Janeiro, 15 de Julho de 1936. — *Sylvio Rangel de Castro*.

M/2787. — AB/352.21

Para maior facilidade na requisição dos maços o Chefe do Archivo pede aos Senhores Chefes de Serviço e demais funcionarios que o façam de accordo com a lista abaixo:

#### SECRETARIA GERAL

##### PROTOCOLLO

	Classe	Rama
Congressos e Conferencias.....	1	90
Isenção de direitos.....	9	88
Relações diplomaticas (Representações).....	9	88
Congressos Pan-Americanos.....	9	88
Viagens, visitas, expedições.....	4	84
Condecorações.....	4	84
Outros assumptos.....	5	28

##### LIMITES E ACTOS INTERNACIONAES

Limites.....	2	83
Congressos e conferencias.....	1	90
Liga das Nações.....	6	90
Actos internacionaes.....	6	90
Congressos Pan-Americanos.....	9	88

##### SERVIÇOS POLITICOS E DIPLOMATICOS

Extradições e Rogatorias.....	0	28
Negocios politicos, administrativos e outros negocios internos brasileiros.	5	28
Negócios politicos, administrativos e outros negocios internos de paiz estrangeiro.....	6	90
Relações politicas e diplomaticas.....	9	88
Guerra — Pacifismo — Pan-Americanismo.....	9	88
Outros assumptos.....	6	90

### SERVIÇOS ECONOMICOS E COMMERCIAES

Negocios economicos e commerciaes nacionaes.....	5	28
Negocios economicos e commerciaes de paiz estrangeiro.....	6	90
Relações economicas e commerciaes entre paizes.....	8	89
Outros assumptos.....	8	89

### SERVIÇOS CONSULARES

Representação consular estrangeira.....	9	88
Serviço consular brasileiro, sob o ponto de vista de representação no estrangeiro.....	9	88
Serviço consular brasileiro, sob o ponto de vista administrativo.....	3	83
Protecção de interesses de nacionaes de um paiz em outro.....	7	30
Outros assumptos.....	3	83

### SERVIÇOS DE PASSAPORTES

Passaportes brasileiros.....	5	28
Passaportes estrangeiros.....	6	90
Passaportes a expulsandos.....	7	30

### DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Pessoal.....	3	85
Material.....	3	83
Contabilidade.....	3	83

Archivo, 2 de Setembro de 1936. — *Sylvio Rangel de Castro*.

### SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Memorandum*, para o Senhor Director do Archivo, Bibliotheca e Mappotheca.

Em 30 de Setembro de 1936.

O pessoal do Archivo compõe-se de 24 archivistas, sendo 20 contractadas e 4 extranumerarias. Só 19, entretanto, se acham actualmente em serviço. Ha duas servindo nas Communicações, uma no Departamento Administrativo, uma no Instituto de Estatistica, no Palacio do Cattete, e uma nomeada Consul de 3ª classe. Ora, os serviços do Archivo, sem correrem

o risco de se desorganizar, não podem ser feitos, effectivamente, por menos de 22 archivistas, a saber:

- 1 na Distribuição,
- 2 nos originaes,
- 4 na Classificação,
- 9 nas Classes,
- 3 na Revisão,
- 2 nas copias,
- 1 servindo de Secretario do Director do Archivo, Bibliotheca e Mappotheca.

E' preciso ter ainda em conta no numero minimo, acima indicado, indispensavel para o bom andamento dos serviços as faltas ou eventuaes ausencias do pessoal, por molestias ou outras causas, e as substituições por férias. Ha, além disso, mais uma circumstancia que se deve tomar em consideração: nem todas as archivistas têm a mesma experiencia e a mesma capacidade de trabalho. Seria injusto sobrecarregar umas em beneficio de outras, com menos pratica e menos aptidão num serviço, cuja continuidade e natureza exigem certas condições individuaes de intelligencia, conhecimento, zelo e atenção, difficilmente encontradas de modo uniforme. Dahi tambem a necessidade de um numero de funcionarios sufficientes para evitar quaesquer falhas, lacunas ou demora no movimento de papeis, seu archivamento, e na incessante remessa de maços.

Não me parece possivel attender a taes serviços com 19 archivistas apenas sem sacrificios dos mesmos, ora confiados á minha chefia. Sua desorganização repercutiria immediatamente nos diversos serviços do Ministerio de que é órgão essencial o Archivo, cujas funções se assemelham, pela sua importancia vital, ás do coração no aparelho circulatorio do corpo humano.

E', pois, urgente não só a substituição da archivista nomeada recentemente Consul de 3ª classe, como a volta de mais *duas* afim de completar o numero do pessoal, que julgo necessario para o satisfatorio funcionamento do Archivo.

O pessoal menor, occupado nos trabalhos dos Archivos do 1º e 2º andares, está, por sua vez, muito sobrecarregado. Acha-se, ha mezes, enfermo o Auxiliar de Archivista que ali serve. Tudo tem de ser feito actualmente por um continuo e um servente apenas. Sobretudo os trabalhos extraordinarios, no 2º andar, de busca para a Commissão encarregada de organizar a collectanea de precedentes diplomaticos do Brasil occupam, ha tempos, quasi toda a actividade do continuo em prejuizo dos seus proprios afazeres do Archivo. Seria, pois, conveniente a designação de outro empregado, com pratica de taes serviços, para auxiliar o continuo nessas buscas que durarão ainda muitos mezes, segundo fui informado.

(a) *Sylvio Rangel de Castro*, Chefe do Archivo.

#### ARCHIVO

##### CHEFE

Conselheiro *Sylvio Rangel de Castro*.

##### ARCHIVISTA

*Luiz Esteves de Almeida*.

##### ADJUNTOS DE ARCHIVISTA (contractados)

De 2ª classe:

*Juracy Ferreira da Costa* — Classificadora.

*Zilah Mafra Peixoto* — Servindo no DA/

Luiza Bailly — Classificadora.  
Dahlia de Almeida Rodrigues — Distribuidora.  
Maria de Lourdes da Costa e Souza — Revisora.  
Lucilia Behring — Revisora.

De 3ª classe:

Maria José Monteiro de Carvalho — serv. no Inst. Estatística.

Anna Olga Stibich — Revisora.  
F. Fleurice F. Rodrigues Parente — classe 312.  
Sylvia Murtinho — Originaes.  
Cecilia Alves Velloso — Classe 5.  
Erminia Biasotto da Costa — Classificadora.  
Maria Helena Thedim Barreto — Originaes.  
Luiza Ribeiro de Carvalho — Classe 2 e 3.

De 4ª classe:

Nadeje de Alencar Pinheiro — Classificadora.  
Albertina de Castro Menezes — Classe 9.  
Marina Moscoso — Secretaria do Diretor do AB.  
Yary Moreira da Silva — servindo em CC.  
Marina Gigliotti de Barros — Classes 0, 1 e 7.  
Maria Salles — serviço de copias.

*Extranumcrarias:*

Constança Wright — Distribuição.  
Hilda Schorr Bertucci — servindo em CC.  
Yolanda Eugenia Smith de Vasconcellos — Classe 8.

*Auxiliar de escripta (servindo no Archivo)*

Claudina Diamico — Classe 6.

*Dactylographas:*

Cecilia Leite Carneiro Monteiro.  
Guilhermina de Araujo Lima.

*Continuo:*

Manoel Miranda.

*Serventes:*

Cicero José da Silva.  
Benedicto Pereira.  
Estevão Ferreira de Miranda.

DISTRIBUIÇÃO

Dahlia de Almeida Rodrigues.  
Constança Wright.

CLASSIFICAÇÃO

Juracy Ferreira da Costa.  
Luiza Bailly.  
Erminia Biasotto da Costa.  
Nadeje de Alencar Pinheiro.

ORIGINAES

Helena Barreto.  
Sylvia Murtinho.

CLASSES

*0 — Assistencia Judiciaria Internacional:*

Marina Gigliotti de Barros.

*1 — Congressos e Conferencias Internacionais:*

Marina Gigliotti de Barros.



2 — *Limites:*

Luiza Ribeiro de Carvalho.

3 — *Ministerio das Relações Exteriores:*

Luiza de Carvalho.

312 — *(Pessoal — Folhas de serviço):*

Fleurice Figueiredo Rodrigues Parente.

4 — *Miscellanea:*

Lourdes Costa e Souza (prov.).

5 — *Negocios Internos do Brasil:*

Cecilia Alves Velloso.

6 — *Negocios Internos dos Estados:*

Claudina Diamico.

7 — *Protecção de Interesses e Reclamações:*

Marina Gigliotti de Barros.

8 — *Relações Economicas e Commerciaes:*

Yolanda Smith de Vasconcellos.

9 — *Relações politicas dos Estados:*

Albertina de Castro Menezes.

REVISÃO

Lourdes Costa e Souza.

Anna Olga Stibich.

Lucilia Behring.

COPIAS

Maria Salles.

DOCUMENTOS ANTERIORES A 1930

Auxiliar de Archivista — Luiz Esteves de Almeida.

Continuo — Manoel Miranda.

Servente — Cicero José da Silva.

ARCHIVISTAS FORA DO ARCHIVO

Zilah Mafra Peixoto — servindo no DA.

Maria José Monteiro de Carvalho — servindo no Instituto de Estatística.

Yary Moreira da Silva — servindo em CC.

Hilda Schorr Bertucci — servindo em CC.

---

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DO ARCHIVO

DISTRIBUIÇÃO

Dahlia de Almeida Rodrigues.

Constança Wright.

CLASSIFICAÇÃO

Juracy Ferreira da Costa, Classe 2 — 3 — 4 para substituir 0 — 9.

Luiza Bailly, Classe 0 — 5 — 7 para substituir 4 — 6 — 8.

Erminia Biasotto da Costa, classe 1 — 6 para substituir 3 — 5.

Nadeje de Alencar Pinheiro, classe 8 — 9 para substituir 1 — 2 — 7.

ORIGINAES

Helena Barreto.

Sylvia Murtinho.

### MAÇOS

Classe 0 — Marina Gigliotti de Barros, para substituir Cecília.

Classe 1 — Marina Gigliotti de Barros, para substituir Cecília.

Classe 2 — Luiza Ribeiro de Carvalho, para substituir Marina.

Classe 3 — Luiza Ribeiro de Carvalho, para substituir Fleurice.

Classe 4 — Lourdes da Costa e Souza (prov., para substituir Fleurice.

Classe 5 — Cecília Alves Veloso, para substituir Marina.

Classe 6 — Claudina Diamico, para substituir Yolanda.

Classe 7 — Marina Gigliotti de Barros, para substituir Albertina.

Classe 8 — Yolanda E. Smith de Vasconcellos, para substituir Claudina.

Classe 9 — Albertina de Castro Menezes, para substituir Fleurice.

Pessoal — Fleurice, F. R. Parente, para substituir Luiza.

### REVISÃO

Lourdes Costa e Souza.

Anna Olga Stibich.

Lucília Behring.

### COPIAS

Maria Salles.

Arquivo, 13 de Outubro de 1936. — *Sylvio Rangel de Castro*, Chefe do Arquivo.

### DISTRIBUIÇÃO DAS MALAS

MP/ Yolanda E. Smith de Vasconcellos.  
 EC/ Yolanda E. Smith de Vasconcellos.  
 G/ Cecilia Alves Velloso.  
 SP/ Cecilia Alves Velloso.  
 NC/ Marina Gigliotti de Barros.  
 P/ Albertina de Castro Menezes.  
 B/ Luiza Ribeiro de Carvalho.  
 NP/ Albertina de Castro Menezes.  
 LA/ Claudina Diamico.  
 DA/ Luiza Ribeiro de Carvalho.  
 SG/ Fleurice F. R. Parente.

Arquivo, 13 de Outubro de 1936. — *Sylvio Rangel de Castro.*

### QUADRO ESTATISTICO DO ARCHIVO DO ITAMARATY

OBSERVAÇÕES	SALA DOS MAÇOS	ARMAZEM		CASA FORTE	TOTAL
		1º ANDAR	2º ANDAR		
Codices.....	—	1.100	3.748	2.064	6.912
Livros de registo e es- cripturação.....	—	—	2.158	4.386	6.544
Collecções facticias de retalhos de Jornaes..	—	84	—	—	84
Canhotos de Passa- portes (Pacotes).....	—	344	—	135	479
Mappas de Emolu- mentos (Pacotes)....	—	10	—	—	10
Actos Internacionaes...	—	818	—	—	818
Maços.....	(1) 22.814	(2) 5.308	—	—	28.115
Documentos avulsos...	—	(3) 111.328	634.349	169.780	915.457

(1) Contendo 718.904 documentos avulsos.

(2) Maços transferidos contendo 263.772 documentos avulsos.

(3) Nos registradores.

Rio de Janeiro, Outubro de 1936. — *Sylvio Rangel de Castro.*

Ramal 85

Ramal 84

Ramal 83

Ramal 49

Ramal 28

Ramal 90

Ramal 30

6	0	1	2	3	4	5
	322			3		

5	6	7
9		8

Ramal 86

Ramal 87

Ramal 88

Ramal 89

## MEMORANDUM

APRESENTADO PELO CHEFE DO ARCHIVO PARA SERVIR DE BASE  
AO PROJECTO DE INSTRUCCOES GERAES QUE A COMMISSÃO  
DEVERÁ ELABORAR

« É desnecessario encarecer as vantagens da uniformização da nomenclatura da natureza dos documentos officiaes. A falta de unidade nesse assumpto, actualmente existente nas repartições publicas federaes, apresenta serios inconvenientes, que urge remediar. Sobretudo nas pastas militares e no Ministerio das Relações Exteriores taes inconvenientes se aggravam e não escapam a ninguem.

Nem sempre os vocabulos, que indicam a alludida nomenclatura, têm a mesma significação, como “Reservado” e “Confidencial”, por exemplo, o que traz, sem duvida, confusão e pode acarretar graves consequencias para a administração.

Trata-se, pois, de estabelecer uma nomenclatura uniforme da natureza da correspondencia official.

A Commissão elaborará um projecto de instrucções geraes sobre a materia, que será submettido depois á approvação de todos os demais Ministerios ».

A Circular de 7 de Junho de 1867, do Ministerio dos Negocios Estrangeiros do Imperio do Brasil, assim se expressou a respeito:

“A correspondencia deve consistir unicamente em officios ostensivos e reservados; *confidenciaes* somente

por excepção quando a natureza do assumpto exige absolutamente comunicação mais intima entre o agente diplomatico e o Ministro". São, portanto, ostensivos os documentos que tratem de assumpto do dominio publico ou de ordinaria administração; *reservados* os que contêm materia que, no momento, ou em determinado espaço de tempo, não sejam divulgados pelas Chancelarias, e pelas Missões diplomaticas e Consulares: *confidenciaes*, quando se referem a assumptos sobre os quaes se deve guardar segredo. É uma classificação racional, que obedece, ademais, ao significado grammatical, á propria etymologia dos tres vocabulos acima; ostensivo — que se pode mostrar; reservado — que tem restricção; confidencial — comunicação secreta.

Essa foi sempre a nomenclatura da natureza da correspondencia official adoptada pelo Ministerio das Relações Exteriores, desde a Republica. Dado, porém, o consideravel desenvolvimento da administração publica, no mundo moderno, propomos a criação de mais uma categoria de documentos — secretos — quando se referirem a certa ordem, muito restricta, de assumptos ou de informações que, pelo seu absoluto sigilo, se considerem no momento, ou em determinado periodo de tempo, segredos de Estado, como a defesa nacional, etc."

« Os indices dessa classificação, para os efeitos do registro de correspondencia official seriam: *O* — Ostensivo; *R* — reservado; *C* — confidencial; *S* — secreto. Tal terminologia está de accordo com o significado etymologico das palavras e corresponde tambem á nossa tradição administrativa ».

**AS MISSÕES DIPLOMATICAS E CONSULADOS DE CARREIRA**

O. P. S. N° 2. — AB 356.

**UNIFORMISAÇÃO DA NOMENCLATURA DA NATUREZA DA CORRESPONDENCIA OFFICIAL**

O Decreto n. 1.081, de 3 do corrente, publicado no *Diario Official*, de 15 do mesmo mez, cujo texto vae reproduzido no documento annexo, uniformizou a nomenclatura da natureza da correspondencia official.

2. É desnecessario encarecer as vantagens dessa uniformização, que vem sanear a falta de unidade até então existente nas repartições publicas federaes.

3. A Secretaria de Estado enviará opportunamente ás Missões diplomaticas e Consulados de carreira instrucções especiaes sobre o assumpto, a que se refere o artigo 3° do mesmo Decreto, as quaes já estão sendo elaboradas.

Rio de Janeiro, em 29 de Setembro de 1936.

AB/356.

DECRETO N. 1.081, DE 3 DE SETEMBRO DE 1936

**UNIFORMIZA A NOMENCLATURA DA NATUREZA DA CORRESPONDENCIA OFFICIAL.**

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,  
Considerando que a falta de unidade na nomenclatura da natureza da correspondencia official, actualmente existente nas repartições publicas federaes, apresenta sérios inconvenientes, que urge remediar;

Considerando que as divergencias na alludida nomenclatura trazem confusão e podem acarretar graves consequencias para a administração;



Considerando que a mesma nomenclatura deve ser estabelecida de accordo com o significado etymologico dos vocabulos que a definem, e corresponder á tradição administrativa brasileira,

DECRETA:

ARTIGO 1º

A correspondencia official, segundo a natureza do assumpto, classifica-se em secreta, confidencial, reservada e ostensiva ou ordinaria.

a) *Secreta* é a que se refere exclusivamente a documentos ou informações que exijam absoluto sigillo. e cuja divulgação possa comprometter a segurança, e integridade do Estado ou ás suas relações internacionais;

b) *Confidencial* é a que diz respeito a informações de character pessoal ou a assumptos, cujo conhecimento deva ficar o mais restricto possivel;

c) *Reservada* é aquella cujo resguardo seja restricto ou transitorio;

d) *Ostensiva ou ordinaria* é a que não se acha incluída nas classes anteriores e cuja divulgação não prejudique a administração.

ARTIGO 2º

Na troca da correspondencia secreta, confidencial e reservada respeitar-se-á o seu character inicial.

§ 1º — A remessa da correspondencia secreta e confidencial far-se-á em sobrecartas opacas e lacradas.

§ 2º — Os documentos secretos serão acompanhados de recibo que o destinatario firmará e devolverá á autoridade expeditora.

ARTIGO 3º

Cada Ministerio baixará instrucções especiaes sobre a materia, respeitada as presentes disposições.

ARTIGO 4º

Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 3 de Setembro de 1936. 115º da Independencia e 48º da Republica.

*Getulio Vargas.*

*Vicente Ráo.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

AS MISSÕES DIPLOMATICAS E CONSULADOS DE CARREIRA

O. P. S. N.º 7 — AB/341.

INSTRUCÇÕES SOBRE A NATUREZA DA CORRESPONDENCIA  
OFFICIAL

Em additamento á Ordem Permanente de Serviço n. 2, de 29 de Setembro ultimo, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores remette, em annexo, ás Missões Diplomaticas e Consulados de carreira as instrucções a que se refere o artigo

3º do Decreto n. 1.081, de 3 do mesmo mez, que uniformizou a nomenclatura da natureza da correspondencia official.

Essas instrucções entrarão em vigor a 1º de Janeiro de 1937.

A Secretaria de Estado recommenda ás Missões Diplomaticas e Consulados de carreira a fiel observancia das alludidas instrucções e pede-lhes, ao mesmo tempo, a fineza de trazerem ao seu conhecimento quaesquer duvidas que a applicação das mesmas possa, por ventura, suscitar.

Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1936.

---

INSTRUCÇÕES QUE ACOMPANHAM A O. P. S. Nº 7 PARA A CORRESPONDENCIA ESPECIAL DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, A SEREM OBSERVADAS PELAS MISSÕES DIPLOMATICAS E CONSULADOS DE CARREIRA

1º. A correspondencia official — postal e telegraphica — divide-se em especial e ordinaria: especial é a de character secreto confidencial e reservada; ordinaria é a ostensiva. Estas instrucções só dizem respeito á correspondencia especial, prevalecendo para a ordinaria as disposições regulamentares actualmente em vigor.

*Secreta* é a correspondencia que se refere exclusivamente a documentos ou informações que exijam absoluto sigillo, e cuja divulgação possa comprometter, a segurança, a integridade do Estado ou as suas relações internacionaes.

Classificam-se neste character, por exemplo: actividades militares de um paiz em outro, ameaça de guerra, anarchismo, armamentos, communismo, espionagem.

*Confidencial* é a que diz respeito a informação de character pessoal ou a assumptos, cujo conhecimento deva ficar o mais restricto possivel.

Figuram nesta classe, por exemplo: informações sobre funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, inqueritos administrativos, promptuarios biographicos de estrangeiros, certas informações politicas.

*Reservada* é aquella cujo resguardo seja restricto ou transitorio.

Entram nesta classe, por exemplo: certas informações politicas, negociações relativas a accordos e tratados internacionaes, pedidos de agrément, prisões preventivas.

2º. A divulgação da correspondencia especial, quanto á extensão do meio, obedecerá ás seguintes regras:

a) A *Secreta* só poderá ser aberta pela pessoa a quem fôr dirigida;

b) A *Confidencial* poderá ser aberta por quem nos impedimentos do destinatario, o estiver substituindo

c) Da *Reservada* poderão ter conhecimento os funcionarios titulados da Missão diplomatica ou Consulado de carreira.

3º. A expedição da correspondencia *Secreta* far-se-á em sobrecarta especial, devidamente lacrada, indicando-se na mesma repartição expeditora, o destinatario, o numero, a data e o indice apenas da classe, de accordo com a classificação decimal, de modo a não denunciar senão a essencia do assumpto. Essa sobrecarta será encerrada em outra comum contendo exclusivamente o endereço.

4º. Para a expedição da correspondencia *Confidencial* bastará o uso da sobrecarta especial, de accordo com o prescripto na primeira parte do n. 3 das presentes instrucções.

5º. A correspondencia *Reservada* segue os tramites da Ordinaria, ficando o seu resguardo confiado aos proprios funcionarios qualificados por suas funcções a tomar conhecimento da mesma.

6º. A escripturação da correspondencia *Secreta* e *Confidencial* nos Protocollos de entrada e sahida será feita sem se abrir a sobrecarta especial.

7º. A correspondencia *Secreta* e *Confidencial* deverá constar da guia de remessa com o numero e o indice que figurem na sobrecarta.

8º. Não se tirarão copias de documentos secretos. Estes serão numerados seguidamente.

9º. Na troca da correspondencia especial respeitar-se-á o seu character inicial.

10. A correspondencia especial será rubricada por todo o funcionario que della tiver conhecimento.

11. O Chefe da Missão diplomatica ou Consulado de carreira poderá reter, enquanto julgar conveniente ao interesse publico, qualquer documento *Secreto* ou *Confidencial*. O seu registo, nesse caso, far-se-á quando cessar a retenção.

12. A correspondencia *Secreta*, nos Protocollos de entrada e sahida e nas guias de remessa, será assignalada pela inicial — S — , conservando as outras classes a sua actual abreviatura. Nos despachos e officios a natureza da correspondencia official deverá ser sempre indicada por extenso.

13. As Missões diplomaticas e Consulados de carreira deverão abster-se de empregar expressões diversas das previstas na nova classificação, como, por exemplo, *muito confidencial*, *confidencialissimo*.

Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1936.

*Mauricio Nabuco.*

UNIFORMIZAÇÃO DA NOMENCLATURA DA NATUREZA DA CORRESPONDENCIA OFFICIAL

O Decreto n. 1.081, de 3 de Setembro do anno proximo findo, uniformizou a nomenclatura da natureza da correspondencia official. A Secretaria de Estado encontrará, em annexo, as instrucções a que se refere o artigo 3º do citado decreto.

Essas instrucções immediatamente entrarão em vigor.

Rogo aos Senhores Chefes de Serviço e demais funcionarios da Secretaria de Estado a fineza de trazerem ao conhecimento do Chefe do Archivo quaesquer duvidas que a applicação das mesmas instrucções possa, por ventura, suscitar.

Rio de Janeiro, em 12 de Fevereiro de 1937.

---

INSTRUCÇÕES QUE ACOMPANHAM A O. P. S. N. 16 PARA A CORRESPONDENCIA ESPECIAL DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, A SEREM OBSERVADAS PELA SECRETARIA DE ESTADO.

1º. — A correspondencia official — postal e telegraphica — divide-se em especial e ordinaria: especial é a de character secreto, confidencial e reservada; ordinaria é a ostensiva. Estas instrucções só dizem respeito á correspondencia especial, prevalecendo para a ordinaria as disposições regulamentares actualmente em vigor.

*Secreta* é a correspondencia que se refere exclusivamente a documentos ou informações que exijam absoluto sigillo, e cuja divulgação possa comprometter a segurança, a integridade do estado ou as suas relações internacionaes.

Classificam-se neste caracter, por exemplo: actividades militares de um paiz em outro, ameaça de guerra, anarchismo, armamentos, communismo, espionagem.

*Confidencial* é a que diz respeito a informações de caracter pessoal ou a assumptos cujo conhecimento deva ficar o mais restricto possivel.

Figuram nesta classe, por exemplo: informações sobre funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, inqueritos administrativos, promptuarios biographicos de estrangeiros, certas informações politicas.

*Reservada* é aquella cujo resguardo seja restricto ou transitorio.

Entram nesta classe, por exemplo: certas informações politicas, negociações relativas a accordos e tratados internacionaes, pedidos de *agrément*, prisões preventivas.

2º. A divulgação da correspondencia especial, quanto a extensão do meio, obedecerá as seguintes regras:

a) *Secreta*: só poderá ser aberta pela pessoa a quem fôr dirigida;

b) *Confidencial*: poderá ser aberta por quem, nos impedimentos do destinatario, o estiver substituindo;

c) *Reservada*: poderão ter conhecimento os funcionarios titulados do Serviço competente.

3º. A expedição da correspondencia *secretu* far-se-á em sobrecarta especial, devidamente lacrada, indicando-se na mesma a repartição expeditora, o destinatario, o numero, a data e o indice apenas da classe, de accordo com a classificação decimal, de modo a não denunciar senão a essencia do assumpto. Essa sobrecarta será encerrada em outra commum contendo exclusivamente o endereço.

4º. Para a expedição da correspondencia *confidencial* bastará o uso da sobrecarta especial, de accordo com o prescripto na primeira parte do n. 3 das presentes instrucções.

5º. A correspondencia *reservada* segue os tramites da *ordinaria*, ficando o seu resguardo confiado aos proprios funcionarios qualificados por suas funcções a tomar conhecimento da mesma.

6º. Não se tirarão copias de documentos *secretos* salvo por autorização escripta do Ministro de Estado ou do Secretario Geral. Esses documentos serão numerados seguidamente.

7º. O expediente da correspondencia *secreta* e, eventualmente, o da *confidencial* mais importante será feito pela dactylographa da Secção de “Secretos e Confidenciaes” do Serviço de Communicações.

8º. Na troca da correspondencia especial respeitar-se-á o seu character inicial.

9º. A correspondencia especial será rubricada por todo o funcionario que della tiver conhecimento.

10. O Ministro de Estado ou o Secretario Geral poderão reter, emquanto julgarem conveniente ao interesse publico, a correspondencia *secreta* ou *confidencial*.

11. A correspondencia *secreta* será assignada pela inicial — S —, conservando as outras classes a sua actual abreviatura. Nos avisos, despachos e officios a natureza da correspondencia especial deverá ser sempre indicada por extenso.

12. Os funcionarios da Secretaria de Estado deverão abster-se de empregar expressões diversas das previstas na nova classificação, coíno, por exemplo, *muito confidencial*, *confidencialissimo*.

Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 1937.



## ÀS MISSÕES DIPLOMATICAS E CONSULADOS DE CARREIRA

CIRCULAR N. 1.091 — AB 341.81 341.82.

### SUPPRESSÃO INDICE ANNUAL DE OFFICIOS

A adopção das guias de remessa de correspondencia, com que as Missões diplomaticas e Consulados de carreira encaminham á Secretaria de Estado o seu expediente, tornou desnecessaria, por preencher o mesmo fim, a relação dos indices de officios que as mesmas Missões e Consulados enviam todos os annos.

A partir de 1º de Janeiro de 1937 ficam, pois, as Missões diplomaticas e Consulados de carreira dispensados de remetterem os alludidos indices.

Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 1936.

## BIBLIOTHECA

O anno de 1936 caracterizou-se, no que se refere á Bibliotheca do Itamaraty, por uma grande actividade em todos os ramos do seu variado mechanismo.

Podemos affirmar, sem receio de errar, que a Bibliotheca do Itamaraty vem, e cada vez melhor, preenchendo as suas finalidades, entre as quaes se destaca a principal, que consiste em attender, com a maxima presteza possivel, a todos os consulentes do Ministerio do Exterior e as pessoas estranhas, autorizadas a frequentar a Bibliotheca do Itamaraty, quer para uma consulta rapida, quer para o estudo aprofundado de questões complexas.

Mas, para que essa Bibliotheca possa preencher dignamente essa sua principal finalidade e para que o seu mechanismo possa funcionar de modo perfeito, são necessarios, não só a dedicação e a grande somma de esforços conjugados de todo o pessoal da Bibliotheca, como tambem um sem numero de providencias quotidianas.

*Requisição de livros* — Junto ao salão de leitura são atendidos todos os consulentes que recorrem á Bibliotheca. Os que desejam levar livros, o fazem, mediante assignatura em recibo proprio. A primeira via desse recibo é archivada, indo a duplicata para o local do livro retirado e collocado em um fac-simile de livro de madeira, que tem por fim não só manter a bôa ordem dos livros collocados nas estantes, como também permitir que se saiba, a todo momento, com quem estão os livros emprestados.

A' encarregada do serviço acima compete também reclamar em carta, aos consulentes, a restituição dos livros retirados, se os mesmos não forem espontaneamente restituidos á Bibliotheca dentro de quinze dias. Não havendo outro pretendente a qualquer dos livros retirados, podem os consulentes renovar ainda uma vez o prazo da retirada. Compete mais á funcionaria referida acima levantar a estatística mensal das requisições e consultas effectuadas no Salão de Leitura.

*Registro de livros* — Compete a esse serviço registrar todos os livros novos entrados na Bibliotheca; organizar as bibliographias quinzenaes referentes aos livros comprados, doados e permutados, bem como o levantamento da estatística de todos os livros entrados durante o mez.

*Periodicos* — Compete esse serviço exhaustivo a D. Sarah Gomes de Araujo a qual sózinha, não só organizou o fichario de periodicos, como providenciou quanto á collocação dos mesmos nas differentes estantes, mantendo assim em dia e em bôa ordem esse importante ramo da Bibliotheca.

*Catalogação* — Compete ao serviço de catalogação, fichar, classificar e localizar todos os livros da Bibliotheca. Esses serviços constituem o mechanismo central da Bibliotheca, exigindo de todos cuidado, intelligencia e amor ao trabalho.

*Liga das Nações* — As publicações da Liga das Nações continuam, como nos annos anteriores, a ser muito procuradas

para os diversos serviços administrativos e, dado ao seu elevado numero, foi preciso crear-se um serviço especial de classificação chronologica e por assumptos.

*Cimelios* — Ao Sr. Jango Fischer, conhecido naturalista e bibliographo, estão a cargo a conservação e a selecção dos livros antigos e preciosos da Bibliotheca, em bôa hora confiados por Vossa Excellencia a este dedicado funcionario.

Além dessas suas actividades, está ultimando o Sr. Jango Fischer a simplificação da "Classification Décimale Universelle" do Instituto Internacional de Bibliographia de Bruxellas, para ser adaptada á Bibliotheca do Itamaraty.

*Encadernação* — Compete a esse serviço encadernar todos os livros enviados mediante guia da Bibliotheca com especificação dos autores, titulos dos livros, e côr da lombada, conforme sua localização e de accôrdo com a sua organização interna. Durante o anno de 1936, foram encadernados 1640 livros. Esse serviço parou em Setembro ultimo, devido á falta de material para encadernação.

*Deposito de livros e impressos* — Durante o anno de 1936 o Deposito de Livros e Impressos attendeu, de modo satisfatorio, a elevado numero de pedidos de publicações editadas por este Ministerio e de livros existentes no Deposito para distribuição. Com relação a este serviço devemos mencionar o grande numero de pedidos (todos attendidos) de livros de direito, assumptos sociaes, commerciaes e de historia em geral, dirigidos a este Ministerio pelos estudantes universitarios dos diversos estados do Brasil.

Foram assim attendidos 1318 pedidos no total de 15.399 volumes.

*Correspondencia* — Além de todos esses serviços acima enumerados, attendeu a Bibliotheca do Itamaraty ao expediente diario em materia de livros, tendo se correspondido

com as Embaixadas, Legações e Consulados brasileiros e com as Embaixadas, Legações e Consulados estrangeiros no Brasil; encaminhou aos nossos representantes no estrangeiro todos os livros uteis e de consulta necessários ás suas funções e recebeu destes as publicações enviadas espontaneamente e a pedido, destinadas ás diversas Repartições e Ministerios do Brasil.

Tambem foram remetidos á Bibliotheca Nacional 14.858 volumes entre obras diversas e livros avulsos, todos duplicatas, com a respectiva relação, além de pequenas remessas de duplicatas de periodicos ás diversas Repartições Publicas.

Cumpre ainda aos funcionarios da Bibliotheca do Itamaraty manusear os catalogos das livrarias nacionaes e estrangeiras, afim de escolher as obras necessarias a serem compradas.

Pelos quadros abaixo se poderá avaliar, em conjuncto, o movimento da Bibliotheca do Itamaraty, no anno de 1936.

#### QUADRO ESTATISTICO DO MOVIMENTO DE CONSULTA NO ANNO DE 1935

CONSULENTES	OBRAS	VOLS.
1.247	1.790	2.961

#### Anno de 1936

0 . 1 . 2 . 3 . 4 . 5 . 6 . 7 . 8 . 9 .												
CONSULENTES	OBRAS GERAES	PHILOSOPHIA	RELIGIÃO	SCIENCIAS SOCIAES E DIREITO	PHILOLOGIA	SCIENCIAS PURAS	SCIENCIAS APPLIC.	BELLAS ARTES	LITTERATURA	HISTORIA E GEOGRAPHIA	TOTAL	
											Obras	Vols.
1.764	514	11	14	1.119	194	37	48	22	206	354	2.509	5.446

Idiomas estrangeiros.....	1.132	Total 2.509 obras.
Idioma nacional.....	1.377	

QUADRO DOS LIVROS EXISTENTES NA BIBLIOTHECA  
Em 3 de Dezembro de 1936

	OBRAS	VOLS.	FOLHAS
Obras geraes.....	33.706	44.051	17.946
Periodicos.....	2.017	20.835	23.804
Total.....	35.723	64.886	41.750

Observação — O numero de obras geraes novas entradas em 1936 foi 1.424.

ESTATISTICA DA CORRESPONDENCIA EXPEDIDA PELA  
BIBLIOTHECA DO ITAMARATY

	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	TOTAL
Ministerios.....	37	68	105
Governos estadoaes.....	7	25	32
<i>Missões diplomaticas</i>			
Brasileiras.....	51	52	103
Extrangeiras.....	54	29	83
Consulados brasileiros.....	15	48	63
<i>Diversos</i>			
Brasileiros.....	44	46	90
Extrangeiros.....	3	9	12
Total.....	211	277	488

Foram tambem introduzidos na Bibliotheca do Itamaraty, durante o anno em apreço, varios melhoramentos, tanto no ponto de vista da organização interna como no ponto de vista do conforto e da esthetica da mesma.

Tiveram, assim, nova localização nas estantes e no fichario todos os livros do 2º andar, incorporando-se junto ao original as duplicatas das diversas obras.

Providenciou-se para a limpeza geral de todos os livros, aproveitando-se dessa oportunidade para deixar um pequeno espaço em cada prateleira para os acrescimos de obras.

Foram igualmente adquiridos grande copia de material para a Bibliotheca, como caixas de flandres para a guarda e conservação dos cimelios, prateleiras e supports de aço, *fac-simile* de livros em madeira para substituição dos livros retirados, capas de papelão para reter as publicações finas e flexiveis, etc., além de muitos outros objectos.

Seria conveniente que se organizasse, quanto antes, um quadro permanente de funcionarios bibliothecarios para a Bibliotheca do Itamaraty, enquadrando-se os auxiliares de escripta contractados do seu quadro actual, na quasi totalidade com mais de nove annos de serviço nessa secção, e alguns até com mais de dez, á nomenclatura empregada pela Lei do Reajustamento (Lei n. 284 de 28 de Outubro de 1936) e com os vencimentos correspondentes ás Lettras I, H, e G, assim discriminados:

- 2 Bibliothecarios — Lettra I — Vencimentos 1:300\$ mensaes  
cada um.
- 4 Bibliothecarios — Lettra H — Vencimentos 1:100\$ mensaes  
cada um.
- 6 Bibliothecarios — Lettra G — Vencimentos 900\$ mensaes  
cada um.

De facto, não se comprehende que o Instituto Oswaldo Cruz, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Escola Agricola de Barbacena, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, tenham bibliothecarios com os vencimentos de 1:300\$: que a

Escola Nacional de Bellas Artes, o Instituto Nacional de Musica, o Internato e Externato Pedro II, o Museu Nacional, tenham bibliothecarios com os vencimentos de 1:100\$; que a Secção de Propaganda e Educação Sanitaria, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Instituto Oswaldo Cruz tenham bibliothecarios com vencimentos de 900\$ enquanto o Ministerio das Relações Exteriores, que dispõe de uma das melhores bibliothecas do Brasil, com uma intensidade de trabalho já descripta acima, tenha por lei, sómente agora, tres funcionarios bibliothecarios.

## MAPPOTHECA

A Mappotheca do Ministerio das Relações Exteriores possui uma collecção preciosa de cartas geographicas antigas e modernas, muitas das quaes de grande importancia pela sua raridade e pelo seu valor sob o ponto de vista historico.

Além das cartas geographicas, possui a Mappotheca uma collecção, recentemente organizada, de estampas antigas e photographias, de valor documentario.

A indiscutivel necessidade de manter o Ministerio das Relações Exteriores uma bem organizada collecção de cartas geographicas tem sido constatada, não só no decorrer dos trabalhos para a delimitação das nossas fronteiras, como ao serem estudadas as questões territoriaes entre paizes estrangeiros, nas quaes o Brasil tem intervindo como mediador ou pelas quaes se interessa.

As constantes consultas de cartas geographicas, principalmente pelos Serviços de Limites e Actos Internacionais e de Negocios Politicos, exigem uma rigorosa classificação, de modo a poder ser immediatamente apresentada a carta geographica

pedida, a qual, em muitos casos, deve ser acompanhada daquellas que sejam relativas á matéria a ser examinada.

Além de collaborar com os outros Serviços deste Ministerio, fornecendo-lhe elementos para o estudo das questões que lhes são affectas, e desenhando mappas, que se tornam necessarios para certos trabalhos occasionaes, a Mappotheca tem attendido a pedidos de consultas de varios importantes departamentos federaes, que recorrem á sua collecção de cartas geographicas.

Para ser mantida em perfeita ordem a collecção, frequentemente augmentada de novas peças, o serviço de classificação e o trabalho material de conservação ha de ser persistente e methodico.

A catalogação tem sido objecto de especial attenção, havendo-se feito a revisão do catalogo topographico, trabalho que está quasi terminado, e achando-se em andamento a revisão do catalogo geographico.

De cento e noventa gavetas de arcazes e outros moveis, contendo mappas, cento e vinte e seis foram revisadas.

Em 1936. entraram 82 mappas, perfazendo o total de 5.145 exemplares differentes. Existem, além destes, 2.045 duplicatas.

O trabalho de restauração não tem sido descuido e, no decorrer do anno de 1936, foram restaurados 393 mappas, além de 4 atlas, 3 volumes de memorias e 1 catalogo.

Acha-se terminada, desde 1934, a organização da documentação iconographica, que vem sendo mantida em rigorosa ordem, constantemente augmentada a collecção com a entrada de novos exemplares, que são immediatamente identificados, fichados e guardados nos logares convenientes.

A collecção, no fim de 1936, conta 10.499 peças iconographicas, tendo entrado, durante o anno, 2.018 exemplares, entre estampas e photographias.



## RELATORIO DO PROTOCOLLO

O Protocollo, como já teve occasião de dizer, no relatorio anterior, o seu antigo chefe, é de todas as divisões sujeitas á Secretaria, a que tem sobre si funções mais variadas.

No anno passado, a actividade do Protocollo foi particularmente intensa, cabendo-lhe dar solução rapida e efficiente a innumeros casos, incidentes e questões de minucias, além do preparo do expediente commum do serviço, que comprehende congressos e conferencias, cerimonial, prerogativas diplomaticas, Cartas de Gabinete e de Chancellaria, credenciaes, revocatorias e de plenos poderes, bem como o trato com as Missões estrangeiras em suas relações com o Governo da Republica, recepção de personalidades illustres, visitas de vasos de guerra estrangeiros, expedições scientificas, etc.

Sobre essa variada actividade, teve o Protocollo a sua tarefa augmentada com a visita do Presidente Roosevelt, do Secretario e Sub-Secretario de Estado dos Estados Unidos da America e de varias personalidades de marca no scenario politico europeu e americano.

### I — CONGRESSOS E CONFERENCIAS

O Protocollo fez o expediente geral da Conferencia Inter-americana de Consolidação da Paz, preparando os plenos poderes e encaminhando ao seu destino todos os papeis de sua competencia, relativos a essa memoravel reunião.

Organizou o expediente das conferencias e congressos para os quaes o Brasil foi convidado, a saber:

Congresso Internacional de Meteorologia (Rio de Janeiro);

IV Congresso Internacional Technico Chimico de Industrias Agricolas (França);

III Congresso Internacional de Impaludismo (Madrid);

II Congresso Internacional de Microbiologia (Londres);

Conferencia Mundial de Energia (Washington);

47º Congresso do "Royal Sanitary Institute" (Birmingham);

Congresso Internacional de Numismatica (Inglaterra);

IV Congresso Internacional de Campos de Pastagem (Inglaterra);

XV Sessão das Jornadas Medicas (Bruxellas);

VI Congresso Internacional de Sciencias Administrativas (Varsovia);

V Congresso Internacional de Ensino Agricola Buenos Aires);

Reunião annual da Associação dos Cirurgiões Militares dos Estados Unidos da America;

Jogos Olympicos de Berlin;

II Congresso Internacional de Construcção de pontes e edificios (Berlin);

Congresso Internacional de Protecção Legal da Propriedade Industrial (Berlin);

VI Congresso da "Union Internationale des Villes et Pouvoirs Locaux" (Berlin e Munich);

Congresso Mundial de Descanso e Recreio (Berlin e Hamburgo);

Congresso Internacional de Mathematicos (Oslo).

## II — EXPEDIÇÕES SCIENTIFICAS

Em 1936, foram enviados ao Doutor Paulo Campos Porto, Presidente do Conselho de Fiscalização das Expe-

dições Artísticas e Scientificas no Brasil, officios solicitando:

a pedido da Embaixada dos Estados Unidos da America, licença para a expedição scientifica do Senhor Doutor George N. Wolcott, da Estação Experimental Agricola de Porto-Rico, para o estudo do parasita "scapteriscus vicinus", Scudder (25 de Abril):

a pedido da Embaixada de França, facilidades para a missão scientifica ao Perú e Equador, enviada pelo Ministerio francez da Educação Nacional e chefiada pelo Senhor Bertrand Fournoy, que deverá voltar á Europa descendo o Rio Amazonas até ao Estado do Pará (20 de Maio):

a pedido da Embaixada dos Estados Unidos da America, permissão para as expedições scientificas dos Senhores Doutores William Archer e George W. D. Hamlett (23 de Junho).

Outrosim, remetteram-se ao mesmo destinatario:

cópia de um officio da Legação do Brasil no Equador, transmittindo uma suggestão do naturalista Dr. Wolfgang von Hagen, do Museu de Historia Natural de Nova York, sobre a celebração da expedição de Orellana, que desceu, pela primeira vez, o Rio Amazonas, em 1540 (30 de Maio):

cópia de uma communicação da Embaixada de França, sobre a projectada expedição scientifica, ao Amazonas, do Senhor Dupois de Rolleghem (26 de Junho):

cópia de uma communicação da Embaixada Americana, sobre a expedição scientifica, ao Brasil, do Senhor Doutor Carl T. Schmidt (16 de Setembro).

Além dos documentos supra, ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, o Protocollo entreteve correspondência com os Ministerios de Estado dos Negocios da Fazenda e da Guerra, para o effeito da consecução de isenção de direitos para material scientifico e permissão de importação de armas.

### III— VÔOS DE AVIADORES ESTRANGEIROS EM TERRITORIO NACIONAL

Em 1936, foi feito expediente triplice, ao Ministerio da Guerra, Ministerio da Marinha e Departamento de Aeronautica Civil, assim discriminado:

*7 de Janeiro* — pedindo permissão para vôar sobre o territorio brasileiro o sub-tenente aviador da Marinha cubana, Antonio Menéndez Pelaez, num *raid* Cuba-Caracas-Fortaleza-Natal-Dakar-Sevilha (a pedido da Legação de Cuba):

*8 de Janeiro* — idem, para um avião da "O. J. Whitney, Incorporated", pilotado por O. J. Whitney, em vôo de experiencia (a pedido da Embaixada Americana):

*4 de Fevereiro* — fornecendo a identidade do mecanico do avião do *raid* aéreo de William K. Vanderbilt (a pedido da Embaixada Americana):

*1 de Abril* — solicitando permissão para vôar sobre o territorio brasileiro, do Rio de Janeiro a Buenos Aires, em avião aqui adquirido, o Doutor Samuel M. Bosch (a pedido da Embaixada Argentina):

*6 de Maio* — idem, para Wolfgang Leander, do Rio a Buenos Aires e regresso, para expôr aqui os aeroplanos (a pedido da Embaixada da Allemanha):

*9 de Junho* — idem, para o Senhor Antoine Vidal de la Blache, Secretario do Addido Militar á Embaixada de França em Buenos Aires, daquela capital ao Rio de Ja-

neiro, para expôr aqui um apparelho (a pedido da Embaixada de França);

12 de Junho — idem, para o Senhor Francisco Mendez Gonçalves, Director da Empresa Matte Laranjeira. S. A., e Presidente do Aero-Club Argentino, pela rota Buenos Aires-Guayra-Campanario-Campo Grande, São Paulo e Rio de Janeiro (a pedido da Embaixada Argentina);

23 de Junho — communicando, em additamento a informação verbal, que o vôo do espanhol José Vélez de Medrano y Echeverria sómente se realizará em Outubro;

7 de Julho — solicitando permissão para vôar sobre o territorio brasileiro, em viagem de experiencia, Pelotas-Rio de Janeiro, um avião da "Curtiss-Wright Export Corporation" (a pedido da Embaixada Americana);

17 de Julho — idem, para o aviador chileno Franco Bianco, que acaba de completar um *raid* aéreo na zona austral do Continente e deseja estendel-o até ao Brasil, seguindo a rota do littoral (a pedido da Embaixada do Brasil em Santiago);

30 de Julho — idem, para um avião da "Glen L. Martin Company", de Baltimore, em viagem de experiencia, vindo de Buenos Aires e atravessando o Brãsil, em demanda dos Estados Unidos da America (a pedido da Embaixada Americana);

7 de Outubro — idem, para um avião pertencente ao cidadão norte-americano William Barclay Harding, em viagem de recreio, entrando no Brasil procedente de Assumpção (a pedido da Embaixada Americana);

12 de Novembro — idem, para um avião da "Beech Aircraft Company Factory", em viagem de demonstração, Montevideo-Rio de Janeiro (a pedido da Embaixada dos Estados Unidos);

13 de Novembro — idem, para o aviador Joseph A. Costa, Venezuela-Belém do Pará (a pedido da Embaixada Americana);

*3 de Dezembro* — idem, para um avião pertencente a William K. Vanderbilt, em viagem de turismo, Cayenna-Belém-São Luiz - Amarração-Fortaleza-Natal-João Pessoa-Recife-Maceió-Aracajú-São Salvador-Caravellas-Victoria-Rio de Janeiro-Santos-Porto Alegre-Montevideo (a pedido da Embaixada Americana);

*10 de Dezembro* — fornecendo, em additamento, informações sobre o vôo do aparelho da "Beech Aircraft Company Factory" (a pedido da Embaixada Americana);

*14 de Dezembro* — idem, para a aviadora franceza Maryse Bastié (a pedido da Embaixada de França);

*18 de Dezembro* — solicitando permissão para sobrevoar o territorio nacional a aviadora americana Amelia Earhart, Senegal-Natal-Guyanna Franceza (a pedido da Embaixada Americana);

*23 de Dezembro* — rectificando esclarecimentos sobre o vôo de William Barclay Harding (a pedido da Embaixada Americana);

*23 de Dezembro* — solicitando permissão para estender o seu vôo até ao Rio de Janeiro o aviador Joseph A. Costa (a pedido da Embaixada Americana).

Sómente aos Ministerios da Guerra e da Marinha, de accordo com a materia, foi, a 2 de Julho, transmittida a informação da Legação brasileira em Assumpção, sobre uma projectada visita do Ministro da Italia naquella capital, ás cataractas do Iguassú, em avião posto á sua disposição pelo Governo paraguay.

Ao Ministerio da Guerra e ao Departamento de Aeronautica Civil, foi pedida, a 7 de Março, permissão para sobrevoarem o territorio brasileiro os aviadores francezes Bailly e Reginsi, em viagem de propaganda de material aeronautico, Rio-Santos-Porto-Alegre-Rio Grande-Montevideo (a pedido da Embaixada de França).

Ao Ministerio da Guerra foram dadas as informações abaixo:

*3 de Fevereiro* — esclarecendo equívocos sobre o vôo do sub-tenente da Marinha cubana Antonio Menéndez Pelaez (a pedido da Legação de Cuba);

*2 de Julho* — communicando, em additamento, que o Senhor Francisco Mendes Gonçalves modificou o itinerario do seu vôo ao Brasil, adoptando a rota Pelotas-Porto Alegre-Florianopolis-Santos-São Paulo-Rio de Janeiro (a pedido da Embaixada Argentina).

Encaminharam-se ao Departamento da Aeronautica Civil os officios:

*4 de Agosto* — esclarecendo informações sobre o vôo do aviador chileno Franco Bianco;

*4 de Agosto* — remetendo copias de avisos do Ministerio da Guerra e da Marinha, sobre o pedido de autorização feito pelo Lloyd Aéreo Boliviano, para que suas aeronaves possam pousar em Corumbá;

*3 de Novembro* — esclarecendo a rota do vôo de William Barclay Harding;

*18 de Novembro* — solicitando providencias no sentido de que a Companhia de Aviação Civil Uruguaya, de transporte de passageiros, seja autorizada a fazer descer as suas unidades no campo de aviação de Livramento, até que sejam terminadas as installações daquela companhia em Rivera (a pedido do Governador do Estado do Rio Grande do Sul).

#### IV — MOVIMENTO NO CORPO DIPLOMATICO ESTRANGEIRO

Em continuação, exponho o movimento occorrido no Corpo Diplomatico acreditado no Rio de Janeiro:

*America* — Tendo o Senhor Hugh Gibson partido para o seu paiz a 22 de Outubro de 1936, assumiu a direcção da Em-

baixada Americana, no character de Encarregado de Negocios interino, o Conselheiro da referida Missão diplomatica, Senhor Robert Mc. Gregor Scotten.

*Espanha* — Havendo o Senhor Vicente Sales, Embaixador da Espanha, deixado o Brasil, assumiu a direcção da Embaixada, no character de Encarregado de Negocios, interino, no dia 4 de Junho de 1936, o Senhor José Carcer y Lassance, Conselheiro da referida Missão diplomatica. Posteriormente, na ausencia de qualquer funcionario diplomatico, o mesmo Embaixador designou como Encarregado dos Negocios da Embaixada o Consul Geral em São Paulo, Senhor José Maria Sempere.

*Gran-Bretanha* — O Senhor Hugh Gurney, Embaixador da Gran-Bretanha, partiu para o seu paiz, em gozo de ferias, acreditando, em 28 de Junho, o Senhor 1º Secretario E. O. Coote, no character de Encarregado de Negocios, interino.

*Italia* — O Senhor Embaixador Roberto Cantalupo embarcou para a Europa em 15 de Agosto, assumindo a direcção da Embaixada, no character de Encarregado de Negocios, interino, o Conselheiro da referida Missão diplomatica, Senhor Enrico Menzinger di Preisenenthal.

*Perú* — O Senhor Embaixador do Perú, Doutor Jorge Prado, deixou o Brasil, ficando, em 31 de Maio de 1936, como Encarregado de Negocios, interino, o Senhor Gonzalo N. de Aramburu, 1º Secretario da dita Missão diplomatica.

*Suissa* — O Senhor Albert Gertsch, Ministro da Suissa no Rio de Janeiro, acreditou o Senhor Charles Redart, Conselheiro de Legação, no character de Encarregado de Negocios, interino.



## V — CREDENCIAES

As Cartas credenciaes apresentadas em 1936 foram:

*Belgica* — Embaixador Barão Jean Villenfagne de Sorinnes, a 13 de Outubro.

*Bolivia* — Ministro Doutor Alberto Ostria y Gutierrez, a 17 de Novembro.

*Chile* — Embaixador Felix Nieto del Rio, a 24 de Novembro.

*Colombia* — Ministro Doutor Domingo Esguerra, a 8 de Dezembro.

*Ecuador* — Ministro Doutor Francisco Guarderas, a 11 de Fevereiro.

*França* — Embaixador Marquez André d'Ormesson, a 29 de Setembro.

*Grecia* — Ministro Vassili Dendrami, a 15 de Dezembro.

*Mexico* — Embaixador Doutor José Manuel Puig Casauranc, a 4 de Agosto.

*Perú* — Embaixador Doutor Carlos Concha, a 27 de Outubro.

*Rumania* — Ministro Georges Lecca, a 16 de Junho.

## VII — LISTA DIPLOMATICA

O serviço da confecção da Lista Diplomatica foi levado a effeito com regularidade.

## VII — VISITA DE MISSÕES ESPECIAES E HOSPEDES ILLUSTRES DO BRASIL

Durante o anno de 1936, o Brasil recebeu a visita de numerosas personalidades estrangeiras de grande projecção, não só no scenario politico internacional, como também nas artes e muito especialmente na litteratura mundial.

O Brasil, não só recebeu grandes estadistas como Roosevelt, Saavedra Lamas, Nicolas Politis, como também teve o prazer de hospedar Ludwig, Duhamel, Zweig, João de Barros, etc., expoentes litterarios que, a convite do Chanceller Macedo Soares, aqui vieram estreitar os laços espirituaes que unem o Brasil aos demais paizes do mundo.

A visita, ao Brasil, de Franklin D. Roosevelt, o grande estadista norte-americano, que acabava de ser reeleito Presidente da grande Nação americana, foi um acontecimento historico e contribuiu para ampliar e tornar ainda mais affectuosas as relações de amizade que sempre existiram entre o Brasil e os Estados Unidos da America.

Segue-se um pequeno resumo das visitas de personalidades illustres feitas ao nosso paiz.

JOHN L. MERRIL — Presidente da "Pan American Society".

Tendo chegado a esta capital em 19 de Março, pelo vapor 'Eastern Prince', o Presidente de "Pan American Society" permaneceu no Brasil até o dia 28 do mesmo mez.

Durante sua estadia no Brasil o Sr. Merrill recebeu numerosas homenagens, entre as quaes convém destacar o grande almoço que o Ministro das Relações Exteriores lhe offereceu no salão de banquetes do Jockey Club Brasileiro.

O Sr. Merrill foi recebido pelo Presidente da Republica, a quem fez entrega de uma medalha de ouro da "Pan American Society".

Faziam parte da comitiva do Presidente da "Pan American Society" os Senhores Robert Dodge, Hermann C. Brook e John Clisham.

CARDEAL COPELLO — Arcebispo de Buenos Aires.

A 10 de Março passou pelo nosso porto Sua Eminencia o Cardeal Santiago M. Copello, que acabava de receber

o barrete cardinalicio das mãos de Sua Santidade o Papa Pio XI.

Durante sua permanencia no Rio o primeiro cardeal argentino foi alvo das maiores atenções, não só do mundo catholico brasileiro como tambem do Governo e do povo em geral.

Considerado hospede de honra do Governo do Brasil, o Cardeal Copello, que apenas permaneceu algumas horas em nossa capital, partindo na tarde do mesmo dia 10 de Março, deu uma grande recepção no Palacio Itamaraty, á qual compareceram todas as altas autoridades brasileiras; o Cardeal D. Sebastião Leme, o Corpo Diplomatico estrangeiro, sociedade carioca e todo o clero nacional no momento no Rio de Janeiro.

DOCTOR PODESTÁ COSTA — Consultor Juridico da Republica Argentina na Sociedade das Nações.

No mesmo mez de Março, passou pelo Rio, a caminho da Europa, esse illustre Jurisconsulto argentino.

Foi recebido pelo Introdutor Diplomatico e teve carinhosa acolhida, durante as poucas horas que permaneceu em nosso paiz.

PROFESSOR VITTORIO PUTTI — Director do Instituto de Orthopedia da Italia.

Pelo "Augustus", em 26 de Maio, chegou ao Brasil esse celebre médico italiano.

Permaneceu em nosso paiz até o dia 5 de Junho, tendo percorrido o Rio de Janeiro e São Paulo. Realizou varias conferencias em estabelecimentos scientificos nacionaes, sempre com o maior exito.

Em São Paulo recebeu particulares atenções, não só dos meios scientificos paulistas, como tambem da numerosa colonia italiana daquelle Estado.

Em 3 de Junho o Ministro do Exterior offereceu-lhe um grande banquete.

ALMIRANTE ELEAZAR VIDELA — Ministro da Marinha da Nação Argentina.

Durante o mez de Maio, esteve no Rio de Janeiro como hospede de honra da Marinha brasileira, Sua Excellencia o Senhor Almirante Elleazar Videla, Ministro da Marinha Argentina.

Durante sua permanencia no Brasil o Almirante Videla, que viajava a bordo do cruzador “25 de Mayo”, recebeu grandes homenagens das altas autoridades navaes e civis brasileiras.

Foi recebido pelo Presidente da Republica e condecorado com a “Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul”.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores offereceu-lhe um grande banquete no Palacio Itamaraty. O Almirante Videla se fazia acompanhar da Senhora de Videla.

MINISTRO PLENIPOTENCIARIO NOAKICHI MATMMAZA — Diplomata japonéz.

Em Junho visitou o Brasil esse diplomata japonéz. O Ministro Matmmaza, que viajava em missão official de seu paiz junto ás Legações e Consulados japonezes na America do Sul, foi recebido em nome do Ministro de Estado e cercado das maiores attensões durante sua permanencia em terras brasileiras.

MINISTRO AMAYA — Diplomata argentino.

Em 30 de Junho passou pelo porto desta capital o Ministro Plenipotenciario argentino Amaya.

Foi recebido pelo Introductor Diplomatico e fez um longo passeio pela cidade durante as horas em que aqui esteve.

DOUTOR CESAR CHARLONE — Ministro da Fazenda do Uruguay.

A bordo do “Oceania”, passou pelo Rio, em 2 de Julho, vindo da Europa, o Ministro da Fazenda do Uruguay.

Foi recebido em nome do Ministro de Estado e visitou alguns pontos turisticos da nossa capital.

SENHOR ALEXANDRE WEDELL — Embaixador americano em Buenos Aires.

Chegando ao Brasil em 23 de Julho, o Embaixador americano em Buenos Aires aqui permaneceu diversos dias, em viagem de turismo.

Foi recebido em nome do Ministro de Estado, sendo-lhe concedidas todas as facilidades durante o tempo em que aqu esteve

O Embaixador Wedell fazia-se acompanhar da Senhora Wedell.

MINISTRO ENRIQUE FINOT — Chanceller da Republica da Bolivia.

Vindo da Norte America, chegou ao Rio em 13 de Agosto, pelo vapor "Western World", este illustre diplomata boliviano.

Como hospede de honra do Governo brasileiro permaneceu em nosso paiz até o dia 22 de Agosto.

Durante sua permanencia foram-lhe prestadas as honras devidas ao seu alto cargo.

Foi recebido pelo Presidente da Republica e condecorado com a "Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul".

Visitou o Estado de São Paulo, onde permaneceu tres dias.

O Ministro de Estado, em nome do Governo, offereceu-lhe um grande banquete no Itamaraty, ao qual compareceram todas as altas autoridades brasileiras e numerosas personalidades sociaes.

Durante o tempo em que esteve no Brasil foi posto á sua disposição o Secretario de Legação Orlando Leite Ribeiro.

DOUTOR FELIX UNZUÉ — Presidente do Jockey Club Argentino.

O Presidente do Jockey Club Argentino visitou o Rio de Janeiro durante o mez de Agosto, afim de assistir ao grande premio do Jockey Club Brasileiro.

Foi recebido a bordo em nome do Ministro de Estado, sendo prestada ao Doutor Unzué carinhosa acolhida por parte do Governo e da Sociedade brasileira.

MINISTRO AUGUSTO CESAR BADO — Ministro de Estado do Interior do Uruguay.

Durante o mez de Agosto, em viagem de turismo e repouso, estive no Brasil o Ministro do Interior do Uruguay.

Foi recebido em nome do Ministro do Exterior, sendo-lhe prestadas as honras devidas a seu alto cargo.

STEFAN ZWEIG — Celebre escriptor austriaco.

A convite do Ministro Macedo Soares, chegou ao Rio, em 21 de Agosto, pelo "Alcantara", este celebre escriptor internacional.

Permaneceu nesta capital oito dias, tendo realizado uma conferencia de grande repercussão, sobre "Unidade espiritual do mundo", no salão de Conferencias do Instituto Nacional de Musica.

Partiu para a capital do Estado de São Paulo em 28, ahi tendo permanecido quatro dias. Durante o tempo em que estive na capital paulista, visitou Campinas e algumas fazendas de café, algodão e laranja.

Recebeu grandes atenções da intellectualidade brasileira, tendo o Ministro do Exterior lhe offerecido um grande almoço no hypodromo do Jockey Club Brasileiro, ao qual compareceram diplomatas, intellectuaes, pessoas da sociedade, altas autoridades e a familia do Presidente da Republica.

Esteve ás suas ordens, durante sua permanencia no Brasil, o Secretario de Legação Jayme Chermont.

CHANCELLER CARLOS SAAVEDRA LAMAS — Ministro das Relações Exteriores da Argentina.

A caminho da Europa, passou pelo Rio de Janeiro, em 1º de Setembro, o Chanceller Saavedra Lamas, que viajava a bordo do “Alcantara”.

Foi recebido pelo Presidente da Republica e o Ministro das Relações Exteriores lhe offereceu um grande almoço no Palacio Itamaraty, ao qual compareceram altas autoridades brasileiras e personalidades de relevo social.

Posteriormente, em 23 de Novembro, de volta da Europa, passou novamente pela capital brasileira o Chanceller argentino.

Foram-lhe prestadas honras excepcionaes, sendo recebido em plenario pela Camara dos Duputados.

Recebeu numerosas attensões durante a sua curta permanencia no Brasil, entre as quaes convem destacar o almoço intimo que lhe offereceu o Presidente da Republica, no Palacio Guanabara.

GEORGES DUHAMEL — Celebre escriptor francez.

Este celebre romancista e sociologo francez chegou a Santos em 22 de Setembro, a bordo do “Highland Brigade”, permaneceu tres dias em São Paulo, sendo recebido pelo Presidente do Estado e tendo recebido as maiores distincções dos intellectuaes paulistas.

A 24 chegou ao Rio, onde permaneceu até o dia 29, quando embarcou para a Europa, a bordo do “Asturias”.

Realizou uma conferencia no Instituto de Musica sobre “Pequenos segredos da lingua franceza”, que obteve o maior exito.

A 27 o Ministro do Exterior offereceu-lhe um grande almoço no Hypodromo da Gavea. Foi recebido pelo Presidente da Republica.

Durante sua estada no Brasil acompanhou-o o Consul Osorio Dutra, sendo hospede official do Governo.

EMIL LUDWIG — Celebre escriptor allemão.

Em 28 de Setembro, pelo "Andalucia Star" chegou ao Rio o escriptor allemão Ludwig, sendo recebido como hospede official do Governo.

Foi recebido pelo Presidente da Republica.

Realizou uma conferencia, com grande successo, na Academia Brasileira de Letras.

O Ministro do Exterior offereceu-lhe um grande almoço no restaurant do "Joá".

Permaneceu no Brasil até o dia 10 de Outubro. Durante o tempo em que permaneceu no Brasil, esteve á sua disposição o Secretario Orlando Leite Ribeiro.

DON MARIANO DE VEDIA Y MITRE — Intendente Municipal de Buenos Aires.

Em viagem de repouso, chegou ao Rio, pelo "Avila Star", no dia 1º de Outubro, o Senhor Mariano de Vedia y Mitre, Intendente Municipal da capital argentina.

Foi recebido pelo Presidente da Republica, tendo sido acolhido com a maior cordialidade pelas autoridades brasileiras. O Prefeito Conego Olympio de Mello prestou-lhe especiaes distincções.

Ficou no Brasil tres semanas, tendo percorrido não só a capital, como diversas cidades brasileiras.

JOÃO DE BARROS — Celebre escriptor portuguez.

De Outubro a Novembro permaneceu no Brasil, como hospede do Governo, o escriptor João de Barros.



Realizou diversas conferencias que alcançaram o maior exito.

Visitou São Paulo, onde permaneceu tres dias, tendo realizado uma conferencia na Escola de Direito.

O Ministro do Exterior offerceu-lhe um almoço.

Esteve a á sua disposição o Consul Saboia de Medeiros.

MINISTRO NICOLAS POLITIS — Ministro da Grecia em Paris.

A convite do Governo do Brasil, chegou ao Rio, em 9 de Novembro, este estadista grego.

Recebeu por parte do Governo e da Sociedade brasileiros as maiores distincções

Foi recebido pelo Presidente da Republica e condecorado com a "Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul".

O Ministro do Exterior offerceu-lhe um grande almoço.

Visitou São Paulo, onde permaneceu cinco dias, tendo visto diversas fazendas e institutos scientificos.

Acompanhou-o, durante sua permanencia em terras brasileiras, o Consul Sergio de Lima e Silva.

PRESIDENTE MARCELLO ALVEAR

Em Novembro passou pelo Rio o ex-presidente da Nação Argentina, tendo permanecido algumas horas em nossa capital.

Foi recebido pelo Presidente da Republica e acompanhado durante sua permanencia no Rio por um representante do Ministerio do Exterior.

JACQUES MARITAIN — Celebre sociologo e escriptor francez.

Passando pelo Rio foi hospede official do Governo o escriptor catholico Jacques Maritain, que aqui aportou em 20 de Novembro.

Realizou duas conferencias, sendo recebido pelo Presidente da Republica.

BARONETE GUSTAVO SCHLOTTERE — Director Geral do Ministerio da Economia do Reich Allemão.

Vindo pelo Zeppelin, chegou em Novembro a esta capital esse estadista allemão, que aqui permaneceu alguns dias.

Foi recebido em nome do Ministro de Estado e cumulado de gentilezas durante sua permanencia no Brasil.

SR. CORDELL HULL — Secretario de Estado dos Estados Unidos da America.

O Ministro do Exterior americano chegou a esta capital, a caminho da Conferencia Interamericana de Consolidação da Paz de Buenos Aires, em 19 de Novembro, pelo "American Legion".

Acompanhava-o o Sub-Secretario de Estado *Summer Wells* e sua comitiva.

Foi recebido pelo presidente da Republica e pela Camara dos Deputados.

Além de numerosas outras distincções, foi-lhe offerecido um grande banquete no Palacio Itamaraty.

Recebeu o titulo de membro do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.

PRESIDENTE FRANKLIN D. ROOSEVELT

Acompanhado de numerosa comitiva chegou ao Rio, em 27 de Novembro, a bordo do cruzador "Indianopolis", o Presidente dos Estados Unidos da America.

Foram-lhe prestadas todas as honras devidas ao seu alto cargo, tendo o Presidente da Republica, todos os Ministros de Estado e demais altas autoridades da Republica comparecido ao caes de desembarque.

Dada a sua curta permanencia em terras do Brasil, o programma de sua recepção foi brilhante, mas o mais restricto possivel.

Por ocasião de seu desembarque formaram as forças de terra e mar tendo as fortalezas e navios de guerra lhe prestado as continências devidas.

Almoçou com o presidente da Republica na Chacara do industrial Fontes, compareceu a uma sessão especial da Camara dos Deputados, onde pronunciou notavel peça oratoria e finalmente compareceu ao grande banquete que o Presidente da Republica offereceu no Palacio Itamaraty.

Durante as horas em que esteve no Brasil foi hospedado no Palacio Carlos Guinle, á Praia de Botafogo, gentilmente offerecido por seu proprietario ao Governo do Brasil.

A comitiva do Presidente Roosevelt, bem como seu filho James, foi condecorada com a "Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul".

Para superintender as festas que lhe foram offerecidas o Ministro do Exterior nomeou uma commissão presidida pelos Ministros Nabuco e Rio Branco.

PROFESSOR HERMENEGILDO ARREJA

Em Dezembro foi hospede do Brasil este eminente medico espanhol, que aqui permaneceu alguns dias.

MONSENHOR ANTONIO MARIA BARBIERI — Bispo coadjutor de Buenos Aires.

Passou pelo Rio em Dezembro, a caminho da Europa o bispo coadjutor de Buenos Aires.

Foi recebido pelo representante do Ministro do Exterior.

MONSENHOR CORTESI — Nuncio Apostolico de Buenos Aires.

No mesmo mez de Dezembro, pelo "Oceania", passou pelo Rio essa alta autoridade ecclesiastica, sendo recebida em nome do Ministro de Estado.

**DOUTOR HUMBERTO ALBORNOZ** — Presidente da Delegação Equatoriana à Conferencia de Buenos Aires.

Chegou ao Rio em Dezembro, tendo permanecido alguns dias no Rio.

Foi recebido em nome do Ministro de Estado, a quem visitou.

Durante sua permanencia foram-lhe prestadas diversas homenagens.

**DOUTOR JORGE SOTO DEL CORRAL** — Ministro das Relações Exteriores da Colombia.

Acompanhado do Embaixador em Washington Doutor Lopez, chegou ao Rio, em 28 de Dezembro, o Chanceller da Colombia.

Foram-lhe feitas numerosas distincções, tendo o Ministro do Exterior offerecido um grande almoço no Jockey Club Brasileiro, com a presença de todas as altas autoridades brasileiras.

Foi recebido pelo Presidente da Republica e condecorado com a "Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul".

Visitou o Estado de São Paulo, onde permaneceu tres dias.

Offereceu, no Copacabana Palace, uma grande recepção á sociedade brasileira.

Foi posto á sua disposição o Consul Carlos Eiras.

Além desses hospedes officiaes do Governo, o Brasil foi visitado por numerosos grupos de turistas, entre os quaes se destacavam muitas personalidades de relevo internacional.

#### **IX — VISITAS DE VASOS DE GUERRA ESTRANGEIROS**

Durante o anno de 1936, os nossos portos foram visitados por varios vasos de guerra de nações amigas, a saber:

"SoumenJoutsen", navio-escola finlandez, permaneceu uma semana no porto do Rio de Janeiro, em principios de Março;

“Jeanne d'Arc”, navio-escola francez, de 13 a 24 de Novembro no Rio de Janeiro e de 24 a 26 em Angra dos Reis;

“D'Entrecasteaux”, aviso de guerra francez, de 30 de Dezembro a 10 de Janeiro do corrente anno, no Rio de Janeiro;

“Sagres”, navio-escola portuguez, visitou o Rio de Janeiro na segunda quinzena de Dezembro;

“Schleswig-Holstein”, navio-escola allemão, comboiado pelo navio-auxiliar “Rudolf Albrecht”, em Pernambuco de 25 de Novembro a 4 de Dezembro e em Belém de 9 a 16 de Dezembro;

“Schlesien”, navio-escola allemão, comboiado pelo navio-auxiliar “Mittlemeer”, na Bahia de 30 de Novembro a 10 de Dezembro;

“Mahan”, navio de guerra norte-americano, no Rio de Janeiro, de 22 de Dezembro a 2 de Janeiro;

“Scarborough”, navio de guerra inglez, em Pernambuco de 7 a 12 de Fevereiro, no Rio de Janeiro de 24 de Abril a 1º de Maio e em Natal de 6 a 9 de Maio;

“Salto”, “Paysandu” e “Rio Negro”, guarda-costas uruguayos, em fins de janeiro em Recife e principios de Fevereiro no Rio de Janeiro.

#### X — MENSAGENS

Durante o anno foram dirigidas tres mensagens aos Senhores Membros do Poder Legislativo e tres aos Senhores Membros do Senado Federal.

As primeiras do Poder Legislativo versavam os seguintes assumptos:

1ª — Abertura de credito necessario afim de attender ao pagamento da differença de vencimentos decorrente da elevação da representação diplomatica do Brasil, em Berlim.

2ª — Protocollo, acompanhado de uma exposição de motivos, assignado em Buenos Aires, em 24 de Maio de 1935 pelos Plenipotenciarios do Brasil e da Republica Argentina para a construcção de uma ponte sobre o rio Uruguayo, ligando os dois paizes.

3ª — Conveniencia de ser estendida a representação da nossa Missão diplomatica na Belgica ao Grão-Ducado do Luxemburgo, conforme a exposição de motivos então apresentada.

As mensagens aos Senhores Membros do Senado Federal submittiam á apreciação do órgão coordenador dos poderes os decretos de nomeação dos Senhores J. J. Moniz de Aragão, Cyro de Freitas Valle e Sebastião Sampaio para exercerem, respectivamente, as funções de Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Berlim, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em La Paz e Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario em Praga.

#### XI — CARTAS DE GABINETE

Durante o anno de 1936, foram redigidas no Protocollo as seguintes Cartas de Gabinete:

A S. M. Gustavo V, Rei da Suecia, accusando recebimento das credenciaes do Ministro Nils Gustaf Weidel.

A S. M. Gustavo V, Rei da Suecia, dando por finda a missão do Ministro Johan Theodor Paues.

A S. Ex. o Sr. Presidente de Cuba, agradecendo a communicação de que assumiu a presidencia provisoria da Republica.

A S. M. Leopoldo III, Rei dos Belgas, accusando recebimento da Carta pela qual communica o fallecimento da Rainha Astrid.

A S. M. George II, Rei dos Hellenos, communicando haver reassumido o throno da Grecia.

A S. Ex. o Sr. Chefe Supremo da Republica do Equador, Sr. Frederico Páez, accusando recebimento da carta que deu por finda a Missão que desempenhava junto ao Governo do Brasil o Ministro Elicio Flor.

A S. Ex. o Sr. Chefe Supremo da Republica do Equador, accusando o recebimento das credenciaes do novo Ministro, Sr. Francisco Guarderas.

A S. M. Christiano X, Rei da Dinamarca e Islandia, accusando o recebimento da carta que dá por finda a missão do Ministro Bianco Boeck.

A S. M. Christiano X, Rei da Dinamarca e Islandia, accusando o recebimento da Carta em que nomeia o novo Ministro Sr. Fleming de Sehested.

A S. Ex. o Sr. Presidente Provisorio do Paraguay, Coronel Franco, accusando recebimento da Carta em que communica haver assumido a presidencia do seu paiz.

A S. Ex. o Sr. Presidente da Republica Portugueza, accusando o recebimento da Carta em que communica haver sido reeleito Presidente da Republica.

A S. M. Eduardo VIII, Rei da Gran-Bretanha, accusando o recebimento da Carta em que communica o fallecimento do Rei Jorge V.

A S. M. Haakon VII, Rei da Noruega, accusando recebimento da Carta em que accredita o novo Ministro Sandberg.

A S. M. Haakon VII, Rei da Noruega, dando por finda a missão do Ministro Wilhelm Michelet.

A S. Ex. o Sr. Presidente dos Estados Unidos da Venezuela, accusando o recebimento da Carta em que communica haver sido eleito e tomado posse do cargo de Presidente da Republica dos Estados Unidos da Venezuela.

A S. Ex. o Sr. Presidente da Republica Tchecoslovaca, accusando o recebimento da Carta em quê communica haver sido eleito e tomado posse do cargo de Presidente da Republica Tchecoslovaca.

A S. M. Carol II, Rei da Rumania, accusando o recebimento da Carta em que dá por finda a missão do Ministro Diuliu Zamfirescu.

A S. M. Carol II, Rei da Rumania, accusando recebimento das credenciaes do novo Ministro Georges Lecca.

## XII — CARTAS CREDENCIAES E REVOCATORIAS

Foram, no corrente anno, preparadas as seguintes Cartas Credenciaes e Revocatorias:

A S. Ex. o Sr. Presidente do Chile, acreditando o Embaixador Gilberto Amado.

A S. Ex. o Sr. Presidente do Chile, dando por finda a missão do Embaixador Araujo Jorge.

A S. M. Eduardo VIII, Rei da Gran-Bretanha, acreditando o Embaixador Regis de Oliveira.

A S. Ex. o Sr. Encarregado do Poder Executivo da Republica do Equador, dando por finda a missão do Ministro Amaral Murtinho.

A S. Ex. o Sr. Encarregado do Poder Executivo do Equador, acreditando o Ministro Acyr Paes.

A S. Ex. o Sr. Presidente da Republica da Bolivia, dando por finda a missão do Ministro Octavio Fialho.

A S. Ex. o Sr. Presidente da Republica da Bolivia, acreditando o Ministro Cyro de Freitas Valle.

A S. Ex. o Sr. Presidente da Colombia, acreditando o Ministro Lourival de Guillobel.



A S. Ex. o Sr. Presidente da Colombia, dando por finda a missão do Ministro M. Coelho Rodrigues.

A S. M. Boris III, Rei dos Bulgaros, acreditando o Ministro Joaquim Eulalio.

A S. M. Boris III, Rei dos Bulgaros, dando por finda a missão do Ministro M. Coelho Rodrigues.

A S. Ex. o Sr. Presidente da Republica de Cuba, acreditando o Embaixador Oswaldo Aranha, Embaixador Extraordinario para assistir á posse do Presidente Gomez.

### XIII — CARTAS DE PLENOS PODERES

Sem contar as Cartas de Plenos Poderes outorgados aos representantes do Brasil na Conferencia Interamericana de Consolidação da Paz, em Buenos Aires, o Protocollo fez as seguintes Cartas de Plenos Poderes:

Nomeando o Ministro J. C. de Macedo Soares para proceder á troca das ratificações do Tratado de Commercio entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos de America;

Nomeando o Ministro J. C. de Macedo Soares para assignar, no Rio, um Convenio Radio-Electrico com a Colombia;

Nomeando o Embaixador Souza Dantas para assignar, em Paris, o texto completo da Convenção do Frio;

Nomeando o Sr. Jayme Dias França, Delegado Plenipotenciario do Brasil, para o IV Congresso da União Postal das Americas e Espanha, na cidade de Panamá;

Nomeando o Sr. Leonidas de Siqueira Menezes 1º Delegado Plenipotenciario do Brasil, no mesmo Congresso;

Nomeando o Sr. Julio Sanchez Perez, Delegado Plenipotenciario do Brasil no mesmo Congresso.

#### **XIV — ORDEM NACIONAL DO CRUZEIRO DO SUL**

Além do expediente proprio e variado, cabe ao Protocollo superintender a Secretaria da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a cargo do 2º Introdutor Diplomatico.

As condecorações concedidas no anno de 1936 foram: Gran-Cruzes, 16; Grandes Officiaes, 24; Commendadores, 30; Officiaes, 31; Cavalleiros, 31.

#### **XV — MOVIMENTO GERAL DO PROTOCOLLO**

Foi este o movimento geral de documentos emanados do Protocollo:

A's Missões diplomaticas estrangeiras — notas, 1.551; cartas 85; telegrammas 24; circulares, 7 (sendo 4 telegraphicas);

A's Missões diplomaticas brasileiras — despachos, 184; telegrammas, 265; cartas, 17; circulares, 3 (todas telegraphicas);

Aos Consulados brasileiros — despachos, 19; cartas, 4; telegrammas, 24;

Aos Ministros de Estado da União e aos Governadores dos Estados — avisos e officios, 724; cartas, 8; telegrammas, 123; circulares telegraphicas, 4;

A's autoridades brasileiras e "diversos" no interior — officios, 56; cartas, 475; telegrammas, 154;

Cartões de entrada a bordo, 370; carteiras diplomaticas, 59; fórmulas de isenção de direitos, 884; Cartas Credenciaes e Revocatorias, 11; Cartas de Gabinete, 18; Cartas de Plenos Poderes, 13; Mensagens, 6.

## CORRESPONDENCIA EXPEDIDA DURANTE 1936

### Aos Ministerios de:

Agricultura.....	25
Educação e Saude Publica.....	135
Fazenda.....	47
Guerra.....	89
Justiça.....	49
Marinha.....	89
Trabalho.....	159
Viação.....	77
Somma.....	<u>670</u>

### Às Missões Diplomaticas Brasileiras:

Despachos.....	152
» Telegraphicos.....	41
Somma.....	<u>193</u>

### Às Representações Estrangeiras:

Notas e Notas Verbaes.....	131
----------------------------	-----

### Aos Consulados Brasileiros:

Despachos.....	33
» Telegraphicos.....	22
Somma.....	<u>55</u>

### A Diversos no Exterior:

Notas, Officios, Cartas, Bilhetes Verbaes.....	97
Telegrammas.....	2
Somma.....	<u>99</u>

### A Diversos no Interior:

Officios, Cartas, Bilhetes Verbaes.....	242
Telegrammas.....	136
Somma.....	<u>378</u>

Aos Governos Estaduaes:

Avisos.....	87
» Telegraphicos.....	3
Somma.....	<u>90</u>

Governo a Governo:

Notas e Notas Verbaes.....	16
----------------------------	----

A' Liga das Nações;

Notas e Notas Verbaes.....	103
Telegrammas.....	1
Somma.....	<u>104</u>

A' Policia do Districto Federal:

Bilhetes Verbaes.....	2
-----------------------	---

A' Presidencia da Republica:

Exposição de Motivos.....	3
Bilhete Verbal.....	1
Telegramma.....	1
Somma.....	<u>5</u>

A' Directoria Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social:

Officios, Bilhetes Verbaes.....	53
---------------------------------	----

Ao Serviço de Fronteiras:

Despachos.....	73
» Telegraphicos.....	122
Somma.....	<u>195</u>
Memoranda, Pareceres e Informações.....	174
Total.....	<u>2.165</u>

## MOVIMENTO DOS ACTOS INTERNACIONAES FIRMADOS PELO BRASIL EM 1936

### ACTOS FIRMADOS

Convenção para a repressão do trafico illicito das drogas nocivas e Protocollo de assignatura, firmado em Genebra, a 26 de Junho de 1936.

Convenio Radio-Electrico entre o Brasil e a Colombia, firmado no Rio de Janeiro a 4 de Novembro de 1936.

Protocollo Addicional ao Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Italia, de 28 de Novembro de 1931, firmado no Rio de Janeiro, a 5 de Novembro de 1936.

Protocollo que institue uma Commissão mixta brasileiro-boliviana para estudos previos das communicações ferroviarias entre o Brasil e a Bolivia, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de Novembro de 1936.

Protocollo que institue uma commissão mixta brasileiro-boliviana para estudos dos problemas relativos ao aproveitamento e exportação do petroleo boliviano, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de Novembro de 1936.

Convenção Internacional para a creação, em Paris, de um Instituto Internacional de Refrigeração (Paris 21/6/920), entre o Brasil e diversos paizes, revista em Paris, a 30 de Novembro de 1936.

Contracto entre o Governo do Brasil e o Governo da Republica franceza, relativo á Missão Militar Franceza no Brasil, firmado, no Rio de Janeiro, a 26 de Novembro de 1936.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e o Equador, firmado no Rio de Janeiro a 24 de Julho — Pag. 56/4.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Austria, firmado no Rio de Janeiro a 28 de Julho — Pag. 57/1

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Fin-  
landia, firmado no Rio de Janeiro a 22 de Julho — Pag. 57/2. ✓

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Suissa  
firmado no Rio de Janeiro a 24 de Julho — Pag. 57/3.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a No-  
ruega, firmado no Rio de Janeiro a 27 de Julho — Pag. 57/4. ✓

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Islandia ✓  
firmado no Rio de Janeiro, a 30 de Julho — Pag. 58/1.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e Cuba, ✓  
firmado por troca de notas no Rio de Janeiro, a 31 de Julho —  
Pag. 58/2.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e o Canadá ✓  
firmado por troca de notas no Rio de Janeiro, a 30 de Julho —  
Pag. 58/3.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e o Chile ✓  
firmado por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 19 de Agosto  
— Pag. 58/4.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e o Perú, ✓  
firmado por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 27 de Julho —  
Pag. 59/1.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Gran-  
Bretanha, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a  
10 de Agosto — Pag. 59/2. ✓

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Ru-  
mania, firmado por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 24 de  
Agosto — Pag. 59/3. ✓

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Co-  
lombia, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 30  
de Julho — Pag. 60/2. ✓

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e o Me-  
xico, firmado, por troca de notas, no Mexico, a 30 de Julho —  
Pag. 60/3. ✓

✓ Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Suecia, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 28 de Julho — Pag. 60/4.

✓ Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Tchecoslovaquia, firmado por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 22 de Julho — Pag. 61/1.

✓ Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a França, firmado, por troca de notas, em Paris, a 4 de Março — Pag. 61/2.

✓ Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Polonia, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 31 de Julho — Pag. 61/3.

✓ Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Italia, firmado por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 14 de Agosto.

✓ Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Belgica, firmado por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 28 de Dezembro de 1936.

✓ Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Alemanha, firmado por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 7 de Junho de 1936.

✓ Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e o Egypto, firmado por troca de telegrammas de 1 de Agosto de 1936, prorogando o accordo aduaneiro de 13 de Maio de 1930.

✓ Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Turquia, firmado por troca de notas, em Paris, a 1º de Agosto de 1936, prorogando o accordo por 2 mezes.

✓ Prorogando até 15 de Setembro de 1936 com os Paizes Baixos.

✓ Convenção Internacional para a unificação do registo genealogico bovino, entre o Brasil e diversos paizes, firmado em Roma, a 14 de Outubro de 1936.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Hungria, firmado por troca de notas, no Rio de Janeiro a 30 de Julho de 1936.

Accordo Commercial provisorio entre o Brasil e a Dinamarca, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 30 de Julho de 1936.

#### ACTOS RATIFICADOS

Projecto de Convenção relativo ao exame medico obrigatorio das crianças e menores empregados a bordo dos vapores, firmado em Genebra a 25 de Outubro de 1921 por ocasião da 3ª Sessão da Conferencia Geral da Organização Internacional do Trabalho. — Ratificado a 10 de Março de 1936. Ratificação depositada no Secretariado da Liga, a 8 de Junho de 1936.

Projecto de Convenção (n. 41) relativo ao trabalho nocturno das mulheres (revisto em 1934), firmado em Genebra, a 4 de Junho de 1934, por ocasião da 18ª Sessão da Conferencia Geral da Organização Internacional do Trabalho. — Ratificado a 10 de Março de 1936. Ratificação depositada no Secretariado da Liga, a 8 de Junho de 1936.

Projecto de Convenção fixando a idade minima de admissão dos menores no trabalho maritimo, firmado em Genova, a 15 de Junho de 1920, por ocasião da 2ª Sessão da Conferencia Geral da Organização Internacional do Trabalho. — Ratificado a 10 de Março de 1936. Ratificação depositada no Secretariado da Liga, a 8 de Junho de 1936.

Projecto de Convenção (n. 42) concernente á indemnização das molestias profissionaes (revista em 1934), firmada em Genebra a 4 de Junho de 1934, por ocasião da 18ª Sessão da Conferencia Geral da Organização Internacional do Tra-



balho. — Ratificado a 10 de Março de 1936. Ratificação depositada no Secretariado da Liga, a 8 de Junho de 1936.

Tratado de Conciliação e arbitragem obrigatoria entre o Brasil e o Uruguay, firmado no Rio de Janeiro, a 22 de Agosto de 1934. — Ratificado a 18 de Fevereiro de 1936.

Convenção internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immundades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de Abril de 1926, completada, posteriormente, por um Protocollo firmado em Bruxellas, a 24 de Maio de 1934. — Ratificados a 23 de Dezembro de 1930. Confirmados a 3 de Março de 1935, depositados em Bruxellas, a 19 de Maio de 1936.

Tratado para a protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich). Approvado pela VII Conferencia Internacional Americana, firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935. — Ratificado a 5 de Maio de 1936. Depositado na U. Panamericana a 5 de Agosto de 1936.

Convenção sobre Asylo Politico, firmada em Montevideo, a 26 de Dezembro de 1933. — Ratificada a 1º de Setembro de 1936.

Convenção sobre direitos e deveres dos Estados, firmado em Montevideo, a 26 de Dezembro de 1936. — Ratificada a 1º de Setembro de 1936.

Tratado Anti-bellico de não aggressão e de conciliação entre o Brasil e a Argentina, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de Outubro de 1933. — Ratificado a 25 de Maio de 1936. Depositado, em Buenos Aires, a 26 de Agosto de 1936.

Protocollo para a revisão do Estatuto da Côte de Justiça, firmado em Genebra a 14 de Setembro de 1929. — Ratificado a 24 de Novembro de 1936. Depositado a 26 de Janeiro de 1937.

Protocollo Addicional ao Tratado de Extradicação Brasil-Argentina, de 10 de Outubro de 1933. firmado em Buenos Aires, a 24 de Maio de 1935.— Ratificado a 27 de Outubro de 1936.

#### ACTOS PROMULGADOS

O Decreto n. 634, de 11 de Fevereiro de 1936, publicado no "Diario Official" de 21 de Fevereiro, promulga os accordos relativos á unificação dos signaes maritimos a ás barcas pharões, quando fóra de suas posições, firmados em Lisbôa, a 23 de Outubro de 1930, por occasião da Conferencia para verificação da balisagem e de iluminação das costas, entre o Brasil e diversos paizes.

O Decreto n. 1.087, de 8 de Setembro de 1936, publicado no "Diario Official" de 16 do mesmo mez, promulga o Tratado para a protecção das Instituições Artisticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935, entre o Brasil e diversos paizes.

O Decreto n. 1.077, de 1º de Setembro de 1936, publicado no "Diario Official" de 16 do mesmo mez, promulga o Tratado Anti-bellico de não aggressão e de conciliação, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de Outubro de 1933, entre o Brasil e diversos paizes.

O Decreto n. 1.126, de 29 de Setembro de 1936, publicado no "Diario Official" de 19 do mesmo mez, promulga a Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de Abril de 1926, por occasião da "Conferencia Internacional do Direito Maritimo e Protocollo Addicional firmado na mesma Capital, a 24 de Maio de 1934, entre o Brasil e diversos paizes.

O Decreto n. 1.094, de 15 de Setembro de 1936, publicado no "Diário Oficial" de 16 de Outubro, promulga a Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de Maio de 1929, entre o Brasil e diversos países.

### ACTOS DENUNCIADOS

#### ACCORDOS COMMERCIAES

##### *Segundo dados fornecidos pelos Serviços Economicos e Commerciaes*

Accordo Commercial entre o Brasil e a Allemanha, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 22 de Outubro de 1931.

Accordo Commercial entre o Brasil e a Dinamarca, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 30 de Novembro de 1931.

Accordo Commercial entre o Brasil e a Finlândia, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 26 de Novembro de 1931.

Accordo Commercial entre o Brasil e a Gran-Bretanha, firmado por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 11 de Setembro de 1931.

Accordo Commercial entre o Brasil e a India, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 21 de Julho de 1932.

Accordo Commercial entre o Brasil e o Estado livre da Irlanda, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 16 de Outubro de 1931.

Accordo Commercial entre o Brasil e a Islandia, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 30 de Novembro de 1931.

Accordo Commercial entre o Brasil e a Tchecoslovaquia, firmado, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 27 de Novembro de 1931.

Accordo Commercial entre o Brasil e a Turquia, firmado, por troca de notas, em Ankara, a 2 de Julho de 1933.

(A denuncia dos actos acima referidos começou a vigorar 6 mezes após a publicação do decreto n. 552, de 30 de Dezembro de 1935.)

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Austria, firmado no Rio de Janeiro, a 2 de Janeiro de 1932.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Colombia, firmado a 12 de Setembro de 1932.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Estonia, firmado em Paris, a 30 de Setembro de 1932.

Accordo financeiro e commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a França, firmado no Rio de Janeiro, a 11 de Maio de 1934.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Grecia, firmado em Athenas, a 15 de Maio de 1933.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Hungria, firmado no Rio de Janeiro, a 24 de Dezembro de 1931.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Lettonia, firmado em Paris, a 21 de Setembro de 1932.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Noruega, firmado no Rio de Janeiro, a 31 de Dezembro de 1931.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e os Estados do Levante sob mandato francez, firmado em Beyruth, a 24 de Fevereiro de 1933.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Suecia, firmado no Rio de Janeiro, a 16 de Outubro de 1931.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Suíça, firmado no Rio de Janeiro, a 29 de Outubro de 1931.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Jugoslavia, firmado em Belgrado, a 16 de Maio de 1932.

(A denuncia dos actos acima referidos começou a vigorar 3 mezes após a publicação do decreto n. 552, de 30 de Dezembro de 1935)

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e o Egypto, firmado no Cairo, a 13 de Maio de 1930.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Lithuania, firmado no Rio de Janeiro, a 11 de Novembro de 1932.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Polonia, firmado no Rio de Janeiro, a 3 de Fevereiro de 1932.

(A denuncia dos actos acima referidos começou a vigorar 2 mezes após a publicação do decreto n. 552, de 30 de Dezembro de 1935.)

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e a Rumania, firmado no Rio de Janeiro, a 16 de Dezembro de 1931.

(A denuncia do acto referido começou a vigorar 30 dias após a publicação do decreto n. 552, de 30 de Dezembro de 1935.)

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e o Canadá, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de Dezembro de 1931.

Accordo Commercial, por troca de notas, entre o Brasil e o Mexico, firmado no Rio de Janeiro, a 7 de Dezembro de 1931.

DURANTE O ANNO DE 1936

Foram feitos:

38 Decretos de ratificações.

19 Decretos de adesões.

3 Decretos de denúncias.

4 Decretos de resoluções.

3 Decretos de applicações.

1 Decreto de accessão.

5 Decretos de promulgações.

Total..... 73 Decretos.

**EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS**

Convenio Radiotelegraphico entre o Brasil e a Colombia.  
Firmado no Rio de Janeiro, a 4 de Novembro de 1936.

Remettido á Presidencia por nota LA/572. (33) de 16 de  
Novembro de 1936.

Projectos de Convenção e Recommendação adoptados  
pela Conferencia Internacional do Trabalho na sua 19ª reu-  
nião realizada em Genebra, de 4 a 25 de Junho de 1935.

1) Projecto de Convenção (n. 45) relativo ao  
emprego das mulheres nos trabalhos subterraneos nas  
minas de qualquer categoria.

2) Projecto de Convenção (n. 46) limitando a  
duração do trabalho nas minas de carvão (revista em  
1935);

3) Projecto de Convenção (n. 47) relativo á re-  
ducção da duração do trabalho a quarenta (40) horas  
por semana;

4) Projecto de Convenção (n. 48) relativo ao  
estabelecimento de um regimen internacional de con-

servação dos direitos aos seguros por invalidez, velhice ou morte;

5) Recommendation n. 45 relativa ao desemprego dos jovens;

6) Projecto de Convenção (n. 49) relativo á redução da duração do trabalho na fabricação de vidros para garrafas.

Remettidos á Presidencia por nota LA/650.4(04) de 9 de Outubro de 1936.

Convenção para a criação de juntas panamericanas de commercio, assignada em Buenos Aires, a 19 de Junho de 1935, por ocasião da Conferencia Commercial panamericana alli realizada.

Remettida á Presidencia por nota LA/831.2(20) de 30 de Julho de 1936.

**ACTOS INTERNACIONAES QUE SE ACHAM EM ESTUDOS COM PARECERES PENDENTES DOS MINISTERIOS INTERESSADOS SOLICITADOS PELO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Adhesão do Brasil á "Association Internationale des Congrès de la Route" (aviso LA/21/179.1, de 2 de Janeiro, á Viação).

Regulamento sobre o emprego de aparelhos de radio communicações (aviso LA/187/688.(00), de 2 de Outubro.

Resolução sobre a constituição de methodos para a fixação dos salarios minimos 19ª Sessão (LA/20/650.4(04) de 23 de Janeiro, ao Trabalho.

Convenções da 19ª Sessão das Conferencias do Trabalho (LA/30/650.4(04) de 4 de Fevereiro, ao Trabalho.

Convenção relativa á idade de admissão das crianças nos trabalhos agricolas; e nos trabalhos não industriaes (Aviso LA/55/650.4(04) de 3 de Março, do Trabalho.

Convenções relativas á reparação dos accidentes do Trabalho. Inspecção dos emigrantes e trabalho forçado. (Aviso LA/72,650.4(04) de 24 de Março, ao Trabalho.

23ª Conferencia Internacional do Trabalho: I, Prescripções de segurança dos trabalhadores na Industria de edificação concernentes aos andaimes e guindastes: II, Redução do tempo de trabalho na Industria textil. (Aviso LA/192,650. 4(04) de 22 de Agosto, ao Trabalho.

Convenção internacional sobre o emprego da radio-difusão no interesse da paz (Aviso LA/314,642.6(01) de 9 de Novembro de 1936, á Justiça.

Installação na Ilha Soares de uma meza de rendas alfandegarias LA/716,230(31) de 1º de Dezembro, á Fazenda.

Observação do Representante do Reino Unido no Conselho da S. D. N. relativa a uma clausula introduzida pelo Comité dos Peritos, no Projecto de Convenção para a repressão do trafico illicito das drogas nocivas (Aviso LA/74,612.4(04) de 11 de Março, á Educação e Saude Publica.

Projecto revisto da Convenção internacional para a protecção dos patrimonios artisticos e historicos nacionaes elaborado pela Liga das Nações LA/152,641.4(04) de 16 de Maio, á Educação e Saude Publica.

Modificações suggeridas pelo Governo arabe á convenção Sanitaria Internacional de Paris, Junho de 1926. (LA/252/612. (00) de 29 de Junho, á Educação e Saude Publica.

Mudança do Titulo Oficial do Instituto Internacional do Frio para Instituto Internacional de Refrigeração (Aviso LA/162/665.801(00) de 3 de Março, á Agricultura.

Convenções Veterinarias relativas á lucta contra as enfermidades contagiosas dos animaes, ao transito dos animacs, carnes e outros productos de origem animal e exportação e importação de productos de origem animal (menos as carnes,



os preparados de carnes, os productos frescos de animaes, o leite e os derivados de leite (Aviso LA/276/662.25.(04) de 11 de Maio, á Agricultura.

Modificações introduzidas nos artigos 1, 4, 5, 6, 7 e 9 da Convenção Internacional do Frio, concluida em Paris, em Junho de 1920 (Aviso LA/331A/665.80(00) de 15 de Junho, á Agricultura.

Convenio complementar da Convenção de defesa Agrícola de 1913 (Aviso LA/532/661.2(00) de 7 de Setembro, á Agricultura.

#### ADHESÕES DE PAIZES ESTRANGEIROS

*Estado Livre da Irlanda* — Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo e internacional Protocollo Addicional, firmado em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.

O decreto n. 607, de 28 de Janeiro de 1936, publicado no *Diario Official* de 6 de Abril faz publica a adesão do Estado Livre da Irlanda.

*Nicaragua* — Convenção Internacional para a supressão do trafico das mulheres e creanças, firmado em Genebra, a 30 de Setembro de 1921.

O Decreto n. 635, de 11 de Fevereiro de 1936, publicado no *Diario Official* de 21 do mesmo mez, faz publica a adesão da Nicaragua.

*Islandia* — Convenção Internacional sobre circulação de automoveis, firmada em Paris a 24 de Abril de 1926.

O Decreto n. 666, de 27 de Fevereiro de 1936, publicado no *Diario Official* de 6 de Março faz publica a adesão da Islandia.

*Zona de Tanger 1* — Convenção da União de Paris de 20 de Março de 1883, para protecção da propriedade Industrial, revista, por ultimo, na Haya, a 6 de Novembro de 1925;

2) Accordo de Madrid de 14 de Abril de 1891, relativo á repressão das falsas indicações de procedencia sobre as mercadorias, revisto na Haya, a 6 de Novembro de 1925.

O Decreto n. 703, de 24 de Março de 1936, publicado no *Diario Official* de 28 do mesmo mez, faz publica a adhesão da Zona de Tanger.

*Esthonia* — Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de Setembro de 1923.

O Decreto n. 779, de 28 de Abril de 1936, publicado no *Diario Official* de 2 de Maio, faz publica adhesão da Esthonia.

*Austria* — Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma, a 2 de Junho de 1928.

O Decreto n. 1.009, de 4 de Agosto de 1936, publicado no *Diario Official* de 11 do mesmo mez, faz publica a adhesão da Austria.

*Hungria* — Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e Protocollo Addicional, firmados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.

O Decreto n. 1.006, de 4 de Agosto de 1936, publicado no *Diario Official* de 11 do mesmo mez, faz publica a adhesão da Hungria.

*Rumania* — Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista pela ultima vez em Roma, a 2 de Junho de 1928.

O Decreto n. 1.061, de 25 de Agosto de 1936, publicado no *Diario Official* de 1 de Setembro, faz publica a adhesão da Rumania.

*Turquia* — Accordo relativo aos signaes maritimos e Regulamento e Accordo sobre as barcas pharões tripuladas que se achem fóra do seu posto normal e Regulamento, firmados

em Lisboa, a 23 de Outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balizagem e de iluminação das costas, realizada na mesma capital.

O Decreto n. 1.076, de 1 de Setembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 16 do mesmo mez, faz publica a adesão da Turquia.

*Esthonia* — Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de Abril de 1929.

O Decreto n. 1.095, de 15 de Setembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 1 de Outubro, faz publica a adesão da Esthonia.

*Commonwealth da Australia para os territorios da Papuasias, Ilha de Norfolk e os territorios sob mandato da Nova Guiné e de Naurú* — Convenção Internacional para a repressão do trafico das mulheres e das crianças, firmada em Genebra a 30 de Setembro de 1921.

O Decreto n. 1.183, de 10 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 16 do mesmo mez, faz publica a adesão do Commonwealth da Australia para os territorios acima mencionados.

*Esthonia* — Accordo sobre barcas pharões tripuladas que se achem fóra do seu posto normal, firmado em Lisboa, a 23 de Outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balizagem e de iluminação das costas, realizada na mesma capital.

O Decreto n. 1.204, de 17 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 23 do mesmo mez, faz publica a adesão da Esthonia.

*Finlandia* — Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de Julho de 1931.

O Decreto n. 1.205, de 17 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 23 do mesmo mez, faz publica a adhesão da Finlândia.

*Egypto* — Convenção para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de Maio de 1929.

O Decreto n. 1.184, de 10 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 16 do mesmo mez, faz publica a adhesão do Egypto.

*Argentina, Bulgaria, China, Cidade Livre de Dantzig, Egypto, Esthonia, Hungria, Islandia, Nova Zeelandia, Panamá, Polonia, Portugal* — Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de Maio de 1929.

O Decreto n. 1.203, de 17 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 23 do mesmo mez, faz publica as adhesões acima.

*Gran-Bretanha para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Naurú* — Convenção Internacional relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, firmada em Paris, a 4 de Maio de 1910.

O Decreto n. 1.318, de 30 de Dezembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 7 de Janeiro, faz publica a adhesão da Grã-Bretanha para os territorios acima.

*Gran-Bretanha para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Naurú* — Accordo para a repressão do trafico de mulheres brancas, firmado em Paris, a 18 de Maio de 1904.

O Decreto n. 1.319, de 30 de Dezembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 7 de Janeiro de 1937, faz publica a adhesão da Gran-Bretanha para os territorios acima.

*Marrocos* — Convenção relativa á protecção dos cabos submarinos, firmada em Paris a 14 de Março de 1884 ao Artigo

Addicional, á mesma Convenção, e ainda á Declaração firmada a 1 de Dezembro de 1886.

O Decreto n. 1.320, de 30 de Dezembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 7 de Janeiro de 1937, faz publica a adesão de Marrocos.

*Estados Malaaios Federados Negri, Sembilan, Pahang, Ferak, Selanger e dos Estados Malaaios não Federados Jahore, Kedah, Kelantan, Perlis, Trenggen, Brunei* — Convenção para a unificação de certas regras referentes ao transporte aéreo internacional e ao Protocollo Adicional, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.

O Decreto n. 1.275, de 22 de Dezembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 29 do mesmo mez, faz publica a adesão dos Estados Malaaios confederados e não confederados acima.

#### RATIFICAÇÕES DE PAIZES ESTRANGEIROS

*Polonia* — Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de Abril de 1933.

O decreto n. 583, de 14 de Janeiro de 1936, publicado no *Diario Official* de 18 do mesmo mez, faz publico o deposito do instrumento de ratificação pela Polonia.

*China* — Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de Guerra, firmadas em Genebra, a 27 de Junho de 1929.

O decreto n. 606, de 28 de Janeiro de 1936, publicado no *Diario Official* de 4 de Fevereiro de 1936, faz publico o deposito do instrumento de ratificação por parte do Governo da China.

*Colombia* — Convenção sobre Condição de Estrangeiros, firmada em Havana, a 20 de Fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Panamericana.

O decreto n. 637, de 11 de Fevereiro de 1936, publicado no *Diario Official* de 21 do mesmo mez, faz publico o deposito do instrumento de ratificação pela Colombia.

*Colombia* — Convenção sobre Agentes Consulares, firmada em Havana, a 20 de Fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Panamericana.

O decreto n. 636, de 11 de Fevereiro de 1936, publicado no *Diario Official* de 21 do mesmo mez, faz publico o deposito do instrumento de ratificação pela Colombia.

*Austria* — Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de Setembro de 1931.

O Decreto n. 650, de 15 de Fevereiro de 1936, publicado no *Diario Official* de 21 do mesmo mez, faz publica a ratificação da adesão, pela Austria.

*Belgica* — Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de Abril de 1923.

O decreto n. 695, de 17 de Março de 1936, publicado no *Diario Official* de 24 do mesmo mez, faz publica a ratificação da Belgica.

*Egypto* — Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de Junho de 1926.

O Decreto n. 693, de 17 de Março de 1936, publicado no *Diario Official* de 24 do mesmo mez, faz publico o instrumento de ratificação (com reservas) do Egypto.

*Japão* — Convenção Sanitaria Internacional firmada em Paris a 21 de Junho de 1926.

O Decreto n. 697, de 17 de Março de 1936, publicado no *Diario Official* de 24 do mesmo mez, faz publica a ratificação do Japão.

*Finlandia* — Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exércitos em campanha, firmada em Genebra, a 27 de Julho de 1929.

O Decreto n. 694, de 17 de Março de 1936, publicado no *Diário Official* de 24 do mesmo mez, faz publica a ratificação da *Finlandia*.

*Finlandia* — Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de Setembro de 1931.

O Decreto n. 798, de 5 de Maio de 1936, publicado no *Diário Official* de 12 do mesmo mez, faz publica a ratificação da *Finlandia*.

*Austria* — Convenção para fixar a idade minima de admissão de crianças nos trabalhos industriaes (Washington, 1ª sessão, 1919).

O Decreto n. 812, de 12 de Maio de 1936, publicado no *Diário Official* de 16 do mesmo mez, faz publica a ratificação da *Austria*.

*Austria* — Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exércitos em campanha e Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de Guerra, firmadas em Genebra, a 27 de Julho de 1929.

O Decreto n. 778, de 28 de Abril de 1936, publicado no *Diário Official* de 16 de Maio, faz publica a ratificação da *Austria*.

*Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte pela União Sul-Africana* — Protocollo relativo a um caso de apatridia. Protocollo especial relativo á apatridia, firmados em Haia, a 12 de Abril de 1930.

O Decreto n. 947, de 7 de Junho de 1936, publicado no *Diário Official* de 13 do mesmo mez e anno, faz publico o instrumento de ratificação da *União Sul Africana*.

*Finlandia* (com reservas) — Convenção Sanitaria Internacional e Protocollo de assignatura, firmados em Paris, a 21 de Junho de 1926.

O Decreto n. 904, de 16 de Junho de 1936, publicado no *Diario Official* de 24 do mesmo mez, faz publica a ratificação (com reservas) da *Finlandia*.

*Hungria* — Convenção Internacional para a protecção de vegetaes, firmada em Roma, a 16 de Abril de 1929.

O Decreto n. 948, de 7 de Julho de 1936, publicado no *Diario Official* de 13 do mesmo mez faz publica a ratificação por parte da *Hungria*.

*França-Marrocos-Tunisia* — Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de Abril de 1929.

O decreto n. 949, de 7 de Julho de 1936, publicado no *Diario Official* de 13 do mesmo mez, faz publica a ratificação, por parte da *França, Marrocos e Tunisia*.

*Japão* — Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, concluida em Genebra a 12 de Setembro de 1923.

O decreto n. 965, de 14 de Julho de 1936, publicado no *Diario Official* de 20 do mesmo mez, faz publica (com reserva) a ratificação do *Japão*.

*Esthonia* — Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de Julho de 1929.

O Decreto n. 993, de 28 de Julho de 1936, publicado no *Diario Official* de 3 de Agosto, faz publica a ratificação da *Estonia*.

*Luxemburgo* — Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de Julho de 1931.



O decreto n. 978, de 21 de Julho de 1936, publicado no *Diario Official* de 28 do mesmo mez, faz publica a ratificação por parte de Luxemburgo.

*Dinamarca* — Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra a 13 de Julho de 1931.

O Decreto n. 1.010, de 4 de Agosto de 1936, publicado no *Diario Official* de 11 do mesmo mez, faz publica a ratificação da Dinamarca.

*Finlandia* — Accordo relativo aos signaes maritimos, firmado em Lisboa a 23 de Outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balizagem e iluminação das costas, realizada na mesma Capital.

O Decreto n. 1.023, de 11 de Agosto de 1936, faz publica a ratificação pela Finlandia. (Publicado no *Diario Official* de 17 do mesmo mez).

*Equador* — I, Convenção sobre condição dos estrangeiros; II, Convenção sobre Tratados; III, Convenção sobre funcionarios diplomaticos; IV, Convenção sobre Agentes Consulares; V, Convenção sobre Asylo; VI, Convenção sobre deveres e direitos dos Estados nos casos de lutas civis, firmadas em Havana, a 20 de Fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Internacional Americana.

O Decreto n. 1.143, de 13 de Outubro de 1936, publicado no *Diario Official* de 16 do mesmo mez, faz publica a ratificação do Equador.

*Arabia Saudiana* — Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra, a 13 de Julho de 1931.

O Decreto n. 1.182, de 10 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 16 do mesmo mez, faz publica a ratificação da Arabia Saudiana.

*Chile* — Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935.

O Decreto n. 1.185, de 10 de Novembro de 1936, faz publica a ratificação do Chile. (Publicado no *Diario Official* de 16 do mesmo mez).

*Guatemala* — Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935.

O Decreto n. 1.187, de 10 de Novembro de 1936, faz publica a ratificação da Guatemala. (Publicado no *Diario Official* de 16 do mesmo mez).

*Hungria* — Convenção para a melhoria da sorte dos feridos nos Exercitos em Campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de Guerra, firmados em Genebra, a 27 de Julho de 1929.

O Decreto n. 1.186, de 10 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 16 do mesmo mez, faz publica a ratificação da Hungria.

*Gran-Bretanha, Commonwealth da Australia, Belgica, Canada, Dinamarca, Finlandia, França, Allemanha, India, Estado Livre da Irlanda, Italia pelas Colonias de Lybia, Erythrea, Somalia, Ilhas do Mar Egeu, Japão, Paizes Baixos, Noruega, Espanha, Suecia, Estados Unidos da America* (com reservas) — Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres a 31 de Maio de 1929.

O Decreto n. 1.203, de 17 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 23 do mesmo mez faz publicas as ratificações acima.

*Esthonia* — Accordo sobre barcas-pharões tripuladas, que se achem fora do seu posto normal firmado em Lisbôa a 23 de Outubro de 1930.

O Decreto n. 1.204, de 17 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 23 do mesmo mez, faz publica a ratificação, pela Esthonia, da Convenção acima.

*Panamá* — Tratado Anti-bellico de não Aggressão e Conciliação, firmado no Rio de Janeiro a 10 de Outubro de 1933.

O Decreto n. 1.215, de 24 de Novembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 27 do mesmo mez faz publica a ratificação pelo Panamá.

*Chile* — Convenção sobre agentes diplomaticos. firmada em Havana. por ocasião da VI Conferencia Pan-Americana, a 20 de Fevereiro de 1928.

O *Diario Official* de 19 de Dezembro publica o decreto n. 1.256, de 15 do mesmo mez, fazendo publica essa ratificação.

*Paizes-Baixos* — Convenção Internacional para unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, Bruxellas 10 de Abril de 1926. e Protocollo Addicional á mesma, 24 de Maio de 1934.

O *Diario Official* de 7 de Janeiro publica o decreto n. 1.321, de 30 de Dezembro, fazendo publica essa ratificação.

*Allemanha* — Idem, idem.

O *Diario Official* de 29 de Dezembro publica o decreto n. 1.273 de 22 do mesmo mez, fazendo publica essa ratificação.

*Esthonia* — Idem, idem.

O *Diario Official* de 29 de Dezembro publica o decreto n. 1.271 de 22 do mesmo mez, fazendo publica essa ratificação.

*Belgica* — Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional. firmada em Varsovia, a 12 de Outubro de 1926.

O Decreto n. 1.323, de 30 de Dezembro, publicado no *Diario Official* de 7 de Janeiro, faz publica a ratificação da Belgica.

*Venezuela* — Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich) firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935.

O Decreto n. 1.317, de 30 de Dezembro de 1935, publicado no *Diario Official* de 7 de Janeiro, faz publica a ratificação da Venezuela.

*Mexico* — Tratado sobre a protecção das Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos, (Pacto Roerich) firmado em Washington a 15 de Abril de 1936.

O Decreto n. 1.276, de 22 de Dezembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 29 do mesmo mez, faz publica a ratificação pelo Mexico.

*Republica Dominicana* — Tratado sobre a protecção de Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich) firmado em Washington a 15 de Abril de 1935.

O Decreto n. 1.272, de Dezembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 29 do mesmo mez, faz publica a ratificação por parte da Republica Dominicana.

*Cuba* — Protocollo relativo ás obrigações militares em certos casos de dupla nacionalidade, firmado na Haya a 12 de Abril de 1930.

O Decreto n. 1.274, de 22 de Dezembro de 1936, publicado no *Diario Official* de 29 do mesmo mez, faz publica a ratificação de Cuba.

#### RESOLUÇÕES DE GOVERNOS ESTRANGEIROS

*Gran-Bretanha tornando vigente nos territorios de Padua e da Ilha de Norfolk, territorio sob mandato da Nova Guiné* — Convenção Sanitaria Internacional para a Navegação aérea, firmada em Haya, a 12 de Abril de 1933.

O Decreto n. 905, de 16 de Junho de 1936, publicado no *Diario Official* de 24 do mesmo mez, faz publica a resolução

do Governo da Gran-Bretanha tornando vigente (com reservas) nos territorios de Padua e Ilha de Norfolk e ao Territorio sob mandato da Nova Guiné.

*Gran-Bretanha, tornando vigente na Nigeria (Colonia, Protectorado e Cameroum sob mandato Britannico) bem como em Sierra Leone (Colonia e Protectorado) — Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris, a 24 de Abril de 1926.*

O Decreto n. 937, de 1 de Julho de 1936, publicado no *Diario Official* de 6 do mesmo mez, faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha tornando vigente na Nigeria (Colonia, Protectorado e Cameroum sob mandato britannico) bem como em Sierra Leone (Colonia e Protectorado).

*Gran-Bretanha estendendo ao territorio da Ilha de Norfolk territorio sob mandato de Naurú — Convenção para a protecção da propriedade industrial, firmada em Haya, a 6 de Novembro de 1925.*

O Decreto n. 1.060, de 25 de Agosto de 1936, publicado no *Diario Official* de 1 de Setembro, faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha.

*Gran-Bretanha applicando aos territorios de Padua, Ilha de Norfolk, territorios sob mandato de Nova Guiné e de Naurú — Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma, a 2 de Junho de 1928.*

O Decreto n. 1.059, de 25 de Agosto de 1936, publicado no *Diario Official* de 1 de Setembro, faz publica a Resolução do Governo da Gran-Bretanha.

#### **ACCESSÃO DE GOVERNOS ESTRANGEIROS**

*União das Republicas Sovieticas Socialistas — Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, firmada em Bruxellas a 5 de Julho de 1890.*

O Decreto n. 696, de 17 de Março de 1936, publicado no *Diario Official* de 24 de Março de 1936, faz publica a accessão da União das Republicas Sovieticas Socialistas.

**APPLICAÇÃO DA CONVENÇÃO PARA LIMITAR A FABRICAÇÃO E REGULAMENTAR A DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUPEFACIENTES E PROTOCOLLO DE ASSIGNATURA FIRMADOS EM GENEVRA. A 13 DE JULHO DE 1931. AOS TERRITORIOS DE:**

*Honduras Britannica:*

Protectorado das Ilhas Britannicas de Salomão.

Ceylão.

Costa do Ouro:

a) Colonia.

b) Achanti.

c) Territorios Septentri-  
naes.

d) Togo, sob mandato bri-  
tannico.

Hong Kong.

Kenya (Colonia e Protecto-  
rado).

Ilhas Sotaventó.

Antigoa.

Dominga.

Montserrat.

São Christovão e Nevis.

Ilhas Virgens.

Mauricio.

Nigeria.

a) Colonia.

b) Protectorado.

c) Cameroum, sob mandato  
britannico.

*Chypre:*

Ilhas Falkland e Dependen-  
cias.

Gambia (Colonia e Protecto-  
rado).

Gibraltar.

Borneo do Norte (Estado de)

Rhodesia do Norte.

Protectorado de Nyassalandia.

Sarawak.

Seychelles.

Serra Leoa (Colonia e Pro-  
tectorado).

Protectorado da Somalia.

Estabelecimentos dos Estreitos.

Territorio de Tanganyka.

Tonga.

Trinidad e Tobago.

Protectorado da Ugandia.

Protectorado de Zanzibar.

O Decreto n. 1.005, de 4 de Agosto de 1936, publicado no *Diario Official* de 11 do mesmo mez, faz publica, por parte de Sua Magestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda, Dominios Britannicos de além mar, Imperador das Indias, a applicação da Convenção aos referidos territorios.

*Japão para o Chosen, Taiwan e territorio sob mandato de Kwantung* — Convenção para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres a 31 de Maio de 1929.

O Decreto n. 1.203, de 17 de Novembro, publicado no *Diario Official* de 23 do mesmo mez, faz publica essa extensão.

*Hong-Kong, estabelecimentos dos Estreitos e Indias Neerlandezas* — Convenção para a salvaguarda da vida humana no mar.

O Decreto n. 1.203, de 17 de Novembro, publicado no *Diario Official* de 23 do mesmo mez, faz publica essa applicação.

#### DENUNCIAS DE GOVERNOS ESTRANGEIROS

*Esthonia* — Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua 1ª Sessão (Washington, 1919).

O Decreto n. 936, de 1 de Julho do corrente, publicado no *Diario Official* de 6 do mesmo mez, faz publica a denuncia, por parte da Esthonia.

*Suissa* — Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª Sessão (Washington, 1919).

O Decreto n. 1.008, de 4 de Agosto de 1936, publicado no *Diario Official* de 11 do mesmo mez, que faz publica a denuncia pela Suissa.

*Grecia* — Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª Sessão (Washington, 1919).

O Decreto n. 1.142, de 13 de Outubro de 1936, publicado no *Diario Official* de 16 do mesmo mez, faz publica a denuncia da Grecia.

## SERVIÇOS CONSULARES

Os Serviços Consulares augmentam seu expediente de anno a anno.

De pouco relevo apparente, tem entretanto, esse expediente particular significação no conjunto dos trabalhos deste Ministerio, principalmente pela correlação das funções consulares com as pertinentes ás repartições aduaneiras, no que concerne ao commercio internacional de importação.

São frequentes os casos de interpretação de regulamentos e os que requerem solução sem que as circumstancias de que se revestem estejam explicitamente previstas em dispositivos legais.

A feição peculiar á moderna actividade commercial, decorrente dos meios rapidos de transporte e communicações, da surprehendente producção industrial e até mesmo das necessidades impostas aos Estados pela evolução de suas instituições politicas, exige, não raro, medidas novas sem retardo, que escapam a uma regulamentação anterior a esta phase de transformação universal.

Suscitou-se per exemplo, recentemente, questão relevante em torno das mercadorias importadas pela Commissão Central de Compras, o que deu oportunidade a um officio do Presidente daquela Commissão, em resposta ao que lhe dirigiu este Ministerio, pelo qual se verifica haver urgencia na modificação dos documentos de embarque de taes mercadorias, com o fim de evitar evasão illicita de apreciavel somma de moeda estrangeira.



São numerosos pedidos de repatriação, e, em regra, exigem minucioso estudo, por serem communs os casos, servindo-se de dupla nacionalidade, os interessados deixaram o Brasil, com passaporte estrangeiro, e, para regressarem, recorrem ao auxilio do Governo brasileiro, munido de certidão de idade com que provam aqui ter nascido.

Outras vezes, trata-se de familias inteiras, compostas de quatro, cinco e mais membros, cujos chefes, originarios de outras patrias, para lá mandaram seus filhos a passeio ou com o intuito de ali os educarem e, quando julgam opportuno, requerem a sua repatriação.

Accresce ainda que a situação anormal de alguns paizes europeus obrigou seus Governos a difficultarem e até mesmo impedirem a sahida de seus subditos ou cidadãos, sendo assim surprehendidos brasileiros natos, mas inscriptos nos registos civis da patria de seus paes, que, querendo burlar nossas leis, agora a ellas recorrem, creando grandes difficuldades ás autoridades consulares.

Abusos de toda a sorte, enfim, á sombra do beneficio da repatriação, têm sido verificados, inclusive o de apresentarem attestado de indigencia pessoas cuja indisfarçavel situação pecuniaria não lhes dá direito a ~~esse~~ soccorro do Estado.

E' facto que a verba de repatriações se applica com maior escrupulo e em condições excepcionaes, de maneira que a maioria dos repatriados aproveita as passagens gratuitas fornecidas pelas Companhias de Navegação, cujos vapores gosam de regalias de paquetes.

Talvez por isso mesmo, em alguns Consulados, avulta de tal forma o numero de repatriados, que se torna necessaria a designação de funcionarios exclusivamente dedicados a attendel-os e a providenciar para o seu embarque, conciliando a precedencia dos respectivos pedidos com a possibilidade

de serem os mesmos satisfeitos, cada vez que sae um vapor para o Brasil, visto que só dispomos de duas passagens em cada viagem e estas, amiúde, já foram tomadas em portos de escala.

Attendendo a essas circumstancias, aggravadas, por vezes, pela recusa de certas Companhias o concederem passagens requisitadas por alguns Consulados, os Serviços Consulares, depois de organizada uma relação completa dos navios que frequentam nossos portos sob regime dos referidos favores, e ouvidos os agentes das respectivas Companhias, expedirem a O. P. S. n. 1, de 25 de Setembro de 1936, com a qual foram dadas novas instrucções ao Corpo Consular, acompanhadas da mencionada relação, que é mantida em dia, de accôrdo com o acrescimo ou suppressão dos vapores de que se trata.

#### **INSPECÇÃO CONSULAR NA FRONTEIRA**

Por portaria de 16 de Maio de 1936 foi designado para inspecionar os Consulados Privativos e honorarios situados na fronteira da Republica Argentina, do Uruguay e do Paraguay com o Brasil, o Chefe dos Serviços Consulares, Consul Geral Mario de Deus Fernandes, que, partindo a 29 daquelle mesmo mez, tendo como Secretario o funcionario contractado Senhor Luciano Lordsleem, regressou ao Rio em 27 de Setembro, havendo visitado as seguintes Chancellarias: Melo, Rio Branco, Rivera, Bella-União, Artigas, Salto e Payssandú, na Republica Oriental do Uruguay; La Plata, Monte Caseros, Paso de los Libres, Alvear, Santo Tomé, Posadas e Corrientes, na Republica Argentina; Encarnación, Concepción e Bella Vista, no Paraguay.

No Relatorio dessa inspecção foi minuciosamente estudado o commercio nas regiões fronteiriças sob seus varios aspectos, e apresentada a suggestão de serem modificados o Regulamento Consular, o Regulamento de Passaportes e a Legislação do trafego fluvial, visando melhor harmonizar a acção dos nossos

agentes com as condições de vida local; simplificar, sem affectar as medidas de segurança nacional, a documentação exigida ás pessoas que desejam penetrar em territorio brasileiro, o que trará facilidade ao turismo por via-ferrea e dar ás pequenas embarcações um regime especial e uma tabella de emolumentos que por ser mais modica do que a actual, será mais exequivel e, produzirá portanto, maior renda consular.

Submettido esse trabalho á apreciação do Senhor Presidente da Republica, Sua Excellencia julgou merecedor de estudo o que nelle se propõe.

#### **CORRESPONDENCIA**

Recebida.....	4.078
Expedida.....	2.010

#### **RECONHECIMENTO DE FIRMAS**

Foram reconhecidas.....	7.747
Guias expedidas para pagamento de emolumentos consulares.....	560

#### **TITULOS EXPEDIDOS**

Cartas-Patentes.....	18
<i>Exequatur</i> .....	71
Approvação de nomeação de Agentes Consu- lares brasileiros.....	23
Portaria de licença para acceitação de cargos consulares estrangeiros.....	2

#### **CIRCULARES E ORDENS DE SERVIÇO EXPEDIDAS**

Circular n. 1.049 — Consolidação das Leis, Decretos, Circulares e Decisões referentes ao exercicio da função consular.

Circular n. 1.057 — Autorizando o Consulado em Casa Blanca a visar passaportes.

Circular n. 1.066 — Documentos referentes á nacionalidade.

Circular n. 1.069 — Solicitando autographos.

Circular n. 1.075 — Infracções em facturas consulares.

Circular n. 1.086 -- Autorizando o Consulado em Los Angeles a visar passaportes.

Circular n. 1.105 — Manifesto suplementar.

Ordem de Serviço n. 1 — Requisição de passagens para repatriados.

Ordem de Serviço n. 3 — Desvalorização do franco suíço. Taxa para cobrança de emolumentos.

Ordem de Serviço n. 5 — Requisição de passagens para repatriados.

Ordem de Serviço n. 8 — Quadro estatístico mensal.

## LIMITES

Os trabalhos relativos á caracterização das fronteiras do Brasil desenvolveram-se, durante o anno de 1936, com normalidade mais que satisfactoria.

Nas fronteiras com as Guyanas britannica e neerlandeza estiveram em actividade, juntamente com as Commissões ingleza e hollandeza, tres turmas brasileiras tendo ficado demarcado o divisor de aguas Amazonas-Courantyne, com a Guayana britannica, desde o ponto de trijunção das duas Guyanas com o Brasil até ás cabeceiras do rio Aramatau, affluente do Kutari, numa extensão approximada de 25 kilometros; na fronteira com a Guayana neerlandeza foram levantados 220 kilometros no divisor da fronteira, desde o referido ponto de trijunção, até ás nascentes do rio Cuiegú, affluente do Parú de Oeste.

Pelas Commissões brasileira, britannica e neerlandeza, foi fixado o ponto de trijunção das tres fronteiras e elevado o respectivo marco.

Foram construidos nove marcos na fronteira com a Guyana ingleza e 24 na hollandeza.

Além desses serviços de caracterização, foram executados os levantamentos topographicos no rio Marapy, formador do Erepecurú, numa extensão de 283 kilometros e 23 outros nos dos rios Parú de Oeste e Curupirú.

Foram determinadas, por observações astronomicas, as coordenadas geographicas dos marcos levantados na linha divisoria, bem como de muitos outros pontos dos rios Erepecurú, Marapy e Parú de Oeste, para a devida correcção do levantamento topographico desses rios.

A cordialidade e a confiança mais lisongeiras reinaram entre as commissões brasileira, britannica e neerlandeza o que, em muito, tem concorrido para o rapido andamento dos trabalhos, contrabalançando dest'arte os sacrificios e esforços que exigem as difficuldades de accesso e a insalubridade das vias de comunicação para essas fronteiras.

O anno de 1936 ficou assignalado pela terminação, no terreno, da demarcação e caracterização das fronteiras com a Colombia, de accordo com os ajustes internacionaes.

A Commissão Mixta teve a retardar os seus trabalhos innumeras questões originadas pela difficuldade de interpretação e discordancia do texto dos Tratados com a realidade geographica, as quaes, por sua indole, tiveram que ser resolvidas entre os dois governos directamente.

Felizmente para nós tivemos sempre reconhecidos como justos e procedentes, pela lealdade e correcção do Governo de Bogotá, os pontos de vista brasileiros, sendo que, no caso do Macacuny, fomos os primeiros em proclamar o acerto da these pela qual todas as correntes desse rio deviam ficar em territorio colombiano.

Esses factos são dignos de relevo por significarem o encerramento de questões das mais delicadas, por isso que seculares e oriundas de controversias desde as epocas coloniaes.

Foram construídos 14 marcos de limites entre os quaes o da cabeceira do Taraira e levantados cerca de 1.600 kilometros de rios e areas, tanto sobre a fronteira como nas zonas brasileiras a ella attinentes.

Os trabalhos de cartographia já foram iniciados e relatada em Acta especial, de accordo com o art. 9º do Accordo concluido em Bogotá, por troca de notas, datadas de 7 e 12 de Março de 1930, toda a definição da fronteira, restando agora o entendimento solemne entre os dois Governos para a sua approvação definitiva.

Na fronteira com o Paraguay foram determinadas as posições geographicas do marco brasileiro da confluencia do rio Estrella com o Apa: do pilar em Cerro Torin e dos marcos das cabeceiras dos rios Igatemy e Ibicuhy.

A polygonal de precisão attingiu o marco das cabeceiras do Ibicuhy, onde ficou amarrada, estando, assim, escaladas de coordenadas determinadas as serras de Amambay e Maracajú, desde o referido marco de Ibicuhy até ás cabeceiras do Estrella.

Essa polygonal abrange 126 Ks-658 ms.

Para a realização desse trabalho foram abertos quasi 50 kilometros de picada nas mattas que cobrem a região.

Está concluido o projecto de caracterização do trecho da fronteira nas cidades de Ponta-Porã e Pedro Juan Caballero.

Foram construídos marcos entre o Estrella e o vertice entrada, nas cabeceiras do Emboscada.

Na fronteira com o Uruguay, foi assignada a relação dos valores numericos das characteristics dos 1044 marcos construídos nas cochillas de Sant'Anna e Haedo, o que foi registrado e solemnemente approvado com a Acta da 17ª Conferencia dos Delegados Chefes das duas Commissões.

## SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

Na organização desse Serviço trez importantes innovações foram introduzidas. A primeira foi a formação de um “Arquivo de Confidencias” para retenção provisoria de documentos importantes e graves.

Para instalar essa nova dependencia foi o Serviço de Expedição transferido, para uma das salas terreas da ala velha do Itamaraty.

A segunda foi a confecção de um projecto de novo código acompanhado de quadros de transformação e condensação de cifras, complicador e tabella para cifração pratica e economica de numero, dia e hora, especificação obrigatoria na troca de mensagens telegraphicas entre esta Secretaria de Estado e as Missões e Consulados brasileiros.

Confeccionaram-se, egualmente, transformadores de cifras para garantir a utilização de novos codigos.

Na organização de serviço, nota-se a necessidade de isolar a secção de telegrammas e cryptographia do contacto com o publico.

Manifesta-se, tambem, a conveniencia de preparo tecnico de funcionarios com manifesta inclinação e aptidões para cryptographia.

Nas actividades do serviço cumpre notar a distribuição do código cinco ás missões diplomaticas, em Berna, Bogotá e Stokholmo, e do código reservado seis ás missões de Assumpção, Berlin, Bogotá, Bruxellas e Buenos Aires, Cidade do Vaticano, Lisbôa, Londres, Madrid, Montevideo, Paris, Peiping, Quito, Roma, Santiago, Stokholmo, Tokio, Varsovia, Vienna, Washington.

Foram expedidos 7.580 telegrammas com 319.514 palavras e recebidas 5.078 com 253.935 palavras.

Com a expedição dispenderam-se 601:468\$700 e com a das Missões e Consulados 700:601\$500.

Averigou-se o saldo de 164:929\$800.

Registraram-se nas entradas da correspondencia 14.820 unidades contra 24.967 em 1935 e nas salidas 14.580 contra 15.449.

E' de notar que mutua correspondencia foi enviada sem registro de entrada.

O correio recebeu 30.211 unidades inclusive 3.325 impressos e pacotes.

As despesas de correio attingiram 51:710\$000.

Por via aérea partiram 1.259 unidades no valor de reis 10:947\$900.

Com franquia postal panamericana e brasileira partiram 14.350 unidades.

O movimento de malas diplomaticas foi de 944 expedidos e 908 recebidas.

Para maior efficiencia do serviço foi adquirido um novo franqueador postal que franquea até 99\$999.

Para a mesma efficiencia cumpre relevar a necessidade de estabelecer o transporte de malas diplomaticas pelo Lloyd Brasileiro para garantia da sua inviolabilidade na utilidade de se usar da via aérea para esse transporte.

## TRAFICO DO OPIO

Grande foi a actividade do Serviço dos Limites e Actos Internacionais no combate á toxicomania. Por sua iniciativa, foi organizada uma Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, composta de representantes dos Ministerios da Educação e Saude Publica, Fazenda, Trabalho e Justiça e de outras autoridades, destinada a centralizar os serviços fisca-



lizadores e repressivos do uso e commercio licitos e illicitos dos entorpecentes.

Essa Commissão trabalhou em caracter officioso de 26 de Agosto de 1935 a 26 de Abril de 1936, quando o decreto n. 780, da ultima data, assignado pelo Sr. Presidente da Republica e referendado por todos os Ministros de Estado, tornou-se official.

Reuniu-se a Commissão assiduamente, no Serviço dos Limites e Actos Internacionais, afim de elaborar um Ante-Projecto de Lei relativo a entorpecentes. Esse Ante-Projecto é a Consolidação de tudo que existe sobre a materia, accrescido das suggestões apresentadas pelos diversos membros da Commissão.

O Ante-Projecto acha-se prompto para ser apresentado ao Poder Legislativo, desde que o Ministerio da Educação e Saude Publica esteja de accordo com os termos da Exposição de Motivos redigida.

Em 8 de Junho de 1936, reuniu-se em Genebra uma Conferencia Internacional, afim de concluir uma Convenção para a repressão do trafico illicito dos entorpecentes. O representante do Brasil, Secretario Jorge Latour, assignou a nova Convenção, *ad-referendum* do Poder Legislativo. A traducção do texto foi feita no Serviço dos Limites, e será remettida ao Ministerio da Educação e Saude Publica para que se pronuncie sobre a conveniencia de sua ratificação.

Pela primeira vez, no corrente anno, o Brasil deu cumprimento ao dispositivo da Convenção de 1931 para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, que manda que as apprehensões illicitas de entorpecentes sejam minuciosamente communicadas á Liga das Nações, que, por sua vez, transmittirá a informação ás outras Partes Contractantes. Recebida do 1º Delegado Auxiliar (Membro da Commissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes) a commu-

nicação de duas apprehensões realizadas pela Policia do Districto Federal, foi a mesma transmittida ao Comité Central de Opio de Genebra.

Outra iniciativa, que vem sendo regularmente observada, é do reconhecimento, no Ministerio das Relações Exteriores, das firmas dos funcionarios do Departamento Nacional de Saude nos Certificados e Autorizações de Importação de Entorpecentes. O representante consular brasileiro, no paiz onde se faz a importação, tem assim mais uma garantia de que a transação está sendo feita regularmente e obedecendo ás exigencias particulares referentes aos entorpecentes.

### COMMISSÃO BRASILEIRA REVISORA DOS TEXTOS DE ENSINO DE HISTORIA E GEOGRAPHIA

Afim de dar execução ao Convenio firmado no Rio de Janeiro em 10 de Outubro de 1933, entre o Brasil e a Republica Argentina para a revisão dos textos de ensino de Historia e Geographia, foi nomeada uma Commissão especial, que ficou constituída pelos Senhores Affonso d'Escragnolle Taunay, Director do Museu Paulista, Emilio de Souza Doca, do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Fernando Raja Gabaglia, Professor de Geographia do Collegio Pedro II, Jonathas Serano, Professor de Historia do mesmo Collegio, Othelo Rosa, Secretario de Educação do Rio Grande do Sul, Pedro Calmon, Professor do Museu Historico Nacional, Ministro Fonseca Hermes, representante do Itamaraty e Consul Renato Mendonça, Secretario.

A 14 de Maio de 1936 foi realizada, no Itamaraty, a sessão inaugural desta Commissão. Depois de haver realizado cinco sessões, a Commissão encerrou seus trabalhos, a 22 do mesmo mez.

Foi approvada uma serie de normas as quaes se devem cingir os compendios usados tanto nos estabelecimentos officiaes, como nos particulares, de ensino primario e secundario no paiz.

A Commissão approvou ainda as seguintes resoluções: encaminhar essas normas ao Ministerio da Educação e Saude Publica, afim de serem incluidas no Plano Nacional de Educação;

dirigir um appello a todos os professores do paiz, no sentido de pugnarem em suas lições pelos sentimentos de cordialidade americana, evitando allusões hostis aos povos do continente;

suggerir ao Governo sejam adoptadas essas normas por decreto;

suggerir ao Governo a criação de uma Commissão censora para applicar aos compendios de Historia e Geographia as normas approvadas;

diffundir o texto das normas approvadas; propor ao Governo a traducção de um livro de Historia da Civilização Argentina.

Para estudar, as medidas necessarias á execução das suggestões da Commissão Revisora, em collaboração com o Ministerio das Relações Exteriores, o Ministro da Educação designou uma Commissão composta dos Doutores Thiers Martins Moreira, A. Figueira de Almeida e Gaspar Vianna.

## COMMISSÃO DE INQUERITO SOBRE ALIMENTAÇÃO

Com o objectivo de attender a um inquerito internacional sobre a alimentação, promovido pela Liga das Nações, o Ministerio das Relações Exteriores, em collaboração com os demais Ministerios e repartições technicas e especializadas na materia,

organizou uma comissão especial afim de estudar o problema do ponto de vista nacional.

A Comissão ficou composta pelos Doutores Alexandre Moscoso, Alfredo Neves, Alonso Lourenço Jorge, Edison Pitombo Cavalcanti, Galdino Ramos, Genival Londres, Godinho dos Santos, Octavio Couto e Silva, Renato Souza Lopes, Mario Pontes de Miranda, Helion Povoá, Ruy Coutinho, Oswaldo Miranda, Annes Dias, Deolindo Couto, Mario Olintho, Cel. Domingos José Pereira Junior, Ministro Fonseca Hermes, representante do Itamaraty, e Secretario Teixeira Leite, secretario da Comissão.

A 7 de Abril de 1936, a Comissão realizou sua sessão inaugural, no Itamaraty, tendo encerrado seus trabalhos em Julho.

Além de responder ao questionario da Liga das Nações sobre a alimentação no Brasil, a Comissão approvou sugestões referentes á creação do Instituto Nacional de Alimentação, á educação alimentar obrigatoria no ensino primario, á promoção de inqueritos alimentares, ao fornecimento de alimentação ao operariado pelo industrial e á creação do curso de dietologia.

## SERVIÇO DE COOPERAÇÃO INTELLECTUAL

Datam apenas de 1934 as primeiras iniciativas em favor da creação, no Ministerio das Relações Exteriores, do Serviço de Cooperação Intellectual. A verdade, porém, é que só em fins de 1935 passou o Serviço de Cooperação Intellectual a constituir uma das divisões da Secretaria de Estado.

Dentro de poucos mezes tinha a Cooperação Intellectual a sua machina perfeitamente montada, permitindo, assim,

que o Ministerio das Relações Exteriores pudesse cumprir á risca o programma que anteriormente fôra traçado. A primeira vista, pareciam pouco favoraveis as circumstancias. Felizmente, o funcionario escolhido não esmoreceu um só instante, razão por que não tardaram em ser colhidos os primeiros fructos dos seus inspirados esforços.

Do terreno das tentativas e das experiencias, passamos, sem hesitações, ao terreno dos factos concretos e das realizações immediatas. O anno de 1936, foi, nesse sentido, um anno de labor intenso e fecundo. Todos os aspectos do problema foram atacados com exito. Quantos se interessam entre nós pela sorte do trabalho espiritual puderam verificar os resultados obtidos pelo novo Serviço. Certo, nem todas as questões agitadas chegaram a ser resolvidas. Forçoso é reconhecer, porém, que o desejo de acertar dominou sempre as decisões que foram tomadas.

Já agora não se pode mais pôr em duvida a existencia, no Brasil, da *Cooperação Intellectual*. Trata-se de uma realidade magnifica, de uma organização solida e imperativa, da qual devemos esperar os melhores resultados.

O primeiro cuidado do Serviço de Cooperação Intellectual foi despertar do somno em que dormia, havia alguns annos, a Comissão Brasileira de Cooperação Intellectual, fundada de accordo com os principios estabelecidos pela Sociedade das Nações e as determinações do Instituto Internacional de Cooperação Intellectual, com séde em Paris. Para isso poz-se o seu chefe de accordo com os antigos membros da referida Comissão, convocando-os para uma reunião que se realizou no Palácio Itamaraty e da qual resultou entrar ella numa phase de remodelação e de grande trabalho.

Eleito para a sua presidencia o eminente professor Miguel Osorio de Almeida, foram chamadas a participar das suas

reuniões, algumas das nossas mais fortes personalidades, cabendo então a direcção da sua Secretaria geral ao Chefe do Serviço de Cooperação Intellectual do Ministerio das Relações Exteriores. Dahi, naturalmente, a perfeita harmonia de vistas que desde logo se verificou entre os dois organismos. Da acção combinada de ambos resultou, como era logico esperar, um entendimento perfeito.

Entrando em periodo de franca actividade, a Comissão Brasileira levou a effeito varios empreendimentos de grande repercussão internacional, recebendo, em sessões que se tornaram memoraveis, os escriptores Stefan Zweig, Georges Duhamel, Emil Ludwig, João de Barros e o diplomata grego Nicolas Politis.

Todos esses homens de letras sahiram encantados do Brasil, publicando, mais tarde, nos jornaes europeus, interessantes artigos em louvor dos nossos homens, danossa cultura e do nosso progresso material e economico.

#### **A VISITA DE GEORGES DUHAMEL AO BRASIL**

Designado pelo Senhor Ministro José Carlos de Macedo Soares para acompanhar o eminente escriptor francez Georges Duhamel durante a sua visita ao Brasil, foi recebel-o em Santos o consul Osorio Dutra, levando-o á cidade de São Paulo e trazendo-o, em seguida, ao Rio de Janeiro, onde o nosso Governo e os nossos escriptores lhe prestaram as mais significativas homenagens.

O romancista de Salavin e dos Pasquier levou do nosso paiz uma impressão indelevel havendo escripto na imprensa franceza, varios artigos sobre os nossos homens e as nossas cousas.

### CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ALTOS ESTUDOS

O Serviço de Cooperação Intellectual acompanhou, com a maxima attenção, os trabalhos preparatorios da Conferencia de Altos Estudos Internacionais, que se realizaria em Paris, durante o anno de 1937, encaminhando ao Instituto Internacional de Cooperação Intellectual daquela capital, por intermedio do nosso Delegado junto ao mesmo, os trabalhos que foram solicitados aos Srs. Miguel Osorio de Almeida, Alberto Paes Leme e Affonso Bandeira de Mello.

Esses trabalhos, como é sabido, causaram excellente impressão nos meios culturaes francezes, sendo para lamentar que, por circumstancias independentes da acção do Ministerio das Relações Exteriores e tambem da Comissão Brasileira, não tivesse sido igualmente elaborada uma monographia sobre as Questões Demographicas.

### SUB-COMMISSÕES DE COOPERAÇÃO INTELLECTUAL

Desojoso de collaborar com a Comissão de Cooperação Intellectual, o Itamaraty offereceu-lhe o seu auxilio na organização das Sub-Commissões Estaduaes de Cooperação Intellectual, comparecendo, pessoalmente, a uma das suas sessões, para esse fim, o Ministro José Carlos de Macedo Soares. Foram passados, sobre o assumpto, telegrammas a todos os Governadores, pedindo que indicassem, sem qualquer compromisso da parte do Ministro das Relações Exteriores, os nomes das personalidades que deveriam ser escolhidas de preferencia. O caso em apreço continúa a ser estudado cuidadosamente, já havendo sido installada, sob a presidencia do professor Reynaldo Porehat, a Sub-Commissão de São Paulo.

### **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ARCHIVOS**

Por iniciativa do Serviço de Cooperação Intellectual, o Senhor Alcides Bezerra, Director do Archivo Nacional, respondeu ao Questionario do Instituto Internacional de Cooperação Intellectual, relativo á Organização e funcionamento dos Archivos nos paizes extra-europeus, offerecendo, sobre o assumpto, um trabalho completo, que será publicado na edição do segundo volume do "Guide International des Archives". Dest'arte, pela primeira vez, apparecerá o Brasil respondendo a inqueritos de tal natureza.

### **HOMENAGEM Á MEMORIA DE SANTOS DUMONT**

Commemorando o trintanario do primeiro vôo de Santos Dumont, o Aero-Club de França promoveu, em Paris, diversas homenagens á memoria do nosso grande descobridor. Realizaram-se as principaes solemnidades no Campo de Bagatelle, tendo a todas comparecido o Doutor Luiz de Souza Dantas, Embaixador do Brasil junto ao Governo francez.

### **CONGRESSO DE EDUCAÇÃO MUSICAL**

O Brasil fez-se representar, no Congresso de Educação Musical, que se reuniu em Praga, pelo maestro Villa-Lobos, o qual foi alvo de grandes demonstrações de apreço por parte dos centros culturaes de toda a Tchecoslovaquia. Sob a presidencia do Ministro dos Negocios Estrangeiros desse paiz, realizou o nosso patricio, naquella cidade, uma conferencia muito applaudida, sobre a musica brasileira.

### **MISSÃO CULTURAL A MONTEVIDÉO**

O Serviço de Cooperação Intellectual, depois de uma troca de avisos com o Ministerio da Educação, promoveu a ida, á



Republica do Uruguay, da Missão cultural composta dos academicos e professores Rodrigo Octavio, Aloysio de Castro, Pedro Calmon e D. Francisca Rodrigues, Missão essa que obteve um ruidoso triumpho naquelle paiz.

Os nossos eminentes patricios foram recebidos em Montevideo com grandes festas, ali realizando varias conferencias que foram largamente applaudidas e muito contribuíram para o prestigio sempre crescente dos nossos verdadeiros valores intellectuaes.

### **ORGANIZAÇÃO DE FICHARIOS**

O Serviço de Cooperação Intellectual considera da maior importancia a perfeita organização dos seus ficharios, havendo confiado essa delicada tarefa ao funcionario João Baptista Pinheiro, que lhe tem consagrado toda a sua attenção. Já possuímos um bom fichario das Instituições culturais estrangeiras. Impõe-se, agora, o estabelecimento de um outro para as nossas Instituições, de modo que possamos fornecer, com presteza e segurança, as informações que sobre as suas actividades nos sejam pedidas.

Providencias foram tomadas, para a organização de um Fichario relativo aos escriptores estrangeiros que se interessam por cousas e assumptos brasileiros, convindo, quanto antes, do mesmo modo, a instituição de um outro referente aos nossos escriptores, com dados biographicos e bibliographicos completos sobre cada um.

Reputo esse trabalho de grande utilidade pratica e não medirei esforços no sentido de realizal-o.

### **O BRASIL E O INSTITUTO INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO INTELLECTUAL**

Foi brilhante, e, sobretudo, de grande efficacia, a acção desenvolvida pelo Senhor Elyseu Montarroyos como Delegado

do Brasil junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intellectual.

Graças ás suas relações com o presidente Henry Bonnet aos seus esforços tenazes e bem orientados, conseguiu o nosso paiz uma situação de destaque no seio do referido Instituto.

#### **MONOGRAPHIAS SOBRE ASSUMPTOS BRASILEIROS**

Empenhado em fornecer informações exactas a respeito da historia e das actividades intellectuaes do nosso paiz, de molde a tornal-as conhecidas no Exterior, principalmente nos centros onde as noções sobre as mesmas são erroneas ou inexistentes, appellou o Serviço de Cooperação Intellectual para a collaboração de varios escriptores brasileiros, encommendando ao Senhor Mario de Andrade um estudo sobre a “A Musica e a Canção populares, no Brasil”, ao Senhor Eloy Pontes uma monographia sobre a “A Imprensa na Formação Intellectual do Brasil” e ao Senhor Prudente de Moraes Neto um ensaio sobre o “Romance brasileiro”.

Os dois primeiros trabalhos foram já remettidos ás nossas Missões diplomaticas e Consulados de carreira, obtendo ambos completo exito. O terceiro está sendo mimeographado, para ser distribuido da mesma maneira.

Tratrabalhos identicos serão elaborados, futuramente, sobre o nosso Folk-lore e a nossa Poesia.

#### **LIVROS BRASILEIROS PARA INSTITUIÇÕES CULTURAES ESTRANGEIRAS**

Durante o anno de 1936 foram adquiridos e enviados ao estrangeiro numerosos livros brasileiros, tendo sido escolhidas, de preferencia, as obras basicas da nossa literatura. Organizou-se, por outro lado, uma Pequena Bibliotheca Padrão, desti-

nada aos Institutos de estudos brasileiros, composta de obras sobre sociologia, economia, geographia, chorographia, idioma, ensaios, mineralogia, archeologia, legislação e literatura. Oito collecções foram enviadas aos seguintes Centros de cultura:

Embaixada do Brasil em Washington.

Institutos de Estudos Brasileiros da Universidade em Colonia.

Instituto de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade em Hamburgo.

Instituto de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade em Berlim.

Instituto Internacional de Cooperação Intellectual em Paris.

Instituto Ibero-Americano em Londres.

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade em Coimbra.

Instituto de Estudos Brasileiros em Buenos-Aires.

#### **CORRESPONDENCIA COM OS CENTROS CULTURAES**

Durante todo o anno de 1936 manteve o Serviço de Cooperação Intellectual activa correspondencia com os Centros Culturales do Brasil e do estrangeiro, notadamente com a Comissão Brasileira de Cooperação Intellectual e a Sub-Comissão de São Paulo.

#### **MATERIAL PROPRIO PARA PROPAGANDA**

Por todos os processos aconselháveis, procurou o Serviço de Cooperação Intellectual divulgar no estrangeiro o que mais reflectisse a cultura e o progresso material do nosso paiz.

De sorte a ser obtido material de propaganda adequado, foram enviadas circulares aos Governadores dos Estados e às Prefeituras dos principaes Estados. Infelizmente, poucas respostas foram recebidas, o que tornou impossivel, até agora, a organização de um *stock* de filmes e de photographias que possam ser reproduzidos.

### SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

Este Serviço conseguiu, durante o anno de 1936, pôr rigorosamente em dia a elaboração dos Relatorios que se achavam atrasados. Seria, agora, de grande vantagem a constituição de uma Comissão que se encarregasse da redacção de memorias e da publicação de documentos que interessem á historia diplomatica do Brasil, á sua tradição e aos principios acceitos como doutrina, conforme preceitua o art. 44, letra *d*, do decreto n. 19.926, de 28 de abril de 1931.

### MOVIMENTO DO PESSOAL

#### DECRETOS

*14 de Janeiro*

Aposentando, por motivo de invalidez, o servente da Secretaria de Estado, Antonio Joaquim Vaz.

*26 de Janeiro*

Exonerando, a pedido, José Salomon Marques do cargo de Vice-Consul do Brasil em Casablanca.

Nomeando, Carlos Agostinho Gonçalves, consul honorario do Brasil em Caracas.

*28 de Janeiro*

Aposentando, por motivo de invalidez, o continuo da Secretaria de Estado, Bernardino José Barroso Pereira.

*11 de Fevereiro*

Removendo o ministro plenipotenciario de 2ª classe Octavio Fialho, da Legação, na Bolivia para a Secretaria de Estado.

Removendo o ministro plenipotenciario de 2ª classe Cyro de Freitas Valle, da Embaixada nos Estados Unidos da America para a Legação na Bolivia.

Aposentando, por motivo de invalidez, o consul geral Antonio Felinto de Souza Bastos.

Promovendo, por merecimento, o consul de 1ª classe Oscar Bernardino Paranhos da Silva a consul geral.

Promovendo, por merecimento, o consul de 2ª classe José Lavrador a consul de 1ª classe.

Promovendo, por merecimento, o consul de 3ª classe Paulo Clemente de Souza Dantas a consul de 2ª classe.

Nomeando Odette Carvalho de Souza para o cargo de consul de 3ª classe.

*14 de Fevereiro*

Nomeando o 1º secretario de Legação Roberto Mendes Gonçalves, para representar o Brasil, sem onus para o Thesouro Nacional, no 28º Congresso de Esperanto, em Vienna.

*15 de Fevereiro*

Promovendo, por antiguidade, o consul de 3ª classe Raul Gomes a consul de 2ª classe.

Nomeando Vera Regina Amaral para o cargo de consul de 3ª classe.

*17 de Fevereiro*

Nomeando o auxiliar de consulado contractado, Manoel Casado, para o cargo de consul de 3ª classe.

Promovendo, por merecimento, o consul de 3ª classe Aluizio de Magalhaens a consul de 2ª classe.

Aposentando, nos termos da letra *b* do art. 47 do decreto n. 24.239, de 15 de Maio de 1934, o consul de 2ª classe João Baptista Barreto Leite.

*18 de Fevereiro*

Nomeando o ministro plenipotenciario de 2ª classe, Hildebrando Pompeu Pinto Accioly, membro nacional da Comissão Permanente de Conciliação instituída pelo Tratado de Conciliação e Arbitragem entre o Brasil e a Polónia, assignado em 27 de Janeiro de 1933.

*26 de Fevereiro*

Transferindo, por permuta:

O 2º secretario Mario de Lima Barbosa para o Serviço Consular na categoria de consul de 2ª classe; e

O consul de 2ª classe Antonio Roberto de Arruda Botelho para o Serviço Diplomático na categoria de 2º secretario.

*3 de Março*

Aposentando, por motivo de invalidez, a dactylographa da Secretaria de Estado, Thereza Junqueira Schmidt.

Promovendo, por antiguidade, o servente Abrelino Pereira a continuo da Secretaria de Estado.

Nomeando o mensalista Waldemar Teixeira para o cargo de servente da Secretaria de Estado.

Nomeando o marceneiro contractado Francisco de Faria Mattos para o cargo de servente da Secretaria de Estado.

*23 de Março*

Aposentando os consules geraes João Baptista Lopes e José Pinto da Fonseca Guimarães.

Promovendo, por merceimento, o consul de 1ª classe Edgardo Barbedo a consul geral.

Promovendo, por merecimento, o consul de 1ª classe Victor Ferreira da Cunha a consul geral.

Promovendo, por antiguidade, o consul de 2ª classe Pedro Nunes de Sá a consul de 1ª classe.

Promovendo, por merecimento, o consul de 2ª classe Hamilton Paulino da Silva Pires a consul de 1ª classe.

Promovendo, por antiguidade, o consul de 3ª classe Pityguar Fleury de Amorim a consul de 2ª classe.

Promovendo, por merecimento, o consul de 3ª classe Aguiñaldo Boulitreau Fragoso a consul de 2ª classe.

Nomeando o auxiliar de consulado Antonio José de Paula Fonseca Filho para o cargo de consul de 3ª classe.

Nomeando Fränk de Mendonça Moscoso para o cargo de consul de 3ª classe.

Nomeando a dactylographa contractada Ilka Barroso Lintz para o cargo de dactylographa da Secretaria de Estado.

*24 de Março*

Aposentando, nos termos da letra *b* do art. 47 do decreto n. 24.239, de 15 de Maio de 1934, o consul de 1ª classe Demetrio de Toledo.

*1 de Abril*

Aposentando, de accordo com a letra *a* do art. 47 do decreto n. 24.239, de 15 de Maio de 1934, o consul geral Carlos Ferreira de Araujo.

Confirmando nos respectivos cargos os consules de 3ª classe Aldo de Castro Menezes, Leontina Licinio Cardoso, Deusdedit Pereira Travassos, Braz Florentino Garcia de Souza, Luiz Gonzaga Lins de Barros, Frederico Chermont Lisbôa e Renato Rino de Carvalho.

Aposentando, por motivo de invalidez, o jardineiro da Secretaria de Estado, Manoel Gonçalves.

*7 de Abril*

Aposentando o ministro plenipotenciario de 1ª classe Aníbal Velloso Rebello, por motivo de invalidez.

Aproveitando o antigo auxiliar de consulado Paulo Coelho Rodrigues, nessa qualidade, respeitados os vencimentos de inactividade a que teve direito no periodo de 20 de Dezembro de 1931 até a presente data.

*14 de Abril*

Deixando de applicar aos embaixadores Luis Martins de Souza Dantas, Raul Regis de Oliveira e Adalberto Guerra Duval, por não convir, agora, aos interesses da administração publica, o disposto sobre aposentadoria na letra *a* do artigo 47 do dec. n. 24.239, de 15 de Maio de 1934.

*28 de Abril*

Nomeando o embaixador, em commissão, Oswaldo Aranha, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario em Missão Especial para a posse do Dr. Miguel Mariano Gomez, Presidente da Republica de Cuba.

Nomeando o consul de 1ª classe Fernando Lobo, 1º Secretario da referida Embaixada Especial.

Nomcando o 2º Secretario Edgar Bandeira Fraga de Castro, Secretario da referida Embaixada Especial.

Promovendo, por merecimento, o consul de 1ª classe Carlos Ribeiro de Faria a consul geral.

Promovendo, por antiguidade, o consul de 2ª classe Murillo Martins de Souza a consul de 1ª classe.

Promovendo, por merecimento, o consul de 2ª classe David Barbosa Lage Moretzsohn a consul de 1ª classe.

Promovendo, por antiguidade, o consul de 3ª classe Aldo de Castro Menezes a consul de 2ª classe.



Promovendo, por merecimento, o consul de 3ª classe Leon-tina L. Cardoso a consul de 2ª classe.

Nomeando Luiz Leivas Bastian Pinto para o cargo de consul de 3ª classe.

Nomeando o auxiliar de consulado contractado Theodomiro Tostes para o cargo de consul de 3ª classe.

Aposentando o auxiliar de consulado William Howarth, de conformidade com o inciso 3º, do art. 170, da Constituição da Republica.

( Confirmando nos respectivos cargos os consules de 3ª classe Orlando Arruda, Narbal Costa e Jango Fischer.

*12 de Maio*

Exonerando, a pedido, Ramon Veloz do cargo de consul honorario em Caracas.

*19 de Maio*

Confirmando nos respectivos cargos os consules de 3ª classe Carlos Buarque de Macedo, Luiz Augusto Blake de Alencastro e José Augusto Ribeiro.

Exonerando, a pedido, Antonio Daniel de Castro do cargo de consul honorario do Brasil em Honolulu.

*22 de Maio*

Designando o ministro plenipotenciario de 1ª classe José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão para exercer, em commissão, as funções de Embaixador na Allemanha.

*26 de Maio*

Nomeando Carlos Agostinho Gonçalves para o cargo de consul honorario do Brasil em Caracas.

Exonerando, a pedido, José Salomão Marques do cargo de vice-consul do Brasil em Casablanca.

*29 de Maio*

Nomeando o 2º secretario Jorge Latour delegado plenipotenciario do Brasil á Conferencia Internacional para o exame do projecto de convenção para repressão ao trafico illicito de drogas nocivas, a realizar-se em Genebra.

*16 de Junho*

Tornando sem effeito o decreto pelo qual fôra nomeado o 1º secretario Roberto Mendes Gonçalves para representar o Brasil no 28º Congresso de Esperanto a realizar-se no corrente anno, por ter sido removido para a Secretaria de Estado.

Nomeando o 2º secretario Carlos Silveira M. Ramos para, sem onus para o Thesouro Nacional, representar o Brasil no referido Congresso.

*30 de Junho*

Confirmando nos respectivos cargos os consules de 3ª classe Jorge Kirchhofer Cabral e Jorge Maciel da Costa Leite.

*7 de Julho*

Aposentando, por motivo de invalidez, o auxiliar de consulado Augusto Pinto Chaim Junior.

*21 de Julho*

Pondo em disponibilidade o 1º secretario João Ruy Barbosa, de accordo com o art. 138, do dec. n. 24.113, de 12 de Abril de 1934.

Nomeando Renato da Costa Almeida representante do Brasil no XIV Congresso Internacional de Historia da Arte, a realizar-se em Berna.

Nomeando Alberto Clinto Landsberg para exercer, sem onus para o Thesouro Nacional, o cargo de delegado commercial do Brasil na Gran-Bretanha.

*24 de Julho*

Nomeando o consul de 2ª classe Paulo Vidal, delegado do Governo Federal á Convenção Nacional de Estatística, como representante do Ministerio das Relações Exteriores.

*29 de Julho*

Pondo em disponibilidade o ministro plenipotenciario de 2ª classe Antonio José do Amaral Murtinho, de accordo com o art. 137, do dec. n. 24.113, de 12 de Abril de 1934.

*30 de Julho*

Promovendo, por merecimento, o 2º secretario Argeu de Segadas Machado Guimarães a 1º secretario.

Transferindo o consul de 2ª classe Antonio Mendes Vianna, do Corpo Consular para o Diplomatico, na qualidade de 2º secretario.

Promovendo, por antiguidade, o consul de 3ª classe Deusdedit Pereira Travassos a consul de 2ª classe.

Nomeando o auxiliar de consulado Oscar Pires do Rio para o cargo de consul de 3ª classe.

*31 de Julho*

Confirmando nos respectivos cargos os consules de 3ª classe Renato Firmino Maia de Mendonça, João Guimarães Rosa e Carlos Fernandes Eiras, neto.

*6 de Agosto*

Promovendo, por merecimento, o conselheiro de embaixada Gastão Paranhos do Rio Branco a ministro plenipotenciario de 2ª classe.

Promovendo, por merecimento, o 2º secretario Carlos da Silveira Martins Ramos a 1º secretario.

Promovendo, por merecimento, o consul de 3ª classe Orlando Arruda a 2º secretario.

Nomeando Maria Luiza Fialho de Castro e Silva para o cargo de consul de 3ª classe.

*10 de Agosto*

Nomeando Maria de Lourdes Lima Mediano para exercer, interinamente, o cargo de Secretario do Conselho Federal de Commercio Exterior.

*19 de Agosto*

Promovendo, por merecimento, o consul de 1ª classe Arno Konder a consul geral.

Promovendo, por merecimento, o consul de 2ª classe Renato de Macedo Sodré a consul de 1ª classe.

Promovendo, por antiguidade, o consul de 3ª classe Braz Florentino Garcia de Souza a consul de 2ª classe.

Nomeando o auxiliar contractado da Secretaria de Estado Sylvio Mourão Camarinha para o cargo de consul de 3ª classe.

*31 de Agosto*

Aposentando o ministro plenipotenciario de 2ª classe Mario Belfort Ramos, por contar mais de trinta e cinco annos de serviço publico effectivo.

Promovendo, por merecimento, o conselheiro de embaixada Carlos Celso de Ouro Preto a ministro plenipotenciario de 2ª classe.

Promovendo, por antiguidade, o 2º secretario Leopoldo Teixeira Leite Filho a 1º secretario.

Promovendo, por merecimento, o consul de 3ª classe Frederico Chermont Lisbôa a 2º secretario.

Nomeando Ilmar Penna Marinho para o cargo de consul de 3ª classe.

Pondo em disponibilidade o consul de 3ª classe Luiz Gonzaga Lins de Barros, de accordo com o art. 177 do Regulamento para o serviço consular.

Nomeando Chiquita Marcendes para o cargo de consul de 3ª classe.

*22 de Setembro*

Confirmando nos respectivos cargos os consules de 3ª classe Beata Vettori Esteves, Waldemar Mendes de Almeida e Nelson Tabajara de Oliveira.

*26 de Setembro*

Promovendo, por merecimento, o consul de 1ª classe Mario Drollhe da Costa a consul geral.

Promovendo, por merecimento, o consul de 2ª classe José de Oliveira Almeida a consul de 1ª classe.

Promovendo, por antiguidade, o consul de 3ª classe Renato Rino de Carvalho a consul de 2ª classe.

*30 de Setembro*

Nomeando Wenceslão Gastal para o cargo de consul de 3ª classe.

Resolvendo revigorar o decreto de 25 de Abril de 1931 que concedia aposentadoria ao consul geral José Pinto de Souza Dantas, tornando sem effeito o decreto de 25 de Setembro de 1934.

*2 de Outubro*

Removendo o ministro plenipotenciario de 2ª classe Sebastião Sampaio, da Secretaria de Estado para a Legação na Tchecoslôvaquia.

*8 de Outubro*

Nomeando o embaixador José Bonifácio de Andrada e Silva, Embaixador em Missão Especial para as comemorações do 4º Centenario da Fundação de Buenos Aires.

Permittindo que permutem os respectivos cargos o 1º escripturario do Instituto Nacional de Previdencia Pantaleão Machado e o auxiliar de consulado Orlando Schmidt Cabral.

*15 de Outubro*

Permittindo que permutem os respectivos cargos o chefe de secção, interino, do Departamento de Propaganda e Diffusão Cultural, do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, Hugo Gouthier de Oliveira Gondim e o consul de 2ª classe Paulo Vidal.

Nomeando o addido commercial Julio Augusto Barbosa Carneiro, Membro do Conselho Federal de Commercio Exterior, como representante da Secretaria de Estado, e director Executivo do mesmo Conselho.

Nomeando o artifice de 5ª classe Octavio Gonzaga para o cargo de servente da Secretaria de Estado.

*20 de Outubro*

Exonerando o consul de 2ª classe Aluizio de Magalhaens do cargo de Secretario do Conselho Federal de Commercio Exterior, por ter sido designado para servir no estrangeiro.

Nomeando o Secretario interino do Conselho Federal de Commercio Exterior Maria de Lourdes Lima Modiano, para exercer effectivamente o mesmo cargo.

*26 de Outubro*

Nomeando Gustavo da Silva Ramos para exercer, sem onus para o Thesouro Nacional, o cargo de delegado commercial no Havre, com a mesma jurisdicção do consulado brasileiro nessa cidade.

*27 de Outubro*

Pondo em disponibilidade, de accordo com o art. 137 do dec. n. 24.113, de 12 de Abril de 1934, o ministro plenipotenciario de 1ª classe Carlos de Rostaing Lisboa.

Promovendo, por merecimento, o ministro plenipotenciario de 2ª classe Hildebrando Pompeu Pinto Accioly a ministro plenipotenciario de 1ª classe.

Promovendo, por merecimento, o conselheiro de embaixada Carlos Taylor a ministro plenipotenciario de 2ª classe.

Promovendo, por merecimento, o 2º secretario Affonso Barbosa de Almeida Portugal a 1º secretario.

Transferindo o chefe de secção da Delegacia de Segurança Politica e Social, da Policia do Districto Federal, Carlos Alberto Thomaz Brandes, para o Corpo Diplomatico, na qualidade de 2º secretario.

*27 de Outubro*

Permittindo que permutem os respectivos cargos o consul de 3ª classe Jango Fischer e o auxiliar de consulado Octavio Sá Neves da Rocha.

*10 de Novembro*

Aposentando, por invalidez, o embaixador Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda.

Aposentando, por invalidez, o addido commercial Deoclecio de Campos.

*10 de Novembro*

Nomeando Chefe da Delegação do Brasil á Conferencia Inter-Americana de Consolidação da Paz, a realizar-se em Buenos Aires, o Ministro de Estado das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares.

Nomeando Delegados do Brasil á referida Conferencia: o embaixador José de Paula Rodrigues Alves; o embaixador Oswaldo Aranha; o ministro plenipotenciario de 1ª classe Helio Lobo; o ministro plenipotenciario de 1ª classe Hildebrando Pompeu Pinto Accioly; o dr. Edmundo da Luz Pinto; o major Roberto Carneiro de Mendonça.

Nomeando Assessores Especíaes da Delegação do Brasil á referida Conferencia: Rosalina Coelho Lisboa Miller e Maria Luiza. Bittencourt.

Nomeando Assessores da Delegação do Brasil á referida Conferencia: o consul de 1ª classe James Philip Mee e os 2ºs secretarios Oswaldo Furst e Octavio do Nascimento Brito.

Nomeando Assistente da Delegação á referida Conferencia Otto Prazeres.

Nomeando Secretarios da Delegação á referida Conferencia os 2º secretarios Vasco Tristão Leitão da Cunha e Jayme Sloan Chermont, Orlando Leite Ribeiro, Francisco d'Alamo Louzada, Orlando Arruda, e o consul de 3ª classe Odette de Carvalho e Souza.

*17 de Novembro*

Nomeando Alberto Alves Lima para exercer, sem onus para o Thesouro Nacional, o cargo de Delegado Commercial na Republica Argentina.

*19 de Novembro*

Nomeando Rosalina Coelho Lisboa Miller delegado do Brasil á Conferencia Inter-Americana de Consolidação da Paz.

Nomeando o ministro plenipotenciario de 2ª classe Lafayette de Carvalho e Silva. Assessor Technico da Delegação do Brasil á referida Conferencia.

Nomeando o ministro plenipotenciario de 2ª classe Cyro de Freitas Valle Assessor Technico da Delegação do Brasil á referida Conferencia.

Nomeando o ministro plenipotenciario de 2ª classe Carlos Celso de Ouro Preto Secretario Geral da Delegação do Brasil á referida Conferencia.



Tornando sem effeito o decreto que nomeou Rosalina Coelho Lisboa Miller Assessor Especial da Delegação do Brasil á referida Conferencia.

*25 de Novembro*

Nomeando o 1º secretario Ruy Pinheiro Guimarães para representar o Ministerio das Relações Exteriores no Conselho Director da Cruz Vermelha Brasileira.

Nomeando o dr. James Darcy para exercer, em commissão, o cargo de Consultor Juridico do Ministerio das Relações Exteriores.

*26 de Novembro*

Nomeando o ministro plenipotenciario de 1ª classe Mario de Pimentel Brandão para exercer, interinamente, as funcções de Ministro de Estado das Relações Exteriores.

*8 de Dezembro*

Aposentando o ministro plenipotenciario de 1ª classe Alberto Jorge de Ipanema Moreira.

#### PORTARIAS

*2 de Janeiro*

Removendo o Consul de 1ª classe Francisco de Miranda Mascarenhas do Consulado em Bordéos para a Secretaria de Estado.

Dispensando, a pedido, a Archivista de 3ª classe contractada Maria da Gloria Figueiredo Rangel.

Contractando, de accordo com o decreto n. 18.088, de 27 de Janeiro de 1928:

*Archivistas de 1ª classe* — Luiza Bailly, Zilah Mafra Peixoto, Juracy Ferreira da Costa, Dahlia de Almeida Rodrigues, Maria de Lourdes da Costa e Souza e Lucilia Behring.

*Archivistas de 2ª classe* — Anna Alga Stibich, Maria José Monteiro de Carvalho, Sylvia Murtinho, Francisca Fleurice Figueiredo Rodrigues Parente, Cecilia Alves Velloso, Herminia Biasotto Costa, Helena Barreto e Luiza Ribeiro de Carvalho.

*Archivistas de 3ª classe* — Nadeje de Alencar Pinheiro, Albertina de Castro Menezes, Marina Moscoso, Yary Moreira da Silva, Odette de Carvalho e Souza e Marina Gigliotti de Barros.

*Auxiliares de Bibliotheca de 1ª classe* — Branca Maria Braga de Jesus e Sarah Gomes de Araujo.

*Auxiliares de Bibliotheca de 2ª classe* — Celina de Abreu Braga, Jacy Lobato Alvares, Armando Ortéga Fontes, Edith Mercurin Muniz Ribeiro e Armando Brito de Souza.

*Cryptographos de 1ª classe* — Sylvio Mourão Camarinha e Luiz Paulo de Amorim.

*Cryptographos de 2ª classe* — Aresio Barroso Lintz, João Baptista Telles Soares de Pinna e Luciano Lordsleem.

*Dactylographas de 1ª classe* — Ilka Barroso Lintz, Olga de Andrade Botelho, Dora Hastings de Castro Menezes, Zuleika Barroso Lintz, Rachel Crotman, Laura Braga, Claudina Diamico, Iracema Dutra Ferreira, Noemia Lobo e Hilda Blasi.

*Dactylographas de 2ª classe* — Conceição de Castro Bandeira, Maria Edith Villar Ribeiro Dantas, Maria de Lourdes Benjamin, Maria Nanni e Maria Cecilia Madeira.

*Escripturarios de 1ª classe* — Maria de Lourdes Pimentel Noemia Baptista e Iracema Bethlem.

*Escripturarios de 2ª classe* — Luiz Philippe de Florambel, Helena de Aguilar Pantoja, Milton Faria, Ilmar Penna Marinho, Wolfgang Bacellar e Mello e Adriano de Amorim.

*Encadernadores* — Pompeu Pinto de Oliveira, Esmeralda Guennes Wanderley Filho, Joaquim de Souza Vargas, Elpidio José Tavares e David Andrade Hottum.

*Marcineiros* — Francisco de Faria Mattos e Octavio Gonzaga.

*Mensalistas* — Antonio Garcia de Almeida, Altamir Calmon de Almeida, Alexandre Opytaciano dos Santos, Antonio Calixto da Silva, Antonio Nardy, Antonio Oliveira, Antonio Pereira de Rezende Filho, Armando Pinto Missel, Avelino Francisco dos Santos, Benedicto Pereira, Caetano Lopes, Cantilio de Souza, Carlos Correia, Claudionor Ayres Estruc, Cicero José da Silva, Carlos Rodrigues de Angelis, Daniel Martins de Brito, Estevão Ferreira de Miranda, Francisco Thomaz Borges Filho, Ignacio Costa, José Luiz de Moural Jonas Balverde, João Baptista Tavares, Lionel Santiago, Malvino de Araujo Xavier, Manoel Rodrigues da Silva, Oswaldo de Oliveira, Pedro Paulo Stumpf, Sebastião Caldas, Severino Caetano de Almeida, Sylvio Barroso Pereira, Themistocles de Jesus Paulo, Waldemar de Amorin, Waldemar Pinto de Oliveira, Waldemar Teixeira e Zeferino Felipe.

*Motoristas* — Antonio Vasques Manso, Mario Rodrigues e Rodolpho Porlum.

*Relojoeiro* — Alfredo Marques.

*Telephonistas* — Aida Nardy, Maria da Gloria Monteverde e Herondina Lage Cardoso.

### *3 de Janeiro*

Concedendo ferias extraordinarias de tres mezes, de accordo com o § 2º do art. 39 do decreto n. 24.239, de 15 de Maio de 1934, ao Consul Geral Antonio de São Clemente.

Concedendo ferias extraordinarias de quatro mezes para vir ao Brasil, de accordo com o art. 39, § 1º, do decreto numero 24.239, de 15 de Maio de 1934, ao Consul Geral Hypolito Hermes de Vasconcellos.

Dispensando, a pedido, o Consul Geral Carlos Ferreira de Araujo das funções de Chefe do Serviço do Pessoal.

Designando o Consul Geral Domingos de Oliveira Alves para substituir o Director do Archivo, Bibliotheca e Mappotheca nos seus impedimentos, faltas, ferias e licenças.

Designando o Consul Geral George W. Chester para exercer as funções de Chefe do Serviço do Pessoal.

Designando o Consul de 1ª classe Edgardo Barbedo para exercer as funções de Chefe da Bibliotheca.

Designando o Consul de 1ª classe Aluizio Martins Torres para exercer as funções de Chefe do Serviço de Publicações.

Designando o Consul de 1ª classe Euribiades Barbosa Gonçalves para exercer as funções de Chefe da Mappotheca.

#### *6 de Janeiro*

Removendo o Conselheiro de Embaixada Carlos Taylor, da Embaixada na Gran-Bretanha para a Secretaria de Estado.

Removendo o 1º Secretario Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro, da Embaixada na Hespanha para a Embaixada em Portugal.

Removendo o 1º Secretario Americo de Galvão Bueno, da Embaixada no Uruguay para a Embaixada na Cidade do Vaticano, ficando sem effeito a portaria de 30 de julho de 1935 que o removera para a Embaixada em Portugal.

Removendo o 1º Secretario Heitor Lyra, da Secretaria de Estado para a Legação na Allemanha, ficando sem effeito a portaria de 11 de Dezembro de 1935.

Removendo o 2º Secretario Jorge Latour, da Secretaria de Estado para a Legação na Polonia.

Removendo o 2º Secretario Orlando Guerreiro de Castro, da Secretaria de Estado para a Embaixada em Portugal.

*7 de Janeiro*

Dispensando, a pedido, o Consul de 3ª classe José Augusto Ribeiro, de Secretario dos concursos da Secretaria de Estado.

Designando o Consul de 3ª classe Narbal Costa para servir como Secretario dos concursos na Secretaria de Estado.

Removendo o Auxiliar de Consulado Raul Ribeiro da Silva, do Consulado em Shanghai para a Legação na Allemanha, onde exercerá as suas funções no respectivo Serviço Consular.

Removendo o Auxiliar de Consulado Claudionor Augusto de Campos, do Consulado em Genebra para o Consulado Geral em Valparaiso.

Removendo o Auxiliar de Consulado Luiz Damaso da Costa Moraes, do Consulado em Malaga para o Consulado em Valencia.

*10 de Janeiro*

Removendo, a pedido, o Consul de 1ª classe Heraclito Hermes de Vasconcellos, do Consulado em Bahia Blanca para a Secretaria de Estado.

Concedendo, ao Auxiliar de Consulado Clovis Gurjão, ferias extraordinarias de quatro mezes para vir ao Brasil.

*13 de Janeiro*

Designando o Ministro Plenipotenciario de 2ª classe Sebastião Sampaio para, em commissão e como Chefe dos Serviços Commerciaes deste Ministerio, visitar as Embaixadas e Legações do Brasil nos paizes europeus.

*14 de Janeiro*

Concedendo, ao Auxiliar de Consulado Elpidio de Britto Pereira, a licença especial de seis mezes para ser gozada em periodos de dois mezes.

Designando o Cryptographo de 1ª classe, contractado, da Secretaria de Estado, Sylvio Mourão Camarinha, para servir como Secretario do Chefe dos Serviços Commerciaes deste Ministerio, na commissão de que foi encarregado junto ás Embaixadas e Legações do Brasil na Europa.

Designando, a Archivista extra-numeraria da Secretaria de Estado Margarida Guedes Nogueira para servir como Secretaria do Chefe dos Serviços Commerciaes deste Ministerio, na commissão de que foi encarregada junto ás Embaixadas e Legações do Brasil na Europa.

*20 de Janeiro*

Designando o Consul Geral George William Chester para substituir o Chefe Geral do Departamento Administrativo nos seus impedimentos, faltas, ferias e licenças.

*28 de Janeiro*

Contractando Maria Salles como Archivista de 3ª classe da Secretaria de Estado.

*17 de Fevereiro*

Removendo o Conselheiro de Embaixada Sylvio Rangel de Castro, da Embaixada na Italia para a Secretaria de Estado.

Concedendo, ao Auxiliar de Consulado Floriano Nunes Pereira, a licença especial de seis mezes, por contar um decennio de effectivo exercício.

*18 de Fevereiro*

Removendo o Consul de 1ª classe Jayme do Nascimento Brito, do Consulado em Nova Orleans para o Consulado em Bordéus.

Removendo o Consul de 2ª classe Pedro Eugenio Soares, da Secretaria de Estado para o Consulado em Nova Orleans

*19 de Fevereiro*

Removendo o Auxiliar de Consulado José Caetano Bueno Horta Filho, do Consulado no Havre para o Consulado em Genebra.

Contractando Jorge Ramos como mensalista da Secretaria de Estado.

*2 de Março*

Concedendo ferias extraordinarias de quatro mezes ao Embaixador Raul Regis de Oliveira, ficando sem effeito a portaria de 8 de Julho de 1935.

*9 de Março*

Concedendo, ao Consul de 2ª classe Nicanor Damasio e Mello de Oliveira, a licença especial de um anno, por contar mais de 20 annos de effectivo exercicio, para ser gozada em periodos de tres mezes.

Concedendo, ao Auxiliar de Consulado Claudionor Augusto de Campos, licença de tres mezes, para ser gozada no estrangeiro.

*12 de Março*

Removendo o 1º Secretario Roberto Mendes Gonçalves, da Legação na Suissa para a Secretaria de Estado.

*13 de Março*

Confirmando o Consul de 1ª classe Mario Drolhe da Costa no cargo de Chefe da Contabilidade.

Determinando que a licença especial, concedida por portaria de 14 de Janeiro de 1936 ao Auxiliar de Consulado Elpidio de Britto Pereira, seja gozada em periodos de tres mezes.

Concedendo, ao Auxiliar de Consulado Orlando Schmidt Cabral, a licença especial de seis mezes, por contar um decennio de effectivo exercicio.

*18 de Março*

Removendo o Consul de 2ª classe Colmar Pereira de Cerqueira Daltro, da Secretaria de Estado para o Consulado Geral em Barcelona, onde servirá na qualidade de Consul Adjunto.

*21 de Março*

Removendo o 1º Secretario Adriano de Souza Quartim, da Legação na Allemanha para a Secretaria de Estado.

Designando o Consul de 2ª classe Mario de Lima Barbosa para exercer as suas funções na Secretaria de Estado.

Designando o 2º Secretario Francisco d'Alamo Louzada para exercer as suas funções na Embaixada na Argentina.

Concedendo tres mezes de licença para tratamento de saude, a partir de 25 de Fevereiro ultimo, ao Ministro Plenipotenciario de 2ª classe, Antonio José do Amaral Murtinho.

*25 de Março*

Contractando Nelson José Moreira, como mensalista da Secretaria de Estado.

*30 de Março*

Contractando Francisco Antonio Dilassio, como carpinteiro da Secretaria de Estado.

*1 de Abril*

Dispensando Maria Edith Ribeiro Dantas do cargo de Dactylographa de 2ª classe e contractando-a como Dactylographa de 1ª classe.

Contractando Cora Lobo para o cargo de Dactylographa de 2ª classe.



*7 de Abril*

Removendo o Consul Geral Victor Ferreira da Cunha, da Secretaria de Estado para o Consulado em Cardiff.

Removendo o Consul de 1ª classe Alvaro de Magalhães, do Consulado em Varsovia para o Consulado em Las Palmas.

*8 de Abril*

Concedendo, ao Consul de 2ª classe Pedro de Paranaguá, licença de um mez para tratamento de saude.

*17 de Abril*

Removendo o Consul de 2ª classe Paulo de Souza Dantas, da Secretaria de Estado para o Consulado em Helsinki.

*18 de Abril*

Removendo o Auxiliar de Consulado Moysés Armando Laredo, do Consulado em Cherburgo para o Consulado Geral em Paris.

Concedendo, ao Auxiliar de Consulado William Howarth, ferias extraordinarias de quatro mezes, para vir ao Brasil.

*22 de Abril*

Removendo o Consul Geral Domingos de Oliveira Alves, da Secretaria de Estado para o Consulado Geral em Hamburgo.

Removendo o Consul Geral Hyppolito Hermes de Vasconcellos, do Consulado Geral em Genova para o de igual categoria em Liverpool.

Removendo o Consul Geral Mario Savard de Saint Brisson Marques, do Consulado Geral em Hamburgo para o de igual categoria em Paris.

Removendo o Consul Geral George William Chester, da Secretaria de Estado para o Consulado Geral em Genova.

Removendo o Consul Geral Edgardo Barbedo, da Secretaria de Estado para o Consulado em Cardiff.

Removendo o Consul de 1ª classe Eduardo P. Osorio Bordini, do Consulado em Cardiff para a Secretaria de Estado.

Removendo o Consul de 2ª classe Aguinaldo Boulitreau Fragoso, da Secretaria de Estado para a Legação na Suissa, onde vae servir em commissão, com o titulo honorifico de 2º Secretario Commercial.

Designando a seguinte commissão para exame, julgamento e demais tramites nas concorrências abertas, no corrente anno, pelo Ministerio das Relações Exteriores: Presidente, Consul de 1ª classe James Philip Mee, Chefe do Serviço do Material; Secretarios, Consul de 3ª classe Manoel Casado e Paulino Diamico, na qualidade de Auxiliar-Technico.

*1 de Maio*

Dispensando do cargo de Auxiliar do Gabinete do Ministro o Consul de 1ª classe Joaquim Antonio de Souza Ribeiro e nomeando-o para o cargo de Official do mesmo Gabinete.

*4 de Maio*

Designando o Auxiliar de Consulado Paulo Coelho Rodrigues para exercer as suas funções no Consulado em Bremen.

*7 de Maio*

Removendo o Consul Geral Edgardo Barbedo da Secretaria de Estado para o Consulado em Varsovia, ficando sem effeito a portaria de 22 de Abril de 1936, que o removera para o Consulado em Cardiff.

Removendo o Consul de 2ª classe José Gomide Junior, do Consulado em Las Palmas para a Secretaria de Estado.

*8 de Maio*

Removendo o 2º Secretario Carlos da Silveira Martins Ramos, da Secretaria de Estado para a legação na Austria e na Hungria.

Concedendo seis mezes de licença ao Consul Privativo, em Guayaramirim, José de Mendonça Lima.

*11 de Maio*

Designando o Ministro Plenipotenciario João Severiano da Fonseca Hermes para representar, como Assessor Technico, o Ministerio das Relações Exteriores na Commissão Brasileira, de que cogita a Convenção assignada entre o Brasil e a Argentina, para a revisão dos textos de ensino de Historia e Geographia.

Nomeando os Consules de 3ª classe Renato F. Maia de Mendonça e Myriam Leonardo Pereira, como Secretarios da referida Commissão.

*16 de Maio*

Removendo o Consul de 1ª classe Horacio Sully de Souza, do Consulado em Beyruth para a Secretaria de Estado.

Removendo o Consul de 1ª classe Mario Drolhe da Costa, da Secretaria de Estado para o Consulado em Beyruth.

Removendo o 1º Secretario Joaquim de Souza Leão Filho, da Legação do Equador para a Secretaria de Estado.

Removendo o 2º Secretario Murillo Tasso Fragoso, da Legação na Suissa para a Legação na Suecia.

Designando o Consul Geral Mario de Deus Fernandes para inspeccionar os Consulados Honorarios e Privativos

Designando o Cryptographo de 2ª classe, contractado, da Secretaria de Estado Luciano Lordsleem, como Auxiliar do

Consul Geral Mario de Deus Fernandes na sua viagem de inspecção.

*20 de Maio*

Dispensando o Consul Geral George William Chester das funções de Chefe do Serviço do Pessoal, por ter de partir para o seu posto no estrangeiro.

Designando o Conselheiro de Embaixada Carlos Taylor para exercer as funções de Chefe do Serviço do Pessoal.

Concedendo, ao Auxiliar de Consulado Armando Braga Ruy Barbosa, a licença especial de seis mezes, por contar um decennio de exercicio effectivo.

*23 de Maio*

Removendo o Consul Geral Victor Ferreira da Cunha, da Secretaria de Estado para a Legação na Grecia, onde vae servir em commissão, com o titulo honorifico de Conselheiro Commercial, ficando sem effeito a portaria de 7 de Maio de 1936, que o removera para o Consulado em Cardiff.

*30 de Maio*

Dispensando o Consul Geral Domingos de Oliveira Alves das funções de Chefe do Archivo, por ter de partir para o seu posto no estrangeiro.

Designando o Conselheiro de Embaixada Sylvio Rangel de Castro, para exercer as funções de Chefe do Archivo.

Designando o Consul de 1ª classe David Barbosa Lage Moretzsohn para exercer, interinamente, as funções de Chefe dos Serviços Consulares.

Removendo o 2º Secretario Orlando Leite Ribeiro, da Embaixada na Argentina para a Secretaria de Estado.

Removendo o Auxiliar de Consulado Antonio Augusto de Souza Bandeira, do Consulado Geral em Antuerpia para o Consulado Geral em Hamburgo.

*3 de Junho*

Dispensando o Consul Geral Edgardo Barbedo, das funções de Chefe da Bibliotheca, por ter de partir para o seu posto no estrangeiro.

Designando o Consul de 1ª classe Milton C. de Wegelin Vieira para exercer as funções de Chefe da Bibliotheca.

*5 de Junho*

Declarando sem effeito a portaria de 30 de Maio de 1936, pela qual fôra removido o Auxiliar de Consulado Antonio A. de Souza Bandeira, do Consulado Geral em Antuerpia para o Consulado Geral em Hamburgo.

*8 de Junho*

Concedendo, ao Consul de 2ª classe Pedro de Paranaguá, licença de um mez, em prorrogação, para tratamento de saude.

*10 de Junho*

Removendo o 1º Secretario Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro, da Embaixada em Portugal para a Embaixada na Espanha.

Removendo o 1º Secretario Arthur dos Guimarães Bastos, da Secretaria de Estado para a Legação na Suissa.

*12 de Junho*

Removendo o 2º Secretario Paulo Mathias de A. Silveira, da Legação na Suissa para a Embaixada na Italia.

Removendo o Consul de 2ª classe Aldo de Castro Menezes, da Secretaria de Estado para o Consulado Geral em Montevideo, onde vae servir na qualidade de Consul Adjuncto.

*13 de Junho*

Removendo o Auxiliar de Consulado Arnaldo Guimarães do Consulado Geral em Paris para o Consulado em Funchal.

*17 de Junho*

Removendo o Consul de 2ª classe Wanda Vianna Rodrigues da Secretaria de Estado para a Embaixada na França, onde servirá na qualidade de addido.

*25 de Junho*

Designando o 2º Secretario Antonio Roberto de Arruda Botelho, para exercer as suas funções na Legação no Equador.

*27 de Junho*

Concedendo, ao lavador de carros da Secretaria de Estado Adriano Barbosa de Oliveira, licença de dois meses para tratamento de saúde.

*30 de Junho*

Removendo o 2º Secretario Oswaldo Furst da Secretaria de Estado para a Embaixada em Buenos Aires.

*1 de Julho*

Designando o Conselheiro de Embaixada Carlos Taylor para substituir o Chefe Geral do Departamento Administrativo, nos seus impedimentos, faltas, férias e licenças.

*3 de Julho*

Concedendo, ao Auxiliar de Consulado contractado, Edison Ramos Nogueira, tres mezes de licença, para ser gozada no Brasil.

*4 de Julho*

Removendo o Consul de 2ª classe Luiz Aranha Pereira do Consulado em Lisboa para a Secretaria de Estado.

Designando o Consul de 2ª classe Pityguar Fleury de Amorim para exercer as funções de Consul Adjunto em Lisboa.

*10 de Julho*

Designando o 1º Secretario de Legação Joaquim de Souza Leão Filho para exercer as funções de Auxiliar do Gabinete do Ministro de Estado.

*15 de Julho*

Designando a Auxiliar de Escripta de 4ª classe, contractada, Laura Braga para exercer as funções de Dactylographa do Gabinete do Ministro de Estado.

Dispensando, a pedido, Dora Hastings de Castro Menezes das funções de Dactylographa de 1ª classe, contractada.

Designando o 2º Secretario Affonso Barbosa de Almeida Portugal para acompanhar a Missão Economica que vae ao Japão.

*18 de Julho*

Removendo o Auxiliar de Consulado Roberto de Arruda Beltrão do Consulado Geral em Amsterdam para o Consulado no Havre.

*20 de Julho*

Dispensando o Consul de 1ª classe Aluizio Martins Torres das funções de Chefe do Serviço de Publicações, por ter tido outra designação.

Dispensando o Consul Geral Victor Ferreira da Cunha das funções de Auxiliar do Secretario Geral, por ter sido designado para servir no estrangeiro.

Designando o Consul de 1ª classe Aluizio Martins Torres para exercer as funções de Auxiliar do Secretario Geral.

*23 de Julho*

Removendo o Consul de 2ª classe Aluizio de Magalhães da Secretaria de Estado para o Consulado em Calcuttá.

*24 de Julho*

Designando o Ministro Plenipotenciario de 2ª classe João Severiano da Fonseca Hermes Junior para ir, em comissão, de character tecnico, á França.

*28 de Julho*

Removendo o Auxiliar de Consulado Clovis Gurjão do Consulado em Bremen para o Consulado Geral em Hamburgo.

*29 de Julho*

Concedendo ao Auxiliar de Consulado Heraldo Pederneiras a licença especial de seis mezes, por contar um decennio de effectivo exercicio.

*1 de Agosto*

Designando o 1º Secretario Adriano de Souza Quartin para exercer as funcções de Chefe da Contabilidade.

Dispensando o Consul de 1ª classe Mario Drolhe da Costa do cargo de Chefe da Contabilidade.

*6 de Agosto*

Designando o Conselheiro de Embaixada Sylvio Rangel de Castro para substituir o Chefe Geral do Archivo, Bibliotheca e Mappotheca, nos seus impedimentos, faltas, ferias e licenças.

*14 de Agosto*

Conferindo o titulo honorifico de Conselheiro de Embaixada ao 1º Secretario Caio de Mello Franco.



Removendo o Consul de 1ª classe Ildelfonso Falcão da Secretaria de Estado para o Consulado em Budapest.

*15 de Agosto*

Designando o Consul de 2ª classe Mario de Lima Barbosa para fazer parte da comissão incumbida de organizar uma collectanea de precedentes e documentos diplomaticos brasileiros.

*20 de Agosto*

Removendo, a pedido, o Auxiliar de Consulado Claudionor Augusto de Campos do Consulado em Valparaíso para o Consulado geral em Buenos Aires.

*24 de Agosto*

Designando o Consul de 1ª classe Osorio Hermogeneo Dutra para exercer as funções de Chefe do Serviço de Publicações.

*4 de Setembro*

Removendo, a pedido, o 1º Secretario Rubens Ferreira de Mello da Embaixada na Gran-Bretanha para a Embaixada na Italia.

Removendo o 2º Secretario José de Alencar Netto da Legação em Bogotá para a Legação em Vienna.

Conferindo o titulo honorifico de Conselheiro de Embaixada ao 1º Secretario Carlos Alves de Souza Filho.

*4 de Setembro*

Concedendo ao Auxiliar de Consulado José Caetano Bueno Horta Filho a licença especial de seis mezes, por contar um decennio de effectivo exercicio.

*22 de Setembro*

Removendo o 1º Secretario Trajano Medeiros do Paço da Legação na Venezuela para a Secretaria de Estado.

Designando o 2º Secretario Antonio Mendes Vianna para exercer as suas funções na Legação na Venezuela.

*24 de Setembro*

Designando os Ministros Plenipotenciarios de 1ª classe Luiz A. Gurgel do Amaral, Mauricio Nabuco, o 1º Secretario Rodolpho G. de Siqueira e o 2º Secretario Djalma Ribeiro Lessa para fazer parte da Comissão Permanente encarregada de acautelar o patrimonio historico e Artistico do Palacio Itamaraty.

*25 de Setembro*

Concedendo ferias extraordinarias de quatro mezes ao Ministro Plenipotenciario de 1ª classe José Thomaz Nabuco de Gouvêa.

*29 de Setembro*

Removendo o 1º Secretario Leopoldo Teixeira Leite Filho da Secretaria de Estado para a Embaixada no Chile.

*30 de Setembro*

Designando o 2º Secretario Frederico Chermont Lisboa para exercer as suas funções na Legação em Peiping.

*10 de Outubro*

Designando o Addido Commercial José Augusto Barbosa Carneiro para exercer as funções de Chefe dos Serviços Commerciaes.

5 Removendo o 2º Secretario Alvaro Teixeira Soares da Embaixada em Lisboa para a Embaixada em Washington.

Removendo o Consul de 2ª classe Decio Martins Coimbra da Legação em Vienna para a Embaixada em Londres, onde

servirá com o titulo honorifico de 2º Secretario Commercial.

Designando o Consul de 3ª classe Narbal Costa para inspecionar os Consulados Honorarios nas Colonias ingleza, franceza e hollandeza, na America Central e nas Antilhas.

Designando Carlos Carvalho e Souza para Secretario do Inspector Consular dos Consulados Honorarios nas colonias ingleza, franceza e hollandeza, na America Central e nas Antilhas.

*14 de Outubro*

Removendo o Auxiliar de Consulado José Enéas Ferraz Filho do Consulado em Boulogne para o Consulado Geral em Paris.

Removendo o Auxiliar de Consulado Josias Carneiro Leão do Consulado em Montreal para o Consulado em Chicago.

Contractando Conceição de Castro Bandeira como Auxiliar de escripta de 4ª classe.

*15 de Outubro*

Removendo o Ministro Plenipotenciario de 2ª classe Carlos Celso de Ouro Preto da Embaixada no Chile para a Secretaria de Estado.

*16 de Outubro*

Mandando servir provisoriamente na Embaixada em Lisboa o 2º Secretario João Pizarro G. C. Lisboa.

*27 de Outubro*

Contractando Luiz Paulo Amorim como Ajudante Technico de 1ª classe.

Contractando João Baptista T. S. de Pinna e Aresio Barroso Lintz como ajudantes technicos de 3ª classe.

Contractando Carlos A. de Carvalho e Souza como ajudante tecnico de 5ª classe.

*31 de Outubro*

Conferindo o titulo honorifico de Conselheiro de Embaixada ao 1º Secretario Antonio Camillo de Oliveira.

Concedendo ao Consul de 1ª classe Pericles M. de B. Barbosa Lima a licença especial de seis mezes, por contar um decennio de effectivo exercicio.

*3 de Novembro*

Removendo o Consul de 1ª classe Murillo Martins de Souza da Secretaria de Estado para o Consulado em Marselha.

*4 de Novembro*

Concedendo ao Auxiliar de Consulado William George Smith a licença especial de dois annos, por contar quatro decennios de effectivo exercicio, para ser gozada no estrangeiro.

*2 de Dezembro*

Concedendo ao Auxiliar de Consulado Arnaldo Guimarães licença de tres mezes, sem vencimentos.

Designando o Ministro Plenipotenciario de 2ª classe Octavio Fialho para exercer, interinamente, as funções de chefe dos Serviços Politicos e Diplomaticos.

Contractando Armando Ortega Fontes como Auxiliar de Escripta de 4ª classe, e Heraldo Pacheco Oliveira como Auxiliar de Escripta de 5ª classe.

Nomeando o Ministro Plenipotenciario de 2ª classe Octavio Fialho para exercer, interinamente, as funções de Secretario Geral.

*3 de Dezembro*

Nomeando os Ministros Plenipotenciarios de 1ª classe Mauricio Nabuco, Luiz Avelino Gurgel do Amaral e Hildebrando P. Pinto Accioly, e os Consules Geraes Mario de Deus Fernandes e Mario de Barros e Vasconcellos para fazerem parte da Commissão de Efficiencia do Ministerio das Relações Exteriores.

---

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, em nome do Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o dec. n. 360, de 3 de Outubro de 1935, que approvou a "Consolidação das Leis, Decretos, Circulares e Decisões referentes ás Funções Consulares Brasileiras", resolve:

1º. Ficam a cargo dos Serviços Consulares deste Ministerio todas as actividades decorrentes da applicação, distribuição e eventual modificação da Consolidação recentemente approvada, visto interessar a esses Serviços, sobretudo, o bom funcionamento das nossas repartições consulares;

2º. Com esse objectivo, o chefe dos Serviços Consulares mandará numerar todos os exemplares da Consolidação, que, ao serem postos em circulação, levarão, obrigatoriamente, na folha de guarda do primeiro tomo, além dos seus numeros, o nome da pessoa a quem cada um delles fôr attribuido, a data da attribuição e a declaração em cada exemplar de que, a essa data, se achava em dia, isto é, com todas as eventuaes modificações que a Consolidação institue na sua Advertencia e nas Instruções do 2º volume. As declarações insertas na mencionada folha de guarda serão assignadas pelo chefe dos Serviços Con-

sulares ou pelo funcionario por elle designado para assegurar a manutenção da Consolidação em dia;

3º. Incumbe, outrosim, ao mesmo funcionario, a attenta leitura quotidiana do *Diario Official*, para nelle verificar si as disposições adoptadas em outros ministerios affectam ou não os Serviços Consulares e, no caso affirmativo, submeter o novo dispositivo ao seu chefe, que determinará qual a modificação a ser introduzida na Consolidação;

4º. Os Serviços Consulares manterão um registro, em que serão devidamente inscriptos os nomes das repartições, os dos funcionarios e os dos particulares que receberem exemplares da Consolidação, devendo figurar, tambem, no dito registro, o numero de cada Consolidação distribuida;

5º. Cada modificação introduzida sob qualquer forma na Consolidação, corresponderá a instrucções que os Serviços Consulares enviarão ás repartições interessadas, em tantos exemplares quantos forem os da Consolidação por ellas recebidos, para que todos os possuidores da dita Consolidação tenham conhecimento dessas modificações;

6º. Além das repartições que, no estrangeiro, se occupam dos nossos serviços consulares, todos os funcionarios consulares brasileiros, de carreira ou não, receberão um exemplar da Consolidação que poderá tambem ser distribuido a particulares, a criterio dos consules e dos chefes de missões diplomaticas com attribuições consulares;

7º. Fica a cargo dos consulados e das missões diplomaticas encarregadas do serviço consular o preenchimento das formalidades a que se refere o n. 2 da presente portaria, excepção feita apenas da numeração da Consolidação, que é da attribuição exclusiva da Secretaria de Estado. Nestas condições, os ditos consulados e missões, além dos seus exemplares individuaes da Consolidação, receberão um certo numero de outros exemplares

numerados, cuja attribuição communicarão urgentemente á Secretaria de Estado, para o seu devido registro;

8º. Os particulares poderão dirigir-se periodicamente, no Rio de Janeiro, ao Ministerio das Relações Exteriores, e, no estrangeiro, ás repartições encarregadas do serviço consular, para obterem os necessarios esclarecimentos sobre as modificações que devem occasionalmente introduzir no exemplar da Consolidação de que forem possuidores;

9º. Os Serviços Consulares manterão sempre em dia 20 exemplares da Consolidação, para attenderem promptamente a todos os pedidos; esse *stock* fluctuante será renovado á medida que fôr soffrendo desfalque;

10. O consul de 1ª classe Demetrio de Toledo, havendo terminado a leitura da Consolidação de que se achava encarregado, auxiliará durante algumas semanas o chefe dos Serviços Consulares na organização das formalidades acima instituidas.

Rio de Janeiro, 30 de Janeiro de 1936. — *José Carlos de Macedo Soares.*

---

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando das attribuições que lhe confere o art. 11 das Disposições transitorias do Decr. n. 19.592, de 15 de Janeiro de 1931, que reorganizou os serviços do Ministerio das Relações Exteriores e, tendo em vista a situação de desigualdade que estabelece, entre funcionarios em exercicio no paiz e no estrangeiro, a imprecisão de certos dispositivos legais, reguladores da investidura e posse dos funcionarios diplomaticos e consulares, quando nomeados ou promovidos, resolve:

Art. 1º. A investidura, em cada cargo, dos funcionarios diplomaticos, consulares e do quadro fixo da Secretaria de Estado, é, para os effeitos de sua antiguidade de classe, fixada,

automaticamente, pela data da publicação dos respectivos decretos no *Diario Official*.

Art. 2º. Quando os decretos fôrem de nomeação, a investidura será, também, fixada pela data dessa publicação, sempre que a nomeação decorrer, immediatamente, das funções publicas regulamentares que os nomeados já estiverem, effectivamente, exercendo no Ministerio.

Art. 3º. Quando esses decretos forem de primeira nomeação, a investidura dependerá, ainda, do compromisso de bem servir, que cada nomeado deverá prestar, depois dessa publicação, ao tomar posse do cargo e entrar para o serviço do Ministerio.

§ 1º. Quando essa nomeação fôr para cargo de effectivo exercicio na Secretaria de Estado, o nomeado firmará, com o Ministro de Estado, o respectivo termo, que será lavrado em livro especial.

§ 2º. Quando fôr para cargo de effectivo exercicio no estrangeiro, o nomeado firmará, com o Chefe da Missão diplomatica ou da Repartição consular respectiva, esse termo, que será, de accordo com o modelo junto, lavrado em folha avulsa e em duas vias, das quaes a primeira ficará archivada na mesma chancellaria e a segunda será remettida á Secretaria de Estado.

§ 3º. Quando a nomeação decorrer, apenas, de contracto, o respectivo termo será lavrado e firmado depois desse, em folha avulsa e em duas vias, das quaes a primeira ficará archivada na respectiva chancellaria e a segunda será remettida á Secretaria de Estado.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de Março de 1936. — *José Carlos de Macedo Soares*.

---



## MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Termo de promessa que faz .....  
..... ao tomar posse  
do cargo de .....

Aos ..... dias do mez de ..... do anno de .....  
o abaixo-assignado, em sua qualidade de Chefe desta (1) .....  
..... recebeu de .....  
..... a promessa de bem servir  
no cargo de ....., para  
que foi ..... (2) ..... por acto de  
..... de ..... de .....

E, como assim foi solennemente praticado, mandou então lavrar o  
presente termo, em duas vias, para que a primeira fique archivada nesta  
chancellaria ..... (3) .....  
..... e a segunda seja remettida á Secretaria de  
Estado, como determina a Portaria de 26 de Março de 1936.

..... (4) ..... do Brasil,  
em ....., aos ..... dias do mez de .....  
..... do anno de .....  
..... (5)

(1) Missão diplomatica ou Repartição consular.

(2) Nomeado, promovido ou contractado.

(3) Diplomatica ou consular.

(4) Embaixada, Legação, Consulado Geral ou Consulado.

(5) Cargo do Chefe da Missão ou Repartição.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, em nome do Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve estender a jurisdição do Consulado Geral do Brasil em Paris aos departamentos de AISNE, ARDENNES e NORD.

Rio de Janeiro, 4 de Maio de 1936. — *José Carlos de Macedo Soares.*

O ministro de Estado das Relações Exteriores resolve, “ex-vi” do art. 173 das Disposições Transitorias do decreto n. 19.926, de 28 de Abril de 1931, baixar as seguintes:

*Instruções para a organização da Folha de Serviços e do Almanack do Pessoal do Ministerio das Relações Exteriores*

1º. Compete ao Serviço do Pessoal do Departamento Administrativo:

a) manter em dia as Folhas de Serviço dos funcionarios do ministerio, com todas as indicações sobre a fé de officio de cada um;

b) dar publicidade, annualmente, ao “Almanack do Pessoal”, preparado de accordo com essas “Folhas de Serviço”;

c) organizar e publicar os quadros mensaes das missões diplomaticas e das repartições consulares de carreira, assim como, trimestralmente, a lista do pessoal em serviço na Secretaria de Estado e outra com os respectivos endereços.

2º. Para a organização das Fés de Officio, o “Serviço de Pessoal” manterá archivadas, segundo a gradação de categorias no corpo diplomatico, no consular ou no quadro fixo da Secretaria de Estado, as folhas de serviço do pessoal.

a) esse archivo, sob a guarda de funcionarios especializados, será constituido por fichas individuaes, denominadas “Folhas de Serviço”, segundo o modelo annexo;

b) essas fichas receberão, dia a dia, as anotações necessárias para que se mantenha, rigorosamente, actualizada a ficha de cada funcionario e sejam officialmente exactas as indicações sobre o seu tempo de serviço.

3º. Os calculos de tempo liquido, deduzidos os descontos, serão feitos á medida que se completarem os respectivos prazos. O total das diversas parcellas constantes de cada ficha será achado em casos excepcionaes ou quando, por estar completa a ficha, fôr necessario o transporte para outra do total de cada columna.

a) as faltas descontadas só serão tambem lançadas quando fôr necessaria uma classificação por antiguidade ou quando o respectivo funcionario tiver mudado de categoria

4º. As duas partes da cada Folha de Serviço deverão corresponder ao mesmo periodo. Preenchida uma, a outra será encerrada com um traço transversal.

5º. Os pedidos de alteração, acrescimo ou esclarecimento em cada ficha deverão ser apresentados, por escripto, ao Departamento Administrativo.

6º. A chegada de cada funcionario ao posto e sua partida deverão ser, immediatamente, communicadas, pelo telegrapho, á Secretaria de Estado.

7º. Cada funcionario, ao chegar ao Rio de Janeiro, por qualquer motivo, e antes de partir para o estrangeiro, deverá inscrever-se no “Livro de Apresentações da Secretaria de Estado”, indicando a data de sua chegada ou partida e o motivo de sua apresentação. Si estiver fóra da Capital, ao chegar ou deixar o paiz, deverá, telegraphicamente, communicar a occurrencia á Secretaria de Estado, para que essa inscrição seja feita pelo chefe do Serviço do Pessoal no devido tempo.

8º. O Almanack do Pessoal constará das seguintes partes:

1ª, contagem de tempo de serviço;

2ª, folhas de serviço;

3ª, relação geral dos funcionarios contractados.

9º. Na primeira parte, a contagem de tempo de serviço obedecerá ao modelo annexo.

10. Na segunda parte, as folhas de serviço ficarão, exclusivamente, em ordem alphabetica geral, segundo o patronymico dos funcionarios, com os dados seguintes, em relação a cada um:

a) logar e data do nascimento;

b) diplomas e attestados de instrucção secundaria e superior, validos ou revalidaveis no Brasil;

c) diplomas ou titulos de entidades, nacionaes ou estrangeiras, de cultura intellectual, mas de numero restricto de titulares, escolhidos em votação pelos demais;

d) desempenho de funções politicas ou politico-administrativas, federaes e estaduaes, electivas ou não;

e) nomeações e promoções para cargos publicos federaes ou estaduaes, com as respectivas datas;

f) nomeações ou designações, por decreto ou portaria, para chefia de serviço, missões e commissões ordinarias e extraordinarias, assim como encarregaturas de negocios e gerencias interinas de consulados, por substituição automatica durante trinta dias, no minimo; e

g) os postos em que o funcionario tenha servido, com as respectivas datas de inicio e cessação de exercicio em cada categoria.

11. Na segunda parte, relativa ás Folhas de Serviço, os funcionarios figurarão, exclusivamente, em ordem alphabetica geral. Nos quadros de cada serviço serão, no emtanto, grupados em quadros por categoria e, em cada categoria, por ordem de

antiguidade de classe, apurada ao findar o periodo que o Almanack abranger:

a) a contagem dessa, quando anterior a 26 de Março de 1936, será feita segúndo as normas então estabelecidas;

b) o tempo de serviço prestado em cada posto é contado da data da partida do funcionario, designado ou removido, para esse posto, até a data em que partir para outro;

c) nessa contagem serão deduzidos os periodos que tiverem excedido os de transito fixados nas respectivas tabellas em vigor.

12. A investidura e posse dos funcionarios é regulada pela portaria de 26 de Março de 1936, a partir dessa data.

13. A antiguidade é fixada pelo tempo liquido de serviço effectivo na classe a que pertence o funcionario ou em classe equivalente de outro serviço do ministerio, a partir do decreto n. 4.995, de 5 de Junho de 1926:

a) entre funcionarios com a mesma antiguidade de classe, mais antigo será o que tiver mais tempo de serviço publico no ministerio e, subsidiariamente, de serviço publico federal ou, por fim, idade.

14. A contagem de antiguidade em cada classe será feita a partir das respectivas posses, quando anteriores a 26 de Março de 1936. Dessa data em diante, será de accordo com a portaria dessa data, que regula os casos de investidura e posse.

15. Quando o funcionario tiver exercido, interinamente, cargo em que veio a ser effectivado, sua antiguidade de classe será contada com o tempo da interinidade.

16. A apuração do tempo liquido de serviço na classe será feita descontando-se, do tempo bruto, as faltas, licenças e outras ausencias do serviço, quando tenham affectado os vencimentos do funcionario. Serão, tambem, descontados os periodos em que o funcionario tiver, por qualquer motivo, deixado de pertencer a sua classe ou a classe correspondente á sua, assim

como os relativos á disponibilidade inactiva ou exercicio de commissão em outro ministerio.

Parapho unico. O exercicio, em commissão, na Secretaria da Presidencia da Republica é assimilado, para todos os effeitos, do effectivo exercicio na Secretaria de Estado.

17. O tempo em que os funcionarios diplomaticos tiverem, effectivamente, servido em portos da America até 11 de Fevereiro de 1920, será augmentado de um terço, para todos os effeitos.

18. Para esses funcionarios, a partir de 12 de Fevereiro de 1920, o tempo dos serviços, effectivamente, prestados em postos na Asia e na America, com excepção dos Estados Unidos da America, Argentina, Chile e Uruguay, será, para o effeito da aposentadoria, calculado com o acrescimo de um terço.

19. Para os funcionarios consulares será, até 11 de Fevereiro de 1920, contado, para todos os effeitos, com o acrescimo de um terço, o tempo de serviço effectivo na America do Sul, salvo para os consules geraes em Buenos Aires, Montevideo e Valparaiso.

20. Para os mesmos, a partir de 12 de Fevereiro de 1920, será, para o effeito de aposentadoria, calculado o tempo dos serviços, effectivamente, prestados em postos na Asia e na America, com excepção dos Consulados Geraes em Nova York, Buenos Aires, Montevideo e Valparaiso.

21. Para o effeito da promoção a ministro plenipotenciario de segunda classe ou a consul geral, será computado o tempo dos serviços prestados, effectivamente ou em commissão, em qualquer posto na America, Asia ou Africa.

21. A expressão “effectivamente”, empregada nas clausulas anteriores corresponde ao tempo comprehendido entre a data da partida para postos na America, na Asia e na Africa e a

data em que tiverem partido para outro posto, respeitados os respectivos prazos de transito.

22. Os antigos consules geraes de segunda classe, que, em consequencia do dec. n. 16.368, de 13 de Fevereiro de 1924, foram elevados a consules geraes, iniciarão a contagem de tempo nesta classe a partir da data desse decreto, respeitada a ordem em que se achavam na classe anterior.

23. Nomenclatura em uso no Almanack:

Cargo — Emprego publico exercido por nomeação ou promoção;

Classe — Conjunto de empregos da mesma categoria;

Posto — Logar onde o funcionario exerce as funcções de seu cargo; e

Funcção — Serviço prestado pelo funcionario segundo sua categoria.

Rio de Janeiro, 14 de Agosto de 1936. — *José Carlos de Macedo Soares.*

---

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, usando da attribuição definida pelo art. 173 do dec. n. 19.926, de 28 de Abril de 1931, que approvou o Regulamento da Secretaria de Estado, resolve o seguinte:

Instrucções para a organização de uma commissão permanente que, na Secretaria de Estado, tenha o especial encargo de acautelar o patrimonio historico e artistico do Palacio Itamaraty e, em geral, orientar a conservação e melhoria dos bens immoveis, moveis e alfaías do Ministerio, no paiz e no estrangeiro.

Essa commissão será constituida pelo chefe Geral do Departamento Administrativo e mais quatro funcionarios diplomaticos e consulares, em exercicio no paiz, designados

pelo Ministro de Estado, e secretariada pelo chefe do Serviço do Material.

A' Commissão compete:

a) orientar a conservação e melhoria dos immoveis, moveis e alfaias do Ministerio, no paiz e no estrangeiro;

b) dar parecer, por escripto, sobre a conveniencia da compra, no estrangeiro, de propriedades para installação de repartições diplomaticas ou consulares;

c) approvar projectos de obras novas ou adaptações necessarias, para melhorar a installação dos serviços da Secretaria de Estado;

d) dispôr sobre a distribuição decorativa de moveis e alfaias de valor artistico e historico do Ministerio, mantendo, quando possivel, o aspecto já tradicional das principaes dependencias da Chancellaria;

e) opinar sobre o valor artistico e historico de moveis e alfaias a ser adquiridos para decoração da Chancellaria ou de repartições do Ministerio, no estrangeiro.

A Commissão deverá proceder, periodicamente, a uma inspecção de todas as dependencias da Secretaria de Estado e reunir-se, para deliberar, quando o Ministro de Estado ou algum de seus membros julgar conveniente.

As determinações da Commissão que importarem em alteração de aspecto ou de utilidade de qualquer dependencia da Chancellaria dependerão de approvação do Ministro de Estado.

Nos demais casos, suas deliberações têm força executiva, cabendo ao Serviço do Material pol-as em pratica.

Rio de Janeiro, em 24 de Setembro de 1936. — *José Carlos de Macedo Soares.*



O Ministro de Estado das Relações Exteriores, attendendo ao que dispõe o art. 173 do regulamento annexo ao dec. n. 19.926, de 28 de Abril de 1931, resolve baixar as seguintes instrucções:

Art. 1º. Os serviços juridicos da Secretaria de Estado das Relações Exteriores serão dirigidos por um Consultor Juridico nomeado por decreto, ou por um funcionario do Corpo diplomatico ou consular, de categoria nunca inferior a Ministro Plenipotenciario de segunda classe ou Consul Geral e designado por portaria do Ministro de Estado.

Em qualquer das hypotheses, o chefe dos Serviços juridicos terá a categoria de *chefe geral de serviço* e dependerá directamente do Ministro de Estado.

Art. 2º. Aos ditos Serviços competirá opinar:

a) sobre a conclusão de qualquer ajuste internacional do Brasil;

b) sobre os actos internacionaes a que o Brasil possa ou deva adherir;

c) sobre a intelligencia e execução dos tratados, convenções accordos, protocollos, declarações ou quaesquer outros compromissos internacionaes do Brasil;

d) sobre o merito das reclamações recebidas por via diplomatica, e das que o Governo brasileiro deseje apresentar a Governos estrangeiros;

e) sobre questões de direito internacional publico ou privado, em relação ás quaes a Secretaria de Estado tenha que se pronunciar ou deseje ser esclarecida;

f) sobre propostas legislativas, alterações de regulamentos, redacção de decretos e resoluções, referentes ao Ministerio das Relações Exteriores;

g) sobre a redacção de tratados e outros ajustes internacionaes do Brasil;

Art. 3º. Competirá igualmente aos serviços jurídicos:

- a) o expediente relativo á Côrte permanente de Justiça internacional e a qualquer outro organismo de natureza judiciaria de que o Brasil venha a participar;
- b) o andamento dos pedidos de extradição;
- c) a transmissão das cartas rogatorias das justiças brasileiras ás justiças estrangeiras, e vice-versa;
- d) a transmissão á Côrte Suprema das sentenças dos tribunaes estrangeiros que transitarem por via diplomatica.

Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 1936. — *José Carlos de Macedo Soares.*

---

# ANNEXO A

---

## DOCUMENTOS DIVERSOS

## **Mensagem apresentada pelo Senhor Presidente da Republica ao Congresso Nacional, em 3 de Maio de 1937**

### **Parte relativa ao Ministerio das Relações Exteriores**

As actividades comprehendidas no sector desta Secretaria de Estado tiveram desenvolvimento bastante accentuado, no decorrer dos ultimos annos.

Acontecimentos excepçionaes, de que participamos, directamente, obrigaram a Chancellaria Brasileira a manter uma actuação de reconhecida relevancia, perfeitamente á altura das suas tradições mais brilhantes.

Cumprе destacar, nessa phase profiqua da nossa politica exterior, o trabalho do ex-titular da pasta, Embaixador José Carlos de Macedo Soares. Sempre devotado á delicada missão que lhe estava confiada, conduziu com intelligencia e acerto as negociações de grande responsabilidade, que assignalam etapas decisivas da nossa cooperação para consolidar a obra de paz e bôa harmonia nas relações continentaes.

#### **CONFERENCIA INTER-AMERICANA DA PAZ**

Facilitando os nobres intuitos que sempre presidiram as nossas actividades internacionaes no continente, registou-se, em 1936, o acontecimento de mais ampla significação dos ultimos annos, constituido pela visita do Senhor Franklin Roosevelt, presidente reeleito da União Americana, e personalidade de projecção mundial, não só pelo mandato de que estava investido, como ainda pela sua obra de estadista, renovadora e sadia, inspirada em altos ideaes de solidariedade humana. O povo brasileiro acolheu essa visita com manifestações de excepçional regosijo, evidenciadoras da mutua e inalteravel estima existente entre as duas nações.

A viagem do Presidente Franklin Roosevelt não significou apenas um acto de cortesia internacional; ficou assignalada como uma iniciativa directa

em beneficio da harmonia continental. Convocada sob o alto patrocínio do Governo Americano, a Conferencia para a consolidação da paz, instalada em Buenos Ayres, trouxe os resultados previstos, reunindo os representantes das nações americanas, entre os quaes o proprio Presidente Roosevelt, que dirigiu pessoalmente os trabalhos da sessão inaugural.

Solidarios, desde o primeiro momento, com a nobre iniciativa, emprestamos-lhe collaboração decidida, que se concretizou no apoio dado ás resoluções, recommendações, convenções, tratados e protocollos alli approvados.

#### SOLUÇÃO DO CONFLICTO DO CHACO

Depois de negociações lentas e delicadas para dar uma solução satisfactoria ao conflicto entre o Paraguay e a Bolivia, tendo por causa os limites da região chaquenha, completou-se a obra pacificadora, com o accordo para a troca dos prisioneiros.

Removida essa ultima difficuldade, que por mais de uma vez parecera intransponivel, ameaçando sacrificar os esforços empreendidos pelas delegações conciliadoras, conseguiu-se coroar o exito da empresa com o restabelecimento das relações diplomaticas entre os dois paizes.

#### RECONHECIMENTO DE NOVOS GOVERNOS

Victorioso o movimento revolucionario verificado no Paraguay em Fevereiro de 1936, o Governo constituido manteve todos os compromissos internacionaes, inclusive os decorrentes dos protocollos assignados em Buenos Aires, a 12 de Janeiro de 1935 e 21 de Janeiro de 1936, para a solução do conflicto do Chaco.

Diante desse fato e das condições internas garantidoras da estabilidade do regimen instituido, resolveram, de commum accordo, as nações mediadoras reconhecer o novo Governo, por meio de notas distinctas entregues na mesma occasião pelos respectivos chefes de missão.

Movimento semelhante occorria, pouco depois, na Bolivia, assumindo a direcção dos negocios publicos uma junta civil e militar, ulteriormente substituida por uma autoridade unica. Ratificadas pelo Governo Revolucionario as declarações feitas de inicio pela referida junta, que acceitou, integralmente, os compromissos relativos á solução do litigio do Chaco, seguiu-se identico reconhecimento.

As relações do Brasil com o Paraguay e a Bolivia continuam revestidas do mesmo character de perfeita cordialidade, accrescidas, ainda, de maior

confiança, pela actuação imparcial e serena dos representantes brasileiros, no decurso das longas negociações de que resultaram os actos pacificadores de Janeiro de 1935 e 1936.

#### DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

Os trabalhos relativos á caracterização de fronteiras desenvolveram-se, durante o anno de 1936, com perfeita normalidade.

Nas Guyanas britannica e neerlandeza estiveram em actividade, juntamente com as commissões ingleza e hollandeza, tres turmas brasileiras, tendo ficado demarcado o divisor de aguas Amazonas-Courantyne, com a Guyana britannica, desde o ponto de trijunção das suas Guyanas com o Brasil até as cabeceiras do rio Aramatau, affluente do Kutari, numa extensão approximada de 25 kilometros; nos limites com a Guyana neerlandeza foram levantados 220 kilometros no divisor da fronteira, desde o referido ponto de trijunção até as nascentes do rio Cuiegú, affluente do Parú de Oeste.

Pelas commissões brasileira, britannica e neerlandeza, fixou-se o ponto de trijunção das tres fronteiras e foi elevado o respectivo marco.

Construíram-se nove marcos na fronteira com a Guyana ingleza e 24 na hollandeza.

Além desses serviços da caracterização, foram executados levantamentos topographicos no rio Marapy, formador do Erepecurú, uma extensão de 283 kilometros e 23 outros nos dos rios Parú de Oeste e Curupirú.

Ficaram determinadas, por observações astronomicas, as coordenadas geographicas dos marcos levantados na linha divisoria, bem como de muitos outros pontos dos rios Erepecurú, Maray e Parú de Oeste, para a devida correcção do levantamento topographico.

As commissões actuam num ambiente de perfeita cordialidade, concorrendo isso para o rapido andamento que os trabalhos veem tendo, sem embargo do difficil accesso e insalubridade das vias de communicacão daquellas regiões fronteiriças.

O anno de 1936 ficou assignalado pela terminação, no terreno, da demarcação e caracterização das fronteiras com a Colombia, de accordo com os ajustes internacionaes.

A Commissão Mixta viu retardados os seus trabalhos em consequencia das frequentes difficuldades de interpretação e discordancias no texto dos tratados com a realidade geographica, as quaes, por sua indole, tiveram que ser resolvidas entre os dois governos directamente.

Felizmente, para nós, tivemos sempre reconhecidos como justos e procedentes, pela lealdade e correcção do Governo de Bogotá, os pontos de vista brasileiros, sendo que, no caso do Macacuny, fomos os primeiros em proclamar o acerto da these pela qual todas as correntes desse rio deviam ficar em territorio colombiano.

Esses factos são dignos de referencia, por significarem o encerramento de questões delicadas, por isso que seculares e oriundas de controversias desde as epochas coloniasaes.

Foram construidos 14 marcos de limites, entre os quaes o da cabeceira do Tarayra, e levantados cerca de 1,600 kilometros de rios e áreas, tanto sobre a fronteira como nas zonas brasileiras a ella attinentes.

Os trabalhos de cartographia já foram iniciados e relatados em acta especial, na conformidade do art. 9º do accordo concluido em Bogotá, por troca de notas datadas de 7 e 12 de Março de 1930. Estando concluida a definição da fronteira, resta agora o entendimento solemne entre os dois Governos para a sua approvação final.

Na fronteira com o Paraguay foram determinadas as posições geographicas do marco brasileiro da confluencia do rio Estrella com o Apa; do pilar em Cerro Torim e dos marcos das cabeceiras dos rios Igatemy e Ibicuy. A polygonal de precisão attingiu o marco das cabeceiras do Ibicuy, onde ficou amarrada, estando, assim, definidas as coordenadas das serras de Amambay e Maracajú, desde o referido marco de Ibicuy até as cabeceiras do Estrella. Essa polygonal abrange 126,658 kilometros.

Para a realização desse trabalho, foram abertos quasi 50 kilometros de picada, nas mattas que cobrem a região.

Está ultimado o projecto de caracterização do trecho da fronteira nas cidades de Ponta-Porã e Pedro Juan Cavallero.

Na fronteira com o Uruguay, foi assignada a relação dos valores numericos das características dos 1.044 marcos construidos nas cochilhas de Sant'Anna e Haedo, o que foi registado e solemnemente approvedo com a acta da 17ª Conferencia dos Delegados Chefes das duas Comissões.

#### INTERCAMBIO COMMERCIAL

A intensa mobilidade do quadro internacional no momento, as mudanças de politica commercial de varios povos, cujas necessidades se transformam celeremente, obrigam a manter constante actividade e vigilancia afim de acompanharmos as alterações tarifarias dos nossos principaes clientes

e as flutuações do intercambio, reajustando a nossa balança mercantil, de modo a garantir, pelo menos, a situação conquistada nos grandes mercados consumidores do exterior.

Por esses e outros motivos de relevancia, tomou-se a iniciativa constante do decreto n. 552, de 30 de Dezembro de 1935, que mandou rever e actualizar todos os nossos convenios commerciaes.

Em principios do anno findo, após a denuncia dos accordos existentes, tratou-se, sem perda de tempo, de examinar as bases de novos entendimentos com os paizes europeus, visto que fôra concluido com exito o tratado com os Estados Unidos da America.

Conseguiu-se a assignatura de um protocollo addicional com a França, em que as partes contractantes se concedem o tratamento mutuo de nação mais favorecida, obtendo-se ainda a melhoria das quotas para os productos brasileiros sujeitos a contingentamento.

Com a Allemanha, Austria, Belgica, Dinamarca, Espanha, Hungria, Hollanda, Noruega, Portugal, Suecia e Suissa firmamos convenios provisorios, denunciaveis dentro de curto prazo, condicionados á clausula de nação mais favorecida.

Dentro de pouco, entretanto, esses accordos terão expirado e já se estudam as novas bases para a conclusão de outros, acompanhando de perto as mudanças de situação dos paizes daquelle continente.

Em Londres, continuam as negociações para a conclusão do novo accordo com a Grã-Bretanha e estudam-se, cuidadosamente, as estipulações referentes aos Dominios e possessões de *self-government* com as quaes mantemos constante e vultoso intercambio.

Por outro lado, approximando-se a epocha prevista para a revisão do schema de pagamento da divida externa, não podemos perder de vista que os nossos tratados commerciaes precisam ajustar-se á necessidade de dispormos dos saldos sufficientes para attender os compromissos a assumir, muito embora tenham elles de ser convenientemente reduzidos.

Temos, ainda, de noticiar, com satisfação, a recente visita da Missão Economica Neerlandeza, com a qual iniciamos negociações auspiciosas e que, dentro em breve, serão ultimadas, com evidentes vantagens para o Brasil e para a Hollanda.

O Governo continua a dispensar constante attenção á nossa politica economica e fará, quanto for possivel, para defender os interesses nacionaes e impulsionar o desenvolvimento das trocas mercantis, dentro do quadro das necessidades geraes do paiz.



#### SOCIEDADE DAS NAÇÕES

Durante o anno de 1936, o Brasil participou dos trabalhos dos órgãos technicos da Sociedade das Nações, cooperando, directa ou indirectamente, nos seus grandes inqueritos de natureza social e economica.

Na qualidade de adherente á convenção internacional de Genebra, de 1931, para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, collaborou, tambem, activamente, na campanha promovida contra o trafico do opio e de outras drogas nocivas.

Continuando a pratica iniciada em 1932, enviou ao Secretariado da Sociedade, para fins de registo, varios actos internacionaes, cumprindo, assim, o art. 18 do Pacto, que condiciona a validade dos tratados a essa formalidade.

#### REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Sem solução de continuidade, temos mantido contracto e cooperação com esse importante órgão technico da Sociedade das Nações. Desde 1931, fazemos parte do seu Conselho Administrativo, e, em 1936, participamos das suas quatro reuniões regulares e de Conferencia annual, realizada em Junho, á qual enviamos uma delegação completa, com a representação do Governo, dos empregadores e dos trabalhadores.

No anno findo, o Brasil ratificou as seguintes convenções do trabalho:

- a) Convenção fixando a idade minima de admissão dos menores no trabalho maritimo;
- b) Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres;
- c) Convenção relativa ao exame medico obrigatorio das crianças e menores empregados a bordo dos navios;
- d) Convenção concernente á indemnização das molestias profissionaes.

#### CÔRTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL

Outra resolução digna de referencia especial foi a ratificação do Protocollo de Revisão do Estatuto da Côte de Haya, assignado em Genebra, em 1929.

O estatuto, a que o Brasil acaba de adherir, contém novas disposições sobre eleições de juizes, as quaes se realizam, simultaneamente, no Conselho e na Sociedade das Nações. Contrariamente ao anterior, permite a Estados não membros participar das eleições que se realizarem, até 1940, para o

preenchimento de vagas, na Côrte, votando tanto na Assembléa, como no Conselho. Dessa prerrogativa já nos utilizámos, tomando parte na eleição de Outubro do anno passado.

#### **CÔRTE PERMANENTE DE ARBITRAGEM**

Como parte contractante da Convenção de Haya, de 1907, para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, continuamos representados por quatro juizes na Côrte Permanente de Arbitragem. Em 1936, foram renovados, por um periodo de seis annos, os mandatos dos membros brasileiros, Drs. Alfredo Bernardes da Silva e Francisco Mendes Pimentel, que, juntamente com os juristas Clovis Bevilacqua e Prudente de Moraes Filho, integram a nossa representação.

#### **SERVIÇO DE COOPERAÇÃO INTELLECTUAL**

O Serviço de Cooperação Intellectual, criado de accordo com os principios estabelecidos pela Sociedade das Nações e as determinações do Instituto Internacional de Cooperação Intellectual, com séde em Paris, proseguiu nos seus trabalhos.

E' de esperar que, do seu desenvolvimento, resultem beneficios effectivos para o Brasil, correspondendo ao cuidado que o Governo vem dispensando ao assumpto.

Assim, por seu intermedio, acompanhamos os trabalhos preparatorios da Conferencia de Altos Estudos Internacionaes, a realizar-se em Paris, no corrente anno.

Devemos mencionar, ainda, a participação do Brasil no Congresso da Educação Musical, que se reuniu, em Praga, e a Missão Cultural enviada ao Uruguay.

#### **CONFERENCIA AMERICANA DE RADIO-COMMUNICAÇÕES**

De accordo com o resolvido na primeira Conferencia Sul-Americana Regional, de Radio-Communicações, reunida, na cidade de Buenos Aires em Março de 1935, o Governo do Brasil expediu, no devido tempo, os convites, a todos os paizes sul-americanos, solicitando o comparecimento de suas delegações á Segunda Conferencia a realizar-se no Rio de Janeiro, em Junho proximo.

A comissão organizadora dessa Conferencia já elaborou todas as proposições tendentes á revisão do Accordo de Buenos Aires, encaminhando-as aos departamentos competentes, para seu previo exame.

Em obediencia ás normas geraes estabelecidas pela Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada em Madrid, no anno de 1932, e de que o Brasil é parte contractante, os paizes sul-americanos, por intermedio dessas assembléas periodicas, procuram regular, dentro do ambito regional, todas as modalidades de melhor aproveitamento para a canalização das ondas emisoras e maior efficiencia dos serviços publicos e das actividades do radio-amadorismo.

#### VISITANTES ILLUSTRES

Foram numerosas as visitas que recebemos de illustres personalidades estrangeiras de grande projecção no scenario politico internacional.

E' de destacar a presença, entre nós, em Julho do anno passado, do Senhor Fernando Maurette, sub-director da Repartição Internacional do Trabalho, de Genebra. Veiu elle estudar a situação dos trabalhadores no Brasil, as possibilidades que o nosso paiz offerece aos immigrantes e as condições actuaes da nossa economia.

Pelos relatorios apresentados, pelo Sr. Maurette, o primeiro do Conselho de Administração do Bureau Internacional do Trabalho sobre as questões de immigração e colonização, e o segundo sobre os aspectos sociaes do desenvolvimento economico do Brasil, sente-se a optima impressão que lhe causou o nosso paiz.

Tambem visitaram o Brasil, no decurso do anno de 1936, entre outras personalidades, o Cardeal Copello, arcebispo de Buenos Aires, o Professor Victorio Putti, Director do Instituto de Orthopedia da Italia; o Almirante Eleazar Videla, Ministro da Marinha da Nação Argentina; o Ministro japonéz, Noakichi Matzama; o Doutor Cesar Charlone, Ministro da Fazenda do Uruguay; o Senhor Alexandre Weddell, Embaixador americano em Buenos Aires; o Ministro Henrique Finot, Chanceller da Republica da Bolivia; o Doutor Augusto Cesar Bado, Ministro do Interior do Uruguay; o Chanceller Carlos Saavedra Lamas, Ministro das Relações Exteriores da Republica Argentina; o Professor Nicolas Politis, Ministro da Grecia em Paris; o Senhor Cordell Hull, Secretario de Estado dos Estados Unidos da America do Norte; o Doutor Jorge Soto del Corral, Ministro das Relações Exteriores da Colombia; Monselhor Cortesi, Nuncio Apostolico de Buenos Aires; o Senhor Gustavo Schalloterer, Director Geral do Ministerio de Economia da Allemanha; e os escriptores Georges Duhamel, Stefan Zweig, Emil Ludwig e João de Barros.

---

## LIGA DAS NAÇÕES

### N. 1

Repartição Internacional do Trabalho. Côte Permanente de Justiça Internacional. Côte Permanente de Arbitragem. Repartições Internacionais

Durante o anno de 1936 o Brasil acompanhou com o mais vivo interesse os trabalhos da Liga das Nações, continuando a tomar parte nas actividades dos seus órgãos technicos de caracter humanitario, aos quaes emprestou collaboração constante e dedicada.

Os grandes inqueritos emprehendidos pela Liga das Nações merecem a nossa especial attenção. Assim, o que recahiu sobre a influencia da alimentação despertou grande curiosidade nos nossos meios scientificos e particularmente entre os hygienistas, interessando a opinião publica em geral. O assumpto teve tal relevancia para nós que a elle será dedicado um capitulo especial do presente relatorio.

Outros inqueritos como: sobre a polluição do mar pelos hydrocarburetos, questão que affecta aos pescadores e ás praias de banho; sobre o cinema educativo, sobre unificação de leis em materia de letras de cambio, notas promissórias e cheques, foram estudados com cuidado pelas autoridades competentes da administração, tendo sido remettidas ao Secretariado da Liga as nossas respostas aos questionarios apresentados.

Parte contractante da Convenção internacional de Genebra, de 1931, para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, o Brasil participou activamente da campanha incessante promovida pela Liga contra o trafico do opio e de outras drogas nocivas. Com a criação da Comissão Nacional de Fiscalização dos Entorpecentes, a questão tomou grande desenvolvimento entre nós e por esse motivo será ella tratada em lcapitulo á parte.

Signatario da Convenção internacional para a simplificação das formalidades alfandegarias, celebrada em Genebra, em 1923, o Brasil, na obser-

vancia das suas disposições, remetteu ao Secretariado da Liga todas as leis que alteram as nossas tarifas, assim como 10 exemplares do volume em que ellas se encontram colligidas.

Em Setembro, realizou-se em Genebra uma Conferencia internacional sobre o emprego da radiodifusão no interesse da paz. O Brasil nella se fez representar pelo Senhor Elyseu Montarroyos, delegado brasileiro junto ao Instituto Internacional de Cooperação Intellectual. Por essa occasião, foi firmada uma Convenção em que ficaram consignadas as medidas que os Governos devem tomar afim de impedir que a radio-difusão seja utilizada em prejuizo do bom entendimento internacional. A referida Convenção, assignada pelo Delegado do Brasil, está sendo objecto de estudos pelos órgãos competentes da administração publica, para ser em seguida submittida ao Poder Legislativo.

Em 1932, o Brasil tomou a iniciativa junto ao Secretario Geral de Liga das Nações para que lhe fosse permittido registrar, de accordo com o artigo 18 do Pacto, os tratados por nós concluidos. Esse gesto, além de apresentar uma deferencia á Liga significava o nosso proposito de nos conformarmos com os principios instituidos em Genebra, segundo os quaes a validade dos tratados é condicionada ao seu registo no Secretariado. É uma forma de repudio aos tratados secretos. Foram assim registados na Liga, a pedido nosso, varios tratados em que o Brasil é parte. Em 1936, essa pratica foi continuada, tendo sido remettidos ao Secretariado da Liga, para fins de registo, os textos dos seguintes tratados, por nós assignados, com varios paizes amigos:

COLLECÇÃO DE ACTOS INTERNACIONAES

*Fasciculo n. 59*

Tratado geral de arbitramento interamericano.

Assignado em Washington a 5 de Janeiro de 1929.

*Fasciculo n. 60*

Protocollo relativo a clausulas de arbitragem.

Assignado em Genebra a 24 de Setembro de 1923.

*Fasciculo n. 61*

Actos Internacionaes sobre nacionalidade.

Assignados em Haya a 12 de Abril de 1930 por occasião da Conferencia para a Codificação do Direito Internacional.

*Fasciculo n. 62*

Convenção internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas.

Assignada em Genebra a 12 de Setembro de 1923.

*Fasciculo n. 65*

Accordo entre o Brasil e a Suecia para a assistencia reciproca a brasileiros e suecos doentes das faculdades mentaes.

Concluido no Rio de Janeiro por troca de notas datadas de 27 de Janeiro de 1932.

*Fasciculo n. 68*

Accordo entre o Brasil e a Dinamarca para a assistencia reciproca a brasileiros e dinamarquezes doentes das faculdades mentaes.

Concluido no Rio de Janeiro por troca de notas datadas de 25 de Agosto de 1932.

*Fasciculo n. 71*

Tratado de extradição.

Brasil e Italia.

Rio de Janeiro, 28 de Novembro de 1931.

*Fasciculo n. 72*

Accordo administrativo substituindo o de 26 de Agosto de 1930 (malas diplomaticas)

Troca de notas.

Brasil e Polonia.

Rio de Janeiro, 15 de Outubro de 1932.

*Fasciculo n. 77*

Accordo para a delimitação das areas ribeirinhas.

Troca de notas.

Brasil e Guyana Britannica.

Londres, 27 de Outubro e 1º de Novembro de 1932.

*Fasciculo n. 81*

Accòrdo relativo á visita de vasos de guerra.

Troca de notas.

Brasil e Allemanha.

Rio de Janeiro, 12 e 14 de Julho de 1933.

*Fasciculo n. 83*

Tratado de Commercio e Navegação.

Brasil e Uruguay.

Rio de Janeiro, 25 de Agosto de 1933.

*Fasciculo n. 85*

Convenio — Permuta de Professores e Alumnos.

Brasil e Uruguay.

Montevidéo, 1º de Agosto de 1921.

Ainda não foi possível registrar a totalidade dos tratados firmados nestes ultimos annos, devido ás difficuldades de não serem todos elles impressos, occasionadas pela falta de uma imprensa propria no Itamaraty, para atender aos seus multiplos serviços.

REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Deixando de lado o exame da parte politica da Liga das Nações, affecta a outro serviço deste Ministerio, passamos a relatar a actuação do Brasil na Repartição Internacional do Trabalho. E' por intermedio deste órgão technico da Liga que mantemos contacto com Genebra. A nossa fidelidade a essa instituição tem sido altamente apreciada nos seus meios dirigentes e em todos os innumerados meios internacionaes que militam, em Genebra, pela manutenção e consolidação da paz. Quando, em 1928, se tornou effectiva a nossa retirada da Liga das Nações, o desejo que manifestámos de conservar o nosso lugar na Organização Internacional do Trabalho encontrou certa resistencia. Não havia precedentes e esse simples facto bastou para atordoar os juristas genebrinos. Por outro lado, certas entidades internacionaes que não reúnem todos os attributos de Estado independente e que por isso não fazem parte da Liga das Nações, vinham ha muito tempo pleiteando, sem successo, a sua incorporação á Organização Internacional do Trabalho. O desejo do Brasil creava, portanto, certas difficuldades, mas foi finalmente

satisfeito. Mais tarde os mesmos juristas se felicitarem de terem aberto mão de um rigorismo excessivo na interpretação dos textos. O precedente do Brasil foi valioso e serviu para que o Japão, mesmo quando se retirou da Liga, continuasse a sua colaboração na Repartição Internacional do Trabalho, e, ainda mais, permittiu que os Estados Unidos a ella adherissem, sem comtudo pertencerem á Liga das Nações.

O prestigio de que disputa o Brasil na Organização Internacional do Trabalho é incontestavel. Desde 1931, fazemos parte do seu Conselho de Administração. Em 1936, participámos das suas quatro reuniões regulares: em Janeiro, Abril, Junho e Outubro, tendo nellas representado o Brasil o Consul Geral em Genebra, Senhor João Carlos Muniz. A' Conferencia annual, realizada em Junho, enviámos uma delegação completa, com a representação do Governo, por dois delegados, dos empregadores, pelo Deputado classista Doutor Vicente Galliez e dos trabalhadores pelo Deputado João Crysostomo de Oliveira, Presidente de syndicatos brasileiros, além de Conselheiros technicos. A delegação foi presidida pelo Ministro do Brasil em Berna, Sua Excellencia o Doutor J. T. Nabuco de Gouvêa. Em Outubro realizaram-se duas sessões maritimas da Conferencia do Trabalho, nas quaes fomos representados pelo Consul Geral em Genebra.

Em 1936, o Brasil ratificou as seguintes convenções do trabalho:

- a) Convenção fixando a idade minima de admissão dos menores no trabalho maritimo;
- b) Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres;
- c) Convenção relativa ao exame medico obrigatorio das crianças e menores empregados a bordo dos navios;
- d) Convenção concernente á indemnização das molestias profissionais.

Eleva-se, assim, a oito o numero das convenções ratificadas pelo Brasil sobre um total de 49, que tantas são as adoptadas pelas Conferencias do Trabalho, de 1919 até a presente data. A proporção, como se vê, é pequena e poderia ser um pouco augmentada sem inconvenientes para nós.

Grande parte das convenções do trabalho, ainda não ratificadas pelo Brasil, tratam de materias que não nos interessam ou affectam directamente ou cuja legislação internacional não corresponde ainda ao estado da nossa situação social ou industrial. Muitas dellas tratam da duração da semana de trabalho em varias industrias, limitando-a a 40 horas. O seu objectivo principal é de combater a falta de trabalho que condemna á inactividade milhões



de operarios na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil o problema não se apresenta. A nossa luta é contra a falta de braços.

Outras convenções, porém, poderiam ser ratificadas pelo Brasil, pois o numero elevado de ratificações influe enormemente sobre a posição de destaque de que goza um paiz na Organização Internacional do Trabalho.

Emittindo parecer sobre as Convenções e recommendações adoptadas pela Conferencia do Trabalho em 1935, por nós submettidas ao Poder Legislativo, em Outubro de 1936, Sua Excellencia o Senhor Ministro do Trabalho pronunciou-se favoravelmente á approvação da Convenção relativa ao emprego das mulheres nos trabalhos subterraneos de minas de qualquer categoria, por já estar incorporada na legislação social brasileira a materia de que ella cogita, *ex-vi* do artigo 5º do decreto n. 21.417 A, de 17 de Maio de 1932, que prohibe o trabalho das mulheres nos subterraneos, nas minerações em sub-sólo e nas pedreiras, obras de construcção publica ou particular e bem assim nos serviços insalubres ou perigosos.

Do mesmo modo como a Convenção a que acabamos de nos referir. pode ser ratificada pelo Brasil, sem inconvenientes, deve haver outras entre as 49, e poderemos, sem prejuizos ou difficuldades, elevar o numero das nossas ratificações e augmentar ainda mais o prestigio de que merecidamente goza o nosso paiz na Repartição Internacional do Trabalho, incorporando á nossa legislação social as medidas estipuladas nas Convenções internacionaes

Convidado pelo Governo brasileiro chegou ao Rio de Janeiro em Julho o Senhor Fernand Maurette, Sub-Director da Repartição Internacional do Trabalho. Veio elle estudar entre nós a situação dos trabalhadores em geral, as possibilidades que o Brasil offerece aos immigrants e as condições actuaes da economia brasileira. A visita durou tres semanas, comprehendendo uma estada de 10 dias no Estado de São Paulo. O nosso hospede teve oportunidade de visitar varias fabricas nesta Capital, em Petropolis e em São Paulo, algumas fazendas, nucleos coloniaes, a Hospedaria de Immigrantes, aqui e em São Paulo, assim como os Departamentos do Trabalho nas duas cidades.

O Senhor Maurette partiu muito bem impressionado com o que viu e observou no nosso paiz, havendo apresentado á sessão do Conselho de Administração do B. I. T., em Outubro, um interessante relatorio sobre as questões de immigração e colonização no Brasil. Posteriormente apresentou elle um segundo relatorio sobre as aspectos sociaes do desenvolvimento economico do Brasil, de que, por emquanto, só tivemos noticias por transcripções resumidas pelas agencias telegraphicas. Sabemos, porém, que os dois trabalhos do Senhor Maurette são muito favoraveis ao nosso paiz.

São de evidentes vantagens taes visitas de personalidades que por mais cultas e instruidas que sejam, recebem verdadeiros golpes de surpresa e revelação deante dos nossos progressos materiaes, de que, na Europa, não têm uma noção exacta.

Seria muito interessante procurar, entre nós, o meio de se realizar opportunamente, no Rio de Janeiro uma Conferencia regional do Trabalho, a exemplo da que se reuniu em Santiago do Chile, em fins do anno de 1935. Aqui fica lançada a idéa.

#### CÔRTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL

Um facto de especial importancia nas nossas relações com esse órgão componente da Liga das Nações, com séde em Haya, foi a ratificação pelo Brasil, do Protocollo de revisão do Estatuto da Côrte, assignado em Genebra, em 1929. A demora na ratificação desse acto prende-se a varios motivos de ordem politica, que escapam á natureza deste relatorio.

O Brasil havia ratificado o Protocollo primitivo creando a Côrte de Haya, velha aspiração que se tornou realidade em consequencia do Tratado de Paz de Versalhes. Afin de facilitar a adhesão dos Estados Unidos á Côrte, depois desse paiz haver deixado de ratificar o referido tratado, foi convocada uma Conferencia internacional em Genebra, em 1929, da qual resultou o Protocollo do Estatuto revisto.

As alterações da organização da Côrte, introduzidas no novo estatuto, de conformidade com o Protocollo assignado em Genebra a 14 de setembro de 1929, abrangem os seguintes pontos: suppressão dos supplentes de juizes, obrigação da permanencia dos juizes na séde da Côrte, pareceres consultivos e participação dos Estados não membros da Liga nas eleições dos juizes.

Esta ultima questão interessava-nos muito de perto. O paragrapho ultimo do artigo IV do novo Estatuto determina:

“Na ausencia de accordo especial, a Assembléa, por proposta do Conselho, estabelecerá as condições em que um Estado não membro, mas que houver accedido o Estatuto de Côrte, pode participar nas eleições dos juizes da mesma Côrte.”

Nenhum accordo especial havia para attender a situação do Brasil. O unico accordo especial do genero fôra concluido para facilitar a entrada dos Estados Unidos. Dispunha elle que este paiz tomaria parte nas eleições de juizes que se realizassem, tanto na Assembléa como no Conselho da Liga

das Nações. Mas, o accordo se tornara inoperante, em consequencia da repudição pelo Senado americano, do Protocollo de Estatuto revisto e do Protocollo de adhesão dos Estados Unidos.

Para regulamentar a situação dos outros Estados não membros da Liga foi creado um Comité de Juristas, que se reuniu em Genebra. Consultados pelo referido Comité, expuzemos o nosso ponto de vista, manifestando o proposito de votarmos tanto na Assembléa, como no Conselho da Liga das Nações, nas eleições de juizes da Côte, a exemplo do que fôra estipulado com relação aos Estados Unidos, em Protocollo especial. Igual ponto de vista externou o Delegado do Japão em Genebra e, quanto á Allemanha, que estava nas mesmas condições, desinteressou-se da questão.

O Comité de juristas não pôde, a principio, acceitar o ponto de vista expresso pelo Brasil e pelo Japão. Propoz uma formula transaccional, assim concebida:

I. Se um Estado não membro da Liga, mas parte do Estatuto da Côte, assignala ao Secretario Geral seu desejo de participar numa eleição, este Estado será admittido, de direito, a tomar parte no voto no seio da Assembléa.

II. Si o Estado manifesta o desejo de votar igualmente no Conselho, e Assembléa, em decisão tomada por maioria de dois terços resolverá a admissão desse Estado a votar igualmente nesta eleição.

Se bem que esta formula nos collocasse em situação de igualdade com o Japão, achamos que não podiamos acceital-a, visto não nos convir correr o risco de uma derrota na Assembléa cada vez que manifestassemos o desejo de votar no Conselho. Tal exigencia não tinha sido prevista com relação aos Estados Unidos e não havia motivo de mantel-a para com o Brasil e o Japão. Estes dois paizes fizeram ver ao Comité de Juristas que não a podiam acceitar. Por outro lado, o Comité argumentava que não podia crear em favor de um Estado não membro da Liga uma situação privilegiada sobre um Estado membro que não tivesse assento no Conselho.

Finalmente, o engenho dos juristas de Genebra fez com que fosse encontrada a formula que nos satisfizesse. Por ella, obtivemos o direito de votar tanto na Assembléa, como no Conselho, nas eleições de Juizes da Côte, mas esse direito só vigorará até 1940, quando a situação será de novo examinada.

Delle já nos prevalecemos tomando parte nas eleições de Juizes da Côte que se realizaram no mez de Outubro. No Conselho da Liga votou pelo Brasil o nosso Ministro em Berna e na Assembléa, o Consul Geral em Genebra.

Estamos com a nossa situação perante a Côte de Haya perfeitamente regularizada, o que nos permittirá exercer ali um papel de accordo com as nossas gloriosas tradições em materia de justiça internacional. Dois juizes brasileiros os Doutores Ruy Barbosa e Epitacio Pessoa foram eleitos para a Côte de Haya. Graças ao engenho de talento de outro brasileiro, o Doutor Raul Fernandes, a Côte poudé adquirir um real prestigio com a adopção pela maioria dos Estados da formula de sua autoria, conhecida pelo nome de "Clausula facultativa de jurisdicção obrigatoria". Em face de tão eloquentes serviços prestados pelo Brasil, no passado, á Instituição de Haya parece-me que não será descabivel pensarmos em apresentar opportunamente o nome de um brasileiro digno e illustre em condições de exercer as funcções de juiz, endo-se em vista as alterações ultimamente introduzidas, sobretudo no que diz respeito á obrigatoriedade de residencia em Haya.

#### CORTE PERMANENTE DE ARBITRAGEM

Parte contratante da Convenção de Haya, de 1907, para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, continuamos representados na Côte Permanente de Arbitragem por quatro juizes. Esta Côte Permanente, que alguem já disse não ser nem Côte nem permanente, mas simplesmente uma ista de juizes, renovada periodicamente, tem actualmente, entre outras funcções, a de designar os candidatos ao cargo de juiz da Côte Permanente de Justiça Internacional. No anno de 1936 foram renovados por um periodo de seis annos os mandatos dos membros brasileiros Doutores Alfredo Bernardes da Silva e Francisco Mendes Pimentel que continuarão a nos representar juntamente com os seus collegas Doutores Clovis Bevilacqua e Prudente de Moraes Filho.

#### REPARTIÇÕES INTERNACIONAES

Eleva-se a trinta o numero de Repartições Internacionaes a que o Brasil se acha ligado. Algumas dellas, de character universal creadas em virtude de convenção internacional, organizações de character perfeitamente definido merccem toda a nossa consideração e não ha nenhum motivo para que dellas nos desliguemos. Acham-se nesta categoria: a União Postal Universal, a União Internacional das Telecomunicações, a União Internacional para a

protecção da propriedade industrial, a União Internacional para a protecção das obras litterarias e artisticas, a Repartição Internacional do Trabalho, a Côte Permanente de Justiça Internacional, a Côte Permanente de Arbitragem e a Repartição Internacional de Hygiene Publica.

Outras Repartições internacionaes acham-se nas mesmas condições das que foram assignaladas no paragrapho precedente com a unica differença de serem restrictas ao continente americano. São ellas: A União Panamericana, a Repartição Sanitaria Panamericana, o Instituto Internacional Americano de Protecção á Infancia, o Comité Permanente da Estrada de Ferro Panamericana e a União Postal das Americas e da Espanha. Esta ultima Repartição, se bem que ultrapasse a esphera americana, tem sua sede em Montevidéo e sua origem numa Convenção internacional.

Além dessas duas categorias, ainda podemos apontar outras organizações bem definidas, de fins utilitarios, comquanto não reünam os requisitos acima enumerados, como o Instituto Internacional de Cooperação Intellectual.

Sobre trinta, ficam assim classificadas quatorze. Poderá haver ainda algumas que offereçam reacs vantagens para o nosso paiz, mas o que não resta duvida é que ha certamente muitas inteiramente inuteis, de fins mal definidos, de origem incerta.

A Secção dos Limites e Actos Internacionaes, com o intuito de pôr ordem numa situação que se vae aggravando, tornando-se cada vez mais onerosa ao Thesouro publico, preparou uma circular que foi dirigida a todas as Repartições Internacionaes a que nos achamos ligados ou ás que se suppunha estarmos ligados. As respostas recebidas contém dados muito significativos. O estudo continua em andamento e já produziu o resultado de nos desvencilharmos de algumas poucas Repartições, depois de termos satisfeito os nossos compromissos financeiros para com ellas.

O repertorio das organizações internacionaes publicado pela Liga das Nações contém um numero impressionante de associações, repartições, comissões, etc. A grande maioria dellas, porém, se relaciona com agrupamentos e corporações nacionaes e a repartição central internacional não é estabelecida senão com o fim de promover reuniões, mantendo um contacto muitas vezes util entre os diversos centros espalhados pelo mundo. Com o conhecimento reciproco que dahí nasce pode originar alguma acção benefica em prol da paz. Mas não ha nenhuma razão para que os Governos estipendiem essas conferencias.

O criterio a estabelecer-se neste caso parece-nos ser de que o Governo deve concorrer para o custeio das Repartições que têm a sua origem num

acto internacional perfeito, isto é, num tratado, convenção, accordo ou numa nota diplomatica.

Quanto ás outras Repartições, impõe-se a continuação do estudo já iniciado com o fim de limitar os compromissos do nosso paiz que assim poderão, com menos difficuldade, ser satisfeitos sempre em dia, pontualmente.

---

## RESPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA AO CONVITE PARA A CONFERENCIA DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

### N. 2

Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1936.

EXCELLENTISSIMO SENHOR PRESIDENTE FRANKLIN ROOSEVELT,

Por intermedio do Senhor Embaixador Hugh Gibson, digno representante dos Estados Unidos da America junto ao Governo Brasileiro, tive a satisfação de receber a carta que Vossa Excellencia me dirigiu sobre a auidiosa iniciativa da convocação de uma Conferencia Inter-americana, com o fim de estudar e estabelecer o melhor meio de garantir a Paz na America.

As nobres palavras com que Vossa Excellencia justifica essa generosa idéa encontraram a mais decidida sympathia de parte do Governo e do Povo Brasileiro. A nossa tradição pacifista, a preferencia que sempre demonstramos pelas soluções conciliadoras e o forte sentimento americanista que inspira a nossa politica internacional já presumiam o nosso sincero acolhimento á suggestão de Vossa Excellencia, tão elevada nos seus objectivos e na maneira como foi apresentada aos demais paizes do Continente. Pode Vossa Excellencia contar, portanto, com a nossa leal e franca cooperação para transformar em realidade essa nobre iniciativa, destinada certamente a marcar nova época na historia das relações politicas dos paizes americanos.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excellencia as expressões da minha maior estima e alta consideração.

(ass.) GETULIO VARGAS.

---

N. 3

Observações do Governo Brasileiro sobre o ante-projecto de programma da Conferencia Interamericana de Consolidação da Paz

O Governo do Brasil examinou com a devida attenção o projecto preliminar do programma, organizado para a Conferencia internamericana de consolidação da paz, convocada por Sua Excellencia o Senhor Presidente dos Estados Unidos da America, e fez as observações que passo a expor e que rogo a Vossa Excellencia a bondade de transmittir ao Conselho Director da União Panamericana.

Preliminarmente, entende o Governo do Brasil que se deu demasiada extensão a tal programma. Parece-lhe, realmente, que a finalidade visada pelo Presidente Roosevelt, na sua carta convite de 30 de Janeiro ultimo, era apenas determinar a melhor forma de se assegurar a manutenção da paz entre as Republicas americanas.

Os outros assumptos, suggeridos ulteriormente e incluídos no referido projecto, são todos, sem duvida, interessantes, mas poderiam perfeitamente sem grave inconveniencia, ser deixados para a Oitava Conferencia internacional americana, a realizar-se em Lima no fim do proximo anno.

Por outro lado, parece de bôa regra não sobrecarregar a agenda da Conferencia, porquanto, se houver muita materia a ser discutida, difficilmente se colherão resultados praticos apreciaveis.

Assim, pois, acredita o Governo do Brasil que seria de vantagem restringir-se tal programma aos topicos que mais de perto dizem com os intuitos que inspiraram a nobre iniciativa do Presidente Roosevelt.

O Governo do Brasil quer prevalecer-se deste ensejo para, dentro dos dois primeiros topicos do projecto de agenda, subordinados ao titulo de "Organização da Paz", assignalar alguns pontos que, a seu ver, merecem ser considerados pela Conferencia. São elles os seguintes:

1º. A ratificação, por todos os paizes americanos, do Tratado de arbitragem e da Convenção de conciliação firmados em Washington a 5 de Janeiro de 1929, -- com a suppressão de quaesquer reservas das partes contratantes;

2º. A transformação dos artigos 1º e 2º do Tratado anti-bellico, firmado no Rio de Janeiro a 10 de Outubro de 1933, em declaração de principios das Republicas americanas, acceita e proclamada por todas;



3º. O estudo de novo acto colectivo, destinado a reforçar os meios de prevenir a guerra entre paizes americanos, no qual se preveja o recurso, em caso de controversia, aos bons officios ou mediação de homens eminentes de qualquer de entre elles, e, na hypothese de guerra no Continente, se adoptem medidas para a determinação do aggressor e a assistencia ao aggreddido;

4º) O estudo do problema da segurança colectiva.

---

## N. 4

### REGIMENTO DA CONFERENCIA INTERAMERICANA DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

#### CAPITULO I

##### FUNCCIONARIOS DA CONFERENCIA

#### SECÇÃO I

##### *O Presidente Provisorio*

Artigo 1. O Presidente da Republica Argentina designará o presidente provisorio que presidirá á sessão inaugural e continuará exercendo suas funcções até que a Conferencia eleja o presidente effectivo.

#### SECÇÃO II

##### *O Presidente effectivo*

Artigo 2. O presidente effectivo da Conferencia será eleito pelo voto da maioria absoluta dos Estados representados na Conferencia.

Artigo 3. São attribuições do presidente effectivo:

1º. Presidir ás sessões da Conferencia e apresentar a estudo as materias conforme estejam inscriptas na ordem do dia.

2º. Dar a palavra aos delegados na ordem em que a pedirem.

3º. Decidir todas as questões de ordem que occorrerem nas discussões da Conferencia, sem prejuizo de que se alguma delegação o solicitar, a decisão tomada será submettida á resolução da Conferencia.

4º. Fazer proceder ás votações e annunciar á Conferencia o resultado da mesmas de conformidade com o artigo 17.

5º. Transmittir aos delegados com anterioridade a cada sessão, por meio do secretario geral, a ordem do dia das Sessões Plenarias.

6º. Ordenar á secretaria, uma vez approvada a acta, que dê conta á Conferencia dos assumptos que tenham entrado depois da sessão anterior.

7º. Prescrever todas as medidas necessarias para manter a ordem e fazer cumprir estritamente o regimento.

### SECÇÃO III

#### *Os Vice-Presidentes*

Artigo 4. Na primeira sessão será estabelecida por sorte a ordem de precedencia na collocação das delegações. Nesta ordem serão chamados os presidentes das delegações a supprir a falta do presidente nos casos previstos por este regimento.

Artigo 5. No caso de ausencia do presidente, exercerá suas funções o respectivo vice-presidente, de accordo com o disposto no artigo 3.

### SECÇÃO IV

#### *O Secretario Geral*

Artigo. 6. O Secretario Geral da Conferencia será designado pelo Presidente da Republica Argentina.

Artigo 7. São attribuições do Secretario Geral:

1º. Organizar, dirigir e coordenar o trabalho dos secretarios auxiliares, secretarios das commissões, interpretes, amanuenses e quaesquer outros empregados que o Governo da Republica Argentina designar para o serviço da Secretaria da Conferencia.

2º. Receber, distribuir e responder a correspondencia official da Conferencia, de accordo com as resoluções da Conferencia.

3º. Preparar e fazer preparar, sob sua direcção, as actas das sessões de accordo com as notas que lhes transmittirem os secretarios; e distribuir entre os delegados, antes de cada sessão, exemplares impressos ou mimeographados da acta da sessão anterior, para o estudo na Conferencia.

4º. Rever as traducções que fizerem os interpretes da Conferencia.

5º. Distribuir entre as commissões os assumptos sobre os quaes tenham de dar parecer, e pôr á disposição das ditas commissões tudo que seja necessario para o desempenho de suas funcções.

6º. Redigir a ordem do dia, de accordo com as instrucções do Presidente.

7º. Ser o intermediario entre as delegações ou entre os seus respectivos membros em todos os negocios relativos á Conferencia, e entre os delegados e as autoridades argentinas.

8º. Transmittir as actas originaes da Conferencia, assim como as das Commissões, ao Director Geral da União Panamericana para conservação nos archivos deste instituição.

9º. Exercer quesquer outras funcções que lhe confiem o Regimento, a Conferencia ou seu Presidente.

## CAPITULO II

### COMMISSÕES DA CONFERENCIA

Artigo 8. Serão organizadas as commissões que a Conferencia julgar necessarias para estudar, informar e formular projectos sobre os topicos do programma. Cada delegação tem o direito de estar representada por um ou mais membros em cada uma das commissões. O Presidente da Conferencia designará o pessoal das commissões em conformidade com as listas submittidas pelos presidentes das delegações, indicando os membros das delegações que tenham de represental-as em cada uma das commissões.

Organizar-se-á uma Comissão de Iniciativas formada pelos Presidente das delegações e presidida pelo Presidente da Conferencia.

Na primeira sessão plenaria, o Presidente, com a approvação da Conferencia, nomeará uma Comissão de Credenciaes.

Artigo 9. Cada commissão elegerá de entre seus membros um presidente e um vice-presidente.

Artigo 10. O Presidente de cada commissão designará um delegado relator para cada topico ou grupo de topicos correlacionados. As funcções dos delegados relatores serão:

1º. Iniciar a discussão do ponto submittido a exame e apresentar um relatorio que contenha os antecedentes e uma analyse dos diversos aspectos da questão; este relatorio servirá de base para a discussão.

2º. Concluida a discussão, o delegado relator resumirá o debate em um relatorio e formulará, em conformidade com a opinião da maioria da Comissão, o projecto que, após approvação da Comissão, será submittido

á Conferencia. Poderá ser designado um delegado como relator geral para apresentar á Conferencia as conclusões da Commissão.

3º. A minoria de uma Commissão terá o direito de nomear um relator que apresente á Conferencia as opiniões da minoria e os projectos que ella tenha formulado.

### CAPITULO III

#### AS DELEGAÇÕES

Artigo 11. Os delegados podem fazer uso da palavra e ler manuscriptos em sua propria lingua. Os interpretes verterão um resumo da exposição do delegado nos outros idiomas officiaes da Conferencia, a menos que o orador ou qualquer delegado exija a versão integral do discurso.

Os interpretes farão igual versão das observações do Presidente e do Secretario Geral.

Artigo 12. Cada delegado poderá apresentar á Conferencia, por escripto a sua opinião sobre a materia em discussão, e pedir que a consigne na acta da sessão em que for apresentada.

Cada delegação que não estiver presente a uma votação pode apresentar ou enviar ao secretario o seu voto por escripto, e, ao apurar-se a votação, esse voto será contado nella como se a delegação tivesse estado presente.

Artigo 13. O Director Geral da União Panamericana será considerado como membro ex-officio da Conferencia, mas sem direito de voto.

### CAPITULO IV

#### SESSÕES DA CONFERENCIA E DAS COMISSÕES

Artigo 14. A sessão inaugural celebrar-se-á no dia e logar que o Governo Argentino designar. As demais sessões realizar-se-ão nas datas que a Conferencia determinar.

Artigo 15. Para haver sessão é necessario que esteja representada nella, por algum de seus delegados, a maioria das nações que tomam parte na Conferencia.

Artigo. 16. Aberta a sessão, será lida pelo Secretario Geral a acta da sessão anterior, a menos que seja dispensada a leitura. Depois das observações que o Presidente ou qualquer dos delegados fizer sobre ella, e das quaes se tomará nota, será a acta posta a votos.

Artigo 17. Nas deliberações das sessões plenarias, assim como nas da comissões, a delegação de cada Republica representada na Conferencia terá

um só voto, e os votos serão dados nominal e separadamente e lançados nas actas.

A votação será feita, em regra geral, de viva voz, a menos que algum delegado peça que tenha logar por escripto. Neste caso, cada delegação depositará em uma urna uma cedula com a declaração do nome da sua respectiva nação e o sentido em que é dado o voto. O secretario lerá em voz alta as cedulas e fará a apuração dos votos.

Artigo 18. A Conferencia não votará nenhum relatorio, projecto ou proposta que verse sobre alguns dos assumptos incluidos no programma, senão quando estejam representadas nella, por um ou mais delegados, pelo menos duas terças partes das nações que a ella concorram.

Artigo 19. Toda a proposta que emende a inoção, projecto ou resolução em discussão, será remettida ao estudo da respectiva Commissão, a menos que a Conferencia, pelo voto de dois terços das delegações, decida o contrario.

Artigo 20. As emendas serão apresentadas a discussão e a votação antes que o artigo ou proposta que pretendam modificar.

Artigo 21. Pelo voto de dois terços das delegações presentes, a Conferencia poderá prescindir dos tramites ordinarios e proceder ao estudo de um assumpto, excepto nos casos previstos pelo artigo 25, nos quaes as regras de procedimmento estabelecidas para a admissão de um novo topico serão em todos os casos observadas.

Artigo 22. Salvo o casos expressamente indicados neste regimento, as propostas, relatorios e projectos estudados pela Conferencia serão considerados approvados quando obtiveram maioria absoluta de votos das delegações representadas por um ou mais dos seus membros na sessão em que se proceder á votação, tendo-se por presente e representada a delegação que houver enviado o seu voto ao secretario.

Artigo 23. Poderão assistir ás sessões da Conferencia e das Commissões, os membros das delegações com os seus respectivos secretarios e adjuntos, o Director Geral da União Panamericana e quaesquer outros representantes da União Panamericana devidamente acreditados; os Secretarios e membros do pessoal da Secretaria da Conferencia; os representantes da imprensa devidamente acreditados e quaesquer outros a quem a Conferencia por maioria de votos conceder este privilegio.

A pedido de uma delegação, a Conferencia pode accorder em que uma sessão seja ou continue secreta. A proposta de uma delegação neste sentido terá preferencia a tudo o mais e será votada sem necessidade de discussão.

Terminada a sessão, o Secretario Geral dará á imprensa um resumo do resultado da deliberação, salvo o disposto no paragrapho anterior, sendo

que, nesse caso, a assembléa decidirá acerca da publicação do que nella se resolveu.

Artigo 24. Serão idiomas officaes da Conferencia o portuguez, o espanhol, o inglez e o francez. Os pareceres, projectos e demais documentos serão impressos e apresentados ao exame da Conferencia e de suas commissões ao menos em espanhol e inglez.

Os pareceres e projectos serão submettidos a discussão em uma sessão posterior áquella em que tenham sido distribuidos.

## CAPITULO V

### NOVOS TOPICOS

Artigo 25. Se alguma delegação propuzer para apresentação á Conferencia um topico não incluído no programma, o novo topico passará ao estudo da Comissão de Iniciativas, e depois de seu parecer e da acceitação do topico pelo voto de duas terças partes das delegações, passará ao estudo da espectiva commissão technica.

## CAPITULO VI

### SECÇÃO I

#### *Actas das Sessões*

Artigo 26. As actas das sessões da Conferencia, depois de approvadas serão assignadas pelo Presidente e pelo Secretario Geral. As actas das sessões das Commissões, depois de approvadas, serão assignadas pelos seus respectivos Presidente e Secretario. As actas serão impressas em portuguez, espanhol, inglez e francez, em paginas de duas columnas, em numero sufficiente para que cada delegado receba quatro exemplares. Os originaes das actas serão depositados na União Panamericana.

### SECÇÃO II

#### *Acta final*

Artigo 27. A Acta Final será preparada á medida que progredirem os trabalhos da Conferencia. Depois de cada Sessão Plenaria serão incluídos no Projecto da Acta Final, com um numero e um titulo que correspondam

ao topico respectivo do Programma, os tratados, convenções, resoluções, accordos, votos e recommendações approvados na sessão, e a data em que foram approvados. No dia anterior ao encerramento da Conferencia, o Secretario Geral submeterá ao exame das delegações copias da Acta Final em portuguez, espanhol, inglez e francez. As delegações communicarão ao Secretario Geral as observações que desejarem fazer com respeito á redacção da Acta Final. O original da Acta Final será assignado pelas delegações na sessão de encerramento da Conferencia e transmittido, pelo Secretario Geral, ao Ministro das Relações Exteriores da Republica Argentina afim de que sejam enviadas copias authenticadas aos Governos membros da União Panamericana e á União Panamericana dentro dos 90 dias seguintes ao encerramento da Conferencia.

## CAPITULO VII

### INSTRUMENTOS DIPLOMATICOS

Artigo 28. Immediatamente depois de approvado um tratado ou uma convenção, o instrumento original será redigido em portuguez, espanhol, inglez e francez, submittido ao exame das delegações e assignado na ultima sessão. Depois de assignado, o instrumento será transmittido pelo Secretario Geral da Conferencia ao Ministro das Relações Exteriores da Republica Argentina, que transmittirá copias authenticadas aos Governos das Republicas Americanas representadas na Conferencia e á União Panamericana.

Os Estados signatarios depositarão na União Panamericana os instrumentos de ratificação dos tratados e convenções assignados na Conferencia Interamericana de Consolidação da Paz e a União Panamericana notificará o deposito aos outros Estados signatarios.

## CAPITULO VIII

### MODIFICAÇÕES DO REGIMENTO

Artigo 29. Este regimento, depois de approvado pelo Conselho Director será transmittido á Conferencia por intermedio do Governo da Republica Argentina. O regimento estará sujeito ás modificações determinadas pelo voto de duas terças partes das delegações na Conferencia.

---

## GUERRA CIVIL NA ESPANHA

## N. 5

## Nota Brasileira ao Governo Uruguayo

SENHOR MINISTRO,

Tive a honra de receber o telegramma que, por intermedio da Embaixada uruguayana nesta capital, Vossa Excellencia houve por bem dirigir-me, a respeito da guerra civil que actualmente ensanguenta a Espanha e no qual suggere a mediação collectiva dos paizes americanos entre as partes em luta. O Governo do Brasil muito appreciou os nobres e generosos intuitos inspiradores da iniciativa de Vossa Excellencia, digna sem duvida de toda a consideração. Não deseja, entretanto, intrometer-se de forma alguma em lutas intestinas de qualquer paiz estrangeiro. Por outro lado, parece-lhe que no caso em apreço, para haver mediação propriamente dita, deveria previamente ser reconhecido o estado de belligerancia dos rebeldes, pois o contrario seria abertamente a intervenção na vida interna da Espanha. Além disso, julga o Governo brasileiro que, em face dos pontos de vista irreconciliaveis em que se acham certos dos mais influentes Governos europeus, relativamente á guerra civil espanhola, qualquer tentativa de mediação no conflicto estará fadada a se mallograr. Por todos esses motivos, este Governo sente profundamente não se poder associar desde já á medida ora alvitrada pelo Governo dessa nobre nação á qual se acha o Brasil ligado por tantos laços de affinidade. Em todo caso, se todos os Governos americanos acceitarem a iniciativa de Vossa Excellencia, o Governo brasileiro, por amor á solidariedade panamericana, não fará excepção á unanimidade. Prevaleço-me do ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

Ministro das Relações Exteriores.



## CIRCULAR ÀS MISSÕES DIPLOMATICAS E CONSULADOS ESTRANGEIROS, SOBRE VALIDADE DE CASA- MENTOS CELEBRADOS NO BRASIL

N. 6

Em 20 de Junho de 1936.

SENHOR EMBAIXADOR,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores entende que se deve dar aos dispositivos do Decreto n. 181, de 24 de Fevereiro de 1890, referentes á validade dos casamentos celebrados no Brasil por autoridades diplomaticas ou consulares estrangeiras, uma interpretação mais em harmonia com o espirito de ordem publica a que a materia tem de obedecer o consoante tambem o espirito do Codigo Civil, cumprindo estabelecer-se uma restricção quanto á nacionalidade dos contrahentes determinada na circular deste Ministerio, n. 23, de 31 de Agosto de 1908.

2. Esta restricção impõe-se ainda pelo principio mais geral da doutrina moderna e pela pratica seguida pelo maior numero de paizes, doutrina e pratica que o Brasil tambem adopta, pois que só attribue aos seus consules competencia para celebrar casamentos, quando forem brasileiros os dois nubentes.

3. No seu aviso referente á materia, ao qual me reporto, declara o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores que "o Codigo Civil não se oppõe a que os agentes diplomaticos ou consulares estrangeiros realizem casamentos em que os contrahentes pertençam ás respectivas nações, devendo cessar a pratica anteriormente seguida, por não assentar tal pratica em fundamento doutrinario ou legal".

4. Assim, pois, só terão assegurada a sua validade no Brasil, desta data em diante, os casamentos que se celebrarem em Embaixadas, Legações ou Consulados, sendo ambos os nubentes da mesma nacionalidade da autoridade celebrante e, portanto, unicamente nesse caso deverão taes actos ser

levados a effeito, para que não possam ser contrarios á legislação nacional, nem causar, no futuro, inconvenientes e prejuizos aos conjuges, comprometendo a organização da familia, a legitimidade da prole, o parentesco civil e outros effeitos legais.

5. Para o que fica aqui exposto, será o estrangeiro considerado com a nacionalidade de qñe, em obediencia ás exigencias da nossa legislação para a sua entrada a permanencia no paiz, houver feito declaração e dado prova com os documentos cuja exhibição as leis brasileiras tambem impõem.

6. Para o estrangeiro, ao qual puder ser attribuida mais de uma nacionalidade, prevalecerá, em principio, a da sua declaração a que acabo de alludir e que se presume aceita por sua livre e espontanea vontade. Não sendo esta a mesma da pessoa com quem pretenda casar-se, este simples facto bastará para inhabilitar-o ao casamento celebrado perante autoridade diplomatica ou consular estrangeira.

7. Nos termos do artigo 9, alíneas I e II da Introdução ao Código Civil, applicar-se-á, então, a lei do domicilio, e na falta deste e da residencia. Estes mesmos dispositivos regerão ainda os casos em que um dos nubentes se encontrar privado da sua nacionalidade e não houver legalmente adquirido outra.

8. Muito agradeceria a Vossa Excellencia dar conhecimento da presente communicação aos Consulados de Sua Majestade Britannica do Brasil.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

A Sua Excellencia Sir Hugh Gurney, K. C. M. G., M. V. O.,  
~~Embaixador~~ de Sua Majestade Britannica.

---

## N. 7

Nota do Governo Brasileiro á Embaixada Britannica, relativamente á validade de casamentos celebrados no Brasil.

Em 10 de Agosto de 1936.

SENHOR ENCARREGADO DE NEGOCIOS,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota n. 94, de 24 de Julho proximo findo, na qual Vossa Senhoria solicita alguns esclarecimentos

complementares sobre a materia de que tratam as notas deste Ministerio ns. NP/72, de 20 do mesmo mez, e NP/61, de 2 de Junho ultimo, relativas ambas á validade, no Brasil, dos casamentos celebrados por autoridades diplomaticas ou consulares de outros paizes.

2. Referindo-me, successivamente, a cada um dos pontos, a respeito dos quaes Vossa Senhoria se encontra em duvida, creio poder, com as indicações que se seguem, deixal-os perfeitamente elucidados.

3. Quando, na alinea 2 da nota NP/61, se diz que, na applicação dos dispositivos legaes em apreço, o estrangeiro é considerado com a nacionalidade de que houver feito declaração e dado provas, para attender ás exigencias das nossas leis, — segundo as quaes se torna necessario conhecer a nacionalidade de todo estrangeiro que penetra no territorio nacional—, quer isto significar que a nacionalidade declaradã, para tal fim, é supposta unica, pois não cabe ás nossas autoridades, sem motivo especial para isso, investigar em virtude da legislação de outro paiz, tem ainda a pessoa uma segunda nacionalidade.

4. No caso de entrada da pessoa no paiz por mais de uma vez, não será ella considerada, como se afigurou a Vossa Senhoria, com a nacionalidade constante da ultima declaração, pois, havendo duas declarações differentes, já se terá tornado evidente, ou a posse de dupla nacionalidade, ou a perda da anteriormente declarada, seja pela aquisição de uma nova, ou pela reacquisição da de origem, da qual se achasse a pessoa privada por qualquer effeito legal. E' o caso, por exemplo, do individuo que se naturalize em outro paiz, ou da mulher casada que houvesse perdido a sua nacionalidade para adoptar a do marido e depois perdesse esta por viuvez ou dissolução legal do vinculo matrimonial.

5. Obedecendo a esse criterio, ficou dito, na alinea 6 da nota NP/72, que “para o estrangeiro ao qual puder ser attribuida mais de uma nacionalidade prevalece *em principio* a da sua declaração e que *se presume acceita por sua livre e espontanea vontade*”. E porque, ligada á nacionalidade, está a lei nacional da pessoa, a qual, segundo o artigo 8 da Introducção aoCodigo Civil, determina a capacidade civil, os direitos de familia, as relações pessoas dos conjuges e o regime dos bens no casamento, a preferencia de uma a outra nacionalidade, que lhe possa caber, faz suppor que tambem é desejo da pessoa collocar-se para todos os effeitos admittidos pelo direito internacional publico ou privado, sob a jurisdicção do paiz de sua escolha, por serem, em relação a elle, maiores o seu apego e as suas ligações. Tambem é por estas razões que, quando alguém se declara com a nacionalidade de um paiz, não se pode, em principio, assegurar a validade do seu casamento

com um nacional de outro paiz, celebrado perante a autoridade diplomatica ou consular deste ultimo, conquanto lhe caiba tambem, como um direito, internacionalmente reconhecido, a nacionalidade do segundo, pois, tornada assim evidente, pela sua propria declaração, a posse de dupla nacionalidade, ter-se-á que obedecer (como consta da alinea 7, da nota NP/72 e da alinea 4, 2º periodo, da nota NP/61) ao espirito do Codigo Civil, o qual, estabelecendo os principios de direito internacional privado a serem observados pelos nossos tribunaes, manda que, em tal caso, se applique, para a determinação do estatuto pessoal, a lei do domicilio e, subsidiariamente, na falta desta, a da residencia.

6. A theoria do domicilio, já consagrada no direito antigo e hoje adoptada por quasi todos os paizes, é de uma grande importancia no direito internacional privado, não só para a determinação do estatuto pessoal nos casos de conflicto de jurisdicção ligados aos de dupla nacionalidade, ou ainda nos de falta da lei nacional, que a lei do domicilio suppre, como se verifica, entre outros paizes, no Brasil, mas, tambem do ponto de vista da applicação pratica do direito, podendo-se dizer que não se chegaria a assegurar a exposição e o cumprimento de instrumentos judiciais taes como as cartas rogatorias, precatorias, pedidos de extradição e outros, tão frequentemente necessarios ao andamento ou á conclusão de um processo, se se não admittisse que esses actos ou instrumentos pudessem ser validamente dirigidos para o lugar de domicilio da pessoa.

7. Assim, pois, cada paiz que adopta o principio do domicilio define, na sua legislação, a amplitude do seu effeito, estabelecendo o que por domicilio se deve entender e a forma por que se o prova. No Brasil, consoante os termos do artigo 31 do Codigo Civil, o domicilio civil da pessoa natural é o lugar onde ella estabelece a sua residencia com animo definitivo.

8. O domicilio no exterior sendo um facto verificado fora do territorio nacional, prova-se aqui de accordo com a legislação de cada paiz, pois o mesmo Codigo assim dispõe no seu artigo 12:

“Os meios de prova regular-se-ão conforme a lei do lugar onde se passou o acto ou facto que se tem de provar”.

9. Fornecidos estes esclarecimentos, que me parecem ser os de que necessitava Vossa Senhoria para o perfeito entendimento das communicações constantes das duas mencionadas notas deste Ministerio, passo a apreciar, em especie e de accordo com os principios expostos, os casos concretos indicados nas alineas 4, 5 e 6, da nota de Vossa Senhoria a que me reporto.

10. Se a senhora a que se refere a consulta formulada pelo Embaixador Sir Hugh Gurney, na sua nota n. 36, de 28 de Março ultimo, possui as nacionalidades ingleza e argentina, mas chegando ao Brasil ha varios annos atraz, provou, com passaporte inglez, a sua nacionalidade ingleza, não tem, actualmente, domicilio na Republica Argentina, e nem deixou mais o Brasil, ou, se deixou, ao entrar, de regresso, confirmou a declaração anterior da sua nacionalidade ingleza, e, além disso, não tendo domicilio no Imperio Britannico, também não o tinha, na Republica Argentina, na epoca do seu casamento, este, contrahido com um subdito inglez e celebrado perante autoridade consular ou diplomatica britannica, estará em perfeita conformidade com o espirito do Codigo Civil e portanto com a sua validade no Brasil assegurada. Nos casos em que tendo a nacionalidade de dois paizes, não tem a pessoa residencia habitual em nenhum delles, manda o artigo 33 do mesmo Codigo que se tenha por domicilio o lugar onde for encontrada.
11. Na alinea 5 da sua nota, pergunta Vossa Senhoria qual seria, para os effeitos legais que se tem em vista, a situação da mesma senhora se tivesse domicilio tanto na Inglaterra, como na Republica Argentina. Ainda nesse caso, seria valido aqui o seu casamento, celebrado nas mesmas condições, por isso que o artigo 32 do Codigo Civil estabelece que, se a pessoa natural tiver diversas residencias onde alternadamente viva, se considerará domicilio seu qualquer destas.
12. Por ultimo, deseja ainda Vossa Senhoria saber qual seria a situação juridica da mesma pessoa, possuidora simultaneamente das nacionalidades ingleza e argentina, mas sem domicilio no Imperio Britannico, nem na Republica Argentina, e sim num terceiro paiz (que não seja o Brasil).
13. Nesta hypothese, não se podendo, por nenhuma outra circumstancia subsidiaria, estabelecer pela legislação de qual dos dois paizes se deve determinar o seu estatuto pessoal, será este, imperativamente, como dispõe a alinea II, artigo 9, da Introducção ao Codigo Civil, definido pela lei do domicilio, portanto a do terceiro paiz, resultando dahi que o seu casamento, seja com um subdito britannico, seja com um cidadão argentino, só terá validade assegurada no Brasil, se se realizar perante a autoridade judiciaria brasileira.
14. Cabendo, entretanto, ao poder judiciario pronunciar-se nos casos que os interesses em litigio levarem ao seu julgamento, as regras até agora estabelecidas constituem a norma que o poder executivo julga dever fazer observar, para que não sejam contrariados os principios da legislação

nacional e possivelmente considerados nulos os actos nessas condições praticados, com gravissimos inconvenientes para os interessados.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Senhoria os protestos da minha mui distincta consideração.

Em nome do Ministro de Estado:

MARIO DE PIMENTEL BRANDÃO.

Ao Senhor E. O. Coote

Encarregado de Negocios interino da Grã-Bretanha.

---

N. 8

DUPLA NACIONALIDADE

*Memorandum* dirigido á Embaixada allemã no Rio de Janeiro.

A *Deutsche Zeitung*, que se publica na cidade de São Paulo, estampou um aviso do Consulado Geral da Allemanha naquella capital, pelo qual são convocados a se apresentar, para fins de serviço obrigatorio, os Allemães das classes correspondentes aos annos de 1914 a 1916, *ainda que nascidos no Brasil*.

2. Ora, a Constituição federal brasileira confere a nacionalidade brasileira a todo individuo nascido no Brasil, "ainda que de pae estrangeiro, não residindo este a serviço do Governo do seu paiz" (artigo 106, alinea a).
3. Por outro lado, é principio corrente de direito internacional que, quando um Estado faz prevalecer o seu *jus soli* sobre o *jus sanguinis* estrangeiro, este ultimo não pode pretender o reconhecimento da sua competencia nos limites territoriaes do primeiro.
4. Nestas condições, seria absurdo que cidadãos brasileiros, muito embora possuam tambem outra nacionalidade, se vissem obrigados, no Brasil á prestação de serviços a qualquer outra soberania.
5. O Ministerio das Relações Exteriores pede, pois, a attenção da Embaixada allemã para a inconveniencia e gravidade do aviso publicado pelo Consulado allemão em São Paulo, e espera que seja declarada sem effeito, a alludida convocação, no tocante aos individuos nascidos no Brasil.

Rio de Janeiro, em 9 de Abril de 1936.

---

## NOTA DO GOVERNO BRASILEIRO Á EMBAIXADA BRITANNICA

N. 9

Em 4 de Junho de 1936.

SENHOR EMBAIXADOR,

Com referencia ao *memorandum* que Vossa Excellencia me deixou ha poucos dias, relativamente á reclamação de certas firmas de Manchester, encaminhada inicialmente a este Ministerio por nota dessa Embaixada datada de 26 de Maio de 1934, tenho a honra de confirmar a nota sob o n. NP/6/7(60).(42)223, dirigida a Vossa Excellencia a 18 de Janeiro ultimo no sentido de que "a alludida questão já seguiu todos os tramites legaes, tendo sido esgotados os recursos de ordem judiciaria, não cabendo, portanto, ao Governo brasileiro, a iniciativa de qualquer outra medida sobre o assumpto."

2. Deprehendo, entretanto, das repetidas instancias de Vossa Excellencia sobre esse caso, que o Governo de Sua Majestade britannica chega a suppor, infundadamente, que o Governo brasileiro considerou tal assumpto com indiferença, e insiste por que adoptemos nova attitude, tendente a modificar a situação creada por uma sentença irrecorrivel de tribunal brasileiro.

3. Vossa Excellencia sabe que examinámos essa questão com a devida attenção, conforme tive oportunidade de lhe repetir, e a conclusão a que chegámos não poderia ser senão a que já foi communicada a essa Embaixada.

4. E' principio corrente, como Vossa Excellencia não ignora, que, em todo Estado bem organizado, os tribunaes independem do poder executivo. Por isto mesmo, conforme ensinam os tratadistas, os seus possiveis erros dão direito apenas ao recurso para as mais altas instancias judicarias, de conformidade com as leis internas do paiz, mas não podem dar lugar a nenhuma acção civil contra o Estado.



5. Não discuto, Senhor Embaixador, o mérito da causa que determinou a reclamação apoiada por essa Embaixada. Dou de barato que o julgamento se tenha baseado nalgum erro de apreciação, — porque todo juiz, seja brasileiro ou inglez ou de qualquer outra nacionalidade, é capaz de errar. Não posso admittir, comtudo, que se ponha em duvida a boa fé do julgamento, porque os tribunaes brasileiros são dignos de todo o respeito e procedem sempre com tanta elevação moral quanto os de qualquer outro paiz civilizado.

6. Ora, é muito sabido que quando um tribunal erra, quanto ao facto em causa ou quanto á interpretação de uma lei interna, não ha base, em principio, para reclamação diplomatica, uma vez que o mesmo tribunal procedeu dentro da sua competencia para julgar e observou as formalidades legais.

7. E' tambem sabido que, se se não prova uma denegação de justiça, se se não demonstra que uma decisão judiciaria foi tão palpavelmente injusta que a bôa fé dos juizes pode ser posta em duvida, não se justifica uma reclamação diplomatica.

8. Por outro lado, não compete ao Estado, por obrigação internacional, o dever de verificar se as decisões dos seus tribunaes foram perfeitamente justas.

9. Os principios acima enunciciados são correntes entre autores anglosaxões e Vossa Excellencia naturalmente os conhece. Quiz apenas lembra-los para mostrar que o Governo brasileiro não procedeu, no caso, com indifferença ou levianamente.

10. Em face do exposto, não ha como negar, que, diante da decisão judiciaria de que se trata, fallece competencia ao Governo brasileiro para reconhecer o fundamento da reclamação levantada contra tal decisão. O poder judiciario é um dos órgãos da soberania nacional, como o é tambem o poder executivo. Este não pode julgar o que foi soberanamente julgado pelo poder competente.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta consideração.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

A Sua Excellencia Sir Hugh Gurney, K. C. M. G., M. V. O.,  
Embaixador de Sua Majestade Britannica.

---

## ANNEXO B

### QUADRO DO PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1936

- 1 — Quadro da distribuição do pessoal da Secretaria de Estado.
  - 2 — Quadro dos funcionarios contractados.
  - 3 — Quadro dos addidos commerciaes.
  - 4 — Quadro dos Agentes Diplomaticos e Consulares em disponibilidade.
  - 5 — Quadro das Missões Diplomaticas Brasileiras.
  - 6 — Quadro do Corpo Diplomatico acreditado no Rio de Janeiro.
  - 7 — Quadro do Corpo Consular Brasileiro.
  - 8 — Quadro do Corpo Consular Estrangeiro.
-

N. 1

Quadro da distribuição do pessoal em exercício na Secretaria  
de Estado em 31 de Dezembro de 1936

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO

CHEFE

Ministro Luiz Avelino Gurgel do Amaral.

OFFICIAL

Consul de 1ª classe Joaquim Antonio de Souza Ribeiro.

AUXILIARES

Primeiro Secretario Joaquim de Souza Leão Filho.

Segundo Secretario Affonso Barbosa de Almeida Portugal.

Segundo Secretario Adolpho Cardoso de Alencastro  
Guimarães.

ADDIDOS

Segundo Secretario Orlando Arruda.

Consul de 3ª classe Odette de Carvalho e Souza.

Consul de 3ª classe Ilmar Penna Marinho.

Auxiliar de escripta de 4ª classe Laura Braga.

AJUDANTE DE ORDENS

Commandante Carlos de Carvalho Rego.

**ENCARREGADO DO SERVIÇO DE IMPRENSA**

Renato da Costa Almeida (ausente).

Auxiliar de escripta de 4ª classe Olga de Andrade Botelho.

Auxiliar de escripta de 4ª classe Wolfgang Bacellar de Mello.

**SECRETARIA GERAL**

**SECRETARIO GERAL**

Ministro Mario de Pimentel Brandão.

**AUXILIARES**

Consul de 1ª classe Aluisio Martins Torres.

Segundo Secretario Nemesio Dutra.

**ADDIDO**

Consul de 3ª classe Carlos Buarque de Macedo.

**FUNCCIONARIOS DE LIGAÇÃO**

Consul de 1ª classe Pericles Monteiro de Barros Barboza Lima.

**SERVIÇOS POLITICOS E DIPLOMATICOS**

Ministro Hildebrando Pompeu Pinto Accioly.

Conselheiro de Embaixada Fernando de Souza Dantas.

Segundo Secretario Djalma Pinto Ribeiro Lessa.

Segundo Secretario Antonio de Vilhena Ferreira Braga.

Segundo Secretario Jayme Sloan Chermont.

Consul de 2ª classe Mario de Lima Barbosa.

Consul de 3ª classe Carlos Fernandes Eiras, neto.

Auxiliar de Consulado Fernando Mendes de Almeida.

**SERVIÇO DE LIMITES E ACTOS INTERNACIONAES**

Ministro João Severiano da Fonseca Hermes Junior (ausente).

1º Secretario Roberto Mendes Gonçalves.

Consul de 3ª classe Renato Firmino Maia Mendonça.

Consul de 3ª classe Myriam Leonardo Pereira.

Auxiliar de Escripta de 2ª classe Iracema Lobo Bethlem.

**PROTOCOLLO**

Ministro Gastão Paranhos do Rio Branco.

Consul de 1ª classe Francisco de Miranda Mascarenhas.

1º Secretario Ruy Pinheiro Guimarães.

Segundo Secretario Edgar Rangel do Monte.

Segundo Secretario Octavio do Nascimento Brito.

Segundo Secretario Orlando Leite Ribeiro.

Consul de 3ª Classe Jorge Maciel da Costa Leite.

Consul de 3ª classe João Guimarães Rosa.

Consul de 3ª classe Vera Regina Amaral.

Auxiliar de escripta de 4ª classe Noemia Lobo.

**SEGUNDO INTRODUTOR DIPLOMATICO**

Segundo Secretario João Luiz Guimarães Gomes.

**SERVIÇOS DE PASSAPORTES**

Conselheiro de Embaixada Ildeu Vaz de Mello.

Consul de 2ª classe Luiz Aranha Pereira.

Consul de 3ª classe Luiz Augusto Blake de Alencastro.

Auxiliar de escripta de 4ª classe Adriano Amorim.

**SERVIÇOS CONSULARES**

Consul Geral Mario de Deus Fernandes.

Consul Geral Carlos Ribeiro de Faria.

Consul de 1ª classe David Barbosa Lage Moretzsohn.  
Consul de 2ª classe Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu.  
Consul de 2ª classe José Gomide Junior.  
Consul de 3ª classe José Augusto Ribeiro.  
Consul de 3ª classe Waldemar Mendes de Almeida (em  
commissão no Ministerio da Fazenda).  
Consul de 3ª classe Antonio de Paula Fonseca Filho.  
Consul de 3ª classe Theodomiro Tostes.  
Auxiliar de Consulado Nivaldo Carneiro Telles Ferreira.  
Ajudante Technico de 3ª classe Luciano Lordsleem.  
Extranumeraria Dulce Cunha.

#### **SERVIÇOS COMMERCIAES**

Ministro Sebastião Sampaio.  
Consul de 1ª classe Henrique Pecegueiro do Amaral.  
Consul de 1ª classe Murillo Martins de Souza.  
Consul de 2ª classe Carlos Alberto Gonçalves.  
Consul de 2ª classe Leontina Licinio Cardoso.  
Consul de 3ª classe Beata Vettori Esteves.  
Consul de 3ª classe Nelson Tabajara de Oliveira.  
Consul de 3ª classe Francisco de Borja Baptista de Ma-  
galhães.  
Consul de 3ª classe Sylvio Mourão Camarinha.  
Auxiliar de 4ª classe Rachel Crotman.  
Auxiliar de 4ª classe Hilda Blasi.

#### **SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES**

Consul Geral Oscar Paranhos da Silva.  
Consul de 2ª classe Renato Rino de Carvalho.  
Consul de 3ª classe Narbal Costa.  
Consul de 3ª classe Sergio de Lima e Silva.

Consul de 3ª classe Franck Mendonça Moscoso.  
Consul de 3ª classe Maria Luiza Fialho de Castro e Silva.  
Dactylographa Alice Pecegueiro Fernandes.  
Ajudante Technico de 2ª classe Luiz Paulo de Amorim.  
Ajudante Technico de 3ª classe Aresio Barrozo Lintz.  
Ajudante Technico de 3ª classe João Baptista Telles Soares

Pinna.

Auxiliar de escripta de 2ª classe Noemia Baptista.

Auxiliar de escripta de 2ª classe Maria de Lourdes  
Pimentel.

Ajudante de Archivista de 4ª classe Yary Moreira da Silva.

Extranumerario Carlos Augusto de Carvalho e Souza.

Extranumeraria Maria Marques de Oliveira.

Extranumeraria Hilda Bertucci.

Extranumerario Lucillo Hadock Lobo.

Extranumerario Paulo Braz Pinto da Silva.

#### SERVIÇO DE DACTYLOGRAPHIA

Dactylographa Ilka Barrozo Lintz.

Auxiliar de escripta de 4ª classe Iracema Dutra Ferreira.

Auxiliar de escripta de 4ª classe Maria Edith Villar  
Ribeiro Dantas.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Maria de Lourdes  
Benjamin.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Maria Nani.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Cora Lobo.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Conceição de Castro  
Bandeira.

#### Extranumerarias:

Ilka Vianna.

Marianna de Castro Menezes.

Alice Nogueira Amaro.  
Wanda Mayrinck.  
Helena Campos.  
Branca Azevedo.  
Albertina Colonna do Amaral.  
Carlota Carvour.  
Beatriz Costa Gabizo.

**SERVIÇO DE MIMEOGRAPHIA**

Auxiliar de escripta de 4ª classe Rachael Crotman (Srv. nos Serviços Commerciaes).

Extranumeraria Alice Nogueira Amaro.

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO**

Chefe Geral:

Consul Geral Mario de Barros e Vasconcellos.

Addido ao Departamento Administrativo:

Conselheiro de Embaixada Rodolpho Gonçalves de Siqueira.

Auxiliares do Chefe Geral:

Consul de 3ª classe Oscar Pires do Rio.

Auxiliar Technico Paulino Diamico.

Dactylographa Rosa Rodrigues Pacheco.

**SERVIÇO DO PESSOAL**

Conselheiro de Embaixada Carlos Taylor.

Consul de 1ª classe José de Oliveira Almeida.

Consul de 2ª classe Braz Florentino Garcia de Souza  
(Encarregado do Serv. do Almanaque).

Consul de 3ª classe Luiz Leivas Bastian Pinto.

Auxiliar de Consulado Roberto de Vasconcellos.



Ajudante de Archivista de 2ª classe Zilah Mafra Peixoto.  
Auxiliar de escripta de 4ª classe Milton Faria.  
Extranumerario Fernando Ronald de Carvalho.

**SERVIÇO DO MATERIAL**

Consul de 1ª classe James Philipp Mee.  
Consul de 2ª classe Pedro de Paranaguá.  
Consul de 3ª classe Manoel Casado.  
Auxiliar de Consulado Mario Wright de Miranda Pacheco.  
Auxiliar de escripta de 4ª classe Helena de Aguilar Pantoja  
Auxiliar de escripta de 4ª classe Luis Philippe de Florambel.

**CONTABILIDADE**

1º Secretario Adriano de Sousa Quartin.  
Consul de 2ª classe Perillo Gomes.  
Consul de 2ª classe Odon Sarmento.

**ARCHIVO, BIBLIOTHECA E MAPPOTHECA**

Director:

Ministro Mauricio Nabuco.  
Consul de 2ª classe Deusdedit Travassos.

**ARCHIVO**

Conselheiro de Embaixada Sylvio Rangel de Castro.  
Consul de 3ª classe Chiquita Marcondes.  
Dactylographa Cecilia Leite Carneiro Monteiro.  
Adjuncto de Archivista de 2ª classe Juracy Ferreira da Costa.  
Adjuncto de Archivista de 2ª classe Luiza Bailly.  
Adjuncto de Archivista de 2ª classe Dalila de Almeida Rodrigues.

Adjuncto de Archivista de 2ª classe Maria de Lourdes de Costa e Souza.

Adjuncto de Archivista de 2ª classe Lucilia Behring.

Adjuncto de Archivista de 3ª classe Anna Olga Stibich.

Adjuncto de Archivista de 3ª classe Francisca Fleurice Figueiredo Rodrigues Parente.

Adjuncto de Archivista de 3ª classe Sylvia Murtinho.

Adjuncto de Archivista de 3ª classe Cecilia Alves Velloso.

Adjuncto de Archivista de 3ª classe Erminia Biasotto Costa.

Adjuncto de Archivista de 3ª classe Maria Helena Thedim Barreto.

Adjuncto de Archivista de 3ª classe Luiza Ribeiro de Carvalho.

Adjuncto de Archivista de 4ª classe Nadeje de Alencar Pinheiro.

Adjuncto de Archivista de 4ª classe Albertina de Castro Menezes.

Adjuncto de Archivista de 4ª classe Marina Gigliotti de Barros.

Adjuncto de Archivista de 4ª classe Marina Moscoso.

Adjuncto de Archivista de 4ª classe Maria Salles.

Extranumerarias:

Constança Wright.

Yolanda Smith de Vasconcellos.

Auxiliar de Archivista:

Luiz Esteves de Almeida.

#### **BIBLIOTHECA**

Consul de 1ª classe Milton Cesar de Weguelin Vieira.

Consul de 3ª classe Jango Fischer.

Auxiliar de Bibliotheca Maria Mercedes Braga (em comm. no Pal. Guanabara).

Dactylographa Georgina Martins.

Auxiliar de escripta de 4ª classe Branca Braga de Jesus.

Auxiliar de escripta de 4ª classe Sarah Gomes de Araujo.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Armando Brito de Souza.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Celina de Abreu Braga.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Edith Mercurin Muniz Ribeiro.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Jacy Lobato Alvares.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Armando Ortega Fontes.

Extranumerario David Lins.

#### MAPPOTHECA

Consul de 1ª classe Euribiades Barbosa Gonçalves.

Cartographo Murillo de Miranda Basto.

Dactylographo Balthazar Franklin Tavora.

Auxiliar de escripta de 5ª classe Maria Cecilia Madeira.

#### PUBLICAÇÕES

Consul de 1ª classe Osorio Nernogeo Dutra.

Consul de 3ª classe Jorge Kirchhofer Cabral.

Consul de 3ª classe Fernando Saboia de Medeiros.

#### EM COMMISSÃO

Consul de 1ª classe Moacyr Ribeiro Briggs.

Segundo Secretario Mauro de Freitas.

Adjuncto Archivista de 3ª classe Maria José Monteiro de Carvalho.

**CONSULTOR TECNICO**

Tenente Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

Official de Ligação do Ministerio da Guerra: Capitão  
Jorge de Bayma de Paula Guimarães.

Official de Ligação do Ministerio da Fazenda: Official  
Maior J. A. Garcia de Sousa.

**FUNCCIONARIOS AGUARDANDO DESIGNAÇÃO**

Ministro Octavio Fialho.

Consul de 1ª classe Heraclito Hermes de Vasconcellos.

Consul de 2ª classe Raul Gomes.

---

N. 2

# QUADRO DOS FUNCIONARIOS CONTRACTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1936

SECRETARIA DE ESTADO

N. DE ORDEM	CARGOS	DATA DE ENTRADA PARA O MINISTERIO
	AJUDANTE TECNICO DE 1ª CLASSE	
1	Luiz Paulo de Amorim.....	19-10-1929
	AJUDANTES TECNICOS DE 3ª CLASSE	
1	Arcio Barroso Lintz.....	1- 5-1927
2	João Baptista Telles Soares de Pinna.....	4- 4-1931
	AJUDANTE TECNICO DE 4ª CLASSE	
1	Luciano Lordsleen.....	1- 4-1927
	AJUDANTE TECNICO DE 5ª CLASSE	
1	Carlos Augusto de Carvalho e Souza.....	—
	AJUDANTES DE ARCHIVISTA DE 2ª CLASSE	
1	Juracy Ferreira da Costa.....	11- 3-1927
2	Zilah Mafra Peixoto.....	1- 1-1928
3	Dahlia de Almeida Rodrigues.....	21- 2-1930
4	Maria de Lourdes da Costa e Souza.....	1- 3-1930
5	Luiza Bailly.....	7- 6-1930
6	Lucilia Behring.....	23- 7-1930
	ADJUNCTOS DE ARCHIVISTA DE 3ª CLASSE	
1	Erminia Biasotto.....	23-12-1927
2	Maria José Monteiro de Carvalho.....	1- 5-1930

N. DE ORDEM	CARGOS	DATA DA ENTRADA PARA O MINISTERIO
ADJUNCTOS DE ARCHIVISTA DE 3ª CLASSE		
3	Cecilia Alves Velloso.....	1- 6-1930
4	Anna Olga Stibch.....	3- 7-1930
5	Maria Helena Thedim Barreto.....	16- 7-1931
6	Francisca Fleurice F. R. Parente.....	10- 8-1931
7	Sylvia Murtinho.....	24- 9-1931
8	Luiza Ribeiro de Carvalho.....	2- 5-1933
ADJUNCTOS DE ARCHIVISTA DE 4ª CLASSE		
1	Nadeje de Alencar Pinheiro.....	1- 1-1932
2	Albertina de Castro Menezes.....	20- 5-1933
3	Marina Moscoso.....	20- 5-1933
4	Yary Moreira da Silva.....	20- 5-1933
5	Marina Gigliotti de Barros.....	22- 5-1933
6	Maria Salles.....	11- 9-1933
AUXILIARES DE ESCRIPTA DE 2ª CLASSE		
1	Noemia Baptista.....	30- 7-1924
2	Iracema Bethlem.....	19- 1-1927
3	Maria de Lourdes Pimentel.....	16- 4-1927
AUXILIARES DE ESCRIPTA DE 4ª CLASSE		
1	Luiz Philippe de Florambel.....	1- 6-1926
2	Iracema Dutra Ferreira.....	18- 9-1926
3	Sarah Gomes de Araujo.....	19- 1-1927
4	Branca Maria Braga de Jesus.....	19- 1-1927
5	Armando Ortega Fontes.....	1- 4-1927
6	Adriano Amorim.....	1- 9-1927
7	Helena de Aguiar Pantoja.....	1-10-1927
8	Rachel Crotman.....	22- 5-1929
9	Olga de Andrade Botelho.....	9- 7-1929
10	Zuleika Barroso Lintz.....	9- 7-1929

N. DE ORDEM	CARGOS	DATA DE ENTRADA PARA O MINISTERIO
<b>AUXILIARES DE ESCRIPTA DE 4ª CLASSE</b>		
11	Laura Braga.....	7- 6-1930
12	Claudina Diamico.....	7- 6-1930
13	Wolfgang Bacellar de Mello.....	1- 5-1930
14	Noemia Lobo.....	1- 8-1931
15	Hilda Blasi.....	11- 9-1931
16	Maria Edith V. Ribeiro Dantas.....	12- 7-1932
17	Milton Faria.....	24- 4-1933
18	Conceição de Castro Bandeira.....	2- 5-1933
<b>AUXILIARES DE ESCRIPTA DE 5ª CLASSE</b>		
1	Armando Brito de Souza.....	24- 1-1927
2	Edith Mercurin Muniz Ribeiro.....	1- 5-1927
3	Jacy Lobato Alvares.....	1-11-1927
4	Celina de Abreu Braga.....	1- 4-1928
5	Maria de Lourdes Benjamin.....	20- 5-1933
6	Maria Nanni.....	22- 5-1933
7	Maria Cecilia Madeira.....	7-10-1935
8	Cora Lobo.....	28- 1-1935
9	Branca Calvet de Azevedo.....	28- 1-1935
10	Heraldo Pacheco de Oliveira.....	—

### PESSOAL DA PORTARIA

N. DE ORDEM	CARGOS	DATA DE ENTRADA PARA O MINISTERIO
AUXILIARES DE 2ª CLASSE		
1	Herondina Lage Cardoso.....	29-2-1927
2	Aida Nardy.....	27-5-1929
3	Maria da Gloria Monteverde.....	8-6-1932
AUXILIAR DE 3ª CLASSE		
1	Alfredo Marques.....	1-2-1931
MOTCRISTAS DE 5ª CLASSE		
1	Mario Rodrigues.....	16-11-1926
2	Rodolpho Porthum.....	15-6-1928
3	Antonio Vasques Manso.....	16-5-1929
ARTIFICES DE 4ª CLASSE		
1	Pompeu Pinto de Oliveira.....	9-1-1928
2	Joaquim de Souza Vargas.....	23-7-1930
3	Esmeraldo Wanderley Filho.....	1-8-1930
4	Elpidio José Tavares.....	1-8-1930
5	David Andrade Hottum.....	1-9-1932
ARTIFICE DE 5ª CLASSE		
1	(Vago).....	—
SERVENTES DE 4ª CLASSE		
1	Estevão Ferreira de Miranda.....	24-11-1927
2	Pedro Paulo Stumpf.....	12-12-1927
3	Zeferino Felipe.....	15-12-1927
4	Antonio Nardy.....	1-1-1928
5	Francisco Thomaz Borges Filho.....	1-1-1928
6	Armando Pinto Missel.....	16-5-1928
7	Malvino de Araujo Xavier.....	10-6-1928
8	Benedicto Pereira.....	2-10-1928
9	Sebastião Caldas.....	23-12-1928
10	Ignacio Costa.....	22-2-1929



N. DE ORDEM	CARGOS	DATA DE ENTRADA PARA O MINISTERIO
SERVENTES DE 4ª CLASSE		
11	Cicero José da Silva.....	2- 9-1929
12	Lionel Santiago.....	8-10-1929
13	Antonio de Oliveira.....	29-11-1929
14	Manoel Rodrigues da Silva.....	8- 3-1930
15	João Baptista Tavares.....	27- 4-1930
16	José Luiz de Moura.....	10- 6-1930
17	Themistocles de Jesus Paulo.....	12- 7-1930
18	Antonio Pereira de Rezende Filho.....	16- 7-1930
19	Altamir Calmon de Almeida.....	18- 7-1930
20	Waldemar Pinto de Oliveira.....	23- 7-1930
21	Daniel Martins de Brito.....	26- 7-1930
22	Jonas Valverde.....	1- 8-1930
23	Severino Cactano de Almeida.....	1- 8-1930
24	Cactano Lopes.....	1- 8-1930
25	Avelino Francisco dos Santos.....	13- 8-1930
26	Waldemar de Amorim.....	13- 8-1930
27	Oswaldo de Oliveira.....	1- 9-1931
28	Carlos Correia.....	8-10-1932
29	Antonio Calixto da Silva.....	10- 1-1933
30	Alexandre Optaciano dos Santos.....	1- 7-1933
31	Carlos Rodrigues de Angelis.....	12- 7-1933
32	Claudionor Ayres Estruc.....	10- 3-1934
33	Antonio Garcia de Almeida.....	1- 1-1935
34	Sylvio Barroso Pereira.....	17- 8-1935
35	Jorge Ramos.....	19- 2-1936
36	Nelson José Moreira.....	25- 3-1936
37	Francisco Antonio de Lasso.....	30- 3-1936

# CORPO DIPLOMATICO

N. DE ORDEM	CARGOS	DATA DA ENTRADA PARA O MINISTERIO	POSTO
	ARCHIVISTAS, DACTYLOGRAPHOS E INTER- PRETES DE MISSÕES DIPLOMATICAS		
1	Vittorio Massani.....	10-10-1892	Roma.
2	Joaquim Fausto das Chagas.....	1- 1-1928	Peiping.
3	Léon Levy.....	18- 6-1919	Paris.
4	Viggo Holck.....	1- 5-1922	Copenhague.
5	Dagny Ferman.....	1- 3-1923	Oslo.
6	Alfredo Chaves Scleunser.....	3- 3-1923	Haya.
7	Kattie R. Mills.....	10- 3-1926	Washington.
8	T. Kikkawa.....	19- 7-1928	Tokio.
9	Joaquim Alberto Fróes.....	1-10-1928	Lisbôa.
10	Solange Georgesen.....	2- 7-1929	Bucarest.
11	John Lonnegren.....	7- 6-1931	Stockholmo.
12	Mario Gomide Ribeiro dos Santos.....	13- 1-1932	Londres.
13	Andréas Elliadi.....	19- 3-1932	Athenas.
14	Herbert Koch.....	1- 5-1935	Berlim.
15	Irene Benderska.....	1- 1-1936	Varsovia.

CORPO CONSULAR

N. DE ORDEM	CARGOS	DATA DA ENTRADA NA CLASSE	POSTO
	AUXILIARES DE CONSULADO CONTRACTADOS		
1	João Navarro da Costa.....	12- 2-1931	Genova.
2	João Emilio Ribeiro.....	15- 4-1931	Zurich.
3	Ramiro Ribeiro.....	15- 4-1931	Porto.
4	Eloise Austin.....	22- 4-1931	Nova York.
5	William Dowart.....	22- 4-1931	Nova York.
6	João Josetti Junior.....	11- 5-1931	Philadelphia.
7	Arlindo Correia Leite.....	18- 5-1931	Cadiz.
8	Antonio Azevedo Amaral.....	1- 6-1931	Londres.
9	Edison Ramos Nogueira.....	24- 6-1931	Nova Orleans.
10	Antenor Daumas Nunes.....	9- 7-1931	Las Palmas.
11	Pindaro Tasso Jatahy.....	25- 7-1931	Hamburgo.
12	Walter E. Hehl.....	15- 9-1931	Capetown.
13	Francisco Eulalio do N. Silva.....	5-11-1931	Southampton.
14	Mauricio Paranhos da Silva.....	4- 1-1932	Genebra.
15	Paulo Campos de Oliveira.....	7- 5-1932	Ros. de S. Fé.
16	Carlos Esteves do Couto.....	10- 2-1933	Amsterdam.
17	Hugo Franklin.....	1- 3-1933	Nova York.
18	Angelo da Silva Neves.....	15- 3-1933	Montevideo.
19	Gladston Drummond.....	1- 4-1933	Paris.
20	Alberto Francis Box.....	12- 6-1933	Liverpool.
21	Pedro Machado Polzin.....	27- 6-1933	Manchester.
22	José A. Almeida Araujo.....	14- 7-1933	Lisbôa.
23	Paschoal Carlos Magno.....	24- 7-1933	Londres.
24	Carlos da Rocha Lima.....	29- 7-1931	Hamburgo.
25	Domingos Trapani.....	15- 1-1934	Assumpção.
26	Mário Agnese.....	15- 1-1934	Genova.

N. DE ORDEM	CARGOS	DATA DA ENTRADA NA CLASSE	POSTO
	AUXILIARES DE CONSULADO CONTRACTADOS		
27	Stefane Tuschek.....	18- 1-1934	Vienna.
28	Franz Joseph Meyer.....	1- 5-1934	Colonia.
29	Mario da Cunha e Silva.....	9- 5-1934	Nova York.
30	Ezequiel Ubatuba.....	9- 5-1934	Bahia Blanca.
31	João Baptista Pereira.....	11- 5-1934	Paris.
32	Manoel A. da S. Mesquita.....	21- 5-1934	Porto.
33	Martim F. L. de Andrada.....	1- 6-1934	Bucnos Aires.
34	José A. Calmon da Gama.....	19- 6-1934	Porto.
35	Renato C. da Cunha.....	21- 6-1934	Kobe.
36	Sotero Cosme.....	27- 7-1934	Paris.
37	Mauricio von Wellisch.....	1- 9-1934	Antuerpia.
38	Charles Doherty Frelight.....	13- 9-1934	Nova York.
39	Roberto Brandão.....	17- 9-1934	Marselha.
40	Mario Domingos de Azevedo.....	20- 9-1934	Montevidéo.
41	Manuel Baptista Magalhães.....	5-10-1934	Montevidéo.
42	Egydio Camara.....	25-10-1934	Kobe.
43	Carlos Meissner Junior.....	1- 7-1935	Berlim.
44	Darlindo Ferreira Lopes.....	6- 9-1934	Antuerpia.
45	Ramon Ibañez.....	1- 3-1935	Barcelona.
46	Victorino de Carvalho.....	18- 6-1936	Nova York.
47	M. A. Flôres da Cunha.....	29- 7-1936	Napoles.
48	A. R. Rodrigues Palmeiro.....	—	Manchester.

SERVIÇO CONSULAR

N. DE ORDEM	CARGOS	ENTRADA PARA O MINISTÉRIO	POSTO
	INTERPRETES DE CONSULADOS		
1	George Wattiau.....	1- 3-1905	Antuerpia.
2	Shozo Ishii.....	18- 7-1914	Yokohama.
3	Michel Sabella.....	1- 3-1927	Alexandria.
4	Max Schleu.....	1- 3-1927	Hamburgo
5	A. Danillo Lindeberg.....	7- 4-1928	Helsinki.
6	Gunnar Froberg.....	1- 2-1929	Gothemburgo.
7	Ferenez de Nemay.....	29-10-1929	Budapest.
8	Marcel de Hoo.....	1- 5-1930	Rotterdam.
9	Sophie Stolte.....	1- 1-1931	Amsterdam.
10	Pedro Vicente do Couto.....	30- 4-1931	Kobe.
11	S. de Kieszkowski.....	12- 6-1931	Varsovia.
12	Léon B. Jonathan.....	18- 6-1931	Belgrado.
13	Eugéne Rosoleto.....	1- 4-1933	Stambul.
14	Constatin Gaziadi.....	1- 4-1933	Stambul.
15	Miguel C. Curie.....	1- 9-1933	Beyruth.

**N. 3**

**QUADRO DOS ADDIDOS COMMERCIAES EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 1936**

**BERLIM:**

Caio de Lima Cavalcanti, 30 de Maio de 1932.

**LONDRES:**

Julio Augusto Barbosa Carneiro, 29 de Março de 1932.

**PARIS:**

João Pinto da Silva, 22 de Março de 1932.

**ROMA:**

Luiz Sparano, 28 de Maio de 1932.

**WASHINGTON:**

Paulo Hasslocher, 17 de Março de 1932.

---

N. 4

QUADRO DOS AGENTES DIPLOMATICOS E CONSULARES  
EM DISPONIBILIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE  
1936

DISPONIBILIDADE INACTIVA

Embaixador Raul Fernandes.....Dt. 19- 4-1927  
Ministro de 1ª classe Olyntho Maximo de Ma-  
galhães.....Dt. 17-10-1919  
Primeiro secretario João Ruy Barbosa.....Dt. 21- 7-1936  
Consul de 2ª classe Caio Eugenio de Moraes  
Barros.....Dt. 22-12-1932  
Consul de 3ª classe Luiz Gonzaga Lins de Barros.Dt. 31- 8-1936

DISPONIBILIDADE ACTIVA

Ministro de 1ª classe Helio Lobo.....Dt. 1-11-1932  
Carlos de Rostaing Lisbôa.....Dt. 2-10-1936  
Ministro de 2ª classe Antonio do Amaral Mur-  
tinho.....Dt. 17- 9-1936  
Segundo secretario Gustavo de Souza Bandeira Dt. 2- 1-1926  
Consul Geral Sylvio Romero Filho.....Dt. 17- 9-1935  
Consul de 2ª classe Antonio Brandão Mendes...Dt. 24- 4-1931

**N. 5**

**QUADRO DAS MISSÕES DIPLOMATICAS BRASILEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1936 (1)**

**ASSUMPTÃO (PARAGUAY)** (Avenida Colombia n. 1.473 A)

Lafayette de Carvalho e Silva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe, em 10-4-1935.

Carlos E. Latorre Lisbôa, 1º Secretario, em 28-12-1935.

**ATHENAS (GRECIA)**

Joaquim Eulalio do Nascimento Silva, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe, em 10-7-1934.

P. F. de Almeida Lima, 2º Secretario, em 12-5-1934.

**BERLIM (ALLEMANHA)** (Tiergastenstrasse, 25)

J. J. Moniz de Aragão, Embaixador, em comissão, em 19-12-1935.

Heitor Lyra, 1º Secretario, em 14-3-1936.

Glauco Ferreira de Souza, 2º Secretario, em 12-12-1935.

Fernando Nilo de Alvarenga, 2º Secretario, em 2-3-1936.

**BERNA (SUISSA)** (Helvetiastrasse, 39)

J. T. Nabuco de Gouvêa, Embaixador, em comissão, em 17-5-1934.

A. dos Guimarães Bastos, 1º Secretario, em 7-9-1936.

A. Arruda Botelho, 2º Secretario, em 11-12-1936.

---

(1) As datas mencionadas indicam a posse nos respectivos postos.



**BOGOTÁ (COLOMBIA)** (Calle 73 n. 10-10)

Octavio Fialho, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Removido).

**BRUXELLAS (BELGICA)** (Boulevard du Régent, 35)

Carlos Martins Pereira e Souza, Embaixador em comissão, em 18-11-1935.

C. M. Thompson Flores, 2º Secretario, em 7-4-1936.

**BUENOS AIRES (ARGENTINA)** Callão 1.555

José Bonifacio de Andrada e Silva, Embaixador, em 14-11-1933.

J. P. Rodrigues Alves, Embaixador. Conferencia da Paz em Buenos Aires.

J. R. de Macedo Soares, 1º Secretario, em 4-11-1935; Conselheiro. Conferencia da Paz em Buenos Aires.

Protasio B. Gonçalves, 1º Secretario, em 9-9-1932; Conselheiro. Conferencia da Paz em Buenos Aires.

Vasco T. Leitão da Cunha, 2º Secretario, em 9-1-1934.

F. d'Alamo Lousada, 2º Secretario, em 6-5-1936.

Oswaldo Furst, 2º Secretario, em 18-7-1936.

**BUCAREST (RUMANIA)** (Bulevardul Dacia 28)

Manoel Coelho Rodrigues, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe, em 16-1-1936.

L. Salgado dos Santos, 1º Secretario, em 1-9-1929.

**CARACAS (VENEZUELA)** (Propriedade Machado — Av. El Paraiso)

J. de A. Figueira de Mello, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª Classe, em 24-6-1934.

A. Mendes Vianna, 2º Secretario, em 18-12-1936.

**CIDADE DO VATICANO** (Via Ventiquattro Maggio n. 43)

Luiz Guimarães Filho, Embaixador em comissão, em 19-12-1934.

A. Galvão Bueno, 1º Secretario, em 8-5-1936.

M. V. Cantuaria Guimarães, 2º Secretario, em 26-11-1935.

**COPENHAGUE (DINAMARCA)** (Kristianiagade 21)

Paulo Coelho de Almeida, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe, em 31-8-1934.

Jorge Olinto de Oliveira, 2º Secretario, em 15-5-1933.

**HAVANA (CUBA)** (Calle 2, entre 21 y 23, Vedado)

E. B. Fraga de Castro, 2º Secretario, em 12-11-1935.  
Serve de Encarregado de Negocios.

**HAYA (PAIZES BAIXOS)** (Korte Voorhout 16)

Pedro de Moraes Barros, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe, em 8-2-1935.

Ruy Ribeiro Couto, 2º Secretario, em 3-2-1935.

**LA PAZ (BOLIVIA)** (156, Avenida 16 de Julio)

Cyro de Freitas Valle, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe, em 30-4-1936.

João Carvalho de Moraes, 2º Secretario, em 1-9-1935

**LIMA (PERÚ)** (Calle Buenaventuro Aguirre n. 39)

Argeu S. M. Guimarães, 1º Secretario, em 2-8-1935. Serve de Encarregado de Negocios.

João de Coelho Lisboa, 2º Secretario, em 8-9-1935.

**LISBÔA (PORTUGAL)** (Rua Antonio Maria Cardoso 8)

A. G. de Araujo Jorge, Embaixador em comissão, em 16-5-1936.

O. Guerreiro de Castro, 2º Secretario, em 10-5-1936.

João de Coelho Lisboa, 2º Secretario, em 28-12-1936.  
Servindo provisoriamente.

**LONDRES (INGLATERRA)** (19, Upper Brook Street W 1)

Raul Regis de Oliveira, Embaixador, em 27-4-1925.

Caio de Mello Franco, 1º Secretario, em 19-3-1935; Conselheiro. Serve de Encarregado de Negocios.

Altamir de Moura, 2º Secretario, em 5-10-1934.

**MADRID (ESPAÑA)** (Paseo de La Castellana, 55)

Alcibiades Peçanha, Embaixador, em 1-3-1935.

Luiz G. Fernandes Pinheiro, 1º Secretario, em 10-1-1933.

**MEXICO (MEXICO)** (Calle del Tiber, 132 D F)

Abelardo Rojas, Embaixador, em 7-6-1931. Ausente.

C. Alves de Souza Filho, 1º Secretario, em 28-8-1935.

**MONTEVIDEO (URUGUAY)** (Avenida Suárez, 3.686)

Lucillo da Cunha Bueno, Embaixador em comissão, em 17-8-1933.

C. Maximiano de Figueiredo, 1º Secretario, em 8-2-1936.

Sylvio Ribeiro de Carvalho, 2º Secretario, em 16-9-1935.

Henrique de Souza Gomes, 2º Secretario, em 21-6-1934.

**OSLO (NORUEGA)** (Nordraksgate, 12)

C. A. de Moniz Gordilho, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe, em 29-7-1935.

Lauro de Andrade Müller, 2º Secretario, em 6-6-1934.

**PARIS (FRANÇA)** (Avenue Montaigne, 8)

Luiz M. de Souza Dantas, Embaixador, em 28-12-1922.

A. Camillo de Oliveira, 1º Secretario, em 11-4-1934; Conselheiro.

Afranio de Mello Franco Filho, 2º Secretario, em 11-4-1935.

Edmundo Machado Junior, 2º Secretario, em 6-5-1934.

**PEIPING (CHINA)** (32, Ch'un Shu Hutung)

Renato Lago, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª Classe, em 5-2-1936.

Frederico Chermont Lisboa. Em transito.

**PRAGA (TCHECOSLOVAQUIA)** (Washingtonova, 19)

Sebastião Sampaio, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe. Em transito.

Mario da Costa Guimarães, 2º Secretario, em 12-6-1935.  
Serve de Encarregado de Negocios.

**QUITO (EQUADOR)** (Carrera Venezuela, 40)

Acyr do Nascimento Paes, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 2ª classe, em 13-4-1936.

A. Roberto de Arruda Botelho, 2º Secretario, em 22-9-1936.  
Ausente.

**ROMA (ITALIA)** (14, Piazza Navona)

Adalberto Guerra Duval, Embaixador, em 9-11-1935.

Rubens Ferreira de Mello, 1º Secretario, em 5-10-1936.

J. B. Berenguer Cezar, 2º Secretario, em 19-4-1934.

Paulo M. Assis Silveira, 2º Secretario, em 22-6-1936.

**SANTIAGO (CHILE)** (Calle Dieciocho, 173)

Gilberto Amado, Embaixador em comissão, em 31-1-1936.

L. Teixeira Leite, 1º Secretario, em 30-12-1936. Removido.

Oswaldo Tavares, 2º Secretario, em 10-1-1936.

**STOCKOLMO (SUECIA) E HELSINKI (FILANDIA)** (Sturegatan, 12)

F. de Castello Branco Clark, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe, em 11-11-1932.

T. da Graça Aranha, 1º Secretario, em 16-5-1935. Servindo de Encarregado de Negocios em Helsinki.

Murillo Tasso Fragoso, 2º Secretario, em 10-6-1936.

**TOKIO (JAPÃO)** (2,3-Chone, Omotecho, Akasaka)

Pedro Leão Velloso, Embaixador em comissão, em 20-11-1935.

A. Moreira de Abreu, 1º Secretario, em 27-4-1935.

**VARSOVIA (PÓLONIA)** (Hotel Europejski)

J. F. de Barros Pimentel, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe, em 15-8-1931.

Jorge Latour, 2º Secretario, em 14-3-1936.

**VIENNA (AUSTRIA)** (Jacquingasse, 23)

S. de Souza Leão Gracie, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe, em 7-6-1935.

C. Silveira Martins Ramos, 1º Secretario, em 6-7-1936.

José de Alencar Netto, 2º Secretario, em 15-11-1936.

**WASHINGTON (E. U. DA AMERICA)** (3007, Whitehaven Street, N. W.)

Oswaldo Aranha, Embaixador, em comissão, em 17-10-1934.

Abelardo B. Bueno do Prado, 1º Secretario, em 8-1-1936.

Alvaro Teixeira Soares, 2º Secretario. Em transito.

J. E. de Souza Freitas, 2º Secretario, em 29-10-1933.

Decio H. de Moura, 2º Secretario, em 16-5-1933.

---

**N. 6**

**QUADRO DO CORPO DIPLOMATICO NO RIO DE JANEIRO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1936**

**ALLEMANHA**

Dr. Arthur Schmidt-Elskop, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Werner von Levetzow, Conselheiro de Embaixada.

Capitão de Fragata Dietrich Niebuhr, Addido Naval e de Aeronautica.

Dr. Martin Schlimpert, Conselheiro de Legação.

Dr. Otto Eberl, Secretario de Embaixada.

Dr. Rudolf Rabes, Secretario de Embaixada.

Wili Köhn, Addido de Embaixada (Ausente).

Victor Blaschke, Addido Commercial.

**AMERICA (Estados Unidos da)**

Hugh S. Gibson, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario (Ausente).

Robert M. Scotten, Conselheiro de Embaixada. — Encarregado de Negocios, interino.

Major Lawrence C. Mitchell, U. S. A., Addido Militar.

Tenente Ricard F. Whitehead, U. S. N., Addido Naval e de Aeronautica.

Ralph A. Ackerman, Addido Commercial.

Allan Dawson, Secretario de Embaixada.  
Archie W. Childs, Addido Commercial Adjunto.  
Theodore A. Xantaky, Addido á Embaixada.

**ARGENTINA**

Dr. Ramón Cárcano, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.  
Dr. Eduardo L. Vivot, Primeiro Secretario de Embaixada (Ausente).  
Dr. Octavio Pinto, Primeiro Secretario de Embaixada.  
Tenente Coronel Humberto Sosa Molina, Addido Militar.  
Capitão de Corveta Walter von Rentzell, Addido Naval.  
Jorge Basavilbaso, Segundo Secretario de Embaixada.  
Juan José Varela, Conselheiro Commercial.  
Jacinto F. Villegas, Addido á Embaixada.

**AUSTRIA**

Antonio Retschek, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).  
Dr. Amelio Faccioli-Grimani, Conselheiro de Legação, Encarregado de Negocios Interino.

**BELGICA**

Barão Jean de Villenfagne de Sorinnes, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.  
Maurice Mineur, Conselheiro de Embaixada.  
Raymond Herremans, Primeiro Secretario de Embaixada.

**BOLIVIA**

Dr. Alberto Ostria y Gutiérrez, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.  
Dr. Guillermo Francovich, Primeiro Secretario de Legação.  
Dr. Jorge Canedo Reys, Primeiro Secretario de Legação.  
Coronel Angel Rodriguez, Addido Militar.

**CHILE**

Félix Nieto Del Rio, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Oscar Ramirez Sotomayor, Primeiro Secretario de Embaixada.

Fernando Zanarto Campino, Primeiro Secretario de Embaixada.

Capitão de Fragata Alberto Consiglio Rebora, Addido Naval (Ausente).

Guilhermo Medina Labra, Addido Commercial.

**CHINA**

Samuel Sung Young, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

P. T. Kuan Li, Segundo Secretario de Legação (Ausente).

Liao Cheng Liu, Segundo Secretario de Legação.

Han-Sen Sha, Addido de Legação.

**COLOMBIA**

Dr. Domingo Esguerra, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Luis A. Payán, Primeiro Secretario de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

Coronel José D. Solano, Addido Militar (Nomeado).

**CUBA**

Dr. José Manuel Carbonell, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Eugenio Taquechel y Villasana, Primeiro Secretario de Legação.

**DINAMARCA**

O. de Sehested, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.



**DOMINICANA**

Dr. Tulio Cesteiro, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Julio Gonzalez Herrera, Primeiro Secretario de Legação.

J. R. Rodriguez, Primeiro Secretario de Legação (Ausente).

**EQUADOR**

Francisco Guarderas, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Benjamin Peralta Pácz, Primeiro Secretario de Legação.

**ESPAÑA**

(Os interesses da Espanha estão a cargo do seu Consulado Geral em São Paulo).

**FINLANDIA**

Eino Wälikangas, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

Kaarlo Ruuskanen, Conselheiro de Legação, Encarregado de Negocios, interino.

Niilo Heikki Antero Leppo, Addido á Legação.

**FRANÇA**

Marquez André D'Ormesson, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Henry Gueyraud, Conselheiro de Embaixada.

Charles le Genissel, Terceiro Secretario de Embaixada.

Capitão de Corveta Ferdinando de Bryas, Addido Naval.

Henry Fallourd, Addido Commercial.

**GRAN-BRETANHA**

Hugh Gurney, K. C. M. G., M. V. O., Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

E. O. Coote, Primeiro Secretario de Embaixada.

Capitão de Mar e Guerra P. J. Mack, Addido Naval.  
Group Captain H. J. Miley. O. B. F., Addido de Aeronautica.  
Squadron Leades P. C. Wood, Addido de Aeronautica, adjunto.  
(Ausente.)

E. Murray Harvey, O. B. E., M. C., Secretario Commercial  
(Grade I).

W. G. Bruzard, Secretario Commercial (Grade II).

A. A. F. Haigh, Terceiro Secretario de Embaixada.

#### GUATEMALA

Dr. Manuel Arroyo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

#### HUNGRIA

Albert de Haydin, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

André de Szent Miklosy, Primeiro Secretario de Legação.—  
Encarregado de Negocios, interino.

#### ITALIA

Dr. Roberto Cantalupo, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario (Ausente).

Dr. Enrico Mensinger di Preisenthal, Conselheiro de Embaixada.— Encarregado de Negocios, interino.

Don Giuseppe Telesio di Torittg, Primeiro Secretario de Embaixada.

Dr. Augusto Castellani, Segundo Secretario de Embaixada.

Sr. Coronel Ulisse Longo, Addido de Aeronautica e Naval.

#### JAPÃO

Setsuzo Sawada, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Iwataro Uchiyama, Conselheiro de Embaixada (Ausente).

Capitão de Fragata Yukitake Hanada (nomeado), Addido Naval.

Shin-Ichi Shibusawa, Segundo Secretário de Embaixada.

Fumio Miura, Terceiro Secretário de Embaixada.

Keiichi Tatsuke, Terceiro Secretário de Embaixada.

Shunichi Komine, Primeiro Secretário interprete da Embaixada.

#### **LETTONIA**

Péters Z. Olins, Encarregado de Negócios, interino (Ausente).

#### **LITHUANIA**

Jonas Aukstuolis, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (Ausente).

Georges Kucinskas, Segundo Secretário de Legação (Ausente).

#### **MEXICO**

Dr. José Manuel Puig Casauranc, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário.

Dr. Francisco A. Ursua, Segundo Secretário de Legação (Ausente).

#### **NORUEGA**

Carl Ferdinand Sandberg, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Reidar Solum, Primeiro Secretário de Legação.

Helge Akre, Segundo Secretário de Legação.

#### **PARAGUAY**

Isidro Ramirez, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário (Nomeado).

Miguel Angel Gatti, Secretário de Legação, Encarregado do Expediente.

**PAIZES-BAIXOS**

Dr. C. H. J. Schuller Tot Peursum, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

**PERÚ**

Dr. Carlos Concha, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Dr. Juan I. Elguerra, Primeiro Secretario de Embaixada.

Dr. Victor Proaño, Terceiro Secretario de Embaixada.

**POLONIA**

Dr. Thadée Grabowski, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Kazimierz Zaniewski, Addido de Legação.

Witold Stypulkowski, Addido de Legação.

Edward Myszka Choloniewski, Addido á Legação.

**PORTUGAL**

Dr. Martinho Nobre de Mello, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Gastão de Avellar Telles, Primeiro Secretario de Embaixada.

Dr. Francisco de Paula Brito, Conselheiro Commercial.

José de Carvalho Neves, Addido Commercial.

**RUMANIA**

Georges Lecca, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Georges Duca, Segundo Secretario de Legação.

**SANTA-SÉ**

Monsenhor Benedetto Aloisi Masella, Arcebispo titular de Cesarea di Mauritania, Nuncio Apostolico.

Monsenhor Sante Portalupi, Secretario da Nunciatura.

**SUECIA**

Gustaf Weidel, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario (Ausente).

(Durante a ausencia do Ministro Weidel, os interesses da Suecia no Brasil ficam provisoriamente aos cuidados do Sr. Ove Flemming de Sehested, Ministro da Dinamarca no Rio de Janeiro).

**SUISSA**

Albert Gertsch, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Charles Redard, Conselheiro de Legação (Ausente).

Pierre Micheli (nomeado), Addido á Legação.

(A Legação da Suissa está encarregada dos interesses lichten-  
teinienses no Brasil.)

**TCHECOSLOVAQUIA**

Dr. Josef Svagrovsky, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Vladimir Nosek, Conselheiro de Legação.

**URUGUAY**

Dr. Juan Carlos Blanco, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

Dr. Luis Saavedra Barroso, Conselheiro de Embaixada.

Horacio Aldabe, Primeiro Secretario de Embaixada.

Oscar Justo Berro, Addido á Embaixada.

Alfredo Castro Perez, Addido Commercial.

**VENEZUELA**

Alberto Urbaneja, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

Dr. Luis Alvarez Marcano, Secretario de Legação.

**N. 7**

**QUADRO DO CORPO CONSULAR BRASILEIRO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 1936 <sup>(1)</sup>**

**ALLEMANHA**

**BERLIM** — (Legação encarregada do serviço consular)

**BREMEN** — (Consulado)

Pedro Nunes de Sá — Consul, 3 Abril 1934.

Paulo Coelho Rodrigues — Auxiliar, 26 Maio 1936.

**COLONIA** — (Consulado)

J. Rodrigues Martins — Consul, 1 Fevereiro 1935.

Franz J. Meyen — Vice-Consul, 1 Maio 1934.

**HAMBURGO** — (Consulado Geral)

D. Oliveira Alves — Consul Geral, 1 Julho 1936.

Mauro Pontes — Consul Adjunto, 6 Fevereiro 1935.

L. A. Borges da Fonseca — Auxiliar, 15 Maio 1934.

Pindaro Tasso Jatahy — Auxiliar, 25 Junho 1931.

Carlos da Rocha Lima — Auxiliar, 3 Abril 1934.

Max Schleu — Auxiliar interprete, 1 Março 1927.

Clovis Gurjão — Auxiliar, 14 Setembro 1936.

---

(1) As datas mencionadas indicam a posse nos respectivos postos.

**AMERICA (ESTADOS UNIDOS DA)**

**BALTIMORE** — (Vice-Consulado honorario)

Pablo Alegre — Vice-Consul.

**BOSTON** — (Consulado honorario)

Jayme Mackay de Almeida — Consul, 28 Maio 1924.

Pedro Mackay de Almeida — Vice-Consul, 11 Junho 1929.

**CHARLESTON** — (Vice-Consulado honorario)

A. de Saboia Lima — Consul, 12 Novembro 1934.

J. Carneiro Leão — Auxiliar, 24 Novembro 1936.

**CHICAGO** — (Consulado)

A. Beauregard Betancourt — Vice-Consul.

**GALVESTON** — (Vice-Consulado)

José Faus Esteves — Vice-Consul.

E. H. Ivey — Agente Consular.

**LOS ANGELES** — (Consulado honorario)

Armando Fleury de Barros — Consul, 22 Março 1932.

James M. Scheridan — Vice-Consul.

**NORFOLK** — (Consulado)

F. Bezerra de Menezes — Consul, 28 Abril 1933.

**NOVA ORLEANS** — (Consulado)

Eugenio Soares — Consul.

E. Ramos Nogueira — Vice-Consul, 24 Junho 1931.

**NOVA YORK** — (Consulado geral)

Luiz de Faro Junior — Consul Geral, 1 Setembro 1934.

A. Camargo Neves — Consul Adjunto, 23 Maio 1935.

Marietta da Silva Lange — Auxiliar, 16 Outubro 1922.

Daisy H. Morse — Auxiliar, 1 Agosto 1925.

José M. de Lamare Garcia — Auxiliar, 23 Junho 1931.

**AMERICA (ESTADOS UNIDOS DA) (continuação)**

Eloise Austin — Auxiliar, 22 Abril 1931.  
William Doherty — Auxiliar, 22 Abril 1931.  
M. da Cunha e Silva — Auxiliar, 9 Maio 1934.  
Hugo Franklin — Auxiliar, 1 Março 1933.  
Charles Frelight — Auxiliar, 13 Setembro 1934.  
Victor de Carvalho — Auxiliar, 13 Junho 1936.

**PHILADELPHIA — (Consulado)**

Pedro de Paula Leite — Consul, 9 Maio 1932.  
João Josetti Junior — Auxiliar, 16 Abril 1936.

**PORTLAND — (Vice-Consulado honorario)**

John H. Lothrop — Vice-Consul.

**PORTO ARTHUR — (Vice-Consulado honorario)**

Christoph Stephen Flanagan — Vice-Consul.  
E. Irwin Welch — Agente Consular.

**SÃO FRANCISCO (Consulado)**

Mario Santos — Consul, 27 Agosto 1934.

**SAVANNAH (Vice-Consulado honorario)**

Henrique Oswaldo de Miranda — Vice-Consul.  
Adolpho Justo Bezerra de Menezes — Agente Consular.

**SEATTLE (Vice-Consulado honorario)**

Israel Torrico — Vice-Consul.

**POSSESSÕES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA**

**HONOLULU (ILHAS HAWAI) (Consulado honorario)**

....., Consul.

**SÃO THOMAZ (Ilhas Virgens) (Consulado honorario)**

....., Consul.



## ARGENTINA

### **ALVEAR** (Consulado privativo)

Eurico Lara Palmeiro — Consul, 21 Março 1931.  
J. Guterres Elizalde — Vice-Consul, 5 Dezembro 1933.

### **BAHIA BLANCA** (Consulado)

....., Consul  
Ezequiel Ubatuba — Vice-Consul Encarregado, 9 Maio 1934.

### **BUENOS AIRES** (Consulado Geral)

Narciso Peixoto de Magalhães — Consul Geral, 30 Abril 1931.  
Manoel Garcia Paranhos — Auxiliar, Consul Adjunto, provisoriamente, 12 Junho 1934.  
Romeu Balster — Auxiliar, 20 Julho 1926.  
Raul Vianna Rodrigues — Auxiliar, 20 Dezembro 1926.  
Luiz Conrado — Auxiliar, 28 Abril 1931.  
M. F. Lafayette de Andrade — Auxiliar, 1 Junho 1934.  
Claudionor de Campos — Auxiliar.

### **CONCORDIA** (Consulado honorario)

José Almeida Araujo — Consul, 14 Fevereiro 1925.

### **CORRIENTES** (Consulado honorario)

Armando Muller dos Reis — Consul, 19 Agosto 1935.

### **LA PLATA** (Vice-Consulado honorario)

Arthur Costa Alvarez — Vice-Consul.

### **MONTE CASEROS** (Vice-Consulado honorario)

Pedrilho Pinto de Carvalho — Vice-Consul, 30 Abril, 1919.  
Nemesio Alcibiades de Carvalho — Agente Consular, 20 Julho 1921.

**ARGENTINA (continuação)**

**PASO DE LOS LIBRES (Consulado privativo)**

João Pero Filho — Consul, 1 Abril 1935.

A. Pereira de Souza — Vice-Consul, 2 Abril 1931.

**POSADAS (Consulado privativo)**

Benno Strunck — Consul, 1 Abril 1931.

**ROSARIO DE SANTA FÉ (Consulado)**

Nicanor de Oliveira — Consul, 12 Agosto 1935.

Octavio Conrado — Vice-Consul, 22 Maio 1931.

Paulo C. de Oliveira — Auxiliar, 7 Março 1932.

**SANTO TOMÉ (Consulado privativo)**

Dinarte Rey Dornelles — Consul, 30 Junho 1935.

João Moliterno — Vice-Consul, 9 Outubro 1935.

**AUSTRIA**

**VIENNA (Consulado)**

Mario Moreira da Silva — Consul, 22 Outubro 1934.

Stefanie Tuschek — Auxiliar, 18 Janeiro 1934.

**BELGICA**

**ANTUERPIA (Consulado Geral)**

Octaviano A. Machado de Oliveira — Consul Geral, 10 Agosto 1933.

Christino do Valle Junior — Consul Adjunto, 17 Setembro 1935.

Alexandre Georlette — Vice-Consul, 30 Dezembro 1922.

Armando B. Ruy Barbosa — Auxiliar, 4 Setembro 1933.

Mauricio von Wellisch — Auxiliar, 1 Setembro 1934.

A. A. de Souza Bandeira — Auxiliar, 5 Setembro 1935.

D. Ferreira Lopes — Auxiliar, 6 Setembro 1934.

Georges Wattiau — Auxiliar interprete, 1 Março 1905.

**BELGICA (continuação)**

**BRUXELLAS** (Embaixada encarregada do serviço consular)

Octavio N. da Rocha — Auxiliar, 2 Agosto 1934 (Ausente).

**BOLIVIA**

**LA PAZ** (Legação encarregada do serviço consular)

**COBIJA** (Consulado)

J. B. Barreto Leite — Consul, 22 Abril 1935.

**GUAJARAMIRIM** (Consulado privativo)

J. de Mendonça Lima — Consul, 28 Abril 1931.

**CHILE**

**CORONEL** (Vice-Consulado honorario)

James Monks — Vice-Consul, 26 Agosto 1916.

Carlos A. Sandoval Mora — Agente Consular.

**MAGALHÃES** (Vice-Consulado honorario)

Affonso Menendez Behety — Vice-Cunsul, 18 Agosto 1913.

Alejandro C. Allen — Agente Consular, 21 Janeiro 1926.

**SANTIAGO** (Embaixada encarregada do serviço consular)

**TALCAHUANO** (Vice-Consulado honorario)

Eric Norman Coles Benfield — Vice-Consul.

**VALPARAISO** (Consulado Geral)

Paulo Demoro — Consul Geral, 15 Junho 1931.

Eugenio Soares — Consul, removido.

Fernando Murtinho Braga — Auxiliar (Ausente), 23 Julho 1925.

## CHINA

PEIPING (Legação encarregada do serviço consular)

SHANGHAI (Consulado Geral)

Mario de Castello Branco — Consul Geral, 6 Julho 1934.

Heitor da Silva Carneiro — Auxiliar, 8 Novembro 1935.

## COLOMBIA

BOGOTÁ (Legação encarregada do serviço consular)

## COSTA RICA

SÃO JOSÉ (Consulado honorario)

Felipe Herrero Garcia — Consul, 17 Dezembro 1919.

## CUBA

HAVANA (Legação encarregada do serviço consular)

## DANTZIG (Cidade Livre)

DANTZIG (Consulado)

M. Moreira de Barros e Silva — Consul, 26 Novembro 1935.

## DINAMARCA E ISLANDIA (REINO UNIDO DA)

AARHUS (Vice-Consulado honorario)

Kai Blicher — Vice-Consul.

COPENHAGUE (Legação encarregada do serviço consular)

REYKJAVIK (Consulado honorario)

Gardar Gislason — Consul, 27 Junho 1933.

Sig. B. Sigurdsson — Vice-Consul.

## DOMINICANA (REPUBLICA)

**SANTO DOMINGO** (Consulado honorario)

Sylvestre Aybar y Nunes — Consul, 19 Março 1911.

## EGYPTO

**ALEXANDRIA** (Consulado)

José Lavrador — Consul, 3 Dezembro 1935.

Miguel Sabella — Vice-Consul, 1 Abril 1927.

**PORT SAID** (Vice-Consulado honorario)

Solon P. Loisdidis — Vice-Consul, 19 Abril 1921.

Poly S. Loisidir — Enc. Cons. prov.

## EQUADOR

**QUITO** (Legação encarregada do serviço consular)

## ESPAÑA

**ALMERIA** (Consulado)

....., Consul.

Adriano de Burgos y Cuadrillero, — Vice-Consul Encarregado.

**BARCELONA** (Consulado Geral)

Colmar P. C. Daltro — Consul Adjuncto, 7 Maio 1936 (Enc. Cons.)

A. dos Santos Couceiro — Auxiliar, 14 Junho 1934.

Ruy Vianna Bandeira — Auxiliar (Ausente), 3 Julho 1934.

Ramon Ibanez — Auxiliar (provisoriamente), 1 Março 1935.

**BILBAO** (Vice-Consulado honorario)

José Maria de Abaitua y Amézaga — Vice-Consul, 20 Abril 1928.

Jaime Arryo y Barrio — Agente Consular.

ESPAÑHA (continuação)

**CADIZ** (Consulado)

L. C. de Andrade Filho — Consul, 18 Junho 1931.  
Florianos Nunes Pereira — Auxiliar (Ausente), 13 Dezembro 1932.  
Arlindo Corrêa Leite — Vice-Consul, 18 Maio 1931.

**CORUNHA** (Consulado honorario)

....., Consul.  
José Longueira Diaz — Vice-Consul, Encarregado, 31 Janeiro  
1928.

**GIJON** (Vice-Consulado honorario)

José Salcedo y Fernandez — Vice-Consul, 9 Setembro 1912.  
Luiz Peñole y Cavo — Agente Consular, 14 Novembro 1926.

**MADRID** (Embaixada encarregada do serviço consular)

**MALAGA** (Consulado)

A. C. Moreira Telles — Consul, 13 Junho 1935.  
Francisco Sebastian — Auxiliar, 22 Junho 1935.

**VALENCIA** (Consulado)

I. Navarro Leitão — Consul, 31 Maio 1934.  
L. D. da Costa Moraes — Auxiliar.

**VIGO** (Consulado)

Eurico Costa — Consul, 15 Maio 1935.  
M. Dias Fernandes — Vice-Consul, 1 Março 1910.

**VILLA GARCIA** (Vice-Consulado honorario)

Remigio Valladares — Vice-Consul, 12 Maio 1914.  
Pedro Abad Abalo — Agente Consular.

## POSSESSÕES ESPANHOLAS

### **LAS PALMAS (ILHAS CANARIAS)** (Consulado)

Alvaro de Magalhães — Consul, 26 Junho 1936.

Antenor Daumas Nunes — Auxiliar, 26 Novembro 1935.

### **SANTA CRUZ (ILHA DE TENERIFFE)** (Consulado honorario)

Juan Yanes Perdigon — Vice-Consul.

## FINLANDIA

### **HELSINKI** (Consulado)

Paulo de Souza e Dantas — Consul, 1 Julho 1936.

A. Danilo Lindeberg — Vice-Consul, 7 Abril 1928.

Carl Tefke — Vice-Consul Honorario.

## FRANÇA

### **BORDEOS** (Consulado)

Jayme N. Brito — Consul, 15 Maio 1936.

Arthur Teixeira de Mesquita — Vice-Consul, 28 Julho 1926.

Luciano P. Turqué — Auxiliar, 24 Dezembro 1922.

### **BOULOGNE-SUR-MER** (Consulado)

Raul Vachias — Consul, 9 Julho 1934.

### **CHERBURGO** (Consulado)

Raul Conrado — Consul, 9 Setembro 1935.

### **DUNKERQUE** (Vice-Consulado honorario)

Etienne de Clebattel — Vice-Consul.

François Louis Jules Lefebvre — Agente Consular.

**POSSESSÕES ESPANHOLAS (continuação)**

**HAVRE (Consulado)**

Francisco Gualberto de Oliveira Filho — Consul, 1 Junho 1934.  
R. Ruy Barbosa Airoso — Vice-Consul, 13 Abril 1935.  
Roberto Beltrão — Auxiliar, 14 Setembro 1936.

**LA ROCHELLE (Vice-Consulado honorario)**

Louis Mantrant, Vice-Consul, interino.

**MARSELHA (Consulado)**

....., Consul.  
Ladario Cabeda — Auxiliar, Enc. Cons. 6 Janeiro 1936.  
Roberto Brandão — Auxiliar, 17 Setembro 1934.

**PARIS (Consulado Geral)**

M. de Saint Brisson Marques — Consul Geral, 8 Julho 1936.  
Benedito Costa — Consul adjunto, 20 Julho 1934.  
Nivaldo C. T. Ferreira — Auxiliar, 29 Abril 1931 (Ausente).  
F. Mendes de Almeida — Auxiliar, 15 Março 1928 (Ausente).  
Alberto Rangel — Auxiliar, 15 Abril 1931.  
Maurice Morel — Auxiliar, 11 Maio 1932.  
J. B. Pereira — Auxiliar, 11 Maio 1934.  
J. G. Drummond — Auxiliar, 1 Abril 1933.  
Sotero Cosme — Auxiliar, 27 Julho 1934.  
Moysés A. Laredo — Auxiliar, 3 Julho 1936.  
Enéas Ferraz — Auxiliar, 4 Novembro 1936.

**VILLEFRANCHE (Vice-Consulado honorario)**

....., Vice-Consul.



## POSSESSÕES FRANCEZAS

**ARGEL (ARGELIA)** (Vice-Consulado honorario)

Alfred Zeraffa — Vice-Consul.

Léon Dachot — Agente Consular, 31 Maio 1932.

**CAYENNA (GUYANA FRANCEZA)** (Consulado honorario)

Luiz Gonzaga Pacheco — Consul, 31 Outubro 1931.

Marcel Bruere Dawson — Vice-Consul.

**DAKAR (SENEGAL)** (Consulado).

Waldemar de Araujo — Consul, 21 Maio 1934.

**ORAN (ARGELIA)** (Vice-Consulado honorario)

Sydney Lasry — Vice-Consul.

Salomon Lasry — Agente Consular.

**TUNIS (TUNISIA)** (Vice-Consulado honorario)

Michel Uzan — Vice-Consul, 23 de Janeiro 1929.

## GRAN BRETANHA

**CARDIFF** (Consulado)

Nicanor de Oliveira — Consul.

**GLASGOW** (Consulado)

Nestor de Braga Mello — Consul, 1 Dezembro 1930.

**LIVERPOOL** (Consulado geral)

.....; Consul Geral.

Zorayma de A. Rodrigues — Consul Adjunto, 17 Maio 1934.

(Enc. Cons.)

**GRAN BRETANHA (continuação)**

William Smith — Auxiliar, 1 Setembro 1892.  
Frederico de O. Almeida — Auxiliar, 1 Julho 1927.  
Alberto Francis Box — Auxiliar, 12 Junho 1933.

**LONDRES (Consulado)**

Alfredo Polzin — Consul, 18 Julho 1934.  
Elpidio Pereira — Vice-Consul (Ausente), 28 Setembro 1931.  
Antonio Azevedo Amaral — Auxiliar, 1 Junho 1931.  
L. F. do Rego Rangel — Auxiliar, 16 Junho 1934.  
Paschoal Carlos Magno — Auxiliar, 8 outubro 1934.  
Francisco Sebastian — Auxiliar, 22 Julho 1936.

**MANCHESTER (Consulado)**

Carlos Escobeiro Fernandes — Consul, 5 Novembro 1935.  
Pedro F. Polzin — Auxiliar, 5 Novembro 1934.  
A. R. Rodrigues Pameiro — Auxiliar.

**NEWCASTLE-ON-TYNE (Vice-Consulado honorario)**

Alan Robson — Vice-Consul, 29 Setembro 1930.  
George Gamwell Hubback Welch — Agente Consular, 12 Maio 1931.

**SOUTHAMPTON (Consulado)**

Felippe Santa Cruz Guimarães — Consul, 20 Maio 1935.

**SWANSEA (Consulado)**

Ignacio Soares de Bulhões — Consul, 19 Fevereiro 1935.

## ESTADOS E POSSESSÕES BRITANNICAS

### BELFAST (IRLANDA) (Vice-Consulado honorario)

John Sidney Rogers — Vice-Consul, 26 Maio 1927.

William Thomas Mc Craken — Agente Consular, 23 Agosto 1927.

### BRIDGETOWN (ANTILHAS) (Consulado honorario)

George Anders L. Larsen — Consul.

Leonardo Ruthven Bourne — Vice-Consul, interino.

### BOMBAY (INDIA) (Consulado honorario)

....., Consul.  
Jaime Nathaniel Heredia — Vice-Consul.

### CALCUTÁ (INDIA) (Consulado)

Aluizio de Magalhaens — Consul, 18 Dezembro 1936.

Fernando Bragança — Vice-Consul, Encarregado.

### CAPETOWN (UNIÃO SUL-AFRICANA) (Consulado)

E. de São Felix Simonsen — Consul, 15 Setembro 1931.

Walter E. Hehl — Vice-Consul, 15 Setembro 1931.

### CASTRIES SANTA LUCIA (ANTILHAS INGEZAS) (Consulado honorario)

Gregor Mc Gregor Peter — Consul, 25 Abril 1910.

### COLOMBO (ILHA DE CEYLÃO) (Vice-Consulado)

Thomas C. Dyball — Vice-Consul.

### DUBLIN (IRLANDA) (Consulado honorario)

John Geo Fottrell — Consul, 1 Setembro 1931.

Henry Scheil — Vice-Consul.

**ESTADOS E POSSESSÕES BRITANNICAS (continuação)**

**HOBART (TASMANIA)** (Consulado honorario)

....., Consul.

**HONG-KONG** (Consulado honorario)

....., Consul.

Faustino, Antonio Xavier — Vice-Consul Encarregado.

**KINGSTON (JAMAICA)** (Consulado honorario)

Langton Haldane Robertson — Consul.

**MELBOURNE (AUSTRALIA)** (Vice-Consulado honorario)

Haliburton Arthur Sheppard — Vice-Consul, 20 Fevereiro 1899.

Reginald Sheppard — Agente Consular, 31 Dezembro 1925.

**MONTREAL (CANADÁ)** (Consulado)

Arno Konder — Consul, 22 Setembro 1934.

**PORT OF SPAIN (ILHA DE TRINIDAD)** (Consulado honorario)

Ernesto Gomez — Consul, 4 Outubro 1918.

John Anthony Antoni — Vice-Consul.

**RANGOON (INDIA)** (Vice-Consulado honorario)

Calud Felix Pyett — Vice-Consul, 25 Abril 1929.

William Smith Hepburn — Agente Consular.

**SÃO JOÃO (TERRA NOVA)** (Vice-Consulado honorario)

George Rixon Williams — Vice-Consul.

**SINGAPURA** (Vice-Consulado honorario)

Leslie Alfred Davics — Vice-Consul, 4 Setembro 1933.

**ESTADOS E POSSESSÕES BRITANNICAS (continuação)**

**SIDNEY (AUSTRALIA) (Consulado honorario)**

James Edward Barrun — Consul, 16 Fevereiro 1923.  
John Joseph Gregory Mc Girr — Vice-Consul, 28 Fevereiro  
1927.

**VANCOUVER (CANADÁ) (Vice-Consulado honorario)**

Arthur Percival Watkins — Vice-Consul, 15 Junho 1929.  
John William Prescott — Agente Consular, 10 Março 1916.

**WELLINGTON (NOVA ZELANDIA) (Consulado honorario)**

....., Consul.  
Charles A. L. Treadwell — Vice-Consul, 26 Outubro 1932.

**GRECIA**

**ATHENAS** (Legação encarregada do Serviço Consular)

**HUNGRIA**

**BUDAPEST** (Consulado)

Ildefonso Falcão — Consul, 27 Novembro 1936.  
F. de Nemay — Vice-Consul, 29 Outubro 1929.

**ITALIA**

**CATANIA** (Vice-Consulado honorario)

Giovanni Pellegrino Spadaro — Vice-Consul, 20 Maio 1931.  
Felippo Rosalia de Franco — Agente Consular, 1 Abril 1932.

**GENOVA** (Consulado Geral)

George W. Ghester — Consul Geral, 10 Julho 1936.  
Hygas Chagas Pereira — Consul Adjunto, 2 Agosto 1934.  
Heraldo Pedernciras — Vice-Consul, 4 Dezembro 1933 (Au-  
sente).

**ITALIA (continuação)**

João Navarro da Costa — Auxiliar, 11 Fevereiro 1931.  
Roberto Vasconcellos — Auxiliar, 27 Agosto 1931 (Ausente).  
Mario Agnese — Auxiliar, 5 Janeiro 1934.

**LIVORNO (Consulado)**

Ivan Galvão — Consul, 1 Junho 1931.

**NAPOLIS (Consulado)**

Renato de Macedo Sodré — Consul, 25 Abril 1934.

**PALERMO (Consulado honorario)**

Salvatore Carta — Consul.  
Atilio Tripi — Agente Consular.

**ROMA (Embaixada encarregada do serviço consular)**

Mario W. Miranda Pacheco — Auxiliar, 30 Maio 1934 (Ausente).

**TRIESTE (Consulado)**

Vinicio da Veiga — Consul, 7 Maio 1934.

**VENEZA (Consulado honorario)**

....., Consul.

**JAPÃO**

**KOBE (Consulado Geral)**

Oscar Corrêa — Consul Geral, 1 Junho 1934.  
Pedro Vicente do Couto — Auxiliar interprete, 30 Abril 1931.  
B. Carneiro da Cunha — Auxiliar, 21 Junho 1934.

## JAPÃO (continuação)

### NAGASAKI (Consulado honorario)

Yutaka Ota — Consul.

### TOKIO (Embaixada encarregada do serviço consular).

### YOKOHAMA (Consulado)

Raul Bopp — Consul, 17 Janeiro 1936.

Shozo Ishii — Vice-Consul, 18 Julho 1914.

Egydio Camara — Auxiliar, 7 Janeiro 1937.

## LUXEMBURGO

### LUXEMBURGO (Consulado honorario)

Alfonse Bernard — Consul, 21 Outubro 1925.

Jean Lenners — Vice-Consul, 26 Outubro 1932.

## MARROCOS

### CASABLANCA (Consulado honorario)

Antonio Porciuncula — Consul, 23 Junho 1931.

Isaac Salomão Marques — Vice-Consul.

### TANGER (Consulado honorario)

Haim Samuel Bandelac — Consul, 24 Julho 1929.

I. Bandelac Benchiquito — Vice-Consul.

## MEXICO

### MEXICO (Embaixada encarregada do serviço consular)

### PUERTO MEXICO (Vice-Consulado)

Juan Morales Errea — Vice-Consul.

John James Sparks — Agente Consular.

MEXICO (continuação)

TAMPICO (Consulado)

....., Consul.

MONACO (Principado de)

MONTE CARLO (Consulado honorario)

Julien Médicin — Consul, 5 Janeiro 1932.

NICARAGUA

MANAGUA (Consulado honorario)

....., Consul.

NORUEGA

AALESUND (Vice-Consulado honorario)

Nils Norman Møsaens — Vice-Consul, 13 Abril 1914.

Monrad Heggen — Agente Consular, 26 Julho 1921.

BERGEN (Vice-Consulado honorario)

Alexander Birger Grieg — Vice-Consul, 9 Julho 1921.

Frederik Wilhelm Grieg — Agente Consular, 28 Março 1925.

CRISTIANSUND (Vice-Consulado honorario)

L. A. Lossius Junior — Vice-Consul, 14 Outubro 1932.

L. A. Lossius — Agente Consular.

OSLO (Legação encarregada do serviço consular)



## PAIZES BAIXOS

### AMSTERDAM (Consulado Geral)

A. de Maya Monteiro — Consul Geral, 17 Abril 1934.  
Carlos E. do Couto — Vice-Consul, 10 Janeiro 1932.  
Sophie A. E. Stolte — Auxiliar interprete, 1 Janeiro 1931.

HAYA (Legação encarregada do serviço consular)

### ROTTERDAM (Consulado)

J. de A. Magalhães Calvet — Consul, 16 Maio 1934.  
Marcel De Hoo — Vice-Consul, 1 Maio 1930.

## POSSESSÕES HOLLANDEZAS

### PARAMARIBO (GUYANA HOLLANDEZA) (Consulado honorario)

....., Consul.

### WILLEMSTAD (ILHA DE CURAÇÃO) (Consulado honorario)

Julius Penha Junior — Consul, 19 Abril 1916.  
Henrique Lopez Penha — Vice-Consul, 8 Outubro 1921 (Ausente).  
Wilfrido Lopez Penha — Vice-Consul, interino.

## PANAMÁ

### PANAMÁ (Consulado honorario)

Jorge Domingos Arias Feroud — Consul.  
Pedro Ernesto Arias Icaza — Vice-Consul.

## PARAGUAY

### ASSUMPÇÃO (Consulado Geral)

Antonio São Clemente — Consul Geral, 30 Dezembro 1932.  
Domingos Trapani — Vice-Consul, 15 Janeiro 1934.

**PARAGUAY (continuação)**

**BELAVISTA (Vice-Consulado honorario)**

....., Vice-Consul.

**VILLA CONCEPCIÓN (Vice-Consulado honorario)**

Gustavo Wenzel — Vice-Consul.

Virgilio Gonzalez — Agente Consular.

**VILLA ENCARNACIÓN (Vice-Consulado honorario)**

Aristides Almeida Campos — Vice-Consul, 17 Novembro 1906.

Emilio Clós — Agente Consular, 13 Janeiro 1908.

**PERÚ**

**IQUITOS (Consulado)**

....., Consul.

Theodomiro Magalhães — Vice-Consul, Encarregado.

**LIMA (Legação encarregada do serviço consular)**

**MOLENDO (Vice-Consulado honorario)**

Guilherme Elias — Vice-Consul, 29 Março 1906.

Manoel Formidoro Elias — Agente Consular, 25 Maio 1936.

**POLONIA**

**VARSOVIA (Consulado)**

Alvaro de Magalhães — Consul, 8 Novembro 1933.

S. de Kiezkowski — Vice-Consul, 12 Junho 1931.

**PORTUGAL**

**LISBOA (Consulado Geral)**

Landulpho Borges da Fonseca — Consul Geral, 19 Julho 1921.

P. Fleury de Amorim — Consul Adjunto, 6 Dezembro 1936.

**PORTUGAL (continuação)**

Raul Gaia — Auxiliar, 1 Julho 1904.  
Honorio B. de Carvalho — Auxiliar, 17 Agosto 1931.  
J. Boavista Macieira — Auxiliar, 6 Junho 1934.  
E. F. Campos Velho — Auxiliar, 10 Julho 1934.  
L. D. da Costa Moraes — Auxiliar, 15 Setembro 1936.  
José Almeida Araujo — Auxiliar.

**PORTO (Consulado)**

Joaquim Pinto Dias — Consul, 16 Abril 1934.  
M. A. da Silveira Mesquita — Vice-Consul, 21 Maio 1934.  
J. A. Calmon da Gama — Auxiliar, 19 Junho 1934.  
Ramiro Ribeiro — Auxiliar, 10 Julho 1934.

**POSSESSÕES PORTUGUEZAS**

**ANGRA (ILHA TERCEIRA, AÇORES) (Vice-Consulado honorario)**

Jacinto Carlos da Silva — Vice-Consul, 5 Março 1886.  
Carlos Rêgo da Silva — Agente Consular.

**FUNCHAL (Consulado)**

Narcez de Lima Ferreira — Consul, 26 Janeiro 1933.  
Arnaldo Guimarães — Auxiliar, 1 Julho 1936.

**HORTA (ILHA DO FAYAL, AÇORES) (Vice-Consulado honorario)**

Eduardo Laemmert Bulcão — Vice-Consul.  
Jorge A. de Medeiros Corrêa — Agente Consular, 9 Janeiro 1933.

**LOANDA (ANGOLA) (Vice-Consulado honorario)**

Joaquim de Brito Pires — Vice-Consul.  
Manoel M. Rodrigues de Figueiredo — Agente Consular.

**POSSESSÕES PORTUGUEZAS (continuação)**

**PONTA DELGADA (ILHA DE S. MIGUEL, AÇORES)** (Vice-Consulado honorario)

Albano de Azevedo Oliveira — Vice-Consul, 17 Outubro 1912.  
Verissimo de Freitas da Silva — Agente Consular, 25 Agosto  
1913.

**SÃO VICENTE (ARCHIPELAGO DE CABO VERDE)** (Consulado honorario)

Adriano Duarte Silva — Consul, 9 Janeiro 1934.  
José Lopes da Silva — Vice-Consul, 20 Agosto 1934.

**RUMANIA**

**BUCAREST** (Legação encarregada do serviço consular)

**GALATZ** (Vice-Consulado honorario)

Victor Antoine Bassile — Vice-Consul, 27 Abril 1931.  
C. Spyridion Macri — Agente Consular.

**SALVADOR**

**S. Salvador** (Consulado honorario)

....., Consul.

**SANTO DOMINGO**

**SANTO DOMINGO** (Consulado honorario)

Sylvestre Aybar y Nunes — Consul.

**SUECIA**

**GOTHEMBURGO** (Consulado)

Hamilton Pires — Consul, 16 Junho 1934.  
Gunnar Froberg — Vice-Consul, 1 Fevereiro 1929.

**STOCKHOLMO** (Legação encarregada do serviço consular)

Hugo de Macedo — Auxiliar, 5 Junho 1934.

## SUISSA

**BERNA** (Legação encarregada do serviço consular)

**GENEBRA** (Consulado Geral)

João Carlos Muniz — Consul Geral, 10 Abril 1934.

Mauricio Paranhos da Silva — Auxiliar, 31 Dezembro 1931.

José Horta Filho — Auxiliar, 10 Abril 1936.

**ZURICH** (Consulado)

J. F. de Oliveira Bayão — Consul, 13 Abril de 1935.

João Emilio Ribeiro — Vice-Consul, 9 Abril 1931.

## SYRIA

**BEYRUTH** (Consulado)

Mario Drole da Costa — Consul, 9 Outubro 1936.

Miguel C. Curie — Vice-Consul, 1 Setembro 1933.

## TCHECOSLOVAQUIA

**PRAGA** (Legação encarregada do serviço consular).

## TURQUIA

**STAMBUL** (Consulado)

Affonso Lopes de Almeida — Consul, 8 Junho 1934.

Constantin Gaziadi — Vice-Consul, 1 Abril 1933.

Eugène Rosolato — Auxiliar interprete, 1 Abril 1933.

## URUGUAY

**ARTIGAS** (Consulado privativo)

Pery Babé — Consul, 16 Outubro 1936.

Hatteros P. Pires — Vice-Consul.

URUGUAY (continuação)

**BELLA UNIÃO** (Consulado privativo)

Lucio Schiavo — Consul.

**MELO** (Consulado privativo)

Bias dos Santos Abreu — Consul, 16 Outubro 1931.

João Jover — Vice-Consul, 17 Novembro 1933.

**MÔNTEVIDÉO** (Consulado Geral)

Oswaldo Correia — Consul Geral, 25 Agosto 1933.

A. de Castro Menezes — Consul Adjunto, 16 Julho 1936.

Angelo da Silva Neves — Auxiliar, 14 Março 1933.

Mario D. de Azevedo — Auxiliar, 20 de Setembro 1934.

**PAYSANDÚ** (Consulado privativo)

J. J. Pires de Oliveira — Consul, 9 Abril 1931.

D. Jacintho Pereira — Vice-Consul, 7 Julho 1933.

**RIO BRANCO** (Consulado privativo)

Adolpho C. Maia — Consul, 5 Junho 1931.

**RIVERA** (Consulado privativo)

Ulisses Balvé — Consul, 9 Novembro 1932.

Marçal Hurcade — Vice-Consul, 30 Setembro 1935.

**SALTO** (Consulado honorario)

Carlos Bilbáo — Consul.

João Gonzales Moraes — Vice-Consul.

**VENEZUELA**

**CARACAS** (Consulado honorario)

....., Consul.

**YUGOSLAVIA**

**BELGRADO** (Consulado)

Jayme Cardoso — Consul, 26 Dezembro 1935.

Léo B. Jonathan — Vice-Consul, 18 Junho 1931.

---

N. 8

## QUADRO DO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO

### ABREVIATURAS

AL — Alagôas.	PA — Pará.
AR — Acre.	PB — Parahyba.
AM — Amazonas.	PE — Pernambuco.
BA — Bahia.	PR — Paraná.
CE — Ceará.	PY — Piauhy.
DF — Districto Federal.	RJ — Rio de Janeiro.
ES — Espirito Santo.	RN — Rio Grande do Norte.
GO — Goyaz.	RS — Rio Grande do Sul.
MA — Maranhão.	SC — Santa Catharina.
MG — Minas Geraes.	SE — Sergipe.
MT — Matto Grosso.	SP — São Paulo.

### ALLEMANHA

*Todos os Consulados estão subordinados á Legação Allemã no  
Rio de Janeiro*

**BAHIA (BA.)** (Consulado de carreira) — (*Jurisdicção. Districto: Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio G. do Norte, Ceará, Piauhy, Maranhão, Pará, Amazonas, com o Territorio do Acre, Districto especial: Estado da Bahia*)

Walter Mulert — Consul, 14 Julho 1934.

Erich Deeg — Secretario Consular.



## ALLEMANHA (continuação)

**BELEM (PA.)** (Consulado) — (*Jurisdicção. Districto: Estado do Pará*)

Rudolph Möller — Consul, 2 Setembro 1935.

**BLUMENAU (SC.)** (Consulado) — (*Jurisdicção. Districto: Municipios de Blumenau Gaspar, Indaial, Timbó, Hansa, Harmonia e Rio do Sul, do Estado de Santa Catharina*)

Otto Rohkohl — Consul, 16 Novembro 1921.

Emanuel Brand — Secretario.

**BOA VISTA DO ERECHIM (RS.)** (Vice-Consulado) (*Jurisdicção. Districto: Municipios do Erechim, Passo Fundo, Carasinho, Lagoa Vermelha e Getulio Vargas*)

Robert Klostermeyer — Vice-Consul.

**CRUZEIRO DO SUL (SC.)** (Consulado) — (*Tem jurisdicção nos Municipios de Cruzeiro do Sul, Chapecó, Concordia, Campos Novos, Curitiba e Rio Caçador, no Estado de Santa Catharina*)

Karl Gaisser — Consul, 18 Agosto 1936.

Schmid — Secretario.

**CURITYBA (PR.)** (Consulado de carreira) — (*Jurisdicção. Districto: Estado do Paraná*)

Ludwig Aeldert — Consul, 2 Agosto 1927. (Ausente.)

Josef Schmid — Chancellor. Encarregado do Consulado.

**CAMPO GRANDE (MT.)** (Vice-Consulado)

August Wulfes — Vice-Consul, 10 Junho 1930.

**FLORIANOPOLIS (SC.)** (Consulado de carreira) — (*Jurisdicção. Districto: Estado de Santa Catharina. Districto especial: Estado de Santa Catharina, com excepção dos districtos distribuidos ás autoridades consulares em Blumenau, Joinville, São Francisco do Sul e Itajahy*)

Dr. Karl Steimer — Consul, 30 Abril 1936.

**FORTALEZA (CE.)** (Consulado) — (*Jurisdicção. Districto: Estado do Ceará*)

Oscar Huland — Consul, 16 Novembro 1921.

**GUAJARÁMIRIM (MT.)** (Vice-Consulado) — (*Tem jurisdicção no municipio de Santo Antonio do Madeira*)

Ernest Kohler — Vice-Consul, 17 Dezembro 1929.

ALLEMANHA (continuação)

**IJUHY (RS.) (Vice-Consulado)**

Ulrich Kuhlmann — Vice-Consul, 21 Janeiro 1933.

**JOINVILLE (SC.) (Consulado)** — *(Jurisdição. Districto: Comarcas de Joinville, Paraty, Canoinhas, São Bento, Mafra, Itajópolis, Porto União, Jaraqui do Sul, Campo Alegre, do Estado de Santa Catharina)*

Erich Muschellak — Consul, 26 Dezembro 1935.

Max Erekert — Secretario.

**JUIZ DE FÓRA (MG.) (Vice-Consulado)** — *(Jurisdição. Districto: Central de Minas Geraes, isto é, Minas Geraes, exclusive os districtos que se acham sob a jurisdição da Legação no Rio de Janeiro, bem como dos que se acham distribuidos ás representações em São Paulo e Victoria)*

Carlos Hugo Beker — Enc. do Vice-Consulado. *Reconhecido provisoriamente.*

**MANÁOS (AM.) (Consulado)** — *(Jurisdição. Districto: Estado do Amazonas e Territorio do Acre)*

Carl Dreyer — Enc. do Consulado.

**PARANAGUÁ (PR.) (Vice-Consulado)** — *(Jurisdição. Districto: Municipio de Paranaguá e porto e cidade e porto de Antonina)*

Julio Brand — Vice-Consul, 20 Maio 1931.

**PARNAGYBA (PY.) (Vice-Consulado)** *(Tem jurisdição no Estado do Piahy)*

Werner Schnepmann — Vice-Consul, 29 Abril 1933.

**PORTO ALEGRE (RS.) (Consulado de carreira)** — *(Jurisdição. Districto: Estado do Rio Grande do Sul)*

Friedrick Ried — Consul, 14 Julho 1934.

Kaspar Schmillenkamp — Secretario Consular.

Helmuth Möbus — Secretario Consular.

## ALLEMANHA (continuação)

**RIO GRANDE (RS.)** (Consulado) — *(Jurisdição no território formado pela linha ferrea Pelotas-Bagé e pela fronteira uruguaiana, incluindo a cidade de Pelotas)*

Kurt Fraeb — Consul honorario, 20 Março 1935.

**RECIFE (PE.)** (Consulado) — *(Jurisdição. Districto: Estado de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagóas)*

Karl von den Steinen — Consul, 30 Agosto 1924.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** — *(Os serviços consulares estão a cargo dos funcionarios da Legação. Séde: Rua Paysandú, 93, 3º andar: tel. 25-2866-08. Jurisdição: Brasil. Districtos especiaes: Districto Federal, Estado do Rio de Janeiro, bem como os municipios de Fortaleza, Jequitinhonha, Arassuahy, Minas Novas, Capellinha, Malacacheta, Theophilo Ottoni e Itambacury, do Estado de Minas Geraes)*

Dr. Karl-Alexander E. von Stockhmmern — Secretario de Legação, Chefe do Serviço Consular.

Dr. Rudolf Rabes — Secretario Consular.

**SÃO FRANCISCO DO SUL (SC.)** (Vice-Consulado) — *(Jurisdição. Districto: Municipio de São Francisco, do Estado de Santa Catharina)*

Otto Selinke — Vice-Consul, 27 Setembro 1927.

**SANTOS (SP.)** (Consulado) — *(Jurisdição. Districto: Comarcas de Santos, Cananéa Iguape, Xiririca, São Sebastião, Ubatuba, do Estado de São Paulo)*

Stanislaus Pachuz — Consul, 3 Dezembro 1935.

**SÃO LUIZ (MA.)** (Consulado) — *(Jurisdição. Districto: Estado do Maranhão e Piauhy)*

Hans Sckerl — Consul, 14 agosto 1934 (Ausente).

Helmut Springer — Enc. de Consulado.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral)

Herman Speiser — Consul Geral, 1 Dezembro 1931 (Ausente).

Dr. Walter Zimmernanu — Vice-Consul. Enc. do Consulado.

**URUGUAYANA (RS.)** (Vice-Consulado)

Eduardo Lang — Vice-Consul, 21 Janeiro 1933.

## ALLEMANHA (continuação)

**VICTORIA (ES.) (Consulado)** — *(Jurisdição. Districto: Estado do Espirito Santo e os municipios de Santa Maria de Suassuhy, Peçanha, Virginopolis, Guanhães, Itanhomy, Aymorés, do Estado de Minas Geraes)*

Robert Langen — Consul da Áustria, <sup>3</sup>Enc. do Consulado.

## AMERICA (ESTADOS UNIDOS DA)

*Todos os Consulados, salvo indicação em contrario, estão subordinados ao Consulado Geral no Rio de Janeiro*

**BAHIA (BA.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição nos Estados da Bahia, Sergipe e no sul do Piahy)*

Lee Worley — Vice-Consul, 15 Junho 1933 (Enc. do Consulado).

**BELÉM (PA.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão e no norte do Piahy)*

George E. Seltzer — Consul, 20 Julho 1930.

Aloys J. Neu — Vice-Consul, 29 Março 1932.

**FORTALEZA (CE.) (Agencia Consular)** — *(Subord. ao Cons. no Recife)*

André Gradwohl — Agente Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

**PORTO ALEGRE (RS.) (Consulado)** — *Tem jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina)*

Reginald S. Castleman — Consul, 31 Dezembro 1931.

Guy W. Ray — Vice-Consul, 6 Abril 1937.

**RECIFE (PE.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagóas)*

George J. Haering — Consul, 6 Abril 1933.

Lawrence R. Cotie — Vice-Consul. *Reconhecido provisoriamente.*

## AMERICA (ESTADOS UNIDOS DA) (continuação)

**RIO GRANDE (RS.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)

Arthur J. Bowen — Agente Consular Interino — *Reconhecido provisoriamente.*

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral) — (Tem jurisdição nos Consulados de Bahia, Belém, Recife, Porto Alegre, Santos e São Paulo. Chancellaria: Praça Mauá, 7 (19º), tel. 3-2457)

William C. Burdett — Consul Geral — Nomeado.

Willam E. Beitz — Consul, 27 Fevereiro 1937.

Rudolf E. Cahn — Vice-Consul, 22 Janeiro 1926.

Harold B. Minor — Vice-Consul, 25 Agosto 1931.

Alan N. Steyne — Vice-Consul. *Reconhecido provisoriamente.*

Odin G. Laren. — Vice-Consul. *Reconhecido provisoriamente*

**SANTOS (SP.)** (Consulado) — (Tem jurisdição nos municípios de Santos e S. Vicente e no Estado de Santa Catharina. Chancellaria: Rua do Commercio, 17)

Arthur G. Parsloe — Vice-Consul, 30 Julho 1923.

.....  
**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral) — (Tem jurisdição nos Estados de São Paulo Paraná e Mato Grosso. Chancellaria: Rua S. Bento, 66 A)

Carol H. Foster — Consul Geral, 26 Dezembro 1934.

Cyril L. T. Thiel — Consul, 24 Dezembro 1935.

Riginald S. Kazanjian — Vice-Consul, 27 Fevereiro 1937.

**VICTORIA (ES.)** (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro)

Robert J. Clarke — Vice-Consul, 21 Agosto 1928.

## ARGENTINA

*Todos os Consulados estão subordinados ao Consulado Geral  
no Rio de Janeiro*

**BAHIA (BA.)** (Vice-Consulado honorario)

Carlos Ravazzano — Vice-Consul, 6 Fevereiro 1924.

**BELÉM (PA.)** (Vice-Consulado honorario)

Leonidas Sodré de Castro — Vice-Consul.

**CAMPINAS (SP.)** (Consulado)

Tomas J. Anchorena — Enc. do Consulado.

**CORUMBÁ (MT.)** (Vice-Consulado) — *(Tem jurisdição no Estado de Matto-Grosso)*

José Jorge Alfonzo — Enc. do Vice-Consulado.

**FOZ DO IGUASSÚ (PR.)** (Vice-Consulado honorario)

Emilio M. Arigos — Consul, 13 Setembro 1934.

**ITAQUI (RS.)** (Vice-Consulado honorario)

E. Dileo — Chanceller, Enc. do Vice-Consulado.

**MANÁOS (AM.)** (Vice-Consulado)

Flavio Rosas — Vice-Consul, 16 Maio 1935.

**PARANAGUÁ (PR.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Paraná, menos no districto da Fóz do Iguaassú)*

Levy Picanço — Enc. do Vice-Consulado.

**PORTO ESPERANÇA (MT.)** (Vice-Consulado honorario)

Juan Bernardino Alves do Couto — Vice-Consul, 16 Janeiro 1926.

## ARGENTINA (continuação)

### PORTO ALEGRE (RS.) (Consulado)

Norberto B. Cobos --- Consul, 1º Novembro 1932 (Ausente).  
Humberto Cogliati --- Chancellor. Enc. do Consulado.

### RECIFE (PE.) (Vice-Consulado honorário) — *(Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará)*

José J. de Barros Correia --- Vice-Consul.

### RIO GRANDE (RS.) (Vice-Consulado honorário) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Sul)*

Alonso Borloz --- Vice-Consul, 13 Novembro 1928.

### RIO DE JANEIRO (RJ.) (Consulado Geral) — *(Tem jurisdição em todo o Brasil)*

Juan José Varela --- Consul Geral, 1 Novembro 1932.  
Argentino B. Rossani --- Consul Auxiliar, 22 Dezembro 1931.  
Carlos Torres Gigena --- Chancellor.

### SANT'ANNA DO LIVRAMENTO (RS.) (Consulado)

Henrique Meunier --- 30 Setembro 1935.

### SANTOS (SP.) (Consulado)

Alejandro Bollini --- Consul, 5 Junho 1934.

### SÃO BORJA (RG.) (Consulado)

Juan Botaro --- Consul.

### SÃO PAULO (SP.) (Consulado) *(Tem jurisdição no Estado de São Paulo)*

Jorge Cullen Ayerza --- Consul, 21 Agosto 1933.

### URUGUAYANA (RS.) (Consulado)

Juan E. Fitz Simon --- Consul.

### VICTORIA (ES.) (Vice-Consulado)

Carlos Dumans Filho --- Vice-Consul, 17 Agosto 1934.

## AUSTRIA

*Todos os Consulados estão, salvo indicação em contrario, subordinados ao Consulado Geral no Rio de Janeiro*

**BELEM (PA.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição nos Estados do Pará, Maranhão, Amazonas e Territorio do Acre. Chancellaria: Rua 15 de Novembro, 24, Caixa Postal 369)*

Peter M. Steiner — Consul, 22 Agosto 1922.

**CURITYBA (PR.) (Consulado Geral)** — *(Tem jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul. Chancellaria: Rua 15 de Novembro, 47-49. Palacio do Commercio)*

Bertholdo Hauer — Consul Geral, 31 Maio 1927.

**FLORIANOPOLIS (SC.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição em todo o Estado de Santa Catharina. Subord. ao Cons. Geral em Curitiba)*

Hebert Molenda — Consul, 20 Agosto 1935.

**GOYAZ (GO.) (Vice-Consulado)** — *(Tem jurisdição em todo o Estado. Chancellaria: Rua Couto de Magalhães, 1)*

Friedrick Otto Steinberg — Vice-Consul, 11 Fevereiro 1930.

**PORTO ALEGRE (RS.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Sul)*

Carl M. Weis — Consul, 12 Junho 1929.

**PASSO FUNDO (RS.) (Vice-Consulado)** — *(Tem jurisdição nos municipios de Passo Fundo, Cruz Alta, Santo Angelo, S. Luiz, Palmeira e Julio de Castilhos. Depende do Cons. em Porto Alegre)*

Jorge Barbieux — Vice-Consul, 16 Janeiro 1928.

**RECIFE (PE.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Alagóas, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauihy. Chancellaria: Rua 15 de Novembro, 351. Caixa postal 106)*

Konstantin Barza — Consul, 17 Maio 1922.



## AUSTRIA (continuação)

**RIO DE JANEIRO (DF.) (Consulado Geral)** — *(Tem jurisdição em todo o Brasil, menos nos Estados de Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul. Chancellaria: Rua S. Pedro, 9, Caixa postal 757)*

Hugo Ornstein — Consul Geral, 25 Maio 1921 (Ausente).

Arthur Christian L. Mueller — Consul, Enc. do Consulado Geral. *Reconhecido provisoriamente.*

**ANGRA DOS REIS (Vice-Consulado)**

Carlos Alberto Lema — Vice-Consul, 30 Setembro 1933.

**SANTOS (SP.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição em todos os municípios do litoral do Estado de São Paulo. Chancellaria: Rua do Commercio, 19. Caixa postal 18)*

Joséf Osinzer — Consul, 26 Novembro 1935.

**SÃO PAULO (SP.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição no Estado de São Paulo, menos no litoral do mesmo Estado. Chancellaria: Av. São João, 81)*

Theodor Putz — Consul, 27 Outubro 1931.

Dr. Rudolf Grabher — Vice-Consul.

**VICTORIA (ES.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Espírito Santo, Bahia e Sergipe. Chancellaria: Rua General Osorio, 8 e 10. Caixa postal 3778)*

Robert Langen — Consul, 31 Maio 1922.

## BELGICA

*Todos os Consulados, salvo indicação em contrario, estão subordinados á Embaixada no Rio de Janeiro*

**BAHIA (BA.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição em todo o Estado da Bahia e Sergipe)*

Truebner (L.) — Consul, 26 Fevereiro 1932.

**BELÉM (PA.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Pará)*

Paul Le Cointe — Consul, 18 Janeiro 1923.

## BELGICA (continuação)

**BELLO-HORIZONTE (MG.)** (Consulado) — *Tem jurisdição em todo o Estado de Minas Geraes*

Jean Thiry — Consul, 5 Agosto 1930.

**CURITYBA (PR.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição em todo o Estado da Paraná)*

Godefroid (M). — Consul, 7 Julho 1935.

**FLORIANOPOLIS (SC.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição em todo o Estado de Santa Catharina)*

Ernest van Steen — Consul, 28 Maio 1934.

**FORTALEZA (CE.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Ceará)*

Raul de Souza Carvalho — Consul, 30 Abril 1924.

**MANÁOS (AM.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Amazonas)*

Joaquim Gonçalves de Araujo — Consul, 22 Setembro 1921.

**PARANAGUÁ (PR.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

.....

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo. Tem jurisdição na parte do Estado do Rio Grande do Sul situada ao norte dos municípios de Alegrete, Bagé, Cangussú, Lavras, Pinheiro Machado, Piratiny, Rosario, S. Gabriel, S. João de Camaquã, S. José do Norte, S. Lourenço e Uruguaiana)*

Frederique Nonnenberg — Consul, 13 Dezembro 1927.

**RECIFE (PE.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição nos Estados de Alagoas, Pernambuco Parahyba e Rio Grande do Norte)*

L. Lacerda de Menezes — Consul, 20 Novembro 1928.

Mario Penna — Vice-Consul.

**RIO GRANDE (RS.)** (Consulado) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo. Tem jurisdição nos municípios de Bagé, Piratiny e Rio Grande)*

Emilio da Silva Hormain — Consul, 20 Junho 1934.

## BELGICA (continuação)

**RIO DE JANEIRO (DF.)** — *(Os negócios consulares estão a cargo da Embaixada. Tem jurisdição no Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro e Goyaz)*

.....

**SANTOS (SP.) (Consulado)** — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

Alfred Doneux — Enc. do Consulado.

**SÃO LUIZ (MA.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Maranhão)*

João Jorge dos Santos Freitas — Consul, 18 Julho 1933.

.....

**SÃO PAULO (SP.) (Consulado honorário)** — *(Tem jurisdição no Estado de São Paulo, Matto Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catharina)*

Henri van Deursen — Consul, 6 Abril 1935.

**VICTORIA (ES.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Espírito Santo)*

Waldemiro Prado — Consul, 18 Junho 1928.

## BOLIVIA

**ARACAJÚ (SE.) (Consulado honorário)** — *(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro)*

José da Silva Ribeiro — Consul, 8 Agosto 1932.

**BAHIA (BA.)** — *(Consulado honorário) (Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro)*

Antonio Balbino de Carvalho — Consul, 8 Agosto 1923  
(Ausente).

Hypólito Cerqueira — Enc. do Consulado.

**BELÉM (PA.) (Consulado Geral)** — *(Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauíhy, Amazonas, Goyaz e Matto Grosso)*

Justino Daza Ondarra — Consul Geral.

**BRASILEIA (AR.) (Vice-Consulado honorário)** — *(Subord. ao Cons. Geral em Belém)*

Tufic Derzi — Vice-Consul, 4 Junho 1929.

## BOLIVIA (continuação)

**CAMPO GRANDE (MT.)** (Vice-Consulado honorario) (*Tem jurisdição nos municípios de Tres Lagoas, Sant'Anna do Paranahyba, Ponta Porã, Entre-Rios, Maracahú, Coxim e Nioac*)

August Wulfes — Vice-Consul, Alemanha, Enc. do Vice-Consulado.

**CORUMBÁ (MT.)** (Consulado) — (*Subord. ao Cons. Geral em Belém*)

Carlos S. Chaves — Consul, 18 Setembro 1935.

**CURITYBA (PR.)** (Vice-Consulado) — (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

.....  
**CUYABÁ (MT.)** (Vice-Consulado)

.....  
**FLORIANOPOLIS (SC.)** (Consulado) — (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

.....  
**FORTALEZA (CE.)** (Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral em Belém*)

José Gurgel da Costa Nogueira — Consul, 4 de Setembro 1931.

**GUAJARÁ-MIRIM** (Consulado) — (*Subord. ao Cons. Geral em Belém*)

Rafael Galindo — Consul, 30 Outubro 1936.

**MACEIÓ (AL.)** (Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

Ezequiel Pereira da Silva Goulart — Consul, 8 Agosto 1923.

**MANÁOS (AM.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral em Belém*)

José Vaz de Oliveira — Vice-Consul, 6 Fevereiro 1924.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado) — (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

Eduardo Secco — Consul, 27 Janeiro 1888.

**PORTO VELHO (AM.)** (Consulado) — (*Subord. ao Cons. Geral em Belém*)

Dario Vaca Chávez — Consul nomeado.

## BOLIVIA (continuação)

**PORTO MURTINHO (MT.)** (Consulado)

Carlos Zilveti Arce — Consul, 27 Abril 1937.

**RECIFE (PE.)** — (Subord. ao Cons. Geral em Belém)

Luiz Dias Lins — Consul, 27 Abril 1937.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral) — (*Tem jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Geraes, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul. Chancelleria: Travessa do Ouridor, 31, 1º andar, tel. 3-4634*)

Dr. Luis de Yparraguire — Consul Geral, 29 Março 1933.

**SANTOS (SP.)** (Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

Frederico de Figueiredo Neiva — Consul, 17 Julho 1933.

.....  
**SÃO LUIZ (MA.)** (Vice-Consulado honorario) (*Subord. ao Cons. Geral em Belém*)

Antony Patric — Consul, honorario, 17 Fevereiro 1931.

**SÃO LUIZ DE CACERES (MT.)** (Vice-Consulado)

Juan Curvo — Vice-Consul, 31 Março 1926.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral honorario) — (*Tem jurisdição em todo o Estado de São Paulo. Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

Rudolph Kesselring — Consul Geral, 21 Junho 1932.

**VICTORIA (ES.)** (Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

Orlando Antenor Guimarães — Consul, 17 Novembro 1931.

## CHILE

**CURITYBA (PR.) E FLORIANOPOLIS (SC.)** (Consulado)

Arthur Marquez — Consul, 16 Junho 1926.

**NATAL (RN.)** (Consulado)

Carlos Lamas — Consul, 16 Maio 1934.

## CHILE (continuação)

**PARANAGUÁ (PR.)** (Consulado) — *(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)*

Silvano Araja Iara — Consul, 28 Junho 1933.

**PORTO ALEGRE (RS.)** — *(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)*

Edmundo Eichenberg — Consul, 30 Abril 1918.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** *(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)*

Jorge Larenas Boltan — Consul, 3 Fevereiro 1935.

Francisco Landestay Saint Jean — Consul Particular, 30 Outubro 1936.

**SÃO FRANCISCO DO SUL (SC.)** (Consulado) — *(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)*

Arturo Marquez Velásquez — Consul, 5 Abril 1932.

**SANTOS (SP.)** (Agencia Consular). *(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)*

Andrew W. Marshall — Agente Consular, 19 Dezembro 1923.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral) — *(Tem jurisdição em todo o Brasil)*

Luiz Leite Olavarria — Consul Geral, 13 Fevereiro 1935.

Maximo Bastian — Consul, 22 Abril 1932.

## CHINA

**RIO DE JANEIRO (DF.)** *(Os serviços Consulares estão a cargo da Legação. Chancellaria, Rua S. Clemente, 579.)*

.....

**RECIFE (PE.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Alagoas e Bahia. Chancellaria: Rua Duque de Caxias, 223)*

Zeferino Camuce Siqueira Granja — Consul honorario, 6 Janeiro 1932.

## COLOMBIA

**BAHIA (BA.)** (Consulado honorario)

Carlos Ravazzano — Consul, 28 Junho 1933.

## COLOMBIA (continuação)

**BELÉM (PA.)** (Consulado Geral honorário)

Ramire Pertus Gimeno — Consul Geral, 18 Maio 1937.

Rodolfo Grandi — Vice-Consul, 26 Dezembro 1934.

**FORTALEZA (CE.)** (Consulado)

José Candido de Souza Carvalho — Consul, 22 Dezembro 1915.

**MANÁOS (AM.)** (Consulado Geral) — (*Tem jurisdição nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Paraíba do Norte, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe*)

Manoel Cardoso C. — Consul Geral, 27 Abril 1937.

Alberto Prieto L. — Vice-Consul, 28 Fevereiro 1934.

**MARIN (BAIXO JAPURÁ) (AR.)** (Agencia Consular)

Dr. José Gomes Posadas — Agente Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

**PORTO VELHO (AM.)** (Vice-Consulado) — (*Tem jurisdição no Rio Madeira e seus afluentes no Amazonas e no Acre.*)

Ramon Erazo — Vice-Consul, 25 Junho 1924.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** — (*Negócios Consulares a cargo da Legação*)

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral) — (*Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro*)

Dr. Alfredo Cortazar Toledo — Consul Geral, 9 Junho 1930.

Leonidas Londõno — Consul, 29 Abril 1933.

## COSTA RICA

**RECIFE (PE.)** (Consulado)

.....  
**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral) — (*Tem jurisdição em todo o Brasil. Chancellaria : Praça Mauá, 7-18º andar*)

Dr. Edmundo de Miranda Jordão — Consul Geral, 29 Setembro 1934.

## COSTA RICA (continuação)

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado honorário)

Oswaldo Reis de Magalhães — Consul, 6 Abril 1935.

## CUBA

**RECIFE (PE.)** (Agencia Consular)

Samuel Hardman C. de Albuquerque — Agente Consular, 26 Novembro 1929.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado) — (*Tem jurisdição em todo o Brasil. Chancellaria: Rua Duviols, 43, Edifício Itasca, Copacabana, tel. 27-4909*)

José Manuel Carbonell — Ministro, Encarregado do expediente da chancellaria.

**SÃO PAULO (SP.)** Agencia Consular

Antonio Alves Braga — Agente-Consular honorario, 16 Janeiro 1935.

## DINAMARCA

*Todos os Consulados estão subordinados à Legação no Rio de Janeiro*

**BAHIA (BA.)** (Consulado honorario) — (*Chancellaria: Rua Portugal, 10, 1º andar*)

Svend Aage Nielsen — Consul, 7 Junho 1928.

**BELÉM (PA.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Endereço: Rua 15 de Novembro, 22*)

Vicente João de Figueiredo Campos — Vice-Consul, 12 Abril 1926.

**PARANAGUÁ (PR.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Endereço: Rua Dr. Munhoz da Rocha, 45. Caixa do Correio 9*)

Acrisio Guimarães — Vice-Consul, 30 Setembro 1924.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado honorario) — (*Chancellaria: Praça 15 de Novembro, 68. Caixa Postal, 317*)

Oscar Christiano Paetzel — Consul, 5 Abril 1913.



## DINAMARCA (continuação)

**RECIFE (PE.)** (Consulado honorario) — (*Chancellaria: Rua do Imperador D. Pedro II, 215*)

Adolf Egmund Klein Schenker — Consul, 6 Junho 1917.

Erik Reventhon — Vice-Consul, 29 Agosto 1934.

**RIO GRANDE (RS.)** (Consulado honorario) — (*Chancellaria: Rua Riachuelo, 199*;

Cecil Cranston Woodhead — Consul, 17 Dezembro 1929.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** — (*Tem jurisdição no Districto Federal e no Estado do Rio de Janeiro. Chancellaria: Edificio da "A Noite", salas 914/15*)

Sivert Francisco Bartholdy — Consul, 11 Setembro 1933.

**SANTOS (SP.)** — (Consulado honorario) (*Chancellaria: Rua Cidade Toledo, 7, sob.*)

Rolf Tangen Sivertsen — Consul, 20 Outubro 1931.

**SÃO LUIZ (MA.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Chancellaria: Av. D. Pedro II, 195. C. P. 31*)

João Alves Pereira — Vice-Consul honorario, 30 Setembro 1935.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado) — (*Chancellaria: Rua São Bento, 51, sob., tel. 2.4134*)

Carl Adolph von Bülow — Consul, 18 Junho 1928.

## DOMINICANA (Republica)

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral honorario) — (*Rua Uruguayana, 104, 5º.*)

Rodrigo Octavio Filho — Consul Geral, 7 Julho 1933.

## EQUADOR

*Todos os Consulados estão subordinados á Legação  
no Rio de Janeiro*

**MANÁOS (AM.)** (Consulado)

Mem Xavier da Silveira — Consul, 9 Outubro 1929.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado) — (*Chancellaria: Edificio Itahy, Rua Copacabana, 146, 6º andar, tel. 27-2697*)

Eduardo Andrade Thomas — Consul, 7 Setembro 1929.

## EQUADOR (continuação)

**RECIFE (PE.)** (Consulado)

Alberto Fonseca — Consul, 31 Maio 1930.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado)

Carlos Whately — Consul, 17 Setembro 1920.

## ESPAÑHA

*Todos os Consulados, salvo indicação em contrario, estão subordinados ao  
Consulado Geral em São Paulo*

**ARAÇATUBA (SP.)** (Agencia Consular) — *(Tem jurisdição nas comarcas de Araçatuba,  
Biriguy, Penapolis, Avandava e Promissão)*

.....

**BAGÉ (RS.)** (Vice-Consulado) — *(Tem jurisdição nas comarcas judiciais de Bagé, São  
Gabriel, Caçapara e Jaguarão)*

Camilo Losada de Soto — Vice-Consul, 8 Junho 1931.

**BAHIA (BA.)** (Consulado) — *(Chancellaria: Rua Conselheiro Dantas, 37)*

Jorge Spottorno y Manrique de Lara — Consul, 23 Novembro  
1933.

David Noguerol y Fernandes — Vice-Consul, 13 Agosto 1921.

**BARRA DO PIRAHY (RJ.)** (Agencia Consular) — *(Chancellaria: Rua Heitor Valle, 4,  
tel. 21)*

.....

**BAURÚ (SP.)** (Agencia Consular) — *(Tem jurisdição nas comarcas de Baurú, Diaman-  
tina, Piratininga, Agudos, Pederneiras, Lençóes, Bareby, Pirajuhy, Cafelandia e  
Lins)*

.....

## ESPANHA (continuação)

**BELÉM (PA.) (Consulado)**— *(Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Piauí e Território do Acre)*

Emilio Montero López — Vice-Consul, 6 Agosto 1934.

**BELLO HORIZONTE (MG.) (Vice-Consulado)** — *(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro. Chancellaria : Rua Bahia, 1364, tel. 70)*

Luis de Soto de las Naves — Vice-Consul, 24 Maio 1928.

D. Miguel Gutierrez — Chancellor.

**BOTUCATÚ (SP.) (Agencia Consular)**

Emilio Garcia y Garcia — Agente Consular, 31 Dezembro 1925.  
(Suspendido.)

**CAMPINAS (SP.) (Agencia Consular)**

.....  
**CAMPO GRANDE (MT.) (Vice-Consulado)**

José Gomes Dominguez — Vice-Consul, 3 Junho 1927.

**CAMPOS (RJ.) (Vice-Consulado)** — *(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro. Chancellaria: Rua Tenente Coronel Cardoso, 324)*

Baldomero Morgade Lisboa — Enc. do Vice-Consulado.

**CATANDUVA (SP.) (Vice-Consulado)** — *(Tem jurisdição nas comarcas de Catanduba, Ibirá, Ariranha, Itapolis, Santa Adélia e Tabapuã)*

Antonio Angulo Díaz — Vice-Consul, 30 Setembro 1933.

**CORUMBÁ (MT.) (Vice-Consulado)**

Francisco Roca Menna — Vice-Consul, 30 Setembro 1924.

Semeon Quass — Enc. do Vice-Consulado. *Reconhecido provisoriamente.*

**CURITYBA (PR.) (Vice-Consulado)**

Luiz Angel Ciruelos Diez — Vice-Consul, 3 Abril 1923.

## ESPAÑHA (continuação)

**FLORIANOPOLIS (SC.) (Vice-Consulado)**

Wenceslau Freyesleben — Vice-Consul, 24 Dezembro 1913.

**FORTALEZA (CE.) (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. no Recife)**

Antonio Fiuza Pequeno — Vice-Consul, 30 Setembro 1925.

**GLYCERIO (SP.) (Vice-Consulado)**

.....

**GUAXUPÉ (MG.) (Vice-Consulado) — (Chancellaria: Av. Paulo Carneiro, 66, tel. 116)**

Marcelino Guada Ribera — Vice-Consul, 31 Outubro 1923.

**ITAPIRA (SP.) (Agencia Consular)**

.....

**IPAUSSÚ (SP.) (Agencia Consular)**

Pedro Mora Fernandes — Agente Consular, 31 Dezembro 1924.

**JACAREHY (SP.) (Agencia Consular)**

.....

**JAHÚ (SP.) (Vice-Consulado)**

.....

**LAGUNA (SC.) (Vice-Consulado)**

.....

**MANÁOS (AM.) (Consulado) — (Subor. ao Cons. em Belém)**

Carlos Miguel Asensi — Vice-Consul, 2 Julho 1922.

**MACEIÓ (AL.) (Vice-Consulado)**

José Carpinterio Simões — Vice-Consul, 22 Maio 1935.

## ESPAÑHA (continuação)

**MOCOCA (SP.)** (Agencia Consular)

Juan Costal Chavarria — Agente Consular, 31 Dezembro 1924.

**MONTE ALTO (SP.)** (Agencia Consular)

Eduardo Martinez Dominguez — Agente Consular, 31 Dezembro 1924.

**JOÃO PESSÔA (PB.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. no Recife)*

Joaquim Pardo Vieira — Vice-Consul, 25 Novembro 1924.

**PARNAHYBA (PY.)** (Vice-Consulado)

Celso A. de Moura Nunes — Vice-Consul, 12 Maio 1934.

**PETROPOLIS (RJ.)** — (Agencia Consular)

Manuel Cuntin Gil — Agente Consular, 30 Março 1929.

**PELOTAS (RS.)** (Vice-Consulado) — *(Tem jurisdição nos municípios de Pelotas, Piratiny, Cangussú e Jaguarão).*

Indalecio da Nueva Cruz — Vice-Consul honorario, 26 Outubro 1935.

**POÇOS DE CALDAS (MG.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro. Chancelaria: Rua Minas Geraes, 39)*

.....

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado de carreira)

Juan Manoel Andriansens y Garcia Vidal — Consul, 23 Janeiro 1935.

José Margenat Puig — Vice-Consul honorario, 1º Dezembro 1931.

Alvaro Raya Ibanez — Chanceller.

## ESPANHHA (continuação)

**RIBEIRÃO PRETO (PS.)** (Vice Consulado) — *Tem jurisdição nas comarcas do Rio Preto, Sertãozinho, S. Simão, Orlandia, Pitangueiras, Jardinopolis, Bebedouro, Cravinhos, Brodnisky, Batataes, Franca, Altinopolis, Patrocinio de Sapucahy, Pedregulho, Ituverava e Igarapava*

.....

**RECIFE (PE.)** (Consulado) *(Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Alagôas, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará)*

Antonio Arevalo y Capilla — Consul, 23 Novembro 1933.

**RIO GRANDE (RS.)** (Vice-Consulado)

Juan Llopart — Vice-Consul, 21 Novembro 1921.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado) — *(Chancellaria: Av. Rio Branco, 2218, 2º andar, tel. 24-5114)*

José Maria S. Y. Olivares, — Consul em S. Paulo, Enc. do Consulado.

Ricardo A. Pérez Malanda, Vice-Consul, 15 Julho 1921.

**RIO PRETO (SP.)** — *(Tem jurisdição nas comarcas de Rio Preto, Mirasol, Balsamo Tanahy, Portizendaba e Monte Bello)*

Emeterio Pascua Valle — Vice-Consul, 30 Setembro 1933.

**SANTO ANASTACIO (SP.)** (Agencia Consular)

.....

**SANT'ANNA DO LIVRAMENTO (RS.)** (Vice-Consulado)

Joaquim Sanz Alberto — Vice-Consul, 21 Fevereiro 1934.

**SANTOS (SP.)** (Consulado)

Fulgencio Vidal, — Consul em Porto Alegre, Enc. do Consulado.

Nicolas Fernandez Estevez — Chanceller.

José Blasco Alonso — Auxiliar.

## ESPAÑHA (continuação)

**SÃO CARLOS (SP.)** (Vice-Consulado) — (*Tem jurisdição nas comarcas de S. Carlos, Ribeirão Bonito, Dascalvado e Araraquara*)

Severiano Narciso Gonzales Martines — Vice-Consul, 30 Setembro 1933.

**SÃO FRANCISCO DO SUL (SC.)** (Consulado)

.....

**SÃO LUIZ (MA.)** (Vice-Consulado) — (*Subord. ao Cons. em Belém*)

Gonçalo Taborda Sanchez — Vice-Consul, 13 Setembro 1933.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral) — (*Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, menos em Santos, Santa Catharina, Paraná, Goyaz e Matto Grosso. Chancellaria: Rua Boa Vista, 13, 2º andar, Caixa do Correio 1094.*)

José Maria Semperey Olivares — Consul Geral, 1º Dezembro 1931.

**SOROCABA (SP.)** (Agencia Consular)

.....

**THEREZINA (PY.)** (Vice-Consulado) — (*Subord. ao Cons. em Belém*)

.....

**URUGUAYANA (RS.)**

Francisco Vicente Velo — Vice-Consul, 9 Janeiro 1933.

**UBERABA (MG.)** (Vice-Consulado) (*Chancellaria: Rua Eduardo, 48, tel. 74*)

Jaime Suarez Villariño — Vice-Consul, 10 Outubro 1923.

**VICTORIA (ES.)** (Vice-Consulado) — (*Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro: Chancellaria: Rua Sete de Setembro, 2*)

Emilio Trinxe y Mauri — Vice-Consul, 8 Fevereiro 1915.

## ESTHONIA

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado honorario) — (*Chancellaria: Rua Goulart, 11 tel. 7-2745*)

Oscar Sjoestedt, — 30 de Abril 1937

**SANTOS — (SP.)** (Vice-Consulado honorario)

Olav Syrda'hl — Vice-Consul, 30 Abril 1937.

**SÃO PAULO (SP.)** (Vice-Consulado honorario)

Finn B. Arnesen — Vice-Consul, 29 Maio 1934.

## EGYPTO

*Os interesses dos egypcios no Brasil estão confiados ao Governo Britannico*

## FINLANDIA

*Todos os Consulados estão subordinados á Legação no Rio de Janeiro*

**BAHIA (BA.)** (Vice-Consulado)

Aloysio Gama da Costa Santos — Vice-Consul, 10 Janeiro 1923.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado)

Ernest Heitmann — Consul honorario, 26 Setembro 1935.

**RECIFE (PE.)** (Vice-Consulado)

.....  
**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral) — (*Tem jurisdição em todo o Brasil. Chancellaria: Rua Visconde de Inhauma, 60, sobrado*)

Kalle Aapro — Consul honorario, 7 Dezembro 1931.

**SANTOS (SP.)** (Vice-Consulado)

Olav Mossige — Enc. do Vice-Consulado.



## FINLÂNDIA (continuação)

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição em todo o Estado, menos na cidade de Santos)*

Lyder Sagen — Consul, 18 Dezembro 1930 (Ausente).

J. Gualberto de Oliveira — Enc. do Consulado.

## FRANÇA

**BAHIA (BA.)** Consulado — *(Tem jurisdição nos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe)*

Caumeau (Lucien Gaston Celestin) — Consul, 7 Janeiro 1935.

**BELEM (PA.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Piauí, Maranhão e Território do Acre)*

Paul Lee Cointe — Agente Consular, 20 Março 1935.

**BELLO HORIZONTE (MG.)** (Agencia Consular) — *(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro)*

René Boermereau — Agente Consular, 16 Outubro 1931.

**CAMPOS (RJ.)** (Agencia Consular) — *(Subord. ao Consulado no Rio de Janeiro)*

Victor Sence — Agente Consular, interino.

**CORUMBÁ (MT.)** (Agencia Consular)

.....  
**CURITYBA (PR.)** (Agencia Consular) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

Laval (Maurice) — Agente Consular.

**CUYABÁ (MT.)** (Agencia Consular) — *(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro)*

Kuyl (Jean Marie Joseph) — Agente Consular.

**FLORIANÓPOLIS (SC.)** (Agencia Consular) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

.....  
**FORTALEZA (CE.)** (Agencia Consular) — *(Subord. ao Cons. em Belém)*

Joseph Boris — Enc. da Agencia Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

## FRANÇA (continuação)

**MACEIÓ (AL.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. na Bahia)

Claude Marie Girard — Agente Consular, 26 Maio 1919.

**MANÁOS (AM.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Belém)

Fernando Corrêa Mendes — Agente Consular, 5 Março 1930.

**PARNAHYBA (PY.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Belém)

Jacob (Roland) — Agente Consular, 23 Setembro 1929.

**PELOTAS (RS.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)

Paul Alphonse Meyselle — Agente Consular, 30 Dezembro 1911.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado) — (Tem jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Sul)

Magnan de Bellevue — Consul, 10 Agosto 1931.

**RECIFE (PR.)** (Consulado) — (Tem jurisdição em Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará)

Joseph Ottavi — Consul, 26 Dezembro 1934.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado) — (Tem jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Geraes e Goyaz. Chancellaria: Rua Benedictinos, 7, tel. 23-3025)

Malzac (André Miranda Gerard) — Consul, 7 Janeiro 1935.

Maurice Oubrè — Vice-Consul.

Francis Humel — Addido.

**RIO GRANDE (RS.)** (Agencia Consular)

Robert Dabilly — Agente Consular, 21 Agosto 1929.

**SÃO FRANCISCO DO SUL (SC.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em São Paulo)

.....

**SÃO LUIZ (MA.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Belém)

João Jorge dos Santos Freitas — Agente Consular, 30 Outubro 1916.

## FRANÇA (continuação)

**SANTA MARIA (RS.)** (Agente Consular)

Dr. Severo do Amaral — Agente Consular.

**SÃO PAULO E SANTOS (SP.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catharina. Chancellaria: Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 125)*

Pingaud (Jacques Marcel Charles) — Consul, 5 Julho 1933.

Martin — Chancellor (São Paulo.)

Julien Bellot — Chancellor (Santos.)

**VICTORIA (ES.)** (Agencia Consular) — *(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro)*

Alberto Oliveira dos Santos — Agente Consular, 10 Agosto 1922.

## GRAN-BRETANHA

**BAHIA (BA.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição nos Estados da Bahia e de Sergipe. Chancellaria: Praça Inglaterra)*

Darrel Wilson — Consul — 27 Fevereiro 1937.

C. R. Girdwood — Pro-Consul.

**BELEM (PA.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Piauí e Maranhão. Chancellaria: Rua da Industria, 36 B, 2º andar)*

Samuel Chave Lawrance — Consul, 28 Maio 1934 (Ausente).

Jorge Marcial Pontes Leite — Pro-Consul.

**CORUMBÁ (MT.)** (Vice-Consulado)

Semeon Quass — Vice-Consul, 29 Julho 1926.

**CURITYBA (PR.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

William Sims Tate — Vice-Consul, 19 Junho 1935.

**FORTALEZA (CE.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. no Recife)*

Francis Reginald Hull — Vice-Consul, 16 Maio 1933.

**ILHÉOS (BA.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. na Bahia)*

Charles Herbert — Vice-Consul.

## GRAN-BRETANHA (continuação)

**MACEIÓ (AL.)** (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. no Recife)

Kenneth Courage Macray — Vice-Consul, 13 Agosto 1913.

**MANÁOS (AM.)** (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. em Belém)

.....

**MORRO VELHO (MG.)** (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro)

William Pollard — Vice-Consul, 20 Fevereiro 1924.

**NATAL (RN.)** (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. no Recife)

Eric. R. S. Gordon — Vice-Consul, 7 Abril 1924.

**JOÃO PESSÔA (PR.)** (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. no Recife)

Robert Hanna Vance — Vice-Consul, 12 Março 1931.

**PARNAHYBA (PY.)** (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. no Recife)

Ralph J. Smith — Vice-Consul.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado) — (Tem jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Chancellaria: Rua General Camara, 352)

Harry W. Reid Brown — Consul, 10 Setembro 1934.

J. A. Mac Donald — Pro-Consul. *Reconhecido provisoriamente.*

**RECIFE (PE.)** (Consulado) — (Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Parahyba, Rio Grande do Norte. Chancellaria: Rua Bom Jesus, 505, 1º andar tel. Recife 1966)

Kenneth James Macarthur White — Consul.

Reginald Arthur Marrison Hughman — Vice-Consul, 15 Janeiro 1935.

**RIO GRANDE (RS.)** (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)

Vivian Wigg — Vice-Consul, 15 Maio 1922.

## GRAN-BRETANHA (continuação)

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral) — *(Tem jurisdição no Estado de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goyaz, Districto Federal e no Estado de Minas a oeste da linha que segue o meridiano 47° e a oeste do ponto em que esta faz intersecção com o rio Grande até o ponto em que a mesma linha corta o rio Parahyba. Chancellaria: Praça 15 de Novembro, 10, 3º andar)*

J. P. Trant — Consul Geral nomeado.

N. C. Robinson — Vice-Consul. Enc. do Consulado.

**SANTOS (SP.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

H. E. Slaymaker — Consul, 30 Setembro 1935. (Ausente).

Harold Mac Cardell — Vice-Consul honorario. Enc. do Consulado.

**SÃO FRANCISCO DO SUL (SC.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

Ronald O'Neill Addison — Vice-Consul, 29 Dezembro 1911.

**SÃO LUIZ (MA.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. em Belém)*

J. J. Clissold — Vice-Consul, 12 Junho 1934 (Ausente).

David Martin — Enc. do Vice-Consulado.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral) — *(Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Matto Grosso, Goyaz e no Estado de Minas Geraes a oeste da linha que segue o meridiano 47° e a oeste do ponto em que esta linha faz intersecção com o rio Rio Grande até o ponto em que a mesma linha corta o rio Pararahyba. Chancellaria: Rua Quintino Bocayuva, n. 4)*

Arthur Abbott — Consul Geral, 25 Setembro 1928.

Norman Alfred Percy Sands — Vice-Consul, 13 Fevereiro 1935.

Maurice Potter — Pro-Consul.

## GRECIA

**BAHIA (BA.)** (Vice-Consulado)

Eduardo Pinto de Vasconcellos — Vice-Consul, 25 Agosto 1920.

**BELÉM (PA.)** (Vice-Consulado)

Ernesto Heinz Bekemeier — Vice-Consul, 23 Dezembro 1929

## GRECIA (continuação)

FLORIANOPOLIS (SC.) (Vice-Consulado)

.....

FORTALEZA (CE.) (Vice-Consulado)

Antonio Nunes Valente — Vice-Consul, 30 Outubro 1920.

NATAL (RN.) (Vice-Consulado)

João Juvenal Pedrosa Tinoco — Vice-Consul.

JOÃO PESSÔA (PE.) (Vice-Consulado)

Manoel Deodato Henrique de Almeida — Vice-Consul.

PARANAGUÁ (PR.) (Vice-Consulado)

João Savas Joannidis — Vice-Consul, 29 Janeiro 1921.

PORTO VELHO (AM.) (Vice-Consulado)

Paulo Cordeiro da Cruz Saldanha — Vice-Consul, 9 Dezembro 1920.

RECIFE (PE.) (Vice-Consulado)

Arthur Gonçalves Torres — Vice-Consul, 25 Agosto 1920.

RIO DE JANEIRO (DF.) (Consulado Geral) — (*Chancelleria: Rua do Ouvidor, 89, 1º andar*)

Othon Leonardos — Consul Geral, 14 Agosto 1929.

SANTOS (SP.) (Vice-Consulado)

Allistair Ian Grant — Vice-Consul, 31 Maio 1927.

SÃO LUIZ (MA.) (Vice-Consulado)

Carlos de S. Oliveira Neves — Vice-Consul, 29 Dezembro 1920.

SÃO PAULO (SP.) (Consulado)

Victor da Silva Freire — Consul, 22 Outubro 1931.

## GUATEMALA

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral honorario)

Francisco Canella — Consul Geral, 4 Dezembro 1934.

Fernando Muller — Vice-Consul, 7 Maio 1935.

**SANTOS (SP.)** (Consulado) — (*Tem jurisdição em São Vicente. Chancellaria: Rua do Commercio, 15, 2º andar.*)

João Manuel Alfaya Rodrigues — Consul, 12 Junho 1907.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado honorario)

Adhemar da Rocha Azevedo — Consul, 28 Agosto 1936.

## HAITI

**BAHIA (BA.)** (Consulado)

Dr. Edgard Ribeiro Sanches — Consul, 15 Março 1920.

**FLORIANOPOLIS (SC.)** (Consulado)

João Pedro de Oliveira Carvalho — Consul, 24 Julho 1919.

**MACEIÓ (AL.)** (Consulado honorario)

Ivan I. Wolff — Consul honorario, 29 Agosto 1934.

**MANÁOS (AM.)** (Consulado)

Dr. Alcides Bahia — Consul, 19 Fevereiro 1920.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado)

Edmundo H. Teltscher Bastian — Consul, 9 Julho 1921.

**RECIFE (PE.)** (Consulado)

.....  
**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral) — (*Chancellaria: Av. Rio Branco, 137, 1º andar*)

Luiz Moraes Junior — Consul Geral, 18 Junho 1919.

Arthur Martins Sampaio — Vice-Consul honorario, 25 Março 1935.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado)

Joaquim Ferreira da Rosa Sobrinho — Consul, 17 Setembro 1919.

## HONDURAS

RIO DE JANEIRO (DF.) (Consulado Geral) (*Av. Rio Branco, 103, 2º andar, Sala 2*)

Manoel de Pontes Camara — Vice-Consul honorario, 10 Dezembro 1931. Enc. do Consulado Geral.

RECIFE (PE.) (Consulado)

.....

SÃO PAULO (SP.) (Consulado honorario) — (*Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Rio Grande e Santa Catharina*)

Dr. Francisco Fiory Wassal — Consul, 19 Janeiro 1934.

## HUNGRIA

PORTO ALEGRE (RS.) (Consulado honorario) — (*Tem jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina*)

Carlos Ebner — Consul, 12 Abril 1926.

RIO DE JANEIRO (DF.) — (*Os negocios consulares estão a cargo da Legação, que tem jurisdição no Districto Federal e no Estado do Rio de Janeiro*)

SÃO PAULO (SP.) (Consulado de carreira) — (*Tem jurisdição em todo o Brasil, menos nos Estados que estão sob a jurisdição dos Consulados no Rio de Janeiro e Porto Alegre*)

Dr. Luis Boglár — Enc. do Consulado. *Reconhecido provisoriamente.*

## ITALIA

ALÉM PARAÍBA (MA.) (Agencia Consular)

Giovanni Bevilacqua — Agente Consular, 18 Julho 1933.

AMPARO (SP.) (Agencia Consular)

Frabine Aristide — Agente Consular, 31 Outubro 1933.

ARARAQUARA (SP.) (Agencia Consular)

Gaspere Abritta — Agente Consular, 12 Maio 1930.



## ITALIA (continuação)

**BAGÉ** (Agencia Consular)

Celso Taddei — Agente Consular, 5 Outubro 1931.

**BAHIA** (BA.) (Vice-Consulado de carreira) — (*Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro. Chancellaria: Rua Conselheiro Sarcia, n. 28*)

Ferrante Mazza — Vice-Consul, 20 Março 1936.

**BARBACENA** (MG.) (Agencia Consular)

Oreste Locarno — Agente Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

**BAURÚ** (SP.) (Agencia Consular)

Fundisi Alessandro — Agente Consular, 30 Setembro 1933.

**BEBEDOURO** (SP.) (Agencia Consular)

Augusto Danzi — Agente Consular, 28 Outubro 1933.

**BELÉM** (PA.) (Consulado) — (*Tem jurisdição nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Território do Acre. Chancellaria: Travessa S. Matheus n. 3*)

Tito Tuccimei, — Consul, 27 Fevereiro 1937.

**BELLO HORIZONTE** (MG.) (Consulado de carreira) — (*Tem jurisdição nos Estados de Minas Geraes e Goyaz. Chancellaria: Rua da Bahia, 1866, tel. 22*)

Tullio Graxioli — Consul, 27 Fevereiro 1937.

**BLUMENAU** (SC.) (Agencia Consular)

Giuseppe Landriani — Agente Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

**CAMPINAS** (SP.) (Vice-Consulado)

Germano Castellani — Vice-Consul, 2 Maio 1932.

**CARANGOLA** (MG.) (Agencia Consular)

Giovanni Sartori — Agente Consular, 18 Julho 1933.

**CATANDUVAS** (Agencia Consular)

Giuseppe Zaccaro — Agente Consular, 14 Janeiro 1933.

## ITALIA (continuação)

BENTO GONÇALVES (RS.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)

Constante Gino Battocchio — Agente Consular.

BOTUCATÚ (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)

Frederico Ricci — Agente Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

CATAGUAZES (MG.) (Agencia Consular)

Antonio Lombardi — Agente Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

CAXIAS (RS.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)

Romolo Carbone — Agente Consular, 16 Março 1921.

CONQUISTA (MG.) (Agencia Consular)

Rodolfo Turiati — Agente Consular, 24 Agosto 1935.

CORUMBÁ (MT.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)

Carlo Lombardi — Agente Consular, 28 Outubro 1932.

CURITYBA (PR.) (Consulado de carreira) — (Tem jurisdição nos Estados do Paraná e Santa Catharina)

Dr. Michelangelo Fiandaca — Consul Geral, 29 Janeiro 1934.

CUYABÁ (MT.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)

Laraja Francesco — Agente Consular, 28 Outubro 1932.

ERECHIM (RS.) (Agencia Consular)

Pio Canessa — Agente Consular, 5 Outubro 1932.

FLORIANOPOLIS (SC.) (Vice-Consulado) — (Tem jurisdição no Estado de Santa Catharina. Chancellaria: Rua José Veiga, 21, tel. 53)

Guido Zecchin — Vice-Consul, 9 Novembro 1933.

FORTALEZA (CE.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. no Recife. Chancellaria: Rua Liberato Barroso, 53)

Domenico Muratori — Agente Consular, 11 Novembro 1921.

## ITALIA (continuação)

**FRANCA (SP.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. Geral em São Paulo*)

Francesco d'Elia — Enc. da Agencia Consular.

**GOYAZ (MT.)** (Agencia Consular) — (*Tem jurisdição em todo o Estado de Matto Grosso.*  
*Chancellaria: Rua Moretti Foggia, n. 23*)

Biagio Limongi — Agente Consular.

**GUAXUPÉ (MJ.)** (Agencia Consular)

Francisco Ghigliotti — Agente Consular, 18 Julho 1933.

**ITAPETININGA (SP.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. Geral em São Paulo*)

Donato Antonio Passaro — Agente Consular, 27 Outubro 1916.

**JABOTICABAL (SP.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. Geral em São Paulo*)

Carlo Tonanni — Agente Consular, 9 Julho 1930.

**JAHÚ (SP.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. Geral em São Paulo*)

Giuseppe de Mori — Agente Consular, 30 Setembro 1901.

**JUIZ DE FÓRA (MG.)** (Vice-Consulado) — (*Subord. ao Cons. em Bello Horizonte*)

Dr. Amatore de Giacomo — Vice-Consul nomeado.

**LAGUNA (SC.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. em Florianópolis*)

Giacinto Tasso — Agente Consular, 11 Abril 1910.

**MACEIÓ (AL.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. no Recife. Chancellaria: Rua do Comercio, 50*)

Gerbas Antonio — Enc. da Agencia Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

**MANÁOS (AM.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. em Belém*)

Cav. Giulio de Cesare Roberti — Agente Consular, 12 Janeiro 1926.

### ITALIA (continuação)

MOCOCA (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo) -

Domenico Pavan — Agente Consular, 28 Outubro 1932.

MURIAHÉ (MG.) (Agencia Consular)

Guarino Giuseppe — Agente Consular, 18 Julho 1933.

NOVA VENEZA (SC.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Florianopolis)

Antoni Remor — Agente Consular, 12 Novembro 1919.

OBIDOS (PA.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Belém)

Giuseppe Mileo — Agente Consular, 22 Setembro 1930.

OURO FINO (MG.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Bello Horizonte. Chancellaria: Rua Julio Bueno Brandão Filho)

Giulio Nardini — Agente Consular, 24 Março 1936.

PALMEIRAS (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)

.....

JOÃO PESSÔA (PB.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. no Recife. Chancellaria: Rua Maciel Pinheiro, 163)

Vincenzo Cozza di Vito — Agente Consular, 2 Junho 1930.

PARANAGUÁ (PR.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Curitiba)

Santi Lino (Dr.) — Enc. da Agência Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

PELOTAS (RS.) (Agencia Consular)

Ernesto Roma — Agente Consular, 5 Outubro 1931.

PETROPOLIS (RJ.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro. Chancellaria: Rua 15 de Novembro, 1038)

Felippo Gelli — Agente Consular, 27 Abril 1912.

PIRACICABA (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)

Terenzio Galesi — Agente Consular, 28 Outubro 1932.

## ITALIA (continuação)

**POÇOS DE CALDAS (MG.) (Agencia Consular)**

Alfredo Carreras — Agente Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

**PONTA GROSSA (PR.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Curitiba)**

Cav. Eugenio Gambassi — Agente Consular.

**PORTO ALEGRE (RS.) (Consulado Geral de carreira) — (Tem jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul. Chancellaria: Rua Marechal Deodoro, 44)**

Magno Santovincenzo — Consul Geral, 25 Maio 1937.

Giovanni Battista Giulio Bosano — Vice-Consul, 25 Junho 1923.

**PRESIDENTE PRUDENTE (Agente Consular)**

Combi Carlo — Agente Consular, 28 Outubro 1932.

**RECIFE (PE.) (Consulado) — (Tem jurisdição nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia e Sergipe. Chancellaria: Rua Amelia, 125, tel. 1411)**

Ettore Minniti — Consul, 27 Fevereiro 1937.

**RIBEIRÃO PRETO (SP.) (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)**

Tullio Grazioli — Vice-Consul, 8 Maio 1933.

**RIO GRANDE (RS.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)**

Riccardo Giovannini — Agente Consular, 10 Junho 1902.

**RIO DE JANEIRO (DF.) (Consulado de carreira) — (Tem jurisdição no Districto Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e Espirito Santo. Chancellaria: Praça Floriano, 7, tel. 2-3328)**

Vitale Gallina — Consul, 31 Agosto 1935.

Ezio Mizzan — Vice-Consul, 25 Outubro 1933.

**RIO PRETO (SP.) (Agencia Consular)**

.....

## ITALIA (continuação)

**SANT'ANNA DO LIVRAMENTO (RS.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)

Giovanni Vassalli — Agente Consular, 2 Junho 1930.

**SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE (RS.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)

Nicola Turi — Agente Consular, 23 Abril 1923.

**SANTA THEREZA (ES.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro. Chancellaria: Rua do Commercio, 8, tel. 5)

Paolo Bonino — Agente Consular, 16 Abril 1921.

**SANTA VICTORIA DO PALMAR (RS.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)

Carlo Prato — Agente Consular.

**SANTOS (SP.)** (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo. Chancellaria: Rua Dom Pedro II, 13)

Giovanni Maria Nasi — Vice-Consul, 2 Junho 1930.

**SÃO CARLOS DO PINHAL (SP.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo)

Rafaelli Alemanno — Agente Consular, 24 Julho 1930.

**SÃO LUIZ (MA.)** (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Belém)

Gherardo Comazani — Agente Consular.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral de carreira) — (Tem jurisdição nos Estados de São Paulo e Matto Grosso. Chancellaria: Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 88)

Giuseppe Castruccio — Consul Geral, 12 Novembro 1935.

Giovanni L. Betteloni — Vice-Consul, 27 Fevereiro 1937.

Tito Tuccimei — Conselheiro de Emigração.

**SÃO SEBASTIÃO DO PARAIZO (MG.)** (Agencia Consular)

Joele Giovanini — Agente Consular, 18 Julho 1933.

**SOROCABA (SP.)** Agencia Consular

Ruggeri Pombal — Agente Consular, 10 Maio 1937.

## ITALIA (continuação)

**TAQUARITINGA (SP.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. Geral em São Paulo*)

Giuseppe Consentino — Agente Consular, 5 Janeiro 1921.

**TAUBATÉ (SP.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. Geral em São Paulo*)

Giovanni Gigli — Agente Consular, 10 Maio 1937.

**UBÁ (MG.)** (Agencia Consular)

Lauria Francesco — Agente Consular, 18 Julho 1933.

**UBERABA (MG.)** (Agencia Consular)

Biella Carlo — Agente Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

**URUGUAYANA (RS.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. em Porto Alegre*)

Antonio Mascio — Agente Consular (Ausente).

Geremia Pascolini — Enc. da Agencia Consular.

**VARGINHA (MG.)** (Agencia Consular)

Rocco Rotundo — Agente Consular. *Reconhecido provisoriamente.*

**VICTORIA (ES.)** (Agencia Consular) — (*Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro. Chancellaria: Avenida Republica, 8, tel. 5*)

Giovani Battista Politti — Enc. da Agencia Consular.

## JAPÃO

**BAURÉ (SP.)** (Consulado) — (*Tem jurisdição no Estado de Mato Grosso e em parte do Estado de São Paulo. Chancellaria: Rua Bandeirantes (sn.), tel. 9*)

Suetaka Hayao — Consul nomeado.

Shichiro Haraguchi — Chanceller. Enc. do Consulado.

Masao Figimoto — Chanceller.

## JAPÃO (continuação)

**BELEM (PA.)** (Consulado de carreira)

Tomiya Koseki — Vice-Consul. Enc. do Consulado.  
Masakatsu Nozaki — Chancellor.

**MANAOS (AM.)** (Consulado honorario)

Aluysio de Araujo — Consul, 30 Abril 1929.

**RIBEIRÃO PRETO (SP.)** (Consulado) — (Subord. ao Cons. Gercl em São Paulo. Chancellaria: Rua São José, 7-B)

Takeo Saito — Chancellor. Enc. do Consulado.  
Tadashi Nakagawa — Chancellor.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado) — (*Tem jurisdição nos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Distrito Federal, Maranhão, Pará, Paraíba do Norte, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe, Território do Acre e em Minas Geraes, somente nos municípios seguintes: Abre Campo, Além Paraíba, Alto Rio Doce, Alvinópolis, Antonio Dias, Arassuaçu, Aymorés, Ayuruoca, Barbacena, Bello Horizonte, Bicas, Bocaiuva, Bom Despacho, Bomfim, Bom Sucesso, Brasília, Brejo das Almas, Caeté, Campo Bello, Capellinha, Carandá, Carangola, Caratinga, Cataguazes, Claudio, Conceição, Contagem, Cosia, Curvello, Diamantina, Divinópolis, Entre Rios, Espinosa, Ferros, Formiga, Fortaleza, Grão Mogol, Guanhães, Guarany, Guarará, Inconfidência, Indaiá, Itabira, Itabirito, Itamarandiba, Itambacury, Itanomi, Itapeverica, Itaúna, Januária, Jequity, Jequitinhonha, José Pedro, Juiz de Fora, Lagoa Dourada, Lavras, Leopoldina, Lima Duarte, Malacacheta, Manga, Manhuassu, Manhumirim, Mar de Espanha, Marianna, Mathias Barbosa, Matipó, Mercês, Mesquita, Minas Novas, Mirahy, Montes Claros, Muriaé, Nora Lima, Oliveira, Ouro Preto, Palma, Palmira, Pará de Minas, Paraopeba, Passa Tempo, Peçanha, Pedro Leopoldo, Peguy, Perdões, Piranga, Pirapora, Pintangy, Pomba, Ponte Nova, Prados, Queluz, Rezende, Rio Branco, Rio Casca, Rio Espera, Rio Novo, Rio Pardo, Rio Piracicaba, Rio Preto, Sabará, Sabinópolis, Salinas, Santa Barbara, Santa Luzia do Rio das Velhas, Santa Maria de Suassuhy, Santa Quiteria, Santo Antonio do Monte, São Domingos do Prata, São Francisco, São João d'El Rey, São João Evangelista, São João Nepomuceno, São Manuel, São Manuel do Mutum, São Romão, Serro, Sete Lagoas, Virginópolis, Theophilo Ottoni, Tiradentes, Tombos, Tremedal, Turvo, Ubá e Viçosa. Chancellaria: Rua dos Voluntarios da Patria, 75, tel. S. 3328*)

Shunichi Komine — Vice-Consul, 21 Março 1933. Encarregado do Consulado.

Kazukiyo Irie — Chancellor.



## JAPÃO (continuação)

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral) — *(Tem jurisdição no Estado de Minas Geraes, menos nos municípios que passaram para a jurisdição do Consulado, no Rio de Janeiro, nos de Goyaz, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, e na parte do de São Paulo não comprehendida na jurisdição do Consulado, em Baurú e Santos. Chancellaria: Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 83)*

Kozo Ichige — Consul Geral, 16 Dezembro 1934.

Masaki Yodogawa — Consul.

Keizo Hishikawa — Vice-Consul.

Itsuro Ariyama — Chancellor.

Ikuo Takahashi — Chancellor.

Tamotsu Yatayama — Chancellor.

**SANTOS (SP.)** (Consulado de carreira) — *(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo. Chancellaria: Rua D. Pedro II, 18) (Com jurisdição nos municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Santos, São Vicente, Conceição de Itanhaen, Iguape, Xiririca, Cananéia e Iporanga, do Estado de São Paulo)*

Sakae Nanjo — Vice-Consul, 11 Setembro 1933.

Nobuo Kanada. — Chancellor.

## LETONIA

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado)

Johan Gustaf Stal — Consul, 7 Janeiro 1933.

**RIO DE JANEIRO (RJ.)** (Consulado Geral de carreira) — *(Chancellaria: Rua Barão Ribeiro, 18. Tel. 27-2936).*

Dr. Peters Olins — Consul Geral, 21 Fevereiro 1933 (Agente)

Kristiania Zellis — Vice-Consul. Enc.

## LITHUANIA

*Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul*

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado de carreira) — *(Chancellaria: Rua Aureliano Coutinho, n. 10)*

Povilas Gaucys — Encarregado do Consulado.

**RIO DE JANEIRO (RJ.)** (Legação encarregada do serviço consular)

## LUXEMBURGO (Grão Ducado)

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado) — (*Chancellaria: Rua da Quitanda, n. 143, 2º andar, tel. 23-2101, ramal 14*)

José Camello Lampreia — Consul, 11 Fevereiro 1930.

## MEXICO

**BAHIA (BA.)** (Consulado honorario) — (*Tem jurisdição nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas*)

João de Alencar Araripe — Consul, 8 Janeiro 1930.

**BELEM (PA.)** (Consulado honorario) — (*Tem jurisdição nos Estados do Pará, Maranhão e Piauí*)

Manoel Ignacio Pereyra de Mota — Consul, 10 Janeiro 1922.

**MANAÓS (AM.)** (Consulado honorario) (*Tem jurisdição no Estado do Amazonas e Territorio do Acre*)

Breislau Manuel de Castro Junior — Consul, 25 Setembro 1923.

**RECIFE (PE.)** (Consulado honorario) — (*Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*)

João Dubeux — Consul, 10 Janeiro 1922.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral de carreira) — (*Tem jurisdição no Districto Federal, Estados do Rio de Janeiro, Espirito Santo, Goyaz, Minas Geraes e Matto Grosso: Chancellaria: Edificio da "A Noite". salas 1614 e 1615*)

Basilio Bulnes — Consul, 25 Maio 1933 (Ausente).

Justo Sierra Casasús — Vice-Consul, 4 Setembro 1935.

Firmin Peribanez Martinez — Chanceller. Enc. do Consulado.

**SANTOS (SP.)** (Consulado honorario) — (*Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Paraná e Matto Grosso*)

Brasiluso Lopes — Consul, 5 Março 1930.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado) (*Tem jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina*)

## MONACO

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral)

Albino da Silva Bandeira — Consul Geral, 17 Março 1923.

## NICARAGUA

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral)

Dr. Bento Oswaldo Cruz — Consul Geral, 20 Março 1926.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado)

Alfredo Hervey Costa — Consul honorario, 23 Janeiro 1935.

## NORUEGA

*Os negocios consulares estão a cargo do Departamento Consular  
junto á Legação, com jurisdição em todos os Estados.*

**BAHIA (BA.)** (Consulado honorario) — (Chancellaria: Rua São João, 3)

James Arrowsmith Cook — Consul, 26 Dezembro 1934.

**BELÉM (PA.)** (Vice-Consulado honorario) — (Chancellaria: Travessa Campos Salles, 11)

Peter Fretheim — Vice-Consul, 28 Setembro 1925.

**FORTALEZA (CE.)** (Vice-Consulado honorario)

Adrien Seligman — Vice-Consul.

**MACETÓ (AL.)** (Vice-Consulado honorario)

Roberto William Browning Paterson — Vice-Consul, 23 Março  
1918.

**PARAHYBA (PB.)** (Vice-Consulado honorario)

Einar Svendsen — Vice-Consul, 17 Julho 1928.

**PARANAGUÁ (PR.)** (Vice-Consulado honorario)

Manoel Hermogenes Vidal — Vice-Consul, 30 Setembro 1912.

## NORUEGA (continuação)

PORTO ALEGRE (RS.) (Consulado honorário)

Joan Baade — Vice-Consul, Enc. do Consulado. *Reconhecido provisoriamente.*

RECIFE (PE.) (Consulado honorário)

John William Ayres — Consul, 31 Janeiro 1924.

Brede Nilsen — Vice-Consul, 2 de Junho 1931.

BIO GRANDE (RS.) (Vice-Consulado honorário)

Cedric Wigg — Vice-Consul, 31 Outubro 1916.

BIO DE JANEIRO (Legação encarregada do serviço consular)

Helge Akre — Vice-Consul.

SANTOS (SP.) (Consulado honorário)

Alexander Stabell Grieg — Consul, 26 Junho 1929.

SÃO LUIZ (MA.) (Vice-Consulado honorário)

Arthur Koblitz — Vice-Consul, 18 Abril 1932.

SÃO PAULO (SP.) (Consulado honorário) — *(Tem jurisdição em todo o Estado, menos na cidade de Santos. Chancellaria: Rua Libero Badaró, 136)*

Pedro Gad — Consul, 20 Junho 1923.

## PAIZES BAIXOS

BAHIA (BA.) (Consulado honorário) — *(Tem jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe)*

M. Cerqueira Conde — Consul, 13 Março 1931.

BELLO HORIZONTE (MG.) (Consulado honorário) — *(Tem jurisdição em todo o Estado de Minas Geraes)*

Arthur Haas — Consul, 16 Setembro 1925.

Jan Bovendorp — Vice-Consul, 29 Janeiro 1934.

## PAIZES BAIXOS (continuação)

**BELEM (PA.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Pará)*

S. Hermann — Enc. do Consulado. *Reconhecido provisoriamente.*

**CURITYBA (PB.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Paraná. Chancellaria: Rua Praça Municipal, 21)*

Luiz Guimarães — Consul, 30 Março 1929.

**FLORIANOPOLIS (SC.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado de Santa Catharina)*

Dietrich von Wangenheim — Consul, 22 Novembro 1932.

**FORTALEZA (CE.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Ceará)*

Joaquim da Costa e Souza — Consul, 28 Março 1901.

**MANÁOS (AM.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Amazonas)*

João Huascar de Figueiredo — Consul, 30 Outubro 1933.

**JOÃO PESSOA (PB.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado da Parahyba e do Rio Grande do Norte. Chancellaria: Rua Doutor Trindade)*

O Consul em Recife está encarregado do Consulado.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Sul, menos na cidade do Rio Grande. Chancellaria: Rua Voluntarios da do Patria, 110)*

G. A. Menalda — Consul, 31 Outubro 1924.

**RECIFE (PE.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Chancellaria: Rua Visconde de Itaparica, 22)*

F. von Söhsten — Consul, 31 Março 1928.

**RIO GRANDE (RS.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição só na cidade do Rio Grande)*

Vivian Wigg — Consul, 27 Outubro 1931 (Ausente).

C. R. Sage — Enc. do Consulado.

## PAIZES BAIXOS (continuação)

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição no Districto Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes. Chancellaria: Praia do Flamengo, 116, 1º andar)*

Martinus Carnelis von. Agt. — Consul, 25 Outubro 1936.

**SANTOS (SP.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição só na cidade de Santos. Chancellaria: Rua 15 de Novembro, 157)*

A. P. J. do Prée — Consul, 12 Março 1929.

**SÃO LUIZ (MA.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Maranhão: Chancellaria: Rua Nazareth, 29)*

Arthur Koblitz — Consul, 28 Dezembro 1931 (Ausente).

Carlos Koblitz — Enc. do Consulado.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado de São Paulo, menos na cidade de Santos. Chancellaria: Rua 15 de Novembro 26, Caixa postal 2622)*

Dirk Berkhout — Consul, 5 Junho 1934.

**VICTORIA (ES.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição em todo o Estado do Espírito Santo. Chancellaria: Rua Primeiro de Março 19, Caixa postal 2874)*

Alcides Guimarães — Consul, 11 Dezembro 1928.

## PANAMÁ

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado)

Theodoro Langgaard de Menezes — Consul, 18 Março 1909.

Paulo Rangel de Freitas — Vice-Consul, 23 Dezembro 1930.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado)

Samuel Augusto das Neves — Consul, 18 Março 1909.

Christiano Stockler das Neves — Vice-Consul, 17 Julho 1928.

## PARAGUAY

**BELLA VISTA (MF.)** (Consulado honorario)

Mariano Miloslavich — Consul, 30 Junho 1936.

**CAMPO GRANDE (MT.)** (Consulado honorario)

Francisco Almeida — Consul.

Oscar Brun — Chancellor.

**CORUMBÁ (MT.)** (Consulado de carreira) — (*Sede: Rua 15 de Novembro, 7*)

Antonio Alonso Quintana — Consul, 9 Abril 1935.

**CURITYBA (PA.)** (Consulado de carreira)

.....

**FOZ DO IGUASSÚ (PR.)** (Vice-Consulado honorario)

Albino Espinola — Vice-Consul, 21 Janeiro 1933.

**MANÁOS (AM.)** (Consulado honorario) — (*Sede: Monsenhor Coutinho, 134*)

Antonio Duarte de M. Areosa — Consul, 19 Abril 1916.

**PONTA PORÁ (MT.)** (Vice-Consulado honorario)

J. Ramon Ferreyra — Vice-Consul, 12 Maio 1936.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado honorario)

J. C. Cunha — Consul, 8 Novembro 1932.

**PORTO MURTINHO (MT.)** (Vice-Consulado honorario)

Benino Lobez — Consul, 28 Fevereiro 1933.

Rogelio Pavon — Vice-Consul, 31 Janeiro 1933.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral) — (*Chancéllaria: Rua Buenos Aires, 98*)

Braulio Candia Fleitas — Vice-Consul, 1 Setembro 1935.

## PARAGUAY (continuação)

**SÃO LUIZ (MA.)** (Consulado honorario) — (*Sede: Rua Inveja, 5*)

Estolano Polary Maya — Consul, 11 Março 1930.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral) — (*Sede: Rua da Liberdade, 89*)

Daniel Monteiro de Abreu — Consul Geral honorario, 28 Agosto 1912.

**SANTOS (SP.)** (Consulado) — (*Sede: Parque Balneario Hotel. Subord. ao Cons. em São Paulo*)

Alcides Cotas Papaluca — Consul, 22 Setembro 1936.

**URUGUAYANA (RS.)** (Consulado honorario)

Laureano Vazquez — Consul, 12 Junho 1929.

## PERÚ

**BAHIA (BA.)** (Consulado)

.....

**BELEM (PA.)** (Consulado honorario)

Manoel A. Feijóo — Consul honorario, nomeado.

**BENJAMIN CONSTANT (AM.)** (Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral em Manaus*)

Fortunato Mauro — Consul, 16 Agosto 1927.

**FORTALEZA (CE.)** (Consulado)

Minervino de Abreu — Consul, 14 Novembro 1910.

**MANAÓS (AM.)** (Consulado Geral) — (*Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso*)

Samoel Torres Videla — Consul, 7 Abril 1933.

Alfonso Tirado — Chanceller.



## PÈRÚ (continuação)

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Vice-Consulado)

.....

**PORTO VELHO (AM.)** (Consulado honorario)

Arthur Napoleão Lebre — Consul, 5 Maio 1931.

**RECIFE (PE.)** (Consulado honorario)

Eduardo Alencar Ferreira — Consul, 28 Fevereiro 1934.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral) — *(Tem jurisdição sobre todos os Consulados no Brasil, com excepção dos situados nos Estados do Amazonas, Pará e Matto Grosso, Chancellaria: Rua do Rosario, 129. Tel. 3-5514)*

Othon Leonardos Junior — Consul Geral, 5 Novembro 1906.

Henrique Leonardos — Consul, 30 Novembro 1926.

**SANTOS (SP.)** (Vice-Consulado) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

.....

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição nos Estados de São Paulo) Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul)*

Dr. A. Nachmann — Consul honorario, 26 Outubro 1935.

**SENNA MADUREIRA (AR.)** (Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral em Mandós)*

Fabriziano Hoyos — Consul, 17 Novembro 1915..

## POLONIA

**CURITYBA (PR.)** (Consulado Geral) — *(Tem jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catharina, Matto Grosso e Rio Grande do Sul)*

Josef Gieburowski — Consul Geral.

Bohdan Lepcki — Vice-Consul, reconhecido provisoriamente.

## POLONIA (continuação)

**RIO DE JANEIRO (DF.)** — *(Os negócios consulares estão a cargo do Departamento Consular junto à Legação, com jurisdição em todos os Estados, menos nos do Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto Grosso)*

Dr. Jan Wagner — Secretario, Enc. da Secção Consular junto à Legação.

**SÃO PAULO (SP.)** (Agencia Consular) *(Subordinada à Secção Consular junto à Legação no Rio de Janeiro. Tem jurisdição nos Estados de São Paulo e Minas Geraes)*

Edward Myszka Chooniewski — Enc. da Agencia Consular.

## PORTUGAL

**ALTAMIRA (PA.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em Belém)*

Manoel Elisio Gonzaga de Araujo — Vice-Consul, 31 Outubro 1928.

**AMPARO (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

João Marques dos Santos — Vice-Consul, 23 Outubro 1917.

**ARACAJÚ (SE.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. na Bahia)*

João Carneiro de Mello — Vice-Consul, 12 Maio 1920.

**ARARAQUARA (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

José de Freitas Veloso — Vice-Consul, 21 Dezembro 1925.

**BAHIA (BA.)** (Consulado de carreira) — *(Tem jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe. Chancellaria: Rua Portugal, 13)*

Annibal Madeira Calado Crespo — Consul, 15 Julho 1931.

Joãoquim de Figueiredo Neto — Vice-Consul, 26 Dezembro 1934.

**BAGÉ (RS.)** (Vice-Consulado honorario)

Francisco de Souza Pinto — Vice-Consul, 17 Janeiro 1930.

## PORTUGAL (continuação)

**BARRA DO PIRAHY (RJ.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

Carlos Gonçalves de Araujo — Vice-Consul, 18 Junho 1917.

**BARBACENA (MG.)** (Vice-Consulado honorario)

Gelasio de Souza Pereira — Vice-Consul, 23 Agosto 1926.

**BAURÊ (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. em São Paulo*)

José da Silva Martha — Vice-Consul, 31 Outubro 1928.

**BRAGANÇA (PA.)** (Vice-Consulado honorario)

Albino Cardoso Pereira — Vice-Consul, 21 Fevereiro 1925.

**BEBEDOURO (SP.)** (Vice-Consulado honorario)

Amandio Miranda — Vice-Consul, 23 Outubro 1928.

**BELÉM (PA.)** (Consulado de carreira) — (*Tem jurisdição nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará. Chancellaria: Av. 15 de Novembro, 48, 1º andar, tel. 579*)

Antonio Rodrigues de Miranda — Consul, 6 Abril 1935.

Luiz Teixeira de Almeida — Vice-Consul, 29 Janeiro 1934.

Enc. do Consulado.

José Carlos da Rocha Franco — Chanceller.

**BELLO HORIZONTE (MG.)** (Consulado honorario) — (*Tem jurisdição nos Estados de Minas Geraes e Goyaz. Chancellaria: Rua Goyaz, 58*)

Manoel José da Silva — Vice-Consul, Enc. do Consulado, 15. Julho 1927.

**BOTUCATÚ (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. em São Paulo*)

Delfim da Graça Cardoso — Vice-Consul, 26 Agosto 1933.

**CABO FRIO (RJ.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

José Paes de Abreu — Vice-Consul, 9 Dezembro 1931.

## PORTUGAL (continuação)

CAMPINAS (SP.) (Vice-Consulado honorario) — (Subord. ao Cons. em São Paulo)

Secundino de Lima Monteiro — Vice-Consul, 18 Maio 1923.

CAMETÁ (PA.) (Vice-Consulado honorario)

Guilherme de Abreu — Vice-Consul, nomeado.

CAMPOS (RJ.) (Vice-Consulado honorario) — (Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro)

Domingos da Mota Vianna de Faria — Vice-Consul, 31 Outubro 1928.

CAMPO GRANDE (MT.) (Vice-Consulado)

Manoel Joaquim Moraes — Vice-Consul, 23 Agosto 1927.

CORUMBÁ (MT.) (Vice-Consulado honorario) — (Subord. ao Cons. em São Paulo)

Armando Ignacio Pereira — Vice-Consul, 9 Outubro 1917.

CURITYBA (PR.) (Vice-Consulado honorario) — (Subord. ao Cons. em São Paulo.

Chancellaria: Rua 13 de Maio, 63)

Antonio de Souza Mello — Vice-Consul.

CUYABÁ (MT.) (Vice-Consulado honorario) — (Subord. ao Cons. em São Paulo)

Gabriel Francisco de Mattos — Vice-Consul, 23 Janeiro 1918.

FLORIANOPOLIS (SC.) (Vice-Consulado honorario) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre)

Antonio Tavares do Amaral — Vice-Consul, 4 Maio 1917.

FORTALEZA (CE.) (Vice-Consulado honorario) — (Subord. ao Cons. em São Luiz. Tem

jurisdição nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Chancellaria: Praça do Ferreira, 216, sobrado)

Manoel Fernandes Costeira — Vice-Consul, 6 Junho 1933.

FRANCA (SP.) (Vice-Consulado honorario) — (Subord. ao Cons. em São Paulo)

Aggripino Lopes Cardoso — Vice-Consul, nomeado.

## PORTUGAL (continuação)

**GUAMÁ (PA.)** (Vice-Consulado)

José Antonio da Silva — Vice-Consul, 31 Julho 1925.

**GOYAZ (GO.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. em Bello Horizonte*)

Joaquim Guedes de Amorim — Vice-Consul.

**ILHÉOS (BA.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. na Bahia*)

Joaquim da Costa Lino — Vice-Consul, 14 Fevereiro 1922.

**ITAPIRA (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. em São Paulo*)

Manuel Pinto Boaventura — Vice-Consul, 5 Setembro 1919.

**JABOTICABAL (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. em São Paulo*)

Amelio Augusto Ferreira Cardoso — Vice-Consul, 30 Outubro de 1916.

**JAGUARÃO (RS.)** (Vice-Consulado honorario)

Manoel Joaquim da Silva — Vice-Consul, 29 Janeiro 1934.

**JOÃO PESSÔA (PB.)** (Vice-Consulado) — (*Subord. ao Cons. no Recife*)

Arthur Monteiro de Paiva — Vice-Consul, 30 Agosto 1924.

**JUIZ DE FÓRA (MG.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. em Bello Horizonte*)

Manuel Lourenço Jorge Junior — Vice-Consul, 4 Junho 1920.

**MACAÉ (RJ.)** (Vice-Consulado honorario) (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

Joaquim da Silva Murteira — Vice-Consul, 16 Abril 1929.

**MACEIÓ (AL.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. no Recife*)

Manoel Affonso Vianna — Vice-Consul, 31 Julho 1917.

## PORTUGAL (continuação)

**MANÁOS (AM.)** (Consulado de carreira) — *(Tem jurisdição no Estado do Amazonas, Territorio do Acre e na parte do Estado de Matto Grosso ao Norte do paralelo austral 12° 30' de latitude e a Oeste do meridiano 58° de longitude Greenwich. Chancelleria Rua Monsenhor Coutinho, 8º)*

Garlos Saporiti Machado de Barros — Consul, 6 Abril 1935.  
Moysés de Figueiredo Cruz — Vice-Consul, 6 Outubro 1932

**NATAL (RN.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em Recife)*

Antonio dos Santos Martins — Vice-Consul, 12 Janeiro 1921.

**OURO PRETO (MG.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em Bello Horizonte)*

João Pereira de Castro Figueirôa — Gerente.

**PARAHYBA DO SUL (RJ.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro)*

Alarico José da Cunha — Vice-Consul, nomeado.

**PARANAGUÁ (PR.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

.....  
**PELOTAS (RS.)** (Vice-Consulado honorario)

Lino Saraiva de Oliveira — Vice-Consul, nomeado.

**PETROPOLIS (RJ.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral do Rio de Janeiro)*

Mario de Noronha Aguiar — Vice-Consul, 16 Janeiro 1935.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado honorario) — *(Só tem jurisdição na Capital)*

Antonio José Rodrigues — Consul, 13 Fevereiro 1934.

José Dias de Souza — Vice-Consul, 8 Maio 1935.

Amadeu Ferreira da Silva Alegria — Chanceller.

**PORTO VELHO (AM.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em Manáos)*

José Pedro da Silva — Vice-Consul, 9 Maio 1924.

## PORTUGAL (continuação)

**RECIFE (PE.)** (Consulado de carreira) — *(Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Chancelleria: Avenida Rio Branco 128, 1º andar)*

Joaquim de Barros Fernandes da Silva — Consul, 6 Abril 1935.

Francisco Pinto — Vice-Consul, 5 Novembro 1913.

**RIBEIRÃO PRETO (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

Agripino Lopes Cardoso — Vice-Consul, 24 Maio 1930.

**RIO GRANDE (RS.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina)*

José Amaro de Carvalho — Vice-Consul, 30 Novembro 1929,

**RIO DE JANEIRO (RJ.)** (Consulado Geral de carreira) — *(Tem jurisdição no Districto Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e Espirito Santo)*

Francisco de Paula Brito Junior — Consul Geral, 12 Janeiro 1934.

Luiz de Castro e Almeida Mendes Norton de Matos — Consul adjunto, 28 Fevereiro 1934.

Frederico Rosa — Chanceller.

João Diniz — Chanceller.

Flaminio de Azevedo — Agente Consular, 8 Maio 1935.

**RIO PRETO (SP.)** (Vice-Consulado honorario)

Justino de Carvalho — Vice-Consul, 28 Maio 1924.

**SANTARÉM (PA.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em Belém)*

Antonio Bessa Lopes — Vice-Consul, 26 Janeiro 1924.

**SANTA MARIA (RS.)** (Vice-Consulado honorario)

Antonio Silvestre de Oliveira — Vice-Consul, 23 Fevereiro 1935.

## PORTUGAL (continuação)

**SANTA VICTORIA DO PALMAR (RS.)** (Vice-Consulado)

Antonio Estrella Sobrinho.

**SANTOS (SP.)** (Consulado de carreira) — *(Tem jurisdição na cidade de Santos)*

Anuplio de Lemos — Consul, 9 Julho 1929.

Arthur Alberto Ferreira da Silva — Vice-Consul, 16 Janeiro 1930.

**SÃO CARLOS DO PINHAL (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo)*

Antenio Luiz Olaio — Vice-Consul, 26 Fevereiro de 1923.

**SÃO LUIZ (MA.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição nos Estados do Maranhão e Piauí. Chancellaria: Rua Isac Martins, 21)*

Francisco Coelho de Aguiar — Consul, 30 Março 1929.

Annibal de Padua Pereira de Andrade — Vice-Consul, 7 Março 1923.

Manoel Maia Ramos — Vice-Consul, 8 Agosto 1929.

José Henrique Caldeira — Chanceller, 20 Maio 1924.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado de carreira) *(Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, menos na cidade de Santos, Paraná e na parte do de Matto Grosso ao Sul do paralelo austral 12° 30')*

Jordão Mauricio Henriques — Consul, 18 Julho 1935.

José dos Santos Silva Taveira — Consul adjunto, 28 Fevereiro 1934.

Eduardo Rodrigues Cerejo Sobrinho, Chanceller, 30 Abril 1936.

**SOURE (PA.)** (Vice-Consulado)

Antonio de Salles Smidt — Vice-Consul, 22 Maio 1926.

**TAUBATÉ (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. em São Paulo.)*

Francisco de Souza Castro Napoles — Vice-Consul, 20 Maio 1936.



## PORTUGAL (continuação)

**TRES LAGÔAS (MT.)** (Vice-Consulado honorario)

Theotonio Mendes — Vice-Consul, 20 Fevereiro 1926.

**TUTOYA (MA.)** (Vice-Consulado honorario)

Dacio Almeida Neves — Vice-Consul, 25 Fevereiro 1932.

**UBERABA (MG.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. em Belo Horizonte*)

David Sebastião da Costa — Vice-Consul, 28 Janeiro 1920.

**VARGINHA (MG.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. em Belo Horizonte*)

Manuel Martins Lourenço Gomes — Vice-Consul, 16 Janeiro 1935.

**VICTORIA (ES.)** (Vice-Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro*)

Alberto de Oliveira Santos — Vice-Consul, 25 Março 1916.

## RUMANIA

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral) — (*Tem jurisdição em todo o Brasil, menos no Estado de São Paulo. Chancelleria: Praia do Flamengo, 63, tel. 25-2588*)

.....  
**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado) — (*O Consulado está sob a gerencia da Legação no Rio de Janeiro*)  
.....

## SALVADOR

**BELÉM (PA.)** (Consulado honorario)

Manuel Mario Sama de Atero — 20 Março 1935.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado honorario) — (*Chancelleria: Praça Floriano. Edifício Odcon, 11º andar, sala 1111*)

Octavio Reis — Consul, 17 Julho 1923.

Ivo de Magalhães — Vice Consul, 24 Outubro 1932.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado Geral honorario)

Gustavo A. Ruiz — Consul Geral, 16 Junho 1931.

## SUECIA

*Todos os Consulados e Vice-Consulados estão sob a jurisdição da  
Legação no Rio de Janeiro*

**BAHIA (BA.)** (Vice-Consulado honorario) — (Chancellaria: *Av. dos Estados Unidos,  
Edifício Jude*)

John Didrik Brussell — Vice-Consul, 24 Março 1908.

**BELÉM (PA.)** (Vice-Consulado honorario) — (Chancellaria: *Trav. Campos Salles, 16*)

Peter A. C. Fretheim — Vice-Consul, 20 Março 1930.

**ILHÉOS (BA.)** (Vice-Consulado honorario) — (Chancellaria: *Rua Barroso, 1*)

Bror Gilis Ferdinand Enderlein — Vice-Consul, 27 Novembro  
1929.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Vice-Consulado honorario) — (Chancellaria: *Rua Triumpho, 2*)

Joannes Wilhelm Conrad Linau — Vice-Consul, 19 Julho 1924.

**RECIFE (PE.)** (Vice-Consulado honorario) — (Chancellaria: *Rua Imperatriz, 35, tel. 710*)

Marius Petersen Lauritzen — Vice-Consul, 30 Novembro 1923.

**RIO GRANDE (RS.)** (Vice-Consulado honorario) — (Chancellaria: *Rua Riachuelo, 25,  
tel. 400*)

Vivian Wigg — Vice-Consul, 25 Junho 1923.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado honorario) — (Tem jurisdição no Districto Federal  
e nos Estados do Rio de Janeiro e Espirito Santo. Chancellaria: *Av. Rio Branco,  
106-108, 5º*)

Arthur Tvedberg — Consul, 16 Julho 1929.

**SANTOS (SP.)** (Vice-Consulado honorario) — (Chancellaria: *Praça da Republica, 22*)

Oscar Alfred Konstantin Lundqwist — Vice-Consul, 6 No-  
vembro 1920.

**SÃO FRANCISCO DO SUL** (Vice-Consulado honorario)

Otto Selinke — Vice-Consul, 12 Fevereiro 1932.

## SUECIA (continuação)

**SÃO LUIZ (MA)** (Vice-Consulado honorário)

Emilio José Lisbôa — Vice-Consul, 3 Fevereiro 1908.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado honorário) — *(Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Minas Geraes. Chancellaria: Rua Líbero Badaró, 61)*

Johan Gustaf Stal — Consul, 30 Novembro 1923 (Ausente.)

Eric Torssell — Encarregado do Consulado.

## SUISSA

*Todos os Consulados estão subordinados á Legação no Rio de Janeiro*

**BAHIA (BA.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe. Chancellaria: Rua Conselheiro Dantas, 3º, Caixa Postal 22)*

Emil Wildberger — Consul, 15 Fevereiro 1905.

**BELEM (PA.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Piauí e Territorio do Acre. Chancellaria: Boulevard da Republica, 30, Caixa postal 49, tel. 608)*

René Louis Hausheer — Consul em Recife, enc. do Consulado.

**BELLO HORIZONTE (MG.)** (Agencia Consular)

Fredrich Albert Lohner — Agente Consular, nomeado.

**CURITYBA (PR.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição nos Estados do Paraná e Santa Catharina. Chancellaria: Rua Visconde de Guarapuava, 47)*

Jacob Thommen — Consul, 20 Novembro 1928.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado) — *(Tem jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul, Chancellaria: Rua General Camara, 48)*

Johann Haeberlin — Consul, 5 Novembro 1929.

## SUISSA (continuação)

**RECIFE (PE.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas. Chancellaria: Rua Imperador Pedro II, 512. Caixa postal 133. tel. 467)*

René Louis Hausheer — Consul, 16 Novembro 1911.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** — *(Os negocios consulares estão a cargo da Legação, que tem também jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro, Espirito Santo e Minas Geraes)*

.....

**SANTOS (SP.) (Agência Consular)**

Fritz Gut — Agente Consular, 1 Abril 1936.

**SÃO PAULO (SP.) (Consulado)** — *(Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Matto Grosso e Goyaz. Chancellaria: Rua Barão de Itapetininga, 35)*

Achiles Isella — Consul Geral, 31 Dezembro 1926 (Ausente).  
Edgar Savanchy — Enc. do Consulado.

## TCHECOSLOVAQUIA

**CURITYBA (PR.) (Consulado honorario)** — *(Subordinado ao Consulado em São Paulo. Tem jurisdição nos Estados do Paraná e Santa Catharina, somente para assumptos commerciaes, vistos em passaportes e actos notariaes)*

Josef Hajek — Consul, 30 Junho 1927.

**SÃO PAULO (SP.) (Consulado de carreira)** — *(Tem jurisdição nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, assim como nos Estados do Paraná e Santa Catharina, para todos os assumptos que não sejam questões commerciaes, vistos em passaportes e actos notariaes)*

Rudolf Rezny — Consul, 9 Setembro 1930.

**RIO DE JANEIRO (DF.)** — *(A representação consular está confiada á Legação do mesmo paiz, que tem jurisdição consular em todo o Brasil, menos nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul)*

## URUGUAY

*Estados do Sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Paraná*

**ANTONINA (PR.)** (Consulado honorario)

Lourenzo J. Bergamini — Consul, 24 Fevereiro 1933.

**BAHIA (BA.)** (Consulado de carreira)

Antonino Basanez — Consul, 15 Outubro 1919.

**BAGÉ (RS.)** (Consulado honorario)

José M. Landó — Consul, 15 Junho 1933.

**BARRA DO QUARAHY (RS.)** (Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil*)

Henrique J. Parula — Consul, 21 Janeiro 1935.

Felix Gutiérrez — Vice-Consul, 30 Agosto 1933.

**BELÉM (PA.)** (Vice-Consulado honorario)

José Noronha da Motta — Vice-Consul.

**CORUMBÁ (MT.)** (Consulado honorario)

Juan M. Vallejo, hijo — Consul, 31 Março 1910.

Federico Sierra — Vice-Consul, 5 Maio 1936.

**CURITYBA (PB.)** (Consulado honorario)

Lindolfo Sichero — Vice-Consul, 16 Maio 1933.

**FORTALEZA (CE.)** (Vice-Consulado honorario)

Maximiniano Leite Barbosa Filho — Vice-Consul, 31 Março 1928.

**JAGUARÃO (RS.)** (Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil. Tem jurisdição nos municípios de Arroio Grande e Herval*)

Hector Hernandez Malmsten — Consul, 16 Janeiro 1928.

**MACEIÓ (AL.)** (Vice-Consulado honorario)

Alexandre Ferreira Nobre — Vice-Consul, 26 Novembro 1929.

## URUGUAY (continuação)

**MANÁOS (AM.)** (Vice-Consulado honorario)

Carlos Pinto Rodrigues Collares — Vice-Consul, 14 Julho 1934.

**PARANAGUÁ (PR.)** (Consulado honorario) — *(Tem jurisdição nos municípios de Antonina, Curitiba e Paranaguá)*

Teófilo Sanchez Carvalho — Consul, 23 Novembro 1933.

**PASSO FUNDO (RS.)** (Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil. Tem jurisdição nos municípios de Marcellino Ramos e Cruz Alta)*

Medardo Rodrigues Sanz — Consul, 13 Dezembro 1923.

**PELOTAS (RS.)** (Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil)*

Decrimioso Barbosa Terra — Vice-Consul, 28 Julho 1936.

**PORTO ALEGRE (RS.)** (Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil)*

Augusto Esteban F. Brueggemann — Consul, 29 Setembro 1936.

Hector E. de Medina — Vice-Consul, 29 Setembro 1936.

**PORTO MURTINHO (MT.)** (Consulado honorario)

Mozart Grosso — Consul, 5 Janeiro 1933.

**QUARAHY (RS.)** (Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil. Tem jurisdição no município de Alegrete)*

Augusto Carambula — Consul, 26 Março 1932.

**RECIFE (PE.)** (Consulado honorario)

Miguel Breccia — Consul, 16 Agosto 1927.

**RIO GRANDE (RS.)** (Consulado de carreira) — *(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil)*

Nicolas Balbela — Consul, 16 Novembro 1932.

## URUGUAY (continuação)

**RIO DE JANEIRO (DF.)** (Consulado Geral de carreira) — *(Tem jurisdição em todo o Brasil, menos nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catharina. Chancelleria: Av. Rio Branco, 57, tel. 4-2172)*

Mario L. Gil — Consul Geral, 10 Julho 1928 (Ausente).

Roberto Alfredo Fischer — Consul, 23 Fevereiro 1923. Enc. do Consulado Geral.

Lionel Alfredo Fischer — Chanceller.

Oscar Justo Beno — Consul, nomeado.

**SANT'ANNA DO LIVRAMENTO (RS.)** (Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil)*

Garibaldi Batello — Consul, 28 Dezembro 1933.

Luiz Pedro Irigoyen — Vice-Consul, 16 Janeiro 1934.

**SANTA VICTORIA DO PALMAR (RS.)** (Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil)*

Eduardo Mendonza Pérez — Vice-Consul, Enc. do Consulado, 30 Dezembro 1927.

**SANTOS (SP.)** (Consulado de carreira) — *(Tem jurisdição no municipio de São Paulo)*  
Cecilio Irigaray — Consul, 30 Dezembro 1927.

**SÃO FRANCISCO DO SUL (SC.)** (Consulado honorario) — *(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil. Tem jurisdição no municipio de Joinville)*

Antonio Serrano — Consul, 30 Setembro 1926.

**SÃO GABRIEL (RS.)** (Consulado honorario)

Felipe Victora Aguiar — Consul, 16 Maio 1933.

**SÃO LUIZ (MA.)** (Vice-Consulado honorario)

Aracaty Jacome de Campos — Vice-Consul, 25 Setembro 1930.

**SANTA MARIA (RS.)** (Consulado honorario)

Juan Miguel Soto — Consul, 28 de Maio de 1934.

**SÃO PAULO (SP.)** (Consulado de carreira) — *(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro)*

Antonio M. Marques — Consul, 13 Setembro 1934.

Julio Telechea — Vice-Consul, 12 Agosto 1930.

## URUGUAY (continuação)

TUPACERETAN (RS.) (Vice-Consulado honorario)

Baldomero B. Fernandez — Vice-Consul, 31 Agosto 1926.

URUGUAYANA (RS.) (Consulado honorario) — (*Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil*)

Alfredo T. Ibarra — Consul, 19 Junho 1934.

UNIÃO DA VICTORIA (PR.) (Consulado honorario)

VICTORIA (ES.) (Vice-Consulado honorario)

Ernesto Strobach — Vice-Consul, 19 Junho 1934.

## VENEZUELA

MANÁOS (AM.) (Consulado de carreira) — (*Tem jurisdição no Estado do Pará. Chancellaria: Av. Joaquim Nabuco, 168*)

Dr. Carlos Cristoncho — Consul, 22 Setembro 1936.

RECIFE (PE.) (Consulado honorario) — (*Chancellaria: Rua Santo Elias, 306*)

Mario Melo — Consul, 1 Julho 1922.

RIO DE JANEIRO (DF.) (Consulado honorario) — (*Chancellaria: Rua Republica do Perú, 62, 1º andar*)

Luiz Carlos Prati de Aguiar — Consul, 29 Janeiro 1935.

SÃO PAULO (SP.) (Consulado)

Christiano Altenfelder Silva — Consul, 30 Junho 1927.

SANTOS (SP.) (Consulado honorario) — (*Chancellaria: Casilla, 82*)

Armando Lichti — Consul, 30 Junho 1927.



# RELATORIO

APRESENTADO

AO

## DR. GETULIO VARGAS

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

## Dr. José Carlos de Macedo Soares

MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANNO DE 1936

---

2º VOLUME

ANNEXO C



RIO DE JANEIRO  
IMPrensa NACIONAL  
1938

RELATORIO  
DO  
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

---

1936

---

ANEXO C

# QUADRO DAS MATERIAS

( 2º VOLUME — 2ª PARTE )

## ANEXO C

### LEIS, DECRETOS E CIRCULARES

N. 1

#### LEIS

	Pags.
Lei n. 163, de 2 de Janeiro de 1936 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de 170:150\$, à verba 4ª do orçamento vigente do Ministério das Relações Exteriores .....	3
Lei n. 203, de 18 de Maio de 1936 — Autoriza a elevação da representação diplomática do Brasil em Berlim, à categoria de Embaixada .....	4
Lei n. 206, de 25 de Maio de 1936 — Institue prêmios sobre o convênio do intercâmbio intelectual entre a República Argentina e o Brasil, assinado pelos dois governos, em Buenos Aires, em Maio de 1935 .....	4
Lei n. 207, de 27 de Maio de 1936 — Dá a denominação de chefes de portaria aos porteiros de várias repartições .....	5
Lei n. 208, de 27 de Maio de 1936 — Regula a licença das funcionárias casadas com funcionários públicos, civis e militares .....	6
Decreto legislativo n. 14, de 2 de Julho de 1936 — Aprova o convênio para facilitar a visita recíproca de técnicos fitosanitários, assinado entre o Brasil e a República Argentina, em Buenos Aires, a 29 de Maio de 1935..	7
Lei n. 218, de 4 de Julho de 1936 — Institue o "Dia do Aviador"	
Lei n. 220, de 6 de Julho de 1936 — Determina pagamento de diferença de vencimentos a membros do Corpo Diplomático .....	8

— VI —

	Págs.
Lei n. 259, de 1 de Outubro de 1936 — Torna obrigatório em todo o país, nos estabelecimentos de ensino e associações de fins educativos, o canto do Hino Nacional...	9
Lei n. 264, de 5 de Outubro de 1936 — Regula o horário de trabalho nos serviços públicos . . . . .	10
Lei n. 286, de 28 de Outubro de 1937 — Autoriza a abrir crédito especial de 25:403\$200, para pagamento de vencimentos ao Embaixador José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão . . . . .	14
Lei n. 292, de 5 de Novembro de 1936 — Autoriza o Poder Executivo a permutar terrenos da União, sitos no Cais do Porto, pelo predio à Marechal Floriano n. 180..	15
Lei n. 303, de 13 de Novembro de 1936 — Dispõe sobre o encaminhamento de requisições de pagamento ao Tribunal de Contas . . . . .	16
Decreto Legislativo n. 11, de 25 de Maio de 1936 — Aprova o tratado anti-belico de não agressão e conciliação, firmado entre o Brasil e a República Argentina.....	17

N. 2

DECRETOS

Decreto n. 583, de 14 de Janeiro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, pela Polonia, da Convenção Sanitária Internacional, para a navegação aérea, firmada na Haia, a 12 de Abril de 1933.....	19
Decreto n. 606, de 28 de Janeiro de 1936 — Faz publico o depósito do instrumento de ratificação por parte do Governo da China, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmados em Genebra, a 27 de Julho de 1929 . . . . .	21
Decreto n. 607, de 28 de Janeiro de 1936 — Faz pública a adesão da Polonia, pela Cidade Livre de Dantzig, á Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e ao Protocolo adicional, firmados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929	23
Decreto n. 607, de 28 de Janeiro de 1936 — Faz pública a adesão do Estado Livre da Irlanda, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e ao Protocolo Adicional firmados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.....	24
Decreto n. 634, de 11 de Fevereiro de 1936 — Promulga a adesão do Brasil aos acórdos relativos, respectivamente, á unificação dos sinais marítimos e às barcas-faróis guarnecidas concluídos em Lisboa a 23 de Outubro de 1930 . . . . .	25

— VII —

	Pags.
Decreto n. 635, de 11 de fevereiro de 1936 — Faz pública a adesão, por parte do Governo da Nicaragua, à Convenção Internacional para supressão do tráfico das mulheres e das crianças, firmado em Genebra, a 30 de Setembro de 1921 .....	39
Decreto n. 636, de 11 de Fevereiro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação por parte do Governo da Colombia; da Convenção sobre agentes consulares, firmada em Havana, a 20 de Fevereiro 1928, por ocasião da VI Conferência Pan Americana .....	42
Decreto n. 637, de 11 de Fevereiro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção de Estrangeiros firmada em Havana, a 20 de Fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferência Pan-Americana .....	42
Decreto n. 642, de 14 de Fevereiro de 1936 — Regulamenta os dispostos da lei n. 158, de 30 de Dezembro de 1935 .....	44
Decreto n. 650, de 15 de Fevereiro de 1936 — Faz pública a ratificação da adesão pela Áustria, à Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de Setembro de 1921 .....	46
Decreto n. 655, de 18 de Fevereiro de 1936 — Abre um crédito suplementar de 170:150\$000, à verba 4ª, do orçamento do Ministério das Relações Exteriores para o exercício de 1935 .....	47
Decreto n. 666, de 27 de Fevereiro de 1936 — Faz Pública a adesão do Governo da Islandia à Convenção Internacional sobre circulação de automóveis firmada em Paris a 24 de Abril de 1926 .....	48
Decreto n. 93, de 17 de Março de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte do Egito, da Convenção Sanitária Internacional, firmada em Paris a 21 de Junho de 1926...	50
Decreto n. 694, de 17 de Março de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte da Finlândia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em Campanha, firmada em Genebra a 27 de Julho de 1929.....	52
Decreto n. 695, de 17 de Março de 1936 Faz público o depósito do instrumento de ratificação, pelo Governo da Bélgica da Convenção Sanitária Internacional para a navegação aérea, firmada na Haia, a 12 de Abril de 1933 .....	54
Decreto n. 696, de 17 de Março de 1936 — Faz pública a adesão, por parte da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, firmada em Bruxelas a 5 de Julho de 1890 .....	56
Decreto n. 697, de 17 de Março de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do	

— VIII —

	Pags.
Japão, da Convenção Sanitária Internacional, firmada em Paris a 21 de Junho de 1926 .....	57
Decreto n. 702, de 21 de Março de 1936 — Declara, pelo prazo de noventa dias, equiparada ao estado de guerra, a comoção intestina grave, em todo o território nacional . . . . .	58
Decreto n. 703, de 24 de Março de 1936 — Faz pública a adesão, por parte da Zona de Tanger a dois atos internacionais relativos à Propriedade Industrial, revistos na Haia, a 6 de Novembro de 1925 .....	60
Decreto n. 756-A, de 21 de Abril de 1936 — Autoriza a trasladação para o Brasil, das cinzas dos Inconfidentes, e dá outras providências . . . . .	61
Decreto n. 778, de 28 de Abril de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação por parte da Austria da Convenção para melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros da guerra, firmados em Genebra, a 27 de Julho de 1929 .....	63
Decreto n. 779, de 28 de Abril de 1936 — Faz pública a adesão, por parte da Estônia, à Convenção Internacional para a repressão da Circulação e do tráfico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de Setembro de 1923 .....	65
Decreto n. 780, de 28 de Abril de 1936 — Cria a comissão permanente de fiscalização de entorpecentes .....	66
Decreto n. 798, de 5 de Maio de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, pela Finlândia, da Convenção para a regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de Setembro de 1931 . . . . .	69
Decreto n. 812, de 12 de Maio de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte da Austria, da Convenção para fixar a idade mínima de admissão de crianças nos trabalhos industriais (Washington, 1ª sessão — 1919) .....	71
Decreto n. 836, de 19 de Maio de 1936 — Eleva a representação diplomática do Brasil em Berlim, á categoria de Embaixada . . . . .	72
Decreto n. 853, de 26 de Maio de 1936 — Declara extinta, a Comissão Permanente de Codificação do Direito Internacional Público, criada pelo decreto n. 20.453, de 29 de Setembro de 1931 .....	72
Decreto n. 904, de 16 de Junho de 1936 — Faz público o depósito do Instrumento de ratificação (com reservas), por parte da Finlândia, da Convenção Sanitária Internacional e Protocolo de Assinatura, firmados em Paris, a 21 de Junho de 1926 .....	73
Decreto n. 905, de 1 de Junho de 1936 — Faz pública a resolução do Governo da Grã-Bretanha, tornando vigente (com reserva) nos territórios de Páua e da	

	Pags.
Ilha de Norfolk e ao território sob mandato da Nova Guiné, à Convenção Sanitária Internacional para a navegação aérea, firmada na Haia, a 12 de Abril de 1933 . . . . .	75
Decreto n. 915, de 21 de Junho de 1936 — E' prorrogado, por noventa dias, o prazo de que trata o art. 1º do decreto n. 702, de 21 de Março de 1936 . . . . .	76
Decreto n. 936, de 1º de Julho de 1936 — Faz pública a denúncia, por parte do Governo da Estónia, da Convenção relativa ao trabalho noturno das mulheres, adoptada pela Conferência Internacional do Trabalho, em sua 1ª Sessão (Washington, 1919) . . . . .	77
Decreto n. 937, de 1º de Julho de 1936 — Faz pública a resolução do Governo da Gran-Bretanha tornando vigente na Nigéria (Colónia, protetorado e Cameroun, sob mandato britânico), bem como Sierra Leone (colónia e protetorado) a Convenção Internacional relativa à circulação de automóveis, firmada em Paris, a 24 de Abril de 1926 . . . . .	79
Decreto n. 946, de 7 de Julho de 1936 — Regula a celebração da Convenção Nacional de Estatística . . . . .	81
Decreto n. 947, de 7 de Julho de 1936 — Faz público o depósito de instrumento de ratificação, por parte do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte, pela União Sul Americana, do Protocolo relativo a um caso de apatridia e Protocolo especial relativo a apatridia, firmados na Haia, a 12 de Abril de 1930 . . . . .	91
Decreto n. 948, de 7 de Julho de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção Internacional para a proteção dos vegetais, firmada em Roma, a 16 de Abril de 1929 . . . . .	93
Decreto n. 949, de 7 de Julho de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo francês, pela França, Marrocos e Tunísia, da Convenção Internacional para a proteção dos vegetais, firmada em Roma, a 16 de Abril de 1929 e faz igualmente pública a aplicação à Argélia dessa Convenção . . . . .	95
Decreto n. 965, de 14 de Julho de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte do Japão, da Convenção Internacional para a repressão da circulação e do tráfico de publicações obscenas, firmada, em Genebra, a 12 de setembro de 1923 . . . . .	97
Decreto n. 978, de 21 de Julho de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Luxemburgo, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocolo de assinatura, firmados em Genebra, a 13 de Julho de 1931 . . . . .	99
Decreto n. 980, de 22 de Julho de 1936 — Dispõe sobre os serviços de contrabando e fiscalização do intercâmbio	

	Pags.
comercial do Brasil com os outros países, e dá outras providências . . . . .	100
Decreto n. 991, de 27 de Julho de 1936 — Organiza a comissão de Estudos de Segurança Nacional . . . . .	103
Decreto n. 993, de 28 de Julho de 1936 — Faz público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Estônia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmados em Genebra, a 27 de Julho de 1929 . . . . .	106
Decreto n. 1.0005, de 4 de Agosto de 1936 — Faz público a aplicação, por parte de Sua Magestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda, Domínios Britânicos de Além mar, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocolo de Assinatura, firmados em Genebra, a 13 de Julho de 1931 . . . . .	109
Decreto n. 1.006, de 4 de Agosto de 1936 — Faz pública a adesão, por parte do Governo da Hungria á Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e Protocolo Adicional, firmados em Varsóvia, a 12 de Outubro de 1929.....	112
Decreto n. 1.008, de 4 de Agosto de 1936 — Faz pública a denúncia, por parte do Governo da Suíça, da Convenção relativa ao trabalho noturno das mulheres, adoptada pela Conferência Internacional do Trabalho, em sua 1ª Sessão (Washington, 1919) . . . . .	113
Decreto n. 1.009, de 4 de Agosto de 1936 — Faz pública a adesão, do Governo da Austria, á Convenção de Berna para a protecção das obras literárias e artísticas, revista em Roma a 2 de Junho de 1928 . . . . .	115
Decreto n. 1.010, de 4 de Agosto de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Dinamarca, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, e Protocolo de Assinatura, firmados em Genebra, a 13 de Julho de 1931 . . . . .	116
Decreto n. 1.022, de 11 de Agosto de 1936 — Aprova e ratifica a Convenção Nacional de Estatística.....	117
Decreto n. 1.023, de 11 de Agosto de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Finlândia, do acordo relativo aos sinais marítimos, firmado em Lisboa, a 23 de Outubro de 1930, por ocasião da Conferência para verificação da balizagem e iluminação das costas, realizada na mesma capital . . . . .	145
Decreto n. 1.059, de 25 de Agosto de 1936 — Faz pública a resolução do Governo da Gran-Bretanha, tornando vigente nos territórios de Papua, na Ilha de Norfolk e nos territórios sob mandato de Nova-Guiné e Naurú,	



— XI —

	Pags.
a Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, revistas em Roma, a 2 de Julho de 1928 . . . . .	147
Decreto n. 1.060, de 25 de Agosto de 1936 — Faz pública a resolução do Governo da Gran-Bretanha de estender ao território da Ilha de Norfolk; território sob mandato de Naurú, a Convenção para proteção da propriedade industrial, firmada na Haia, a 6 de Novembro de 1925 . . . . .	147
Decreto n. 1.061, de 25 de Agosto de 1936 — Faz pública a adesão do Governo da Rumania, à Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, revista em Roma, a 2 de Junho de 1928 . . . . .	148
Decreto n. 1.076, de 1 de Agosto de 1936 — Faz pública a adesão do Governo da Turquia ao acordo relativo aos sinais marítimos e respetivo regulamento e ao acordo sobre as barcas-faróis, tripuladas, que se achem fora de seu posto normal e respetivo regulamento, firmados em Lisboa, a 23 de Outubro de 1930, por ocasião da Conferência para verificação da balizagem e de iluminação das costas, realizadas na mesma capital . . . . .	149
Decreto n. 1.077, de 1 de Setembro de 1936 — Promulga o Tratado anti-belico de não agressão e de conciliação firmado entre varios países, no Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1933 . . . . .	150
Decreto n. 1.081, de 3 de Setembro de 1936 — Uniformiza a nomenclatura da natureza da correspondência oficial . . . . .	165
Decreto n. 1.087, de 8 de Setembro de 1936 — Promulga o Tratado para a proteção das Instituições Artísticas, Científicas e Monumentos Históricos (Pacto Roerich), firmado entre o Brasil e diversos países, em Washington, a 15 de Abril de 1935 . . . . .	166
Decreto n. 1.094, de 15 de Setembro de 1936 — Promulga a adesão do Brasil à Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres a 31 de Maio de 1929 . . . . .	178
Decreto n. 1.095, de 15 de Setembro de 1936 — Faz pública a adesão do Governo da Estônia à Convenção Internacional para a proteção dos vegetais, firmado em Roma, a 16 de Abril de 1929 . . . . .	329
Decreto n. 1.126, de 29 de Setembro de 1936 — Promulga a Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes às imunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxelas, a 10 de Abril de 1929, por ocasião da Conferência Internacional de Direito Marítimo, completada posteriormente por um Protocolo Adicional, firmado na mesma cidade, a 24 de Maio de 1934 . . . . .	331
Decreto n. 1.142, de 13 de Outubro de 1936 — Faz pública a denúncia, por parte do Governo da Grécia, da Convenção relativa ao trabalho noturno das mulheres,	

	Paga.
adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em sua 1ª Sessão (Washington, 1919) .....	363
Decreto n. 1.143, de 13 de Outubro de 1936 — Faz público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das diversas Convenções firmadas por ocasião da Sexta Conferência Internacional Americana, realizada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928 . . . . .	364
Decreto n. 1.147, de 15 de Outubro de 1936 — Declara sob o patrocínio oficial o III Congresso Sul Americano de Química . . . . .	367
Decreto n. 1.148, de 15 de Outubro de 1936 — Declara sob o patrocínio oficial o XIII Congresso Sul Americano de Zoologia . . . . .	367
Decreto n. 1.182, de 10 de Novembro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação por parte de Sua Magestade o Rei da Arábia Saudiana da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocolo de Assinatura, firmados em Genebra, a 13 de Julho de 1931..	368
Decreto n. 1.183, de 10 de Novembro de 1936 — Faz pública a adesão do Commonwealth da Australia para os territórios da Papuásia, Ilha de Norfolk e os territórios sob mandato da Nova Guiné e de Naurú, à Convenção Internacional para a repressão do tráfico das mulheres e das crianças, firmada em Genebra, a 30 de Setembro de 1921 . . . . .	369
Decreto n. 1.184, de 10 de Novembro de 1936 — Faz pública a adesão, por parte do Egito, à Convenção para salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de Maio de 1929 . . . . .	371
Decreto n. 1.185, de 10 de Novembro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Científicas e Monumentos Históricos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935 . . . . .	372
Decreto n. 1.186, de 10 de Novembro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de Julho de 1929 . . . . .	374
Decreto n. 1.187, de 10 de Novembro de 1936 — Faz público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Guatemala, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Científicas e Monumentos Históricos (Pacto Roerich)- firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935.....	376

	Página.
Decreto n. 1.200, de 17 de Novembro de 1936 — Regula a Constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística . . . . .	378
Decreto n. 1.215, de 24 de Novembro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da República do Panamá, do Tratado Anti-Belico de não Agressão e Conciliação, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de Outubro de 1933. . . . .	387
Decreto n. 1.203, de 17 de Novembro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, adesão e extensão e aplicação, por parte de varios países, da Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de Maio de 1929 . . . . .	387
Decreto u. 1.204, de 17 de Novembro de 1936 — Faz pública a ratificação, por parte do Governo da Estônia, do acordo sobre barcas-faróis tripuladas, que se achem fora do seu posto normal, firmado em Lisboa, a 23 de Outubro de 1930, por ocasião da Conferência para a verificação da balizagem e de iluminação das costas, realizada na mesma capital. . . . .	391
Decreto n. 1.205, de 17 de Novembro de 1936 — Faz pública a adesão do Governo da Finlândia à Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estufefacientes e Protocolo de Assinatura, firmados em Genebra, a 13 de Julho de 1931 . . . . .	392
Decreto n. 1.237, de 8 de Dezembro de 1936 — Faz pública a adesão, pelo Governo da República Tchecoslovaguia, à Convenção de Berna para a protecção das obras literárias e artísticas, firmada a 9 de Setembro de 1886, revista em Berlim a 13 de Novembro de 1908 e em Roma a 2 de Junho de 1928 . . . . .	393
Decreto n. 1.262, de 16 de Dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de 680:000\$000 . . . . .	394
Decreto n. 1.271, de 22 de Dezembro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Estônia, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes às imunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxelas, a 10 de Abril de 1936 e do Protocolo Adicional á mesma Convenção firmado em Bruxelas a 24 de Maio de 1934 . . . . .	395
Decreto n. 1.272, de 22 de Dezembro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte da República Dominicana, do Tratado sobre a protecção de instituições artísticas e científicas e monumentos históricos (Pacto Roerich), firmado em Washington a 15 de Abril de 1935 . . . . .	396
Decreto n. 1.273, de 22 de Dezembro de 1936 — Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Alemanha, da Convenção Internacional concernente às imunidades de navios de Estado, . . . . .	

	Pags.
Circular n. 1.050, de 19 de Janeiro de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Normas a serem adotadas no preparo dos processos de aposentadoria . . . . .	428
Circular n. 1.051, de 13 de Janeiro de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Saques para a repatriação . . . . .	431
Circular n. 1.052 (telegráfica), de 17 de Janeiro de 1936, às Missões Diplomáticas Brasileiras, na America do Sul (exceto a Embaixada em Montevidéo) em Cuba e no México — Apoio ao rompimento de relações entre o Uruguai e a Rússia . . . . .	431
Circular n. 1.053 (telegráfica), de 21 de Janeiro de 1936, às Missões Diplomáticas — Luto nacional pela morte de Jorge V. . . . .	431
Circular n. 1.054, de 7 de Fevereiro de 1936, às Missões Diplomáticas na América do Sul às Embaixadas em Londres e Paris e à Legação em Haia — 2ª Conferência Sul Americana de Meteorologia . . . . .	432
Circular n. 1.055, de 10 de Fevereiro de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Serviço de Cooperação Intelectual . . . . .	433
Circular s/n — Funções dactilógrafo-arquivistas . . . . .	
Circular n. 1.057, de 19 de Fevereiro de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira . . . . .	434
Circular n. 1.059, de 21 de Fevereiro de 1936, às Missões Diplomáticas — Discurso do Embaixador Oswaldo Aranha na Câmara de Comércio de Nova York . . . . .	434
Circular n. 1.060, de 28 de Fevereiro de 1936, às Missões Diplomáticas — Conferência Inter-americana para garantir a Paz na America . . . . .	450
Circular n. 1.061, de 19 de Março de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Informações economicas e comerciais . . . . .	451
Circular n. 1.062 (telegráfica), de 23 de Março de 1936, às Missões na Europa — Inspeção de serviços consulares pelo Capitão João Alberto . . . . .	452
Circular n. 1.063, de 24 de Março de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Confirmação de telegramas . . . . .	452
Circular n. 1.064 (telegráfica) às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Comunismo. — Estado de Guerra . . . . .	453
Circular n. 1.066, de 7 de Março de 1936, ao Corpo Diplomático estrangeiro — Documentos referentes à nacionalidade . . . . .	453
Circular n. 1.067, de 7 de Abril de 1936 às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Comunismo — Estado de Guerra . . . . .	454

— XVII —

	Paga.
Circular n. 1.068, de 15 de Abril de 1936 — Ao Corpo Diplomático Estrangeiro . . . . .	455
Circular n. 1.069, de 17 de Abril de 1936, ao Corpo Diplomático Estrangeiro — Solicitando autógrafos . . . . .	455
Circular n. 1.070, de 20 de Abril de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — "Ordens permanentes de Serviço" . . . . .	455
Circular n. 1.072, de 27 de Abril de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Condenação de vegetais e partes de vegetais procedentes do Brasil . . . . .	456
Circular n. 1.074, de 12 de Maio de 1936, às Missões Diplomáticas — Cartas de Motoristas . . . . .	456
Circular n. 1.075, de 12 de Maio de 1936, às Missões Diplomáticas encarregadas do Serviço Consular e aos Consulados de Carreira — Infrações em faturas consulares . . . . .	457
Circular n. 1.076, de 15 de Maio de 1936, aos Consulados de Carreira e honorários — Informações sobre pesca e piscicultura . . . . .	457
Circular n. 1.077, de 18 de Maio de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados — Publicações sobre higiene escolar e saúde infantil . . . . .	457
Circular n. 1.078, de 2 de Junho de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — IX Feira Internacional de Amostras . . . . .	458
Circular n. 1.079, de 11 de Junho de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Comunismo . . . . .	459
Circular n. 1.080, de 11 de Junho de 1936, às Missões Diplomáticas — Leis e Códigos sobre direito eleitoral, fiscal, etc. . . . .	460
Circular n. 1.081, de 3 de Julho de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Casamentos de estrangeiros em Embaixadas, Legações e Consulados . . . . .	461
Circular s/n, de 20 de Junho de 1936 — Casamentos de estrangeiros em Embaixadas, Legações e Consulados . . . . .	461
Circular n. 1.082, de 23 de Junho de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Cursos de agronomia . . . . .	462
Circular n. 1.083, de 30 de Junho de 1936, às Missões Diplomáticas na América, exceto a em Washington — Conferência pacífica pan-americana . . . . .	463
Circular n. 1.085, de 9 de Julho de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Casamentos de brasileiros no Exterior . . . . .	463
Circular n. 1.086, de 9 de Junho de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Autorizando o Consulado em Los Angeles a visar passaportes . . . . .	465

— XVIII —

	Paga.
Circular n. 1.089, de 17 de Julho de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados brasileiros — Inventário da biblioteca das Chancelarias das Missões Diplomáticas e Consulados brasileiros . . . . .	466
Circular n. 1.090, de 21 de Julho de 1936, ao Corpo Diplomático estrangeiro — Audiências diplomáticas.....	466
Circular n. 1.091, de 22 de Julho de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — "Boletim de Ariel" . . . . .	466
Circular n. 1.092, de 22 de Julho de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira que não responderam a Circular n. 1.055 — Cooperação intelectual	467
Circular n. 1.093, de 24 de Julho de 1936, às Missões Diplomáticas — Homenagens no estrangeiro à data de 7 de Setembro . . . . .	467
Circular n. 1.094, de 14 de Agosto de 1936, às Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira — Supressão indice anual de officios . . . . .	468
Circular n. 1.095, de 14 de Agosto de 1936, aos governos dos Estados — Limites inter-estaduais . . . . .	468
Circular n. 1.096, de 16 de Agosto de 1936, às Missões Diplomáticas e aos Consulados de Carreira — Reunião da Comissão de Diplomacia e Tratados — Comparecimento do Ministro das Relações Exteriores . . . . .	469
Circular n. 1.097, de 17 de Agosto de 1936, às Missões Diplomática e Consulados de Carreira — IX Feira Internacional de Amostras da cidade do Rio de Janeiro.....	495
Circular n. 1.098, de 26 de Agosto de 1936, às Missões Diplomáticas brasileiras na America — Revolução na Espanha — Sugestão do Uruguai . . . . .	496

ANNEXO C

LEIS, DECRETOS E CIRCULARES

## N. 1

## LEIS

LEI N. 163 — DE 2 DE JANEIRO DE 1936

*Autoriza o Poder Executivo a abrir o credito suplementar de 170:150\$000, á verba 4ª do orçamento vigente do Ministerio das Relações Exteriores*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito suplementar de cento e setenta contos cento e cinquenta mil réis (170:150\$000), á verba 4ª do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores, sendo cinquenta e oito contos novecentos e cinquenta mil réis (58:950\$000) para a consignação "Pessoal", sub-consignação n. 2, Sector Oeste, e cento e onze contos duzentos mil réis (111:200\$000) para a consignação "Material", sub-consignação n. 2, Sector Oeste.

Art. 2.º As despesas resultantes desta lei serão custeadas nos termos da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---



LEI N. 203 — DE 18 DE MAIO DE 1936

*Autoriza a elevação da representação diplomática do Brasil, em  
Berlim, á categoria de embaixada*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizado o Presidente da Republica a elevar a representação diplomática do Brasil, em Berlim, á categoria de Embaixada.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

LEI N. 206 — DE 25 DE MAIO DE 1936

*Institue premios sobre o convenio de intercambio intellectual,  
entre a Republica Argentina e o Brasil, assignado pelos  
dous governos, em Buenos Aires, em maio de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º. Fica instituido um premio denominado "Republica Argentina", que será concedido ao melhor livro publicado em portuguez, e editado no paiz, consistindo na somma de 20:000\$000 (vinte contos de réis), moeda nacional, sob as seguintes condições:

- a) o autor deverá ser cidadão brasileiro;
- b) o livro deverá ser um estudo original e actual das actividades economicas, sociaes, politicas, artisticas e militares da Nação Argentina;
- c) o premio será distribuido de dous em dous annos, entre os livros que tenham sido depositados na Bibliotheca Nacional, de accordo com a lei que rege a materia.

Art. 2º. O Poder Executivo designará o Instituto de Cultura Argentino-Brasileiro como jury, para conceder o premio a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º. Ficam creados um 1º e um 2º premios de pintura e um 1º e um 2º premios de esculptura, que importarão num total de 20:000\$000 (vinte contos de réis), os quaes serão distribuidos, cada dous annos, nas exposições de arte argentina que se organizarão no Rio de Janeiro. Estes premios serão concedidos ás melhores obras apresentadas por pintores argentinos.

Art. 4º. O Conselho Nacional de Bellas Artes designará o jury encarregado da distribuição dos premios estabelecidas pelo artigo anterior. A obra premiada passará a ser propriedade da Nação, se nisto assentir o autor.

Art. 5º. As importancias necessarias á execução desta lei serão fornecidas pela receita geral, na parte referente ao sello de Educação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Gustavo Capanema.*

---

LEI N. 207 — DE 27 DE MAIO DE 1936

*Dá a denominação de chefes de portaria aos porteiros de varias repartições*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Faga saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os porteiros do Palacio da Presidencia, Côrte Suprema, Camara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, Secretaria de Estado, Tribunal de Contas, Thesouro Nacional, Alfandega do Rio de Janeiro, Delegacias Fiscaes do Thesouro Nacional nos Estados, bem como os dos departamentos e demais repartições onde existam quadros especiaes da Portaria, passam a denominar-se "Che-

fes de Portaria", com as attribuições previstas nos seus regulamentos, devendo ser feita a devida apostilla nos respectivos titulos, não lhes cabendo, porém, nenhuma melhoria de vencimentos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

✓ GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Ráo.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhen.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

LEI N. 208 — DE 27 DE MAIO DE 1936

*Regula a licença das funcçionarias casadas com funcçionarios publicos, civis e militares*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. As mulheres que exerçam effectivamente funcções publicas, casadas com funcçionario militar ou civil, sujeito á remoção, terão direito a licença sem vencimentos, a seu requerimento, quando o marido for removido sem ser a seu pedido, para outro ponto do territorio nacional ou para o estrangeiro.

Paragraphe unico. A licença será concedida, mediante requerimento instruido com documentos que provem o allorado, e vigorará pelo tempo que durar a commissão ou nova

função de seu marido, até o maximo de tres annos. Nesta situação, a mulher não contará tempo para qualquer effeito.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhen.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO LEGISLATIVO N. 14 — DE 2 DE JULHO DE 1936

*Approva o convenio para facilitar a visita reciproca de technicos phyto-sanitarios, assignado entre o Brasil e a Republica Argentina, em Buenos Aires, a 29 de maio de 1935*

O Presidente da Camara dos Deputados dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica approvedo o Convenio para facilitar a visita reciproca de technicos phyto-sanitarios, assignado entre o Brasil e a Republica Argentina, na cidade de Buenos Aires, em 29 de maio de 1935.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 2 de julho de 1936.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

---

LEI N. 218 — DE 4 DE JULHO DE 1936

*Institue o "Dia do Aviador"*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica instituido, no Brasil, o *Dia do Aviador* que será celebrado em 23 de outubro de cada anno, providenciando os poderes publicos para que essa commemoração tenha sempre condigna celebração civica, desportiva e cultural, esta especialmente escolar, e accentuando-se a iniciativa do notavel brasileiro Santos Dumont, quanto á prioridade do vôo em aparelho mais pesado do que o ar.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General *João Gomes*.

Vice-almirante *Henrique Aristides Guilhem*.

*Vicente Rão*.

*Gustavo Capanema*.

*Arthur de Souza Costa*

*Marques dos Reis*.

*José Carlos de Macedo Soares*.

*Odilon Braga*.

*Agamemnon Magalhães*.

---

LEI N. 220 — DE 6 DE JULHO DE 1936

*Determina pagamento de differença de vencimentos a membros do Corpo Diplomatico*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Governo autorizado a abrir o credito especial de cento e cincoenta e um contos e setecentos mil réis

(151:700\$000), para pagamento das quantias de setenta e seis contos e duzentos mil réis (76:200\$000) e setenta e cinco contos e quinhentos mil réis (75:500\$000), respectivamente aos embaixadores Oscar de Teffé e Antonio Brienne Feitosa, correspondentes á diferença de vencimentos a que teem direito, o primeiro relativo ao periodo de 19 de fevereiro de 1931 a 15 de maio de 1935, e o segundo ao de 9 de março de 1931 a 15 de maio de 1935.

Art. 2.º Para occorrer á despesa determinada na presente lei, é o Governo autorizado a realizar as operações de credito necessarias, até a importancia total fixada no art. 1.º.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

LEI N. 259 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1936

*Torna obrigatorio, em todo o paiz, nos estabelccimentos de ensino e associações de fins educativos, o canto do Hymno Nacional*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fiza obrigatorio, em todo o paiz, nas estabelecimentos de ensino, mantidos ou não pelos poderes publicos, e nas associações de fins educativos e outros, constantes desta lei, o canto do Hymno Nacional, de Francisco Manoel da Silva, com a lettra de Joaquim Osorio Duque Estrada, officializado pelo decreto n. 15.671, de 6 de setembro de 1922, do Governo da Republica.

Paragrapho unico. A obrigatoriedade, estabelecida neste artigo, refere-se aos estabelecimentos de ensino primario, normal, secundario e technico-profissional e ás associações desportivas, de radio-difusão e outras de finalidade educativas.

Art. 2.º Ficam adoptadas, para a execução do Hymno Nacional, de Francisco Manoel da Silva, a orquestração de Leopoldo Miguez e a instrumentação, para bandas, do 2º tenente Antonio Pinto Junior, do Corpo de Bombeiros do Districto Federal, no tom original: de si-bemol; e, para canto, em fá, trabalho de Alberto Nepomuceno.

Art. 3.º A instituição que, préviamente intimada, deixar de cumprir as determinações desta lei, terá prohibido o seu funcionamento pela autoridade competente.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Rdo.*

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

LEI N. 264 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1936

*Regula o horario de trabalho nos serviços publicos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
a seguinte lei:

I — REGULA O TRABALHO NOS SERVIÇOS PUBLICOS DOS  
ESTABELECIMENTOS E PESSOAS

Art. 1º. O horario instituido na presente lei, applica-se aos que exercem sua actividade nos serviços publicos, quer

directamente explorados pela União, pelos Estados ou pelos Municípios, quer por concessão ou delegação ás companhias, empresas, firmas, ou individuos, relativos a transportes collectivos urbanos. força, luz, gaz, telephones, portos, esgotos e serviços subsidiarios e auxiliares.

Art. 2º. Compreendem-se nesta lei, salvo as excepções nella consignadas, os que com o character de subordinação e horario exerçam função remunerada para execução dos serviços mencionados no art. 1º.

Parapho unico. Não se comprehende no regime desta lei:

a) os que exercerem função tecnico-especializada de character transitorio;

b) os vigias de obras, edificios ou materiaes e os guardas de linhas quando residentes nos edificios ou obras guardadas, ou nas proximidades da linha;

c) os encarregados ou operadores de estações, cuja permanencia no local do trabalho não seja continua;

d) os que, embora remunerados pelos empregadores, forem contractados para serviços de character pessoal aos administradores.

## II — DA DURAÇÃO DO HORARIO

Art. 3º. A duração normal do trabalho dos empregados será da 8 horas diarias ou 48 horas semanaes, correspondendo a cada periodo de seis dias consecutivos 24 horas continuas de descanso.

§ 1º. A duração do trabalho podera ser elevada até 10 horas diarias, independente de remuneração extraordinaria, desde que não exceda de 48 horas semanaes.

§ 2º. Em caso de conveniencia do serviço a duração poderá ser elevada até 60 horas semanaes, mediante remuneração especial, na forma do disposto no art. 7º, com tanto que não exceda de 10 horas diarias.

§ 3º. A hora do trabalho nocturno, para os effeitos desta lei, será calculada como de cincoenta e dois minutos e trinta segundos.



Art. 4°. O trabalho diario deverá ser entremeado de um intervallo para descanso, não computado na sua duração normal.

Parapho unico. O intervallo previsto neste artigo não deverá exceder de 3 horas, sendo vedada a divisão em mais de dois turnos e reconhecido o direito a preferencia para o trabalho em um só turno, quando o serviço assim o permittir.

Art. 5°. Será computado como de trabalho effectivo, com a reducção de 25 % de remuneração da hora normal, o tempo em que o empregado estiver á disposição do empregador aguardando ordens.

Art. 6°. Sómente em casos excepcionaes, para attender a necessidades publicas ou por motivos de reconhecida força maior, ficarão os empregados sujeitos a prestar serviços por mais tempo do que aquelle que é previsto na presente lei.

Parapho unico. Entre cada dia de trabalho, e sem prejuizo do disposto no art. 4°, haverá um intervallo minimo de dez horas de repouso.

Art. 7°. As horas extraordinarias do serviço, prestadas na forma do § 2° do art. 3°, não poderão ser remuneradas, com quantia inferior á que resultar do quociente da divisão da importancia, para os mensalistas do salario mensal por 200 e para os diaristas, do salario diario por 8, accrescida em ambos os casos de uma percentagem minima de 25 % para cada hora excedente.

§ 1°. Essa remuneração se applica aos casos do trabalho previsto no art. 7°, até 10 horas, vencendo os demais percentagem dobrada.

§ 2°. Em se tratando de mensalista, será permittido compensar faltas verificadas com prestação de horas extraordinarias, respeitada a remuneração destas.

Art. 8°. Ao entrar em vigor a presente lei, os exploradores dos serviços a que ella se refere, procederão ao reajustamento dos salarios-hora dos empregados que, nos ultimos tres annos anteriores estiveram sujeitos ao regime de mais de oito horas, fazendo-se o reajustamento do salario de cada um pela media do salario-hora normal desse periodo.

§ 1°. Não se fará esse reajustamento todas as vezes que já tenha havido augmento correspondente dentro do mesmo periodo de tempo.

§ 2º. Os exploradores dos serviços mencionados que provarem perante as autoridades concedentes dos mesmos entrarem em regime deficitario em virtude de augmento de despesa decorrente deste artigo, poderão pleitear augmento proporcional de tarifa.

### III — DA FISCALIZAÇÃO

Art. 9º. Os estabelecimentos sujeitos ao regime desta lei, deverão:

a) manter, nas suas diversas secções e affixado em lugar bem visivel, um quadro do qual conste a hora normal de trabalho dos empregados, sem discriminação, se esse horario for uniforme, e com discriminação do horario de cada empregado ou grupo de empregados se o horario for visivel, bem assim o dia de descanso normal;

b) manter seus registros de ponto e folhas de pagamento escripturados, de modo claro e forma indelevel, nellas annotando quaesquer faltas ou extraordinarios prestados, e a remuneração vencida, encadernando-as por periodos não excedentes de um anno.

Art. 10. A fiscalização do cumprimento desta lei, reger-se-á, no que lhe for applicavel, pelo decreto n. 22.300, de 4 de janeiro de 1933.

### IV — DAS PENALIDADES

Art. 11. A infracção de qualquer dos dispositivos desta lei, será punida com a multa de 100\$000 (cem mil réis) a 5:000\$000 (cinco contos de réis) elevada ao dobro em caso de reincidencia, e applicada pelo Director do Departamento Nacional do Trabalho e nos Estados e Territorio do Acre, pelos inspectores regionaes do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 12. Incorrerá no maximo da penalidade prevista no artigo anterior, o empregador que:

a) usar de artificio ou simulação para fraudar a applicação desta lei;

b) rebaixar os salarios de empregados que trabalhavam ao tempo da publicação desta lei ou dispensal-os para evitar o cumprimento de qualquer de seus dispositivos ou impedir a sua fiscalização.

— 14 —

V — DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 13. E' nullo qualquer accordo ou convenção que disponha contrariamente á presente lei, incorrendo nas sancções do art. 11 os empregadores que o celebrarem.

Art. 14. A presente lei entrará em vigor 90 dias após a sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48 da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Ráo.*

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

---

LEI N. 286 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1937

*Autoriza a abrir o credito especial de 25:403\$200, para pagamento de vencimentos ao Embaixador José Joaquim de Lima e Silva Muniz de Aragão*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito especial de vinte e cinco contos quatrocentos e tres mil e duzentos réis (25:403\$200), pelo Ministerio das Relações Exteriores, afim de occorrer ao pagamento dos vencimentos do embaixador José Joaquim de Lima e Silva Muniz

de Aragão no periodo de 23 de maio a 31 de dezembro do corrente anno, em virtude da lei n. 203, de 18 de maio de 1936, realizando, para isso, as necessarias operações de credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica,

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

LEI N. 292 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1936

*Autoriza o Poder Executivo a permutar terrenos da União, sitos no Cds do Porto, pelo predio á rua Marechal Floriano Peizoto n. 180.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, até a importancia maxima de seiscentos e oitenta contos de réis (680:000\$000), inclusive todas as despesas de transmissão e todas as indemnizações devidas pela rescisão de contractos existentes, o dominio util do terreno foreiro sito á Avenida Marechal Floriano Peixoto n. 180, neste Districto Federal, com todas as bemfeitorias nelle edificadas, de propriedade de dona Anna Domingues da Silva, medindo nove metros e de centimetros (9<sup>m</sup>,10) de frente e com a area de trezentos e setenta e cinco metros quadrados, seis mil e setenta e cinco centimetros quadrados (375<sup>m</sup>,6075), destinado á melhoria de installações do Palacio Itamaraty, em que funciona o Ministerio das Relações Exteriores.

Art. 2.º Fica outrosim autorizado o Poder Executivo a alienar, com reserva do dominio directo da União, mediante

concorrência pública e por preço nunca inferior a oitocentos e oitenta e oito contos setecentos e trinta e cinco mil réis (888:735\$000), os lotes da quadra 9, no Cães do Porto desta Capital, com a área de cinco mil oitocentos e oitenta e cinco metros quadrados (5.885m,00), inclusive as plataformas de servidão pública.

Art. 3.º O producto da venda dos lotes no Cães do Porto será incorporado á receita da União, sob a competente rubrica da lei orçamentaria, e constituirá os recursos a que se refere o art. 183 da Constituição Federal.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o credito especial até a importancia de seiscentos e oitenta contos de réis (680:000\$000), para attender ás despesas a que se refere a presente lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

LEI N. 303 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1936

*Dispõe sobre o encaminhamento de requisições de pagamento  
ao Tribunal de Contas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

*Eu, Getúlio Vargas,*

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo unico. Todas as requisições de pagamento, de adiantamento e de distribuição de credits serão submettidas ao registro do Tribunal de Contas, por intermedio do ministro da Fazenda, ou pelo director-chefe do Gabinete, quando, por

aquelle, em casos especificados, lhe for delegada essa attribuição; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Ráo.*

*João Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes Ribeiro Filho.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Maçalhães.*

---

DECRETO LEGISLATIVO N. 11 — DE 25 DE MAIO DE 1936

*Approva o tratado anti-bellico de não aggressão e conciliação,  
firmado entre o Brasil e a Republica Argentina*

O Presidente da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal decretam e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica aprovado o tratado anti-bellico de não aggressão e conciliação, firmado entre o Brasil e a Republica Argentina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Camara dos Deputados, 25 de maio de 1936.

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA.

## N. 2

# DECRETOS

---

DECRETO N. 583 — DE 14 DE JANEIRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Polónia, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelo Governo da Polónia, da Convenção sanitaria internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, devendo tal ratificação ter validade cento e vinte dias após a data do deposito, conforme communicação feita pelo Ministerio das Relações Exteriores dos Paizes Baixos á Legação do Brasil na Haya, por nota de 26 de junho do corrente anno, enviada com a cópia da acta do referido deposito, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1936, 114° da Independencia e 47° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

### TRADUÇÃO OFFICIAL

---

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Direcção do Protocollo — N. 20.871.

### NOTA

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de remetter, em annexo, á Legação dos Estados Unidos do Brasil, de accordo com o art. 63 da Convenção sanitaria interna-

---

cional para navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, cópia authentica da acta do deposito do instrumento de ratificação, pela Polonia, dessa Convenção.

O Ministerio roga á Legação remetter a referida acta ao Governo brasileiro e accusar recepção da presente.

Haya, 26 de junho de 1935.

ACTA

Do deposito do instrumento de ratificação por parte de S. Ex. o Sr. Presidente da Republica da Polonia, da convenção sanitaria internacional para a navegação aérea, concluida na Haya a 12 de abril de 1933.

De accordo com o disposto no art. 63 da Convenção sanitaria internacional para a navegação aérea, concluida na Haya a 12 de abril de 1933, S. Ex. o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica da Polonia na Haya apresentou-se, hoje, ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, para proceder ao deposito do instrumento de ratificação da referida Convenção, por parte de S. Ex., o Sr. Presidente da Republica da Polonia.

Esse instrumento de ratificação sendo julgado após exame, em bôa e devida fôrma, foi entregue ao Governo dos Paizes Baixos para ser depositado nos seus archivos.

De accordo com os termos do art. 63, alinea 3, a Convenção entrará em vigor para a Republica da Polonia cento e vinte dias após a data do deposito do referido instrumento de ratificação.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente acta, sendo remettida uma cópia authentica a cada uma das Altas Partes Contractantes e á Repartição internacional de Hygiene publica.

Feito na Haya a 22 de junho de 1935.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade a Rainha dos Paizes Baixos. — *De Gracff*.

O Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica da Polonia. — *W. Babinski*.

Pela cópia authentica:

O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros nos Paizes Baixos. — (*Assignatura illegivel*).



DECRETO N. 606 — DE 28 DE JANEIRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da China, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmados em Genebra, a 27 de julho de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Presidente do Governo Nacional da Republica chinesa, da Convenção para melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 2 de julho de 1929, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 31 de dezembro de 1935, enviada com copia authentica da acta do deposito da ratificação, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

LEGAÇÃO DA SUISSA

VI-2-154-2 WH

Em cumprimento das disposições finaes da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra a 27 de julho de 1929, a Legação da Suissa, de ordem do seu Governo, tem a honra de remetter, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores, uma cópia authentica da acta lavrada a 19 de no-

vembro de 1935, para registrar o deposito, nos archivos da Confederação Suissa, dos instrumentos de ratificação de Sua Excellencia o Presidente do Governo Nacional da Republica chinesa.

De accordo com art. 33 da primeira Convenção e do art. 92 da segunda, essas ratificações produzirão effeito seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 19 de maio de 1936.

A Legação da Suissa agradeceria ao Ministerio das Relações Exteriores accusar o recebimento da presente comunicação e aproveita esta occasião para lhe renovar os protestos da sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1935. — 1 annexo.

Ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

ACTA DO DEPOSITO DAS RATIFICAÇÕES DA CHINA RELATIVA Á CONVENÇÃO PARA A MELHORA DA SORTE DOS FERIDOS E ENFERMOS NOS EXERCITOS EM CAMPANHA E Á CONVENÇÃO RELATIVA AO TRATAMENTO DOS PRISIONEIROs DE GUERRA, CONCLUIDAS EM GENEVRA, A 27 DE JULHO DE 1929.

O Ministro da China em Berna, Sua Excellencia Chi-Tsai Hoo, apresentou-se, hoje, ao Departamento Politico Federal para proceder ao deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Senhor Presidente do Governo Nacional da Republica Chinesa, relativo á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genevra, a 27 de julho de 1919.

Esse instrumento, achado em boa e devida fórma, será depositado nos Archivos da Confederação Suissa.

O deposito do instrumento será notificado aos paizes partes nas Convenções.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente acta.

Feita em Berna, a 19 de novembro de 1935. — O Chefe do Departamento Politico Federal, *Motta*. — O Ministro de China, *Chi-Tsai-Hoo*.

E' copia authentica.

O chefe da Divisão dos Negocios Estrangeiros do Departamento Politico Federal, illegivel.

---

DECRETO N. 607 — DE 28 DE JANEIRO DE 1936

*Faz publica a adhesão da Polónia, pela Cidade livre de Irlanda, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e ao Protocollo Additional, firmados em Varsovia, a 12 de outubro de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, por parte da Polónia, pela Cidade livre de Irlanda, á Convenção para a unificação de certas regras, relativas ao transporte aéreo internacional e ao Protocollo Additional, firmados em Varsovia, a 12 de outubro de 1929, devendo tal adhesão ter validade a partir do nonagesimo dia, a contar de 20 de setembro de 1935, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Polónia nesta capital, por nota de 25 de dezembro de 1935, cuja copia acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

COPIA OFFICIAL

O ministro da Polónia cumprimenta attenciosamente Sua Excellencia o Senhor Ministro das Relações Exteriores e tem a honra de communicar que o governo da Polónia registrou, em 20 de setembro de 1935, a adhesão do Estado livre de Irlanda, á Convenção para a unificação de certas regras rela-

tivas ao transporte aéreo internacional e ao Protocollo Adicional, assignados em Varsovia, no dia 18 de outubro de 1929.

De accordo com a alinea 3 do art. 38 dessa Convenção esta adesão entrará em vigor no nonagesimo dia a contar da data do registro, isto é, de 20 de setembro de 1935.

Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1935.

---

DECRETO N. 607 — DE 28 DE JANEIRO DE 1936

*Faz publica a adesão do Estado livre da Irlanda, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e ao Protocollo Adicional firmados em Varsovia, a 12 de outubro de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão do Estado livre da Irlanda á Convenção para a unificação de certas regras, relativas ao transporte aéreo internacional e ao Protocollo Adicional, firmados em Varsovia, a 12 de outubro de 1929, devendo tal adesão ter validade a partir do nonagesimo dia, a contar de 20 de setembro de 1935, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Polonia nesta Capital, por nota de 25 de dezembro de 1935, cuja copia acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1936, cuja copia acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

COPIA OFFICIAL

O Mnistro da Polonia cumprimenta attentiosamente Sua Excellencia o Senhor Ministro das Relações Exteriores e tem a honra de comunicar que o Governo da Polonia registou, em 20 de setembro de 1935, a adesão do Estado livre da Ir-

landa, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e ao Protocollo Adicional, assignalados em Varsovia, no dia 18 de outubro de 1920.

De accordo com a alinea 3 do art. 38 dessa Convenção, esta adesão entrará em vigor no nonagesimo dia a contar da data do registro, isto é, de 20 de setembro de 1935.

Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1935.

DECRETO N. 634 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

*Promulga a adesão do Brasil aos accordos relativos, respectivamente, á unificação dos signaes marítimos e ás barcas-pharóes guarneçadas, concluidos em Lisboa a 23 de outubro de 1930*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Chefe do Governo Provisorio determinado, em 7 de dezembro de 1934, a adesão definitiva do Brasil aos accordos relativos, respectivamente, á unificação dos signaes marítimos e ás barcas-pharoes, quando fóra de suas posições, concluidos em Lisboa a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balisagem e de illuminação das costas, realizada na mesma Capital;

Tendo sido registrada essa adesão a 21 de novembro de 1932 no secretariado da Liga das Nações; e

Attendendo ao disposto no art. 18 das Disposições Transitorias da Constituição da Republica, em virtude do que ficaram approvados os actos do Governo Provisorio;

Decreta que os referidos accordos, acompanhados dos respectivos regulamentos, appensos por cópias ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

### **Accordo relativo a signaes marítimos**

Os governos contractantes, representados pelos abaixo assignados, tendo resolvido unificar certas categorias de signaes marítimos, convieram nas seguintes disposições:

#### **Artigo I**

Em todos os casos em que, pelas autoridades competentes nos territorios dos governos contractantes, foram dadas aos navegantes, por signaes visuaes, as informações ou avisos que constituem o objecto do regulamento annexo, cada um desses governos se compromette a que, para tal fim, sejam sómente tomadas, pelas referidas autoridades, as medidas que estiverem de accordo com o mencionado regulamento. As medidas de execução, para isso necessarias, deverão ser tomadas dentro de dous annos, a contar da entrada em vigor do presente Accordo.

#### **Artigo II**

As disposições do regulamento annexo só poderão deixar de ser cumpridas nos casos em que, devido ás condições locaes ou a circumstancias excepçionaes, não possam ellas ser razoavelmente applicadas e, especialmente, nos casos em que a sua adopção ameace pôr em perigo a navegação, ou acarrete despesas desproporcionadas ao trafico existente. Taes excepções deverão ser, aliás, tão limitadas quanto permittam as exigencias da situação a que tergão de fazer frente. Os navegadores deverão ser devidamente informados sobre essas derogações. Todas as precauções deverão, tanto quanto possivel, ser tomadas para se evitar, em taes casos, qualquer confusão com os outros signaes previstos no regulamento.

#### **Artigo III**

O presente Accordo não deverá ser considerado como modificativo, por qualquer fórma, da situação de direito existente nos differentes paizes, no que concerne ás relações entre o publico e as autoridades encarregadas de transmittir os signaes em questão.

#### Artigo IV

O presente Accordo, cujos textos francez e inglez farão igualmente fé, será datado de hoje; e poderá, até 30 de abril de 1931, inclusive, receber a assignatura de qualquer governo que se tenha feito representar na Conferencia que o elaborou, ou que haja sido convidado para nella se fazer representar.

#### Artigo V

A acceitação do presente Accordo, por parte de um governo, poderá effectuar-se por simples assignatura, no caso em que esta seja dada sem reserva de ratificação, por via de ratificação, ou de adhesão. Os instrumentos de ratificação serão remettidos ao secretario geral da Liga das Nações, que notificará o respectivo recebimento aos governos interessados.

A data da entrada em vigor do Accordo será o nonagesimo dia a contar da respectiva acceitação por parte de cinco governos.

#### Artigo VI

A partir de 1 de maio de 1931, o presente Accordo poderá receber a adhesão de qualquer dos governos referidos no artigo IV.

Os instrumentos de adhesão serão remettidos ao secretario geral da Liga das Nações, que notificará o respectivo recebimento aos governos interessados.

#### Artigo VII

Cada assignatura, ratificação ou adhesão, que sobrevier á entrada em vigor do Accordo, de conformidade com o artigo V, produzirá os seus effeitos a partir do nonagesimo dia, a contar da data da assignatura ou do recebimento, pelo secretario geral da Liga das Nações, dos instrumentos de ratificação ou da notificação da adhesão.

#### Artigo VIII

O presente Accordo poderá ser denunciado por qualquer dos governos contractantes, depois de um periodo de sete annos, a partir da data de sua entrada em vigor para o governo denunciante, por notificação escripta, dirigida ao se-

secretario geral da Liga das Nações, que do facto dará sciencia a todos os governos referidos no artigo IV. A denuncia produzirá os seus effeitos um anno após a data em que for recebida pelo secretario geral da Liga das Nações a respectiva notificação valendo apenas para o governo denunciante. A expiração de cada periodo de sete annos, depois de entrar em vigor o presente Accordo, qualquer governo contractante poderá propor a sua revisão. Em qualquer outra occasião esse pedido só poderá ser apresentado por uma quarta parte dos governos contractantes.

#### Artigo IX

Qualquer governo contractante, no acto da assignatura, da ratificação ou da adhesão, poderá declarar que, pela acceitação do presente Accordo, não assume obrigação alguma relativamente a qualquer colonia, protectorado ou territorio collocado sob suzerania ou mandato; em tal caso, o presente Accordo não será applicavel aos territorios que constituem o objecto dessa declaração.

Qualquer governo contractante poderá, em qualquer época posterior, notificar ao secretario geral da Liga das Nações a sua intenção de tornar o presente Accordo applicavel a qualquer parte dos territorios que constituíram o objecto da declaração prevista na alinea precedente. Em tal caso, o Accordo applicar-se-á aos territorios mencionados na notificação, noventa dias após o recebimento desta pelo secretario geral da Liga das Nações.

Qualquer governo contractante poderá declarar, quer á expiração do prazo de sete annos depois da notificação prevista no paragrapho precedente, quer por occasião da denuncia prevista no art. 8º, que considera sustada a applicação do presente Accordo a qualquer colonia, protectorado ou territorio collocado sob suzerania ou mandato; em tal caso, o Accordo cessará de ser applicavel aos territorios que constituem o objecto dessa declaração um anno depois do recebimento da mesma pelo secretario geral da Liga das Nações. Na ausencia de tal declaração, a denuncia prevista no art. 8º não terá effeito algum no que concerne os territorios mencionados no presente artigo.



### Artigo X

Cada um dos governos contractantes poderá subordinar a aceitação do presente Accordo á participação de um ou varios dos governos mencionados no artigo IV.

### Artigo XI

Cada um dos governos contractantes poderá declarar, no momento da assignatura, da ratificação ou da adhesão, que a obrigação mencionada no artigo primeiro deverá ser comprehendida como só tendo effeito, para elle, no que diz respeito ás disposições de tal ou qual capitulo especialmente designado no regulamento annexo. Não poderá, nesse caso, prevalecer-se da obrigação contrahida pelos outros governos contractantes, senão relativamente á materia contida nos capitulos a cujos compromissos elle proprio se haja obrigado.

### Artigo XII

O presente Accordo será registrado pelo secretario geral da Liga das Nações, na data da sua entrada em vigor.

Em fé do que, os abaixo assignados appuzeram suas assignaturas no presente Accordo.

Allemanha. — *Gustav Meyer* (sob reserva de ratificação).

Belgica. — *F. Urbain* (sob reserva de ratificação).

União Sul-Africana. — *F. F. Pienaar* (sob reserva de ratificação).

China. — *Woo Kaiseng* (sob reserva de ratificação).

Cuba. — *Arturo Loynaz del Castillo* (sob reserva de ratificação).

Cidade Livre de Dantzig. — *Solski*, capitão de fragata (sob reserva de ratificação).

Hespanha. — *José Herbellá*. — *Rafael Estrada* (sob reserva de ratificação).

Estonia. — *T. Gutman* (sob reserva de ratificação).

Finlandia. — *Sakari Tainio* (sob reserva de ratificação).

França. — *P. H. Watier* (sob reserva de ratificação).

Marrocos. — *A. de Rouville* (sob reserva de ratificação).

Tunisia. — *A. de Rouville* (sob reserva de ratificação).

Grecia. — *D. Rasi. — Kotsikas* (sob reserva de ratificação).

Monaco. — *Conde C. J. H. de Babone* (sob reserva de ratificação).

Paizes-Baixos. — *P. van Braam van Vloten* (sob reserva de ratificação).

A presente assignatura não inclue as Indias orientaes neerlandezas, nem Surinam e Curaçáo.

*Langelier* (sob reserva de ratificação). Fica entendido que esta assignatura não acarreta nenhuma obrigação para o Governo dos Paizes-Baixos no que concerne aos territorios coloniaes neerlandezes nas Indias orientaes e occidentaes.

Polonia. — *Solski*, capitão de fragata (sob reserva de ratificação).

Portugal. — *Ernesto de Vasconcellos. — Manoel Norton.*

Rumania. — *C. Antoniadé* (sob reserva de ratificação).

Suecia. — *Erik Hagg* (sob reserva de ratificação).

Yugoslavia. — *I. Choumemkivitch* (sob reserva de ratificação).

União das Republicas Sovieticas Socialistas. — *S. J. Bratman Brodowsky.*

---

### **Accordo sobre barcas-pharóes guarnecidas, quando fóra de suas posições normaes**

Os governos contractantes, representados pelos abaixo assignados, tendo resolvido unificar os signaes das barcas-pharóes guarnecidas, quando se encontrem fóra de suas posições normaes, convieram nas seguintes disposições:

### **ARTIGO I**

Os governos contractantes se compromettem a pôr em execução as disposições do regulamento anexo, relativas a barcas-pharóes, quando fóra de suas posições normaes. As medidas de execução, necessarias para tal effeito, deverão ser tomadas dentro de um anno, a contar da data da entrada em vigor do presente Accordo.

## ARTIGO II

O presente Accordo não deverá ser considerado como modificativo, por qualquer forma, da situação de direito existente nos diferentes paizes, no que concerne ás relações entre o publico e as autoridades encarregadas dos serviços de barcas-pharóes.

## ARTIGO III

O presente accordo, cujos textos francez e inglez farão igualmente fé, será datado de hoje; poderá, até 30 de abril de 1931, inclusive, receber a assignatura de qualquer governo que se tenha feito representar na Conferencia que o elaborou ou que haja sido convidado para nella se fazer representar.

## ARTIGO IV

A acceitação do presente Accordo por parte de um governo poderá effctuar-se por simples assignatura, no caso em que sta seja dada sem reserva de ratificação, por via de ratificação ou de adhesão.

Os instrumentos de ratificação serão remettidos ao secretario geral da Liga das Nações, que notificará o respectivo recebimento aos governos interessados. A data da entrada em vigor do Accordo será o nonagesimo dia a contar da respectiva acceitação por parte de cinco governos.

## ARTIGO V

A partir de 1 de maio de 1931 o presente Accordo poderá receber a adhesão de qualquer dos governos referidos no artigo III.

Os instrumentos de adhesão serão remettidos ao secretario geral, da Liga das Nações que notificará o respectivo recebimento aos governos interessados.

## ARTIGO VI

Cada assignatura, ratificação ou adhesão que sobrevier entrada em vigor do Accordo, de conformidade com o artigo IV, produzirá os seus effeitos a partir do nonagesimo dia a contar da data da assignatura ou do recebimento, pelo secretario geral da Liga das Nações, dos instrumntos de ratificação ou da notificação da adhesão.

## ARTIGO VII

O presente Accordo poderá ser denunciado, por qualquer dos governos contractantes, depois de um periodo de sete annos, a partir da data de sua entrada em vigor para o governo denunciante, por notificação escripta, dirigida ao secretario geral da Liga das Nações, que do facto dará sciencia a todos os governos referidos no artigo III.

A denuncia produzirá os seus effeitos um anno após a data em que fôr recebida pelo secretario geral da Liga das Nações a respectiva notificação, valendo apenas para o governo denunciante.

A' expiração de cada periodo de sete annos, depois de entrar em vigor o presente Accordo, qualquer governo contractante poderá propôr a sua revisão. Em qualquer outra occasião, esse pedido só poderá ser apresentado por uma quarta parte dos governos contractantes.

## ARTIGO VIII

Qualquer governo contractante, no acto da assignatura, da ratificação ou da adhesão, poderá declarar que, pela accettazione do presente Accordo, não assume obrigação alguma relativamente a qualquer colonia, protectorado ou territorio collocado sob soberania ou mandato; em tal caso o presente Accordo não será applicavel aos territorios que constituem o objecto dessa declaração.

Qualquer governo contractante poderá, em qualquer época posterior, notificar o secretario geral da Liga das Nações, a sua intenção de tornar o presente Accordo applicavel a qualquer parte dos territorios que constituíram o objecto da declaração prevista na alinea precedente. Em tal caso, o Accordo applicar-se-á aos territorios mencionados na notificação noventa dias após o recebimento desta pelo secretario geral da Liga das Nações.

Qualquer governo contractante poderá declarar, quer a expiração do prazo de sete annos depois da notificação prevista no paragrapho procedente, quer por ocasião da denuncia prevista no artigo VII, que considera sustada a applicação do presente Accordo a qualquer colonia, protectorado ou territorio

collocado sob suzerania ou mandato; em tal caso, o Accordo cessará de ser applicavel aos territorios que constituem o objecto dessa declaração um anno depois do recebimento da mesma declaração pelo secretario geral da Liga das Nações. Na ausencia de tal declaração a denuncia prevista no artigo VII, não terá effeito algum no que concerne a territorios mencionados no presente artigo.

#### ARTIGO IX

Cada um dos governos contractantes poderá suberdinar a acceitação do presente Accordo á participação de um ou varios governos mencionados no artigo III.

#### ARTIGO X

O presente Accordo será registrado pelo secretario geral da Liga das Nações na data da sua entrada em vigor.

*Allemanha* — Gustav Meyer, sob reserva de ratificação.

*Belgica* — F. Urbain, sob reserva de ratificação.

*Gran-Bretanha e Irlanda do Norte*, bem como todas as partes do Imperio Britannico que não são membros separados da Liga das Nações.

Declaro que a minha assignatura não comprehende as colonias, protectorados ou territorios sob suzerania ou mandato.  
— John Baldwin.

*India* — Declaro que a minha assignatura não comprehende nenhum dos Estados da India sob suzerania britannica.  
— Edward Headlam.

*Cuba* — Arturo Loynaz del Castillo, sob reserva de ratificação.

*Hespanha* — José Herbella — Rafael Estrada, sob reserva de ratificação.

*Estonia* — T. Gutman, sob reserva de ratificação.

*Finlandia* — Sakari Tainio, sob reserva de ratificação.

*França* — P. H. Watier.

*Marrocos* — A. de Rouville.

*Tunista* — A. de Rouville.

*Grecia* — D. Rasi-Kotsicas.

*Monaco* — Comte. C. J. H. de Bobone.

Annexo C — 1936 — 3

*Paizes-Baixos* — P. van Braam van Vloten; a presente assignatura não inclui as Indias Orientaes neerlandezas, Surinam e Curaçáo. Langeler. Fica entendido que esta assignatura não acarreta nenhuma obrigação para o Governo dos Paizes-Baixos no que concerne aos territorios coloniaes neerlandezes nas Indias Orientaes e Occidentaes.

*Portugal* — Ernesto de Vasconcellos, sob reserva de ratificação.

*Suecia* — Erik Hagg, sob reserva de ratificação.

## Regulamento relativo a certas categorias de signaes maritimos

### CAPITULO I

#### AVISO DE TEMPESTADES SUSCEPTIVEIS DE AFFECTAR A LOCALIDADE

##### A) Direcção do vento.

###### Indica-se:

1°. Uma rajada de vento começando no quadrante W.; durante o dia, por um cone, com a ponta voltada para cima; á noite por duas luzes vermelhas superpostas.

2°. Uma rajada de vento começando no quadrante S. W.; durante o dia, por um cone com a ponta voltada para baixa; á noite, por duas luzes brancas superpostas.

3°. Uma rajada de vento começando no quadrante N. E.; durante o dia, por dois cones com as pontas voltadas para cima e superpostas.

4°. Uma rajada de vento começando no quadrante S. E.; durante o dia, por dois cones, com as pontas para baixo, super postas; á noite por uma luz branca sobre uma luz vermelha.

B) Probabilidade de máo tempo, tufão ou vento violento.

###### Indica-se:

1°. O máo tempo provavel:

Durante o dia, por uma esphera negra; á noite, por uma luz vermelha içada na ponta do mastro.

2°. — Tufão ou vento violento prováveis:

Durante o dia, por duas esferas negras superpostas, á noite, por duas luzes vermelhas em linha horizontal, na ponta do mastro.

Desde que se possa prevêr a direcção do vento, pôde-se effectuar a substituição tanto do signal correspondente do paragrapho A) precedente, pelo signal do paragrapho B), como arvorar simultaneamente esses dois signaes.

C) Mudança de direcção do vento:

Indica-se:

1°. Uma mudança de vento para a direita (no sentido dos ponteiros de relógio) por uma bandeira preta ou por um cylindro negro.

2°. Uma mudança de vento para a esquerda (no sentido inverso dos ponteiros de relógio) por duas bandeiras pretas superpostas ou por dois cylindros negros superpostos.

O signal indicativo da mudança de direcção do vento é içado ao lado da indicação da direcção do vento. A distancia entre dois elementos superpostos de um signal diurno deve ser pelo menos igual á maior dimensão de um elemento.

A distancia entre duas luzes colocadas em linha vertical deve ser de dois metros (seis pés), pelo menos.

A utilização dos signaes prescriptos pelo preesnte regulamento não exclue o emprego de outros signaes, quando os mesmos se tornarem necessarios e notavelmente dos signaes do cyclone, taes como os foram codificados pelo observatorio do Zi-Ka-Wei, de accordo com o Departamento maritimo das Alfandegas Maritimas Chinezas.

CAPITULO II

SIGNAES DE MARÉ E DE ALTURA D'AGUA

A) Direcção de variação do nivel da maré

Indica-se:

1°. A' maré *vasante*:

Durante o dia, por um cone muito fino e comprido, com a ponta voltada para baixo; á noite por uma luz branca superposta a outra verde.

2°. A preamar:

Durante o dia, por um cone muito fino e comprido, com a ponta voltada para cima; durante á noite, por uma luz verde superposta a outra branca.

A altura do cone terá pelo menos tres vezes o diametro de sua base.

B) Altura d'agua:

Salvo excepções, que serão indicadas nas instrucções nauticas, as alturas da agua são medidas a partir de zero hydrographico.

As unidades adoptadas são o duplo decimetro, nos paizes que adoptam o systema metrico e o pé inglez nos outros paizes.

Indica-se:

Uma altura de agua, equivalente a uma unidade (pé ou duplo decimetro):

Durante o dia, por um cone com a ponta voltada para baixo ou por uma esphera; á noite, por uma luz verde ou por uma luz branca.

Indica-se:

Uma altura de agua equivalente a cinco unidades (um metro ou cinco pés):

Durante o dia, por um cylindro; á noite, por uma luz vermelha.

Indica-se:

Uma altura de agua equivalente a 25 unidades (5 metros ou 25 pés):

Durante o dia, por uma esphera; á noite, por uma luz branca.

Si conveniente, poder-se-á medir uma altura de agua equivalente a meia unidade (um decimetro ou um meio pé):

Durante o dia, por um cylindro; á noite por uma luz vermelha.

Os signaes são igados do modo seguinte:

Os cones (ou espheras) indicando unidades podem ser dispostos, quer em linha uma vertical, quer em duas. O cylindro indicando a sub-divisão da unidade póde ser collocado, quer na mesma linha e abaixo das unidades, quer á esquerda da vertical das unidades.



As espheras indicando cada uma cinco unidades, são dispostas, em linha vertical á direita da linha ou das linhas das indicadas unidades.

As espheras, indicando cada uma 25 unidades, são dispostas em linha vertical, á extrema direita. A esquerda e a direita são consideradas do ponto de vista do navegante vindo do largo. As mesmas disposições se applicam aos signaes nocturnos.

A signalização por semaphoro, com o alphabeto Morse optico, pelo Codigo Internacional de Signaes, pela radiographia ou radiophonia, como tambem a indicação da altura da agua em algarismo, é tambem permittida, quer conjunctamente, quer em substituição da signalização prevista no presente regulamento.

### CAPITULO III

#### SIGNAES CONCERNENTES AO MOVIMENTO DE NAVIOS, Á ENTRADA DOS PORTOS OU CANNAES IMPOTANTES

A) Em caso de graves acontecimentos:

Indica-se:

A interdicção absoluta de entrada, em caso de graves acontecimentos:

Durante o dia, por tres espheras superpostas: á noite por tres luzes vermelhas superpostas.

B) Em circumstancias normaes:

Indica-se:

1°. A interdicção de entrada:

Durante o dia, por um cone com a ponta voltada para cima, entre duas espheras dispostas em linha vertical; á noite, por uma luz branca entre duas luzes vermelhas dispostas em linha vertical.

2°. A interdicção de entrada e de sahida:

Durante o dia por um cone com a ponta voltada para cima, tendo por cima um outro cone com a ponta voltada para baixo e superposto a uma esphera: á noite por uma luz branca, tendo por cima uma outra luz verde e superposta a uma luz vermelha;

3°. A interdicção de sahida:

Durante o dia, por um cone com a ponta voltada para cima, entre dous cones com as pontas voltadas para baixo, em linha vertical; á noite por uma luz branca entre duas outras verdes, em linha vertical.

Os signaes devem ser collocados a uma altura tal que se evite toda e qualquer confusão com outros signaes do porto.

O espaço entre os elementos componentes dos differentes signaes será tal que sejam os mesmos visiveis á distancia, em que devam ser normalmente perceptíveis.

**Regulamentos relativos aos signaes para as barcas-pharóes  
guarnecidas, quando fóra de suas posições normaes**

1°. Quando uma barca-pharol deslocar-se de sua posição normal, por ter garrado, partido as amarras ou por estar demandando sua posição ou um porto, não emittirá signaes luminosos proprios para a noite ou para a cerração.

2°. Uma barca-pharol que tiver garrado ou partido as amarras içará um signal especial, que, de preferencia, será:

Durante o dia, duas grandes espheras pretas, uma avante e outra á ré; á noite, duas luzes vermelhas, uma avante e a outra á ré.

Deverá, outrosim, arriar suas características visiveis, si forem ellas moveis.

Quando as circumstancias não permittirem o uso dos signaes previstos na primeira alinea do presente paragrapho, ou quando esses já forem empregados como característicos normaes de barcas-pharóes, serão usadas bandeiras vermelhas em vez de espheras negras.

3°. Outrosim, como medida de precaução suplementar, a barca-pharol garrada ou que tenha as suas amarras cortadas:

a) durante o dia içará o signal por meio de bandeiras que significa:

“Não estou na minima posição normal.”

De accordo com os dispositivos do Codigo Internacional de Signae

b) á noite, accende de quarto em quarto de hora pelo menos e simultaneamente dous fogos de Bengala, um vermelho e outro branco.

Quando as circumstancias não permittirem o uso de fogo de Bengala, serão expostos simultaneamente uma luz vermelha e outra branca.

4°. Finalmente, uma barca-pharol em movimento deve levar as mesmas luzes e emittir os mesmos signaes sonoros que qualquer embarcação em viagem e, si tiver propulsão autonoma, levará, durante o dia, o signal previsto no paragrapho 2°.

---

DECRETO N. 635 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Nicaragua, á Convenção Internacional para suppressão do trafico das mulheres e das crianças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, por parte do Governo da Nicaragua, á Convenção Internacional para a suppressão do trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores, pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota, de 19 de dezembro de 1935, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

C. L. 209-1935. IV.

Convenção Internacional para a supressão do trafico das  
mulheres e das creanças

(Genebra, 30 de setembro de 1921.

*Adhesão da Nicaragua*

Genebra, 19 de dezembro de 1935.

Tenho a honra de informar a V. Ex., que o Sr. Delegado permanente da Republica de Nicaragua, junto á Liga das Nações, me transmittiu, de accordo com as disposições do artigo 10, da Convenção Internacional para supressão do trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921, o instrumento de adhesão de S. Ex. o Presidente da Republica da Nicaragua a essa Convenção.

O referido instrumento de adhesão foi depositado no Secretariado da Liga das Nações, a 12 de dezembro de 1935.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.  
— Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico p. i. do Secretariado, *M. Mc. E. Wood*.

---

DECRETO N. 636 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Agentes Consulares, firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Pan-americana.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Agentes Consulares, firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Pan-americana, conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Washington pela União Pan-americana, por nota de 3 de janei-

ro do corrente anno, enviada com o teor da acta do referido deposito, documentos esses cuja cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

União Pan-americana, Washington, D. C., E. U. A., 3 de janeiro de 1936.

Excellentissimo Senhor Embaixador:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias certificadas da acta de deposito e dos instrumentos de ratificação, por parte da Republica da Colombia, das convenções sobre Agentes Consulares e sobre a Condição dos Estrangeiros, assignada na Sexta Conferencia Internacional Americana.

Rogo a Vossa Excellencia dignar-se informar o seu Governo do deposito dos instrumentos de ratificação a que acima me refiro.

Renovo-lhe, Senhor Embaixador, os protestos da minha alta estima e distincta consideração. — *L. S. Rowe*, director geral.

A sua Excellencia o Senhor Doutor Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil, Washington, D. C.

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

ACTA DO DEPOSITO DOS INSTRUMENTOS DE RATIFICAÇÃO POR PARTE DO GOVERNO DA REPUBLICA DA COLOMBIA, DAS CONVENÇÕES SOBRE AGENTES CONSULARES E SOBRE CONDIÇÃO DOS ESTRANGEIROS.

Os abaixo assignados, S. E. o Sr. Don Miguel López Pumarejo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica da Colombia junto ao Governo dos Estados Unidos da America e Representante da Republica da Colombia no Conselho Directivo da União Pan-americana; o

Director Geral da União Pan-americana e o Vice-Director e Secretario do Conselho Directivo da União Pan-americana se reuniram, nesta data, com o fim de proceder ao deposito na União Pan-americana dos instrumentos da ratificação por parte do Governo da Republica da Colombia das Convenções sobre Agentes Consulares e sobre Condição dos Estrangeiros subscriptos na Sexta Conferencia Internacional Americana, celebrada em Havana de 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928.

Os instrumentos de ratificação foram entregues por Sua Excellencia o Ministro da Republica da Colombia ao Director Geral da União Pan-americana, de conformidade com o disposto nos artigos respectivas das Convenções acima mencionadas.

Em firmeza do que, os abaixo assignados subscrevem a presente acta, em Washington, a 26 de dezembro de 1935.

(S) *L. S. Rowe*, director geral da União Pan-americana.

(S) *E. Gil-Borges*, vice-director e Secretario do Conselho Directivo.

Certifico que o documento acima transcripto é cópia fiel do original da acta do deposito dos instrumentos de ratificação pelo Governo da Republica da Colombia das Convenções sobre Agentes Consulares e sobre Condição dos Estrangeiros, subscriptas na Sexta Conferencia Internacional Americana.

(S) *E. Gil Borges*, secretario do Conselho Directivo da União Pan-americana.

---

DECRETO N. 637 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Condição de Estrangeiros firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Pan-americana*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil fez publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Condição

de Estrangeiros, firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Pan-americana — conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Washington pela União Pan-americana, por nota de 3 de janeiro do corrente anno, enviada como o teor da Acta do referido deposito, documentos esses cuja copia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

União Pan-americana — Washington, D. C., E. U. A.  
— 3 de janeiro de 1936.

Excellentissimo Senhor Embaixador:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias certificadas da Acta de Deposito e dos instrumentos de ratificação, por parte da Republica da Colombia, das convenções sobre Agentes Consulares e sobre a Condição dos Estrangeiros, assignadas na Sexta Conferencia Internacional Americana.

Rogo a Vossa Excellencia dignar-se informar o seu Governo do deposito dos instrumentos de ratificação a que acima me refiro.

Renovo-lhe, Senhor Embaixador, os protestos de minha alta estima e distincta consideração. — *L. S. Rowe*, director geral.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil, Washington, D. C.

#### TRADUCÇÃO OFFICIAL

ACTA DO DEPOSITO DOS INSTRUMENTOS DE RATIFICAÇÃO POR PARTE DO GOVERNO DA REPUBLICA DA COLOMBIA DAS CONVENÇÕES SOBRE AGENTES CONSULARES E SOBRE CONDIÇÃO DOS ESTRANGEIROS.

Os abaixo assignados, S. E. o Senhor Don Miguel López Pumarejo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica da Colombia junto ao Governo dos Estados

Unidos da America e Representante da Republica da Colombia no Conselho Directivo da União Panamericana; o director geral da União Pan-americana e o vice-director e secretario do Conselho Directivo da União Pan-americana se reuniram, nesta data, com o fim de proceder ao deposito, na União Pan-americana, dos instrumentos da ratificação por parte do Governo da Republica da Colombia das Convenções sobre Agentes Consulares e sobre Condição dos Estrangeiros, subscriptas na Sexta Conferencia Internacional Americana, celebrada em Havana de 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928.

Os instrumentos de ratificação foram entregues por Sua Excellencia o Ministro da Republica da Colombia ao director geral da União Pan-americana de conformidade com o disposto nos artigos respectivos das Convenções acima mencionadas.

Em firmeza do que, os abaixo assignados subscrevem a presente acta, em Washington, a 26 de dezembro de 1935. —  
(E) *L. S. Rowe*, director geral da União Pan-americana. —  
(F) *E. Gil-Borges*, vice-director e secretario do Conselho Directivo.

Certifico que o documento acima transcripto é cópia fiel do original da Acta do deposito dos instrumentos de ratificação pelo Governo da Republica da Colombia das Convenções sobre Agentes Consulares e sobre Condição dos Estrangeiros, subscriptas na Sexta Conferencia Internacional Americana. — *E. Gil Borges*, secretario do Conselho Directivo da União Panamericana.

---

DECRETO N. 642 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

*Regulamenta os dispostos da lei n. 158, de 30 de dezembro de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Os funcionarios publicos que substituirem interinamente os licenciados perceberão, além dos seus vencimentos, o que perderem os substituidos.



§ 1º. Em hypothese alguma o vencimento do substituto poderá exceder o do substituido.

§ 2º. Nos casos de substituição eventual ou decorrente de férias, em que o titular do cargo nada perca dos seus vencimentos, nenhuma differença caberá ao substituto.

Art. 2º. Os funcionarios que substituirem interinamente os que estiverem em commissão, em serviço obrigatorio por lei e os licenciados, nos termos do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935, perceberão os vencimentos do seu cargo e a gratificação ou quotas ou percentagens do substituido, pela verba "Eventuaes" do orçamento do respectivo ministerio; não podendo o substituto receber mais do que o substituido.

Art. 3º. Reputar-se-á unicamente substituição, para o effeito dos artigos precedentes, o exercicio interino dos logares de chefia ou direcção, que invistam o substituto de funcções diversas das inherentes ao seu proprio cargo, em virtude de leis e regulamentos.

Art. 4º. As pessoas estranhas que servirem em cargo vago, interinamente, perceberão os vencimentos integraes desse cargo.

§ 1º. As substituições de que trata este artigo só poderão ter logar quando absolutamente necessárias e provada a impossibilidade da designação de funcionario publico e após autorização expressa do Presidente da Republica.

§ 2º. Considera-se cargo vago aquelle ainda não provido regularmente ou cujo titular delle esteja afastado definitivamente.

Art. 5º. Todas as substituições, excepto as que se derem automaticamente por força de dispositivo regulamentar, dependem de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º. O funcionario publico commissionado não poderá afastar-se do cargo, com as vantagens que lhe são attribuidas pelo exercicio da commissão, salvo no goso de férias regulamentares ou por conveniencia do serviço publico, a juizo do ministro respectivo e por prazo não excedente de 30 dias; nesta ultima hypothese o substituto perceberá as vantagens da commissão pela verba "Eventuaes".

**Paragrapho unico.** Excedido o prazo a que se refere o presente artigo, o substituido perderá as vantagens inherentes á commissão, que serão pagas ao substituto pela verba propria.

Art. 7°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Ráo.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Aristides Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 650 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1936

*Faz publica a ratificação da adhesão, pela Austria, á Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de setembro de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a ratificação da adhesão, por parte da Austria, á Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de setembro de 1931, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 21 de janeiro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

**LIGA DAS NAÇÕES**

**Convenção para regulamentação da pesca da baleia**

(Genebra, 24 de setembro de 1931)

*Ratificação da adesão da Austria*

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario Representante permanente da Austria junto á Sociedade das Nações depositou no Secretariado, a 2 de janeiro de 1936, o instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente Federal da Austria, da adesão, pelo mesmo paiz, á Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de setembro de 1931.

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral. — O Conselheiro juridico do Secretariado, *E. M. Mc Wood*.

---

**DECRETO N. 655 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1936**

*Abre um credito supplementar de 170:150\$000, á verba 4º do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de conformidade com o art. 1º da lei n. 163, de 2 de janeiro de 1936, tendo ouvido o Ministerio dos Negocios da Fazenda e consultado o Tribunal de Contas, nos termos dos artigos 92 e 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, aprovado pela decreto n. 15.783 de 8 de janeiro de 1922, decreta:

Art. 1º. Fica aberto á verba 4ª do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores, para o exercicio de 1935, um credito supplementar de cento e setenta contos cento e cinquenta mil réis (170:150\$000), sendo cinquenta e oito contos novecentos e cinquenta mil réis (58:950\$000) para a consignação "Pessoal" sub-consignação n. 2, Sector Oeste e cento e onze contos e duzentos mil réis (111:200\$000) para a consignação "Material", sub-consignação n. 2, Sector Oeste.

Art. 2°. As despesas resultantes desta lei serão custeadas nos termos da lei n. 5, de 2 de novembro de 1934.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1936, 115° da Independência e 48° da República.

GETULIO VARGAS

*José Carlos de Macedo Soares*

---

DECRETO N. 666 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1936

*Faz publica a adesão do Governo da Islandia á Convenção Internacional sobre circulação de automoveis, firmada em Paris a 24 de abril de 1926*

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão do Governo da Islandia á Convenção Internacional sobre circulação de automoveis, firmada em Paris a 24 de abril de 1926, devendo tal adesão ter validade a partir de 1 de março de 1936, conforme comunicação feita á Embaixada do Brasil em Paris pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França, por nota de 4 de dezembro de 1935, enviada com a copia authentica da acta de adesão, cujas traducções officiaes, respectivamente, acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1936, 115° da Independência e 48° da República.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

Republica franceza, Paris, 1935.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Sub-direcção dos Negocios Administrativos e das Uniões Internacionais.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de levar ao conhecimento das Potencias ligadas pela Convenção Internacional de 24 de abril de 1926, relativa á circulação de automoveis, a adesão do Reino da Islandia á alludida Convenção.

Vae annexa á presente nota uma copia da acta de adhesão firmada pelo Sr. P. Munch, ministro dinamarquez dos Negocios Estrangeiros.

Foram escolhidas as letras IS como signal distinctivo dos automoveis matriculados na Islandia.

Notificando essa adhesão na data de 15 de novembro de 1935, o ministro da Dinamarca em Paris, em nome do Governo islandez, manifestou o desejo de que sua adhesão á Convenção produza effeito a partir de 1 de março de 1936.

Nessas condições, o Governo francez propõe a vigencia desse acto para o Reino da Islandia, a partir de 1 de março de 1936, si, antes disso, nenhuma Potencia formular objecções á adopção desta suggestão.

Paris, 4 de dezembro de 1935.

#### ACTA DE ADHESÃO

Considerando que a Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis firmada em Paris, a 24 de abril de 1926, estipula no seu artigo 13, que todo Estado não signatario da referida Convenção poderá a ella adherir transmittindo ao Governo francez uma acta de adhesão;

Considerando que o Governo da Islandia deseja usar deste direito;

Considerando que a Dinamarca, em virtude da lei da União Dinamarca-Islandeza, está encarregada de gerir os Negocios Estrangeiros da Islandia;

Considerando, enfim, que as autoridades islandezas competentes, de accordo com a Constituição e a lei da União, preencheram as formalidades necessarias para a adhesão da Islandia á referida Convenção.

O abaixo assignado, Peter Rochegune Munch, ministro dos Negocios Estrangeiros da Dinamarca, declara, em virtude de autorização Real, dada para esse effeito, que o Governo da Islandia adhire á Convenção Internacional de 24 de abril de 1926, relativa á circulação de automoveis.

Feita em Copenhague, a 6 de abril de 1935. — *P. Munch.*

E' copia authentica. — O ministro plenipotenciario subdirector dos Negocios Administrativos e das Uniões Internacionais, *D. Tétreau.*

— 60 —

**DECRETO N. 693 — DE 17 DE MARÇO DE 1936**

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte do Egypto, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei do Egypto, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926 — conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Paris pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França, por nota de 15 de janeiro do corrente anno, enviada com a copia authentica da Acta de ratificação, cujas traducções officiaes, respectivamente, acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

—

**TRADUCÇÃO OFFICIAL**

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Protocollo — Republica Franceza — Paris, 15 de janeiro de 1936.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de remetter, em annexo, á Embaixada do Brasil:

1°, uma copia authentica da acta do deposito da ratificação do Egypto;

2°, uma copia authentica da acta do deposito da ratificação do Japão;

relativas á Convenção Sanitaria Internacional de 1926.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros agradeceria lhe accusar o recebimento da presente remessa.

**TRADUCÇÃO OFFICIAL**

**ACTA DO DEPOSITO DE RATIFICAÇÃO DO EGYPTO RELATIVA Á CONVENÇÃO SANITARIA INTERNACIONAL, FIRMADA EM PARIS, A 21 DE JUNHO DE 1926 E SOBRE SEU ANNEXO.**

O Ministro do Egypto em Paris apresentou-se, hoje, ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica franceza e depositou o instrumento de ratificação por parte de Sua Majestade o Rei do Egypto relativo á Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris, a 21 de junho de 1926, e seu annexo formulando as seguintes reservas:

*Reserva ao art. 70*

O Governo Real reserva-se não ratificar o dispositivo do art. 70, nos termos do qual o regulamento elaborado pelo Conselho e acceto pelas Potencias determinará o numero minimo de medicos que devem ficar affectos a cada estação bem como o modo de admissão, a retribuição e attribuições desses medicos e de todos os funcionarios encarregados de assegurar, sob a autoridade do Conselho Sanitario Maritimo e Quarentenario do Egypto, a vigilancia e execução das medidas prophylacticas.

Essa disposição, que não se achava nas Convenções anteriores, é, de facto, contraria á lei organica de 19 de junho de 1893 e ao decreto Ministerial do mesmo dia que attribuem, nessa materia, o direito de decisão do Governo Egyptio.

*Esclarecimento do sentido do art. 163*

O Governo Real julga necessario esclarecer que o sentido da phrase: "a data da entrada em vigor da presente Convenção, que figura no art. 163 II (2) reporta-se á data da ratificação da Convenção pelo Egypto".

*Reserva relativa á participação do Sudão*

O Governo Real reitera suas reservas anteriores no que se refere á presença, na Conferencia Sanitaria Internacional de Paris, de um delegado representando o Sudão, formula as reservas as mais expressas quanto á ratificação da Convenção pelo Governo Geral do Sudão e declara que esses actos não attingiriam os direitos de soberania do Egypto.

Apresentado esse instrumento e tendo sido, após exame, encontrado em boa e devida forma, foi confiado ao Governo da Republica franceza para ficar depositado nos seus Archivos.

Uma copia authenticada da presente Acta será remettida ás Partes contractantes.

Em firmeza do que, os abaixo assignados subcreveram a presente Acta nella appondo os seus sellos.

Feita em Paris a 20 de novembro de 1935.— *Pierre Laval.*— *I'akhry.*

E' copia authentica. O Ministro Plenipotenciario, chefe do Serviço do Protocollo, *P. de Fouquières.*

---

DECRETO N. 694 — DE 17 DE MARÇO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Finlândia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, firmada em Genebra a 27 de julho de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Presidente da Republica da Finlândia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, firmada em Genebra a 27 de julho de 1929, devendo tal ratificação ter validade a partir de 8 de agosto de 1936 — conforme communicacão feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 6 do corrente, enviada com a copia authenticada da Acta do deposito da ratificação, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa — VI.2-157/2 WH.

Em cumprimento das disposições finaes da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos



em campanha, concluída em Genebra, a 27 de julho de 1929, a Legação da Suíça, de ordem do seu Governo, tem a honra de remetter, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores uma copia authenticada da Acta lavrada, a 8 de fevereiro de 1936, para registrar o deposito, nos Archivos da Confederação Suíça, do instrumento de ratificação por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica finlandeza.

De accordo com o art. 33 da Convenção, a ratificação produzirá effeito seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 8 de agosto de 1936.

A Legação da Suíça agradecerá ao Ministerio das Relações Exteriores accusar o recebimento da presente communição e aproveita esta occasião para lhe renovar os protestos de sua alta consideração.

Rio de Janeiro. 6 de março de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.

ACTA DO DEPOSITO DA RATIFICAÇÃO DA FINLANDIA RELATIVA Á CONVENÇÃO PARA A MELHORIA DA SORTE DOS FERIDOS E ENFERMOS NOS EXERCITOS EM CAMPANHA, CONCLUIDA EM GENEBRA A 27 DE JULHO DE 1929.

O Ministro da Finlândia em Berna, Sua Excellencia o Senhor Holsti, apresentou-se, hoje, ao Departamento Politico Federal para proceder ao deposito do instrumento de ratificação por parte de Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica finlandeza relativo á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, concluída em Genebra a 27 de julho de 1929.

Esse instrumento, achado em boa e devida forma, será depositado nos Archivos da Confederação Suíça.

O deposito do instrumento será notificado aos paizes Parte na Convenção.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta.

Feita em Berna, a 8 de fevereiro de 1936.— O chefe do Departamento Politico Federal, *Motta*.— O Ministro da Finlândia, *Holsti*.

E' copia authenticada.— O chefe da Divisão dos Negocios Estrangeiros do Departamento Politico Federal, *Bonna*.

---

DECRETO N. 695 — DE 17 DE MARÇO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelo Governo da Belgica, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, devendo tal ratificação ter validade cento e vinte dias após a data do deposito — conforme communicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos á Legação do Brasil na Haya, por nota de 6 de novembro de 1935, enviada com a copia authentica da acta do referido deposito, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936. 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Direcção do Protocollo — N. 36.201.

NOTA

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de remetter, em annexo, á Legação dos Estados Unidos do Brasil, em execução do art. 63 da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, uma cópia authenticada da acta do deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas, dessa Convenção.

O Ministerio roga á Legação remetter a referida acta ao Governo dos Estados Unidos do Brasil e de lhe accusar o recebimento da presente remessa.

Haya, 6 de novembro de 1935:

ACTA DO DEPOSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DE SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS RELATIVA Á CONVENÇÃO SANITARIA INTERNACIONAL PARA A NAVEGAÇÃO AÉREA, CONCLUÍDA NA HAYA, A 12 DE ABRIL DE 1933.

De accordo com o disposto no art. 63, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, concluída na Haya, a 12 de abril de 1933, Sua Excellencia o Senhor Charles Maskens, Enviado extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Rei dos Belgas na Haya, apresentou-se, hoje, no Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, para proceder ao deposito do instrumento de ratificação por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas da referida Convenção.

Esse instrumento de ratificação tendo sido, após exame, encontrado em boa e devida forma, foi confiado ao Governo dos Paizes Baixos para ser depositado nos seus Archivos.

De accordo com os termos do art. 63, alinea 3, a Convenção entrará em vigor para a Belgica cento e vinte dias após a data do deposito do referido instrumento de ratificação.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta, da qual uma cópia authenticada será remetida a cada uma das Altas Partes contractantes e á Repartição Internacional de Hygiene Publica.

Feito na Haya, a 28 de outubro de 1935.— O Ministerio dos Negocios Estrangeiros de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, *De Graeff*.— O Enviado extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Rei dos Belgas na Haya, *Ch. Maskens*.

E' cópia authentica.— O secretario geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, *A. M. Jonceer*.

---

DECRETO N. 696 — DE 17 DE MARÇO DE 1936

*Faz publica a accessão, por parte da União das Republicas Sovieticas Socialistas, á Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, firmada em Bruxellas a 5 de julho de 1890*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a accessão, por parte da União das Republicas Sovieticas Socialistas, á Convênção relativa ao estabelecimento de uma União internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, firmada em Bruxellas a 5 de julho de 1890, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da Belgica nesta capital, por nota de 19 de fevereiro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936, 117° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

EMBAIXADA DA BELGICA

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1936 — N. 266.

Senhor Ministro,

De accordo com o art. 14 da Convenção de 5 de julho de 1890, que instituiu a União internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Governo da União das Republicas Sovieticas socialistas notificou ao meu Governo a accessão, por parte desse Estado, á referida Convenção.

Essa accessão entrou em vigor a 1 de janeiro de 1936.

Aproveito esta occasião, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia os protestos de minha mais alta consideração.— *E. Robyns de Schneidauer.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

---

DECRETO N. 697 — DE 17 DE MARÇO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Japão, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Magestade o Imperador do Japão, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926 — conforme comunicação feita á Embaixada do Brasil em Paris pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França. por nota de 15 de janeiro do corrente anno, enviáda com a copia authentica da Acta de ratificação, cujas traducções officiaes, respectivamente, acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Protocollo — Republica franceza — Paris, 15 de janeiro de 1936.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de remetter, em annexo, á Embaixada do Brasil:

1°, uma cópia authentica da acta do deposito da ratificação do Egypto;

2°, uma cópia authentica da acta do deposito da ratificação do Japão;

relativas á Convenção Sanitaria Internacional de 1926.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros agradeceria lhe accusar o recebimento da presente remessa.

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

ACTA DO DEPOSITO DE RATIFICAÇÃO DO JAPÃO RELATIVA Á CONVENÇÃO SANITARIA INTERNACIONAL, FIRMADA EM PARIS, A 21 DE JUNHO DE 1926

De accordo com as disposições do art. 170 da Convenção Sanitaria Internacional firmada em Paris a 21 de junho de 1926, o Embaixador do Japão em Paris apresentou-se, hoje, ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica franceza e depositou o instrumento de ratificação por parte de Sua Majestade o Imperador do Japão desse Acto Internacional.

Esse instrumento, tendo sido após exame, encontrado em boa e devida fórma, foi confiado ao Governo da Republica franceza para ficar depositado nos seus Archivos.

Uma cópia authenticada da Acta será remettida ás Partes contractantes.

Em firmeza do que, os abaixo assignados subcreveram a presente acta nella appondo seus sellos.

Feita em Paris a 17 de dezembro de 1935.— *Pierre Laval.*— *Sato.*

E' cópia authenticica.— O Ministro Plenipotenciario, chefe do Serviço do Protocollo, *P. de Fouquières.*

---

### DECRETO N. 702 — DE 21 DE MARÇO DE 1936

*Declara, pelo prazo de noventa dias, equiparada ao estado de guerra, a commoção intestina grave, em todo o territorio nacional*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, autorizado pelo artigo segundo do decreto legislativo numero oito, de 21 de dezembro de 1935, e nos termos do artigo segundo do decreto n. 532, de 24 de dezembro do mesmo mez e anno:

Attendendo a que novas diligencias e investigações revelaram grave recrudesimento das actividades subversivas das instituições politicas e sociaes;

Attendendo a que se tornam indispensaveis as mais energicas medidas de prevenção e repressão;

Attendendo a que é dever fundamental do Estado defender, a par das instituições, os principios da autoridade e da ordem social:

Resolve:

Art. 1º. E' equiparada ao estado de guerra, pelo prazo de noventa dias e em todo o territorio nacional, a commoção intestina grave articulada em diversos pontos do paiz desde novembro de 1935, com a finalidade de subverter as instituições politicas e sociaes.

Art. 2º. Durante o periodo a que se refere o artigo anterior, ficarão mantidas, em toda sua plenitude, as garantias constantes dos numeros 1, 5, 6, 7, 10, 13, 17, 18, 19, 20, 28, 30, 32, 34, 35, 36 e 37, do art. 113 da Constituição da Republica, ficando suspensas, nos termos do art. 161, as demais garantias especificadas no citado art. 113 e bem assim as estabelecidas, explicita ou implicitamente, no art. 175 e em outros artigos da mesma Constituição.

Art. 3º. O ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores superintenderá a execução das medidas decorrentes das disposições anteriores, expedindo, para esse fim, as instrucções que se tornarem necessarias.

Art. 4º. O presente decreto entrará em vigor immediatamente e seu texto será communicado por via telegraphica aos governadores dos Estados e interventor federal do Territorio do Acre.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*A. de Souza Costa.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

\_\_\_\_\_

DECRETO N. 703 DE 24 DE MARÇO DE 1936

*Faz publica a adesão, por parte da Zona de Tanger a dois actos internacionaes relativos á Propriedade Industrial, revistos na Haya, a 6 de novembro de 1925.*

O Presidente da Republica nos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão, por parte da Zona de Tanger, aos seguintes actos internacionaes:

1. Convenção da União de Paris, de 20 de março de 1883, para protecção da propriedade industrial, revista, por ultimo, na Haya, a 6 de novembro de 1925;

2. Accordo de Madrid, de 14 de abril de 1891, relativo á repressão das falsas indicações de precedencia sobre as mercadorias, revisto na Haya, a 6 de novembro de 1925, devendo tal adesão ter validade a partir de 6 de março de 1936 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores, pela Legação da Suissa nesta capital, por nota de 29 de fevereiro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 24 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

Senhor ministro de Estado.

De ordem do meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, por nota de 1 de fevereiro de 1935, a Embaixada de França communicou ao Conselho Federal Suisso o seguinte:

“A pedido de M. Ponsot, residente geral da França em Marrocos, na sua qualidade de ministro dos Negocios Estrangeiros de sua majestade o sultão, a Embaixada de França foi encarregada de communicar ao governo federal que, nos termos de uma deliberação de 25 de outubro de 1934, promulgada a 22 de novembro seguinte, a Assembléa Legislativa da Zona de Tanger resolveu adherir;



1, á Convenção da União de Paris de 20 de março de 1883 para a protecção da propriedade industrial, revista, por ultimo, na Haya a 6 de novembro de 1925;

2, ao Accordo de Madrid de 14 de abril de 1891, revisto na Haya a 6 de novembro de 1925, relativo á repressão das falsas indicações de precedencia sobre as mercadorias,

3, ao Accordo de Madrid de 14 de abril de 1891, revisto na Haya a 6 de novembro de 1925, relativo ao registro internacional de marcas de fabricas ou de commercio e ao regulamento de execução;

4, ao Accordo de Haya de 6 de novembro de 1925 relativo ao deposito internacional dos desenhos ou modelos industriaes e ao accordo de execução.

A assembléa resolveu, ainda, nessa occasião, que a Zona de Tanger prestasse a sua adhesão á Repartição Internacional de Berna para a Protecção Industrial.

De accordo com o artigo 16, paragrapho 2 da Convenção revista na Haya, a embaixada tem a honra de notificar ao Governo federal a adhesão, por parte da Zona de Tanger, ás Convenções e Accordo acima referidos.

Por nota de 17 de janeiro de 1936, a Embaixada de França precisou que a Zona de Tanger desejava ser incluída na 6ª das classes previstas pelo art. 13 da Convenção e relativo á repartição das despesas da Repartição da União.

Em cumprimento do art. 16 da Convenção da União e dos arts. 5, 11 e 22 dos referidos accordos, a adhesão em apreço produzirá effeito a partir de 6 de março de 1936.

Rogando a Vossa Excellencia queira tomar nota do que precede, aproveito esta occasião, senhor ministro de Estado, para lhe renovar os protestos da minha mais alta consideração. — (a) *Gerstch.*

---

DECRETO N. 756 A — DE 21 DE ABRIL DE 1936

*Autoriza a transladação para o Brasil, das cinzas dos Inconfidentes, e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que a conjuração mineira de 1789 congregou, no mesmo ideal de autonomia politica e de governo republi-

cano, intellectuaes, militares, sacerdotes, magistrados, agricultores, commerciantes e trabalhadores, brasileiros e portuguezes e escravos africanos, todos identificados no anseio de fundar no Brasil uma patria livre;

Considerando que as pessoas envolvidas na conjuração e denominados historicamente Inconfidentes, soffreram duras penas de carcere, degredo e martyrio, sendo o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, justamente proclamado o proto-martyr da Inconfidencia e da Republica;

Considerando que os despojos desses Inconfidentes, mortos no exilio, não receberam a consagração de repousar em terra brasileira:

Resolve:

Art. 1.º Fica autorizado o Ministro da Educação e Saude Publica, em combinação com o das Relações Exteriores e o da Marinha, a providenciar para que, obtidas as permissões necessarias de quem de direito, sejam exhumadas de suas sepulturas nas terras de degredo e transportadas para o Brasil as cinzas dos Inconfidentes, cujos nomes constam da sentença de 20 de abril de 1792 da Alçada Regia no Rio de Janeiro.

Art. 2.º A cidade de Ouro Preto ficará confiada a guarda desses despojos, que, depositados em monumento, receberão o culto civico nacional.

Art. 3.º Fica autorizado o Ministro da Educação e Saude Publica a fazer a publicação dos autos do processo da Inconfidencia Mineira e de todas as demais peças existentes em archivo, relativas a esse facto historico.

Art. 4.º As despesas decorrentes da execução desse decreto serão effectuadas por conta da verba 6ª, sub-consignação n. 2, do Ministerio das Relações Exteriores, e da verba 1ª, sub-consignação n. 38, do Ministerio da Educação e Saude Publica.

Rio de Janeiro, 21 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*José Carlos de Macedo Soares..*

*Henrique A. Guilhem.*

---

**ANEXO II**

**DECRETO N. 778 DE 28 DE ABRIL DE 1936**

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Austria, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Presidente da Confederação Austriaca, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929, devendo tal ratificação ter validade seis mezes depois da data do deposito ou seja a partir de 13 de setembro de 1936 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 7 de abril do corrente anno, enviada com a cópia authenticada da Acta do deposito de ratificação, cujas respectivas traducções efficiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

---

*José Carlos de Macedo Soares.*

**TRADUÇÃO OFFICIAL**

Legação da Suissa — VI.S-158/2 RH.

Em cumprimento das disposições finaes da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra a 27 de julho de 1929, a Legação da Suissa tem a honra de remetter, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores dos Estados

Unidos do Brasil, uma cópia authenticada da Acta, lavrada a 13 de março de 1936, para registrar o deposito, nos Archivos da Confederação Suissa, do instrumento de ratificação por parte de Sua Excellencia o Presidente da Confederação Austriaca.

De accordo com os arts. 33 da primeira Convenção e 32 da segunda, essa ratificação produzirá effeito seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 13 de setembro de 1936.

A Legação da Suissa agradecerá ao Ministerio das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil accusar o recebimento da presente communicação e aproveita esta occasião para lhe renovar o protesto de sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro — Palacio Itamaraty.

ACTA DO DEPOSITO DE RATIFICAÇÃO POR PARTE DA AUSTRIA, RELATIVA Á CONVENÇÃO PARA A MELHORIA DA SORTE DOS FERIDOS E ENFERMOS NOS EXERCITOS EM CAMPANHA E Á CONVENÇÃO RELATIVA AO TRATAMENTO DOS PRISIONEIRO DE GUERRA, CONCLUIDAS EM GENEVRA, A 27 DE JULHO DE 1929

O Ministro da Austria em Berna, Sua Excellencia o Senhor Wilhelm Engerth, apresentou-se, hoje, ao Departamento Politico Federal para proceder ao deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Confederação Austriaca, relativo á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e á Convenção concernente ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genevra, a 17 de julho de 1929.

Esse instrumento, achado em bôa e devida fórma, será depositado nos Archivos da Confederação Suissa.

O deposito do instrumento será notificado aos Governos dos paizes, Partes na Convenção.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta.

Feita em Berna, a 13 de março de 1936. — O Ministro da Austria, *W. Engerth*. — O Chefe do Departamento Politico Federal, *Motta*.

E' cópia autentica. — O chefe de divisão dos Negocios Estrangeiros, *Borra*.

---

DECRETO N. 779 — DE 28 DE ABRIL DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte da Estonia, á Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte do Presidente da Republica da Estonia, á Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 23 de março ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

C. L. 56-1936-IV.

LIGA DAS NAÇÕES

*Covenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas*

*(Genebra, 12 de setembro de 1923).*

ADHESÃO DA ESTONIA

*Genebra, 23 de março de 1936.*

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Secretario da Delegação permanente da Estonia junto á Liga das Nações, delegado permanente a. i., depositou no

Annexo C. — 1936 — 5

Secretariado, a 10 de março de 1936, o instrumento de adesão, por parte de Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica da Estonia á Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923.

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração.  
— Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado, J. Nisot.

---

DECRETO N. 780 — DE 28 DE ABRIL DE 1936

*Crêa a comissão permanente de fiscalização de entorpecentes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que cumpre á União, aos Estados e aos municipios cuidar da hygiene mental e incentivar a lucta contra os venenos sociaes, *ex-vi* do art. 138 lettra *g* da Constituição Federal;

Considerando a utilidade de dotar nossa administração com os elementos indispensaveis á fiscalização legal e á repressão ao trafego e uso illicitos de entorpecentes, compatíveis com o aperfeiçoamento dos serviços congenes em outros paizes, tendo em vista a solidariedade internacional;

Considerando que o Brasil, signatario das convenções internationaes, que regulam a materia, não se acha em gráo de lhes dar cabal execução, por falta de competente aparelhamento legal e administrativo;

Considerando a necessidade de intensificar, em todo o territorio da Republica, a fiscalização do commercio licito e a acção repressiva, solidaria entre as autoridades competentes, contra o uso e o trafico illicitos de entorpecentes, repressão, que, sob os auspicios da Liga das Nações, tão proficuos resultados vêm apresentado, no campo internacional e, internamente, em diversos paizes, compartes nas Convenções internationaes de Haya de 1912 e nas de Genebra de 1925 e 1931, referentes á materia;

Considerando a conveniencia de revisão da legislação brasileira, neste particular, de modo a facultar ás autoridades os meios indispensaveis á efficiencia de sua acção fiscalizadora e repressiva;

Considerando a oportunidade de fixar a cooperação de todos os órgãos encarregados da fiscalização do commercio de entorpecentes e de repressão de seu trafico e uso illicitos;

Considerando a necessidade de attribuir á coordenação das actividades fiscalizadora e repressiva, caracter permanente, de forma a permittir e facilitar a estreita collaboraçã do Governo brasileiro com os órgãos technicos internacionaes da Liga das Nações.

Resolve:

Artigo 1º.

Fica creada, com caracter permanente, a Commissão nacional de fiscalização de Entorpecentes, directamente subordinada ao Ministerio das Relações Exteriores.

Artigo 2º.

Em virtude de suas funcções, farão obrigatoriamente parte da referida Commissão as seguintes autoridades: o Chefe dos Actos Internacionaes do Ministerio das Relações Exteriores; o Inspector da Fiscalização do Exercicio Profissional do Ministerio da Educação e Saude Publica; o 1º Delegado Auxiliar do Districto Federal; o Inspector da Alfandega do Rio de Janeiro; o Director do Instituto de Chimica do Ministerio da Agricultura; um director de estabelecimento clinico especializado em toxicomanias; um funcionario do Ministerio das Relações Exteriores, que exercerá as funcções de secretario da mesma Commissão.

§ 1.º Serão membros de direito da mencionada Commissão o Director Nacional de Saude e Assisténcia Medico-Social; o Procurador dos Feitos da Educação e Saude Publica e representantes dos Ministerios da Justiça e Negocios Interiores e do Trabalho, Industria e Commercio.

§ 2.º A Commissão poderá, quando julgar conveniente, convocar, por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores, qualquer funcionario federal, afim de prestar as informações

que a mesma julgar necessarias, sem prejuizo das respectivas funcções.

§ 3.º O Presidente da Commissão nacional de fiscalização dos Entorpecentes será o Director Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social e, na sua ausencia, o Inspector de Fiscalização do Exercicio Profissional.

§ 4.º Os membros dessa Commissão serão nomeados por portaria do Ministerio das Relações Exteriores.

### Artigo 3º.

A Commissão terá a seu cargo o estudo e a fixação do normas geraes de acção fiscalizadora do cultivo, extracção, producção, fabricacção, transformacção, preparo, posse, importacção, reexportacção, offerta, venda, compra, troca, cessão, bem como a repressão do trafico e uso illicitos de drogas entorpecentes, incumbindo-lhe todas as attribuições decorrentes dos objectivos geraes, para os quaes é constituida.

### Artigo 4º.

A Commissão terá, ainda, a seu cargo a elaboracção do ante-projecto de consolidacção das leis, em vigor, sobre entorpecentes a ser submettida ao Poder Legislativo; o preparo de instrucções a serem approvadas pelos Ministerios competentes, bem como as que dizem respeito á actuação dos delegados, plenipotenciarios ou representantes do Brasil em congressos ou conferencias internacionaes sobre a materia.

### Artigo 5º.

Para os fins de execução dos dispositivos das Convenções internacionaes, como para outros, julgados opportunos, a Commissão nacional de fiscalização de Entorpecentes constituirá o orgão consultivo do Ministerio das Relações Exteriores e do Ministerio da Educacção e Saude Publica para a orientacção do Governo em tudo quanto se refira ás relações do mesmo Governo com o Comité Central do Opio, da Liga das Nações, e demais autoridades e entidades estrangeiras e internacionaes.



Parapho unico. As mesmas funcções consultivas exercerá a Commissão no que diz respeito á acção interna de fiscalização e repressão e do contacto do Governo Federal com as autoridades e entidades nacionaes.

Artigo 6°.

Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Ráo.*

*Marques dos Reis.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhen.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon de Magalhães*

---

DECRETO N. 798 — DE 5 DE MAIO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Finlandia, da Convenção para a regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra, a 24 de setembro de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Finlandia, da Convenção para a regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra, a 24 de setembro de 1931, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das

Nações, por nota de 4 de abril ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

TRADUCÇÃO OFFICIAL

C. L. 62. 1936.II.B.

---

LIGA DAS NAÇÕES

Convenção para a regulamentação da pesca da baleia  
(Genebra, 24 de setembro de 1931)

RATIFICAÇÃO PELA FINLÂNDIA

Genebra, 4 de abril de 1936.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Delegado permanente da Finlândia junto á Liga das Nações, depositou no Secretariado da Liga, a 21 de março de 1936, o instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica da Finlândia, da Convenção para a regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de setembro de 1931, de accordo com as disposições do artigo 15 da referida Convenção.

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico do Secretariado, *L. A. Podesta Costa.*

---

## DECRETO N. 812 — DE 12 DE MAIO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Austria, da Convenção para fixar a idade minima de admissão de crianças nos trabalhos industriaes, (Washington, 1ª sessão — 1919)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Austria, da Convenção para fixar a idade minima de admissão de crianças aos trabalhos industriaes, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua primeira sessão, realizada em Washington, de 29 de outubro a 29 de novembro de 1919, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 13 de março ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUCÇÃO OFFICIAL

## LIGA DAS NAÇÕES

C. D. 47. 1936. V — 13 de março de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Representante permanente da Austria junto á Liga das Nações, remetteu-me a ratificação formal pelo seu Governo, da Convenção para fixar a idade minima de admissão de crianças aos trabalhos industriaes, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua primeira sessão (Washington, 29 de outubro — 29 de novembro de 1919).

Tenho, igualmente, a honra de informar a Vossa Excelência que, de accordo com o artigo 351 do Tratado de Saint Germain, essa ratificação official foi registrada pelo Secretariado, a 26 de fevereiro de 1936.

O texto da ratificação foi transmittido á Repartição Internacional do Trabalho para ser publicado no Boletim Official.

A presente notificação é feita de accordo com o artigo 10 da referida Convenção.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico p. i. do Secretariado. — *M. Mc. E. Wood.*

---

DECRETO N. 835 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Eleva a representação diplomatica do Brasil em Berlim á categoria de Embaixada*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lei n. 203, de 18 do corrente, decreta:

Artigo unico. Fica elevada a representação diplomatica do Brasil em Berlim á categoria de Embaixada.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 853 — DE 26 DE MAIO DE 1936

*Declara extincta a Comissão Permanente de Codificação do Direito Internacional Publico, creada pelo decreto numero 20.453, de 29 de setembro de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que a VII Conferência Internacional Americana, reunida em Montevideo em 1933, em sua Resolução LXX estabeleceu novas normas para a codificação progressiva do Direito Internacional;

Considerando que a Comissão Permanente de Codificação do Direito Internacional Publico com sede no Rio de Janeiro, creada em virtude de resolução da VI Conferencia Internacional Americana, reunida em Havana em 1928, verificou estar extinto o seu mandato desde que as suas attribuições foram dadas, pela VII Conferencia, a uma outra Comissão, resolve:

Art. 1º. Declarar extinta a Comissão creada pelo decreto n. 20.453, de 29 de setembro de 1931.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 904 — DE 16 DE JUNHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reservas), por parte da Finlandia, da Convenção Sanitaria internacional e Protocollo de Assignatura, firmados em Paris, a 21 de junho de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reservas) por parte do Governo da Finlandia, da Convenção Sanitaria internacional e Protocollo de Assignatura, firmados em Paris, a 21 de junho de 1926 — conforme communicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França á Embaixada do Brasil em Paris, por nota verbal de 3 de maio ultimo, acompanhada da cópia authenticada da Acta do deposito, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

Republica franceza.

Paris, 5 de maio de 1936.

Ministerio dos Negocios Estrangeiro — Protocollo.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros apresenta seus attenciosos cumprimentos á Embaixada do Brasil e tem a honra de lhe transmittir, em annexo, cópia authenticada da Acta do deposito da ratificação por parte da Finlândia da Convenção Sanitaria internacional de 1926.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros ficaria reconhecido lhe fosse accusado o recebimento da presente remessa.

ACTA DO DEPOSITO DAS RATIFICAÇÕES DA FINLÂNDIA, RELATIVA Á  
CONVENÇÃO SANITARIA INTERNACIONAL, FIRMADA EM PARIS, A  
21 DE JUNHO DE 1926

De accordo com as disposições do art. 170 da Convenção Sanitaria Internacional firmada em Paris a 21 de junho de 1926, o Ministro da Finlândia em Paris apresentou-se, hoje, ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza e depositou o instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica da Finlândia, desse Acto Internacional assim como do Protocollo da mesma data, formulando as seguintes reservas:

1º — no que se refere ao artigo 17, quando se trata da peste e do cholera, o Governo Finlandez se reserva o direito de fazer proceder, nos casos julgados necessarios, pelo Serviço de Saude á desinfectção das mercadorias trazidas por navios declarados contaminados pelas referidas doenças e de interditar a importação dos peixes, mariscos e legumes provindos de territorios declarados contaminados pelo cholera.

2º — no que se refere á peste, posto que nenhuma Convenção especial foi, ainda, concluida com os outros paizes e é difficil concluil-a, o Governo Finlandez se reserva o direito de applicar aos navios provindos de territorios contaminados pela peste e que se poderiam considerar contaminados nos termos da Convenção, as medidas que o Serviço de Saude, depois de averiguação, considerar recommendaveis.

Achado em bôa e devida fôrma, esse instrumento foi confiado ao Governo da Republica Franceza para ficar depositado nos seus Archivos.

Cópia da presente Acta será remettida ás Partes contractantes.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta, nella appondo seus sellos.

Feita em Paris, a 18 de janeiro de 1936. — *Pierre Laval*.  
— *Harri Molma*.

E' cópia authentica.

O Ministro Plenipotenciario Chefe do Serviço do Protocollo. — *P. de Fouquières*.

---

DECRETO N. 905 — DE 16 DE JUNHO DE 1936

*Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha tornando vigente (com reserva) nos territorios de Papua e da Ilha de Norfolk e ao territorio sob mandato da Nova Guiné, a Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a resolução do Governo de Sua Majestade Britannica na Australia, tornando vigente (com reserva), nos territorios de Papua e da Ilha de Norfolk e ao territorio sob mandato da Nova Guiné, a Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya a 12 de abril de 1933 — conforme communicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, á Legação do Brasil na Haya, por nota de 14 de abril de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes-Baixos.  
Direcção do Protocollo — N. 11.408 — Nota.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de levar ao conhecimento da Legação dos Estados Unidos do Brasil na Haya, de accordo com a alinea 4ª do artigo 65 da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, que o Ministro de Sua Majestade Britannica na Haya, por nota de 27 de março de 1936, notificou ao Governo dos Paizes Baixos o desejo do Governo de Sua Majestade Britannica na Australia de tornar a Convenção applicavel aos territorios de Papua e da Ilha de Norfolk e ao territorio sob mandato da Nova Guiné.

A applicação da Convenção aos territorios acima mencionados está subordinada á reserva feita por ocasião da assignatura da Convenção em nome da Australia.

A notificação acima referida foi depositada no mesmo dia do seu recebimento, isto é a 31 de março ultimo, nos Archivos do Governo dos Paizes Baixos.

O Ministerio roga á Legação levar a referida communição ao conhecimento do Governo dos Estados Unidos do Brasil e de lhe accusar o recebimento da presente.

Haya, 14 de abril de 1936.

---

DECRETO N. 915 — DE 21 DE JUNHO DE 1936

*E' prorogado, por noventa dias, o prazo de que trata o art. 1º do decreto n. 702, de 21 março de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe concede o art. 1º do decreto legislativo n. 13, desta data, decreta:



Art. 1.º E' prorogado, por noventa dias, o prazo de que trata o art. 1º do decreto n. 702, de 21 de março de 1936, pelo qual foi equiparado ao estado de guerra, em todo o territorio nacional, a commoção intestina grave, manifestada em diversos pontos do paiz, com o fim de subverter as instituições politicas e sociaes.

Art. 2.º Permanecem em vigor todas as disposições constantes do mesmo decreto n. 702, de 21 de março de 1936, bem assim as do decreto n. 789, de 3 de maio deste mesmo anno.

Art. 3.º O presente decreto entrará em vigor immediatamente e seu texto será communicado por via telegraphica aos governadores dos Estados e aos interventores federaes no Maranhão e no Territorio do Acre.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur Souza Costa.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Henrique Aristides Guilhen.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 936 — DE 1 DE JULHO DE 1936

*Faz publica a denuncia, por parte do Governo da Estonia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua primeira sessão (Washington, 1919)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a denuncia, por parte do Governo da Estonia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua primeira sessão (Washington, 1919) — conforme commu-

nicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 4 de março do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

*Arthur de Souza Costa.*

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que, por uma communicação datada de 25 de janeiro de 1936, o Sr. Ministro dos Negocios Estrangeiros da Estonia me informou que, em virtude da ratificação da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres (revista em 1934) (C. L. 4 . 1936. V. de 10 de janeiro de 1936) o Governo da Estonia resolveu denunciar a Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua primeira sessão (Washington, 29 de outubro a 29 de novembro de 1919) e que começou a vigorar no dia 13 de junho de 1921. Em consequencia, foi-me communicada a denuncia formal pela Estonia, da Convenção de 1919 acima referida.

Tenho, igualmente, a honra de informar a Vossa Excellencia que essa denuncia foi registrada pelo Secretariado a 28 de janeiro de 1936.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração. — Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico p. i. do Secretariado, *M. Mc. E. Wood.*

---

DECRETO N. 937 — DE 1 DE JULHO DE 1936

*Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha tornando vigente na Nigeria (Colônia, Protectorado e Camerum; sob mandato britânico), bem como Sierra Leone (Colônia e Protectorado) a Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris, a 24 de abril de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a Resolução do Governo britannico tornando vigente na Nigeria (Colônia, Protectorado e Camerum, sob mandato britannico) bem como em Sierra Leone (Colônia e Protectorado) a Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris, a 24 de abril de 1926, devendo tal resolução ter validade a partir de 14 de março de 1937 — conforme comunicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França á Embaixada do Brasil em Paris, por nota de 27 de março do corrente anno, acompanhada da nota da Embaixada britannica, em Paris, de 11 do mesmo mez, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48 da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

REPÚBLICA FRANÇAESA

Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Sub-Direcção dos Negocios Administrativos e das Uniões Internacionais.

Dossier V. 20 Dg.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de levar ao conhecimento das Potencias ligadas pela Convenção Internacional de 24 de abril de 1926, relativa á circulação de

automoveis, que o Governo britannico decidiu estender á Nigeria (Colonia, Protectorado e Camerum, sob mandato) e Sierra Leone (Colonia e Protectorado) a vigencia da referida Convenção.

Em applicação do artigo 5º desse Acto internacional, foram escolhidas as letras seguintes como signaes distinctivos dos automoveis matriculados nestes territorios:

Nigeria (Colonia, Protectorado e Camerum, sob mandato britannico)... WAN.

Sierra Leone (Colonia e Protectorado)... WAL.

A entrada em vigor tornar-se-á effectiva, conforme o artigo 14 da Convenção, um anno após a data em que o Governo francez recebeu a notificação do Governo britannico, isto é, a 14 de março de 1937. — *D. Tetreau.*

Paris, 27 de março de 1936.

---

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

EMBAIXADA BRITANNICA

Paris, 11 de março de 1936.

N. 165 (320-5-36).

Senhor Presidente,

De accordo com o artigo 12-B da Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris a 24 de abril de 1926, tenho a honra de notificar a Vossa Excellencia o desejo do Governo de Sua Majestade do Reino Unido de que a referida Convenção se applicue á Nigeria (Colonia, Protectorado e Camerum, sob mandato britannico) e Sierra Leone (Colonia e Protectorado).

De accordo com o artigo 5º da referida Convenção, foram escolhidas as seguintes letras como signaes distinctivos:

Nigeria (Colonia, Protectorado e Camerum, sob mandato britannico)... WAN.

Sierra Leone (Colonia e Protectorado)... WAL.

Ficaria muito grato a Vossa Excellencia se tivesse a bondade de me informar a data em que for recebida esta notificação.

Tenho a honra de, com a mais alta consideração, Senhor Presidente, ser de Vossa Excellencia, o Servidor mais obediente e humilde (pelo Embaixador), *Lloyd Thomas*.

E' cópia authentica.

O Ministro Plenipotenciario Sub-Director, *D. Tetreau*.

A Sua Excellencia o Senhor Pierre-Etienne Flandin, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

---

DECRETO N. 946 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Regula a celebração da Convenção Nacional de Estatística*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando os fins do Instituto Nacional de Estatística e da Convenção que, para completar a organização deste, o art. 10 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, mandou convocar afim de que o Conselho Nacional de Estatística esteja constituido dentro do prazo de seis mezes a partir da installação do Instituto, isto é, até 29 de novembro;

Considerando a conveniencia de alargar de modo progressivo a methodico a esphera de acção do Instituto (conforme determina o § 3º do art. 3º do mesmo decreto), o que aconselha seja firmada inicialmente a Convenção prevista entre a União e as suas unidades federativas, para em seguida se ampliar o quadro convencional nas condições ditas pela experiencia, a esse fim fixadas nas proprias clausulas contractuaes a possibilidade e as condições da adhesão dos Municipios e entidades privadas interessadas nos seus fins, ao systema que della decorrer;

Considerando que o mecanismo convencional resultará, por sua propria natureza, da livre determinação dos governos que o vão instituir, levando-se, em consideração suas prerogativas e competencias constitucionaes, bem como o uso da faculdade outorgada pelo art. 9º da Constituição;

Considerando, todavia, que a movimentação do Instituto requer a previa fixação dos objectivos minimos a serem conseguidos por força do instrumento convencional;

Considerando, também, que entre esses objectivos são essenciaes o da filiação effectiva e immediata, ao Instituto, de todos os órgãos de estatística das administrações sujeitas aos governos regionaes, para o fim da coordenação das respectivas actividades com as actividades congêneres da administração federal, bem assim a fixação das bases para "a constituição e a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística", como órgão de direcção superior do systema federativo formado pelo Instituto;

Considerando, ainda, que, além desses dois objectivos basicos, são igualmente essenciaes os da integração e normalização de funcionamento dos systemas regionaes de órgãos estatísticos;

Considerando que, por outro lado, a esses objectivos se juntam, de modo fundamental, os que se referem a determinadas providencias, iniciativas e normas tendentes a remover embaraços, ou criar condições essenciaes de exito ás actividades dos serviços estatísticos, quaes sejam principalmente as que dizem respeito á normalização da divisão territorial e ao conhecimento do ambito geographico das suas circumscripções; á efficiencia e melhor aproveitamento dos registros publicos; á generalização do uso, no paiz, do systema metrico decimal; á obrigatoriedade das informações estatísticas; á concentração de esforços necessaria ao effectivo levantamento das estatísticas agricolas e do commercio inter-estadual; á regularização das publicações estatísticas e á vulgarização dos seus dados em exposições periodicas; á mutua assistencia entre os serviços cooperativamente ligados ao Instituto á systematização das operações censitarias; á criação, ao menos nas capitães, dos cadastros predial e domiciliario; á uniformização fundamental das estatísticas financeiras estaduais e municipaes; e ao provimento dos recursos orçamentarios requeridos para a execução da Convenção;

Considreando, finalmente, a urgencia das medidas que completem a organização do Instituto e assegurem normalidade e efficiencia ao seu funcionamento;

Decreta:

Art. 1.º A Convenção Nacional de Estatística, prevista no artigo 10 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, será o instrumento de solemne accordo entre os Poderes Executivos

da União, dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre, para o fim de integrar a constituição federativa do Instituto Nacional de Estatística e regular o regime de cooperação e harmonia em que devem trabalhar os órgãos estatísticos da União e das suas Unidades Federativas, bem como, mediante ulterior adesão ao acto convencional e consequente filiação ao Instituto, os dos municipios, das entidades officiaes autarchicas e das grandes instituições privadas que promovam investigações sociaes ou economicas mediante a applicação do methodo estatístico.

Art. 2.º O presidente do Instituto Nacional de Estatística fica autorizado a convidar os Governos dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre a participar da Convenção, fazendo o delegado do Acre incorporado á Delegação Federal.

Art. 3.º Serão delegados directos do Governo Federal á Convenção, o presidente e demais membros da Junta Executiva do Instituto Nacional de Estatística, estes ultimos representando os ministerios cujos serviços de estatística dirigem, e mais um representante de cada um dos Ministerios do Exterior, da Guerra e da Marinha.

Paragrapho unico. Salvo o presidente do Instituto, cuja investidura o qualifica como presidente nato da Convenção, os demais membros da Delegação Federal, exceptuando o representante do Territorio do Acre, serão designados por decretos referendados pelos titulares dos respectivos Ministerios.

Art. 4.º A cada unidade autonoma da Federação cabera participar da Convenção, fazendo-se representar por uma alta autoridade da sua administração, de preferencia um secretario de Estado, ou, não sendo isto possivel, por um dos membros das respectivas bancadas parlamentares.

Paragrapho unico. Os delegados dos Estados, do Districto Federal, e do Territorio do Acre serão acreditados tambem por decretos do respectivo governo, com o *referendum* de todo o secretariado.

Art. 5.º Dos decretos-credenciaes dos delegados á Convenção Nacional de Estatística devem constar, expressamente, os poderes para vincular os respectivos governos ao compromisso de executar ou fazer executar, em todas as suas

consequencias, as clausulas da Convenção que disserem respeito á sua competencia, bem assim de solicitar fundamentadamente, dos respectivos Poderes Legislativos, as providencias que a Convenção alvitrar e forem da competencia destes.

Paragrapho unico. O regimento interno da assemblea Convencional fixará o limite dos votos afim de que fique assegurada a validade das deliberações para todas as entidades nella representadas, bem assim para que as deliberações sejam consideradas assentadas apenas entre os Governos que as approvarem, permanecendo na dependencia, para seu prevailecimento quanto aos demais compactuantes, de ulterior e especial acto de adhesão, realizavel a qualquer tempo.

Art. 6.º A assemblea dos delegados á Convenção se instalará de 25 a 30 do corrente mez, no dia que fôr marcado pela Junta Executiva do Instituto, necerrando seus trabalhos com a sessão solemne de assignatura da Convenção.

Art. 7.º A Convenção Nacional de Estatistica, além de quaesquer disposições outras pelas quaes as entidades convencionantes queiram facilitar os seus objectivos, conterá normas que vinculem o Governo Federal e os Governos de todas as unidades autonomas da Federação aos compromissos especificados nos artigos seguintes.

Art. 8.º O Governo Federal se compromette:

1º — a fazer adoptar nos serviços estatísticos a seu cargo as normas technicas que forem approvadas pelo Conselho Nacional de Estatistica;

2º — a fazer executar ou a tomar as iniciativas necessarias a que se executem os alvitres propostos pelo Conselho para a melhoria do systema dos serviços estatísticos nacionaes;

3º — a não tomar nenhuma iniciativa tendente a limitar a autonomia da direcção superior do Instituto ou das cinco repartições que lhe formam o nucleo central;

4º — a fornecer, pelos órgãos competentes, aos serviços regionaes filiados ao Instituto, os resultados das estatisticas que forem elaboradas privativa ou directamente pela administração federal;

5º — a participar da associação cooperativa para a criação das officinas graphicas centraes, privativas do Instituto;



6° — a auxiliar, com todos os recursos ao seu alcance, as iniciativas prescriptas aos Estados para facilitar o desenvolvimento dos serviços estatísticos;

7° — a facilitar a correspondencia postal-telegraphica dos órgãos filiados ao Instituto na conformidade do disposto no art. 22 do decreto n. 24.609;

8° — a criar as facilidades, que a legislação e os contractos permittirem, ao transporte dos directores dos serviços de estatistica filiados ao Instituto e aos seus prepostos como delegados ou agentes itinerantes, quando viajarem em objecto de serviço;

9° — a promover o aparelhamento da Directoria de Estatistica da Producção para o fim de desempenhar, mediante as providencias previstas nos itens 8° e 18° do artigo seguinte, as attribuições que em virtude dessas disposições lhe ficarem conferidas;

10 — a promover o alargamento dos recursos em pessoal e material da Directoria de Informações, Estatística e Divulgação, habilitando-a a prestar assistencia mais efficaz aos Estados no que concerne ao levantamento da estatistica educacional, regulada pelo Convenio de 20 de dezembro de 1931, cuja revisão o Ministro da Educação e Saude Publica promoverá nos termos dos compromissos em vigor;

11 — a proporcionar ao Territorio do Acre os meios que lhe faltarem para o cumprimento das obrigações decorrentes da Convenção.

Art. 9.º Entre os compromissos a serem assumidos, na Convenção, pelos Estados, Districto Federal e Territorio do Acre, deverão incluir-se todos os que, na forma regimental, puderem ser assentados consequentemente ao exame dos seguintes objectivos suggeridos pela experiencia dos serviços estatísticos nacionaes:

1º — a filiação ao Instituto dos respectivos serviços de estatistica, já organizados ou que se vierem a organizar, de modo que prevaleçam integralmente a estrutura e os fins que o decreto n. 24.609 attribuiu ao Instituto;

2º — a existencia, na respectiva administração, de uma repartição ou departamento central de estatistica, não só-

mente como entidade administrativa autonoma, subordinada directamente, se possivel, ao Chefe do Governo mas ainda organizada de maneira que não inclua no seu programma quaesquer outros encargos que não sejam os de informações ou publicidade, excluida dessa condição apenas a repartição de estatística do Acre, que poderá conservar suas estrutura actual, desde que possua pelo menos uma secção exclusivamente de estatística;

3° — a movimentação cada anno, para fins de acção directa, de um corpo de agentes itinerantes, no minimo um para vinte municipios, contractados especialmente para esse serviço, e de livre designação e dispensa pelo director da repartição regional de estatística geral, como prepostos seus, para que: a) orientem os agentes municipaes de Estatística na melhoria dos registros e pesquisas que tiverem a seu cargo; b) controlem as informações colhidas pelos referidos agentes; c) recolham elementos fidedignos para se manter em dia o estudo corographico dos municipios; d) realizem a propaganda necessaria dos serviços estatísticos; e) effectuem as pesquisas de caracter tecnico que não estiverem ao alcance dos agentes municipaes, sejam as que interessarem á directoria regional de estatística geral, sejam as que forem lançadas por órgãos estatísticos especializados, estabelecidos para isso; os devidos entendimentos entre estes e aquella; f) sugiram e orientem a melhoria dos registros publicos ou particulares a que a estatística precisa recorrer;

4° — a actuação conveniente junto aos Governos dos municipios para que sejam creados e filiados ao Instituto as Agencias Municipaes de Estatística, de modo que fiquem proporcionadas a essas agencias todas as facilidades que forem necessarias e que estiverem ao alcance dos governos estaduais;

5° — a organização e publicação, cada anno, de accordo com a direcção superior do Instituto e respeitadas as normas padronizadas e os modelos que este adoptar, dos annuarios estatísticos regionaes, sem prejuizo de quaesquer publicações especiaes de estatística, ou subsidiarias (cadastrros, indicadores, etc.) que tambem possam organizar, mas sempre segundo o criterio de uniformidade de resultados ou de plano com a estatística federal;

6º — o commissionamento de funcionarios dos seus serviços de estatística, na medida do possível, para frequentarem os cursos que o Instituto organizar, ou fazerem estagios de aperfeiçoamento nas repartições centraes e serviços especializados mais efficientes da União, das unidades filiadas, ou mesmo de instituições privadas;

7º — a prestação, na medida do possível, de mutuo auxilio, technico ou administrativo, na conformidade dos entendimentos com a direcção superior do Instituto, que cada caso motivar;

8º — a collaboração nos trabalhos de cartographia geographica necessarios á estatística e centralizados na Directoria de Estatística da Producção, do Ministerio da Agricultura, segundo planos geraes approvados pelo Conselho Nacional de Estatística;

9º — o encaminhamento de providencias visando normalizar a divisão territorial, não só quanto á época em que se effectuem as revisões dos seus quadros administrativos e judiciarios, de modo a se seguirem uniformemente á divulgação dos resultados dos recenseamentos geraes, mas ainda quanto á clareza e racionalidade dos seus limites e á systematização da nomenclatura, tendo em vista evitar tanto a identidade de designação entre circumscripções da mesma categoria, quanto a diversidade de toponimia entre as circumscripções administrativas e judiciarias e as suas sédes, bem assim a distribuição do territorio de uma circumscripção administrativa por duas ou mais circumscripções judiciarias;

10 — o encaminhamento de suggestões aos Poderes Legislativos para que prevaleça como norma a de serem criadas as novas circumscripções administrativas (municípios e districtos) com indicação da procedencia dos repectivos territorios e a competente especificação das confrontações, feita a descripção clara dos limites segundo accidentes geographicos e nunca pela condição de abrangerem variavelmente as terras de determinados proprietarios;

11 — as medidas tendentes a que os seus serviços technicos de geographia ou cartographia, ou, na falta, os seus departamentos technicos de engenharia, organizem, para serem divulgados nos annos de millesimo 4 e 9 (precedentes

aos censos geraes ou regionaes — cartas physicas e politicas do territorio estadual, das quaes constam a divisão municipal e, se possivel, tambem a districtal, bem como as demais ordens de circumscripções administrativas e judiciarias;

12 — as suggestões convenientes, por intermedio dos mesmos serviços ou departamentos, para que, os municipios façam levantar, ou rever com a approximação possivel, os mappas dos respectivos territorios, prestada ás administrações municipaes, a esse fim, a assistencia technica que for necessaria;

13 — a melhoria intensiva dos registros officiaes utilizaveis pela estatistica, especialmente dos registros civil e da propriedade immobiliaria, encaminhando-os para a desejavel eficiencia e uniformidade;

14 — a adopção de medidas que estabeleçam a obrigatoriedade, para os respectivos serviços officiaes, dos informes devidos aos serviços de estatistica;

15 — a abstenção de operações censitarias regionaes, a não ser nos annos de milésimo cinco e segundo planos fixados de accordo com o Instituto Nacional de Estatistica, no intuito de aproveitar os resultados desses censos regionaes como uteis complementos dos censos federaes;

16 — o esforço convergente no sentido do prevailecimento integral, não só na estatistica official, mas ainda em toda a administração, do systema metrico decimal;

17 — a organização dos serviços do imposto territorial em condições de serem colhidos annualmente, por occasião da sua cobrança, os dados fundamentaes sobre a organização e as condições da vida agricola, de que carece a estatistica nacional;

18 — a opportuna centralização no órgão competente do nucleo central do Instituto, segundo o plano cooperativo que o Conselho de Estatistica adoptar, da apuração das respectivas estatisticas da exportação, de modo que, pela generalidade e systematização do trabalho, os respectivos quadros se possam transformar sem novos levantamentos nem novos onus na estatistica das importações inter-estaduaes;

19 — a interposição dos seus bons officios junto aos governos das respectivas capitaes no sentido de serem criados

e mantidas em dia, na administração municipal, o cadastro predial e o domiciliario, principalmente como recurso para a permanente actualização das suas estatísticas demographicas;

20 — as providencias para que a contabilidade dos respectivos thesouros se organize em condições de obedecer uniformemente ao schema minimo fixado pelo Instituto para o levantamento da estatística financeira;

21 — a actuação, por intermedio dos seus departamentos de assistencia á administração municipal, para que a contabilidade municipal tambem satisfaça ás especificações exigidas pela estatística nacional das finanças dos municipios;

22 — a participação, annualmente, na Exposição Nacional de Estatística que o Instituto organizar ou patrocinar destinada a demonstrar os progressos do aparelhamento da estatística brasileira e a caracterizar, em forma impressiva, graphica e numericamente, os principaes aspectos da vida nacional;

23 — a manutenção cooperativa, ainda segundo o plano e regime que o Conselho adoptar, de uma organização especializada em artes graphicas para o preparo em commum das publicações de estatística e cartographia de todos os serviços filiados ao Instituto de Estatística;

24 — as providencias para que os respectivos Poderes Legislativos recebam em tempo as competentes propostas, e possam não só deliberar a respeito, mas incluir nos orçamentos para 1937 as verbas porventura destinadas á criação ou reorganização dos serviços de estatística na conformidade da nova orientação fixada pelo Instituto.

Art. 10. Os governos compactuantes examinarão a possibilidade de se coobrigarem:

1º — a não admittir nem contractar novos funcionarios nos quadros das repartições ou secções de estatística integradas no systema do Instituto, sem prévia demonstração pelos candidatos da aptidão requerida em provas de concurso, de accordo com as exigencias minimas suggeridas pelo Conselho Nacional de Estatística.

2° — a não permittir, bem assim, que os funcionarios das referidas repartições e secções sejam afastados do exercicio das suas funcções para outros serviços, sem compensação julgada satisfactoria pelos respectivos chefes ou directores;

3° — a promover a fixação de normas que permittam e facilitem a transferencia, por permuta, dos funcionarios dessas repartições ou secções que, em representação fundamentada, os respectivos chefes indicarem como inadaptaveis á especialização profissional necessaria aos serviços estatísticos;

4° — a providenciar para que, no quadro dos seus principaes serviços de estatística, se criem categorias technicas, devidamente hierarchizadas, para a primeira das quaes a admissão dependa de habilitação, em concurso de provas, em que se verifique possuírem os candidatos cultura secundaria completa, conhecimentos de mathematica superior sufficientes á analyse estatística e a especialização theorico-pratica exigida pela actividade de estatístico;

5 — a fixar criterios administrativos que evitem terminantemente a utilização das verbas attribuidas aos serviços de estatística em fins estranhos aos ditos serviços, ou mesmo a elles attinentes, mas sem prévia proposta dos respectivos responsaveis directos;

6° — a submeter ao Poder Legislativo todas as suggestões ou solicitações decorrentes da Convenção ou das deliberações do Conselho Nacional de Estatística, e cujo deferimento não caiba nas respectivas attribuições.

Parapho unico. Os mesmos governos fixarão, de commun accordo, as bases em que o Governo Federal deva assentar a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística previsto no art. 9° do decreto n. 24.609, tendo em vista que as deliberações desse Conselho, por deverem prevalecer na organização technica dos serviços estatísticos de todas as entidades vinculadas ao systema do Instituto, devem proceder de representantes bastantes (individuaes ou collectivos) dessas entidades.

Art. 11. A Convenção Nacional de Estatística será ratificada, publicada e mandada executar immediatamente por decretos dos Governos compactuantes, baixados esses actos

dentro do prazo de 30 dias a contar da assignatura do instrumento convencional.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario, e do seu conteúdo se dará resumidamente sciencia, por telegramma, para os devidos effeitos, a todos os Governos convocados á celebração da Convenção.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Gal. João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 947 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito de instrumento de ratificação, por parte do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte, pela União Sul-Africana, do Protocollo relativo a um caso de apatridia e Protocollo especial relativo a apatridia, firmados na Haya, a 12 de abril de 1930*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento da retificação, por parte de Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte, pela União Sul-Africana, do Protocollo relativo a um caso de apatridia e do Protocollo especial relativo á apatridia, firmados na Haya, a 12 de abril de 1930, devendo tal ratificação ter validade 90 dias após a data da

Acta lavrada pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, constante da ratificação por parte de 10 paizes — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Liga das Nações, por nota de 30 de abril de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115° da Independencia e 45° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

(Traducção Official)

LIGA DAS NAÇÕES

PROTOCOLLO RELATIVO A UM CASO DE APATRIDIA

PROTOCOLLO ESPECIAL RELATIVO Á APATRIDIA

(Assignados na Haya, a 12 de abril de 1930).

*Ratificação da União Sul-Africana*

C. L. 71-1936-V.

Genebra, 30 de abril de 1936.

Senhor Ministro.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Representante permanente p. i. da União Sul-Africana junto á Liga das Nações, me transmittiu o instrumento de ratificação de Sua Majestade o Rei, pela União Sul-Africana, dos seguintes Protocollos, firmados na Haya, a 12 de abril de 1930:

Protocollo relativo a um caso de apatridia:

O referido instrumento de ratificação foi depositado no Secretariado, a 9 de abril de 1936.

De accordo com as disposições desses Protocollos, a ratificação acima mencionada produzirá effeito 90 dias após a



Data em que houver sido lavrada uma Acta pelo Secretario Geral, registrando que as ratificações ou adhesões de dez Membros da Liga das Nações ou Estados não Membros foram depositadas no Secretariado.

Queira acceitar, Senhor Ministro, o protesto de minha alta consideração. — Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico do Secretariado. A. S. Podestá Costa.

---

DECRETO N. 948 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Real Embaixada de Italia nesta Capital, por nota verbal de 8 de junho de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115° da Independencia e 45° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

REAL EMBAIXADA DE ITALIA

*Nota verbal*

A Real Embaixada de Italia, cumprindo instrucções recebidas e de accordo com o art. 19 da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a

16 de abril de 1929, tem a honra de levar ao conhecimento do Ministerio das Relações Exteriores que o Ministro da Hungria em Roma depositou, a 4 de maio de 1936, nos Archivos do R. Ministerio dos Negocios Estrangeiros o instrumento de ratificação, por parte de seu Governo, da Convenção supracitada, acompanhando o deposito as seguintes declarações:

“De accordo com o art. 22 da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929, a Hungria declara que o Serviço hungaro para a protecção das plantas, estabelecido na base dos itens 1 e 2 do art. 2, possui no seu quadro as seguintes instituições para a protecção das plantas:

1 — Instituto Real Hungaro de pesquisas para a protecção das plantas, Budapest, com as seguintes secções:

- a) Secção de pathologia vegetal;
- b) Secção de entomologia;
- c) Secção de biochimia vegetal.

2 — Organização central da protecção pratica das plantas: Repartição da protecção das plantas, Budapest, com as seguintes secções:

- a) Administração da protecção pratica das plantas;
- b) Serviço tecnico da protecção pratica das plantas;

3 — Orgão de provincia para a protecção pratica das plantas com os seguintes orgãos:

- a) Administração da protecção pratica das plantas;
- b) Delegados locais para a protecção das plantas.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores do Brasil — Rio de Janeiro.

---

DECRETO N. 949 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo francez, pela França, Marrocos e Tunisia, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929 e faz, igualmente, publica a applicação á Algeria dessa Convenção*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo francez, pela França, Marrocos e Tunisia, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929 e faz, igualmente, publica a applicação á Algeria dessa Convenção — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Real Embaixada de Italia nesta Capital, por nota verbal, de 30 de maio de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

REAL EMBAIXADA DE ITALIA

*Nota verbal — 1251*

Cumprindo as instruções recebidas do Real Governo e de conformidade com o art. 19 da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes (Roma, 16 de abril de 1929), a Embaixada Real de Italia tem a honra de levar ao conhecimento do Ministerio das Relações Exteriores que o Embaixador da Republica franceza, em Roma, depositou no Real Ministerio dos Negocios Estrangeiros a 27 de abril de 1936, o instrumento de ratificação, por parte do Governo francez, relativo á França,

Marrocos, Tunisia, da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929. O referido deposito foi acompanhado das seguintes declarações referentes, respectivamente, á França, Marrocos e Tunisia:

“O Governo francez declara formalmente ter instituido a Organização Official de protecção dos vegetaes, prevista no art. 2 da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes”.

“De accordo com as disposições do art. 22 da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929, o Embaixador Residente Geral da Republica franceza em Marrocos, Ministro dos Negocios Estrangeiros de S. M. o Sultão, declara que a organização official de protecção dos vegetaes, cuja existencia é exigida em cada um dos paizes contractantes, pelo art. 2 dessa Convenção, está completamente realizada na Zona franceza de Marrocos”.

“De accordo com o art. 22 da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929, approvada pelo Parlamento francez e ratificada pela Tunisia, declara pela presente que a Tunisia possui um Estabelecimento de estudos e de pesquisas scientifico-technicos applicadas á Agricultura e um Serviço Official de protecção dos vegetaes tendo por missão:

1) a vigilancia das culturas e dos estabelecimentos previstos no art. 1º da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, com o fim de constatar a apparição e a extensão das doenças e dos inimigos dos vegetaes;

2) a vulgarização dos conhecimentos relativos ás doenças e inimigos dos vegetaes assim como ás medidas destinadas de as prevenir e de as combater;

3) a inspecção das remessas de vegetaes e partes de vegetaes;

4) a expedição de certificados referentes ao estado sanitario e á origem das remessas de vegetaes e partes de vegetaes.

O mesmo Embaixador da Republica franceza, notificou, outrosim, em nota de 24 de abril de 1936, n. 92, que a Convenção se applica tambem á Algeria.

A adesão é acompanhada da seguintes declaração:

Adherindo pela Algeria á Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, o Governo francez declara que as medidas previstas no art. 2, n. 1 e n. 2 da alludida Convenção são, actualmente, applicadas na Colonia, pelo facto da existencia do insectarium de Jardim Experimental de Hamma em Alger e do Serviço de Inspeção da Defesa das Culturas."

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1936. — XIV.

---

DECRETO N. 965 — DE 14 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte do Japão, da Convenção internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte de Sua Majestade o Imperador do Japão, da Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 27 de maio do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 85-1936-IV.)

**Convenção Internacional para a repressão da circulação e do  
Tráfico de publicações obscenas**

(Genebra, 12 de setembro de 1929)

*Ratificação do Japão*

Genebra, 27 de maio de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Y. Kiuchi, encarregado do Consulado Geral do Japão em Genebra, depositou no Secretariado da Liga das Nações, a 13 de maio de 1936, o instrumento de ratificação, por Sua Majestade o Imperador do Japão, relativo á Convenção Internacional para a repressão da circulação e do tráfico das publicações obscenas, concluída em Genebra, a 12 de setembro de 1929.

De accordo com o estipulado no instrumento acima mencionado, ao ser depositada essa ratificação foi mantida a declaração feita pelo Plenipotenciario do Japão, por ocasião da assignatura da Convenção e modificada pela declaração do Governo do Japão em data de 14 de fevereiro de 1936 (Ver C. L. 42-1936-IV, de 13 de março de 1936).

Em consequencia, a declaração mantida pelo Governo do Japão é a seguinte:

“As disposições do artigo 15 da presente Convenção não impedem de maneira nenhuma a acção do Poder Judiciario, do Japão, no applicar as leis e decretos japonezes.”

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração.  
Pelo secretario geral, o conselheiro juridico do Secretariado. — C. A. Podestá Costa.

---

DECRETO N. 978 — DE 21 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Luxemburgo, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Alteza Real a Grã-Duqueza do Luxemburgo, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra a 13 de julho de 1931, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 15 de junho de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES — C. L. 95.-1936-XI

**Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura**

(Genebra, 13 de julho de 1931)

*Ratificação por parte do Luxemburgo*

Genebra, 15 de junho de 1936.

Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Sr. Ministro de Estado, Presidente do Governo do Grão-Ducado, me transmittiu o instrumento de ratificação, por parte de Sua Alteza Real a Senhora Gran-Duqueza do Luxemburgo, da Convenção

para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra a 13 de julho de 1931.

O referido instrumento de ratificação foi depositado no Secretariado da Liga das Nações a 30 de maio de 1936.

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado, A. L. Podestá Costa

---

DECRETO N. 980 — DE 22 DE JULHO DE 1936

*Dispõe sobre os serviços de contróle e fiscalização do intercambio commercial do Brasil com os outros paizes, e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, n. 1, da Constituição Federal e pelo art. 204 do decreto numero 24.036, de 26 de março de 1934, e,

Considerando a necessidade de augmentar a efficiencia dos serviços affectos á Secção de Estudos Economicos e Financeiros do gabinete do ministro da Fazenda, habilitando-a com os indispensaveis elementos, que permittam a fiscalização do cumprimento exacto das obrigações decorrentes de accordos, convenios ou tratados, e o controle do intercambio commercial, decreta:

Art. 1º. A Secção de Estudos Economicos e Financeiros do gabinete do ministro da Fazenda, além das attribuições que lhe competem *ex-vi* do art. 13 do decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934, terá a seu cargo:

a) promover especialmente o estudo das questões referentes á importação e exportação, bem como de quaesquer assumptos que interessem ou possam influir nas operações do commercio exterior do Brasil;

b) colligir dados e informações estatisticas sobre importação e exportação, bem como sobre producção de artigos exportaveis, mercados e preços;



c) acompanhar a marcha das oscillações do cambio e de preços nos principaes mercados (situação, oscillação e tendencias);

d) reunir todos os textos de notas, accordos, tratados e convenios relativos ao commercio exterior, firmados pelo Governo brasileiro;

e) manter em perfeita ordem o registro dos dados-base para o estudo analytico e graphico dos mesmos;

f) colleccionar as publicações que versam sobre materia de sua especialidade, archivando-as por assumpto e de fôrma a possibilitar as consultas e os estudos do interesse do serviço;

g) manter correspondencia com todos os serviços publicos federaes, estaduais e municipaes, para a obtenção de informações e quaesquer dados necessarios á execução dos trabalhos de sua competencia, recorrendo ao ministro, quando das outras pastas, presidentes dos Tribunaes e das Assembléas Legislativas e governadores de Estados;

h) fiscalizar a execução dos accordos, tratados ou convenios celebrados pelo Brasil, entendendo-se directamente com os representantes das associações de classe interessadas, para dirimir duvidas porventura suscitadas, representando ao ministro da Fazenda, quando couber, sobre a inobservancia daquelles actos, e suggerindo as medidas que devam ser tomadas em cada caso;

i) apresentar semestralmente ao ministro da Fazenda um relatorio sobre o andamento de todos os trabalhos.

Art. 2º. Os serviços a que se refere o artigo anterior: serão executados com observancia dos dispositivos que regulam o funcionamento das repartições subordinadas ao Ministerio da Fazenda, e dirigidos por um auxiliar-technico desta Secretaria de Estado, por designação do respectivo titular, com a denominação de chefe do Serviço de Controle da Secção de Estudos Economicos e Financeiros.

Art. 3º. O chefe do serviço terá um assistente-technico escolhido dentre os funcionarios especializados de qualquer dos ministerios.

Paragrapho unico. Nas suas faltas e impedimentos, o chefe do serviço será substituído pelo assistente.

Art. 4°. Compete ao chefe do serviço:

a) dirigir, orientar e controlar a execução de todos os trabalhos enumerados no art. 1°;

b) observar e fazer observar as ordens e instruções expedidas pelo ministro da Fazenda;

c) propor a aquisição do material julgado necessario á perfeita realização dos trabalhos;

d) praticar todos os actos que se possam comportar dentro dos limites fixados pelo presente decreto, com o fim de dar o maximo da efficiencia ao serviço;

e) distribuir pelos auxiliares postos á sua disposição, os trabalhos a executar;

f) emittir parecer sobre assumptos a serem resolvidos pelo ministro da Fazenda;

g) responder ás consultas que lhe forem dirigidas sobre materia affecta ao serviço, sempre que se trate de simples informações elucidativas, ou de meros esclarecimentos sem força de resolução;

h) organizar o regimento interno para a boa ordem dos serviços, afim de ser submettido á approvação do ministro da Fazenda.

Art. 5°. Funcionará junto ao serviço, como consultor juridico, um funcionario da Procuradoria Geral da Fazenda, cabendo-lhe especialmente emittir parecer sobre as questões de direito que possam ser levantadas na interpretação dos textos das notas, tratados, accordos ou convenios.

Art. 6°. Passarão a ter exercicio na secção — um perito-bancario, um agente fiscal do imposto de consumo, um funcionario aduaneiro, um auxiliar-technico da Contadoria Central da Republica, um protocolista do Thesouro, Nacional, dous collaboradores, tres apuradores e tres auxiliares da Directoria de Estatistica Economica e Financeira, cinco dactylographos dos quadros das repartições do Ministerio da Fazenda, um continuo e dous serventes.

Art. 7°. Para a fiel observancia das disposições do presente decreto o Serviço poderá recorrer ao Banco do Brasil e á Fiscalização Bancaria, servindo esses institutos como

órgãos de colaboração, no encaminhamento das questões sujeitas ao immediato controle dos mesmos.

Art. 8°. Sempre que se tornar necessario em face das disposições legais em vigor, deverá ser solicitado o pronunciamento do Conselho Federal do Commercio Exterior.

Art. 9°. Fica o ministro da Fazenda autorizado a providenciar desde já a instalação do Serviço, podendo para isto despendar até a quantia de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), á conta da verba 17ª — “Obras”, do orçamento dessa Secretaria de Estado.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 991 — DE 27 DE JULHO DE 1936

*Organiza a Comissão de Estudos de Segurança Nacional*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, resolve dar organização á Comissão de Estudos de Segurança Nacional, na forma que se segue:

Art. 1°. A' Comissão de Estudos de Segurança Nacional, creada pelo art. 3° do decreto-lei n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934, rectificado pelo decreto n. 7, de 8 de agosto de 1934, para execução do que prescreve o art. 159 da referida Constituição, caberá especialmente:

a) fazer o exame prévio das questões que devem ser submettidas á consideração do Conselho Superior de Segurança Nacional (C. S. S. N.);

b) estudar as questões que lhe forem submettidas pelo Governo ou pelo C. S. S. N.;

c) porpor ao Governo as medidas de execução necessárias á solução das questões que dependem de mais de um Ministerio.

Art. 2º. A Commissão de Estudos de Segurança Nacional funcionará sob orientação do Presidente da Republica e immediata direcção de um de seus vice-presidentes.

§ 1º. Os Vice-presidente da Commissão de Estudos de Segurança Nacional são os Chefes dos Estados Maiores do Exercito e da Armada, cabendo ao mais graduado, ou ao mais antigo delles, a presidencia effectiva da Commissão.

§ 2º. Essa Commissão terá ainda os seguintes membros:

O Consultor Geral da Republica;

O Secretario Geral do Ministerio das Relações Exteriores;

O Secretario Geral da Segurança Nacional;

Um alto funcionario de cada um dos seguintes Ministerios: Justiça, Fazenda, Viação e Trabalho;

Um alto funcionario de cada um dos demais Ministerios, quando convocados pelo Vice-presidente no exercicio da presidencia effectiva da Commissão.

Art. 3º. Ao Vice-presidente da Commissão de Estudos de Segurança Nacional, no exercicio de sua direcção effectiva, fica concedida autorização para agir em nome do Presidente da Republica e assignar, por ordem deste, os documentos e actos della emanados, fazendo sempre anteceder das iniciaes P. O. (por ordem) a sua assignatura.

Art. 4º. Os membros da Commissão de Estudos de Segurança Nacional, a juizo do Vice-presidente em exercicio da sua presidencia effectiva, serão distribuidos pelas quatro Sub-commissões seguintes, destinadas ao estudo e á preparação das questões que se relacionam com os titulos que as caracterizam:

1ª Sub-Commissão — Organização geral da Nação para o tempo de guerra.

2ª Sub-Commissão — Mobilização economica. Reabastecimento nacional. Communicações, transportes e transmissões.

3ª Sub-Commissão — Mobilização industrial. Fabricação e aquisição de materiaes.

**4ª Sub-Commissão — Direcção e conducta da guerra.**

§ 1º. Cada uma dessas Sub-Commissões funcionará sob a chefia do membro que fôr designado pela direcção efectiva da Comissão de Estudos de Segurança Nacional. Ao Chefe de cada Sub-Commissão caberá designar, para cada questão, um relator dos estudos feitos em conjuncto.

§ 2º. Os membros da Comissão de Estudos de Segurança Nacional serão nomeados por decreto, sem prejuizo das funcções que exerçam normalmente. Para effeito dessas nomeações cada Ministerio interessado deverá apresentar ao Presidente da Republica uma lista triplice de nomes de funcionarios de elevada categoria, em serviço activo e com os requisitos indispensaveis ao exercicio de funcções de tanta relevancia e tão alta responsabilidade.

§ 3º. Não são remuneradas as funcções exercidas na Comissão de Estudos de Segurança Nacional, constituindo, porém, titulo especial de merecimento para aquelles que as desempenharem.

Art. 5º. Os pareceres dos relatores das Sub-Commissões, depois de acceitos por estas, serão submettidos, em reunião plenaria, á deliberação da Comissão do Estudos de Segurança Nacional.

Parapho unico. O Secretario Geral de Segurança Nacional relatará os debates e os pareceres da Comissão de Estudos, redigindo os relatorios de apresentação das questões ás altas decisões do C. S. S. N.

Art. 6º. A Comissão de Estudos de Segurança Nacional poderá convocar, para prestar-lhe temporariamente esclarecimentos ou assistencia technico-profissional, pessoas estranhas a seus trabalhos normaes, civis ou militares, de reconhecida idoneidade moral e comprovada capacidade intellectual.

Parapho unico. Os membros temporarios ou eventuaes terão voto consultivo nas deliberações dessa Comissão, podendo funcionar como relatores das Sub-Commissões.

Art. 7º. A Comissão de Estudos de Segurança Nacional reunir-se-á sempre que fôr preciso, por convocação do Vice-presidente em exercicio da sua presidencia. Haverá, porém,

no minimo uma reunião mensal em que serão debatidas questões de doutrina e ventilados os grandes problemas nacionaes.

Art. 8°. A Commissão de Estudos de Segurança Nacional reger-se-á pelos regulamentos e instrucções que forem mandados adoptar pelo Presidente da Republica.

Art. 9°. Os archivos da Commissão de Estudos de Segurança Nacional serão guardados e conservados na séde da Secretaria Geral de Segurança Nacional.

Art. 10. Revogam-se ás disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de Julho de 1936, 115, da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gen. João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Ráo.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 993 — DE 28 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Estonia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil<sup>9</sup> faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Presidente da Republica da Estonia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exer-

bitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929, devendo tal ratificação ter validade seis meses depois da data do deposito ou seja a partir de 11 de dezembro de 1936 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 8 de julho do corrente anno, enviada com a cópia authenticada da Acta do deposito dos respectivos instrumentos de ratificação, cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

LEGAÇÃO DA SUISSA

VI. 2-161/2 RH.

Em cumprimento das disposições finais da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidos em Genebra, a 27 de julho de 1929, a Legação da Suissa tem a honra de remetter, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brasil uma cópia authenticada da Acta, lavrada a 11 de junho de 1935, para registrar o deposito, nos Archivos da Confederação Suissa, dos instrumentos de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica Estoniana.

De acordo com o artigo 33 da primeira Convenção e 92 da segunda, essas ratificações produzirão effeito seis meses depois da data do deposito, ou seja a partir de 11 de dezembro de 1936.

A Legação da Suíça agradecerá ao Ministerio das Relações Exteriores de accusar o recebimento da presente comunicação e aproveita esta occasião para lhe renovar o protesto de sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

ACTA

Do deposito das ratificações, por parte da Estonia, relativas á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidos em Genebra, a 27 de julho de 1929.

O Consul da Estonia em Berna, senhor Hana Hirter, procedeu, hoje, no Departamento Politico Federal, o deposito dos instrumentos da ratificação de Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica Estoniana relativos á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e á Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra, a 27 de julho de 1929.

Esses instrumentos, achados em boa e devida fórma, serão depositados nos Archivos da Confederação Suíssa.

O deposito dos instrumentos será notificado aos Governos dos paizes, Partes na Convenção.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta.

Feita em Berna, a 11 de junho de 1936. — Pelo Departamento Politico Federal, *P. Bonna*. -- O Consul da Estonia, *H. Hirter*.

E' cópia authentica. — O chefe da Divisão dos Negocios Estrangeiros do Departamento Politico Federal, *Bonna*.

---



DECRETO N. 1.005 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a applicação, por parte de Sua Magestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda, Dominios britannicos de além mar, Imperador das Indias, e diversos territorios britannicos de além mar, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra a 13 de julho de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a applicação, por parte de Sua Magestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda e Dominios britannicós de além mar, Imperador das Indias, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra a 13 de julho de 1931, aos territorios de:

Honduras britannica;  
Protectorado das Ilhas britannicas de Salomão,  
Ceylão.

Costa do Ouro:

- a) Colonia;
  - b) Achanti;
  - c) Territorios septentrionaes:
  - d) Togo, sob mandado britannico.
- Hong Kong.  
Kenya (Colonia e Protectorado).

Ilhas Sotavento:

Antigoa;  
Dominica;  
Montserrat;  
São Christovão e Nevis;  
Ilhas Virgens.  
Mauricio.

Nigeria:

- a) Colonia;
- b) Protectorado;
- c) Camerum, sob mandato britannico.

Chypre.

Ilhas Falkland e Dependencias.

Gambia (Colonia e Protectorado).

Gibraltar.

Borneo do Norte (Estado do).

Rhodesia do Norte.

Protectorado de Nyassalandia .

Sarawak.

Seychelles.

Serra Leôa (Colonia e Protectorado).

Protectorado da Somalia.

Estabelecimentos dos Estreitos.

Território de Tanganyka.

Tonga.

Trindade e Tobago.

Protectorado da Uganda.

Protectorado de Zanzibar.

conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo secretario geral da Liga das Nações, por nota de 19 de junho ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

C.L. 90.1936.XI

LIGA DAS NAÇÕES

*Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura*

(Genebra, 13 de julho de 1931)

Adhesão, por Sua Magestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda e Dominios britannicos de Além mar, Imperador das Índias, para certos territorios britannicos de Além mar.

Genebra, 19 de junho de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Majestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda e Dominios britannicos de Além mar, Imperador das Indias, me notificou, de accordo com a segunda alinea do artigo 26 da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, concluida em Genebra a 13 de julho de 1931, que Sua Majestade deseja tornar esta Convenção applicavel ás seguintes Colonias e Protectorados britannicos, bem como aos territorios sob mandato, administrados pelo Governo de Sua Majestade no Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte:

Honduras britannica;  
Protectorado das Ilhas britannicas de Salomão;  
Ceylão.

Costa do Ouro:

a) Colonia;  
b) Achanti;  
c) Territorios septentrionaes;  
d) Togo, sob mandato britannico.  
Hong Kong.  
Kenya (Colonia e Protectorado).

Ilhas Sotavento:

Antigoa;  
Dominica;  
Montserrat;  
São Christovão e Nevis;  
Ilhas Virgens.  
Mauricio.

Nigeria:

a) Colonia;  
b) Protectorado;  
c) Camerum, sob mandato britannico.

Chypre.

Ilhas Falkland e Dependencias.

Gambia (Colonia e Protectorado).

Gibraltar.

Borneo do Norte (Estado do).

Rhodesia do Norte.

Protectorado de Nyassalandia.

Sarawak.

Seychelles.

Serra Leôa (Colônia e Protectorado).

Protectorado da Somalia.

Estabelecimentos dos Estreitos.

Territorio de Tanganyka.

Tonga.

Trindade e Tobago.

Protectorado da Uganda.

Protectorado de Zanzibar.

Essa notificação foi recebida no Secretariado da Liga das Nações a 18 de maio de 1936.

Queira aceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo secretario geral, o conselho juridico do Secretariado, A. L. Podestá Costa.

---

DECRETO N. 1.006 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Hungria, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e Protocollo Adicional, firmados em Varsovia, a 12 de outubro de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, por parte do Governo da Hungria, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e Protocollo Adicional, firmados em Varsovia, a 12 de outubro de 1929, devendo tal adhesão, ter validade a partir do 20º dia após a data de 29 de maio de 1936 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Rela-

ções Exteriores pela Legação da Polónia nesta Capital, por nota verbal, de 16 de julho de 1936, cuja cópia official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

COPIA OFFICIAL

. LEGAÇÃO DA POLONIA

Proz. 97/Br/50

O ministro da Polonia cumprimenta attentosamente Sua Excellencia o Sr. ministro de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de communicar que, em data de 29 de maio de 1936, foi aceita pelo Governo da Polonia a communicação da adhesão da Hungria á Convenção sobre a uniformização de certas regras concernentes ao Transporte Internacional Aéreo, e ao Protocollo Supplemtar, assignados em Varsovia, no dia 12 de outubro de 1929.

Esta adhesão torna-se obrigatoria para todos os effeitos, de accordo com o § 3º, do art. 38, da supramencionada Convenção, a partir do 20º dia, após a data de 29 de maio de 1936.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1936.

DECRETO N. 1.008 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a denuncia, por parte do Governo da Suissa, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão (Washington, 1919)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a denuncia, por parte do Governo da Suissa, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, ado-

ptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão (Washington, 1919), — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 24 de junho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

### TRADUCÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 106-1936-V.)

Genebra, 24 de junho de 1936.

Tenho a honra de informar a V. Ex., que o conselheiro federal, chefe do Departamento Politico Federal Suisso, transmittiu-me a ratificação formal pelo Conselho Federal Suisso, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres (revista em 1934), adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua 18ª sessão (Genebra, 4-23 de junho de 1934).

Igualmente, tenho a honra de informar a V. Ex., que, de accordo com o art. 406, parte XIII, do Tratado de Versalhes e com os artigos correspondentes a outros tratados de paz, essa ratificação official foi registrada pelo Secretariado, a 4 de junho de 1936.

O conselheiro federal communicou ao mesmo tempo que, em virtude da ratificação da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, (revista em 1934), o Conselho Federal Suisso, decidiu denunciar a Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão, em 1919, de accordo com os dispositivos do art. 13, desta Convenção. O conselheiro federal, em consequencia, communicou a denuncia formal dessa Convenção pelo conselheiro federal Suisso.

Essa denuncia foi registrada pelo Secretariado, a 4 de junho de 1936.

O texto da ratificação e o da denuncia acima mencionadas foi transmittido á Repartição Internacional do Trabalho, para ser publicado no Boletim Official.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.  
— Pelo secretario geral, o conselheiro juridico do Secretariado,  
*A. S. Podestá Costa.*

---

DECRETO N. 1.009 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a adhesão, do Governo da Austria, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma a 2 de junho de 1928*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, do Governo da Austria, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, a 2 de junho de 1928, devendo tal adhesão ter validade a partir de 1 de junho de 1936 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 14 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

LEGAÇÃO DA SUISSA

14 de julho de 1936 — VI. 2-162-2 RH.

Sr. ministro de Estado:

De ordem do meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que a Legação da Austria, em Berna, communicou ao Conselho Federal Suisso a adhesão do seu governo á Convenção de Berna para a protecção das obras

litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, a 2 de junho de 1928.

De accordo com o art. 25, alinea 3, da Convenção, applicada por analogia, a referida adhesão deveria produzir effeito um mez depois da remessa da presente notificação, ou seja a partir de 19 de julho de 1936; o Governo austriaco, entretanto, communicou que a mesma seria applicada a partir de 1 de julho.

A Austria deseja ser collocada na 6ª classe quanto á sua participação nas despesas da Repartição Internacional.

Solicitando a V. Ex. queira tomar nota do que precede, aproveito attenciosamente esta nova occasião, Sr. ministro de Estado, para renovar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração. — (a.) *Charles Redard*.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares, MM. Ministro de Estado das Relações Exteriores.

---

DECRETO N. 1.010 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Dinamarca, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Magestade o Rei da Dinamarca e da Islandia, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 22 de junho de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares*

---



DECRETO N. 1 022 — DE 11 DE AGOSTO DE 1936

*Approva e ratifica a Convenção Nacional de Estatística*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil

Considerando que a Convenção firmada, nesta data, pelos delegados do Governo Federal e dos Governos das unidades politicas da Federação, para os fins expressos no decreto numero 946, de 7 de julho do corrente anno, objectiva assegurar ao Instituto Nacional de Estatística as condições necessarias ao desempenho das attribuições que lhe confere o decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;

Considerando a conveniencia de promover mais harmonicamente o funcionamento do systema estabelecido para a coordenação dos serviços de estatística do Paiz, de que é o referido Instituto o órgão nacional;

Considerando que a alludida Convenção estabelece medidas da competencia do Poder Executivo, condicionadas explicitamente as da alçada legislativa ao pronunciamento do Poder competente;

~~Resolve~~  
Resolve:

Art. 1.º Fica approvada e ratificada, para todos os efeitos, no que respeita á administração federal, a Convenção Nacional de Estatística, firmada, nesta data, na Capital da Republica, entre o Governo da União, e os Governos dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre.

Art. 2.º O presente decreto, ao qual vae annexo o texto do instrumento da supra referida Convenção, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Vicente Ráo.*

*Odilon Braga.*

*Agamemnon Magalhães.*

*Marques dos Reis.*

*Gustavo Capanema.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Henrique A. Guilhen.*

## Convenção Nacional de Estatística

Instrumento de accordo inter-administrativo firmado nos termos do art. 9º da Carta Constitucional, na presença do Excellentissimo Senhor Doutor Getulio Vargas, Presidente da Republica, no Salão de Conferencias do Palacio Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, aos 11 dias do mez de agosto de 1936, pelos Delegados Plenipotenciarios dos Governos da União, do Districto Federal, dos Estados e do Territorio do Acre.

*Instrumento da Convenção Nacional de Estatística que entre si fazem o Governo Federal e a unanimidade dos Governos das Unidades Politicas da Republica dos Estados Unidos do Brasil para, nos termos do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, approvar as bases da constituição e relagulamentação do Conselho Nacional de Estatística e assentar as medidas necessarias á integração do quadro federativo do Instituto Nacional de Estatística.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, os Governadores dos Estados componentes da Federação e o Prefeito do Districto Federal,

De conformidade com o disposto no art. 9º da Constituição da Republica;

Attendendo á conveniencia da coordenação e da uniformização da estatística brasileira, de modo a que seja a mesma elaborada, dentro das normas constitucionaes vigentes, num regime de cooperação e divisão racional de trabalho e de recursos, entre as differentes esferas administrativas;

Considerando, ao mesmo tempo, a vantagem de facilitar a collaboração dos Governos Municipaes e da iniciativa particular nas investigações numericas que definam as condições do Paiz;

Considerando que, para a realização desses objectivos, deverá ser utilizado o Instituto Nacional de Estatística, creado pelo Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;

Tendo, finalmente, em vista os termos, a que se reportam, do decreto n. 946, de 7 de julho do corrente anno, convocatorio da Convenção Nacional de Estatística;

Decidiram firmar uma Convenção para approvar as bases da constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e assentar as medidas necessarias á integração do quadro federativo do Instituto Nacional de Estatística, e para isso nomearam seus delegados plenipotenciarios:

Constituindo a Delegação Federal os senhores — Ministro de Estado das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Nacional de Estatística e da Assembléa Convencional, Heitor Bracet, Director de Estatística Geral, representando o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, Léo d'Affonseca, Director de Estatística Economica e Financeira, representando o Ministerio da Fazenda, Luiz Joaquim da Costa Leite, Encarregado do Expediente do Departamento de Estatística e Publicidade, representando o Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, Rafael da Silva Xavier, Director de Estatística da Producção, representando o Ministerio da Agricultura, Mario Augusto Teixeira de Freitas, Director de Informações, Estatística e Divulgação, representando o Ministerio da Educação e Saude Publica, Joaquim Licinio de Souza Almeida, Presidente da Commissão de Estatística do Ministerio da Viação e Obras Publicas, representando o mesmo Ministerio, Tenente Coronel Custodio dos Reis Principe Junior, representando o Ministerio da Guerra, Commandante Manoel Ribeiro Espindola, representando o Ministerio da Marinha, Consul Paulo Vidal, representando o Ministerio das Relações Exteriores e Desembargador Alberto Diniz, representando o Territorio do Acre;

Constituindo as Delegações das Unidades da Federação os senhores — Cassiano Machado Tavares Bastos, Director do Gabinete do Prefeito do Districto Federal, como Delegado do mesmo Districto, José de Castro Azevedo, Secretario da Fazenda do Estado de Alagoas, como Delegado do mesmo Estado, Deputado Federal Alexandre Carvalho Leal, como Delegado do Estado do Amazonas, Alvaro Navarro Ramos, Secretario da Agricultura do Estado da Bahia, como Delegado do mesmo Estado, Ruy de Almeida Monte, Secretario da Fazenda do Estado do Ceará, como Delegado do mesmo Estado, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Secretario da Agricultura do Estado

do Espirito Santo, como Delegado do mesmo Estado, Benjamin da Luz Vieira, Secretario Geral do Estado de Goyaz, como Delegado do mesmo Estado, José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, antigo Director Geral de Estatística do Brasil, como Delegado do Estado do Maranhão, Firmo Dutra, como Delegado do Estado de Matto Grosso, Israel Pinheiro, Secretario da Agricultura do Estado de Minas Geraes, como Delegado do mesmo Estado, Leopoldo Penna Teixeira, Director Geral de Agricultura do Estado do Pará, como Delegado do mesmo Estado, Celso Mariz, Secretario da Agricultura do Estado da Parahyba, como Delegado do mesmo Estado, Deputado Federal Francisco Pereira, como Delegado do Estado do Paraná, Lauro Bezerra Montenegro, Secretario da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de Pernambuco, como Delegado do mesmo Estado, Deputado Federal Agenor Monte, como Delegado do Estado do Piahy, Fidelis Sigmaringa Seixas, antigo Secretario do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, como Delegado do mesmo Estado, Senador Federal Joaquim Ignacio de Carvalho Filho, como Delegado do Estado do Rio Grande do Norte, Raul Pilla, Secretario da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, como Delegado do mesmo Estado, Celso Fausto de Souza, Secretario da Fazenda e Agricultura do Estado de Santa Catharina, como Delegado do mesmo Estado, Luiz Piza Sobrinho, Secretario da Agricultura do Estado de São Paulo, como Delegado do mesmo Estado, e o Senador Federal Augusto Cesar Leite, como Delegado do Estado de Sergipe;

Os quaes, depois de communicados seus plenos poderes, mediante documentos que, julgados bastantes, foram mandados archivar na Secretaria Geral do Instituto Nacional de Estatística, convieram em estabelecer as seguintes clausulas de compromisso entre os Altos Poderes representados:

## CAPITULO I

### BASES PARA A CONSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATISTICA

#### *Clausula primeira*

Para a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, entidade destinada á orientação e direcção superiores das acti-

vidades do Instituto Nacional de Estatística, de accordo com o disposto nos artigos 9º e 10º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, e no artigo 10º, paragrapho unico do decreto n. 946, de 7 de julho de 1936, ficam assentadas as seguintes bases:

I. Ao Conselho Nacional de Estatística, que terá relações directas, por seus órgãos competentes, com os Chefes dos Governos, cuja autoridade politico-administrativa nelle estiver representada, por força desta Convenção, fica assegurada a mais ampla autonomia de acção technica e administrativa, para o fim de efficiente coordenação no planeamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros.

II. O Instituto Nacional de Estatística se compõe de duas ordens de entidades fundamentaes: organizações federaes e organizações regionaes.

III. Formam o quadro central das organizações federaes as directorias de estatística especificadas no art. 3º, § 1º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934; o quadro central das organizações regionaes comprehende os órgãos centralizadores dos serviços de estatística da administração do Districto Federal, Estados e Territorio do Acre.

IV. Articulam-se obrigatoriamente com os órgãos centraes federaes todos os serviços ou secções de estatística que existem ou venham a existir no ambito da administração federal; no Districto Federal, Estados e Territorio do Acre, a mesma articulação aos órgãos centraes regionaes se tornará obrigatoria para todos os serviços ou secções de estatística mantidos pela administração das respectivas circumscripções politicas.

V. Respeitados os limites da orbita jurisdiccional, poderão tambem integrar-se no Instituto, mediante actos de filiação, as organizações de estatística existentes ou que venham a existir nos municipios, e os departamentos de empresas ou associações mantidos para fins de levantamento de reconhecida utilidade publica.

VI. O Conselho Nacional de Estatística será constituído:

a) pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística, que será o Presidente nato do Conselho e da sua Junta Executiva Central;

- b) pelos demais membros da Junta Executiva Central;
- c) pelos directores de secção e funcionarios de equivalente hierarchia, das "repartições centraes";
- d) pelos directores geraes das repartições regionaes de estatistica integradas no Instituto (empregando-se neste instrumento o termo "regional" para significar o que disser respeito aos Estados, Districto Federal e Territorio do Acre);
- e) pelos directores de secção e funcionarios de categoria equivalente das repartições a que se refere a letra precedente;
- f) pelos dirigentes geraes das organizações officiaes e officializadas que possuam secções ou serviços filiados ao Instituto, tanto na orbita federal como na regional, e pelos chefes ou directores de taes secções ou serviços;
- g) pelos directores ou chefes das repartições ou serviços de estatistica geral dos municipios das capitães dos Estados e do Acre;
- h) pelos representantes das organizações particulares filiadas ao Instituto.

VII. São órgãos do Conselho:

- a) a Assembléa Geral;
- b) a Junta Executiva Central;
- c) as Juntas Executivas Regionaes;
- d) as Commissões Technicas.

VIII. A Assembléa geral será assim constituida:

- a) pelos membros da Junta Executiva Central, representando o Governo Federal;
- b) pelos Presidentes das Juntas Executivas Regionaes ou seus supplentes, representando os Governos Regionaes e Municipaes;
- c) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações officializadas filiadas ao Instituto;
- d) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações particulares filiadas ao Instituto.

IX. A Junta Executiva Central terá a composição prevista no art. 3º do decreto n. 946, de 7 de julho de 1936, que constituiu a Delegação Federal á presente Convenção.

X. As Juntas Executivas Regionaes, sempre que não prevalecerem, na legislação respectiva, disposições analogas ás adoptadas na organização federal (art. 10, § 1º, n. 1 e art. 11, §§ 1º e 2º do decreto-lei n. 24.609, de 6 de julho de 1934), serão presididas pelos directores das repartições regionaes de estatística geral. Na hypothese contraria, estes directores serão os secretarios natos das respectivas Juntas e, como taes, obrigatoriamente considerados assessores e supplentes dos Presidentes das Juntas Regionaes na Assembléa Geral do Conselho. Constituirão essas Juntas:

a) os directores e os chefe de secção ou funcionarios de hierarchia equivalente das repartições regionaes integradas no Instituto;

b) os directores geraes das repartições que possuirem apenas secções de estatística filiadas ao Instituto;

c) os chefes dessas secções especializadas de estatística;

d) os chefes ou directores das repartições ou serviço de estatística dos municipios das capitães dos Estados e do Territorio do Acre;

e) um representante do Estado-Maior da Região com jurisdição militar no Estado e um delegado do Estado-Maior da Armada, devidamente credenciados para tal fim.

XI. A Assembléa Geral fixará o numero das Comissões Technicas, as quaes se comporão, em cada caso, de cinco membros especializados no assumpto respectivo, e eleitos, pela Assembléa, entre todos os membros do Conselho Nacional; dois desses membros deverão ser da administração federal, a elles competindo as funcções de presidente e relator, respectivamente; os demais membros serão da administração regional ou local, de unidades politicas differentes, na hypothese de não figurar no Conselho representante de entidade officializada ou particular especialmente interessada no assumpto a cargo da Comissão, caso em que esse representante será considerado membro nato da Comissão.

XII — A Assembléa Geral reunir-se-á annualmente a 1 de julho, realizando tantas sessões quantas forem necessarias. As Juntas Executivas reunir-se-hão ordinariamente no 1º dia util de cada quinzena, realizando as sessões extraordinarias

que forem necessarias. As Commissões Technicas trabalharão em todo o correr do anno. mediante correspondencia promovida pelo respectivo presidente ou pelo relator. Os seus relatorios deverão ser presentes á Junta Executiva Central até 31 de março de cada anno.

XIII. Competirá:

a) á Assembléa Geral, orientar e dirigir o Instituto, mediante deliberação directa ou delegação á Junta Executiva Central, exercendo ampla jurisdição technica no que se referir a todos os serviços filiados, e gozando de autonomia administrativa quanto aos serviços cuja organização e movimentação forem confiadas ao mesmo Instituto na forma dos arts. 7º e 8º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;

b) á Junta Executiva Central, cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléa Geral e resolver os casos omissoes, *ad-referendum* da mesma Assembléa, sempre que o exijam a continuidade e boa ordem dos serviços do Instituto;

c) ás Juntas Executivas Regionaes, cumprir e fazer cumprir as deliberações de caracter geral da Assembléa Geral e da Junta Executiva Central, e tomar as medidas necessarias á coordenação e desenvolvimento dos serviços estatísticos regionaes e municipaes sob sua jurisdição, resolvendo com autonomia o que fôr materia privativa da economia interna dos respectivos systemas;

d) ás Commissões Technicas, estudar e projectar a systematização technica e os melhoramentos progressivos das estatísticas comprehendidas nos respectivos programmas, expondo as conclusões do seu trabalho em relatorios annuaes á Junta Executiva Central, que os fará publicar e os submeterá com o seu parecer á Assembléa Geral.

XIV. Os órgãos do Conselho terão regimentos especiaes.

XV. Fica prevista a organização de um corpo de Assessores ou Consultores de Estatistica, que serão eleitos pela Assembléa Geral e poderão participar dos trabalhos das Juntas Executivas (Central e Regionaes) e das Commissões Technicas do Instituto, collaborando no estudo de questões especializadas. Esse corpo de Assessores se constituirá:

a) de representantes das principaes instituições economicas, sociaes, culturaes ou religiosas, de expressão nacional;



b) de especialistas em materia de estatistica.

XVI. Não serão remunerados os membros do Conselho nem os Assessores, cujas funções constituem, entretanto, titulo de relevante benemerencia publica. Aos membros da Assembléa Geral não residentes na Capital Federal nem no Estado do Rio de Janeiro, será paga, porém, por occasião das respectivas sessões, a ajuda de custo de um conto de réis (1:000\$), correndo essa despesa e a das competentes passagens, por conta das verbas proprias do Governo Federal.

XVII. São attribuições expressas da Assembléa Geral as seguintes:

a) elaborar o seu regimento interno e o das Juntas Executivas — Central e Regionaes;

b) baixar as instrucções por que se devam regular os orgãos do Instituto nas suas relações entre si e com o proprio Conselho;

c) caracterizar as estatisticas que se devam considerar da competencia privativa das organizações federaes ou das organizações regionaes, fixando ao mesmo tempo as normas para que, no menor prazo possivel, os resultados de umas e outras sejam communicados a todos os orgãos do Instituto a que possam interessar;

d) suggerir os criterios e processos pelos quaes as estatisticas de caracter regional, ora levantadas e elaboradas pela União, possam ser, aos poucos, transferidas á responsabilidade dos serviços regionaes, desde que estes se sintam com a eficiencia necessaria para assegurar-lhes a continuidade e perfectibilidade; fixar, outrossim, a acção suppletiva dos serviços nacionaes, onde esta fôr solicitada ou julgada ainda necessaria;

e) organizar, regulamentar e administrar as delegacias ou agencias de actuação regional ou local necessarias para completar o systema dos orgãos do Instituto, bem como os demais serviços filiados, quando estes ou aquellas vierem a ficar sob a responsabilidade do mesmo Instituto, nos termos dos artigos 7º e 8º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;

f) suggerir ao Governo da Republica e aos governos regionaes e locaes, conforme o caso, para o competente exame e

deliberação, as alterações de regulamentos que os serviços de estatística forem exigindo para o seu aperfeiçoamento organico;

g) representar, em tempo opportuno, ás autoridades competentes, para que, na legislação e nos planos e normas dos serviços publicos não se incluam dispositivos que prejudiquem, de qualquer fórma, as fontes e a elaboração da estatística nacional;

h) propôr aos órgãos governativos competentes as providencias necessarias ao normal desenvolvimento das finalidades do Instituto;

i) providenciar para a constituição dos recursos financeiros, de character facultativo, previstos no artigo 24 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, fazer-lhes a distribuição e fiscalizar-lhes a applicação;

j) autorizar os acordos e contractos que o Instituto haja de realizar para a consecução de seus objectivos;

l) fixar o plano de organização e funcionamento das Comissões Technicas, tendo em vista a elaboração de projectos, pareceres ou estudos de character especializado, necessarios aos trabalhos do Instituto.

## CAPITULO II

### COMPROMISSOS DO GOVERNO FEDERAL

#### *Clausula segunda*

1) Governo Federal se compromette a:

a) aceitar as bases fixadas nesta Convenção para a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística;

b) fazer adoptar nos serviços estatísticos a seu cargo as normas technicas que forem approvadas pelo Conselho Nacional de Estatística;

c) providenciar para a execução dos alvitreos propostos pelo Conselho visando melhorar o systema dos serviços estatísticos nacionaes;

d) não tomar nenhuma providencia restrictiva da autonomia da direcção superior do Instituto ou das cinco repartições que lhe formam o nucleo central;

e) fornecer, pelos órgãos competentes, aos serviços regionaes do Instituto, independentemente de publicação prévia,

os resultados das estatísticas elaboradas, privativa ou directamente, pela administração federal;

f) participar da associação cooperativa que tenha por fim instalar oficinas graphicas centraes, privativas do Instituto;

g) auxiliar com os recursos ao seu alcance as iniciativas dos Estados destinadas a facilitar o desenvolvimento dos serviços estatísticos;

h) franquiar a correspondencia postal-telegraphica dos órgãos componentes do Instituto, segundo o disposto no art. 22 do decreto n. 24.609 e na fórmula das instrucções que forem baixadas;

i) providenciar para tornar extensivas a todos os directores dos serviços de estatística do Instituto e aos seus delegados ou agentes itinerantes, quando viajarem em objecto de serviço, as facilidades de transporte que a legislação e os contractos concedam ao funcionalismo federal;

j) promover o aparelhamento da Directoria de Estatística da Produção para o fim de desempenhar as attribuições que, em virtude das clausulas decima terceira e vigesima primeira, lhe forem conferidas;

l) providenciar para o alargamento dos recursos em pessoal e material da Directoria de Informações, Estatística e Divulgação, habilitando-a a prestar assistencia mais efficaz aos Estados no que concerne ao levantamento da estatística educacional regulada pelo Convenio de 20 de dezembro de 1931, cuja revisão o Ministro da Educação e Saude Publica promoverá nos termos dos compromissos em vigor;

m) tomar identica iniciativa com relação ao Departamento de Estatística e Publicidade e aos demais serviços federaes de estatística, para que bem possam desempenhar as funções que lhes ficaram conferidas;

n) proporcionar ao Territorio do Acre os meios necessarios ao cumprimento das obrigações decorrentes desta Convenção;

o) prover a que as repartições federaes forneçam ás repartições estatísticas do Estado e do Municipio onde funcionarem, os dados estatísticos cuja divulgação possa ser autorizada em caracter permanente pelas autoridades competentes;

p) solicitar do Poder Legislativo a instituição de dois premios, um de 30 e outro de 15 contos de réis, que, a partir de 1937, serão conferidos, de dois em dois annos, aos autores de trabalhos originaes e inéditos sobre o methodo estatistico, classificados, respectivamente, em primeiro e em segundo logar no concurso que será aberto e regulamentado pelo Instituto Nacional de Estatistica.

### CAPITULO III

#### COMPROMISSOS DOS GOVERNOS REGIONAES

##### *Clausula terceira*

Os Governos dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre declaram convencionalmente assentado, no que disser respeito ás respectivas administrações, o que consta das clausulas seguintes deste capitulo.

##### *Clausula quarta*

Ficam integrados no Instituto todos os seus serviços de estatistica, já organizados, ou que se vierem a organizar, para o fim de ordenar as respectivas actividades technicas e os trabalhos que elaborarem, segundo as normas fixadas pelos órgãos competentes do Instituto, tendo em vista o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a uniformização das estatisticas nacionaes, bem como a regularidade da sua divulgação. A materia desta clausula será, todavia, entendida sem prejuizo das actividades especializadas e dos desdobramentos que o Estado julgar convenientes, devendo os dados respectivos ser publicados com as devidas referencias indicativas.

##### *Clausula quinta*

Serão examinadas e tomadas em consideração pelos Governos compactuantes, no melhor espirito de cooperação e segundo um alto pensamento de organização nacional, as solicitações ou suggestões formuladas pelos órgãos competentes do Instituto.

*Clausula sexta*

Os Governos Federados responsabilizam-se pelas providências immediatas e sufficientes para que, nas administrações que superintendem, o principal órgão do Instituto seja uma repartição ou departamento central de estatística da mais ampla autonomia e da mais alta hierarchia, que as respectivas organizações permittam. Tal órgão não incluirá, no seu programma, encargos que não sejam os de publicidade ou divulgação, além dos trabalhos inherentes á sua funcção precipua. E' excluida dessa condição apenas a repartição de estatística do Acre, que poderá conservar sua estrutura actual desde que possua uma secção exclusivamente de estatística.

*Clausula setima*

Os Governos Federados proverão immediatamente a que seja movimentado cada anno, a partir de 1937, para fins da collecta estatística, um corpo de Agentes Itinerantes, no minimo um para vinte municipios. A taes agentes, que, na qualidade de prepostos do Director de Estatística Geral, serão por este livremente contractados e dispensados, competirá:

- a) orientar os agentes municipaes de estatística na melioria dos registros e pesquisas que tiverem a seu cargo;
- b) controlar as informações colhidas pelos referidos agentes;
- c) recolher elementos fidedignos para se manter em dia o estudo corographico dos municipios;
- d) realizar a necessaria propaganda dos serviços estatísticos;
- e) effectuar as pesquisas de caracter technico que não estiverem ao alcance dos agentes municipaes, sejam as que interessarem á directoria regional de estatística geral, sejam as que forem lançadas por órgãos estatísticos especializados, estabelecidos para isso os devidos entendimentos entre estes e aquella;
- f) suggerir e orientar a melioria dos registros publicos ou particulares a que a estatística precisa recorrer.

*Clausula oitava*

Os Governos Federados interporão encarecidamente seus bons officios junto aos Governos Municipaes, afim de que sejam criadas e filiadas ao Instituto, na fórma da clausula vinte e oito, letra *f*, desta Convenção, as Agencias Municipaes de Estatistica, que poderão ficar a cargo de um só funcçionario ou de uma secção ou repartição. Compromettem-se mais a proporcionar a essas agencias todas as facilidades que forem **necessarias e estiverem ao alcance da administração regional**, inclusive a instituição de gratificações estimuladoras ou premios aos serventuarios mais efficientes.

*Clausula nona*

A partir de 1937, os Governos Federados farão organizar e publicar annualmente, pela sua principal repartição de estatistica, os respectivos Annuarios Estatisticos, de accordo sempre com a direcção do Instituto e respeitados o plano minimo, o modelo e as normas que este adoptar; isto sem prejuizo de quaesquer outras publicações, subsidiarias ou não (cadastros, indicadores, boletins, etc.) que tambem possam organizar, observando sempre o criterio de coherencia com os resultados da estatistica federal e adoptados os seus modelos.

*Clausula decima*

Nos Annuarios e publicações a que se refere o artigo precedente, os dados sobre superficie, população e demais assumptos que já estiverem assentados pela estatistica federal, serão preferidos a quaesquer outros porventura existentes. No caso, porém, de alguns desses dados apresentarem erros sensiveis ou indicios positivos de deficiencia, que mereçam referencia especial, a competente resalva será feita em nota, na qual se alluda á elaboração futura, no regime de cooperação do Instituto, de dados mais rigorosos. Outrosim, quando os Governos Federados julguem de necessidade fazer a divulgação de resultados estatisticos que estejam sendo levantados sob os

planos geraes do Instituto, antes que este tenha concluido a respectiva systematização, fal-o-ão mediante prévio entendimento, para que esses resultados se approximem o mais possivel dos algarismos definitivos, declarando estarem ainda sujeitos a rectificação.

*Clausula undecima*

Os Governos Federados proverão a que funcionarios dos seus serviços de estatistica sejam commissionedos, na medida do possivel, para frequentarem os cursos de especialização que o Instituto organizar, ou fazerem estagios de aperfeiçoamento nas repartições centraes e serviços especializados mais efficientes da União, das Unidades Politicas ou de instituições privadas.

*Clausula duodecima*

As repartições ou serviços da administração regional incorporados ao Instituto por esta Convenção serão autorizados a prestar-se mutuo auxilio, technico ou administrativo, e a colaborar intimamente com os serviços congeneres federaes, mediante entendimentos com a direcção superior do Instituto, segundo as necessidades occorrentes. Os chefes ou encarregados de secções ou organizações semelhantes, incorporadas ao Instituto, mas que constituam parte integrante de repartições só por esse facto vinculadas ao mesmo Instituto, se corresponderão directamente com os órgãos dirigentes deste, na fórmula das instrucções ou normas que forem baixadas, em tudo que diga respeito á prestação ou ao recebimento de esclarecimentos sobre o movimento technico dos respectivos serviços. As providencias, porém, que se tornarem necessarias com relação a esses serviços para os fins do Instituto, e que importarem em acto de direcção da repartição respectiva, serão obtidas mediante entendimento entre esta e o órgão competente do Instituto. Se escapar á alçada do director da repartição interessada, será o assumpto resolvido entre a direcção do Instituto e o Secretario de Estado competente ou o Chefe do Governo, em se tratando de materia que affecte interesses geraes da administração.

*Clausula decima terceira*

Os Governos Federados, pelo órgão dos serviços technicos competentes, sejam os de engenharia em geral, sejam os espc-Instituto, collaborarão nos trabalhos de cartographia geographica especializados de geographia ou cartographia, filiados ou não ao phica necessarios á estatistica e centralizados, para os fins de synthese nacional, na Directoria de Estatistica da Produção do Ministerio da Agricultura, segundo planos geraes approvados pelo Conselho Nacional de Estatistica. Com esse objectivo serão tomadas medidas, que assegurem a organização, para serem divulgadas nos annos de milésimo nove e phyeicas e politicas do territorio estadual, das quaes constem quatro (precedentes aos censos geraes ou regionaes), cartas a divisão municipal e, se possivel, tambem a districtal, bem como as demais ordens de circumscripções administrativas e judiciarias. Aos Municipios, os mesmos serviços formularão, ainda, as suggestões convenientes e prestarão a assistencia technica necessaria para que façam levantar ou rever, com a perfeição possivel, os mappas dos respectivos territorios.

*Clausula decima quarta*

Os Governos Federados, tendo em vista os interesses geraes da organização administrativa, e em particular, o interesse dos levantamentos estatísticos, encaminharão, com a assistencia do Instituto, as providencias legislativas ou administrativas que tenham por fim racionalizar a divisão dos respectivos territorios, tendendo a conseguir, além de outros objectivos, que os entendimentos a esse respeito estabeleçam como necessarios ou vantajosos, os seguintes, que são considerados essenciaes:

a) uniformidade de data para a revisão do quadro territorial, em todo o Paiz, de modo que tenha ella logar, para fins da sua boa fundamentação e regular periodicidade, logo após a divulgação dos resultados dos recenseamentos geraes ou regionaes, ou seja nos annos de milésimo dois e sete;

b) precisão e racionalidade dos limites circumscripcionaes a estabelecer, de modo que estes acompanhem accidentes geo-



graphicos facilmente identificaveis, e fiquem tambem evitadas as linhas até agora usadas segundo variaveis divisas de terras de determinados proprietarios;

c) systematização da nomenclatura de maneira a ficar definitivamente supprimida tanto a identidade de designação entre circumscripções da mesma categoria, quanto a diversidade de toponimia entre as circumscripções administrativas e judiciarias e as respectivas sédes;

d) superposição systematica da divisão judiciaria á divisão administrativa, de fórma que, por um lado, haja uma só divisão districtal para fins tanto administrativos como judiciarios e, por outro lado, os termos e comarcas tenham sempre por séde a séde municipal que lhes der o nome e compreendam integralmente, respeitados os respectivos limites, um ou mais municipios;

e) attribuição da categoria e fóros de cidade e villa segundo criterios especificos claramente fixados em lei;

f) unificação dos ambitos territoriaes das unidades administrativas e judiciarias, de modo que a área de cada uma dellas seja um todo, ficando assim supprimidos os casos de extra-territorialidade decorrentes das chamadas "fazendas encravadas" e os casos anomaes de circumscripções formadas de duas inferiores não contiguas;

g) definição exacta da constituição territorial das novas entidades administrativas creadas (districtos e municipios), indicando-se sempre as circumscripções districtaes preexistentes que lhes houverem cedido territorio, e descrevendo-se os respectivos limites de fórma a ficarem nitidamente destacados os trechos correspondentes a cada um dos districtos confrontantes.

#### *Clausula decima quinta*

Em complemento ao disposto na clausula precedente, e, tendo em vista que a medida é necessaria não só para fins geraes da administração, mas principalmente para classificar a população do Paiz em "urbana" e "rural", com os respectivos coefficientes de densidade, as Altas Partes Federadas propõem-se, como objectivo commum, a ser conseguido pelas medidas que a organização de cada Estado permittir, que todas

as municipalidades fixem ainda este anno, determinando-lhe os limites e a área, o "quadro urbano" da cidade ou villa sede do municipio, ficando tambem assentado que esse quadro só possa ser modificado por acto do respectivo Governo, no qual venham referidos os novos limites e o accrescimento de área resultante da alteração.

*Clausula decima sexta*

Os Governos Federados, tendo em vista a fundamental importancia dos registos publicos para o aperfeiçoamento das estatísticas, se obrigam a exercer particular vigilancia para a regularização dos mesmos, á luz das ponderações que o Instituto lhes fôr formulando, e a encaminhar, bem assim, as providencias que possam remover os embaraços á regularidade desejavel nos ditos registos. Nesse proposito, terão em mira de modo muito particular:

a) a extensão do registro civil a todo o movimento demographico registravel, segundo a legislação vigente, adoptados os meios habéis á consecução desse objectivo, como, por exemplo, os entendimentos com as autoridades ecclesiasticas, para que sejam remettidos aos officiaes de registro extractos dos lançamentos relativos aos casamentos, baptizados e encomendações que se celebrarem nas respectivas circumscripções;

b) a normalização do registro da propriedade immovel como base das estatísticas do territorio, utilizado o recurso de gravames especiaes do imposto territorial para as propriedades não inteiramente legalizadas;

c) o estímulo intensivo ao desenvolvimento do "registro Terrens", como futura e perfeita base de todas as estatísticas ligadas á apropriação e utilização do solo, possivelmente aproveitada com esse fim a concessão de vantagens tributarias aos immoveis inscriptos no dito registro.

*Clausula decima setima*

Os Governos Federados estudarão, com o concurso do Instituto, as medidas tendentes a assegurar a obrigatoriedade, no que depender das respectivas administrações, das informações necessarias á estatística nacional.

*Clausula decima oitava*

Fica assentado entre os Governos Federados que as operações censitárias regionaes da sua competencia, salvo as que, por circumstancias especiaes, entenderem conveniente realizar em outras épocas, sejam fixadas uniformemente para os annos de milésimo cinco, organizadas as mesmas de accôrdo com o Instituto e no intuito de aproveitar os resultados desses inqueritos como valiosos supplementos dos censos federaes.

*Clausula decima nona*

Compromettem-se os Governos Federados a toma', de accôrdo com o Instituto, as providencias ao seu alcance capazes de contribuir para a effectivação da obrigatoriedade legal do systema metrico decimal. Empregarão o maximo esforço para que esse systema prevaleça integralmente desde já, não só na estatística official como em todos os usos directos ou indirectos ligados á administração.

*Clausula vigesima*

Os Governos Federados compromettem-se a estabelecer normas uniformes nas declarações exigidas para o lançamento do imposto territorial, de fôrma a permittir sua utilização para fins estatísticos.

*Clausula vigesima primeira*

Os Governos Federados concordam sejam centralizados na repartição federal competente os resultados mensaes da apuração das respectivas estatísticas de exportação interestadual, as quaes os Estados, o Districto Federal e o Territorio do Acre, por esta Convenção, se obrigam a organizar segundo os methodos adoptados pelo Conselho Nacional de Estatística. A' mencionada repartição competirá a fusão e a divulgação dessas estatísticas, de modo que, pela sua generalidade e systematização, possam por ellas ser levantadas as estatísticas de importação interestadual.

*Clausula vigesima segunda*

Os Governos Federados interporão seus bons officios junto aos Governos das respectivas capitaes, offerecendo-lhes para isso o concurso possivel, no sentido de ser creado e mantido em dia na administração communal o cadastro predial e domiciliario indispensavel á boa elaboração das estatisticas locais e principalmente á permanente actualização dos seus computos demographicos, reclamada pela bio-estatística.

*Clausula vigesima terceira*

Os Governos Federados concordam em que a contabilidade dos respectivos thesouros mantenha nos seus registros e balanços a discriminação de títulos sufficiente para que as estatisticas financeiras da administração regional possam ser resumidas pelo Instituto com uniformidade de comprehensão e segundo o eschema geral previamente approvedo pelo Conselho Nacional de Estatística. Tomarão, outrosim, por intermedio dos seus departamentos de assistencia á administração municipal ou, na falta, por intermedio do órgão para isso mais indicado, as iniciativas necessarias afim de que a contabilidade dos municipios tambem satisfaça ás especificações adoptadas pelo Instituto.

*Clausula vigesima quarta*

Para demonstrar os progressos do aparelhamento da estatística brasileira e caracterizar de fôrma impressiva, graphica e numericamente, os principaes aspectos da vida nacional, os Governos Federados providenciarão no sentido de participar annualmente da Exposição Nacional de Estatística que o Instituto organizar ou patrocinar, e, para esse effeito, manterão em suas repartições de estatística geral o indispensavel serviço de cartographia.

*Clausula vigesima quinta*

No intuito de assegurar perfeição, regularidade e economia na impressão dos seus annuarios e demais publicações de natureza estatística, as Altas Partes Federadas que não dispuzerem de officinas em condições de attender ás exi-

gencias dessas publicações, firmam o proposito de custearem collectivamente, com o concurso do Governo Federal, as officinas graphicas privativas do Instituto. A autorização legislativa, de que depende tal providencia, será em tempo solicitada pelos Governos Federados. As officinas referidas, organizadas e dirigidas pelo Instituto, terão regulamentação capaz de attender equitativamente a todos os serviços dellas exigidos, segundo o plano cooperativo que fôr approvedo pela Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística.

*Clausula vigesima sexta*

Os Governos Federados têm como firmado o compromisso de providenciar em tempo para que os respectivos Poderes Legislativos possam incluir no orçamento para 1937 as verbas que julgarem conveniente destinar á criação ou reorganização dos respectivos serviços de estatística, tendo em vista o assentado nesta Convenção ou em ultteriores entendimentos com o Instituto.

*Clausula vigesima setima*

Os Governos Federados compromettem-se a encaminhar á Junta Executiva Central, como base dos estudos que esta terá de apresentar á Assembléa Geral na reunião inaugural do Conselho, um eschema da sua futura organização estatística e informações precisas sobre suas possibilidades technicas nessa materia, facilitando assim o estabelecimento das normas iniciaes para as actividades do Instituto considerado em seu conjunto.

CAPITULO IV

COMPROMISSOS COMMUNS A TODOS OS GOVERNOS COMPACTUANTES

*Clausula vigesima oitava*

O Governo Federal e os Governos Federados, neste instrumento compactuantes, se coobrigam a:

a) tomar as providencias necessarias para que nas respectivas leis, ou normas executivas, se exija, para a admissão nos quadros das repartições de estatística integradas no Ins-

tituto, prévia demonstração, em prova de sufficiência ou concurso, da aptidão mínima definida pela Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística ou, enquanto esta não estiver funcionando, pela Junta Executiva Central;

b) não permittir que os funcionarios das referidas repartições sejam afastados do exercicio das suas para outras funcções, sem compensação julgada satisfatoria pelos respectivos chefes ou directores, tendo em vista as necessidades dos serviços por que estes responderem;

c) promover a fixação de normas que permittam e facilitem a transferencia, por permuta, dos funcionarios dessas repartições, bem como das secções filiadas avulsamente ao Instituto, que, em representação fundamentada, os respectivos dirigentes indicarem como inadaptaveis á especialização profissional requerida pelos serviços estatísticos;

d) providenciar para que no quadro dos seus principaes serviços de estatística se criem categorias technicas, devidamente hierarchizadas e adequadamente remuneradas, para a primeira das quaes, collocada em nivel correspondente á de primeiro official em Secretaria de Estado, a admissão dependa de habilitação em concurso de provas, em que se verifique possuirem os candidatos cultura secundaria, conhecimentos de mathematica sufficiente á analyse estatística, e a especialização theorico-pratica exigida pelas actividades superiores dos serviços de estatística;

e) fixar criterios administrativos que evitem terminantemente a utilização das verbas dos serviços de estatística para fins estranhos aos ditos serviços, ou mesmo a elles atinentes, mas sem prévia proposta dos respectivos responsaveis directos;

f) considerar filiados ao systema regulado por esta Convenção, com direito aos auxilios e vantagens que o Instituto lhes possa proporcionar, os serviços, agencias ou repartições municipaes de estatística, desde que os respectivos Governos, por intermedio da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística e solicitem, com o compromisso de subordinar as actividades dos referidos órgãos ás normas geraes de cooperação approvadas pela Assembléa Geral do Conselho, ou, enquanto esta não se reunir, estabelecidas pela Junta Executiva Central; devendo, porém, ser baixados pelas respo-

ctivas Juntas Regionaes e competentes actos declaratorios, feitas as necessarias communicações á Secretaria Geral do Instituto;

g) considerar igualmente filiados ao Instituto os serviços estatísticos de instituições privadas, bem como de institutos officiaes ou officializados autarchicos, desde que essas organizações se disponham a collaborar com o mesmo Instituto, subordinando-se ás normas e condições que o Conselho fixar, lavrado para isso o necessario termo de accordo;

h) tomar, como contribuição ao aperfeiçoamento profissional do seu funcionalismo de estatística, tantas assignaturas da revista de que trata o art. 19 do decreto n. 24.609 quantas forem as secções das suas repartições e organizações integradas no Instituto;

i) submeter ao Poder Legislativo todas as suggestões ou solicitações decorrentes desta Convenção ou das deliberações do Conselho Nacional de Estatística e cujo deferimento não caiba nas respectivas attribuições;

j) promover, segundo a respectiva competencia, a inclusão do ensino elementar da estatística nos programmas da instrucção primaria, secundaria e profissional, observadas as indicações feitas por technicos de reconhecida capacidade, com o concurso do Instituto Nacional de Estatística; e providenciar para que os programmas dos concursos destinados ao preenchimento dos cargos iniciaes da administração pública comprehendam uma prova de estatística;

l) providenciar para que, na administração publica, as solicitações relativas aos serviços estatísticos tenham, sempre que possivel, preferencia sobre os demais;

m) providenciar para que prevaleça a norma de serem incluídas, em todas as concessões de caracter publico, disposições que tornem obrigatoria a prestação de informações estatísticas;

n) ratificar, publicar e mandar executar immediatamente esta Convenção, baixados os competentes decretos dentro do prazo de trinta dias, a contar da assignatura do instrumento convencional, aberta excepção para o Territorio do Acre, que cumprirá essa obrigação no prazo de sessenta dias.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES GERAES

#### *Clausula vigesima nona*

O Conselho Nacional de Estatística installar-se-á com a primeira reunião da sua Assembléa Geral, que será convocada extraordinariamente para o dia 15 de dezembro do corrente anno, afim de deliberar sobre a parte da presente Convenção a executar-se no proximo exercicio. Com esse objectivo, a Junta Executiva elaborará as normas geraes da organização dos inqueritos necessarios á orbita federal, remetendo cópias aos Governos Regionaes. Estes farão estudar o assumpto pelos órgãos competentes e darão poderes aos respectivos representantes na Assembléa Geral para que esta tome as deliberações convenientes á coordenação e unificação dos resultados das estatísticas brasileiras de significação nacional.

#### *Clausula trigesima*

O Instituto Nacional de Estatística creará um diploma de relevantes serviços, que será conferido a todos aquelles que, não exercendo função publica remunerada, se tenham distinguido na collaboração aos trabalhos estatísticos em qualquer parte do territorio nacional. Para isso será exigida a apresentação de attestados comprovantes, da autoridade considerada idonea pelo Instituto Nacional de Estatística.

#### *Clausula trigesima primeira*

Continuarão em vigor, para todos os eifeitos, o Convenio multi-lateral de 1931, entre o Governo Federal e as unidades politicas da União, para a uniformização e aperfeiçoamento das estatísticas educacionaes e connexas, bem como os acordos bilateraes que mantenham entre si, para fins de estatística, duas ou mais das Altas Partes Compactuantes. Quaesquer outros acordos especiaes, visando interesses dos respectivos serviços estatísticos, poderão ser estabelecidos pelos



Governos aqui coobrigados collectivamente, ouvido o Instituto, pelos seus órgãos competentes, para que taes acordos não prejudiquem os fins visados por este instrumento nem impeçam os objectivos de cooperação e unificação de que carece a estatística brasileira.

*Clausula trigesima segunda*

As Altas Partes Compactuantes convêm em formular os seguintes votos :

a) para que as Convenções e Acordos que em outros sectores da administração forem sendo firmados em decorrência do artigo 9º da Constituição da Republica, focalizem sempre, de modo particular, a instituição de melhores e mais amplos registros sobre os factos a que se referirem, bem assim a fixação de normas precisas tendentes a facilitar o aproveitamento de taes registros pelo Instituto Nacional de Estatística;

b) para que as Municipalidades brasileiras recebam com o melhor interesse e profundo espirito de cooperação as sugestões que as Altas Partes Compactuantes lhes houverem de dirigir, tendo em vista, de um modo geral, a melhoria dos seus serviços e registros para fins da estatística nacional, e em particular, as solicitações relativas ao levantamento dos mappas dos respectivos territorios e á criação das Agencias Municipaes de Estatística, a serem filiadas ao Instituto;

c) para que as Prefeituras das Capitaes dos Estados e do Acre se solidarizem num esforço efficaz, tendo em vista a criação, em seus serviços ou repartições de estatística, de um efficiente cadastro predial e domiciliario, acompanhando quanto possivel a organização padrão que o Districto Federal fixar, visando não só os objectivos sociographicos que a materia comporta, mas principalmente o conhecimento permanente dos effectivos prediaes e demographicos do respectivo territorio segundo as zonas em que este se dividir;

d) para que o funccionalismo de estatística do Brasil, na consciencia exacta da sua alta missão social e politica, no cumprimento dos seus nobres deveres profissionaes e na comprehensão dos imperativos moraes que esta Convenção lhe traz, se empenhe em elevar o nivel intellectual e technico dos

seus elementos componentes, pelo esforço de constante aperfeiçoamento pessoal a que cada um se dedique e por um espirito de sadio entusiasmo e cooperação em tudo que delles dependa para o exito integral dos fins desta Convenção;

e) para que todas as instituições privadas que possam contribuir para a integração da estatística brasileira na sua verdadeira missão, como esclarecedora dos caminhos que a Nação deva escolher para orientar os seus destinos, prestem ao Instituto, sem desconfiança, em espirito de verdade e de serviço publico, todo o concurso que lhes está facilmente ao alcance;

f) para que a imprensa brasileira collabore na publicidade indispensavel a que os serviços estatísticos nacionaes sejam bem conhecidos em sua organização e fins, se prestigiem cada vez mais perante a opinião publica e tenham seus principaes resultados devidamente vulgarizados;

g) para que o Conselho Nacional de Educação inclua no Plano Nacional de Educação as disposições fundamentaes para que o ensino da estatística figure adequadamente em todos os graus da instrucção publica;

h) para que a Sociedade Brasileira de Estatística se reorganize quanto antes e desenvolva intensamente, sob o patrocínio do Instituto Nacional de Estatística, suas actividades, prestando á cultura nacional e especialmente á estatística brasileira, os fecundos serviços que della se podem esperar;

i) para que as organizações ecclesiasticas existentes no paiz enriqueçam o seu Ministerio concorrendo pela propaganda e pela acção directa para que o Registro Civil alargue a sua área de efficiencia e preste á Nação integralmente os beneficios estatísticos, sociaes e administrativos a que é destinado;

j) para que os governos estaduaes, em necessaria continuidade de acção e recorrendo aos recursos da aerophotogrametria, providenciem quanto antes para a rapida exacta e sufficiente representação cártographica dos respectivos territorios.

Em fé do que os delegados acima referidos, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, no Palacio Itamaraty, em sessão solenne do encerramento dos trabalhos da Assembléa Convencional, realizada aos onze dias do mez de agosto do anno de mil novecentos e trinta e seis, assignaram a presente Convenção, cujo original dactylographado em trinta e cinco folhas, todas authenticadas no verso pelo Presidente da Assembléa e pelos representantes do Districto Federal e dos Estados de Minas Geraes e do Rio de Janeiro, ficará archivado na Secretaria do Instituto Nacional de Estatistica.

## DELEGAÇÃO FEDERAL

*José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto Nacional de Estatistica e da Assembléa Convencional.

*Heitor Bracet*, representante do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

*Léo da Affonseca*, representante do Ministerio da Fazenda.

*Luiz J. da Costa Leite*, representante do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio.

*Rafael Xavier*, representante do Ministerio da Agricultura.

*Mario Augusto Teixeira de Freitas*, representante do Ministerio da Educação e Saude Publica.

*Licínio de Almeida*, representante do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

*Custodio dos Reis Principe Junior*, representante do Ministerio da Guerra.

*Manoel Pinto Ribeiro Espindola*, representante do Ministerio da Marinha.

*Paulo Vidal*, representante do Ministerio das Relações Exteriores.

*Alberto Diniz*, representante do Territorio do Acre.

DELEGAÇÕES REGIONAES

*C. Tavares Bastos*, delegado do Districto Federal.

*Castro Azevedo*, delegado do Estado de Alagoas,

*A. Carvalho Leal*, delegado do Estado do Amazonas.

*Alvaro Navarro Ramos*, delegado do Estado da Bahia.

*Ruy de Almeida Monte*, delegado do Estado do Ceará.

*Carlos Fernando Monteiro Lindenberg*, delegado do  
Estado do Espirito Santo.

*Benjamin da Luz Vicira*, delegado do Estado de  
Goyaz.

*José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho*, delegado do  
Estado do Maranhão.

*Firmo Dutra*, delegado do Estado de Matto Grosso.

*Israel Pinheiro da Silva*, delegado do Estado de Mi-  
nas Geraes.

*Leopoldo Penna Teixeira*, delegado do Estado do Pará.

*Celso Mariz*, delegado do Estado da Parahyba.

*Francisco F. Pereira*, delegado do Estado do Paraná.

*Lauro Montenegro*, delegado do Estado de Per-  
nambuco.

*Agenor Monte*, delegado do Estado do Piauhy.

*Fidelis Sigmaringa Seixas*, delegado do Estado do  
Rio de Janeiro.

*Joaquim Ignacio de Carvalho Filho*, delegado do Es-  
tado do Rio Grande do Norte.

*Raul Pilla*, delegado do Estado do Rio Grande do Sul.

*Celso Fausto de Souza*, delegado do Estado de Santa  
Catharina.

*Luiz de Toledo Pisa Sobrinho*, delegado do Estado  
de São Paulo.

*Augusto Leite*, delegado do Estado de Sergipe.

---

DECRETO N. 1.023 — DE 11 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Finlândia, do accordo relativo aos signaes maritimos, firmado em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balisagem e illuminação das costas, realizada na mesma capital*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do governo da Finlândia, do accordo relativo aos signaes maritimos, firmado em Lisbôa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da conferencia para verificação da balisagem e illuminação das costas, realizada na mesma capital, — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 8 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

(Traducção Official)

LIGA DAS NAÇÕES

C. L. 114.-1936-VIII

ACCORDO RELATIVO AOS SIGNAES MARITIMOS

(Lisbôa, 23 de outubro de 1930)

*Ratificação pela Finlândia*

Genebra, 8 de julho de 1936.

Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Delegado permanente da Finlândia junto á Liga das Nações, depo-

Annexo C — 1936 — 10

bitou no Secretariado, a 12 de junho de 1936, o instrumento de ratificação, por parte de S. Ex. o Presidente da República da Finlândia, do accordo relativo aos signaes maritimos, firmado em Lisboa, a 23 de outubro de 1930.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.  
— Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado, A. L. *Podestá Costa*.

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

### LIGA DAS NAÇÕES

22 de junho de 1936 — C. L. 104-1936. XI.

**Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura**

(Genebra, 13 de julho de 1931)

### *Ratificação pela Dinamarca*

ⓧ  
Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, delegado permanente da Dinamarca junto á Liga das Nações, depositou no Secretariado, a 5 de junho de 1936, o instrumento de ratificação por Sua Magestade o Rei da Dinamarca e da Islandia relativo á Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.  
— Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado, A. S. *Podestá Costa*.

---

DECRETO N. 1.059 — DE 25 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha, tornando vigente nos territorios de Papua, na Ilha de Norfolk e nos territorios sob mandato da Nova-Guiné e de Naurú, a Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma, a 2 de junho de 1928.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a resolução do Governo de Sua Majestade britannica no Commonwealth da Austrália, tornando vigente nos territorios de Papua, na Ilha de Norfolk e nos territorios sob mandato da Nova-Guiné e de Naurú, a Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, a 2 de junho de 1928, devendo tal resolução ter validade a partir de 29 de julho de 1936 — conforme communicacão feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 20 de julho, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

---

DECRETO N. 1.060 — DE 25 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha de estender ao territorio da Ilha de Norfolk; territorio sob mandato de Naurú, a Convenção para a protecção da propriedade industrial, firmada na Haya, a 6 de novembro de 1925.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a resolução do Governo de Sua Majestade britannica no Commonwealth da Australia de estender ao ter-

ritorio da Ilha de Norfolk; territorio sob mandato de Naurú, a Convenção para a protecção da propriedade industrial, firmada na Haya, a 6 de novembro de 1925, devendo tal resolução ter validade a partir de 29 de julho de 1936 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Suissa nesta Capital, por nota de 20 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 1.061 — DE 25 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a adhesão do Governo da Rumania, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma, a 2 de junho de 1928.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Rumania, á Convenção de Berna, para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, a 2 de junho de 1928, devendo tal adhesão ter validade a partir de 6 de agosto de 1926 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 28 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---



DECRETO N. 1.076 — DE 1 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a adesão do Governo da Turquia ao Accordo relativo aos signaes maritimos e respectivo regulamento e ao accordo sobre as barcas pharóes tripuladas que se achem fora do seu posto normal e respectivo regulamento, firmados em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da bazillagem e de illuminação das costas, realizadas na mesma capital.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão, do Governo da Turquia, ao Accordo relativo aos signaes maritimos e respectivo regulamento e ao Accordo sobre as barcas pharóes tripuladas que se achem fora do seu posto normal e respectivo regulamento, firmados em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da ballizagem e de illuminação das costas, realizada na mesma capital, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretario Geral da Liga das Nações, por nota de 20 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

(Traducção Official)

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 123-1936-XIII)

ACCORDO RELATIVO AOS SIGNAES MARITIMOS E ACCORDO SOBRE AS  
BARCAS PHARÓES TRIPULADAS QUE SE ACHEM FORA DO SEU  
POSTO NORMAL.

Lisboa, 23 de outubro de 1930)

*Adhesão da Turquia.*

Genebra, 20 de julho de 1936.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que o Sr. ministro dos Negocios Estrangeiros da Turquia me notificou a adesão do Governo da Republica turca aos seguintes accordos, firmados em Lisbôa, a 23 de outubro de 1930:

Accordo relativo aos signaes marítimos e respectivo regulamento;

Accordo sobre as barcas pharóes tripuladas que se achem fora do seu posto normal e respectivo regulamento.

A notificação dessa adesão foi recebida no Secretariado da Liga das Nações, a 27 de junho de 1936.

O Sr. ministro dos Negocios Estrangeiros da Turquia me informou, ao mesmo tempo, que a Turquia resolveu applicar as recommendações sobre os caracteres dos pharóes e sobre os radio-pharóes, adoptados pela mesma Conferencia.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.  
— Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado, *L. A. Podestá Costa.*

Sr. ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.

DECRETO N. 1.077 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1936

*Promulga o Tratado anti-bellico de não aggressão e de conciliação firmado entre varios paizes, no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1933.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Bra-

Tendo sido ratificado o Tratado anti-bellico de não aggressão e de conciliação concluido e firmado entre o Brasil e varios paizes, no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933; e

Havendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação, por parte do Governo brasileiro, em Buenos Aires, a 26 de agosto de 1936;

Decreta:

Que o referido Tratado, appenso por copia ao presente decreto nos textos portuguezes e hespanhol, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

GETULIO DORNELLES VARGAS

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber, aos que a presente Carta de Ratificação vi-rem, que, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica Argentina, foi concluido e assignado no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933, o Tratado anti-bellico de não aggressão e de Conciliação, do teor seguinte:

TRATADO ANTI-BELLICO DE	TRATADO ANTIBELICO DE
NÃO-AGRESSÃO E DE	NO-AGRESIÓN Y DE CON-
CONCILIAÇÃO	CILIACIÓN

Os Estados infra indicados, no desejo de contribuir para a consolidação da paz e de exprimir a sua adhesão aos esforços realizados por todas as nações civilizadas para desenvolver o espirito de harmonia universal;

Los Estados abajo designados, en el deseo de contribuir a la consolidación de la paz y de expresar su adhesión a los esfuerzos realizados por todas las naciones civilizadas para fomentar el espíritu de armonía universal;

Com o proposito de condemnar as guerras de aggressão e as acquisições territoriaes obtidas mediante conquista pela força das armas, tornando-as impossiveis e confirmando a sua invalidade por meio das disposições positivas do presente Tratado, para as substituir por soluções pacificas, baseadas em conceitos elevados de justiça e de equidade;

Convencidas de que um dos meios mais efficazes de assegurar os beneficios moraes e materiaes, que a paz offerece ao mundo, é a organização, para os conflictos internacionaes, de um systema permanente de conciliação. applicavel logo que se verifique violação dos principios mencionados;

Resolvem concretizar em fôrma de convenção estes propositos de não-agressão e de concordia, celebrando o presente Tratado, e, para esse fim, nomearam os Plenipotenciarios abaixo firmados, os quaes, havendo exhibido seus respectivos Plenos Poderes, achados em boa e devida fôrma, convieram no seguinte:

#### ARTIGO I

As Altas Partes contractantes declaram solennemente que, em suas relações mutuas,

Con el proposito de condenar las guerras de agresión y las adquisiciones territoriales que sean obtenidas mediante la conquista por la fuerza de las armas, haciéndolas imposibles y sancionando su invalidez por las disposiciones positivas de este Tratado, para sustituir las por soluciones pacíficas fundadas en elevados conceptos de justicia y de equidad;

Convencidos de que uno de los medios más eficaces de asegurar los beneficios morales y materiales que ofrece la paz al mundo, es la organización de un sistema permanente de conciliación de los conflictos internacionales, que se aplique de inmediato al producirse la violación de los principios mencionados;

Deciden concretar en forma convencional estos propósitos de no-agresión y de concordia, celebrando el presente Tratado, a cuyo efecto nombraron los Plenipotenciarios abajo firmantes, los cuales, habiendo exhibido sus respectivos Plenos Poderes, que fueron hallados en buena y debida forma, han convenido en lo siguiente:

#### ARTÍCULO I

Las Altas Partes Contratantes declaran solennemente que condenan las guerras de

ou com outros Estados, condemnar as guerras de aggressão, e que a solução dos conflitos ou divergencias de qualquer especie, que se suscitem entre ellas, será sempre obtida pelos meios pacificos consagrados pelo Direito Internacional.

agresión en sus relaciones mutuas o con otros Estados, y que el arreg'o de los conflictos o divergencias de cualquier clase que se susciten entre ellas, no deberá realizarse sino por los medios pacificos que consagra el Derecho Internacional.

### ARTIGO II

### ARTÍCULO II

Declaram que entre as Altas Partes contractantes as questões territoriaes não se devem resolver pela violencia e que não reconhecerão estatuto territorial algum que não seja obtido por meios pacificos, nem a validade da occupação ou da aquisição de territorios obtida pela força das armas.

Declaran que entre las Altas Partes Contratantes las cuestiones territoriales no deben resolverse por la violencia, y que no reconocerán arreglo territorial alguno que no sea obtenido por medios pacíficos, ni la validez de la ocupación o adquisición de territorios que sea lograda por la fuerza de las armas.

### ARTIGO III

### ARTÍCULO III

Em caso de inadimplemento, por qualquer Estado em conflicto, das obrigações contidas nos artigos anteriores, os Estados contractantes se compromettem a envidar todos os esforços para a manutenção da paz. Para esse fim, adoptarão, em sua qualidade de neutros, uma attitude commum e solidaria; porão em pratica os meios politicos, juridicos ou economicos autorizados pelo Direito Internacional; farão pesar a

En caso de incumplimiento, por cualquier Estado en conflicto, de las obligaciones contenidas en los artículos anteriores, los Estados Contratantes se comprometen a emplear todos sus esfuerzos para el mantenimiento de la paz. A ese efecto, adoptarán en su calidad de neutrales, una actitud común y solidaria; pondrán en ejercicio los medios políticos, jurídicos o económicos autorizados por el Dere-

influencia da opinião publica, cho Internacional; harán grammas não recorrerão, em caso vitar la influencia de la opinión pública, pero no recurrirán en ningún caso a la intervención, sea diplomática o armada; salvo la actitud que pudiera corresponderles en virtud de otros Tratados colectivos de que esos Estados sean signatarios.

#### ARTIGO IV

As Altas Partes contractantes obrigam-se a submeter ao processo de conciliação, instituído pelo presente Tratado, as questões aqui especialmente mencionadas e quaesquer outras que surjam em suas relações reciprocas e se não tenham podido resolver, dentro em prazo razoavel, por via diplomatica, exceptuadas unicamente as enumeradas no artigo seguinte.

#### ARTIGO V

As Altas Partes contractantes e os Estados que posteriormente adherirem ao presente Tratado não poderão, no acto da assignatura, ratificação ou adhesão, formular outras limitações ao processo de conciliação além das seguintes:

#### ARTÍCULO IV

Las Altas Partes Contratantes se obligan a someter al procedimiento de conciliación creado por el presente Tratado, los conflictos mencionados especialmente y cualesquiera otros que surjan en sus relaciones reciprocas, sin más limitaciones que las que se enumeran en el artículo siguiente, en todas las controversias que no hayan podido ser resueltas por la vía diplomática dentro de un plazo razonable.

#### ARTÍCULO V

Las Altas Partes Contratantes y los Estados que en adelante se adhieran al presente Tratado, no podrán formular en el momento de la firma, ratificación o adhesión otras limitaciones al procedimiento de conciliación que cualquiera de las que a continuación se señalan:

a) as controvérsias, para cuja solução já se hajam celebrado Tratados, Convenções, Pactos ou Accórdos pacifistas de qualquer natureza, os quaes, em caso algum, se considerarão derogados pelo presente Tratado, mas completados, naquillo em que visarem assegurar a paz; e da mesma fórma as questões ou quaesquer assumptos já resolvidos por tratados anteriores;

b) os conflictos que as Partes preferirem resolver por negociação directa ou submeter, de *commun accord*, a solução arbitral ou judicial;

c) as questões que o Direito Internacional deixa á competência exclusiva de cada Estado, de accôrdo com o seu regimen constitucional, e que, por tal razão, possam as Partes oppôr-se a que sejam submettidas ao processo de conciliação antes de decisão definitiva dos juizes ou tribunaes competentes; salvo evidente denegação de justiça, ou de longa na applicação desta, — casos estes em que os tramites da conciliação deverão ter inicio no prazo maximo de um anno;

d) os assumptos que affectem principios constitucionaes das Partes litigantes. Em caso de duvida, cada Par-

a) las diferencias para cuya solución se hayan celebrado Tratados, Convenciones, Pactos o Acuerdos pacifistas de cualquier índole que sean, que en ningún caso se entederán derogados por el presente convenio, sino complementados en cuanto propenden a asegurar la paz; así como las cuestiones o asuntos resueltos por tratados anteriores;

b) los conflictos que las Partes prefieran resolver por arreglo directo o someter de común acuerdo a una solución arbitral o judicial;

c) las cuestiones que el Derecho Internacional deja libradas a la competencia exclusiva de cada Estado, de acuerdo con su régimen constitucional, por cuyo motivo las Partes podrán oponerse a que sometidas al procedimiento de conciliación antes que la jurisdicción nacional o local se haya pronunciado en definitiva; salvo manifiesta denegación o retardo de justicia, en cuyo caso el trámite de la conciliación deberá iniciarse dentro del año a más tardar;

d) los asuntos que afecten preceptos constitucionales de las Partes en controversia. En caso de duda, cada Parte re-

te pedirá a opinião fundamentada de seu respectivo Tribunal ou Corte Suprema de Justiça, que tenha competência para se pronunciar sobre a matéria.

Em qualquer tempo, as Altas Partes contractantes poderão communicar, pelo modo determinado no art. XV, o instrumento em que declarem haver abandonado, totalmente ou em parte, as limitações por ellas estabelecidas ao processo de conciliação.

Como effeito das limitações formuladas por uma das referidas Partes, as demais não se considerarão obrigadas em relação a essa sinão na medida das excepções estabelecidas.

#### ARTIGO VI

A falta de Comissão Permanente de Conciliação ou de outro organismo internacional encarregado dessa missão em virtude de tratados anteriores em vigor, as Altas Partes contractantes se compromettem a submeter as suas divergencias ao exame e investigação de uma Comissão de Conciliação, que será constituida do modo seguinte, salvo accôrdo

cabará la opinión fundada de su respectivo Tribunal o Corte Supremo de Justicia, si ésta estuviere investida de tales atribuciones.

Las Altas Partes Contratantes podrán comunicar, en cualquier tiempo y en la forma establecida por el artículo XV, el instrumento en que conste que han abandonado en todo o en parte las limitaciones por ellas establecidas al procedimiento de conciliación.

Las limitaciones formuladas por una de las Partes Contratantes tendrán el efecto de que las demás Partes no se considerarán obligadas a su respecto sino en la medida de las excepciones establecidas.

#### ARTÍCULO VI

A falta de Comisión Permanente de Conciliación o de otro organismo internacional encargado de esta misión en virtud de tratados anteriores en vigencia, las Altas Partes Contratantes se comprometen a someter sus diferencias al examen e investigación de una Comisión de Conciliación que se formará del siguiente modo, salvo acuerdo en contrario



em contrario das Partes, em de las Partes em cada caso:  
cada caso:

A Comissão de Conciliação compôr-se-á de cinco membros. Cada Parte designará um membro, que poderá ser por elle escolhido dentre os proprios nacionaes. Os tres membros restantes serão designados de commun accordo pelas Partes, dentre os nacionaes de terceiras Potencias, e deverão ser de nacionalidades differentes, não residir habitualmente no territorio das Partes interessadas nem se achar ao serviço de qualquer dellas. As Partes elegerão o Presidente da Comissão de Conciliação dentre esses tres membros.

Si não lograrem entrar em accordo sobre essas designações, poderão confial-as a uma terceira Potencia ou a qualquer outro organismo internacional existente. Si os candidatos assim designados não forem acceitos pelas Partes ou por alguma dellas, cada Parte apresentará uma lista de candidatos em numero igual ao dos membros a escolher, e a sorte decidirá quaes os candidatos que deverão completar a Comissão de Conciliação.

#### ARTIGO VII

Os Tribunaes ou Côrtes Supremas de Justiça que, segun-

La Comisión de Conciliación se compondrá de cinco Miembros. Cada Parte en controversia designará un Miembro que podrá ser elegido por ella entre sus propios nacionales. Los tres Miembros restantes serán designados de común acuerdo por las Partes entre los nacionales de terceras Potencias que deberán ser de nacionalidad diferente, no tener su residencia habitual en el territorio de las Partes interesadas ni estar servicio de ninguna de ellas. Entre dichos tres Miembros las Partes elegirán al Presidente de la Comisión de Conciliación.

Si no pudieran ponerse de acuerdo sobre esas designaciones, podrán encomendarlas a una tercera Potencia o a cualquier otro organismo internacional existente. Si los candidatos así designados no fueren aceptados por las Partes o por alguna de ellas, cada Parte presentará una lista de candidatos en número igual al de los miembros por elegir, y la suerte decidirá cuáles candidatos deban integrar la Comisión de Conciliación.

#### ARTÍCULO VII

Los Tribunales o Cortes Supremas de Justicia que, según

do a legislação interna de cada Estado, tenham competência para interpretar, em última ou única instância e em matéria da sua respectiva jurisdição, a Constituição, os tratados, ou os princípios gerais do Direito das Gentes, poderão ser, de preferencia, designados pelas Altas Partes contratantes para desempenhar as funções attribuidas, no presente Tratado, á Comissão de Conciliação. Neste caso, o Tribunal ou Corte -- : funcionará com todos os seus membros, ou designará alguns delles para servirem sós ou formando uma Commissão mixta, com membros de outras Côrtes ou Tribunaes, conforme decidirem, de commun accôrdo, as Partes em litigio.

#### ARTIGO VIII

A Commissão de Conciliação estabelecerá, por si mesma, as regras do seu processo, que deverá ser contradictorio em todos os casos.

As Partes divergentes poderão ministrar, e a Commissão poderá requerer-lhes todos os antecedentes e informações necessarias. As Partes poderão fazer-se representar por delegados e assistir por conselheiros ou peritos, assim como apresentar todo genero de provas.

la legislación interna de cada Estado, tengan competencia para interpretar, en última o única instancia y en los asuntos de su respectiva jurisdicción, la Constitución, los tratados, o los principios generales del Derecho de Gentes, podrán ser designados con preferencia por las Altas Partes Contratantes para desempeñar las funciones encomendadas por el presente Tratado a la Comisión de Conciliación. En este caso el Tribunal o Corte funcionarán en pleno o designando algunos de sus miembros para actuar solos o formando Comisión mixta con miembros de otras Cortes o Tribunales, según convengan de común acuerdo las Partes en litigio.

#### ARTÍCULO VII.

La Comisión de Conciliación establecerá por sí misma las reglas de su procedimiento, el que deberá ser contencioso en todos los casos.

Las Partes en controversia podrán suministrar y la Comisión requerir de ellas todos los antecedentes e informaciones necesarios. Las Partes podrán hacerse representar por delegados y asistir por consejeros o peritos, así como también presentar toda clase de testimonios.

#### ARTIGO IX

Os trabalhos e deliberações da Comissão de Conciliação não serão dados á publicidade sinão por decisão da mesma, com assentimento das Partes.

Na falta de estipulação em contrario, as decisões da Comissão serão adoptadas por maioria de votos, mas a Comissão não poderá pronunciar-se sobre o fundo da questão sem a presença de todos os seus membros.

#### ARTÍCULO IX

Los trabajos y deliberaciones de la Comisión de Conciliación no se darán a publicidad sino por decisión de la misma, con asentimiento de las Partes.

A falta de estipulación en contrario, las decisiones de la Comisión se adoptarán por mayoría de votos, pero la Comisión no podrá expedirse sobre el fondo del asunto sin la presencia de todos sus miembros.

#### ARTIGO X

A Comissão terá por encargo procurar solução conciliatoria para todas as divergencias submettidas á sua consideração.

Após estudo imparcial das questões que formem a materia do conflicto, ella consignará em um relatorio o resultado dos seus trabalhos e properá ás Partes as bases de um accordo, mediante solução justa e equitativa

O relatorio da Comissão não terá, em caso algum, o character de sentença nem de laudo arbitral, já no que concerne á exposição ou interpretação dos factos, já no que se refere ás considerações ou ás conclusões de direito

#### ARTÍCULO X

Es misión de la Comisión procurar el avenimiento conciliatorio de las diferencias sometidas a su consideración.

Después del estudio imparcial de las cuestiones que sean materia del conflicto, consignará en un informe los resultados de sus tareas y propondrá a las Partes bases de arreglo mediante solución justa y equitativa.

El informe de la Comisión en ningún caso tendrá character de sentencia ni de laudo arbitral, sea en lo concerniente a la exposición o interpretación de los hechos, sea en lo relativo a las consideraciones e conclusiones de derecho

ARTIGO XI

A Comissão de Conciliação deverá apresentar seu relatório ao cabo de um anno, a contar de sua primeira reunião, a menos que as Partes resolvam, de commun accordo, abreviar ou prorogar este prazo.

Uma vez iniciado, o processo de conciliação só se poderá interromper por ajuste directo entre as Partes, ou por sua decisão posterior de submeter o conflicto, de commun accordo, á arbitragem ou á justiça internacional.

ARTIGO XII

Ao communicar ás Partes o seu relatório, a Comissão de Conciliação lhes fixará um prazo, não excedente de seis mezes, dentro no qual se deverão pronunciar sobre as bases do accordo por ella proposto. Expirado esse prazo, a Comissão fará constar de uma acta final a decisão das Partes.

Transcorrido o prazo sem que as Partes hajam accettato a solução proposta ou adoptado, de commun accordo, outra deliberação pacifica, as Partes em litigio recuperarão liberdade de acção para proceder como julgarem conveniente, dentro nas limitações decorrentes dos artigos I e II do presente Tratado.

ARTÍCULO XI

La Comisión de Conciliación deberá presentar su informe en el término de un año contado desde su primera reunión, a menos que las Partes no resuelvan de común acuerdo abreviar o prorrogar este plazo.

Una vez iniciado el procedimiento de conciliación, sólo podrá interrumpirse por arreglo directo entre las Partes o por su decisión posterior de someter de común acuerdo el conflicto al arbitraje o a la justicia internacional.

ARTÍCULO XII

Al comunicar su informe a las Partes, la Comisión de Conciliación les fijará un termino que no excederá de seis mezes, dentro del cual deberán pronunciarse sobre las bases del arreglo propuesto por la misma. Expirado este plazo, la Comisión hará constar en un Acta final la decisión de las Partes.

Transcurrido el plazo sin que las Partes hayan aceptado el arreglo, ni adoptado de común acuerdo otra solución amistosa, las Partes en litigio recuperarán su libertad de acción para proceder como crean conveniente dentro de las limitaciones derivadas de los artículos I y II del presente Tratado.

ARTIGO XIII

Desde o início do processo de conciliação até a expiração do prazo fixado pela Comissão para que as Partes se pronunciem, deverão estas abster-se de qualquer medida prejudicial á execução do accordo proposto pela Comissão e, em geral, de qualquer acto susceptível de agravar ou prolongar a controversia.

ARTIGO XIV

Durante o processo de conciliação, os membros da Comissão perceberão honorarios, cuja importancia será determinada, de commun accordo, pelas Partes em litigio. Cada uma dellas proverá aos seus proprios gastos. e, em partes iguaes, concorrerá para as despesas ou honorarios communs.

ARTIGO XV

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes contratantes, dentro no mais breve prazo possível, consoante os seus respectivos processos constitucionaes

O Tratado original e os instrumentos de ratificação serão depositados no Ministerio das Relações Exteriores e Culto da Republica Argentina, que communicará as ratificações aos demais Estados signata-

ARTÍCULO XIII

Desde la iniciación del procedimiento conciliatorio hasta la expiración del plazo fijado por la Comisión para que las Partes se pronuncien, deberán abstenerse de toda medida perjudicial a la ejecucion del arreglo que proponga la Comisión y, en general, de todo acto susceptible de agravar o prolongar la controversia.

ARTÍCULO XIV

Durante el procedimiento de conciliación los miembros de la Comisión percibirán honorarios cuyo monto será establecido de común acuerdo por las Partes en controversia. Cada una de ellas proveerá a sus propios gastos y, por partes iguales, sufragará los gastos u honorarios comunes.

ARTÍCULO XV

El presente Tratado será ratificado por las Altas Partes Contratantes a la brevedad posible, de acuerdo con sus respectivos procedimientos constitucionales.

El Tratado original y los instrumentos de ratificación serán depositados en el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Republica Argentina, el cual comunicará las ratificaciones a los demás Esta-

rios. O Tratado entrará em vigor entre as Altas Partes contractantes trinta dias depois do deposito das respectivas ratificações e na ordem em que estas se effectuarem.

dos signatarios. El Tratado entrará en vigor entre las Altas partes Contratantes treinta días después del deposito de las respectivas ratificaciones, y en el orden en que éstas se efectúen.

#### ARTIGO XVI

O Tratado ficará aberto á adhesão de todos os Estados.

A adhesão far-se-á mediante o deposito do respectivo instrumento no Ministerio das Relações Exteriores e Culto da Republica Argentina, que disso notificará os demais Estados interessados.

#### ARTÍCULO XVI

Este Tratado queda abierto a la adhesión de todos los Estados.

La adhesión se hará mediante el depósito del respectivo instrumento en el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Republica Argentina, el cual notificará de ello a los demás Estados interesados.

#### ARTIGO XVII

O presente Tratado é celebrado por tempo indeterminado, mas poderá ser denunciado mediante aviso prévio de um anno, decorrido o qual deixará de produzir effeito para o Estado denunciante, subsistindo para os demais Estados que nelle sejam parte, por assignatura ou adhesão.

A denuncia será dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores e Culto da Republica Argentina, que a transmittirá aos demais Estados interessados.

Em fé do que, os Plenipotenciarios respectivos assignam o presente Tratado, em um

#### ARTÍCULO XVII

El presente Tratado se celebra por tiempo indeterminado, pero podrá ser denunciado mediante aviso previo de um año, transcurrido el cual cesará en sus efectos para el Estado denunciante, quedando subsistente para los demás Estados que sean parte en él, por firma o adhesión.

La denuncia será dirigida al Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Republica Argentina, el cual la transmitirá a los demás Estados interesados.

En testimonio de lo cual los Plenipotenciarios respectivos firman el presente Tratado, en

exemplar, nas linguas hespa-  
nhola e portugueza, e lhe ap-  
põem seus sellos, no Rio de  
Janeiro, D. F., aos dez dias do  
mez de Outubro do anno de  
mil novecentos e trinta e tres.  
PELA REPUBLICA ARGEN-  
TINA:

(L. S.)

CARLOS SAAVEDRA LAMAS,  
Ministro das Relações Exterio-  
res e Culto.

PELA REPUBLICA DOS ES-  
TADOS UNIDOS DO BRA-  
SIL:

(L. S.)

AFRANIO DE MELLO FRANCO,  
Ministro de Estado das Rela-  
ções Exteriores

PELA REPUBLICA DO CHI-  
LE: *Com as reservas das le-  
tras a, b, c e d do Artigo V.*

(L. S.)

MARCIAL MARTINEZ DE FERRARI,  
Embaixador Extraordinario e  
Plenipotenciario no Rio de  
Janeiro

PELOS ESTADOS UNIDOS  
MEXICANOS:

(L. S.)

ALFONSO REYES,  
Embaixador Extraordinario e  
Plenipotenciario no Rio de  
Janeiro.

un ejemplar, en los idiomas es-  
pañol y portugués, y le po-  
nen sus sellos, en Río de Janei-  
ro, D. F., a los diez días del  
mez de Octubre de mil nove-  
cientos treinta y tres  
POR LA REPUBLICA ARGEN-  
TINA:

(L. S.)

CARLOS SAAVEDRA LAMAS,  
Ministro de Relaciones Exte-  
riores y Culto

POR LA REPUBLICA DE LOS  
ESTADOS UNIDOS DEL  
BRASIL:

(L. S.)

AFRANIO DE MELLO FRANCO,  
Ministro de Estado de Rela-  
ciones Exteriores

POR LA REPUBLICA DE CHI-  
LE: *Con las reservas de las  
letras a, b, c y d del Artí-  
culo V.*

(L. S.)

MARCIAL MARTINEZ DE FERRARI,  
Embajador Extraordinario y  
Plenipotenciario en Río de  
Janeiro

POR LOS ESTADOS UNIDOS  
MEXICANOS:

(L. S.)

ALFONSO REYES,  
Embajador Extraordinario y  
Plenipotenciario en Río de  
Janeiro.

PELA REPUBLICA DO PARAGUAY:      POR LA REPUBLICA DEL PARAGUAY:

(L. S.)

(L. S.)

ROGELIO IBARRA,

ROGELIO IBARRA,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Rio de Janeiro

Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Rio de Janeiro.

PELA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY:      POR LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY:

(L. S.)

(L. S.)

JUAN CARLOS BLANCO

JUAN CARLOS BLANCO

Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Rio de Janeiro

Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en Rio de Janeiro.

E, havendo sido approvedo o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcripto o conformo e ratifico e, pelo presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos vinte e cinco dias do mez de maio de mil novecentos e trinta e seis, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*



— 165 —

DECRETO N. 1.081 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1936

*Uniformiza a nomenclatura da natureza da correspondencia  
official*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Considerando que a falta de unidade na nomenclatura da natureza da correspondencia official, actualmente existente nas repartições publicas federaes, apresenta sérios inconvenientes, que urge remediar;

Considerando que as divergencias na alludida nomenclatura trazem confusão e podem acarretar graves consequencias para a administração;

Considerando que a mesma nomenclatura deve ser estabelecida de accordo com o significado etymologico dos vocabulos que a definam, e corresponder á tradição administrativa brasileira;

Decreta:

Art. 1.º A correspondencia official, segundo a natureza do assumpto, classifica-se em secreta, confidencial, reservada e ostensiva ou ordinaria:

a) *secreta* é a que se refere exclusivamente a documentos ou informações que exijam absoluto sigillo, e cuja divulgação possa comprometter a segurança, a integridade do Estado ou as suas relações internacionaes;

b) *confidencial* é a que diz respeito a informações de caracter pessoal ou a assumptos cujo conhecimento deva ficar o mais restricto possivel;

c) *reservada* é aquella cujo resguardo seja restricto ou transitorio;

d) *ostensiva* ou *ordinaria* é a que não se acha incluída nas classes anteriores e cuja divulgação não prejudique a administração.

Art. 2.º Na troca da correspondencia secreta, confidencial e reservada respeitar-se-á o seu caracter inicial.

§ 1.º A remessa da correspondencia secreta e confidencial far-se-á em sobrecartas opacas e lacradas.

§ 2.º Os documentos secretos serão acompanhados de recibo que o destinatario firmará e devolverá á autoridade expedidora.

Art. 3.º Cada ministerio baixará instrucções especiaes sobre a materia, respeitadas as presentes disposições.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. de Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

DECRETO N. 1.087 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1936

*Promulga o Tratado para a protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado entre o Brasil e diversos paizes, em Washington, a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sido ratificado o Tratado para a protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), concluido e firmado entre o Brasil e diversos paizes, em Washington, a 15 de Abril de 1935; e,

Havendo sido depositado o instrumento de ratificação nos Archivos da União Panamericana, a 5 de Agosto do corrente anno;

**Decreta:**

Que o referido Tratado, appenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, em 8 de Setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares*

**GETULIO DORNELLES VARGAS**

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de Ratificação virem que, tendo sido approved pela VII Conferencia Internacional americana, foi pelos Estados Unidos do Brasil e diversos paizes concluido e assignado em Washington, a 15 de Abril de 1935, o Tratado para a protecção das Instituições Artisticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), do teor seguinte:

**TRATADO PARA A PROTECÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTISTICAS, SCIENTIFICAS E MONUMENTOS HISTORICOS**

**(PACTO ROERICH)**

As Altas Partes conrtactantes, animadas do desejo de transformar em convenção os postulados da Resolução approved a 16 de Dezembro de 1933 por todos os Estados representados na Setima Conferencia Internacional Americana, realizada em Montevideo, que recommendou "aos Governos da America, que o não tivessem feito, a assignatura do "Pacto Roerich", iniciado pelo "Museu Roerich" dos Estados Unidos e que tem por objecto a adopção universal de uma bandeira, já creada e conhecida, para com ella preservar, em qualquer época de perigo, todos os monumentos immoveis, de propriedade nacional ou particular, que constituem o pa-

património cultural dos povos”, e afim de que esse património de cultura seja respeitado e protegido em tempo de guerra e de paz, resolveram celebrar um tratado e, com esse fim, convieram nos artigos seguintes:

#### ARTIGO PRIMEIRO

Serão considerados neutros, e, como taes, respeitados e protegidos pelos belligerantes, os monumentos historicos, os museus e as instituições scientificas, artisticas, educativas e culturaes.

Igual respeito e protecção serão dispensados ao pessoal das instituições acima referidas.

Conceder-se-á o mesmo respeito e protecção aos monumentos historicos, museus, instituições scientificas, artisticas, educativas e culturaes, tanto em tempo de paz como de guerra.

#### ARTIGO II

A neutralidade, protecção e respeito devidos aos monumentos e instituições, mencionados no artigo precedente, serão outorgados em todo o territorio de cada um dos Estados signatarios ou adherentes, sem distincção de nacionalidade a que pertençam. Os respectivos Governos se compromettem a adoptar as medidas de legislação interna necessarias para assegurar a protecção e respeito previstos.

#### ARTIGO III

Afim de identificar os monumentos e instituições a que se refere o artigo I, poder-se-á usar uma bandeira distinctiva (um circulo vermelho, circumdando uma triplice esphera sobre um fundo branco), conforme o modelo annexo a este tratado.

#### ARTIGO IV

Os Governos signatarios e os que adheriram ao presente tratado enviarão á União Pan-americana, no acto da assignatura ou da adhesão, ou em qualquer época posterior, uma lista dos monumentos e instituições para os quaes desejem a protecção outorgada por este tratado.

A União Pan-americana, ao notificár aos Governos os actos da assignatura ou adhesão, enviará tambem a lista de

monumentos e instituições mencionada neste artigo, e informará os demais Governos de qualquer mudança que ulteriormente se faça na referida lista.

ARTIGO V

Os monumentos e instituições mencionados no artigo I não gozarão mais os privilegios estipulados pelo presente convenio, quando forem utilizados para fins militares.

ARTIGO VI

Os Estados que não assignarem este tratado nesta data poderão assignal-o ou a ella adherir em qualquer tempo.

ARTIGO VII

Os instrumentos de adhesão, bem como os de ratificação e denuncia do presente tratado serão depositados na União Pan-americana, a qual communicará aos demais Estados signatarios ou adherentes a acta deste deposito.

ARTIGO VIII

Qualquer Estado signatario do presente tratado ou que a elle adherir, poderá denuncial-o em qualquer tempo, e a denuncia produzirá effeito tres meses depois de sua notificação aos demais signatarios ou adherentes.

EM FÉ DO QUE, os Plenipotenciarios abaixo assignados, depois de terem depositado os seus Plenos Poderes, que foram encontrados em bôa e devida forma, assignam o presente tratado em nome de seus respectivos Governos e appõem ao mesmo os seus sellos, nas datas que figuram em seguida ás suas assignaturas.

## TRATADO PARA LA PROTECCIÓN DE LAS INSTITUCIONES ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS Y DE LOS MONUMENTOS HISTÓRICOS

(PACTO ROERICH)

Las Altas Partes Contratantes, animadas por el propósito de dar expresión convencional a los postulados de la Resolución aprobada el 16 de diciembre de 1933 por la totalidad de los Estados representados en la Séptima Conferencia Internacional Americana celebrada en Montevideo, que recomendó "a los Gobiernos de América que no lo hubieren hecho, la suscripción del "Pacto Roerich", iniciado por el "Museo Roerich" de los Estados Unidos y que tiene por objeto la adopción universal de una bandera, ya creada y difundida, para preservar con ella, en cualquiera época de peligro, todos los monumentos inmuebles de propiedad nacional y particular que forman el tesoro cultural de los pueblos", y con el fin de que los tesoros de la cultura sean respetados y protegidos en tiempo de guerra y de paz, han resuelto celebrar un tratado, y a este efecto han convenido en los siguientes artículos:

### ARTÍCULO PRIMERO

Serán considerados como neutrales, y como tales, respetados y protegidos por los beligerantes, los monumentos históricos, los museos y las instituciones dedicadas a la ciencia, a la arte, a la educación y a la conservación de los elementos

Igual respeto y protección se acordará al personal de las instituciones arriba mencionadas.

Se acordará el mismo respeto y protección a los monumentos históricos, museos e instituciones científicas, artísticas, educativas y culturales, así en tiempo de paz como de guerra.

### ARTÍCULO II

La neutralidad, protección y respeto a los monumentos e instituciones mencionados en el artículo anterior, se acordará en todo el territorio de cada uno de los Estados signatarios y accedentes, sin hacer distinción en razón de la nacionalidad a que pertenezcan. Los Gobiernos respectivos se comprometen a dictar las medidas de legislación interna necesarias para asegurar dicha protección y respeto.

### ARTÍCULO III

Con el fin de identificar los monumentos e instituciones a que se refiere el artículo I, se podrá usar una bandera distintiva (círculo rojo, con una triple esfera roja dentro del círculo, sobre un fondo blanco) conforme al modelo anexo a este tratado.

### ARTÍCULO IV

Los Gobiernos signatarios y los que accedan al presente convenio comunicarán a la Unión Panamericana, en el acto de la firma o de la adhesión, o en cualquier tiempo después de dicho acto, una lista de los monumentos o instituciones que deseen someter a la protección acordada por este tratado.

La Unión Panamericana, al notificar a los Gobiernos los actos de la firma o de la adhesión, comunicará también la lista de los monumentos e instituciones mencionadas en este artículo, e informará a los demás Gobiernos de cualquier cambio que ulteriormente se haga en dicha lista.

### ARTÍCULO V

Los monumentos e instituciones a que se refiere el artículo I cesarán en el goce de los privilegios que les reconoce el presente convenio, cuando sean usados para fines militares.

### ARTÍCULO VI

Los Estados que no suscriban este tratado en su fecha podrán firmarlo o acceder a él en cualquier tiempo.

### ARTÍCULO VII

Los instrumentos de adhesión, así como los de ratificación y denuncia del presente Convenio, se depositarán en la Unión Panamericana, la cual comunicará el hecho del depósito a los Estados signatarios o accedentes.

ARTÍCULO VIII

Cualquiera de los Estados que suscriban el presente convenio o que accedan a él podrá denunciarlo en cualquier tiempo, y la denuncia tendrá efecto tres meses después de su notificación a los otros signatarios o accedentes.

EN FE DE LO CUAL, los infrascritos Plenipotenciarios, después de haber depositado sus plenos Poderes, que se han encontrado en buena y debida forma, firman y sellan este Convenio en nombre de sus respectivos Gobiernos en las fechas indicadas junto a sus firmas.

TREATY FOR THE PROTECTION OF ARTISTIC AND SCIENTIFIC INSTITUTIONS AND HISTORIC MONUMENTS

(ROERICH PACT)

The High Contracting Parties, animated by the purpose of giving conventional form to the postulates of the Resolution approved on December 16, 1933, by all the States represented at the Seventh International Conference of American States, held at Montevideo, which recommended to "the Governments of America which have not yet done so that they sign the "Roerich Pact", initiated by the Roerich Museum in the United States, and which has as its object, the universal adoption of a flag, already designed and generally known, in order thereby to preserve in any time of danger all nationally and privately owned immovable monuments which form the cultural treasure of peoples", have resolved to conclude a treaty with that end in view, and to the effect that the treasures of culture be respected and protected in time of war and in peace, have agreed upon the following articles:

FIRST ARTICLE

The historic monuments, museums, scientific, artistic, educacional and cultural institutions shall be considered as neutral and as such respected and protected by belligerents.

The same respect and protection shall be due to the personnel of the institutions mentioned above.



The same respect and protection shall be accorded to the historic monuments, museums, scientific, artistic, educational and cultural institutions in time of peace as well as in war.

ARTICLE II

The neutrality of, and protection and respect due to the monuments and institutions mentioned in the preceding article, shall be recognized in the entire expanse of territories subject to the sovereignty of each of the signatory and acceding States, without any discrimination as to the State allegiance of said monuments and institutions. The respective Governments agree to adopt the measure of internal legislation necessary to insure said protection and respect.

ARTICLE III

In order to identify the monuments and institutions mentioned in article I, use may be made of a distinctive flag (red circle with a triple red sphere in the circle on a white background) in accordance with the model attached to this treaty.

ARTICLE IV

The signatory Governments and those who accede to this treaty, shall send to the Pan American Union, at the time of signature or accession, or at any time thereafter, a list of the monuments and institutions for which they desire the protection agreed to in this treaty.

The Pan American Union, when notifying the Governments of signatures or accessions, shall also send the list of monuments and institutions mentioned in this article, and shall inform the other Governments of any changes in said list.

ARTICLE V

The monuments and institutions mentioned in article I shall cease to enjoy the privileges recognized in the present treaty in case they are made use of for military purposes.

ARTICLE VI

The States which do not sign the present treaty on the date it is opened for signature, may sign or adhere to it at any time.

ARTICLE VII

The instruments of accession, as well as those of ratification and denunciation of the present treaty, shall be deposited with the Pan American Union, which shall communicate notice of the act of deposit to the other signatory or acceding States.

ARTICLE VIII

The present treaty may be denounced at any time by any of the signatory, or acceding States, and the denunciation shall go into effect three months after notice of it has been given to the other signatory or acceding States.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned Plenipotentiaries, after having deposited their full powers found to be in due and proper form, sign this treaty on behalf of their respective governments, and affix thereto their seals, on the dates appearing opposite their signatures.

TRAITÉ POUR LA PROTECTION D'INSTITUTIONS ARTISTIQUES ET SCIENTIFIQUES ET DES MONUMENTS HISTORIQUES

(PACTE ROERICH)

Les Hautes Parties Contractantes, animées du désir de donner une forme conventionnelle aux termes de la Résolution approuvée le 16 décembre, 1933, par tous les États représentés à la Septième Conférence Internationale des États Américains, qui a eu lieu à Montevideo, "qui recommande aux Gouvernements d'Amérique ne l'ayant pas encore fait, de signer le "Pacte Roerich", initié par le "Musée Roerich" des États-Unis, qui a pour objet l'adoption universelle d'un drapeau, dont le modèle existe déjà et que est connu de ma-

nière générale, afin de préserver ainsi en temps de danger tous les monuments immeubles, qu'ils soient propriété nationale ou privée, que constituent le patrimoine de la cultura des peuples", ont décidé de conclure un traité ayant ce but en vue et afin que le patrimoine de la culture soit respecté et protégé en temps de guerre et de paix, ont convenu des articles suivants:

#### ARTICLE PREMIER

Les monuments historiques, les musées, les institutions dédiées aux sciences, aux arts, à l'éducation et à la culture seront considérés comme neutres, et comme tels seront respectés et protégés par les belligérants.

La même respect et la même protection seront dus au personnel des institutions mentionnées ci-dessus.

Les mêmes respect et protection seront accordés aux monuments historiques, musées, institutions scientifiques, artistiques, d'éducation et de culture en temps de paix aussi bien qu'en temps de guerre.

#### ARTICLE II

La neutralité, la protection et le respect dus aux monuments et institutions mentionnés à l'article précédent, seront accordés dans tout le territoire soumis à la souveraineté de chaque État signataire ou adhérent, sans aucune distinction concernant l'allégeance nationale desdits monuments et institutions. Les Gouvernements s'engagent à adopter les mesures législatives intérieures nécessaires pour assurer le respect et la protection en question.

#### ARTICLE III

Pour désigner les monuments et institutions mentionnées à l'article I, on pourra se servir d'un drapeau distinctif conforme au modèle annexé au présent traité (un cercle rouge renfermant une triple sphère, le tout sur fond blanc).

ARTICLE IV

Les Gouvernements signataire et ceux que adhéreront au présent traité, communiqueront à l'Union Panaméricaine, à l'époque de la signature ou de l'adhésion, ou à toute époque postérieure audit acte, une liste des monuments et des institutions pour lesquels ils désirent la protection stipulée par ce traité.

L'Union Panaméricaine, en notifiant les Gouvernements des signatures ou adhésions, leur communiquera aussi la liste des monuments et des institutions mentionnés dans cet article, et communiquera aux autres Gouvernements tout changement dans ladite liste.

ARTICLE V

Les monuments et institutions mentionnés à l'article premier cesseront de jouir des avantages stipulés au présent traité quand ils seront utilisés pour des fins militaires.

ARTICLE VI

Les États qui ne signeront pas le présent traité à la date de sa signature pourront le signer ou y adhérer en tout temp.

ARTICLE VII

Les instruments d'adhésion aussi bien que ceux de ratification et de dénonciation du présent traité seront déposés à l'Union Panaméricaine, qui communiquera l'acte de dépôt aux autres États signataires ou adhérents.

ARTICLE VIII

Le présent traité pourra être dénoncé à tout époque par tout État signataire ou adhérent, et la dénonciation produira son effet trois mois après avoir été notifié aux autres États signataires ou adhérents.

EN FOI DE QUOI, les soussignés Plénipotentiaires, après avoir déposé leur pleins pouvoirs, qui ont été trouvés en bonne et due forme, signent le présent accord au nome de leurs Gouvernements respectifs et y apposent leur sceaux, a la date figurant en regard de leurs signatures.

E, tendo sido approvedo o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcripto, o confirmo e ratifico, e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dado no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos cinco dias do mez de Maio de mil novecentos e trinta e seis, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 1.093 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar no Districto Federal, á "Lai Spar Casse" ( Sociedade Cooperativa de Credito, de Responsabilidade Limitada).*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, de accordo com as alíneas a e c do art. 17, do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder á "Lai Spar Casse" (Sociedade Cooperativa de Credito, de Responsabilidade Limitada), autorização para se constituir, na fórmula da mesma lei, e funcionar no Districto Federal, após registo na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

DECRETO N. 1.094 -- DE 15 DE SETEMBRO DE 1936

*Promulga a adesão do Brasil á Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Havendo o Chefe do Governo Provisorio determinado a adesão definitiva do Brasil á Convenção da salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929, acto que se verificou a 16 de dezembro de 1931, para os efeitos de entrar em vigor a 1 de abril de 1933;

Attendendo ao disposto no art. 8º das Disposições Transitorias da Constituição da Republica, em virtude do que ficaram approvados os actos do Governo Provisorio.

Decreta: que a referida convenção, acompanhada dos respectivos regulamentos e regras, appensos por copia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

**Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar**

### **PREAMBULÓ**

Os Governos da Allemanha, do Dominio da Australia, da Belgica, do Canadá, da Dinamarca, da Hespanha, do Estado Livre da Irlanda, dos Estados Unidos da America, da Finlândia, da França, do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte, da India, da Italia, do Japão, da Noruega, da Hollanda, da Suecia, da União das Republicas Sovieticas Socialistas, desejando estabelecer, de commum accordo, principios e regulamentos para salvaguardar a vida humana no mar;

Considerando que o melhor meio de obter esse fim é a conclusão de uma Convenção;

Designaram como seus representantes os seguintes plenipotenciarios:

O governo da Allemanha: Dr. Friedrich Stamber, embaixador extraordinario e plenipotenciario da Allemanha em Londres; Sr. Gustavo Koenigs, Ministerialdirigent no Reichsverkehrsministerium, Geheimer Regierungsrat, Berlim; Sr. Arthur Werner, Oberregierungsrat no Reichsverkehrsministerium, Geheimer Justizrat, Berlim; Sr. Wlaler Laas, professor, director da Sociedade de Classificação "Germanischer Lloyd", Berlim; Dr. Otto Riess, director aposentado do Reichsschiffsvermessungsamt, Geheimer Regierungsrat, Neubrandenburg; Sr. Hermann Giess, Ministerialrat no Reichspostministerium, Berlim; vice-almirante Hugo Dominik, presidente da "Deutsche Seewarte", Hamburgo.

O governo do Dominio da Australia: Capitão de Mar e Guerra Henry James Feakes, Marinha Real da Australia, addido naval do Dominio em Londres; capitão de corveta Thomas Free, aposentado, Real Reserva Naval; capitão de Mar e Guerra J. K. Davis, director da Navegação.

O governo da Belgica: Barão Gerlache de Gomery, director geral na Administração da Marinha; Sr. Gustavo de Winne, engenheiro chefe, director de Serviço na Administração da Marinha; Sr. Georges Goor, conselheiro na Administração da Marinha.

O governo do Canadá: Sr. Alexander Johnston, sub-ministro da Marinha; Sr. Lucien Pacaud, secretario do Alto Commissariado em Londres.

O governo da Dinamarca: Sr. Emil Krogh, chefe de secção no Ministerio da Industria, Commercio e Navegação; Sr. V. Topsøe-Jensen, juiz do Supremo Tribunal; capitão V. Lorck, director da Navegação; Sr. J. A. Körbing, director da Companhia "Det Forenede Dampskibsselskab"; senhor Aaage H. Lørsen, engenheiro constructor no Ministerio da Industria, Commercio e Navegação; Sr. Arnold Poulsen, engenheiro no Ministerio da Industria, Commercio e Navegação.

O governo da Hespanha: Contra-almirante Don Francisco Javier de Salas y Gonzales, chefe da Commissão Naval na Europa.

O governo do Estado Livre da Irlanda: Sr. J. W. Dulanty, commissario commercial do Estado Livre da Irlanda na Gran-Bretanha; Sr. E. C. Foster, inspector-chefe do Serviço Marítimo, Ministerio da Industria e Commercio.

O Governo dos Estados Unidos da America: Sr. N. Wallace H. White Junior, membro do Congresso, presidente da Commissão da Marinha Mercante e de Pescas; Sr. Arthur J. Tyrer, commissario da Navegação, Ministerio do Commercio; Sr. Charles M. Barnes, chefe da Secção dos Tratados, Ministerio do Exterior; contra-almirante George H. Rock, Corpo de Construcções Navaes, sub-chefe do Serviço de Construcções e Concertos, Ministerio da Marinha; capitão de Mar e Guerra Clarence S. Kempff, Marinha Americana, hydrographo, Ministerio da Marinha; Sr. Dickerson N. Hoover, inspector geral do Serviço de Navegação á Vapor, do Ministerio do Commercio; Sr. William D. Ferrell, chefe do Serviço de Radiocommunicacão, Ministerio do Commercio; contra-almirante, aposentado, John G. Tawresey, Corpo de Construcções Navaes, United States Shipping Board; Sr. Herbert B. Walker, presidente da Associação Americana de Proprietarios de Navios á Vapor; Sr. Henry G. Smith, presidente do Conselho Nacional Americano de Constructores Navaes; capitão Charles A. Mc Allister, presidente do American Bureau of Shipping.

O governo da Finlandia: Barão Gustaf Wrede, presidente da Shipping Board; capitão Vono Bergman, inspector de Navegação; consul Karl Kurten, director da Associação Finlandeza dos Proprietarios de Navios.

O governo da França: Sr. Rio, senador, antigo ministro; Sr. Haarbleicher, engenheiro chefe da Marinha, director dos Serviços da Frota Mercante e do Material Naval, Ministerio dos Trabalhos Publicos; Sr. Marie, engenheiro principal da Marinha, Direcção dos Serviços da Frota Mercante e do Material Naval; capitão de Mar e Guerra Thouroude, addido naval á Embaixada de França em Londres.

Os governos do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte: Vice-almirante Sir Herbert W. Richmond, Marinha Real; Sir Westcott Abell, professor de Construcção



Naval, Armstrong College, Newcastle-on-Tyne; Sr. A. L. Ayre, vice-presidente da Federação dos Constructores Navaes; capitão F. W. Balo, conselheiro nautico, Secção da Marinha Mercante da "Board of Trade"; Sr. C. H. Boyd, Secção da Marinha Mercante da "Board of Trade"; Sir William C. Currie, presidente da "Chamber of Shipping" do Reino Unido; Sr. A. J. Daniel, principal inspector naval da "Board of Trade"; Sir Norman Hill, presidente da Comissão Conselheira da Marinha Mercante; Sir Charles Hipwood, principal secretario assistente da Secção da Marinha Mercante da "Board of Trade"; capitão A. R. H. Morrell, Trinity House.

O governo da India: Sir Geoffrey L. Corbett, Ministerio do Commercio, governo da India; capitão E. V. Moster, director geral da Companhia de Navegação a Vapor Scindia.

O governo da Italia: tenente general de Porto G. Ingenni, director geral da Marinha Mercante; vice-almirante A. Alessio, chefe de Inspeção Technica da Marinha Mercante; conde D. Rogeri Di Villanova, conselheiro de Legação na Embaixada de Londres; Dr. T. G. Giannini, conselheiro de Imigração; major-general do Porto T. Marena, vice-inspector das Capitánias dos Portos; engenheiro geral E. Terretti, chefe do Gabinete Technico do Registro Naval e Aeronautico Italiano; Sr. G. Gneme, chefe do Serviço nos Telegraphos, Direcção Geral dos Correios e Telegraphos; capitão de fragata L. Biancheri, Marinha Real Italiana.

O governo do Japão: Sr. Yukio Yamamoto, inspector geral na Direcção da Marinha Mercante, perito do Ministerio das Communicações; capitão de Mar e Guerra Shichihei Ota, Marinha Imperial Japoneza; Sr. Itaro Ishii, secretario de Embaixada de primeira classe.

O governo da Noruega: Sr. B. Vogt, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Londres; Sr. L. T. Hansen, director da Secção da Marinha, Ministerio do Commercio e Navegação; Sr. M. J. Schönheyder, inspector chefe da Divisão de Marinha e Engenharia, Ministerio do Commercio e Navegação; Sr. Arthur H. Mathiesen, vice-presidente da Associação Norueguesa dos Proprietarios de Navios; capitão N. Marstrander, presidente da Direcção da Associação

Norueguesa dos Capitães de Navios; Sr. A. Birkeland, director da União Norueguesa dos Marítimos e Chauffeurs.

O governo da Hollanda: vice-almirante C. Fock, inspector geral da Navegação; Sr. C. H. de Goeje, ex-inspector geral da Navegação, Indias Holandesas; Sr. A. van Driel, conselheiro de Construcção Naval, Serviço de Inspeccão Marítima; Sr. J. A. Bland van den Berg, inspector da Radiotelegraphia Costeira e Marítima; Sr. Phs. van Ommeren, Junior, presidente da Phs. van Ommeren, Ltd.; Sr. H. G. J. Uilkens, ex-commandante chefe da Companhia de Navegação Hollandeza.

O governo da Suecia: Barão Palmstierna, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Londres; Sr. Nils Gustaf Nilsson, chefe de Secção na Administração Central do Commercio; capitão Erik Axel Fredrik Eggert, perito em assumptos Marítimos da Administração Central do Trabalho e da Previdencia Social.

O governo da União das Republicas Sovieticas Socialistas: Sr. Jan Lvovitch Arens, conselheiro da Embaixada da U.R.S.S. em Paris; capitão Karl Pavlocitch Eggi, commandante do Quebra-Gelo "Lenin", Marinha Mercante dos Soviets (Sovtorgflot).

Que, depois de terem communicado seus plenos poderes, considerados em boa e devida fórma, concordaram nas disposições seguintes:

## CAPITULO I — PRELIMINARES

### ARTIGO 1

Os governos contractantes se compromettem a applicar as disposições da presente Convenção com o intuito de promover a salvaguarda da vida humana no mar, a baixar todos os regulamentos e a tomar todas as outras medidas occorrentes ao seu efficiente e pleno resultado.

As disposições da presente Convenção são completadas pelo Regulamento constante do anexo I, que têm o mesmo valor e entra em vigor na mesma data que a presente Convenção. Toda referencia, que se lhe faça, envolve tambem ao regulamento em apreço implicita menção:

ARTIGO 2

*Aplicações e definições*

1. As disposições da presente Convenção se applicam nas condições seguintes, aos navios pertencentes aos paizes, cujos governos são partes contractantes e aos navios pertencentes a territorios, aos quaes a presente Convenção se applica, em virtude do art. 62:

Capitulo II — (Construcção): aos navios de passageiros (de propulsão mecânica), quando effectuam viagens internacionais.

Capitulo III — (Apparelhos de salvamento): aos navios de passageiros (de propulsão mecânica), quando effectuam viagens internacionais.

Capitulo IV — (Radiotelegraphia): a todos os navios, que effectuam viagens internacionais, com excepção dos navios cargueiros, de tonelagem inferior a 1.600 tonelagem bruta.

Capitulo V — (segurança de navegação): a todos os navios, qualquer que seja o genero de viagens.

Capitulo VI — (Certificados): a todos os navios aos quaes se applicam os capitulos II, III e IV.

2. Cada Capitulo estabelece, com maior precisão, as categorias de navios, a que os mesmos se referem, e a extensão das disposições que lhes são applicáveis.

3. Na presente Convenção, salvo expressas disposições em contrario:

a) é considerado como pertencente a seu paiz o navio matriculado ou registrado em qualquer dos seus portos;

b) a expressão "administração" designa o Governo do paiz no qual se acha matriculado o navio;

c) viagem internacional é a que se effectua entre qualquer paiz a que se applica a presente Convenção, ou inversamente; qualquer colonia, territorio de além-mar, protectorado ou territorio collocado sob suzerania ou mandato é considerado, para este effeito, como outro paiz.

d) é considerado navio de passageiros o que transporta mais de 12 (doze) passageiros;

e) a expressão "Regras" designa as regras contidas no anexo 1.

4. Salva expressa indicação em contrario a presente Convenção não se applica aos navios de guerra.

### ARTIGO 3

#### *Casos de força maior*

Nenhum navio ficará adstricto ás prescripções da presente Convenção, pelo facto de se desviar do seu itinerario previsto, motivado que seja esse desvio por máo tempo ou qualquer outra causa de força maior, se, no momento de inicio de qualquer viagem, não estiver subordinado ao seu cumprimento.

As pessoas, que se achem a bordo de um navio, por motivo de força maior, ou que nelle se encontrem em consequencia de obrigação imposta ao seu capitão de transportal-as, — naufragos ou outras pessoas — não serão computadas, em se tratando de verificar a applicação, ao navio, de qualquer prescripção desta Convenção.

## CAPITULO II — CONSTRUCCÃO

### ARTIGO 4

#### *Navios aos quaes é applicavel este capitulo*

1. Com excepção de referencia feita em contrario, applicam-se as disposições contidas neste Capitulo, aos navios novos de passageiros, destinados a viagens internacionaes.

2. Navio novo de passageiro é considerado aquelle, cuja quilha haja sido batida de 1 de julho de 1934, em diante, ou o que fôr transformado posteriormente, com o objectivo de ser destinado ao serviço de transporte de passageiros. Todos os demais navios de passageiros, já existentes, são considerados como pertencentes á propria categoria.

3. A administração de qualquer paiz, considerando que o roteiro e as condições de viagem do navio podem isental-o da applicação de prescripções constantes deste Capitulo, por inuteis ou desnecessarias, pode dispensar do seu cumpri-

mento navios, ou classes de navios de seu paiz, em cujas viagens habituaes não se devam afastar, mais de 20 milhas maritimas, da terra mais proxima.

4. A administração a que pertence o navio de passageiros que, no curso de sua viagem, não se afaste, da terra mais proxima, para além de 200 milhas maritimas, pode lhe conceder attenuações ás prescripções contidas nas regras IX, X, XV e XIX, demonstrada que seja, á alludida administração que a sua applicação não é realizavel, nem razoavel praticamente.

5. Nos casos em que, navios de passageiros, existentes, utilizados em viagens internacionaes, que não estejam em condições de preencher as prescripções do presente Capitulo relativas a navios novos de passageiros, a administração do paiz, a que pertençam, tomará disposições sobre cada navio, em ordem a ser obtida a maior segurança, onde fôr razoavel e praticamente realizavel.

6. Nos casos em que, navios de passageiros utilizados em viagens internacionaes, sejam empregados em serviços de transportes especiaes e de avultado numero de viajantes sem installações de dormitorio, como por exemplo, no transporte de peregrinos, a administração do paiz contractante, considerando praticamente impossivel a applicação de prescripções do presente Capitulo, pode dispensar das mesmas seus navios, sob as condições seguintes:

a) applicar-se-ão, no maximo compativel com as circumstancias do trafego, as prescripções relativas á construcção;

b) devem ser tomadas medidas no sentido de permittir de formularem prescripções geraes a serem applicadas ao caso particular desse genero de trafego. Estas prescripções devem ser formuladas de accordo com aquelles governos contractantes, se os houver, que pudessem estar directamente interessados no transporte desses passageiros.

7. Não se applica o contexto do presente Capitulo aos navios desprovidos de propulsão mecanica, nem aos de madeira, de construcção primitiva, taes como os "dhows, juncos", etc.

ARTIGO 5

*Compartimentos estanques dos navios*

1. Os navios devem ser compartimentados tão efficazmente quanto possivel, observada a natureza do serviço a que são os mesmos destinados. As prescripções concernentes á compartimentagem acham-se fixadas nos artigos e regras, que se seguem.

2. O gráo de compartimentagem, assegurado pela applicação dessas regras, varia de accordo com o comprimento do navio e o serviço a que o mesmo se destina, de sorte que o gráo de compartimentagem mais elevado venha a corresponder á dos navios longos, peculiarmente utilizados no transporte de passageiros.

3. As regras de I a V indicam o methodo a ser adoptado, para a determinação do gráo de compartimentagem, applicavel a qualquer navio.

4. Para que o gráo de compartimentagem exigido seja respeitado, uma linha de carga — correspondente ao calado determinado, como correspondente á sua compartimentagem — será attribuido ao navio e marcada na face externa do seu casco. Se, no navio existem espaços preparados para servir, á accommodação de passageiros, como por vezes, á estiva de carga, a pedido do seu armador, poderão ser assignaladas e traçadas, na face externa do casco, uma ou varias outras linhas addicionaes de carga, correspondentes aos varios calados para a compartimentagem, que a administração julgar corresponder ás differentes condições dos serviços, a que o navio se destina. A borda livre corresponde a cada uma destas linhas de carga e as condições de serviços, para as quaes forem os mesmos adoptados, serão indicados de maneira precisa no certificado de segurança. As linhas de carga de compartimentagem devem ser assignaladas e registradas de conformidade com o methodo prescripto pela regra VII.

ARTIGO 6

*Anteparas das extremidades da secção de machinas, tunneis dos eixos, etc.*

Todos os navios devem ser providos de anteparas estanques nos compartimentos das extremidades de vante e de

ré; nas extremidades do compartimento das machinas e, nos navios de hélice, os tunneis dos eixos devem ser estanques ou de compartimentagem equivalente, observadas com exactidão, as prescripções da regra VI.

ARTIGO 7

*Construcções, provas, etc.*

As regras VIII a XIII inclusive e as regras de XV a XX<sup>7</sup> contêm as prescripções relativas:

a) á construcção e ás provas das anteparas de compartimentagem dos duplos fundos, dos convézes, estanques, conductas, braçolas de escotilhas, ventiladores, anteparas contra incendios, etc.;

b) ás condições a que devem satisfazer as aberturas em anteparas, no costado e no convéz exposto, como aos typos e ao emprego dos meios para fechamento dessas aberturas;

c) ás provas e ás inspecções periodicas e aos manejos periodico dos meios de fechamento das aberturas nas anteparas estanques e no costado;

a) aos meios de sahida dos compartimentos estanques;

e) aos dispositivos das installações de bombas; e,

f) á força disponivel para marcha a ré e para o aparelho auxiliar de governo.

ARTIGO 8

*Prova de estabilidade*

Todo navio de passageiros novo, apenas construido, será submettido a experiencia para determinação dos elementos de sua estabilidade. Ao pessoal encarregado de utilizar o navio serão fornecidas informações sobre estabilidade e as demais, necessarias á conveniente manobra do mesmo.

ARTIGO 9

*Referencias no diario de bordo*

Devem ser mencionadas, no diario de bordo, os fechamentos e aberturas das portas, estanques, etc., assim como todos os exercicios e inspecções, na medida do que se especifica na regra XIV.

ARTIGO 10

*Vistórias iniciais e subsequentes dos navios*

Os principios geraes que devem reger a vistoria dos navios novos ou existentes, no que concerne ao casco, caldeiras e machinas principaes e auxiliares e ao equipamento, acham-se estabelecidas nas regras XXII. Cada governo contractante se compromette.

1º, a elaborar regulamentos detalhados de conformidade com taes principios geraes, ou a modificar a regulamentação existente, de maneira a se enquadrar dentro dos mesmos;

2º, a assegurar a applicação desses regulamentos.

Os regulamentos mais especificos de que cogita o parographo precedente, devem ser estabelecidos de modo a que, do ponto de vista de salvaguarda da vida humana, fique o navio apto ao serviço que se lhe destina.

CAPITULO III — APPARELHOS DE SALVAMENTO, ETC.

ARTIGO 11

*Definições*

Neste capitulo:

a) a expressão "navio novo" designa o navio cuja quilha haja sido batida em ou depois de 1 de julho de 1931; todos os outros são classificados como "navios existentes";

b) a expressão "viagem internacional curta" designa qualquer viagem internacional em que o navio não se afaste para além de 200 milhas da terra mais proxima;

c) a expressão "apparelho fluctuante" designa bancos e cadeiras de convéz, fluctuantes ou qualquer outro apparelho fluctuante, com excepção das embarcações, coletes e boias salva-vidas.

ARTIGO 12

*Applicações*

1. Applica-se o presente capitulo, com excepção dos casos expressamente declarados neste texto, aos navios de passageiros novos, com propulsão mecanica, destinados a viagens internacionaes.



2. Os arts. 13, 14, 19 e 25 estabelecem prescripções es-  
peciaes concernentes a navios de passageiros utilizados em  
viagens internacionaes curtas.

3. A administração de qualquer paiz, quando julgar que a  
rota seguida e as condições de viagem não impõe a appli-  
cação de todas as prescripções do presente capitolo — por  
não serem razoaveis ou necessarias — pode dellas isentar seus  
navios individualmente ou por classes e que no curso de suas  
viagens não se afastem para além de 20 milhas da terra mais  
proxima.

4. Para seus navios existentes, com propulsão meca-  
nica e utilizados em viagens internacionaes, que não pre-  
enchem, actualmente, os requisitos especificados neste capi-  
tulo, com relação aos navios novos de passageiros, cumpre ás  
administrações dos paizes contractantes tomar medidas em  
ordem a obter, tanto quanto fôr praticamente possivel e ra-  
zoavel, a applicação antes ou até 1 de julho de 1931, dos prin-  
cipios geraes estabelecidos no art. 13, assim como a satis-  
fação substancial das outras prescripções deste capitolo.

5. Para seus navios de passageiros, com propulsão meca-  
nica realizando viagens internacionaes e utilizados para o  
transporte especial de avultado numero de passageiros, mas  
sem installações de dormitorios, como, por exemplo, o ser-  
viço de transporte de peregrinos, as administrações res-  
pectivas considerado praticamente impossivel a applicação das  
prescripções constantes deste capitolo, poderão dispensal-os  
de sua observancia, sob as seguintes condições:

a) a applicação, na maior extensão compativel com as  
circumstancias de trafego, das prescripções relativas ás em-  
barcações de salvamento como aos aparelhos salva-vida e bem  
assim das relativas á protecção contra o incendio;

b) todas as suas embarcações e precitados aparelhos de-  
verão ser mantidos em condições de perfeita e rapida uti-  
lização, de conformidade com o art. 13;

c) dispor, cada navio, de tantos coletes salva-vidas quan-  
tas pessoas existentes no seu bordo;

d) disposições devem ser tomadas com o objectivo espe-  
cial de elaboração de prescripções geraes com applicação espe-  
ficada ao caso particular dessa especie de trafego. Taes pre-  
scripções deverão ser formuladas de accordo com as dos go-

vernos contractantes, si os houver directamente interessados nessa especie de trafego.

### ARTIGO 13

#### *Embarcações salva-vidas e aparelhos fluctuantes*

Os principios geraes, que regulam o equipamento relativo ás embarcações de salvamento e aos aparelhos fluctuantes de um navio, sobre o qual incide o presente capitulo, devem tender a que elles sejam rapidamente utilizaveis em caso de emergencia e sejam adequados.

1. As embarcações de salvamento e aparelhos fluctuantes, para serem promptamente utilizados, devem preencher as seguintes condições:

a) poderem ser postas n'agua com segurança e rapidez, mesmo com inclinações transversaes ou longitudinaes desfavoraveis;

b) poderem receber os passageiros com rapidez e em boa ordem;

c) a installação de cada embarcação e de cada aparelho fluctuante deve ser tal que não perturbe a manobra de outras embarcações ou de outros aparelhos.

2. Para que o equipamento do navio em embarcações de salvamento e aparelhos fluctuantes seja adequado, deve satisfazer ás seguintes condições:

a) resalvadas as prescripções contidas na alinea b deste paragrapho, as embarcações de salvamento devem ter capacidade para receber todas as pessoas que se encontrarem a bordo, além de dispor de aparelhos fluctuantes para 25 por cento dessas mesmas pessoas;

b) no caso de navios de passageiros, utilizados para viagens internacionaes curtas, as embarcações devem ser installadas de modo a satisfazer as prescripções constantes do quadro configurado na regra XXXIX; além disso, devem dispor de aparelhos fluctuantes, em quantidade tal que em seu conjuncto, com embarcações de salvamento, possam receber a totalidade das pessoas a bordo, nos termos da regra XXXVIII. E como adicional, devem ainda dispor de aparelhos fluctuantes para dez por cento (10%) dessas pessoas;

c) de qualquer navio de passageiros se não pode ser exigido numero superior de embarcações ás necessarias para recolher todas as pessoas existentes em seu bordo.

#### ARTIGO 14

*Condições para que os aparelhos de salvamento sejam promptamente utilizaveis e adequados*

Para a observancia dos principios estabelecidos no artigo 13, de prompta utilização e adequabilidade, devem os aparelhos de salvamento satisfazer as regras XXXVI, XXXVIII e XXXIX.

#### ARTIGO 15

*Tipos regulamentares de embarcações, de jangadas salva-vidas e de aparelhos fluctuantes*

Todas as embarcações de salvamento, as jangadas de salvamento e aparelhos fluctuantes devem satisfazer as condições fixadas por esta convenção e pelas regras XXIV a XXIX inclusive.

#### ARTIGO 16

*Construcções das embarcações*

Todas as embarcações devem ser construidas em observancia de fórmias e proporções, a ponto de lhes assegurar perfeita estabilidade no mar a borda livre sufficiente, quando carregadas com todas as pessoas correspondentes ao respectivo equipamento. Cada embarcação deve apresentar caracteristicos de solidez tal que permitta, em caso de perigo, ser posta n'agua com plena carga de pessoas e equipamento.

#### ARTIGO 17

*Embarques de salvamento*

Devem ser tomadas disposições convenientes para permittir o accesso ás embarcações no convés correspondente. Além disso se impõe dispor o navio de uma escada apropriada, para cada par de turcos.

ARTIGO 18

*Capacidade das embarcações e jangadas de salvamento*

O numero de pessoas que pode receber cada embarcação de typos regulamentares, jangada de salvamento approvada ou aparelho fluctuante e, bem assim, as condições, que cada jangada de salvamento, ou cada aparelho fluctuante deve preencher para ser approvado, constam das prescripções estabelecidas nas regras XXX a XXXV, inclusive.

ARTIGO 19

*Equipamento das embarcações e jangadas de salvamento*

A regra XXXVI fixa o equipamento das embarcações e das jangadas de salvamento.

ARTIGO 20

*Coletes salva-vidas e boias salva-vidas*

1. Todos os navios, aos quaes se applica este capitulo, devem dispor, para cada pessoa presente a bordo, de um colete salva-vidas dos de typo approvado pela administração; e, a menos que este typo seja tambem utilizavel por creanças, devem ainda possuir, em numero conveniente, coletes salva-vidas para esse destino especial.

2. Todos esses navios devem, igualmente, conduzir boias salva-vidas de typo approvado, nas condições acima referidas e na proporção fixada pela regra XL.

3. Nenhum typo de colete salva-vidas ou de boia salva-vidas poderá ser approvado por qualquer administração, si não satisfizer as prescripções da regra XL, applicaveis aos coletes salva-vidas ou ás boias salva-vidas, conforme o caso.

4. Neste artigo a expressão "colete salva-vidas" abrange qualquer dispositivo com possibilidade de adaptação ao corpo e que disponha de fluctuabilidade igual á de qualcuer typo de colete salva-vidas regulamentar.

## ARTIGO 21

*Circulação de pessoas. Illuminação de emergencia*

1. Disposições convenientes devem ser adoptadas para a entrada e sahida dos diversos compartimentos, cobertas, etc.

2. Deve ser installado nas diversas partes dos navios e especialmente nos convezes, em que se encontrem as embarcações de salvamento, systema de illuminação electrica ou qualquer outro bastante para attender ás exigencias da segurança. Nos navios em que o convez das embarcações está mais de 9,15 metros (30 pés) acima da linha d'agua, correspondente ao menor calado no mar, disposições deverão ser adoptadas com o effeito de permittir serem illuminadas, de bordo, as embarcações ao longo do costado, emquanto estiverem sendo postas n'agua, como ainda após o termo dessa operação. Colocada nas partes altas do navio, acima do convez principal, deve existir uma fonte autonoma com capacidade para alimentar, occorrendo, osapparelhos destinados á illuminação de segurança.

3. A sahida de todos os compartimentos occupados por passageiros ou gente de equipagem deve ser illuminada permanentemente por lampadas de emergencia. Taes lampadas de soccorro devem funcionar de modo a poderem ser alimentados pela fonte autonoma exigida pelo paragrapho precedente, no caso de interrupção do funcionamento da fonte principal de illuminação do navio.

## ARTIGO 22

*Barqueiros diplomados dos botes salva-vidas. Guarnição das embarcações*

1. Todos os navios, aos quaes se applica este capitulo, devem dispor, para cada embarcação ou jangada de salvamento installada em observancia das prescripções deste mesmo capitulo, do numero de barqueiros diplomados previsto pelos dispositivos da regra XLI, referentes, tanto a embarcação como a jangada de salvamento.

2. A distribuição dos marinheiros diplomados, para cada embarcação ou jangada, fica ao critério do capitão do navio, de accordo com as circumstancias.

3. Por barqueiro diplomado se designa qualquer homem da tripulação, portador de certificado de aptidão, concedido sob a responsabilidade da administração, nas condições previstas na respectiva Regra.

4. A organização do pessoal das embarcações fica subordinada á Regra XLII.

#### ARTIGO 23

##### *Apparelhos para lançamento de cabos*

Qualquer navio, a que se applica este capitulo, deve ser dotado com um aparelho de lançar cabos, de typo approved pela administração.

#### ARTIGO 24

##### *Cargas perigosas. Medidas contra incendio*

1. E' prohibido transportar, como lastro ou carga, substancias que, por sua natureza, quantidade ou acondicionamento no bordo sejam, isolados ou collectivamente, capazes de pôr em perigo a vida dos passageiros ou a segurança do navio. Tal prohibição não abrange o material destinado aos signaes de soccorro do proprio navio, nem material militar ou naval para serviço do Estado, em condições de transporte autorizado pela administração.

A designação dos materiaes considerados como perigosos e a indicação das precauções a serem tomadas, obrigatoriamente, para sua embalagem e accommodation no bordo, serão objecto de instrucções officiaes e periodicas baixadas pelas administrações.

2. A Regra XLIII discrimina as disposições a serem tomadas para a descoberta e a extinção de incendios.

#### ARTIGO 25

##### *Tabellas para postos de emergencia e exercicios*

Cada homem de tripulação terá suas attribuições definidas nas fainas de emergencia,

A tabella geral indicará todas as attribuições e, principalmente, os postos que cada homem deve occupar e a função que deve desempenhar nas fainas precitadas.

Antes da partida do navio, será organizada e exhibida a respectiva tabella geral e a autoridade competente cumprirá verificar a execução desse dispositivo. A tabella em apreço será fixada em varias localidades do navio e especialmente nos alojamentos da guarnição.

As condições a que devem obedecer chamadas, formatura e exercicios da guarnição acham-se estabelecidas nas regras XLIV e XLV.

## CAPITULO IV — RADIOTELEGRAPHIA

### ARTIGO 26

#### *Applicação e definição*

1. Este capitulo se applica a todos os navios destinados a viagens internacionaes, com excepção dos navios cargueiros de menos de 1.600 toneladas de tonelagem bruta.

2. Para os effeitos deste capitulo, todo o navio que não é de passageiros será considerado cargueiro.

### ARTIGO 27

#### *Instalação deapparelhos radiotelegraphicos*

1. Todos os navios a que se applica este capitulo, deverão, a menos que se não achem isentos de tal observancia por força do art. 28, ser dotados de installações radiotelegraphicas correspondendo ás exigencias previstas no art. 31, assim como abaixo se especifica:

- a) todos os navios de passageiros de quaesquer dimensões;
- b) todos os navios de carga de 1.600 ou mais toneladas de tonelagem bruta.

2. Qualquer administração tem a faculdade de conceder aos proprios navios cargueiros de menos de 2.000 toneladas de tonelagem bruta, adiamento da applicação das disposições do paragrapho 1º (b) precedente, isso durante periodo não superior a cinco annos, computada da entrada em vigor da presente convenção.

ARTIGO 28

*Dispensas das prescripções do art. 27*

1. Quando qualquer administração julgar que a rota seguida e as condições de viagem são de natureza a tornar dispensavel installação radiotelegraphica, por não exigil-a a razão ou a necessidade, pode isentar seus navios das prescripções do art. 27, das seguintes classes:

*I — Navios de passageiros:*

a) navios de passageiros individualmente ou por classes de navios de passageiros que durante a viagem:

(i) não se afastem mais de 20 milhas da terra mais proxima, ou

(ii) não effectuem travessias de mais de 200 milhas em pleno mar, entre dois portos consecutivos;

b) navios de passageiros que naveguem exclusivamente aquém das zonas cujos limites se acham determinados no anexo deste artigo.

*II — Navios cargueiros:*

a) navios cargueiros individualmente ou classes de navios cargueiros que durante a viagem não se afastem mais de 150 milhas da terra mais proxima.

2. Qualquer administração pode também dispensar os navios do respectivo paiz comprehendidos nas seguintes classes:

I, saveiros e alvarengas e reboques e os navios a vela existentes;

Navio a vela existente é todo aquelle cuja quilha foi batida antes de 1 de julho de 1931;

II, navios de construcção primitiva taes como os dhows, juncos, etc., si for praticamente impossivel dotal-o de radiotelegraphia;

III, navios não empregados ordinariamente em viagens internacionaes, mas que, em circumstancias excepcionaes, tenham que fazer uma unica viagem dessa especie.



## Annexo ao art. 28

I — O Báltico e suas proximidades a E. de uma linha traçada entre Utsire (Noruega) ao norte e Texel (Hollanda) ao sul, fóra da jurisdição territorial da União das Republicas Sovieticas Socialistas.

II — A parte do golpho de Tartaria e do Mar d'Okhotak interessando as viagens realizadas entre os portos de Hokkaido e os portos de Sakhalin Japonez.

III — A parte do Estreito de Chosen (Tyosen) comprehendida entre a linha Cabo Natsungu (Kawajiri Misaki) a Fusan, ao norte e a linha Nagasaki — ilha Giffard ao largo da ponta S. W. da ilha Quelpart e dahi a Tin To (ilha Amherst) ao sul.

IV — O mar Amarello, ao norte do paralelo 37° norte.

V — A parte do Estreito de Formosa comprehendida entre a linha traçada da ponta Syanki (Fuki Kuku) até Fou Tcheou, ao norte e a linha traçada de Cabo Sul (á ponta sul de Formosa) até Hong-Kong, ao sul.

VI — A zona fóra da jurisdição territorial da Australia e dos Estados Unidos da America do Norte e comprehendida pelo seguinte perimetro:

Paralelo de 10° N desde longitude 94° E até a costa da Asia, costa da Asia até Saigon (Cabo Tiwan), rectas ligando os seguintes pontos: Cabo Tiwan, lat. 4° 30' N e long. 110° E, ponta Sul da ilha Palawan, ilhas Palmas (Miangas), latitude 00° S e long. 140° E, lat. 00° e long. 148° E, lat. 10° S e long. 148° E, Cabo York; costa Norte da Astralia do Cabo York até porto Darwin (Cabo Charles) e rectas ligando os seguintes portos: Cabo Charles e Ashmare Reef (ilha East), ilha Christmas, lat. 2° N e long. 94° E, lat. 10° N e long. 94° E.

VII — Mar dos Carahybas, fóra da jurisdição territorial dos Estados Unidos da America do Norte, no que concerne ás viagens realizadas por navios á vela somente.

VIII — A zona do Oceano Pacifico Sul limitada pelo Equador, o meridiano de 130° W, paralelo 34° S e a costa da Australia, fóra da jurisdição territorial da Australia.

IX — O golpho de Tonkin e a parte do Mar da China a W de uma linha traçada de Hong-Kong até um ponto (lat. 110° E)

e daí para o sul até encontrar o paralelo de 10° N e daí para W até Saigon.

X — A parte do Oceano Indico interessando as viagens realizadas entre os portos de Madagascar, Reunião e Ilha Maurícia.

XI — A parte do Atlantico Norte e a do Meridiano, interessando as viagens realizadas entre Casablanca (Marrocos) e Oran (Algeria) e pontos intermediarios.

## ARTIGO 29

### *Serviço de escuta*

#### *1. Navios de passageiros.*

Todo navio de passageiros munido obrigatoriamente de instalação radiotelegraphica em virtude do art. 27 é obrigado, para fins de segurança, levar a seu bordo um operador habilitado e, si não dispõe de um auto-alarme, manter, quando no mar, serviço regular de escuta, effectuado por operador habilitado ou de escutador diplomado, nas condições seguintes:

a) no bordo de todos os navios de passageiros de tonelagem bruta inferior a 3.000 toneladas, será esse serviço de escuta regulado pela Administração interessada;

b) no bordo de todos os navios de passageiros de tonelagem bruta igual ou superior a 3.000 toneladas, o serviço de escuta será permanente.

Fica qualquer Administração autorizada a isentar da obrigação de escuta permanente, todos os navios de passageiros pertencentes ao respectivo paiz, de tonelagem bruta compreendida em 3.000 toneladas inclusive e 5.500 toneladas inclusive, por periodo não excedente de um anno, computado da data da entrada em vigor desta Convenção, sob a condição de que, durante o periodo de isenção, taes navios manterão serviço de escuta de, pelo menos, oito horas por dia.

#### *2. Navios cargueiros.*

Todo navio cargueiro, munido obrigatoriamente de uma instalação radiotelegraphica em virtude do art. 27, é obrigado para fins de segurança, a ter a seu bordo operador di-

plomado e, si não dispõe de um auto-alarma a manter, quando no mar, serviço de escuta por meio de operador habilitado ou de escutador diplomado, nas seguintes condições:

a) no bordo dos navios cargueiros da tonelagem bruta inferior a 3.000 toneladas, esse serviço de escuta será regulado pela administração respectiva;

b) no bordo dos navios cargueiros de tonelagem bruta entre 3.000 e 5.500 toneladas, inclusive, o serviço de escuta será feito pelo menos durante oito horas por dia;

c) para os cargueiros de tonelagem bruta superior a 5.500 toneladas, o serviço de escuta será permanente.

Fica qualquer Administração autorizada a dispensar os navios pertencentes ao respectivo paiz a que se refere a alínea c da obrigação da escuta permanente, durante período não excedente de um anno, computado da data da entrada em vigor desta Convenção, sob a condição de que, durante este período de dispensa haverá, nelles, serviço regular de escuta de, pelo menos, oito horas diarias.

Fica igualmente autorizada qualquer Administração a dispensar da obrigação de escuta permanente, seu navio, cuja tonelagem bruta seja superior a 5.500 e igual ou inferior a 8.000 toneladas, durante outro período de um anno, sob condição de manter, durante este novo período de dispensa, serviço regular de escuta, no bordo dos mesmos pelo menos de 16 horas por dia.

3. No bordo de todos os navios, providos de auto-alarma emquanto estejam no mar, permanecerá em serviço tal aparelho logo que se suspenda o serviço de escuta.

No bordo dos navios, em que as horas de escuta forem determinadas pelas respectivas Administrações, deverá, de preferencia, ser ella effectuada nas prescriptas, pela Convenção Radiotelegraphica Internacional em vigor, para o serviço radiotelegraphico.

A bordo dos navios obrigados a-affectuar escuta de oito horas, ou de dezeseis horas por dia, tal escuta será effectuada nas horas prescriptas, pela Convenção Radiotelegraphica Internacional em vigor, para o serviço radiotelegraphico.

4. Por "auto-alarma" se designa o aparelho receptor automatico de alarma, em condições deprehender as exi-

gencias prescriptas no artigo 19, § 21, do Regulamento Geral anexo á Convenção Radiotelegraphica Internacional de 1927.

5. Por “operador habilitado” se designa todo portador de certificado correspondente ás disposições do Regulamento Geral, annexado á Convenção Radiotelegraphica Internacional em vigor.

6. Por “escutador diplomado” se designa todo possuidor de diploma de escuta, livrado, sob a responsabilidade da Administração respectiva.

### ARTIGO 30

#### *Escutadores*

1. Qualquer Governo contractante livrará diploma de escutador, só depois de averiguado a capacidade do candidato destinado a averiguar:

a) de receber e comprehender os signaes de alarma, de soccorro, de segurança e de urgencia, quando transmittidas concomitantemente em series de outros signaes;

b) de garantir a recepção auditiva correcta de grupos de codigos, combinação de letras, de algarismos e de signaes de pontuação, com a velocidade de 16 grupos por minuto. Cada grupo de codigo deve se compor de cinco caracteres, computando-se cada algarismo ou cada signal de pontuação por dois caracteres;

c) de regular os receptores utilizados na installação radiotelegraphica do navio.

2. Os Governos contractantes se compromettem a tomar providencia no sentido e sigillo de correspondencia pelos escutadores diplomados.

### ARTIGO 31

#### *Condições technicas exigidas*

As installações radiotelegraphicas, prescriptas pelo artigo 27 e os apparatus radiogoniometricos, impostos pelo artigo 47, devem satisfazer ás seguintes condições:

1. De conformidade com os regulamentos especificos, baixados pelo Governo do paiz a que pertence o navio, a es-

tação de bordo deve ser localizada na parte superior deste, de maneira a manter as melhores condições de segurança e, situada tão mais alta quanto possível, em relação á linha de fluctuação em carga maxima.

2. O passadiço de navegação e a estação radiotelegraphica de bordo devem ser ligados por tubo acustico, telephone ou qualquer outro meio efficiente de communicações.

3. A casa da estação radiotelegraphica deve dispor de relógio ou pendulo marcando segundos e funcionando com regularidade.

4. A casa da estação radiotelegraphica deve ser apparelhada com illuminação de emergencia efficiente.

5. A installação deve comprehender, além da principal outra de emergencia (reserva). Entretanto, se a principal prehencher, tambem, todos os requisitos exigidos ás de emergencia, (reserva) não será obrigatoria a existencia desta ultima.

6. As installações principaes e de emergencia (reserva) devem poder transmittir e receber, com as frequencias (comprimentos de onda) e nos typos de ondas, prescriptas para o trafego de soccorro e segurança da navegação, pela Convenção Radiotelegraphica Internacional em vigor para os navios, obrigatoriamente providos de installação radiotelegraphica, em virtude desta Convenção.

7. O transmissor principal e o transmissor de emergencia (reserva) devem dispor de frequencia musical de, pelo menos, 100.

8. O transmissor principal deve ter o *alcance normal* de 100 milhas maritimas, isto é, ser capaz de transmittir signaes claramente perceptíveis de navio a navio, á distancia pelo menos de 100 milhas maritimas durante o dia, nas condições e circumstancias normaes, suppondo-se, provido de detector de crystal, o receptor e sem dispositivo de ampliação. (X)

9. A estação de bordo deve poder dispor, a todo momento de fonte de energia sufficiente para fazer funcionar com efficiencia a installação radiotelegraphica principal, nas condições normaes, para distancia indicada acima.

10. Todos os órgãos da installação de emergencia (reserva) devem ser collocados na parte superior do navio, de

fôrma a apresentar melhores condições de segurança e tão alto quanto possível, acima da linha de carga maxima. A instalação de emergencia (reserva) deve dispor de fonte de energia, funcionando independentemente da que for utilizada para a propulsão do navio e para a rêde principal de electricidade, devendo dispor esta de meios aptos para ser adoptada e ser posta rapidamente em funcionamento e utilizada, pelo menos, durante seis horas consecutivas.

O alcance normal da instalação de emergencia (reserva) de conformidade com a definição do § 8 deste artigo, deve ser, pelo menos, de 80 milhas maritimas, para os navios obrigados a manter escuta permanente e, pelo menos, de 50 milhas maritimas para todos os demais. (\*)

11. A instalação receptora deve achar-se aparelhada, de modo a receber nos respectivos comprimentos de ondas usadas, na transmissão de signaes horarios e mensagens meteorologicas, que a Administração respectiva considere como necessarios.

12. O receptor deve ser disposto de fôrma a garantir a recepção por meio de detector de crystal.

13. No bordo dos navios, em que a escuta está assegurada por meio de receptor automatico de alarma, a casa da

---

(\*) — Até que se disponha de methodo mais exacto ou mais pratico para determinar o alcance dos transmissores, recommenda-se tomar como orientação, as seguintes relações, entre o alcance em milhas maritimas (navio a navio, nas condições normaes e durante o dia) e a potencia do transmissor em metros — ampéres para 500 kilocycles por segundo (600 metros):

100 milhas maritimas .....	60 M. A.
80 milhas maritimas .....	45 M. A.
50 milhas maritimas .....	25 M. A.

sendo a altura real em metros da antena no ponto mais alto, acima da linha do carregamento, representada pela letra M e por A a corrente em ampéres, medida da base da antena, no caso das transmissões B ou A 2, moduladas.

estação radiotelegraphica, o camarote do operador e o passadiço de navegação devem ser providos de assinaladores sonoros.

Esses assinaladores devem funcionar continuamente, logo depois que o receptor seja posto em funcionamento pelo signal de alarma ou de soccorro, e até que seja o mesmo interrompido. Para interromper esses assinaladores, deve existir, apenas, um unico interruptor installado na casa da estação radiotelegraphica.

14. No bordo dos navios, sujeitos ás prescripções do paragrapho anterior, o operador, quando abandonar a escuta, deve ligar novamente o receptor automatico de alarma á antena e verificar a sua efficiencia. Deve referir as condições do seu normal funcionamento ao commanlante ou ao official de quarto, no passadiço da navegação.

15. Enquanto o navio estiver no mar, a fonte de energia de emergencia deverá ser mantida em perfeito estado de efficiencia e o receptor automatico de alarma verificado pelo menos uma vez cada 24 horas. No Diario de Navegação deve ser registrado todos os dias a menção de que essas duas obrigações forem observadas.

16. No bordo de todo navio, provido obrigatoriamente de installação transmissora de radiotelegraphia, deve ser mantido um diario radioelectrico. Nesse diario, que deve permanecer na casa da estação radiotelegraphica serão registrados além dos nomes dos operadores e escutadores todos os incidentes e occorrencias referentes ao serviço radioelectrico, o que possam ter qualquer relação com a salvaguarda da vida humana no mar e em particular todas as mensagens e circulação de pedidos de soccorro devem ser nelle registrados na sua integra.

17. O aparelho radiogoniometro de installação obrigatoria por força do artigo 47, deverá ser efficiente, isto é, ter capacidade para receber signaes claramente perceptíveis e fazer todas as marcações, em ordem a permittir a determinação exacta da direcção e respectiva posição. Deve poder, outrosim, receber signaes, nas frequencias prescriptas para os casos de soccorro, para radiogoniometros e radiopharos pela Convenção Radiotetlegraphica Internacional em vigor.

Entre o aparelho e o passadiço de navegação deve existir meio efficiente de communicação.

ARTIGO 32

*Competencia*

As questões reguladas pela Convenção Radiotelegraphica Internacional de Washington de 1927 e pelos regulamentos á mesma annexos ficam e continuarão a ser submittidos ás disposições:

(1) dessa Convenção e dos Regulamentos á mesma annexos e de outras Convenções e Regulamentos, que poderão vir adoptados e substituil-os;

(2) da presente Convenção, no que concerne a todos os pontos em que ella complete os documentos acima mencionados.

CAPITULO V — SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

ARTIGO 33

*Aplicação*

As prescripções deste capitulo, visando navios, se applicam, com excepção dos casos de expressa declaração em contrario, a todos os navios em todas as suas viagens.

ARTIGO 34

*Mensagens de perigos*

O Commandante de todo navio, que encontrar, sobre a sua rota gelos perigosos, ou derelictos perigosos, ou tempestades tropicaes perigosas, ou qualquer outro perigo immediato para a navegação, é obrigado a informar, immediatamente do facto, por todos os meios de communicação de que disponha, aos navios, que se encontrarem nas vizinhanças e á autoridades competentes do primeiro ponto da costa, com o qual se possa communicar. E' desejavel que essa informação seja transmittida pela fórmula estabelecida na Regra XLVI.

Cada Administração tomará todas as medidas, que julgar necessarias, para assegurar a transmissão rapida das informações recebidas sobre os perigos especificados, no para-



grapho anterior, aos navios interessados nellas e ás demais Administrações interessadas.

A transmissão das mensagens referentes aos perigos em questão é gratuita para os navios interessados.

#### ARTIGO 35

##### *Serviços Meteorologicos*

Obrigam-se os Governos contractantes a incentivar a centralização de informações meteorologicas pelos seus navios, mas viagens que emprehenderem; a fazer examinar, disseminar e permutar essas informações, pela fórmula a mais efficaz, com o fim de promover elementos para a segurança da navegação.

Em particular, os Governos contractantes se comprometem a collaborar do modo mais lato possível, na applicação das seguintes providencias de ordem meteorologicas:

a) informar os navios sobre ventanias, tempestades e tempestades tropicaes, tanto por meio de mensagens radiotelegraphicas, como por meio de signaes apropriados em pontos da costa;

b) transmittir, diariamente, pelo radio boletins sobre as condições do tempo que possam interessar á navegação, fornecendo tambem informações sobre as condições actuaes e previsões de tempo;

c) providenciar para que certos navios, especialmente designados, realizem observações meteorologicas a horas certas e transmittam taes observações pela radiotelegraphia, em beneficio de outros navios e dos diversos serviços meteorologicos officiaes, assim como, para a installação de estações costeiras, funccionando para recebimento dessas mensagens.

d) influir para que todos os commandantes de navios previnam outros navios em sua vizinhança, sempre que encontrarem ventos de força igual ou superior a 10 — escala Beaufort (força igual ou superior a 8, na escala decimal).

As informações referidas nos paragraphos (a) e (b) deste artigo serão transmittidas, sob a fórmula indicada nos artigos 31 (§§ 1, 3 e 5) e 19 (§ 25) do Regulamento Geral, annexo á Convenção Radiotelegraphica Internacional de Washington de 1927; e, durante a transmissão, "a todas as

estações", de informações meteorológicas, previsões e avisos, todas as estações, de cada navio, devem se conformar com as prescrições do Artigo 31 (§ 2) desse Regulamento.

As observações sobre tempo, endereçadas por quaesquer navios aos serviços meteorologicos nacionaes, gozarão da prioridade especificada no Artigo 3, das Regras addicionaes á Convenção Radiotelegraphica Internacional de Washington de 1927.

As previsões, avisos, communicações synopticas, ou outras meteorologicas, para uso dos navios, devem ser transmitidas e propagadas, pelos serviços nacionaes, na posição mais favoravel e attender ás differentes zonas e regiões, conforme os accordos mutuos entre os paizes interessados.

Todos os esforços devem tender para a uniformização de um processo internacional no que se refere aos serviços meteorologicos internacionaes de que trata este Artigo e a submissão tanto quanto possivel ás recommendações da Organização Meteorologica Internacional á qual os Governos contractantes poderão se dirigir, para estudo e consulta sobre quaesquer assumptos de ordem meteorologica que surjam por motivo da applicação desta Convenção.

#### ARTIGO 36

##### *Pesquisas de gelos, derelictos (Cascos abandonados)*

Compromettem-se os Governos contractantes a manter serviços de pesquisa de gelos e de estudo e observações do regime dos gelos no Atlantico Norte. Além disso, se compromettem a tomar todas as medidas possiveis para assegurar a destruição, ou a remoção de derelictos (cascos abandonados) na parte Norte do Oceano Atlantico, a Este de uma linha traçada do Cabo Sable até o ponto situado a 34 grãos de latitude Norte e 70 grãos de longitude Oeste, quando reconhecida a utilidade de sua destruição ou remoção.

Os Governos contractantes se compromettem a fornecer tres navios, no maximo, para a execução desses tres serviços.

Durante toda a estação dos gelos, devem esses navios ser empregados na patrulha dos limites Sueste, Sul e Sudoeste das regiões dos icebergs, na vizinhança do grande banco da Terra Nova, para informar aos navios transatlanticos e ou-

tros, que passem a respeito da extensão da região perigosa para estudar e observar o regime dos gelos; para destruir e remover os derelictos e para prestar auxilio aos navios e tripulações que delle necessitem, dentro dos limites da região cujo patrulhamento estiverem effectuando.

Durante o resto do anno, o estudo e a observação do regime dos gelos devem ser continuados, de accordo com as necessidades e um navio deve permanecer disponivel, sempre, para pesquisas, destruição e remoção de derelictos.

### ARTIGO 37

#### *Pesquizas dos gelos — Gestão e custeio*

O Governo dos Estados Unidos é convidado a continuar a administrar os tres serviços de patrulha dos gelos, de estudo e observação do regime dos gelos e de destruição e remoção de derelictos. Os Governos contractantes, especialmente interessados em taes serviços e cujos nomes são abaixo especificados, se compromettem a contribuir para as despesas de manutenção e funcionamento desses serviços, nas proporções seguintes:

	Porcentagem:
Allemanha. . . . .	10
Belgica. . . . .	2
Canadá. . . . .	3
Dinamarca. . . . .	2
Hespanha. . . . .	1
EE.UU. da America. . . . .	18
França. . . . .	6
Grã-Bretanha e Irlanda do Norte . . . . .	40
Italia. . . . .	6
Japão. . . . .	1
Noruega. . . . .	3
Paizes Baixos. . . . .	5
Suecia. . . . .	2
União das Republicas Sovieticas Socialistas . . . . .	1

Qualquer dos Governos contractantes fica com a faculdade de suspender sua contribuição para as despesas de manutenção e funcionamento desses serviços, depois de 1 de setembro de 1932. Contudo, o Governo contractante que usar dessa faculdade continuará obrigado á percentagem da despesa, que lhe couber, até 1 de setembro consecutivo á data em que notificar a intenção de suspender a respectiva contribuição. O Governo que pretender se prevalecer dessa faculdade notificará sua intenção aos outros Governos contractantes seis mezes, pelo menos, antes do referido 1 de setembro, de sorte que, para estar desligado em 1 de setembro de 1932, deverá notificar sua intenção, o mais tardar, a 1 de março de 1932, e do mesmo modo para os annos subsequentes.

No caso em que, a qualquer tempo, o Governo dos Estados Unidos, não mais pretenda continuar a administrar esses serviços, ou que qualquer dos Governos contractantes manifeste o desejo de se desligar dos compromissos pecuniarios acima fixados ou modificar a sua percentagem, os demais Governos contractantes regularão a situação decorrente desse facto da forma que julgarem mais conveniente a seus mutuos interesses.

Os Governos contractantes que contribuirem para o custeio dos tres serviços acima mencionados, têm o direito, por *commum accordo*, de introduzir em qualquer tempo, neste e no Artigo 36, as alterações julgadas desejaveis.

#### ARTIGO 38

##### *Velocidade na vizinhança dos gelos*

O Commandante de qualquer navio, que receber informações sobre a presença de gelos no seu roteiro, qu nas proximidades do caminho que seu navio está seguindo, é obrigado a moderar a sua velocidade durante a noite, ou a alterar sua rota, de modo a se afastar, tanto quanto possível, da zona perigosa.

#### ARTIGO 39

##### *Rotas no Atlantico Norte*

A pratica de seguir certas rotas estabelecidas para a travessia do Atlantico Norte, num e noutro sentido, tem con-

tribuído para a segurança em vida no mar; os resultados da pratica dessas rotas deveriam ser objecto, entretanto, de pesquisas e estudos mais aprofundados em ordem é gráo de permitir a adopção ou o uso de modificações, que a experiencia haja demonstrado necessarios.

A escolha das rotas e a iniciativa das medidas a tomar, com relação ás mesmas, são confiadas ao criterio das companhias de navegação interessadas. Os Governos contractantes, quando solicitados, prestarão seu concurso a taes companhias, pondo á sua disposição todas as informações, de que dispuzerem, sobre taes rotas.

Compromettem-se os Governos contractantes a impôr ás companhias a obrigação de publicar as rotas regulares, que se propõem fazer adoptar por seus navios e bem assim, quaesquer modificações introduzidas nas mesmas. Da mesma forma, se imporão a utilizar da propria influencia para que os armadores de todos os navios, em curso no Atlantico, façam com que seus navios sigam tanto quanto as circumstancias permittirem, rotas definidas; bem como para que os armadores de todos os navios que effectuem travessia do Atlantico em destino ou que de seus portos tornarem, transitando pelas immedições do grande banco da Terra Nova, evitem, tanto quanto possivel, durante a estação de pesca, os pontos de pesca da Terra Nova, ao Norte dos 43 grãos de latitude Norte e a se afastarem da região dos gelos perigosos ou daquellas em que presuppõe a sua existencia.

A Administração, que superintende o serviço de vigilancia dos gelos é convidada a assignalar á administração interessada a presença de qualquer navio fóra de rota regular, reconhecida ou annunciada, ou que atravesse os bancos de pesca acima mencionados, durante a estação de pesca, ou que, navegando para um ou de um porto dos Estados Unidos, transite pelas regiões onde existem, ou se suspeite existir gelos perigosos.

#### ARTIGO 40

##### *Regras para evitar abalroamentos*

Os Governos contractantes concordam em que as modificações a serem introduzidas no Regulamento Internacional para prevenir abalroamentos no mar, na forma estabelecida

no anexo 11, são recomendáveis e devem ser adoptadas. O Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte é convidado a transmittir essas modificações particularizadas aos outros Governos, que acceptarem o Regulamento Internacional para prevenir abalroamentos no mar, a verificar que elles as adoptam, communicar os resultados aos Governos representados nesta Conferencia e a se esforçar, finalmente, para obter a entrada em vigor, a 1 de julho de 1931, do Regulamento modificado.

#### ARTIGO 41

##### *Vozes de commando para o leme*

Os Governos contractantes concordam em que, a partir de meia noite de 31 de junho de 1931, as vozes de commando para o homem do leme devem ser dadas, em todos os navios, no sentido directo, o que equivale a que, no navio em marcha á vante, a voz de "boréste" ou "direita" ou qualquer palavra correspondente a boréste ou á direita será empregada a bordo de navios — taes como na actualidade são construidos e apparelhados — apenas quando fôr intenção manobrar á direita e ao mesmo tempo a roda do leme, a porta do leme e a prôa do navio.

#### ARTIGO 42

##### *Emprego não justificado de signaes de soccorro*

E' prohibido a todos e quaesquer navios o emprego de signaes de soccorro, ou de outros com os quaes possam ser os mesmos confundidos não se destinando propriamente a assinalar a necessidade de soccorro esses signaes.

#### ARTIGO 43

##### *Signaes de alarma, de perigo e de urgência*

Os signaes de alarma, e de perigo só podem ser empregados por navios em perigo serio e imminente, necessitando assistencia immediata. Em todos os outros casos de necessidade de assistencia, ou naquelles em que o navio deseje, apenas, communicar a possibilidade de ter que emittir, ulterio-

mente, signaes de alarme, ou de soccorro, será empregado o signal urgente (XXX), previsto pela Convenção Radiotelegraphica Internacional de Washington de 1927.

O navio que tiver emittido o signal de alarma, ou de perigo e verificar, posteriormente, não mais carecer de assistencia, advertirá immediatamente, de tal circumstancia, a todas as estações interessadas, na forma prevista pela Convenção Radiotelegraphica em vigor.

#### ARTIGO 44

##### *Velocidade de transmissão das mensagens de soccorro*

A velocidade de transmissão nas mensagens relativas aos casos de soccorro, de urgencia, ou de segurança não deve exceder de 16 palavras por minuto.

#### ARTIGO 45

##### *Mensagens de soccorro. Procedimento*

1. O Commandante de qualquer navio que receber de outro assignalações de perigo, é obrigado a seguir, na velocidade maxima, em soccorro das pessoas em perigo, salvo no caso de impossibilidade, ou se, nas circumstancias espeziaes em que se encontre, não considerar razoavel nem util fazel-o, ou se estiver dispensado de o fazer, nos termos das disposições dos paragraphos 3 e 4 deste artigo.

2. O Commandante do navio em perigo, depois de consultar, tanto quanto for possivel, os Commandantes dos navios que tiverem respondido á sua mensagem de soccorro, têm o direito de requisitar aquelle, ou aquelles navios julgados mais aptos a lhe fornecer ajuda; ao Commandante ou Commandantes do ou dos navios requisitados são obrigados a se submeterem á requisição, e a se dirigirem, em velocidade maxima, em soccorro das pessoas em perigo.

3. Fica qualquer Commandante liberado da obrigação imposta pelo paragrapho primeiro deste Artigo logo que informado pelo Commandante do navio requisitado ou ainda, no caso em que varios navios sejam requisitados, pelos Commandantes dos navios já requisitados, quando o Commandante ou os Commandantes requisitados houverem attendido á requisição.

4. O Commandante fica liberado da obrigação pelo paragrapho 1 deste Artigo, e, si o seu navio houver sido requisitado, da obrigação imposta pelo seu paragrapho 2, si informado por qualquer navio que haja chegado junto ás pessoas em perigo de que o seu soccorro não é mais necessario.

5. Si o Capitão de um navio, ao receber pedido de soccorro de outro navio, se encontrar na impossibilidade de corresponder a tal appello, ou nas circumstancias especiaes, em que se encontre — não considerar razoavel, nem util, partir em seu soccorro, deve immediatamente, informar ao Capitão do outro navio não poder attender á requisição e registrar, em seu diario de bordo, as razões pelas quaes deixou de corresponder a tal appello.

6. As prescripções deste Artigos não prejudicam a Convenção Internacional para unificação de certas regras relativas á Assistencia e Salvamento no mar, firmada em Bruxellas a 23 de setembro de 1910 e particularmente no que respeita á obrigação de prestar soccorro, imposta pelo Artigo II da referida Convenção.

#### ARTIGO 46

##### *Lanternas de signaes*

Todos os navios de tonelagem bruta superior a 150 toneladas, utilizados em viagens internacionaes, devem ter a bordo uma lanterna de signaes, de condições efficientes.

#### ARTIGO 47

##### *Radiogoniometro*

Todo o navio de passageiros de 5.000 ou mais toneladas de tonelagem bruta deve, decorridos dois annos da data da entrada em vigor desta Convenção, estar equipado com um radiogoniometro (agulha radio), de typo approved, de accordo com as prescripções do Artigo 31 desta Convenção.

#### ARTIGO 48

##### *Triplulação*

Obrigam-se os Governos contractantes a conservar ou, se necessario, a adoptar todas as medidas tendentes á segu-



rança no mar e que lhes permittam garantir que os respectivos navios naveguem sufficientemente tripulados em numero e em qualidade.

## CAPITULO VI — CERTIFICADOS

### ARTIGO 43

#### *Expedição de certificados*

Documento designado por "certificado de segurança", será conferido a todo navio de passageiros que, prove, mediante vistoria e inspecção ter satisfeito, de modo efficiente, as prescripções dos Capitulos II, III e IV desta Convenção.

O certificado, denominado "certificado de segurança radiotelegraphica" será conferido a todo navio, que não sendo de passageiros, prove, mediante vistoria, haver satisfeito, de modo efficiente, as prescripções do Capitulo IV desta Convenção.

O certificado, denominado "certificado de dispensa" será conferido a todo navio, que houver obtido, de qualquer dos Governos contractantes, dispensa da applicação de prescripções constantes desta Convenção e na conformidade de seus Capitulos II, III e IV.

As vistorias e inspecções de navios, no que concerne á applicação das prescripções constantes desta Convenção e das Regras annexas e ás quaes se acham os mesmos sujeitos, assim como as concessões de dispensa de taes actos serão effectuadas ou concedidas por funcionarios do paiz, nos quaes estiverem registrados ou matriculados esses navios. Os Governos podem, comtudo, confiar a vistoria e a inspecção de seus navios, quer a peritos nomeados, quer por organizações por elles reconhecidas. Em qualquer hypothese o Governo interessado assume a plena responsabilidade pela extensão e efficacia de taes vistorias e inspecções.

Os certificados de segurança, de segurança radiotelegraphica e de dispensa são conferidos pelo Governo do paiz, em que o navio se acha matriculado, ou por qualquer pessoa, ou organização, por elle devidamente autorizada. Em qualquer hypothese este Governo assume inteira responsabilidade do Certificado.

ARTIGO 50

*Expedição de certificados por outro Governo*

Todo Governo contractante, á pedido do Governo de outro paiz, no qual se acha matriculado qualquer navio subordinado a esta Convenção, póde submeter-o á vistoria e, verificadas satisfeitas exigencias nella prescriptas, fornecer, sob sua propria responsabilidade, a tal navio certificado de segurança ou de segurança radiotelegraphica. Os certificados, expedidos nas condições acima, devem conter a declaração de terem sido fornecidos a pedido do Governo do paiz, no qual se acha matriculado esse navio. Teem o mesmo valor que o certificado fornecido nos termos do Artigo 49 concedidos na fórma acima.

ARTIGO 51

*Modelos de certificados*

Todos os certificados devem ser redigidos na lingua ou nas linguas officiaes do paiz que os fornecer.

O typo dos certificados será o dos modelos que acompanham a Regra XLVII. As disposições typographicas de seus modelos regulamentares devem ser reproduzidas com exactidão e as indicações, introduzidas á mão, nos certificados entregues, ou nas copias authenticadas dos mesmos, ser escriptas em caracteres romanos e em algarismos arabicos.

Obrigam-se os Governos contractantes á permuta de exemplares de seus certificados em numero sufficiente para o devido conhecimento dos respectivos funcionarios. Essa communicação mutua deve ser feita, tanto quanto possivel, antes de 1 de janeiro de 1932.

ARTIGO 52

*Tempo de validade dos certificados*

Os certificados, expedidos na fórma acima, não devem vigorar mais de doze mezes.

Se qualquer navio, na data em que expira seu certificado, não se encontra em porto do paiz de sua matricula a validade

de tal documento póde ser prorogada por funcionario, devidamente autorizado a que pertence o navio. Tal prorogação será concedida apenas afim de permittir ao navio completar sua viagem de regresso em demanda do proprio paiz e sómente na hypothese em que essa medida se apresente como opportuna e razoavel.

Nenhum certificado deverá ser prorogado por periodo superior a cinco mezes e o navio, que obtiver tal prorogação, em virtude dessa prorogação o direito de, regressado a seu paiz, emprehender nova viagem, antes de renovar o seu certificado.

#### ARTIGO 53

##### *Acceitação dos certificados*

Os certificados, expedidos em nome de qualquer Governo contractante, devem ser acceitos pelos demais Governos contractantes para todos os effeitos previstos nesta Convenção. Os demais Governos contractantes deverão attribuir a esses certificados o mesmo valor que aquelles por elles concedidos aos proprios navios.

#### ARTIGO 54

##### *Fiscalização*

Os navios portadores de certificados expedidos em virtude do Artigo 49, ou do Artigo 50, estão sujeitos, nos portos de outros Estados contractantes, á fiscalização de seus funcionarios, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, com o objectivo limitado de averiguar a existencia a bordo de certificado valido e, quando necessaria a verificação de que se encontra o navio em condições de navegabilidade que correspondam, em substancia, ás declarações desse certificado, isto é. que o navio póde fazer-se ao mar, sem risco para os passageiros e tripulação.

Se a fiscalização em apreço justificar qualquer intervenção, o funcionario que houver procedido á tal fiscalização deve informar immediatamente ao consul do paiz, em que o navio estiver matriculado, todas as circumstancias que o lavaram a considerar necessaria essa intervenção.

ARTIGO 55

*Privilegios da Convenção*

As prerogativas da Convenção não podem ser invocadas pelos navios que não sejam portadores de certificados regulamentares e validos.

ARTIGO 56

*Apostilla ao certificado*

Si, no curso de determinada viagem, o numero de pessoas (tripulação e passageiros) presentes a bordo fôr inferior ao numero maximo, que o navio estiver autorizado a transportar, e si, por consequencia, o navio tiver a faculdade, nos termos desta Convenção, de trazer a bordo embarcações e demais appparelhos de salvamento, em numero inferior ao declarado no certificado, os funcçionarios ou as pessoas por elles autorizadas e mencionadas aos Artigos 49 e 52 acima poderão fornecer ao navio apostilla ao certificado.

Essa apostilla deve indicar, que no caso vertente, nenhuma das disposições desta Convenção se acha infringida.

A apostilla será appensada ao certificado e o substituirá, apenas, entretanto, no que concerne aos appparelhos de salvamento. Será valida tão sómente para a determinada viagem e para a qual foi concedida.

CAPITULO VII — DISPOSIÇÕES GERAES

ARTIGO 57

*Equivalencia*

Quando por força da presente Convenção seja prevista a collocação ou a existencia de installações dispositivas ou quaesquer appparelhos especiaes ou certo typo de installação, dispositivo de appparelho ou ainda quando fôr previsto que em disposição particular deve ser adoptada, qualquer Administração póde acceitar em sua substituição qualquer outra installação dispositivo ou appparelho ou um certo typo de installação, de dispositivo ou de appparelho ou qualquer outro arranjo, sob a condição de que a Administração referida haja

averiguado por via de experiencias bastantes que a installação, o dispositivo ou o aparelho, ou o typo da installação do dispositivo ou do aparelho, ou a disposição substituida tenham uma efficiencia pelo menos igual á que é especificada nesta Convenção. Qualquer Administração que acceitar, nas condições precitadas, installação, dispositivo ou aparelho novo de um typo novo de installação, de dispositivo ou aparelho da nova disposição dar conhecimento desse facto ás outras Administrações, communicando ás que assim pedirem a descripção particularizada, assim como o relatorio das experiencias a que os houver submettido.

ARTIGO 58

*Leis, regulamentos, relatorios*

Os Governos contractantes se compromettem a communicar uns aos outros:

1) O texto de leis, decretos e regulamentos que tiverem sido promulgados sobre assumptos concernentes á Convenção.

2) Todos os relatorios officiaes ou resumos officiaes do relatorio, de que puderem dispôr, quando revelarem resultados da applicação desta Convenção, e desde que não tenham character confidencial.

O Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte é convidado a servir de intermediario no recebimento de todas essas informações e a proceder sua distribuição pelos demais Governos contractantes.

ARTIGO 59

*Medidas tomadas por accordo*

Nos casos em que, na presente Convenção, se prevê a possibilidade de, por accordo entre todos, ou apenas entre alguns dos Governos contractantes, ser tomada qualquer medida, concernente á materia desta Convenção, o Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte é convidado a consultar os outros Governos sobre a acceitação da proposta ou propostas apresentadas por qualquer delles, no sentido de pôr em vigor a medida ou medidas dellas constantes e tambem a informar os demais Governos contractantes, sobre o exito dessas consultas.

## ARTIGO 60

### *Tratados e convenções anteriores*

1. Esta Convenção substitue e revoga a que, para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, foi assignada em Londres a 20 de janeiro de 1914.

2. Todos os outros tratados, convenções ou accordos referentes á salvaguarda da vida humana no mar ou a questões correlatas e, actualmente, ainda em vigor entre Governos participes desta Convenção, conservam seu pleno e integro effeito, durante o periodo de validade, que lhes houver sido attribuido, no que diz respeito:

a) a navios, aos quaes esta Convenção não se applica;

b) a navios, aos quaes esta Convenção se applica, no que concerne os assumptos que não são visados por disposições expressas desta Convenção.

Quando, entretanto, taes tratados, convenções ou accordos estejam em conflicto com as disposições desta Convenção devem prevalecer suas disposições.

3. Todos os assumptos que não forem objecto das prescripções nella expressas continuam subordinadas á legislação dos Governos contractantes.

## ARTIGO 61

### *Modificações, conferencias futuras*

1. Modificações desta Convenção, consideradas aperfeiçoamentos uteis ou necessarios, podem, em qualquer tempo ser propostas por qualquer Governo contractante ao Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte. Cada proposta deve ser transmittida por este ultimo, a todos os demais Governos contractantes e, se aceita por todos (incluindo os que tiverem depositado ratificações ou adhesões, muito embora ainda não em vigor) importará em modificação da presente Convenção.

2. Conferencias, tendo como finalidade a revisão desta Convenção, serão realizadas em datas e logares a serem determinados pelos Governos contractantes.

Essas conferencias devem ser convocadas pelo Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte todas as vezes que — após a entrada em vigor desta Convenção por cinco annos — um terço dos Governos contractantes manifeste para tal fim o seu desejo.

## CAPITULO VII — DISPOSIÇÕES FINAES

### ARTIGO 62

#### *Applicação das Colonias, etc.*

1. Qualquer Governo contractante pode, no momento da assignatura, da ratificação, ou da adhesão, ou posteriormente, modificar, por declaração escripta, dirigida ao Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, sua intenção de applicar esta Convenção em todas as suas colonias, territorios de além-mar, protectorados ou paizes sob sua soberania ou seu mandato, ou a alguns dentre elles. Esta Convenção deve entrar em vigor nas colonias e nos territorios especificados na precitada declaração, dois mezes depois da data de seu recebimento mas, na falta de expressa declaração a respeito, não se applicará a qualquer desses territorios a presente Convenção.

2. Qualquer Governo contractante pode, em todo tempo, por declaração escripta endereçada ao Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, communicar sua intenção de fazer cessar a applicação desta Convenção em todas as suas colonias, territorios de além-mar sob sua suzerania ou mandato ou em alguns dentre elles nos quaes esta Convenção houver vigorado, pelo menos, por periodo de cinco annos, nos termos do paragrapho precedente. No caso em apreço, a vigencia desta Convenção deve cessar nos territorios mencionados nessa, um anno após a data em que o Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte houver recebido essa notificação.

3. O Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte deve informar a todos os outros Governos contractantes que sobre a vigencia da presente Convenção, em qualquer colonia, territorio de além-mar, protectorado, ou

territorios suzerania ou mandato, nos termos das disposições do paragrapho 1º deste Artigo, e sobre a cessação dessa vigencia de accordo com as disposições do paragrapho 2º, indicando, em cada caso, a data a contar da qual a presente Convenção entrou ou cessou de vigorar.

### ARTIGO 63

#### *Textos authenticos — Ratificação*

Esta Convenção, de que os textos em inglez e em francez são um e outro authenticos, é datada de hoje.

A presente Convenção deve ser ratificada.

Os instrumentos de ratificação devem ser depositados nos archivos do Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, que notificará a todos os outros Governos, signatarios ou adherentes, de todas as ratificações depositadas e das datas do respectivo deposito.

### ARTIGO 64

#### *Adhesão*

Qualquer Governo (excluidos os dos territorios aos quaes se applica o Artigo 62) em cujo nome a presente Convenção não tenha assignada pode, em qualquer tempo, depois de sua entrada em vigor, dar-lhe sua adhesão. Essa adhesão pode ser effectuada por via de notificação escripta, endereçada ao Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte. Essa adhesão deve produzir effeito tres mezes após a data do seu recebimento.

O Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte deve informar a todos os Governos signatarios e adherentes, de todas as adhesões e das datas do recebimento desses actos.

Qualquer Governo que tenha a intenção de adherir a esta Convenção, mas que pretenda accrescentar uma zona ás especificadas no Annexo ao Artigo 28, deve, antes de notificar sua adhesão, informar desse desejo ao Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, para as necessarias com-



municações a todos os Governos contractantes. Se corresponder a tal intuito se accordarem todos os Governos contractantes, a referida zona deve ser incluída nas mencionadas no Annexo citado, quando o Governo em questão notificar sua adesão.

ARTIGO 65

*Data da entrada em vigor*

Entrará em vigor a presente Convenção a 1 de julho de 1931 entre os Governos que tiverem, nesta data, depositado sua ratificação, sob condição de que, pelo menos cinco ratificações tenham sido depositadas nos archivos do Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte. Caso, na data precitada, não hajam sido ainda depositadas cinco ratificações, esta Convenção entrará em vigor, tres mezes após a data em que a quinta ratificação fôr depositada. As ratificações depositadas, posteriormente, á data de entrada em vigor desta Convenção, produzirão effeito tres mezes após a data do respectivo deposito.

ARTIGO 66

*Denuncia*

A presente Convenção pode ser denunciada por qualquer dos Governos contractantes, em qualquer tempo, expirado o periodo de cinco annos, computado da data em que houver entrado em vigor para o Governo em questão. A denuncia será effectuada, por notificação escripta, dirigida ao Governo da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, que notificará a todos os demais Governos contractantes de todas as denuncias recebidas e das datas de seu recebimento.

Qualquer denuncia produzirá effeito, doze mezes a contar da data em que houver sido recebida pelo Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte.

Em fé de que, os Plenipotenciarios abaixo appuzeram as sua assignaturas.

Feita em Londres, aos dias trinta e um do mez de maio, de 1929, em um só exemplar, que deve ser depositado nos archivos do Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, que deve transmittir, a todos os Governos signatarios, copia authenticada deste acto.

Pela Allemanha:

*Sthamer.*  
*Gustav Kocnigs.*  
*Arthur Werner.*  
*Otto Riess.*  
*Walter Laas.*  
*Hermann Giess.*  
*Hugo Dominik.*

Pela Australia:

*Henry James Feakes.*  
*Thomas Free.*

Pela Belgica:

*A. de Gerlache de Gomery.*  
*C. de Winne.*

Pelo Canadá:

*A. Johnston.*  
*Lucien Pacaud.*

Pela Dinamarca:

*Emil Krogh.*  
*V. Lorck.*  
*P. Villadsen.*

Pela Hespanha:

*Javier de Salas.*

Pela Irlanda:

*John Whelan Dulanty.*  
*O. C. Foster.*

Pelos Estados Unidos:

*Wallace H. White.*  
*Arthur J. Tyrer.*  
*Charles M. Barnes.*  
*Geo H. Rock.*  
*Clarence S. Kempff.*  
*Dickerson N. Hoover.*  
*W. D. Terrel.*  
*John G. Taeresev.*  
*Herbert B. Walker.*  
*Charles A. McAllister.*  
*Edward L. Cochran.*

*J. C. Niedermals.*  
*John F. Mac Millan.*  
*David Arnott.*  
*N. B. Nelson.*  
*E. M. Webster.*  
*E. B. Calvert.*  
*Vinton Chapin.*

Pela Finlândia:

*Custaf Wrede.*  
*V. Bergman.*  
*Karl Kurten.*

Pela França:

*Rio.*  
*A. Haarbleicher.*  
*Jean Marie.*  
*F. Thouroude.*  
*H. Brillié.*  
*Fricker.*  
*J. Pinczon.*  
*R. Rossigneux.*  
*Ch. Dully.*

Pela Grã Bretanha:

*H. W. Richmond.*  
*Westcott Abell.*  
*A. L. Ayre.*  
*F. W. Bate.*  
*C. H. Boyd.*  
*William C. Currie.*  
*A. J. Daniel.*  
*Norman Hill.*  
*C. Hipwood.*  
*A. Morrell.*  
*Walter Carter.*  
*W. G. Fergusson.*  
*W. Grahm.*  
*A. L. Lee.*  
*W. E. Sitmpson*  
*F. J. Waleer.*  
*W. J. Wilton.*

Pela India:

*C. L. Corbertt.*

*E. V. Whish.*

*Mansukhlal Ataaram Master.*

Pela Italia:

*Giulio Ingianni.*

*Alberto Alessio.*

*Delfino Rogeri di Villanova.*

*Torquato C. Giannini.*

*Francesco Marena.*

*Ernesto Ferretti.*

*G. Gneme.*

*Luigi Biancheri.*

*M. Consulich.*

*Salvatore Giacchetti.*

*Frederico Falcolini.*

Pelo Japão:

*Yukio Yamamoto.*

*Shichihei Ota.*

*Itaro Ishii.*

*Sonoji Tsuchiya.*

*Kazuma Minato.*

*S. Ikushima.*

*K. Seno.*

*Shimadzu.*

*N. Masukata.*

*T. Saito.*

*Y. Saito.*

*Motoki Matsumura.*

*C. Anazawa.*

Pela Noruega:

*B. Vogt.*

*L. T. Hansen.*

*Arth H. Mathiesen.*

*E. Wettergreen.*

Pela Hollanda:

*C. Fock.*  
*C. H. de Goeje.*  
*J. A. Bland v. d. Berg.*  
*Phs. van Ommeren.*  
*H. G. J. Uilkens.*  
*H. Bosch van Drakestein.*

Pela Suecia:

*Frik Palmstierna.*  
*Nils Gustaf Nilsson.*  
*A. Sigurd Litstrem.*  
*G. Mac Erik Bööb.*  
*Nicklas Olsson.*

Pela União das Republicas Sovieticas Socialistas:

*J. Arens.*  
*K. Eggi.*  
*P. Matveeff.*

## ANNEXO I

### REGULAMENTO — CONSTRUÇÃO

#### *Regra I*

#### Definições

(1) *A linha de carga de compartimentagem é a linha d'agua na determinação da subdivisão do navio.*

*A linha de carga de subdivisão mais profunda é aquella que corresponde ao calado maximo.*

(2) *O comprimento do navio é o comprimento medido entre perpendiculares tomadas nas extremidades da linha de carga de subdivisão mais profunda.*

(3) *A bocca do navio é a largura extrema do exterior da caverna ao exterior da caverna, na altura ou abaixo da linha de carga de subdivisão mais profunda.*

(4) *O convez das anteparas é o convez mais elevado até onde são erigidas as anteparas estanques.*

(5) A *linha de margem* é uma linha traçada parallelamente ao convez das anteparas, na borda, e 3 pollegadas (76 millimetros) abaixo da superficie interior desse convez.

(6) O *calado* é a distancia vertical da parte superior da quilha, á meia náó, até a linha de carga em questão.

(7) A *permeabilidade* de um espaço que póde ser occupada pela agua.

O volume do espaço que se estender acima da linha de margem será medido sómente até a altura dessa linha.

(8) O *espaço das machinas* será tomado como se estendesse da parte superior da quilha até a linha de margem e entre as anteparas-estanques principaes extremos que limitam o espaço destinado ás machinas propulsoras principaes e auxiliares, caldeiras quando installadas e todas as carvoeiras permanentes.

(9) O *espaço dos passageiros* é aquelle destinado á accommodação e ao uso dos passageiros, excluindo-se a bagagem, deposito, provisões e porão de malas.

Para os fins das Regras III e IV, os espaços encontrados abaixo da linha de margem, para a accommodação e o uso da guarnição serão considerados como de passageiros.

(10) Em todos os casos, os *volumes* serão calculados pelas linhas moldadas.

## Regra II

### Comprimento alagavel

(1) O comprimento alagavel em qualquer ponto do comprimento de um navio será determinado por um methodo de calculo que considere a fórma, o calado e outras características do navio em questão.

(2) Num navie com um convez de antepara continuo, o comprimento alagavel num ponto dado é a porção maxima do comprimento do navio, tendo seu centro no ponto em questão, o qual póde ser alagado nas considerações definidas na Regra III sem que o navio mergulhe além da linha de margem.

(3) No caso do navio não possuir um convez de antepara continuo, o comprimento alagavel em qualquer ponto póde ser determinado numa linha de supposta margem continua, até

onde, considerados a inversão e o trim consequentes da avaria, o costado do navio e as anteparas consideradas são feitas estanques para agua.

### Regra III

#### Permeabilidade

(1) As considerações estabelecidas na regra II referem-se á permeabilidade dos espaços abaixo da linha de margem.

Na determinação do comprimento alagável, será usada uma permeabilidade média uniforme por todo o comprimento das seguintes porções do navio, abaixo da linha de margem:

a) o espaço das machinas, conforme definido na Regra I (8);

b) a porção avante do espaço das machinas; e

c) a porção a ré do espaço das machinas.

(2) — (a) Para navios mercantes a vapor, a permeabilidade média uniforme por todo o espaço das machinas será

de'orminado pela fórmula: 
$$— 80 \div 12.5 \left( \frac{a - c}{v} \right), \text{ onde}$$

a = volume dos espaços dos passageiros, conforme definido na regra I (9), os quaes se acham situados abaixo da linha de margem, dentro dos limites do espaço das machinas;

c = volume dos espaços entre os convezes abaixo da linha de margem, dentro dos limites do espaço das machinas, apropriado á carga carvão e paídes;

v = ao volume inteiro do espaço das machinas abaixo da linha de margem.

b) Para os navios com machinas de combustão interna, a permeabilidade média uniforme será tomada igual ao valor dado pela fórmula precedente augmentado de 5.

c) Quando se puder estabelecer, satisfactoriamente, á Administração, que a permeabilidade média determinada por um calculo directo é menor que a que resulta da applicação da fórmula, poder-se-á substituir por esta ultima a permeabilidade calculada directamente.

Para esse calculo directo, a permeabilidade dos espaços destinados aos passageiros definidos pela regra I (9) será tomada igual a 95, a dos espaços destinados ás mercadorias, ao carvão e aos mantimentos, igual a 60, e a dos fundos duplos, oleo combustivel e outros tanques, por valores que possam ser approvados em cada caso pela Administração.

(3) A permeabilidade média uniforme em toda a porção do navio avante (ou a ré) dos espaços das machinas será deter-

minada pela fórmula: —  $63 \div \frac{a}{v}$  —, onde

a = volume dos espaços destinados aos passageiros, conforme definido na regra I (9), os quaes se acham abaixo da linha de margem, — avante (ou a ré) do espaço das machinas;

v = volume total da porção do navio abaixo da linha de margem, avante (ou a ré) do espaço das machinas.

(4) Si um compartimento da coberta, entre duas anteparas estanques transversaes, contiver algum espaço destinado aos passageiros, o conjuncto deste compartimento, deduzindo-se, comtudo, todo o espaço destinado a um outro serviço que seria completamente limitado por anteparas permanentes de aço. Si, comtudo, o espaço em questão destinado aos passageiros ou á guarnição, fôr completamente limitado por anteparas permanentes de aço, esse espaço será considerado apenas como de passageiros.

#### Regra IV

##### Comprimento permissivel dos compartimentos

(4) *Factor de Subdivisão* — O comprimento maximo permissivel de um compartimento tendo seu centro em qualquer ponto no comprimento do navio é obtido do comprimento alagavel, multiplicando-se este ultimo por um factor chamado *factor de subdivisão*.

O factor de subdivisão dependerá do comprimento do navio e, para um dado comprimento variará de accôrdo com a natureza do serviço para o qual o navio é destinado. Deverá decréscer de modo regular e continuo:



- a) quando o comprimento do navio crescer, e  
 b) segundo um factor "A", que se applica aos navios essencialmente de carga e segundo um factor "B", que se applica aos navios essencialmente de passageiros.

As variações dos factores "A" e "B" serão expressas pelas fórmulas seguintes (i) e (ii) onde L é o comprimento do navio, tal como foi definido na regra I (2):

L em pés.

$$A = \frac{190}{L-198} + 0.18, \text{ sendo } L = 430 \text{ ou mais.}$$

L em metros.

$$A = \frac{58.2}{L-60} + 0.18, \text{ sendo } L = 131 \text{ ou mais.}$$

L em pés.

$$B = \frac{100}{L-138} + 0.18, \text{ sendo } L = 260 \text{ ou mais.}$$

L em metros.

$$B = \frac{30.3}{L-42} + 0.18, \text{ sendo } L = 79 \text{ ou mais.}$$

(2) *Criterio de serviço* — Para um navio de comprimento dado, o factor apropriado de subdivisão será determinado pelo Numeral de Criterio de Serviço (daqui por diante chamado Numeral de Criterio), dado pelas fórmulas seguintes (iii) e (iv), onde:

C. = o Numeral de Criterio;

L = comprimento do navio, conforme definido na regra I (2);

M = o volume do espaço das machinas, conforme definido na regra I (8); com a addição do volume de qualquer tanque permanente de oleo combustivel que possa estar situado acima do fundo interior e avante e a ré do espaço das machinas.

$P$  = volume total dos espaços dos passageiros abaixo da linha de margem, conforme definido na regra I (9);

$P_1 = KN$ , onde:

$N$  = numero de passageiros para os quaes o navio será certificado;

$K$  = tem os seguintes valores:

Para o comprimento em pés e o volume em pés cubicos,  $K$  é igual a 0.6 L.

Para o comprimento em metros e o volume em metros cubicos,  $K$  é igual a 0.056 L.

Si o valor do producto  $K.N.$  é maior do que a somma de  $P$  e do volume total real destinado aos passageiros, acima da linha de margem, póde-se tomar para  $P_1$  o valor mais fraco dos dois, uma vez que este valor não seja inferior aos dois terços do producto  $K.N.$

Si  $P_1$  fór maior que  $P$ , ter-se-á:

$$C_1 = 72 \frac{M + 2P_1}{V + P_1 - P}$$

e, no caso contrário,

$$C_1 = 72 \frac{M - 2P}{V - P}$$

Para os navios que não possuem convêz continuo para as anteparas, calcular-se-ão os volumes até a linha de margem effectivamente considerada no calculo do comprimento allowable.

(3) *Regras para Subdivisão.*

(2) A subdivisão de ré do tanque de equilibrio dos navios de 130 pés (131 metros) de comprimento e mais, tendo um numeral de criterio de 23 ou menos, deve ser determinada pelo numeral "A" dado pela fórmula (i); dos navios tendo um numeral de criterio 123 ou mais, pelo factor "B" dado pela fórmula (ii); e dos navios tendo um numeral de criterio entre 23 e 123 pelo factor "F" obtido pela interpolação linear entre os factores "A" e "B", usando-se a fórmula:

$$F = A + \frac{(A-B)(C_1-23)}{100}$$

Se o factor P fôr inferior a 0.40 e si fôr estabelecido, com a satisfação da Administração, que é praticamente impossível adoptar-se este factor para um comprimento na zona das machinas do navio considerado, a subdivisão deste compartimento pôde ser determinada com um factor mais elevado, o qual, entretanto, não deve ser superior a 0.40.

b) A subdivisão á ré do tanque de equilibrio dos navios tendo menos de 131 metros (430 pés), porém, nunca menos de 79 metros (260 pés) de comprimento, cujo numeral de criterio terá o valor S dado pela fórmula:

$$S = \frac{3574 - 25L}{13} \quad (L \text{ em metros}) =$$

$$= \frac{9382 - 20L}{34} \quad (L \text{ em pés}),$$

deve ser determinada por um factor igual á unidade; daquelles cujo numeral de criterio fôr igual ou superior a 123, pelo factor B dado pela fórmula (ii); enfim, daquelles cujo numeral de criterio fôr comprehendido entre S e 123, por um factor obtido pela interpelação linear entre a unidade e o factor B, por meio da fórmula:

$$F = \frac{(1-B) (123-S)}{123 - S}$$

c) A subdivisão á ré do tanque de equilibrio dos navios tendo menos de 131 metros (430 pés) de comprimento, porém, nunca menos de 79 metros (260 pés), cujo numeral de criterio fôr menor que S, e de todos os navios tendo menos de 79 metros (260 pés) de comprimento, deve ser determinada por um factor igual á unidade, a menos que não se estabeleça, com a satisfação da Administração, que é praticamente impossível manter-se esse factor em todo ou parte do navio; neste caso, a Administração poderá concordar com certas tolerancias na medida que as circumstancias possam justificar.

d) As prescripções da alinea c applicar-se-ão igualmente, qualquer que seja o comprimento, aos navios que serão previstos para receberem um numero de passageiros acima de doze (12), mas nunca acima do menor dos dois numeros.

$L^2$  (L em metros),

$L^2$  (L em pés) ou 50.

650

7.000

#### Regra V

(1) Um compartimento póde exceder o comprimento admissivel pelas prescripções da Regra IV, uma vez que o comprimento de cada par de compartimentos adjacentes, aos quaes o compartimento em questão é commum, não exceda, nem o comprimento alagavel, ou duas vezes o comprimento admissivel.

Si um dos dous compartimentos adjacentes ficar situado dentro do espaço de machinas, e o segundo ficar situado fóra dcsse espaço, e a permeabilidade média da porção do navio, na qual o segundo estiver situado, differir da permeabilidade do espaço de machinas, o comprimento combinado dos dous compartimentos será ajustado para a permeabilidade média das duas porções do navio.

Onde os dous compartimentos adjacentes tiverem factores de subdivisão differentes, o comprimento combinado dos dous compartimentos será determinado proporcionalmente.

(2) Em navios de 131 metros (430 pés) de comprimento ou mais, uma das anteparas transversaes principaes á ré do tanque de equilibrio deve ser collocada a uma distancia da perpendicular de vante nunca maior do que o comprimento admissivel.

(3) Uma antepara transversal principal póde apresentar um dente, desde que todas as partes do dente fiquem por dentro de superficies verticaes de ambos os bordos do navio, situados a uma distancia do chapeamento exterior igual a um quinto da bocca do navio, definida pela Regra I (3), esta distancia, sendo medida normalmente ao plano diametral do navio e no plano da linha de carga maxima de subdivisão.

Si uma parte de um dente passar os limites fixados anteriormente, esta parte será considerada como um recesso, applicando-se-lhe então as regras do paragrapho seguinte:

(4) Uma antepara transversal principal póde offerecer um recesso, uma vez que:

a) o comprimento combinado dos dous compartimentos separados pela antepara em questão não exceda de 90 por cento do comprimento alagado, ou

b) seja prevista uma subdivisão adicional, na zona do recesso, de modo a manter a mesma medida de segurança que si a antepara fosse plana.

(5) Quando uma antepara transversal principal offerecer um dente ou recesso, será substituida por uma antepara plana equivalente, na determinação da subdivisão.

(6) Si a distancia entre duas anteparas transversaes principaes adjacentes, ou suas anteparas planas equivalentes, ou finalmente a distancia entre dous planos verticaes, passando pelos pontos mais proximos dos recessos, si houver, for inferior a tres metros 05 (10 pés), mais dous por cento do comprimento do navio, uma unica dessas anteparas será acceita como fazendo parte da subdivisão do navio tal como se acha estabelecido na Regra IV.

(7) Quando um compartimento estanke transversal principal apresentar uma subdivisão local e si for possivel estabelecer-se de accordo com a Administração que, na hypothese de uma avaria se estendendo sobre um comprimento de 3 m. 050 (10 pés) mais dous por cento do comprimento do navio, o volume total do compartimento principal não será alagado, poder-se-á fazer uma tolerancia proporcionada no comprimento permissivel determinado sem considerar-se essa compartimentagem suplementar.

Neste caso, o volume da reserva de fluctuabilidade, supposto intacto, do bordo opposto á avaria, não deverá ser superior ao que é supposto intacto do bordo da avaria.

(8) Quando for proposta a construcção de pavimentos estanques, cascos duplos ou anteparas longitudinaes estanques ou não estanques, a Administração certificar-se-á que a segurança do navio não seja diminuida de qualquer modo, particularmente tendo em vista uma banda possivel produzida em caso de alagamento dessas partes do casco.

*Regra VI*

Compartimento de colisão, anteparas limites do compartimento das machinas, tuneis dos eixos propulsores, etc.

(1) Todo o navio deve possuir um compartimento de colisão avante ou de abordagem, o qual deve ser estanque até o convez das anteparas. Esse compartimento deve ser collocado a uma distancia da perpendicular avante no minimo igual a cinco por cento do comprimento do navio e no maximo a 3 m.. 05 (10 pés) mais cinco por cento do comprimento do navio.

Si existir uma superestrutura comprida, a vante, a antepara de colisão deverá ser levada, á prova de intemperies, até o convez logo acima do convez das anteparas.

A extensão não necessita ser collocada directamente acima da antepara de baixo, uma vez que esteja no minimo a cinco por cento do comprimento do navio, a partir da perpendicular de vante, e que a parte do convez das anteparas que fórma o dente seja feita effectivamente á prova de intemperies.

(2) Haverá igualmente uma antepara de colisão a ré e anteparas dividindo o compartimento das machinas, tal como definido pela Regra I (8), dos espaços dos passageiros e de mercadorias situados avante e a ré; essas anteparas devem ser estanques até o convez das anteparas. Comtudo, a antepara de colisão a ré póde terminar abaixo desse convez, uma vez que o grau de segurança do navio, no que concerne á compartimentagem, não seja por isso diminuido.

(3) Em todos os casos, os tuneis das helices devem ser collocados em compartimentos estanques.

A caixa de gachetas a ré deve ser collocada no interior dum tunel estanque ou em um outro espaço de volume muito reduzido, de modo que no caso de ser alagado por veio aberto na caixa de gachetas, a linha de margem não fique submersa.

### *Regra VII*

Determinação, marcação e inscrição das linhas de carga de compartimentagem

(1) As linhas de carga de compartimentagem, determinadas e traçadas de accordo com as prescripções do artigo da Convenção, devem ser mencionadas no Certificado de Segurança, designando-se pela notação C. 1 a que se relaciona ao caso em que o navio é empregado principalmente no serviço de passageiros, e pelas notações C. 2, C. 3, etc., as que se referirem aos outros casos de utilização do navio.

(2) A borda livre correspondente a cada uma dessas linhas de carga, inscripta no Certificado de Segurança, deve ser medida na mesma posição e a partir da mesma linha de convéz que as bordas livres determinadas de accordo com as Regras nacionaes de borda livre reconhecidas.

(3) Em caso algum, a marca da linha de carga de compartimentagem não poderá ser collocada acima de linha de carga maxima em agua salgada, determinada no calculo de resistencia do navio ou pelas tabellas nacionaes de borda livre, officialmente reconhecidas.

(4) Qualquer que seja a posição das marcas das linhas de carga de compartimentagem, um navio não deve nunca ser carregado de modo a submergir a linha de carga correspondente á estação e a região do globo, traçada de accordo com as regras nacionaes de borda-livre officialmente reconhecidas.

### *Regra VIII*

Construcção e provas iniciais das anteparas estanques, fundos duplos, etc.

(1) As anteparas estanques da compartimentagem, quer sejam transversaes ou longitudinaes, devem ser construidas de modo a poder supportar, com uma margem de resistência, vando-se até a linha de margem na zona da antepara. A construcção dessas anteparas será de accordo com a approvação da Administração.

(2) Os dentes e recessos praticados nas anteparas, devem ser estanques e apresentar a mesma resistencia que as partes

visinhas da antepara.

Onde as cavernas ou os vãos atravessarem um convez estanque ou uma antepara, esse convez ou essa antepara será feita com estrutura estanque, sem o emprego de cimento ou madeira.

(3) Não é obrigatória a prova dos compartimentos principais attestando-os com agua.

Será feito um exame completo por um inspector; e, como complemento, far-se-á em todos os casos uma prova de esguicho.

(4) O compartimento de equilibrio a vante será submettido a uma dagua, cujo nível elevar-se-á até a linha de carga maxima de compartimentagem.

(5) Os fundos duplos, inclusive as quilhas tubulares e o forro interior serão submettidos a uma carga de agua cujo nível irá até a linha de margem.

(6) Os tanques destinados aos liquidos e que formam parte da compartimentagem do navio, soffrerão uma prova de incommunicabilidade com agua até a linha de carga maxima de compartimentagem ou uma carga correspondente aos dous terços do pontal, medido da parte superior da quilha, á linha de margem, na zona dos tanques, tomando-se a maior dellas; comtudo, a carga de prova não deve ser, em caso algum, inferior a 0m,92 (e pés) acima da parte superior do tanque.

### *Regra IX*

#### Abertura nas anteparas estanques

(1) O numero de aberturas nas anteparas estanques será reduzido ao minimo compativel com o arranjo geral e os serviços proprios do navio; essas aberturas devem receber dispositivos de fechamento satisfactorio.

---

(1) Si o numero dessas portas for maior que cinco, todas as portas estanques de corrediça deverão ser manobradas por meio de uma fonte de energia e ser fechadas simultaneamente de um posto de manobra situado no passadiço, procedendo-se por um signal sonoro, o fechamento dessas portas.



(2) a) No caso das anteparas estanques serem atravessadas pelos encanamentos, embornas, conductores electricos, etc., deverão ser adoptados dispositivos afim de manter-se a integridade da incommunicabilidade dessas anteparas.

b) Não será permittida a installação de valvulas de correção nas anteparas estanques.

(3) a) Não deve existir nem porta, nem abertura de visita, nem orificio algum de accesso;

i) na antepara estanque de collisão, abaixo da linha de margem;

ii) nas anteparas transversaes estanques divisorias entre dous compartimentos de carga contiguos ou então um destes e uma carvoeira permanente ou de reserva, salvo nas excepções especificadas no paragrapho (7) abaixo.

b) A antepara e collisão poderá ser atravessada, abaixo da linha de margem, apenas por um encanamento que se relacione ao liquido contido no tanque de equilibrio, contanto que esse encanamento seja guarnecido com uma valvula de fechamento de rosca, manobrada do convez das anteparas e cujo corpo seja fixo por dentro do tanque e na antepara de collisão.

(4) a) As portas estanques installadas nas anteparas entre as carvoeiras permanentes e de reserva, deverão ser sempre accessiveis, salvo na excepção prevista na alinea 9 (b) para as portas das carvoeiras dentre convez.

---

(II) Si o numero dessas portas não exceder de cinco:

i) si o numero de criterio não exceder de 30, todas as portas estanques de correção poderão ser manobradas a mão somente;

ii) si o numero de criterio exceder de 30 e não passar de 60, todas as portas estanques de correção poderão ser, ou se fechando por gravidade e munidas de um escape e engrenagem manual operada na porta e de cima do convez das anteparas, ou manobradas por meio de motor;

iii) si o numero de criterio exceder de 60, todas as portas estanques de correção serão accionadas por motor.

b) Dispositivos satisfactorios deverão ser feitos por meio de telas ou outro meio qualquer, afim de evitar-se que o carvão impeça o fechamento das portas estanques das carvoeiras.

(5) Nos compartimentos das machinas, excepção feita das portas das carvoeiras e dos tunnels das helices, não se poderá installar mais do que uma porta em cada antepara transversal principal para communição entre compartimentos. Estas portas deverão ser collocadas de modo que suas soleiras sejam praticamente tão altas quanto possível.

(6) a) Os unicos typos de portas estanques admissiveis são as de dobradiças, as de corrediça e as de outros modelos equivalentes, excluindo-se as de chapas fixas apenas por parafusos.

b) as portas de dobradiça deverão ser equipadas com borboletas manobradas de cada face da antepara.

c) As portas de corrediça podem ser de deslocamento vertical ou horizontal. Si forem apenas movidas a mão, o mecanismo deverá ser accionado na propria porta e também de um ponto accessivel situado sobre o convez das anteparas.

d) As portas que devem ser fechadas pelo seu peso proprio ou pela queda de um peso, devem possuir um dispositivo conveniente para regularizar seu fechamento; esse mecanismo deve permittir a manobra de um ponto na porta ou de cima, sobre o convez das anteparas. Deve ser do mesmo modo installado um commando a mão para permittir a manobra da porta junto á mesma ou de cima, sobre o convez das anteparas; enfim, o mecanismo da porta deve, quando desligado para mover a porta, estar em condições de ser ligado rapidamente quer de um, quer de outro ponto de manobra.

e) Si a porta tiver de ser operada mecanicamente de um controle central, o mecanismo deve ser disposto de modo a permittir o commando da porta em um ponto junto da mesma. A porta deverá fechar-se automaticamente si, depois de ter sido fechada pelo controle central, for aberta neste ponto proximo da porta.

Emfim toda a porta manobrada por uma fonte de energia deve possuir um commando a mão, manobrado no local, e de um ponto accessivel acima do convez das anteparas.

f) As portas de todas as categorias devem possuir indicadores de abertura, permitindo verificar-se de todos os postos de commando, além daquelle que se acha no local, si a porta está aberta ou fechada.

(7) a) As portas estanques, de dobradiça, nos compartimentos destinados aos passageiros, guarnição e logares de trabalhos, são sómente permittidas com a condição de que sejam installadas acima de um convez; a parte inferior do qual, em seu ponto mais baixo, na borda, se ache no minimo a 2.13 metros (7 pés) acima da linha de carga maxima; essas portas não serão permittidas em espaços abaixo desse convez.

b) As portas estanques de dobradiças, de construcção satisfatoria, poderão ser installadas nas anteparas divisorias de compartimentos de carga, em espaços entre convezes, em altura que seja permittida para as portas dos compartimentos de carga, conforme as prescripções encontradas na Regra X (11). Essas portas devem ser fechadas antes da partida e assim mantidas durante toda a viagem; a hora de sua abertura, na chegada do porto, e a de seu fechamento, antes da partida do porto, devem ser escriptas no livro de quartos de bordo. Quando se propuzer a installação de portas dessa natureza, seu numero e os detalhes de seus dispositivos serão objecto de um exame especial da Administração, e será requisitada uma declaração dos armadores que essa installação é uma necessidade absoluta do serviço.

(8) Todas as outras portas estanques devem ser de corrediça.

(9) a) Quando qualquer porta estanque que possa ser aberta no mar, excepção feita das de entrada dos tunneis, e quando essa porta for installada nas anteparas estanques transversaes principaes, em tal altura que sua soleira fique abaixo da linha de carga maxima, serão applicadas as regras seguintes:

b) si houver, entre as carvoeiras situadas nos espaços entre os convezes abaixo do convez das anteparas, portas que devam ser occasionalmente abertas, no mar, para a manobra do carvão, essas portas devem ser accionadas por motor. A abertura e o fechamento dessas portas deverão ser mencionados no livro de quartos de bordo;

c) o emprego duma fonte de energia é igualmente exigido para a manobra das portas installadas na passagem dos conductos das camaras frigorificas, si esses conductos atravessarem mais duma antepara transversal principal estanque e si as soleiras dessas portas estiverem situadas a menos de 2,13 metros (7 pés) acima da linha de carga maxima.

10. O emprego de chapas desmontaveis nas anteparas não será permittido, com excepção feita dos compartimentos das machinás. Essas chapas deverão sempre se encontrar no logar antes da partida do navio e não deverão ser removidas no mar, excepto em caso de necessidade urgente. As precauções necessarias serão tomadas no momento de sua collocação de modo a obter-se uma junta estanque.

11. Todas as portas estanques, deverão ficar fechadas durante a viagem, excepto quando abertas necessariamente para os trabalhos de bordo, e deverão ficar sempre promptos para seu fechamento immediato.

12. Quando conductos ou tuneis, para o accesso do alojamento da guarnição ás praças das caldeiras, ou para encaamentos ou outro fim qualquer, atravessarem as anteparas estanques transversaes principaes, esses conductos ou tuneis devem ser estanques e satisfazer ás prescripções da Regra XII. O accesso, pelo menos a uma das extremidades, desses tuneis ou tambores, si fôr usado como passagem do mar, deve ser realizado por um conducto estanque tendo uma altura sufficiente para que sua parte superior fique acima da linha de margem. O accesso á outra extremidade do conducto ou tunnel deve ser feito por meio duma porta estanque do typo exigido pela sua locação no navio. Nenhum desses tuneis ou conductos deve atravessar a primeira antepara de sub-divisão a ré da antepara de collisão.

Quando se propuzer a installação de tuneis ou conductos para tiragem forçada, furando as anteparas transversaes estanques, estas receberão uma consideração especial da Administração.

#### *Regra X*

**Aberturas no costado, abaixo da linha de margem.**

1. O arranjo e a efficiencia dos meios para o fechamento de qualquer abertura no costado do navio deverão corréponder ao fim a ser realizado, á posição na qual é praticada e

deverão ser, de um modo geral, satisfactorios ás exigencias da Administração.

2. a) si, no espaço entre convezes, a margem inferior da abertura duma portinhola qualquer, estiver abaixo duma linha traçada no costado, parallelamente ao convez das anteparas e tendo seu ponto mais baixo a 2 1/2 por cento da bocca do navio acima da linha de carga maxima, todas as aberturas no espaço entre esses convezes devem ser de typo fixo e fechado;

b) si, no espaço entre convezes, as soleiras de qualquer abertura do costado que não seja a de typo fixo e fechado, conforme a alinea a acima referida, estiverem abaixo duma linha traçada no costado, parallelamente ao convez das anteparas e tendo seu ponto mais baixo a 3 metros 66 (12 pés) mais 2 1/2 por cento da bocca do navio, acima da linha de carga maxima, todas as aberturas no espaço entre esses convezes serão construidas de tal modo que ninguém possa abri-las, sem autorização do commandante do navio;

c) as outras aberturas podem ser de qualquer typo de abertura commum;

d) si, no espaço entre convezes, as soleiras de qualquer abertura do costado, tal como considerada na alinea b acima, estiver abaixo duma linha traçada no costado, parallelamente ao convez das anteparas e tendo seu ponto mais baixo a 1 metro 37 (4 1/2 pés) mais 2 1/2 por cento da bocca do navio acima da fluctuação do navio correspondente á da partida do porto, todas as aberturas no espaço entre esses convezes serão fechadas á chave, de modo estanque, e não deverão ser abertas durante a viagem.

As horas de abertura dessas portinholas, no porto, e as de seu fechamento á chave, antes da partida, serão annotadas no livro de quartos do navio.

A Administração póde indicar o calculo médio limite para o qual as aberturas em questão terão suas soleiras acima da linha definida no paragrapho presente e no qual será permitido abri-las no mar, sob a responsabilidade do Commandante.

Nos mares tropicaes, e occasião de bom tempo, esse calado poderá ser augmentado de 305 millimetros (1 pé).

3. Vigias interiores de vidro, com dobradiças, dispostas de modo que possam ser facil e effectivamente fechadas e mantidas estanques, deverão ser installadas em todas as aberturas do costado:

- a) que devem ser regulamentarmente fixas;
- b) que sejam situadas a um oitavo do comprimento do navio, a partir da perpendicular avante;
- c) que sejam installadas nas posições definidas no sub-paragrapho 2, b;
- d) que não sejam accessiveis durante a viagem;
- e) que sejam installadas nos espaços destinados á accommodation dos marinheiros e foguistas;
- f) que sejam installadas nos espaços destinados á accommodation dos passageiros das cobertas.

4. As aberturas installadas abaixo do convez das anteparas, com excepção das que foram mencionadas no paragrapho precedente, devem ser equipadas com vigias interiores e efficientes, de vidro, as quaes podem ser portateis e arrumadas em logar adjacente a essas aberturas.

5. As aberturas do costado e suas vigias de vidro, que não forem accessiveis durante a viagem, deverão ser fechadas e condemnadas antes da partida do navio para o mar.

6. Nenhuma abertura do costado deverá ser installada em qualquer espaço apropriado exclusivamente para carga ou carvão.

7. As aberturas do costado, para ventilação automatica, não deverão ser installadas abaixo da linha de margem, sem uma sancção especial da Administração.

8. Todas as tomadas e descargas no costado deverão ser dispostas de tal modo que evitem a admissão accidental de agua a bordo.

9. O numero de embornaes, descargas sanitarias e outras aberturas semelhantes no costado, deverá ser reduzido ao minimo, fazendo-se com que cada orificio de descarga sirva para o maior numero de encanamentos sanitarios e outros, ou duma outra maneira satisfactoria.

10. As descargas através do costado, vindo dos espaços abaixo da linha de margem, deverão ser providas de meios efficientes e accessiveis para evitar que a agua se introduza

ao navio. E' permittido ter, para cada descarga separada, quer uma valvula automatica de não retorno, provida dum meio de fechamento directo, manobrando de cima do convez das anteparas, quer, alternativamente, duas valvulas automaticas de não retorno, sem esses meios, estando a valvula superior situada de tal modo acima da linha de carga maxima que seja sempre accessivel para exame, nas circumstancias normaes do serviço.

Quando forem empregadas valvulas de fechamento directo, as posições de manobra acima do convés das anteparas deverão ser sempre accessiveis e ter meios de indicar se estão fechadas ou abertas.

11. As portinholas para passageiros, carga e carvão installadas abaixo da linha de margem deverão ter resistencia sufficiente. Deverão ser efficaçmente fechadas e estanques antes da partida do navio para o mar, e permanecer fechadas durante a viagem.

12. As aberturas interiores das dalas dos cinzeiros, do lixo, etc., deverão ser providas duma cobertura efficaç.

Si a abertura interior estiver situada abaixo da linha de margem, a cobertura deverá ser estanque, e deve-se, além disso, installar na dala uma valvula automatica de não retorno, em posição facilmente accessivel acima da linha de carga maxima. Quando a dala não estiver em uso, tanto a cobertura como a valvula, deverão ser mantidas fechadas e firmes em seu logar.

## REGRA XI

Construcção e provas iniciaes das portas estanques, vigias, etc.

1. O projecto, os materiaes e a construcção das portas estanques, vigias, portinholas de passageiros, carga e carvão, valvulas, encanamentos, dalas de cinza e lixo referidos neste Regulamento, deverão estar de accordo com as exigencias da Administração.

2. Toda porta estanque deve ser submettida a uma prova de pressão d'agua correspondente a uma altura d'agua até a linha de margem. A prova deverá ser feita antes do navio entrar em serviço, antes ou depois que a porta fôr installada.

## REGRA XII

Construcção e provas iniciaes dos convezes estanques, conductos, etc.

1. Os convezes, conductos, tunneis, quilhas tubulares e conductos de ventilação, quando forem estanques, deverão apresentar a mesma resistencia que a das partes correspondentes das anteparas estanques. O meio usado para tornal-as estanques e os dispositivos adoptados para o fechamento das aberturas deverão estar de accordo com as exigencias da Administração. Os conductos e os tambores estanques de ventilação deverão ser levados no minimo até a linha de margem

2. Depois de promptos, os convezes estanques deverão ser submettidos a uma prova de mangueira ou de alagamento e os conductos estanques, tunneis e ventilladores, a uma prova de mangueira.

## REGRA XIII

Manobras e inspecções periodicas das portas estanques, etc.

Em todos os navios novos ou existentes deve-se fazer semanalmente exercicio de manobra dos órgãos de fechamento estanque das portas, aberturas, cinzeiros e dâlas.

Nos navios cuja duração de viagem exceder de uma semana, deverá ser feito um exercicio completo antes da partida do porto, seguido de outros, no minimo, uma vez por semana durante a viagem; comtudo, as portas cuja manobra acarreta o emprego duma fonte de energia e as portas de doradiça das anteparas transversaes principaes devem ser manobradas quotidianamente, quando forem utilizadas no mar.

As portas estanques e todos os mecanismos e indicadores que a ellas se relacionam, assim como todas as válvulas cujo fechamento é necessario para garantir as propriedades estanques dum compartimento, devem ser periodicamente inspecccionados no mar, pelo menos uma vez por semana.



# **REGRA XIV**

## **Entradas no livro de quartos**

Em todos os navios novos e existentes, as portas e dobradiças, chapas portateis, aberturas do costado, portinholas de passagem dos passageiros, da carga e do carvão, que, por este Regulamento, tiverem de permanecer fechadas durante a viagem, deverão ser fechadas antes da partida do navio. A hora do fechamento e a da abertura (si fôr permittido neste Regulamento), serão registradas no livro de quartos.

Serão registrados tambem no livro de quartos todos os exercicios e inspecções requeridos pela Regra XIII, mostrando-se explicitamente qualquer defeito que se possa encontrar

# **Regra XV**

## **Fundos duplos**

(1) Os navios tendo um comprimento minimo igual a 61 metros (200 pés) e inferior a 76 metros (249 pés) devem receber um fundo duplo, estendendo-se no minimo do compartimento das machinas até a antepara de collisão avante, ou tão proximo a esta quanto possivel.

(3) Os navios tendo um comprimento igual ou superior a 100 metros (330 pés) devem receber um fundo duplo á meia não, estendendo-se ás anteparas extremas de vante e de ré, ou tão proximo dellas quanto possivel.

(4) Onde fôr requerida a installação dum fundo duplo o forro interior será levado até o chapeamento externo de tal maneira que se proteja o encolamento do navio.

Tal protecção será tida como satisfactoria se a linha de intersecção da aresta exterior da chapa marginal com a chapa do costado não fôr mais baixa, em qualquer ponto, do que um plano horizontal que passe pelo ponto de intersecção com a caverna a meia não duma linha diagonal transversal inclinada de 25 grãos relativamente á linha da base e cortando-a num ponto situado a uma distancia igual á metade da bocca moldada, a partir da linha mediana do navio.

(5) Os poços construidos no fundo duplo e relativos aos dispositivos de esgoto, não deverão se estender para baixo

mais do que o necessario, nem deverão estar a menos de 457 millímetros (18 pollegadas) do chapeamento externo ou da aresta interior da chapa marginal. Comtudo, nos navios de helices, é permittido um poço estendendo-se até o chapeamento externo, na extremidade de ré do tunnel do exito propulsor.

### *Regra XVI*

#### *Anteparas resistentes ao fogo*

Os navios deverão receber acima do convez principal, anteparas resistentes ao fogo, as quaes deverão ser continuas dum bordo ao outro do navio e dispostas de accordo com as exigencias da Administração.

Deverão ser construidos de metal ou de outro material resistente ao fogo, efficazes de modo a evitar, durante uma hora, nas condições para as quaes as anteparas são installadas no navio, alastrar-se o fogo que gere uma temperatura de 815°C (1.500° F) na antepara.

Os dentes, recessos e os meios de fechamento de todas as aberturas nessas anteparas deverão ser resistentes contra o fogo e estanques para as chammass.

A distancia média entre duas anteparas adjacentes e resistentes contra o fogo, em qualquer superstructura não deverá, dum modo geral, exceder de 40 metros (131 pés).

### *Regra XVII*

#### *Aberturas do costado e outras, etc., acima da linha de margem*

(1) As aberturas do costado, as portinholas de passageiros, carga e carvão e os outros dispositivos para o fechamento das aberturas no costado do navio, acima da linha de margem, deverão ser officialmente projectados e construidos, tendo resistencia sufficiente relativamente aos compartimentos em que forem installados e suas posições referidas á linha de carga maxima.

(2) O convez principal ou um convez acima deste deverá ser á prova de tempo, no sentido de que, nas condições ordinarias do mar, a agua não penetre em direcção para baixo.

Todas as aberturas no convez exposto ao tempo deverão receber coberturas de altura ampla e resistente, e deverão ser equipadas com meios efficientes para serem rapidamente fechadas á prova de tempo.

(3) Descargas para o mar ou embornaes deverão ser installados onde fôr necessario para esgotar rapidamente toda a agua que caia sobre o convez, em qualquer condição de tempo.

### *Regra XVIII*

#### Esgotamento dos compartimentos estanques

(1) Nos compartimentos dos passageiros e da guarnição, deverão ser installados dispositivos práticos de sahida dos occupantes para o convez, de cada compartimento estanque.

(2) Deverão ser installados dispositivos práticos de sahida da guarnição de cada praça de machinas, tunnel do eixo propulsor, porões e outros compartimentos de trabalhos, independentes das portas estanques.

### *Regra XIX*

#### Dispositivos das bombas

(1) Os navios deverão receber uma installação efficiente de bombas, capaz de esgotar qualquer compartimento estanque sob qualquer condição prática e depois duma casualidade, quer o navio esteja adernado ou não. Para este fim, serão geralmente necessarias succões lateraes, excepto nos compartimentos estreitos dos extremos do navio. Quando houver um chapeamento interior muito junto ao chapeamento externo, no bojo do navio, deverão ser adoptados dispositivos pelos quaes a agua do compartimento possa encontrar caminho para os tubos de succão. Deverão ser adoptados meios efficientes para esgotar a agua dos porões isolados.

(2) Além da bomba ordinaria do porão, accionada pelas machinas motoras, ou bomba equivalente da praça de machinas, deverão ser installadas duas bombas independentes de porão, excepto nos navios de comprimento menor do que 91.5 metros (300 pés), tendo um numeral de criterio menor do que 30, onde duas bombas manuaes efficientes do typo de mani-

vella installadas uma avante e uma a ré, ou uma bomba portátil a motor, poderão ser substituídas por uma das bombas de porão adicionadas independentes.

As bombas do serviço sanitario, do lastro liquido e dos serviços geraes poderão ser acceitas como sendo bombas de porão, a motor, independentes si forem equipadas com as ligações necessarias ao systema de esgoto do porão.

(3) Onde forem requeridas duas ou mais bombas a motor independentes, o arranjo deve ser tal que no minimo uma bomba a motor será disponivel para o emprego em todas as circumstancias ordinarias, nas quaes um navio possa ser alagado no mar.

Uma das bombas a motor deverá, portanto, ser uma bomba de emergencia, dum typo submersivel, de bom funcionamento.

(4) Onde fôr possivel, as bombas a motor de porão deverão ser collocadas em compartimentos estanques separados, dispostos e situados de tal maneira que esses compartimentos não possam ser promptamente alagados pela mesma avaria. Si as machinas e caldeiras estiverem em dois ou mais compartimentos estanques, as bombas disponiveis para o serviço dos porões deverão ser distribuidas por esses compartimentos, tanto quanto possivel.

(5) Com excepção das bombas que possam ser suppridas apenas para os compartimentos de equilibrio, quer sejam operadas a mão, quer a motor, deverão ser dispostas de modo a esgotar a agua de qualquer porão ou compartimento de machinas do navio.

(6) Cada bomba independente de porão, a motor, deverá ser capaz de dar uma velocidade á agua, atravez o collector principal, nunca inferior a 122 metros (400 pés) por minuto, e deverá ter uma sucção directa separada, no compartimento em que estiver situada, com um diametro nunca menor do que o do collector principal. As sucções directas de cada bomba independente de porão, a motor, deverão ser dispostas de cada bordo do navio.

(7) As bombas principaes de circulação deverão ter ligações para sucção directa, suppridas com valvulas de não retorno, no nivel de esgoto mais baixo do espaço das machinas,

e com um diametro no minimo igual a dois terços do diametro do encanamento principal de admissão do mar. Onde o combustivel fôr ou puder ser carvão, e não houver antepara cstanque entre as machinas e caldeiras, deverá ser installada uma descarga directa para o mar, no minimo em uma bomba principal de circulação ou, alternativamente, uma derivação poderá ser installada na descarga da circulação.

(8) a) — As canalizações das bombas destinadas a esgoto dos compartimentos de machinas ou porões de mercadorias devem ser inteiramente distinctas das tubulações destinadas ao enchimento ou esgoto dos tanques de agua e oleo;

b) não se deve empregar canalizações de chumbo passando por baixo de carvoeiras ou tanques de oleo, ou por dentro dos compartimentos de machinas e caldeiras, nem tão pouco atravez das praças dos motores que contiverem bombas a oleo ou tanques de decantação.

(9) A Administração deve estabelecer regras para o calculo da caixa collectora — principal e respectivas ramificações que deverão ser proporcionadas ás dimensões do navio e ás dos compartimentos a esgotar.

(10) A disposição das caixas (espaço) collectoras e das canalizações das bombas deve ser tal que a agua não possa passar do mar ou dos tanques de lastro para dentro dos compartimentos de machinas ou porões de mercadorias, nem de um compartimento para outro. Deve-se tomar medidas especiaes para evitar que, algum porão que tenha communicação com as caixas collectoras ou com os tanques de lastro, possa ser inadvertidamente communicado com o mar quando o mesmo contiver carga, ou esgotado, atravez dessas mesmas caixas, quando elle contiver agua como lastro.

(11) Deve-se tomar medidas para evitar que um compartimento que tenha ligações com as caixas collectoras, venha a ser alagado em consequencia de avaria nas tubulações, seja por encalhe ou collisão em qualquer outro compartimento. Para isto, se o tubo de aspiração passar muito perto do costado do navio, ou da quilha, deverá ser collocado de modo a serem sempre accessiveis em condições normaes.

Deve achar-se de tal maneira disposto que, no caso de alagamento, possa-se sempre communicar as bombas de emer-

gencia com qualquer compartimento. Se existir apenas uma rede de canalização commum a todas as bombas, os suspiros e valvulas necessarios á operação de esgoto devem ser manobrados de fóra do compartimento estanque. Se, porém, além da installação principal de esgoto, houver uma outra installação de emergencia, ellas devem ser inteiramente independentes e dispostas de tal maneira que a bomba de emergencia, em caso de alagamento, possa esgotar qualquer compartimento.

#### NAVIO A MOTOR

A installação de esgoto dos porões dos navios a motor, tanto quanto possivel, deve ser semelhante á dos navios a vapor das mesmas dimensões, excepto no que se refere ás bombas de circulação.

#### *Regra XX*

##### Inversão de marcha

Na inversão de marcha, as machinas devem desenvolver uma potencia capaz de garantir ao navio, em qualquer circumstancia, todas as suas qualidades manobreiras.

#### *Regra XXI*

##### Apparelho auxiliar de governo

Os navios devem possuir um aparelho auxiliar de governo que póde ser de potencia inferior á do aparelho principal; não é necessario ser accionado por vapor ou qualquer outra fonte de energia, desde que se possa fazer dispositivos apropriados para a manobra manual.

#### *Regra XXII*

##### Inspecções iniciaes e subsequentes dos navios

1) Todo navio, novo ou não, deve ser submettido ás inspecções abaixo:

- a) uma inspecção antes do navio entrar em actividade;
- b) uma inspecção annualmente;
- c) inspecções supplementares, sempre que fôr necessario

2) As inspecções acima referidas devem ser levadas a effeito da seguinte maneira:

a) A *inspecção antes do navio entrar em actividade* deve comprehender um exame completo do casco, equipamento e machinas em geral, além de uma vistoria de suas obras vivas e da parte interna e externa das caldeiras. Esta inspecção deve ser tal que garanta que a disposição material e structural do casco, caldeiras e seus accessorios, machinas principaes e auxiliares, appparelhos de salvamento e outros equipamentos, preencham inteiramente os preceitos da presente convenção e as instrucções para a sua applicação baixadas pelo Governo do paiz a que pertence o navio, para a especie de serviço para o qual o mesmo é destinado.

Esta inspecção tem igualmente como objectivo garantir que a construcção de todas as partes do navio e de seu equipamento satisfazem completamente.

b) A *inspecção annual* comprehende um exame de conjuncto do casco, caldeiras, machinas e equipamento além de um vistoria completa das obras vivas do navio. Esta inspecção tem como objectivo assegurar que o navio, no que diz respeito ao casco, caldeira e accessorios, machinas principaes e auxiliares, equipamento e appparelhos de salvamento, está em estado satisfactorio de conservação para o serviço que lhe é destinado e de accordo com as exigencias da presente Convenção e com as instrucções baixadas a respeito pelo Governo do paiz ao que o mesmo pertencer.

c) A *inspecção geral ou parcial*, conforme exijam as circumstancias, deve ser feita em caso de accidente, ou sempre que se descubra um defeito que affecte a segurança do navio, a efficiencia e a perfeição dos seus appparelhos de salvamento e outros equipamentos e sempre que tiverem de ser levados a effeito reparos importantes ou modificações. Esta inspecção tem por fim assegurar que todos os reparos e modificações necessarios foram effectuados em boas condições, que o material utilizado e mão de obra empregada satisfazem completamente e que o navio responde, sobre todos os sentidos as prescripções da presente convenção e as instrucções baixadas pelo Governo do paiz ao que o mesmo pertencer.

3) As instrucções de detalhe a que se refere o paragra-pho 2º devem fixar as exigencias para as provas hydraulicas, iniciaes e subsequentes, a que devem ser submettidas as caldeiras principaes e auxiliares, seus accessorios, tubulações de vapor, reservatorios de alta pressão e os intervallos entre duas provas consecutivas.

As caldeiras principaes e auxiliares, seus accessorios, tanques e reservatcrios, assim como as tubulações de vapores de mais de tres pollegadas (76 m/m) de diametro interno devem ser satisfactoriamente provadas á pressão hydraulica antes de serem postas em serviço. Os tubos de vapor de mais de tres pollegadas (76 m/m) devem ser submettidos á pressão hydraulica periodicamente.

### **Regra XXIII**

#### **Conservação depois da inspecção**

Depois de inspeccionado o navio, segundo o que prescreve a Regra XXII, não se poderá fazer nelle nenhuma alteração na sua disposição, machinas, equipamentos, etc., já aprovados, sem o consentimento da administração.

### **APPARELHOS DE SALVAMENTO**

### **Regra XXIV**

#### **Tipos regulamentares em embarcações**

Os tipos regulamentares de embarcações obedecem á seguinte classificação:

Classe I — Embarcações salva-vidas de costado rigido, tendo: a) apenas fluctuadores internos, b) fluctuadores internos e externos.

Classe II — a) Embarcações abertas com fluctuadores internos e externos com a parte superior do costado compressivel, b) Embarcações com convez e de anteparas estanques que podem ser fixas ou compressiveis.

Nenhuma embarcação póde ser posta em serviço se a sua fluctuabilidade depende de prévio ajustamento de uma das principaes partes do casco ou se a sua capacidade cubica é inferior a 3m,35 (equivalente a 125 pés cubicos).



7 Nenhuma embarcação pôde ser admittida se o seu peso, em plena carga com pessoas e equipamentos excede a 20.300 kilogrammas (20 toneladas inglezas).

### Regra XXV

#### Embarcações de salvamento da classe I

As embarcações da Classe I devem ter uma curvatura (sheer) pelo menos igual a 4 por cento do seu comprimento.

Os caixões de ar das embarcações salva-vidas da Classe I devem ser dispostos de maneira a garantir a estabilidade da embarcação em plena carga e em circumstancias desfavoraveis de tempo. Nas embarcações lotadas para 100 ou mais pessoas, o volume dos fluctuadores deve ser augmentado a criterio da Administração.

As embarcações salva-vidas da Classe I devem, além disso, satisfazer as seguintes condições:

a) Embarcações salva-vidas apenas com fluctuadores internos.

A fluctuabilidade de uma embarcação metallica deste typo não deve ser inferior á exigida acima para embarcações de madeira da mesma capacidade cubica; consequentemente o volume dos caixões estanques de ar deve ser conveniente-mente augmentado.

b) Embarcações salva-vidas com fluctuadores internos e externos.

A fluctuabilidade interna de uma embarcação de madeira deste typo deve ser assegurada por caixões estanques de ar com um volume total igual a 7,5 por cento da capacidade cubica da embarcação.

Os fluctuadores externos devem ser de cortiça ou de outro qualquer material equivalente. Não serão admittidos fluctuadores cujo enchimento seja de ar ou constituido por junco, grão de cortiça ou por qualquer substancia granulada sem cohesão propria.

Se os fluctuadores são de cortiça, seu volume, para uma embarcação de madeira, não deve ser inferior a 33 millesimos da capacidade cubica da embarcação; se elles são de um

outro qualquer material, seu volume e distribuição devem ser taes que a fluctuabilidade e estabilidade da embarcação não sejam inferiores ás de uma embarcação semelhante provida de fluctuadores de cortiça.

A fluctuabilidade de uma embarcação metallica não deve ser inferior á exigida para uma embarcação de madeira da mesma capacidade cubica; consequentemente o volume dos caixões estanques de ar e dos fluctuadores externos deve ser augmentado convenientemente.

### *Regra XXVI*

#### Embarcações da classe II

As embarcações da Classe II devem satisfazer as seguintes condições:

a) Embarcação aberta com fluctuadores internos e externos com a parte superior do costado compressivel.

Uma embarcação deste typo deve ser provida ao mesmo tempo de caixões estanques de ar e fluctuadores externos.

O volume total para cada pessoa que a embarcação póde receber deve ter pelo menos, os seguintes valores:

	<i>Decimetros</i>	<i>Pés</i>
	<i>cubicos</i>	<i>cubicos</i>
Caixões estanques	— 43	1.5 —
Fluctuadores externos	— 6	0,2 —
(si de cortiça)	—	

Os fluctuadores externos podem ser de cõrtiça ou de outro qualquer material de igual efficiencia. Não são admitidos fluctuadores de ar ou constituidos de junco, grãos de cortiça ou qualquer outra substancia granulada e sem cohesão propria.

Si elles são de outro qualquer material, seu volume e distribuição devem ser taes que a fluctuabilidade e a estabilidade da embarcação não sejam inferiores ás de uma embarcação semelhante provida de fluctuadores de cortiça.

Uma embarcação metálica deste tipo deve ser provida de fluctuadores internos e externos que lhe assegurem uma fluctuabilidade pelo menos igual á de uma embarcação de madeira.

A borda livre mínima das embarcações desse tipo é determinada de accordo com o seu comprimento e deve ser medida, á meia náu, com a embarcação carregada, verticalmente no costado, desde o nível da água até ao tope da parte sólida do casco.

A borda livre em água doce não deve ser inferior aos seguintes valores:

<i>Comprimento da embarcação de salvamento</i>		<i>Borda livre mínima</i>	
<i>Metros</i>	<i>Pés</i>	<i>Milímetros</i>	<i>Pollegadas</i>
7.90	26	200	8
8.50	28	225	9
9.15	30	250	10

A borda livre das embarcações de comprimentos intermediários obtém-se por interpolação.

A parte compressível deve ser estanque.

b) Embarcações com convez, e de bordas estanques que podem ser fixas ou compressíveis.

(i) Embarcações de castello e tombadilho.

A parte baixa do convez, entre o castello e o tombadilho, (well deck), deve ter uma área nunca inferior a 30 por cento da área total do convez. A sua altura acima da linha de fluctuação em plena carga deve ser igual a meio por cento do comprimento da embarcação, ou a um e meio por cento do comprimento desse convez.

A borda livre de uma embarcação deste tipo deve assegurar-lhe uma reserva de fluctuabilidade, pelo menos de 35 por cento,

(ii) Embarcações de convés corrido — A altura mínima da borda livre das embarcações deste tipo é independente de seu comprimento e apenas depende de seu pontal.

Este pontal deve ser medido verticalmente na borda, á meia nau, deste a parte superior do convez até a margem inferior da taboa de resbordo, e a borda livre desde a parte

superior do convez até o nível dagua em plena carga, na borda á meia nau.

A borda livre em agua doce não deve ser inferior aos valores abaixo, applicados sem correcção ás embarcações cuja curvatura (sheer) média seja igual a 3 por cento do seu comprimento.

*Profundidade da embarcação de salvamento — Borda livre minima*

<i>Millimetros—Pollegadas</i>			<i>Millimetros—Pollegadas</i>		
310	—	12	70	—	-2 3/4
460	—	18	95	—	-3 3/4
610	—	24	130	—	-5 1/8
760	—	30	165	—	-6 1/2

A borda livre de embarcações de profundidade intermedia obtem-se por interpolação.

Si a curvatura fôr menor do que a padrão, acima referida, a borda livre minima obtem-se addicionando-se aos numeros desse quadro a setima parte da differença entre a curvatura padrão e a média das curvaturas tomadas na prôa e na pôpa, si a curvatura fôr maior que a padrão, ou si o convez tiver alguma curvatura propria, nenhuma redução será applicada á borda livre.

(iii) Todas as embarcações de salvamento, com convez devem possuir meios efficientes para assegurarem o escape-mento da agua.

**Regra XXVII**

**Embarcações a motor**

Uma embarcação a motor fazendo parte do systema de salvamento de um navio, obrigatoriamente ou não, em vir-tude da Regra XXXVI, deve preencher as seguintes condições:

a) satisfazer as prescripções para uma embarcação de salvamento da classe I, e o navio possuir dispositivos conve-nientes para pol-as nagua com rapidez;

b) ser provida do combustivel sufficiente e estar sem-pre em condições de entrar immediatamente em funciona-mento;

c) o motor e seus accessorios devem ser protegidos convenientemente de modo a garantir o funcionamento adiante e atraz em condições desfavoraveis de tempo;

d) a velocidade deve ser, pelo menos, de seis milhas em plena carga e com mar calmo.

O volume dos fluctuadores internos e externos, si estes existirem, deverá ser augmentado de modo a compensar a differença entre o peso do motor, do holophote, da instalação radio-telegraphica e seus accessorios e o peso das pessoas a mais que a embarcação possa accomodar no caso de se retirar estesapparelhos.

#### *Regra XXVIII*

##### Jangada de salvamento

Nenhuma jangada poderá ser admittida em serviço si não satisfizer as seguintes condições:

- a) ser de material e construcção approvados;
- b) ser utilizavel e estavel qualquer que seja o lado sobre o qual fluctue;
- c) ser provida nos dois bordos de uma tela fixa ou movevel de madeira, lona ou outro qualquer material apropriado;
- d) ser contornada de alças solidamente fixadas;
- e) ter resistencia sufficiente para não se avariar quando lançada ou atirada nagua e ser de peso e tamanho tal que torne facil o seu manejo;
- f) possuir pelo menos 85 decimetros cubicos (tres pés cubicos) de caixões de ar ou fluctuadores equivalentes, por pessoa a supportar;
- g) possuir uma superficie, pelo menos, de 3.720 centimetros quadrados (4 pés quadrados) por pessoa e de modo a supportar effectivamente, fóra dagua, todos os occupantes;
- h) ter os caixões de ar ou fluctuadores equivalentes distribuidos nos ou o mais proximo possivel dos bordos, não podendo ser acceito nenhum fluctuador a ar.

#### *Regra XXIX*

##### Objectos fluctuantes

Objectos fluctuantes, como sejam bancos de convéz, cadeiras ou outros objectos, devem ser considerados sob o ponto de vista de fluctuabilidade, como correspondendo a um numero  
Annexo C — 1936 — 17

mero de pessoas que se obtem dividindo-se o numero de kilos de ferro que elles podem supportar em agua doce, por 14.5 (equivalente ao peso em libras dividido por 32), e si precisarem de ar para sua fluctuabilidade, não deverão depender de enchimento por occasião de seu emprego em caso de emergencia.

O numero de pessoas julgado sufficiente para cada objecto será o menos dos numeros obtidos pelo calculo da fluctuabilidade, como foi dito acima, ou dividindo-se o perimetro, expresso em centimetros, por 30.5 (equivalente a 1 pé).

Os objectos approvados devem satisfazer as seguintes condições:

- 1) devem ser de construcção e material adequado;
- 2) devem ser efficientes e estaveis qualquer que seja o lado sobre o qual fluctuem;
- 3) devem ter dimensões, resistencia e peso taes que possam ser manobrados sem o auxilio de meios mechanicos e não se avariem quando fôr necessario arremessal-os nagua do lugar onde os mesmos estão situados;
- 4) os caixões de ar ou fluctuadores equivalentes devem se achar dispostos o mais perto possivel dos objectos fluctuantes.

### **Regra XXX**

#### **Capacidade cubica das embarcações de salvamento da classe I**

1) a capacidade cubica das embarcações dessa classe deve ser determinada pela regra de Stirling (Sinposan) ou por outro methodo qualquer que dê o mesmo gráo de precisão. A capacidade de uma embarcação de pôpa quadrada deve ser calculada como si ella (embarcação) fosse de pôpa pontuada;

2) por exemplo, a capacidade, em metros cubicos (ou pés cubicos), de uma embarcação, calculada pela regra de Stirling, pôde ser considerada como sendo dada pela seguinte formula:

Capacidade = 1 (4 A — 2 B — 4 C) na qual 1 representa

o comprimento da embarcação em metros (ou pés), tomado da parte interna do taboadó ou chapeamento, desde a roda de prôa ao ponto correspondente no cadaste; no caso de uma embarcação de pôpa quadrada, o comprimento é medido até a parte interior do espelho da pôpa.

A, B e C representam respectivamente as áreas das secções transversaes á um quarto da prôa, á meia náu, e a um quarto da pôpa, que correspondem aos tres pontos obtidos dividindo-se 1 em 4 partes iguaes. As áreas correspondentes áa duas extremidades da embarcação são consideradas como despreziveis.

As áreas A, B e C devem ser consideradas como obtidas em metros ou em pés quadrados, applicando-se successivamente a cada uma das tres secções transversaes a seguinte formula:

$$\text{Area} = h \times (a - 4c - 2c - 4d - e)$$

—  
12

na qual  $h$  é o pontal medido em metros (ou em pés) pelo lado de dentro, desde a quilha até o nivel superior da borda e em alguns casos, até um nivel inferior como se mostra abaixo:

$a - b - c - d - e$  - representam as boccas horizontaes em metros ou pés, nas duas partes, superior e inferior, do pontal da embarcação e nos tres pontos obtidos dividindo-se  $h$  em 4 partes iguaes ( $a$  e  $e$  correspondem aos dois pontos extremos e  $c$  ao meio de  $h$ ).

3) se a curvatura na parte superior da borda, medida nos dois pontos situados a um quarto do comprimento, a partir das extremidades, excede de 1 por cento do comprimento da embarcação, deve-se tomar, para o calculo das secções transversaes A ou C o pontal á meia-náu mais 1 por cento do comprimento da embarcação.

4) se o pontal da embarcação á meia-náu fôr maior que 45 por cento da bocca, o que fôr empregado no calculo da secção transversal á meia-náu B deve ser igual a 45 por cento da largura e aquelle a ser empregado no calculo das secções

transversaes — A e C, situados a um quarto do comprimento. avante e a ré, é obtido accrescentando-se ao que fôr usado no calculo da secção B, 1 por cento do comprimento da embarcação, tendo-se em vista que nenhum desses pontaes calculados devem ser maiores do que os reais, nesses pontos.

5) se o pontal da embarcação fôr maior que 122 centímetros (4 pés), o numero de pessoas admittidas pela presente regra deve ser reduzido na proporção de 122 centímetros para o pontal real, até que uma experiencia satisfactoria determine o numero certo de pessoas, munidas de colletes salva-vidas, que a embarcação pode carregar.

6) cada administração deve fixar, por formulas convenientes, o numero maximo de pessoas para as embarcações de extremidade muito agudas e para as de formas bojudas.

7) cada administração tem o direito de attribuir a uma embarcação uma capacidade igual ao producto das tres dimensões por 0,6 se porventura essa formula não der uma capacidade maior do que a obtida pelo methodo acima referido.

As dimensões devem ser medidas da seguinte maneira:

*Comprimento:* — Da intersecção da parte externa do costado com a roda, ao ponto correspondente no cadaste, ou, no caso das embarcações de popa quadrada, até a parte de ré do painel da popa.

*Bocca:* — Entre os lados de fóra das taboas do costado no ponto em que fôr maior a largura da embarcação.

*Pontal:* — A` meia-náu, pelo lado de dentro do costado desde a quilha até a parte superior da borda, mas o pontal usado no calculo de capacidade não deve exceder de 45 por cento da bocca.

O armador tem sempre o direito de exigir que a capacidade da embarcação seja determinada pelas suas exactas medidas.

8) a capacidade de uma embarcação a motor obtem-se deduzindo-se da capacidade bruta o volume occupado pelo motor e seus accessorios, e se acaso possuir, o da installação radio-telegraphica, holophotes e seus pertences.



*Regra XXXI*

Convés das embarcações da classe II

1) a área do convés de uma embarcação deve ser determinada pelo methodo abaixo ou por outro qualquer methodo que dê o mesmo grau de precisão. O mesmo methodo é applicado para se calcular a area entre as bordas fixas de uma embarcação da classe II (a).

a) por exemplo, admitta-se que a superficie em metros ou pés quadrados, de uma embarcação possa ser dada pela fórmula abaixo:

$$\text{Area} = l (2a + 1.5b + 4c + 1.5d + 2e)$$

—  
12

em que *l* é o comprimento em metros ou em pés, da intersecção da parte externa do costado com a roda de proa ao ponto correspondente do cadastro; *a*, *b*, *c*, *d*, *e*, representam as boccas horizontaes em metros ou em pés tomadas entre os lados de fóra do costado, nos pontos que se obtem dividindo *l* em 4 partes iguaes (*a* e *e*) representam as larguras das subdivisões extremas, *c* a de meia náó, e *b* e *d* as das divisões intermediarias.

*Regra XXXII*

Marcação das embarcações, balsas eapparelhos fluctuantes

As dimensões da embarcação e o numero de pessoas que póde carregar oficialmente deverão ser marcados sobre a mesma em caracteres claros e permanentes. Essas marcas deverão ser approvadas em especie pelos officiaes designados para inspeccionar o navio.

As balsas e os apparelhos fluctuadores deverão ser marcados com o numero de pessoas do mesmo modo que as embarcações.

*Regra XXXIII*

Capacidade de transporte dos escaleres salva-vidas

1) O numero de pessoas que qualquer dos escaleres salva-vidas dos typos padrões poderá accomodar é igual ao nu-

mero que se obtem dividindo-se a capacidade do escaler em metros cubicos ou pés cubicos ou a área em metros quadrados ou pés quadrados pela unidade padrão de capacidade ou unidade de superficie, de accordo com as circumstancias abaixo definidas para cada typo.

2) As unidades padrões de capacidade e superficie para a determinação do numero de pessoas são as seguintes:

Unidade de capacidade — Metros cubicos — Equivalente em pés cubicos

Escaleres abertos, Classe I (a).....	0,238	10
Escaleres abertos, Classe I (b).....	0,255	9

Unidade de superficie — Metros quadrados — Equivalente em pés quadrados

Classe II .....	0,325	3.1/2
-----------------	-------	-------

3) A administração poderá acceitar, em lugar de 0.325 ou 3 1/2, conforme o caso, um menor divisor, se verificar, após as provas, que o numero de pessoas para as quaes existem assentos nos escaleres em questão é maior que o numero obtido com o emprego do divisor acima, comtanto que o divisor adoptado em lugar de 0,325 ou 3 1/2, conforme o caso, não seja nunca inferior a 0.280 ou 3.

A administração que acceitar um divisor inferior deverá communicar ás outras administrações detalhes da prova e desenhos do escaler em apreço.

#### *Regra XXXIV*

##### **Limites de capacidade**

1) Nenhum escaler deverá ser marcado para um numero de pessoas superior ao obtido pela maneira especificada neste Regulamento.

Esse numero será reduzido:

1) quando fôr maior que o numero de pessoas para as quaes existam assentos adequados; esse ultimo numero será determinado de tal fórma que as pessoas sentadas não interfiram de fórma alguma com o emprego dos remos;

2) quando, no caso de escaleres que não sejam da Classe I. completamente lotados, a borda livre fôr inferior á borda livre

prevista para cada typo, respectivamente, o numero será reduzido até que a borda livre, quando em lotação completa, seja, pelo menos, igual á borda livre padrão acima prevista.

Nos escaleres da Classe II (b) (i) a parte elevada do convéz, aos lados, póde ser considerada como dando logar para assento.

**Regra XXXV**

**Peso das pessoas e seus equivalentes**

Nas provas para a determinação do numero de pessoas que um escaler ou jangada salva-vidas poderá accomodar, cada uma dessas pessoas será considerada como sendo adulta e provida de cinto salva-vidas.

Para a verificação da borda livre os escaleres içados na tolda serão carregados com o peso minimo de 75 kg. (165 lbs.) para cada pessoa adulta que ellas têm autorização de transportar.

Em qualquer caso, duas crianças de menos de 12 annos serão consideradas como equivalendo a uma pessoa.

**Regra XXXVI**

**Equipamento dos escaleres e jangadas salva-vidas.**

1) O equipamento normal de cada escaler constará de:

a) uma andaina completa de remos, dois remos sobressalentes e um de governo; uma andaina e meia de forquetas ou toleteiras; um cróque;

b) dos bujões para cada boeiro (os bujões não serão necessários quando existirem valvulas automaticas); uma pá e um balde de ferro galvanizado.

c) um leme, uma canna de leme ou meia lua e gualdropes;

d) dois machados;

e) um pharól com oleo e torcida;

f) um ou mais mastros com uma vela boa, pelo menos e o aparelho adequado para cada uma dellas;

g) uma bussola efficaç;

h) um cabo salva-vidas passado por fóra da embarcação.

- i) uma ancora fluctuante;
- j) uma espia;
- k) um vaso com quatro e meio litros (equivalentes a um galão) de oleo vegetal ou animal. O vaso será feito de forma a permittir a facil distribuição do oleo sobre a agua e a sua fixação a uma ancora fluctuante;
- l) um recipiente á prova de ar, contendo um kilogrammo de provisões para uma pessoa;
- m) um recipiente estanque provido de um cantil com fiel de cabo contendo um litro de agua doce para cada pessoa;
- n) uma duzia, pelo menos, de archotes vermelhos dotados de ignição propria e uma caixa de phosphoros em recipientes estanques;
- o) meio kilogrammo de leite condensado para cada pessoa;
- p) um armario fechado proprio para a guarda de pequenos artigos do equipamento;
- q) qualquer escaler com o certificado para transporte de 190 ou mais pessoas será provido de um motor e deverá satisfazer ás exigencias do artigo XXXVII.

O salva-vidas a motor não precisará ter mastro nem velas e nem mais da metade da andaina de remos mas deverá ter dois cróques.

Os escaleres salva-vidas içados na tolda não terão embornal mas serão providos de duas bombas de esgoto pelo menos.

Para o caso de navios empregados no transporte de passageiros no Atlantico Norte, acima de 35° de latitude, só uma parte dos escaleres, parte esta que será fixada pela Administração, precisará ser dotada de mastros e velas e estes escaleres só precisarão levar metade da quantidade de leite condensado.

2) Sempre que o numero de escaleres salva-vidas do navio fôr acima de 13, um delles será a motor e sempre que esse numero ultrapassar de 19, dois serão a motor. Estes salva-vidas a motor serão dotados de installação radio-telegraphica e holophote.

A installação radio-telegraphica deverá satisfazer ás exi-

gencias de alcance e efficiencia a serem estabelecidos pela Administração.

O holophote comprehenderá uma lampada de, pelo menos 80 watts, um reflector efficaz e uma fonte de força que illuminará bem um objecto de coloração clara, de uma largura de 18 metros (60 pés) a uma distancia de 180 metros (200 jardas) durante seis horas e deverá ser capaz de trabalhar continuamente durante tres horas.

Quando a energia para a instalação de radio e de holophote provier da mesma fonte, deverá ser esta sufficiente para o trabalho adequado de ambos osapparelhos.

3) O apparelhamento normal de uma jangada salva-vidas constará de

- a) quatro remos;
  - b) cinco forquetas;
  - c) uma bóia illuminativa de ignição automatica;
  - d) uma ancora fluctuante;
  - e) uma espia;
  - f) um vaso contendo quatro e meio litros (equivalente a um galão) de oleo vegetal ou animal.
- A construcção do vaso deverá permittir a facil distribuição de oleo sobre a agua e a sua fixação á ancora fluctuante;
- g) um recipiente á prova de ar com um kilogrammo (2 libras) de provisões para cada pessoa.
  - h) um recipiente estanque provido de caçamba com fiel de cabo contendo um litro de agua doce para cada pessoa;
  - i) uma duzia, no minimo, de archotes vermelhos, com ignição propria e uma caixa de phosphoros, em recipiente estanque.

4) Quando se tratar de algum navio empregado em cueltas travessias internacionaes, a Administração poderá dispensar os escaleres salva-vidas de transportarem o apparelhamento especificado nos sub-paragraphos (f) (l) e (o) do paragrapho 1º e dos seguintes do paragrapho 2º e poderá tambem, dispensar as jangadas salva-vidas de transportarem o apparelhamento especificado no paragrapho 3º (g).

#### *Regra XXXVII*

Arrumação e manejo dos escaleres e jangadas salva-vidas.

1) De accordo com as condições do artigo XXXVIII, os escaleres salva-vidas poderão ser arrumados uns sobre os ou-

ção, poderão ser arrumados um dentro do outro, mas se fôr-  
tões ou em obediencia a condições impostas pela Administra-  
ção preciso içal-os para lançal-os á agua, as arrumações acima só  
serão permittidas quando existirem dispositivos mecanicos de  
levantamento.

2) Os escaleres e jangadas salva-vidas, além dos escale-  
res collocados sob os içados em turcos, poderão ser arruma-  
dos de bordo a bordo na tolda, passadiço ou pôpa e seguros  
de forma a poderem fluctuar livres do navio caso não haja  
tempo de lançal-os á agua.

3) Os escaleres extra, mencionados no paragrapho 2, em  
numero o maior possivel, deverão poder ser lançados á agua  
em qualquer dos bordos por meio de dispositivos que façam a  
sua transferencia de um bordo para outro.

4) Os escaleres só poderão ser arrumados em mais de  
um convéz sob a condição de se tomar providencias que im-  
peçam que os do convéz inferior possam ser atrapalhados na  
manobra pelos içados no convéz superior.

5) Os escaleres não deverão ser arrumados na prôa do  
navio e nem em qualquer outra posição que os colloquem nas  
proximidades dos propulsores, por occasião do lançamento.

6) Os turcos serão de typo approved e de tal forma dis-  
postos em um ou mais convezes que os escaleres içados nel-  
les possam ser arriados com segurança sem interferencia dos  
outros turcos.

7) Os turcos cadernaes, talhas e qualquer outro appare-  
lhamento deverão ter a necessaria resistencia para arriarem  
com segurança os escaleres completamente lotados de pessoal  
e equipamento, tendo o navio uma banda de 15° para cada  
bordo.

O comprimento das talhas será tal que lhes permitta at-  
tingir a agua estando o navio no menor calado e com uma  
banda de 15°.

8) Os turcos serão dotados de aparelhamento sufficien-  
temente forte para girarem para fora, contra a banda maxima  
em que podem ser arriados os escaleres completamente guar-  
necidos e equipados, mas sem passageiros.

9) Os escaleres içados nos turcos terão as talhas prom-  
ptas para a monobra e deverão ser adoptados meios para sol-

~~tar-se~~ os escaleres das talhas de um modo rapido mas não necessariamente de acção simultanea.

10) Sempre que de um mesmo par de turcos se arriar mais de um escaler, serão empregadas talhas distinctas para cada uma dessas embarcações, se as talhas forem de cabo de manilha; se, entretanto, as talhas, forem de cabo de arame, com dispositivo mecanico para içal-os, não haverá necessidade da adopção de talhas separadas.

Os dispositivos adoptados deverão permittir que os escaleres sejam arriados em successão e com rapidez.

Deverá ser installado um appparelho manual efficaz, para içar as talhas no caso de appparelhamento mecanico.

11) Não serão applicaveis nos navios empregados em curtas travessias internacionaes e nos quaes a altura da tolda dos escaleres acima da linha d'agua, no calado minimo, seja inferior a 4,5 metros (15 pés); as exigencias relativas á resistencia dos turcos e appparelhamento de bôtafora dos subparagraphos 7, 8 e 10.

#### *Regra XXXVIII*

Numero e capacidade dos escaleres, jangadas, salva-vidas, etc. e turcos

1) Os navios serão providos de turcos de accordo com os seus comprimentos segundo o estabelecido na columna "A" da tabella do artigo XXXIX comtanto que não haja necessidade de ser o numero de pares de turcos superior ao numero de escaleres precisos á accomodação de todas as pessoas de bordo.

Cada par de turcos terá içado um escaler da Classe I. Se os escaleres içados aos turcos não offerecerem accomodações em numero sufficiente para todas as pessoas de bordo, serão utilizados escaleres salva-vidas de um dos typps padrões.

Depois de terem estes sido içados serão collocados outros dentro delles, mas a Administração poderá permittir o transporte de jangadas caso as julgue mais promptamente accessiveis ou então mais satisfactorias que estes escaleres para um caso de emergencia comtanto que a capacidade total dos escaleres do navio esteja pelo menos dentro do minimo exigido pela columna "C" do artigo XXXIX. Quando, na opinião

da Administração, não fôr pratico nem razoavel installar-se a bordo o numero de turcos exigidos na columna "A" da taboa do artigo XXXIX, poderá ella autorizar, em condições excepcionaes, uma menor quantidade de turcos, comtanto que esse numero não seja nunca inferior ao minimo fixado na columna "B" e que a capacidade total dos escaleres do navio atinja pelo menos, a capacidade minima exigida pela columna "C".

2) Os navios empregados em curtas travessias internacionaes serão dotados de turcos, em numero proporcional ao seu comprimento, de accordo com o estabelecido na columna "A" da taboa do artigo XXXIX.

Cada par de turcos terá içado um escaler da Classe I.

Se os escaleres içados nos turcos não offerecerem a capacidade cubica minima, especificada na columna "D" da taboa do artigo XXXIX e nem accomodação a todas as pessoas de bordo, serão transportados no navio escaleres salva-vidas extra, de um dos typos padrões, jangadas salva-vidas de trabalho approved ou qualquer outro dispositivo que fluctue e a accomodação assim augmentada deverá ser sufficiente para todas as pessoas de bordo.

Quando, na opinião da Administração, não fôr pratico nem razoavel installar-se nos navios empregados em pequenas travessias internacionaes o numero de turcos exigido pela columna "A" da taboa do artigo XXXIX, poderá ella, em condições excepcionaes permittir a installação de uma menor quantidade de turcos, comtanto que não sejam em menor numero que o minimo fixado na columna "B" da taboa e que a capacidade total dos escaleres do navio atinja, pelo menos, a capacidade exigida na columna "D".

#### **Regra XXXIX**

**Tabella relativa a turcos e capacidade dos barcos salva-vidas**

O quadro seguinte fixa, de accordo com o comprimento do navio:

a) a quantidade minima de pares de turcos a cada um dos quaes deverá ser içado um escaler da Classe I, de accordo com o artigo XXXVIII acima.



b) o menor numero de pares de turcos que poderão ser excepcionalmente autorizados de accordo com o artigo XXXVIII.

c) A capacidade minima exigida dos escaleres salva-vidas, incluindo os içados aos turcos e os escaleres existentes, de accordo com o artigo XXVIII.

d) A capacidade minima dos escaleres salva-vidas exigida dos navios empregados em curtas travessias internacionais.

Nota — a (A) e (B) — Quando o comprimento do navio exceder de 314 metros (1.030 pés) a Administração determinará o numero minimo de pares de turcos para esse navio; detalhes completos e referentes a essa decisão serão enviados ás outras Administrações.

Nota — a (C) e (D) — Para os fins desta taboa obtem-se a capacidade de um escaler da Classe II multiplicando-se o numero de pessoas que o escaler pode transportar segundo o seu registro por 0,283 para se obter a capacidade em metros cubicos e por 10 para a capacidade em pés cubicos.

Nota — a (D) — Quando o comprimento do navio fôr inferior a 31 metros (100 pés) ou superior a 168 metros (550 pés) a capacidade dos escaleres será determinada pela Administração.

#### *Regra XL*

Colletes salva-vidas e boias salva-vidas.

1) O collete salva-vidas deverá satisfazer os seguintes requisitos:

---

Comprimento registrado do navio		(A)	(B)
		Numero minimo de pares de turcos	Menor numero de pares de turcos autorizados excepcionalmente
Metros		—	—
31 a 37	100 a 120	2	2
37 a 43	120 a 140	2	2
43 a 49	140 a 160	2	2
49 a 53	160 a 175	3	3
53 a 58	175 a 190	3	3
58 a 63	190 a 205	4	4
63 a 67	205 a 220	4	4
67 a 70	220 a 230	5	4
70 a 75	230 a 245	5	4
75 a 78	245 a 255	6	5
78 a 82	255 a 270	6	5
82 a 87	270 a 285	7	5
87 a 91	285 a 300	7	5
91 a 96	300 a 315	8	6
96 a 101	315 a 330	8	6
101 a 107	330 a 350	9	7
107 a 113	350 a 370	9	7
113 a 119	370 a 390	10	7
119 a 125	390 a 410	10	7
125 a 133	410 a 435	12	9
133 a 140	435 a 460	12	9
140 a 149	460 a 490	14	10
149 a 159	490 a 520	14	10
159 a 168	520 a 550	16	12
168 a 177	550 a 580	16	16
177 a 186	580 a 610	18	13
186 a 195	610 a 640	18	13
195 a 204	640 a 670	20	14
204 a 213	670 a 700	20	14
213 a 223	700 a 730	22	15
223 a 232	730 a 760	22	15
232 a 241	760 a 790	24	17
241 a 250	790 a 820	24	17
250 a 261	820 a 855	26	18
261 a 271	855 a 890	26	18
271 a 282	890 a 925	28	19
282 a 293	925 a 960	28	19
293 a 303	960 a 995	30	20
303 a 314	995 a 1.030	30	20

- a) será fabricado com material e mão de obra;  
b) deverá poder supportar em agua doce durante;  
c) será reversivel.

(C)		(D)	
Capacidade minima dos escaleros salva-vidas		Capacidade minima dos escaleros salva-vidas	
Metros cubicos	Pés cubicos	Metros cubicos	Pés cubicos
28	980	11	400
35	1.220	17	600
44	1.550	24	850
53	1.880	33	1.150
68	2.390	37	1.300
78	2.740	41	1.450
91	3.330	45	1.600
110	3.900	48	1.700
129	4.560	52	1.850
144	5.100	60	2.100
160	5.640	68	2.400
175	6.190	76	2.700
196	6.930	85	3.000
214	7.550	94	3.300
235	8.290	105	3.700
255	9.000	116	4.100
273	9.630	125	4.400
301	10.650	133	4.700
331	11.700	144	5.100
370	13.060	165	5.500
408	14.430	170	6.000
451	15.920	185	6.550
490	17.310	201	7.100
530	18.720	217	7.650
576	20.350		
620	21.900		
671	23.700		
717	25.350		
766	27.050		
808	28.560		
854	30.180		
908	32.100		
972	34.350		
1.031	36.450		
1.097	38.750		
1.160	41.000		
1.242	43.280		
1.312	46.350		
1.380	48.750		

adequados.

24 horas 7,5 Kg. de ferro (16 1/2 lbs.).

Serão prohibidos os colletes salva-vidas, cuja fluctuabilidade dependa de compartimentagem de ar.

2) A boia salva-vidas deverá satisfazer os seguintes requisitos:

a) será de cortiça macissa ou de qualquer outro material equivalente;

b) deverá poder supportar em agua doce, durante 24 horas, no minimo, 14,5 kg. (32 lbs.) de ferro.

Serão prohibidas as boias cheias de partes de canhão, cortiça granulada ou em fitas ou de qualquer outro material granulado, solto, ou aquelles cuja fluctuabilidade dependa de compartimentagem de ar.

3) O numero minimo de boias salva-vidas que cada navio deve ter está fixado na seguinte tabella:

Comprimento do navio em metros	Equivalente em pés	N. minimo de boias
Até 61 . . . . .	Até 600 . . . . .	8
De 61 a 122, excl.	De 200 a 400, excl.	12
De 122 a 183, excl.	De 400 a 600, excl.	18
De 183 a 224, excl.	De 600 a 800, excl.	24
De 224 para cima..	De 800 para cima..	30

4) Todas as boias serão providas de buçardas firmemente presas.

Uma boia, pelo menos, de cada bordo, será provida de uma retinida de, pelo menos, 27,5 metros (15 fathoms) de comprimento.

Nunca menos da metade do total de boias salva-vidas e, em qualquer hypothese, nunca menos de seis serão dotadas de illuminação automatica, illuminação esta que não poderá se apagar na agua; estes dispositivos de illuminação deverão ser conservados perto das boias a que pertencem, com os necessarios meios de fixação.

5) Todas as boias e colletes salva-vidas deverão ser collocados em pontos de facil accesso ás pessoas de bordo; a sua posição deverá ser claramente indicada para o conhecimento das pessoas interessadas.

As boias salva-vidas deverão se achar dispostas de tal maneira que permittam prompto lançamento e não deverão ter dispositivos de fixação permanente.

*Regra XLI*

Certificado de barqueiros salvadores

Afim de ser obtido o certificado de barqueiro salvador previsto pelo artigo 22 da presente convenção, o candidato deverá provar ter pratica de todas as operações relativas ao lançamento de barcos, e do manejo de todas as operações relativas ao lançamento de barcos, e do manejo dos remos, que possue conhecimentos e pratica do manejo proprio das embarcações, e ainda mais ser capaz de comprehender as ordeus relativas ao serviço de salvamento e de responder ás mesmas.

Deverá haver para cada embarcação ou jangada salva-vidas, uma guarnição de barqueiros salvadores em numero minimo igual ao especificado na tabella seguinte:

Si o numero prescripto da guarnição for:	Numero minimo de barqueiros salvadores com certificados
Menos de 41 . . . . .	2
De 41 a 61 . . . . .	3
De 62 a 85 . . . . .	4
Para mais de 85.....	5

*Regra XLII*

Guarnição das embarcações

Será designado para chefiar cada barco ou jangada de salvação, um official de convez. ou um barqueiro salvador com certificado e um immediato.

O encarregado duma embarcação deverá ter uma relação da respectiva guarnição sob suas ordens assim como verificará si os homens sob suas ordens acham-se identificados com os seus serviços.

Para cada embarcação a motor deverá ser designado um homem que saiba lidar com o motor.

Será designado um homem capaz de lidar com instalações de radio e de projector, para cada embarcação que tenha estes aparelhos.

Um ou mais officiaes ficarão encarregados de verificar as condições da efficiencia para prompta operação dos barcos, jangadas de salvamento, todos os aparelhos fluctuantes e demais dispositivos de salvamento.

### *Regra XLIII*

1) Deverá ser organizado um serviço effectivo de ronda, de modo que possa ser promptamente descoberto qualquer principio de incendio.

Tambem deverá ser installado um systema de aviso de incendio ou de alarme, afim de indicar automaticamente em um ou mais pontos ou estações, de onde poderá ser promptamente observada pelos officiaes e guarnição, a presença ou indicação de incendio em qualquer parte do navio não acessivel ao serviço de ronda.

2) Cada navio deverá ser equipado com poderosas bombas contra incendio accionadas a vapor ou outra qualquer energia. Estas bombas serão em numero de duas para navios inferiores a 4.000 toneladas e em numero de tres para os navios maiores. Cada bomba deverá ter tal capacidade que possa produzir dous fortes jactos simultaneos com quantidade de agua sufficiente, em qualquer ponto do navio, e deverá estar disponivel para o uso immediato antes do navio deixar o porto.

3) Os encanamentos do serviço deverão permittir que dous jactos de agua poderosos sejam dirigidos simultaneamente a qualquer parte de um convez occupado por passageiros e guarnição, quando estiverem fechadas as portas estanques á prova de incendio.

A rede de distribuição e as mangueiras deverão ser de amplas dimensões e confeccionadas de material adequado. Os ramaes da rede de distribuição deverão ser installados em

cada convez de forma a permittir prompta ligação das mangueiras.

4) Para todo espaço destinado a ser occupado por carga, se deverá poder dirigir simultaneamente dous fortes jactos de agua. Providencias serão tomadas para que seja installado um systema fixo de gaz extintor em quantidade tal que o volume do gaz livre seja no minimo equivalente a 30 por cento do volume do maior porão do navio e que possa ser facilmente levado, por meio de encanamento permanente, a cada compartimento de carga do navio.

Nos navios movidos a vapor o gaz extintor poderá ser substituido por vapor em proporção equivalente.

Não será obrigatoria a installação para extincção de incendio, por meio de gaz ou de vapor, nos navios de deslocamento inferior a 1.000 toneladas (gross.).

5) Deverão ser installados em numero sufficiente extintores do typo portatil, sendo no minimo dous em cada compartimento de machinas.

6) Deverá existir a bordo dous equipamentos, consistindo de um capacete ou apparelho respiratorio e de uma lampada de segurança, devendo os mesmos ser encontrados em dous pontos separados.

7) Os navios a vapor, cujas caldeiras sejam aquecidas a oleo combustivel, deverão possuir, além dos dispositivos que permitta, dirigir rapida e simultaneamente dous fortes jactos de agua para qualquer ponto dos compartimentos de machinas, as seguintes installações:

a) distribuidores convenientes, de maneira a projectar agua em forma de chuva sobre o combustivel liquido sem agitação anormal da superficie do mesmo;

b) em cada praça de caldeira, um recipiente contendo 283 decimetros cubicos (10 pés cubicos) de areia, de serra-gem impregnada com soda, ou materiaes seccos approvados, e as respectivas conchas para distribuição dos mesmos;

c) em cada praça de caldeiras, e em cada compartimento de machinas, onde se encontrem partes da installação de combustivel liquido, serão collocados dous extintores portateis de um typo distribuidor ou de um outro elemento

approvado, efficaz em abafar incendio de combustiveis liquidos:

d) de dispositivos, para a producção e distribuição rapida de espuma em toda superficie interior da praça de caldeiras ou de qualquer praça de caldeiras, caso haja mais de uma, ou em todo e qualquer compartimento de machinas onde se encontram bombas de combustivel liquido, ou tanques o decantação. A quantidade de espuma a ser produzida deverá ser sufficiente para cobrir com uma espessura de 15,24 centímetros (6 pollegadas) a superficie total formada pelo chapeamento interno ou pelo chapeamento do costado do navio, no caso de não existir fundo duplo ou tanques de lastro.

Si as praças de machinas e as caldeiras não forem completamente isoladas, e o combustivel possa passar das praças de caldeiras para as de machinas, as praças de caldeiras e as de machinas serão consideradas como sendo um só compartimento.

O aparelho deverá poder ser posto em funcionamento e controlado pela parte exterior do compartimento onde se possa manifestar incendio.

e) Além do precedente, deverá existir um extintor do typo emissor de espuma com uma capacidade minima de 136 litros (30 gallões) nos navios a vapor com uma unica praça de caldeiras, e dous destes extintores nos navios com mais de uma praça de caldeiras.

Estes extintores serão providos de mangueiras cobre tambores e de comprimento sufficiente, de modo que possam alcançar qualquer ponto das praças de caldeiras, e locais onde se encontrem bombas de combustivel. Poderão ser acceitos outros aparelhos de igual efficiencia, em vez dos extintores de 136 litros (30 gallões).

f) Todos os recipientes e as respectivas valvulas pelas quaes são operados, deverão ser facilmente accessiveis e installados de tal modo que não sejam facilmente postos fora de acção, logo no principio do incendio;

g) nos navios movidos por motores de combustão interna, deverão existir em cada compartimento de machinas, além dos dispositivos permittindo obter-se dous fortes ja-

ctos de agua que sejam dirigidos simultaneamente para qualquer ponto das praças das machinas, juntamente com os respectivos distribuidores de agua em forma de chuva, os seguintes extintores de espuma:

a) no minimo um extintor de typo aprovado, com capacidade de 45 litros (10 gallões) e mais um com capacidade de 9 litros (2 gallões) para cada 1.000 B. H. P. de potencia das machinas, comtanto que o numero de extintores de 9 litros (2 gallões) não seja inferior a dous, e não exceda de seis;

b) quando se encontrar installada uma caldeira auxiliar no compartimento de machinas, em substituição do extintor de 45 litros (10 gallões) acima indicado, será installado um com capacidade de 136 litros (30 galões), com os respectivos pertences, ou com outros meios de distribuição da espuma.

9) Em navios a vapor empregando o oleo combustivel, se as praças de machinas não se encontrarem completamente isoladas das praças de caldeiras, por meio de antepara de aço, e si o oleo puder passar dos bojos das praças de caldeiras para as praças de machina, uma das bombas de incendio será installada no tunnel ou em outro local fora do compartimento das machinas.

Caso seja necessario installar-se mais de duas bombas, estas não deverão ser collocadas no mesmo compartimento.

10) Quando for especificado um typo especial de apparelho, elemento extintor ou installação para extincção, qualquer outro typo, etc. poderá ser acceito, comtanto que não seja menos efficiente que o typo especificado. Por exemplo, poderá ser acceito um apparelho a acido carbonico, em substituição a uma installação productora de espuma (parapho (7), alineas (d) e (e), comtanto que a quantidade de acido carbonico transportado seja sufficiente para produzir uma saturação de 25 por cento de gaz, para o volume bruto, da praça de caldeiras, até approximadamente a parte superior da caldeira.

11) Todos os apparelhos para extincção de incendio deverão ser rigorosamente examinados por fiscal designado pela Administração.



### *Regra XLIV*

#### Relação de mostra

A relação de mostra designará as funcções das diversas pessoas da guarnição, relativamente a:

- a) fechamento das portas estanques, valvulas, etc.;
- b) o equipamento das embarcações, jangadas de salvamento e aparelhos fluctuantes em geral;
- c) o lançamento de embarcações presas aos turcos;
- d) o preparo geral das outras embarcações, das jangadas de salvamento e aparelhos fluctuantes;
- e) a revista dos passageiros;
- f) a extinção do incendio.

A relação de mostra designará quaes as funcções que deverá desempenhar o pessoal da taifa, em relação aos passageiros, em caso de alarme.

Estas funcções comprehendem especialmente:

- a) prevenir aos passageiros;
- b) verificar si se acham vestidos, e com os colletes salva-vidas convenientemente collocados;
- c) reunir os passageiros nos postos de mostra;
- d) manter a ordem nas passagens e escadas e, de um modo geral, controllar o movimento dos passageiros.

A relação de mostra especificará signaes especiaes para a chamada de toda a guarnição aos postos de embarcações e de incendio e fornecerá uma descripção completa dos referidos signaes.

### *Regra XLV*

#### Exercicios

As mostras da guarnição para exercicio de embarcações serão effectuadas semanalmente, quando possivel, e em navios onde a viagem exceder de uma semana, antes da — partida — do porto. Os dias em que for executada a mostra, serão registrados no livro de quartos de bordo e, no caso do

se passar uma semana sem se realizar a mesma, será devidamente registrada nesse livro qual a razão por que não foi possível effectuar-se a mostra.

Nos navios em viagem superior a uma semana, chamadas a exercicios dos passageiros deverão ser effectuados logo no inicio da viagem.

Os exercicios de embarcações deverão ser successivos e effectuados em ordem alternada.

Os exercicios e inspecções serão organizados de maneira que a guarnição adquira perfeita comprehensão e prática dos deveres que tenha de executar, assim como toda a aparelhagem de salvamento deverá se encontrar em perfeitas condições para o funcçãoamnto immediato.

O signal de chamada dos passageiros para se reunirem nos postos de mostra consistirá de uma série successiva de seis apitos curtos, seguidos por um apito longo, no apito ou zereia.

Este signal de chamada será seguido pelos signaes electricos dirigidos do passadiço de commando, em todos os navios, com excepção dos navios que se empenham em curtas viagens internacionaes. A significação com relação aos passageiros deverá ser claramente explicada em varias linguas e impressa em cartões affixados nos camarotes e outros locais para passageiros.

### *Regra XLVI*

#### Segurança da navegação

Transmissão de informações.

E' obrigatoria a transmissão de informações relativas a gelo, derelictos, tempestades tropicaes ou outro qualquer perigo immediato á navegação.

Não se impõe fórma alguma especial de informação. A informação deverá ser transmittida em linguagem clara (de preferencia em inglez) ou por meio do Codigo Internacional de Signaes (Secção de Radiotelegraphia).

Deverá ser transmittida, precedida de C. Q., a todos os navios, e deverá ser igualmente dirigida ao primeiro ponto da costa, acompanhada de solicitação para que a mesma communição seja levada á autoridade competente.

Todos os communicados transmittidos em obediencia ao artigo 34 da presente Convenção serão precedidos pelo signal de segurança TTT seguido de uma indicação da natureza do perigo, por exemplo: TTT, Gelo; TTT, Derelicto; TTT, Tempestade; TTT, Navegação.

#### INFORMAÇÃO EXIGIDA

As informações a serem fornecidas são as seguintes, tomando-se sempre a hora media de Greenwich:

a) *Gelo, Derelictos e outros perigos directos á navegação.*

1 — A natureza do gelo, do derelicto ou perigo observado.

2 — A posição do gelo, do derelicto ou perigo, quando observado pela ultima vez.

3 — A hora e a data, quando foi feita a observação.

b) *Tempestades tropicaes.*

(Furacões nas Antilhas, tufões nos mares da China, cyclones no Oceano Indico e tempestades da mesma natureza em outras regiões.)

1 — *Declarações de se ter encontrado com uma tempestade tropical:*

Esta obrigação deve ser comprehendida de uma maneira clara, e a informação deverá ser transmittida toda vez que o commandante julgar existir tempestade nas vizinhanças.

2 — *Informações meteorologicas:*

Em vista do precioso auxilio que prestam as exactas observações e dados meteorologicos em determinar a posição e o movimento dos centros de tempestade, cada commandante de navio deverá juntar aos seus communicados, tanto quanto possível, as seguintes informações meteorologicas:

a) pressão barometrica (millibars, pollegadas, ou millimetros);

b) variações na pressão barometrica (a variação durante duas a quatro horas precedentes);

d) força do vento (escala Beaufort ou decimal);

e) condições do mar (calmo, moderado, forte);

f) vaga (ligeira, media, pesada).

Quando a pressão barométrica for indicada pelas palavras "millibars", "pollegadas" ou "millímetros", conforme seja o caso, deverão sempre seguir a leitura feita, e si a leitura foi revista ou não.

Quando forem registradas variações de pressão barométrica, deverão também ser mencionadas a rota e a velocidade do navio.

Todas as direcções deverão ser reais e não magnéticas.

3 — Hora, data e posição do navio quando forem feitas as observações meteorológicas e não na ocasião de lavrar a expedir o aviso.

Em todos os casos, a hora deverá ser a hora media de Greenwich.

#### 4 — Observações ultteriores:

Quando um commandante tiver de communicar a existencia de uma tempestade é aconselhavel, mas não obrigatoria, a transmissão de outras observações de tres em tres horas, enquanto o navio se encontrar sob a influencia da tempestade.

### Exemplos

#### *Gelo:*

TTT, gelo. — Grande iceberg avistado a 4.605 N., 4.410 W. a 0800 G. M. T. Maio 15.

#### *Derelecto:*

TTT, Derelecto — Derelecto observado quasi submerso a 4.006 N., 1.243 W., a 1.630 G. M. T. Abril 21.

#### *Tempestade tropical:*

TTT, Tempestade. Encontramos tempestade tropical. Barometro correcto, 994 millibars, baixando rapidamente. Vento N. W. força 9, fortes rajadas. Vaga E. Rota ENE., 5 milhas. 2.209 N., 11.354 E. 0.030 G. M. T. Agosto 18.

TTT, Tempestade — As apparencias indicam approximação de furacão. Barometro correcto, 29,64 pollegadas baixando. Vento NE. força 8. Vaga media de NE. Rajadas de chuvas frequentes. Rota 35° 9 milhas. 1.620 N. 9.302 E 0.200 GMT. Maio 4.

TTT, Tempestade — Tufão a Sudoeste. O vento augmenta do N. e o barometro baixa rapidamente. Posição 1.812. N., 12.605 E. 0.300 GMT. Junho 12.

CERTIFICADOS

*Regra XLVII*

Modelo de certificado de segurança para navios de passageiros.

Certificado de segurança

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Armas da Republica)

MINISTERIO DA MARINHA

Nome da Repartição

*Certificado de Segurança*

Para navios de passageiros passado de accordo com as prescripções da Convenção Internacional para a segurança da vida humana no mar, 1929.

Nome do navio	Distinctivo do navio	Porto de Registro	Tonelagem bruta

Certifica-se:

I — Que o navio acima mencionado, foi devidamente vistoriado de accordo com as disposições da Convenção supra citada.

II — Que a vistoria mostrou que o navio satisfaz ás exigências da dita Convenção no que respeita:

1) Ao casco, caldeiras principaes e auxiliares e machinas;

2) As disposições e detalhes relativos á compartimentagem estanque;

3) As seguintes linhas de carga de compartimentagem:

Linhas de cargas de compartimentagem determinadas e marcadas no costado do navio a meia náó (Art. 5.º da Convenção)	Bordo Livro	A utilizar quando os espaços destinados a passageiros, estão comprehendidos entre os espaços alternativos que pôdem ser occupados por passageiros ou cargas.
C. 1.....	.....	.....
C. 2.....	.....	.....
C. 3.....	.....	.....

4) A's embarcações, jangadas e outros meios de salvação, que são sufficientes para um numero total maximo de .... pessoas (guarnição e passageiros), assim discriminadas:

- .... Embarcações sufficientes para .... pessoas.
- .... Jangadas sufficientes para .... pessoas.
- .... Apparelho fluctuante sufficientes para .... Pessoas.
- .... Boias salva-vidas.
- .... Colletes de salvação.
- .... Tripulantes diplomados de embarcações salva-vidas.

5) A's installações radiotelegraphicas:

	Prescripções dos arts. 29, 31 e 47 da Convenção	Disposições seguidas a bordo
Horas de serviço. ....	.....	.....
Existe a bordo um appparelho automatico approvedo?.....	.....	.....
Existe a bordo uma installação de emergencia?.....	.....	.....
Numero minimo de operadores, operadores auxiliares ou de escuta. ....	.....	.....
Existe a bordo um radiogoniometro?.....	.....	.....

III — Que navio satisfaz a todas as restantes prescripções da Convenção que lhe são applicaveis.

Este certificado é passado em nome do Governo.

E' valido até ....

O abaixo assignado declara que está devidamente autorizado pelo Governo a passar este certificado.

Passado aos .... de ..... de 19

Assignatura da autoridade. \

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Armas da Republica)

MINISTERIO DA MARINHA

(Nome da Repartição)

*Certificado de Segurança  
radiotelegraphica*

Passado de accordo com as prescripções da Convenção Internacional para a segurança da vida humana no mar, 1929.

Nome do navio	Distinctivo do navio	Porto de registro	Tonelagem

Certifica-se que o navio acima mencionado satisfaz as prescripções da Convenção Internacional acima referida no que respeita a radiotelegraphia.

	Prescrições dos artigos 29 e 31 da Convenção	Disposições Realizadas a bordo
Horas de serviço. ....		
Existe a bordo um aparelho auto- matico? . . . . .		
Existe a bordo uma instalação de Emer- gencia? . . . . .		
Numero minimo de operadores. . . . .		
Operadores auxilia- res ou de escuta. ....		

Este certificado é passado em nome do Governo.

É valido até .....

O abaixo assignado declara que está devidamente auto-  
rizado pelo Governo a passar este certificado.

Passado aos .... de ..... de 19 ..

Assignatura da autoridade.

.....

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Armas da Republica)

MINISTERIO DA MARINHA

(Nome da Repartição)

*Certificado de Despesa*

Passado de accordo com as prescripções da Convenção  
Internacional para a segurança da vida humana no mar,  
1929.

Nome do navio	Distinctivo do navio	Porto de registro	Tonelagem bruta



**Certifica-se:**

Que o navio acima mencionado está dispensado, de  
acordo com o artigo .... da Convenção Internacional supra-  
citada, das prescripções (a) .... da Convenção para as  
viagens de .... a ....

1... (b)

....

....

....

....

....

Este certificado é passado em nome do Governo.

E' valido até ....

O abaixo assignado declara estar devidamente autorizado  
pelo Governo a passar este certificado.

Passado aos .... de ..... de 19 ..

Assignatura da Autoridade.

.....

(a) Indicar aqui a referencia aos artigos e regras, esneci-  
ficando os paragraphos respectivos.

(b) Indicar aqui as condicções, caso existam, sob as quaes  
é concedido o certificado de dispensa.

**REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL**

(Armas da Republica)

**MINISTERIO DA MARINHA**

(Nome da Repartição)

*Certificado de Navegabilidade*

Para navios de passageiros.

Nome do navio	Signal do Codigo	Porto de registro	Arqueação Toneladas Bruta:Liquida	Nome do proprietario

O abaixo assignado, (Designação da autoridade) certifica que o navio acima mencionado satisfaz ás prescripções legaes e regulamentares em vigor, sobre segurança da navegação.

I. As caldeiras, machinas principaes e auxiliares se acham em estado de conservação e de funcionamento sufficientes para o serviço previsto.

II. Os ferros, amarras, viradores e espias, o apparelho de carga e descarga e mastreação e sobresalentes satisfazem ás prescripções regulamentares e estão em bom estado.

III. Os apparelhos de signalização e intrumentos nauticos satisfazem ás prescripções regulamentares.

IV. Os meios de salvação a bordo satisfazem as condições previstas nos regulamentos em vigor.

V. Os locaes destinados á guarnição e passageiros são apropriados aos mesmos sob o ponto de vista da habitabilidade, accomodação, hygiene e salubridade; o numero maximo regulamentar de passageiros a embarcar é indicado no quadro seguinte:

1ª classe .....	Pessôas
2ª classe .....	Pessôas
3ª classe .....	Pessôas
.....	Pessôas

VI. O capitão ou mestre e os tripulantes têm as habilitações exigidas pelos diplomas legaes em vigor.

O presente certificado é valido, salvo qualquer alteração, até ao dia .... e deve ser renovado antes dessa data.

Passado aos .... de ..... de 19 ....

Assignatura da Autoridade.

Observações:

.....  
 .....  
 .....

N. B. — Este certificado deve ser afixado a bordo em local bem accessivel ao publico de modo a poder ser lido com facilidade.

## ANNEXO II

### REGULAMENTO INTERNACIONAL PARA EVITAR ABALROAMENTO NO MAR

#### *Preliminares*

As disposições constantes deste regulamento serão observadas por todos os navios, no alto mar e em todas as aguas que com elle se ligam e nas quaes possam navegar.

Nas seguintes regras, todo o navio a vapor que navega á vela, e não a vapor, é considerado navio á vela, e todo o navio que navega a vapor, quer faça ou não uso de seu panno, é considerado navio a vapor.

A expressão "navio a vapor", comprehende todo o navio movido por machina.

A expressão "navegando a vapor", significa: navegando por meio mecanico qualquer.

Para a comprehensão destas regras, diz-se que um navio está navegando, quando não está fundeado, amarrado ou encalhado.

O comprimento de navio é o que constar do certificado de registro.

#### *Regras relativas ás luzes*

A palavra "visivel", quando applicada nestas regras a luzes, significa visivel em uma noite escura com a atmosphera limpida.

#### Artigo 1º

As regras relativas ás luzes devem ser observadas em todas as condições de tempo, desde o occaso até o nascimento do sol, e durante este periodo não devem mostrar-se outras luzes, que possam ser tomadas pelas regulamentares ou que possam prejudicar a visibilidade destas.

#### Artigo 2º

Um navio, navegando a vapor, deve trazer:

a) no mastro do traquete ou por ante-á-vante delle, ou, ainda, si o navio não tiver mastro de traquete, na parte de vante do navio, um pharol de luz branca intensa, de alcance

não inferior a 5 milhas, construído de forma a exhibir luz ininterrupta em um arco de horizonte de 20 quartas da agulha e collocado de modo a illuminar 10 quartas para cada bordo, isto é, desde a prôa, até 2 quartas para ré, do travéz de cada bordo;

b) ou á vante ou á ré do pharol de luz branca, mencionado na alinea *a*, um segundo pharol de luz branca, de construção e características iguaes.

O segundo pharol de luz branca não é obrigatorio para navios de comprimento inferior a 45m,75, mas podem usal-o;

c) estes dous pharoes de luz branca deverão ser collocados no plano longitudinal do navio ou parallelamente a este plano, ficando o da ré elevado sobre o de vante, pelo menos, 4m,57, e ambos acima dos pharões previstos nas alineas *d* e *c* deste artigo. A distancia vertical entre estes dous pharões de luz branca deve ser menor que a sua distancia horizontal.

O pharol de luz branca, mencionado na alinea *a*, quando não haja sinão um pharol (ou o pharol inferior, quando o navio use os dous), deverá ficar a uma altura acima da borda que não seja inferior a 6m,10, e, si a bocca do navio tiver mais de 6m,10, a uma altura acima da borda, pelo menos, igual á bocca, sem que seja, comtudo, necessario que esta altura ultrapasse de 12m,19;

d) a boreste, um pharol de luz verde, de alcance não inferior a 2 milhas, construído e collocado de maneira a projectar luz ininterrupta sobre um arco do horizonte de 10 quartas da agulha, desde a prôa até 2 quartas para ré do travéz de boreste;

e) a bombordo, um pharol de luz vermelha, de alcance não inferior a 2 milhas, construído e collocado de maneira a projectar luz ininterrupta sobre um arco do horizonte de 10 quartas da agulha desde a prôa até 2 quartas para ré do travéz de bombordo;

f) os pharões da borda, verde ou vermelho, devem ser munidos, do lado de dentro do navio, de anteparas que se prolonguem, pelo menos, 0m,91, para vante da luz, de tal forma que o pharol verde não possa ser visto de bombordo e o pharol vermelho não possa ser visto de boreste.

Nos navios de guerra, em que pela sua construção especial, não seja possível cumprir exactamente todas as prescripções deste artigo, no que concerne á collocação dos pharóes, e á distancia a que devem ser visíveis, serão applicadas as presentes regras, tão exactamente quanto possível. E nos navios de guerra que, praticamente, não podem trazer o segundo pharol de luz branca, referido na alinea b deste artigo, não será o mesmo exigido.

#### ARTIGO 3º

Qualquer navio a vapor, que reboque outro navio, trará, além dos pharóes dos bordos, dous pharóes de luz branca intensa, collocados verticalmente, pelo menos, a 1m,83 um do outro; e, quando rebocar mais de um navio, trará um pharol adicional de luz branca intensa, collocado a 1m,83 acima ou abaixo dos dous pharóes precedentes, si o comprimento do reboque, medido da pôpa do rebocador á pôpa do ultimo navio rebocado, fôr superior a 163 metros.

Cada um destes pharóes será da mesma construção e terá as mesmas características do pharol branco, mencionado na alinea a do artigo 2º, devendo um delles ser collocado em posição identica ao desse ultimo, e o pharol interior ficar á altura, acima da borda, de, pelo menos, 4m,57.

O navio, que reboca, e os navios rebocados, excepto o ultimo, podem usar, em lugar do pharol indicado no artigo 10, pequeno pharol de luz branca, collocado por ante-a-ré da chaminé ou do mastro de ré, para governo do navio rebocado, mas de modo que não seja visível para vante do travéz.

#### ARTIGO 4º

a) o navio que estiver desgovernado trará durante a noite, onde melhor possam ser vistos, e, si esse é a vapor, em lugar dos pharóes prescriptos nas alineas a) e b) do artigo 2º, dous pharóes de luz vermelha de alcance não inferior a 2 milhas e visíveis em todo o horizonte, afastados entre si, pelo menos de 4m,57 acima da borda. De dia, o mesmo navio deverá trazer, onde melhor possam ser vistos, collocados em uma linha vertical e pelo menos á distancia um do outro de 1m,83, dous balões pretos de 0m,61 de diametro cada qual;

b) o navio empregado no lançamento ou suspensão de cabo submarino trará, em vez dos pharóes prescriptos nas alíneas a) e b) do artigo 2º, tres pharóes em linha vertical afastados entre si pelo menos 1m,83 — e de modo que o mais baixo dos tres não fique a menos de 4m,57 acima da borda. Os pharóes superior e inferior serão de luz vermelha e o do meio de luz branca, visiveis em todo o horizonte a distancia não inferior a 2 milhas. De dia trará, em linha vertical, a 1m,83 de distancia uns dos outros, e collocados em posição de melhor visibilidade tres balões de 0m,61, pelo menos, de diametro cada qual, dos quaes o superior e o inferior serão de fórmula espherica e de côr vermelha e o do centro de fórmula biconica e côr branca:

c) os navios de que trata o presente artigo não trarão seus pharóes de bordos, quando não tiverem seguimento; são, entretanto, obrigados a trazel-os, sempre, no caso contrario;

d) os pharóes e os signaes diurnos, exigidos neste artigo, devem ser considerados, pelos outros navios, como indicação de que o navio que os exhibe não póde manobrar e, portanto, desviar-se.

Estes signaes não são os de navios em perigo e precisando de soccorro; desses signaes trata o artigo 31.

#### ARTIGO 5º

Os navios á vela, navegando, e os rebocados trarão as luzes determinadas pelo artigo 2º para um navio á vapor navegando, com excepções das luzes brancas alli mencionadas, e que nunca deverão exhibir.

#### ARTIGO 6º

Quando os pharóes dos bordos, verde e vermelho, não possam estar collocados nos respectivos logares, como succede nos navios pequenos, navegando por occasião de máo tempo, devem ser conservados accesos e promptos a ser exhibidos. Quando taes navios se approximarem de outros, ou outros delles se approximarem, serão exhibidos, dos seus respectivos bordos, bastante a tempo de evitar abalroamento, de modo que sejam bem visiveis e que a luz verde não possa ser vista por bombordo nem a vermelha por boreste, e, sendo possível, que

não possam ser vistas mais do que duas quartas, para a ré, do través dos respectivos bordos.

Para tornar mais facil e seguro o emprego destas luzes portateis, os respectivos pharóes serão pintados da côr da luz que conteem e munidos de anteparas adequadas ao destino.

#### ARTIGO 7º

As embarcações á vapor de tonelagem bruta inferior a 40 toneladas e as embarcações a remo ou a vela, de tonelagem bruta, inferior a 20 toneladas, assim como as pequenas embarcações a remo, quando navegando, não são obrigadas a trazer as luzes mencionadas no artigo 2º, não as trazendo, porém, serão providas com os seguintes pharóes:

§ 1.º As embarcações á vapor de tonelagem inferior a 40 toneladas trarão:

a) na parte de vante, na chaminé ou por ante-á-vante della, onde melhor possa ser visto, e a uma altura acima da borda não inferior a 2m,75, um pharol de luz branca intensa construido e collocado em condições prescriptas na alinea a) do artigo 2º, e visivel á distancia não inferior a 3 milhas;

b) os pharóes dos bordos, verde e vermelho, construidos e collocados de conformidade com o prescripto nas alineas d) e e) do artigo 2º, e de intensidade tal que sejam visiveis, pelo menos, a uma milha; ou o pharol mixto, para expedir uma luz verde e outra vermelha, desde a prôa até 2 quartas, para ré, do travez do bordo respectivo.

Este pharol não deve ser collocado a menos de 0m,91 abaixo da luz branca.

§ 2.º As pequenas embarcações a vapor, taes como as usadas pelos navios, podem trazer o pharol branco a menos de 2m,74 acima da borda, mas sempre acima dos pharóes dos bordos ou do pharol mixto mencionado na alinea b) do § 1º deste artigo.

§ 3.º As embarcações a remos ou á vela, de menos de 20 toneladas, si não trouxerem pharóes dos bordos, trarão em logar bem visivel pharol mixto mostrando luz verde de um lado e luz vermelha do outro, visiveis á distancia não inferior a uma milha, e collocado de modo tal que a luz verde não possa ser vista de bombordo nem a luz vermelha vista de boreste.

No entanto, se não fôr possível fixar este pharol mixto, dever-se-á conserval-o acceso e em condição para ser exhibido a tempo de evitar abalroamento.

§ 4.º As pequenas embarcações a remo que naveguem a remo ou á vela, só são obrigadas a conduzir um pharol de luz branca, em condições de ser exhibido temporariamente e bastante a tempo de evitar abalroamento.

As embarcações, a que se refere o presente artigo, não são obrigadas a trazer as luzes prescriptas na alinea a) do artigo 4º e no ultimo periodo do artigo 11.

#### ARTIGO 8º

As embarcações de praticos, a vela, quando empregadas em serviço de praticagem, dentro das respectivas áreas, e quando não se encontrem fundeadas, não devem exhibir as luzes exigidas para os outros navios; trarão, entretanto, uma luz branca no tópo do mastro visível em todo o horizonte á distancia de 3 milhas pelo menos, e queimarão, também, um ou mais fogachos, de qualquer natureza, com intervallos curtos que nunca excederão de dez minutos.

Quando se approximarem de outras embarcações, ou estas dellas se approximarem, devem ter os pharóes dos bordos accessos e promptos a servir, e mostral-os-ão com intervallos curtos, para indicar como vão apoadas, de modo tal que a luz verde não seja vista de bombordo nem a vermelha, de boreste.

A embarcação de praticos, a vela, de classe tal que seja obrigada a atracar a um navio para lhe pr o pratico a bordo, póde mostrar a luz branca em vez de a trazer no tópo do mastro, e póde, em vez dos pharóes dos bordos acima mencionados, ter sempre prompta e em condições de ser exhibida lanterna mixta com vidro verde de um lado e vermelho do outro, para ser empregado como acima se preceitua.

A embarcação de praticos, a vapor, quando empregada em serviço de praticagem dentro da respectiva área, mas não fundeada, deve trazer, além das luzes e fogachos exigidos para as embarcações de pilotos a vela, luz vermelha



visível em todo o horizonte á distancia não inferior a 3 milhas, collocada a 2m,40 abaixo da luz branca do tópo, e também os pharóes dos bordos exigidos para os navios a navegar.

Todas as embarcações de praticos em serviço nas respectivas áreas, quando fundeadas, devem ter as luzes e queimar os fogachos acima prescriptos, á excepção dos pharóes dos bordos, que não devem exhibir.

As embarcações de praticos, quando não estejam nas suas áreas em serviço de praticagem, devem trazer as luzes semelhantes ás dos outros navios da sua categoria e tonelagem.

#### ARTIGO 9º ("1)

Os navios e embarcações de pesca, com excepção dos casos abaixo indicados, são obrigados a conduzir e a exhibir, quando navegarem, as luzes regulamentares relativas aos navios de identica tonelagem, navegando:

a) As embarcações de bocca-aberta, isto é, sem convéz corrido para as proteger da entrada do mar, quando empregadas na pesca nocturna com appparelhos immersos, que não se distanciem della para mais de 45 m,72 da embarcação — medidos horizontalmente, dessa referida embarcação, são obrigada a trazer luz branca, visível em todo o horizonte.

As embarcações de bocca aberta, quando empregadas em pesca nocturna, com appparelhos immersos que tresbordam e se distanciam para mais de 45m, 72 — medidos horizontalmente das mesmas — são obrigadas a exhibir pharol branco, visível em todo o horizonte, e, além deste, quando se approximarem de outras embarcações ou estas dellas se approximarem, devem exhibir ainda um segundo pharol branco, collocado a 0m,91, pelo menos, abaixo do primeiro e á distancia horizontal de, pelo menos, 1m,50 na direcção em que está largado o appparelho.

Os pharóes indicados nesta alinea devem ter intensidade bastante para se tornarem visiveis á distancia de 2 milhas pelo menos.

b) (") navios e embarcações, excepto as embarcações de bocca aberta definidas na alinea a), quando estiverem pescando á tona, trarão, durante a permanencia no mar de todas as partes das rédes, duas luzes brancas em postos de maior visibilidade. Taes pharóes devem ser collocados á distancia vertical um do outro, nunca inferior a 1m,80 nem superior a 4m,50 e a distancia horizontal, na direcção da quilha, nunca inferior a 1m,50 nem excedendo de 3m,50. A luz mais baixa ficará na direcção das rédes, e serão visiveis ambos em todo o horizonte á distancia não inferior a 3 milhas.

No Mediterraneo e nos mares, que limitam as costas do Japão e da Corea e tambem, no que concerne aos navios russos, que banham as costas da U. R. S. S., com excepção do Baltico as embarcações de pesca, a vela, de tonelagem bruta, inferior a 20 toneladas, não são obrigadas a exhibir o ultimo desses pharóes; são, entretanto, obrigados a exhibir na mesma posição, (direcção das rédes ouapparelhos) pharol branco, visivel, pelo menos, a uma milha, isso quando se aproximarem de outras embarcações ou, dellas estas;

c) navios e embarcações, com excepção dos de bocca aberta definidos na alinea a), quando em serviço de pesca a linha, com as suas linhas, fóra ou no acto de alal-a para a recolher, e quando não estejam fundeados ou estacionários, segundo a interpretação da alinea h) deste artigo, trarão os mesmos pharóes que as embarcações de pesca á tona, com rédes volantes.

Quando lançarem linhas ou pescarem com ellas a reboque, trarão os pharóes a que são obrigados, respectivamente, os navios a vapor ou a vela, navegando.

No Mar Mediterraneo e nos mares que limitam as costas do Japão, e, no que concerne aos navios russos, nos mares com excepção do Baltico, que banham as costas da U. R. S. S., as embarcações de pesca a vela, de tonelagem, bruta

---

(") Navios e embarcações hollandezas, quando empregados na pesca com kol ou linha de mão, trarão as luzes prescriptas para embarcações pescando á tona com rédes volantes.

inferior a 20 toneladas, não são obrigadas a trazer destas pharol o que é collocado no ultimo logar si não o trouxerem, são obrigadas a mostrar, entretanto, na mesma posição, (directção das linhas) um pharol branco visivel pelo menos a 1 milha, quando se approximarem de outras embarcações ou estas se lhes approximarem.

d) as embarcações empregadas na pesca de arrasto, isto é, em arrastar um apparelho pelo fundo do mar

1. Se fôrem a vapor, trarão, na mesma posição da luz branca mencionada na alinea a) do art. 2º, um pharol tricolor em condições de exhibir uma luz branca desde a prôa até 2 quartas para cada bordo, um pharol verde por boreste e uma luz vermelha por bombordo, visiveis, uma e outra, a partir de 2 quartas da prôa até 2 quartas para ré do travez, e, a não menos de 1m,80 nem mais de 3m,60 abaixo do pharol tricolor, uma luz branca num pharol construido de modo a mostrar luz clara e uniforme e ininterrupta em todo o horizonte;

2. Se fôrem a vela, trarão uma luz branca num pharol com disposições necessarias a exhibir uma luz clara uniforme e ininterrupta em todo o horizonte, e mostrarão tambem quando se approximarem de outras embarcações ou estas se lhes approximarem, onde melhor possa ser visto, um fogacho branco ou uma lanterna de luz branca, em tempo sufficiente para evitar abalroamento.

Todas as luzes mencionadas nos ns. 1 e 2 desta alinea d) serão visiveis á distancia de 2 milhas pelo menos.

e) as embarcações que se empreguem na dragagem de ostras, e as que pesquem com rêdes-varredoras trarão e exhibirão os mesmos pharões utilizados pelos que são empregados nas pescas de arrastão;

f) os navios e embarcações de pesca pôdem, em qualquer occasião, empregar um fogacho além dos pharões ou luzes que, por este artigo, lhes é exigido trazer e mostrar, e poderão empregar luzes para trabalho.

g) os navios e embarcações de pesca de menos de 45m,72 de comprimento devem ter quando fundeados, uma luz branca visível em todo o horizonte á distancia de 2 milhas, pelo menos.

Os navios e embarcações de pesca de 45m,72 de comprimento ou mais, quando fundeados, mostrarão uma luz branca visível em todo o horizonte á distancia de 2 milhas pelo menos, e mostrarão uma segunda luz, como é preceituado pelo art. 11, para navios de tal comprimento.

Se um tal navio, quer seja de 45m,72 ou de mais ou de menos, estiver ligado a uma rêde ou outro apparelho de pesca, deve, á approximação de outro navio, exhibir uma luz additional branca, 0m,9, pelo menos, abaixo da luz de fundeado e a uma distancia horizontal della de 1m,50, pelo menos, na direcção da rêde ou apparelho.

h) se um navio ou embarcação de pesca se tornar estacionario em consequencia do seu apparelho de pesca se enrascar em alguma rocha ou outro obstaculo, deve: de dia arrear o signal exigido pela alinea k) deste artigo; de noite, mostrar a luz ou luzes correspondentes á luz ou luzes de navio fundeado; e em occasiões de nevoeiros, neblina, neve ou aguaceiros, fazer o signal de nevoeiro, preceituado para navio fundeado (vêr o ultimo periodo do art. 15 e sua alinea d);

i) em occasiões de nevoeiro, neblina, neve ou aguaceiro, as embarcações de pesca á tona ligadas ás suas rêdes, as que pescarem arrastando, dragando ou empregando qualquer especie de rêde de arrastar, e as que estiverem pescando á linha com as suas linhas no mar, se fôrem de tonelagem bruta superior a 20 toneladas, farão, com intervallos não superiores a um minuto, sons produzidos com apito ou sereia, se forem a vapor, e com buzina, se forem de vela, devendo cada som ser seguido de toque de sino. As embarcações de pesca, de tonelagem bruta inferior a 20 toneladas, não são obrigadas a fazer os signaes mencionados; mas, se os não fizerem, devem fazer ouvir qualquer outro signal sonoro efficaz, com intervallos não superiores a um minuto;

j) os navios e embarcações de pesca, pescando com rêdes, linhas ou apparelhos de dragar ou de arrastar, e navegando, indicarão durante o dia a sua occupação, exhibindo

um cesto em local bem visível. Se os navios ou embarcações estiverem fundeados e tiverem os seus aparelhos no mar, ao approximarem-se outros navios ou embarcações, mostrarão o mesmo signal para o lado, por onde essas embarcações pódem passar.

Os navios ou embarcações mencionados em todo este artigo não são obrigados a trazer as luzes preceituadas pela alinea a) do art. 4º e ultimo periodo do art. 11.

#### Artigo 10

Qualquer navio, navegando, deve trazer á pôpa pharol branco, provido de anteparas, construido e disposto de fórma a projectar luz ininterrupta sobre um arco de horizonte de 12 quartas da agulha (6 quartas a contar da pôpa para cada um dos bordos) e visível á distancia de 2 milhas pelo menos. Este pharol deverá ser usado, tanto quanto possível, á mesma altura dos pharóes da borda.

No bordo dos pequenos navios, quando não fôr possível manter este pharol no seu lugar, por motivo de máo tempo ou qualquer outro sufficiente, deverá existir em condições de facil utilização um pharol prompto a ser exhibido com antecedencia, para evitar abalroamento pela approximação de navio que o alcance.

Nos navios de guerra de construcção especial, em que não é possível dar-se cumprimento ás prescripções contidas neste artigo a respeito da posição dos pharóes e seu alcance, serão as mesmas seguidas tão approximadamente quanto permittam as circumstancias.

No que respeita aos navios que rebocam e são rebocados, deve ter-se em vista o que consta da ultima parte do artigo 3º.

#### Artigo 11

Qualquer navio de menos de 45m,70 de comprimento, quando fundeado, deve ter á vante, onde melhor possa ser vista, mas a altura não superior a 6m,10 acima da borda, uma luz branca num pharol em condições de exhibir luz clara, uniforme e ininterrupta, visível em todo o horizonte á distancia de 2 milhas pelo menos.

Qualquer navio de 45m,70 de comprimento, ou mais, quando fundeado, exhibirá á vante, a altura não inferior a 6m,10 acima da borda, pharol identico ao já mencionado; e, na pôpa ou proximo della, outro pharol igual, collocado mais abaixo do pharol de vante, nunca a menos de 4m,60.

Desde o nascer até o pôr do sol, todos os navios fundeados em qualquer canal, ou nas suas immediações, devem exhibir, á vante e em lugar bem visivel, balão espherico preto de 0m,61 de diametro.

Qualquer navio encalhado em canal, ou nas suas immediações, deve exhibir durante a noite a luz ou luzes acima referidas e as duas luzes vermelhas preceituadas pela alinea a) do artigo 4º e de dia, em lugar bem visivel, tres balões esphericos pretos, de 0m,61 de diametro cada um, collocados uns acima dos outros, na mesma vertical.

#### Artigo 12

Qualquer navio pode mostrar, si lhe for necessario chamar a attenção, além das luzes a que o obrigam as presentes regras, um fogacho, ou empregar qualquer signal detonante ou outro efficaz, que não possa ser tomado como o de nevoeiro ou o de navio em perigo.

#### Artigo 13

Nada no contido nestas regras prejudicará a execução de quaesquer regulamentos especiaes elaborados pelo Governo de qualquer nação, relativos a luzes addicionaes de posição e de signaes para dois ou mais navios de guerra ou para navios de vela em comboio, ou a exhibição de signaes distinctivos adoptados por armadores, autorizados pelos respectivos governos e devidamente registados e publicados.

#### Artigo 14

Qualquer navio, navegando a vela e ao mesmo tempo a vapor, ou por qualquer outra forma de propulsão mecanica deve trazer, de dia, á vante e onde melhor possa ser visto, um cone preto de 0m,61 de diametro na base e com o vertice para cima.

*Signaes sonoros para nevoeiros, etc*

Artigo 15

Todos os signaes que este artigo prescreve para navios, que navegam, serão feitos:

1. Pelos navios a vapor, com o apito ou sereia;
2. Pelos navios a vela e navios rebocados, com buzina de nevoeiro.

As palavras "som prolongado" empregadas neste artigo indicam os de 4 a 6 segundos de duração.

Qualquer navio a vapor será munido de apito ou sereia de som efficaz, funcçãoando por meio de vapor ou outro agente que o substitua, collocado de modo a não ser interceptado o som por qualquer obstaculo de buzina de nevoeiro sufficientemente forte, accionada mecanicamente, e de sino de som efficaz". A embarcação de vela de tonelagem bruta igual, ou superior a 20 toneladas, deve ter buzina e sino como acima fica preceituado.

Em occasiões de nevoeiro, neblina, neve ou aguaceiros, quer diurnos quer nocturnos, os signaes referidos neste artigo serão empregados como segue:

- a) Qualquer navio a vapor, em marcha, fará ouvir sons prolongados, com intervallos não superiores a 2 minutos;
- b) Qualquer navio a vapor, em viagem, mas parado e sem seguimento, fará ouvir, com intervallos não superiores a 2 minutos, 2 sons prolongados, separados entre si por intervallo de 1 segundo approximadamente;
- c) Qualquer navio a vela, navegando, fará ouvir, com intervallos não superiores a 1 minuto, um som, quando estiver amurado a boreste, dous sons consecutivos, quando amurado a bombordo, e tres sons consecutivos, quando tiver o vento para ré do travéz;
- d) Todo navio, fundeado, fará ouvir toques de sino repetidos durante 5 segundos e com intervallos não superiores a 1 minuto.

Em navios de comprimento superior a 106m,75 deverá tocar-se o sino á vante, e, além disto, tocar-se, a ré, com intervallos não superiores a um minuto, gongo ou qualquer outro instrumento, cujo som não possa ser confundido com o

do sino;

e) qualquer navio, rebocando, ou empregado no lançamento ou suspensão de cabo submarino, ou impossibilitado de se desviar de outro que se lhe approxime — por estar desgovernado e não poder manobrar como é exigido nas presentes regras — em lugar dos signaes preceituados nas alíneas a, b e c deste artigo, fará ouvir, com intervallos não superiores a dois minutos, grupos de tres sons successivos, a saber: um som prolongado seguido de dois sons breves;

Qualquer navio rebocado (ou, sendo rebocados mais de um, o ultimo) deverá fazer ouvir, com intervallos não superiores a dois minutos, quatro sons consecutivos, a saber: um som prolongado, seguido de tres sons breves. Não é obrigatorio esse signal quando for impossivel embarcar pessoal no navio rebocado;

Quando for possivel, o navio rebocado deverá fazer ouvir este signal immediatamente a seguir ao signal feito pelo rebocador;

f) qualquer navio, encalhado em canal, ou na proximidade desse fará o signal preceituado na alínea d, e, além disto, deverá fazer ouvir tres sons de sino, separados e distinctos, immediatamente antes e depois de cada signal.

Os navios á vela e embarcações de tonelagem bruta inferiores a 20 toneladas não são obrigados a fazer os signaes acima mencionados; não os fazendo, deverão entretanto, emitir outro signal sonoro efficaç, com intervallos não superiores a um minuto."

**A VELOCIDADE DOS NAVIOS DEVE SER MODERADA DURANTE  
O NEVOEIRO, ETC.**

**Artigo 16**

Todo o navio, em occasiões de nevoeiro, neblina, neve ou aguaceiros, navegará com velocidade moderada, prestando cuidadosa attenção, ás circumstancias e condições existentes.

---

"Em todos os casos em que nas presentes regras se exigir o emprego do sino, poderá ser este substituido por tambor dos navios turcos, ou por gongo, onde taes instrumentos sejam usados no bordo de pequenos navios."



Qualquer navio a vapor que ouvir, numa direcção que lhe pareça ser para vante do travéz, o signal de nevoeiro, doutro navio, cuja posição é incerta deverá, tanto quanto as circumstancias o permittirem, parar as suas machinas e, em seguida, navegar com cautela até ter passado o perigo de abalroamento.

#### REGRAS PARA GOVERNO E NAVEGAÇÃO

##### *Preliminares — Riscos de abalroamento*

Quando as circumstancias o permittem, o risco de abalroamento pode ser reconhecido vigiando attentamente na agulha a marcação dum navio que se approximar. Se não varia de maneira apreciavel, essa marcação, impõe-se concluir que esse perigo existe.

#### Artigo 17

Quando dois navios á vela se approximam um do outro a ponto de risco de abalroamento, deve um delles desviar-se do caminho do outro do seguinte modo:

a) o navio que navegar ao largo desviar-se-á do caminho do outro, que navegar á bolina;

b) o navio que navegar á bolina com amuras a bombordo desviar-se-á do caminho do outro, que navegar á bolina com amuras a boreste;

c) quando dois navios navegarem a um largo, mas com o vento de bordos oppostos, o navio, que receber o vento de bombordo desviar-se-á do caminho do outro;

---

(") Os vapores dos praticos hollandezes e belgas, quando empregados no serviço de praticagem dentro das respectivas áreas, por ocasião de nevoeiro, neblina, neve ou aguaceiros, são obrigados a fazer ouvir, de dois em dois minutos, no maximo, um signal constituido por tres sons, a saber: um som prolongado de sercia, um som prolongado de apito e um som prolongado de sercia, com intervallos de um segundo. Quando não estiverem em serviço de praticagem nas respectivas áreas fazem os mesmos signaes que qualquer outro navio a vapor.

d) quando dois navios navegarem ao largo com o vento do mesmo bordo, o navio que estiver a barlavento desviar-se-á do caminho do que estiver a sotavento;

e) o navio que tiver o vento á pópa desviar-se-á do caminho do outro.

### Artigo 18

Quando dois navios a vapor se approximarem um do outro de roda a roda, ou quasi de roda a roda, com risco de abalroamento, guinarão ambos para boreste, de forma a passarem por bombordo um do outro.

Este artigo só se applica aos casos em que os navios se approximarem de roda a roda, ou quasi de roda a roda, de modo a haver risco de abalroamento, e não se applica ao de dois navios que, conservando-se nos seus respectivos rumos, passarão safos um do outro.

Os unicos casos a que, com effeito se applica o presente artigo são aquelles em que cada um dos navios está de roda a roda com outro ou quasi de roda a roda. Por outras palavras, nos casos em que: de dia, cada um dos navios vê os mastros do outro em linha ou quasi em linha com os seus; e de noite, nos casos em que cada navio vê ambos os pharões dos bordos do outro.

Não se applica: de dia, a casos em que um navio vê pela sua prôa um outro a cruzar-lhe a derrota; nem de noite, nos casos em que: a luz vermelha dum navio se oppõe á luz vermelha do outro, ou em que a luz verde dum navio se oppõe á luz verde do outro, ou em que se vê pela prôa a luz vermelha sem a verde, ou a verde sem a vermelha, ou em que ambas as luzes vermelha e verde se avistam em qualquer direcção que não seja a da prôa.

### Artigo 19

Quando dous navios a vapor navegarem em rumos que se cruzem, de modo a haver risco de abalroamento, o navio que, pelo seu proprio boreste tiver o outro desviar-se-á do caminho desse outro.

#### Artigo 20

Quando um navio a vapor e outro á vela seguirem em direcções taes e de que possa advir risco de abalroamento, o navio a vapor desviar-se-á do caminho do navio do outro.

#### Artigo 21

Quando, em virtude de qualquer destas regras, um dos dous navios tenha de se desviar do caminho, conservará o outro seu rumo e velocidade.

*Nota* — Quando, em consequencia de tempo carregado ou outras causas, este ultimo navio se achar tão proximo que o abalroamento não possa ser evitado unicamente pela manobra do navio a quem pertence ceder o caminho, deverá também esse manobrar da fórma que julgue mais conveniente para evitar o abalroamento (vejam-se os artigos 27 e 29).

#### Artigo 22

Todo o navio que por estas regras se achar obrigado a se desviar do caminho do outro deverá si as circunstâncias o permittirem evitar cortar a prôa a esse outro.

#### Artigo 23

Todo o navio a vapor que por estas regras se achar obrigado a se desviar do caminho do outro deverá, em se approximando desse, diminuir a marcha ou si necessario parar ou inverter o seu sentido.

#### Artigo 24

Não obstante qualquer preceito contido nas presentes regras, todo navio que alcançar outro desviar-se-á do caminho do navio alcançado.

Todo navio approximando-se de outro e vindo da direcção que esteja mais de duas quartas para ré do través desse outro, isto é, approximando-se de modo que de noite não lhe possa ver qualquer dos pharóes dos bordos, será considerado como navio que alcança a outro; e nenhuma alteração subse-

quente na marcação reciproca entre os dois navios fará passar a considerar, para interpretação destas regras, o navio que ou o fará dispensar do dever de se conservar desembaraçado do navio alcançado, emquanto o não tiver definitivamente passado e delle se achar safo.

De dia, como o navio que alcança outro nem sempre pôde saber, com certeza, si está, em relação a elle, para vante ou para ré da direcção acima indicada (2 quartas para ré do través), deverá, na duvida, considerar-se navio que alcança outro e desviar-se do caminho delle.

#### Artigo 25

Em canaes estreitos, todo o navio a vapor, encostar-se-á para o lado do canal que lhe ficar pelo seu boreste, quando segura e pratica fôr tal providencia.

#### Artigo 26

Os navios a vela, navegando, desviar-se-ão dos navios a vela ou embarcações pescando com redes, linhas ou aparelhos de arrasto. Esta regra não dá a qualquer navio ou embarcação, empregado no exercicio da pesca, o direito de obstruir uma passagem navegavel usada por outros navios, que não sejam de pesca.

#### ARTIGO 27

Na execução e interpretação destas regras, prestar-se-á a devida attenção a todos os perigos da navegação e abalroamento e a quaesquer circumstancias especiaes que possam tornar necessario o afastamento das regras acima, com o fim de evitar perigo immediato.

*Signaes sonoros para navios reciprocamente á vista*

#### ARTIGO 28

As palavras "som curto", empregadas neste artigo, significam um som de cerca de um segundo de duração.

No caso de navios se avistarem reciprocamente um navio a vapor navegando, ao executar conforme o autori-

zado ou exigido pelas presentes regras, indicará o seu procedimento (quando tenha de manobrar) pelos seguintes signaes feitos com apito ou sereia, a saber:

Um som curto para indicar: Estou guinando para boreste;

Dois sons curtos para indicar: Estou guinando para bombordo;

Tres sons curtos para indicar: As minhas machinas estão dando á ré a toda força.

*Observação absoluta, em todas as circumstancias, das precauções elementares*

#### ARTIGO 29

Nada do contido nestas regras desculpará qualquer navio, o seu armador, capitão ou tripulação das consequencias de descuido ou falta em trazer luzes ou fazer os signaes ou ter boa vigilancia ou tomar as precauções que possam ser exigidas pela pratica ordinaria da navegação ou por circumstancias especiaes do caso.

*Reserva das regras para portos e navegação em aguas interiores*

#### ARTIGO 30

de qualquer regra especial, devidamente elaborada pela autoridade local, relativa á navegação de qualquer porto, rio ou aguas interiores.

*Signaes de perigo*

#### ARTIGO 31

Nada do contido nestas regras prejudicará a execução

Quando um navio estiver em perigo e precisar de auxilio de outros navios ou de terra, os signaes a usar e mostrar, junta ou separadamente, serão os seguintes:

De dia:

1. Tiros de peça ou outros signaes explicativos feitos com intervallos de cerca de um minuto;

2. Um signal de soccorro doCodigo Internacional;

3. Um signal para grandes distancias consistindo no içamento de bandeira quadrada tendo abaixo um balão ou outro objecto semelhante;

4. Um som continuo produzido por qualquer apparelho de signaes de nevoeiro;

5. O signal internacional de perigo radiotelegraphico ou radiotelephonico ou qualquer outro systema de signaes á distancia.

A' noite:

1. Tiros de peça ou outros signaes explosivos, feitos com intervallos de cerca de um minuto;

2. Fogueiras a bordo, produzidas pela combustão de barricas de alcatrão, oleo, etc.;

3. Foguetes ou bombas de lagrimas, de qualquer cor ou feitio, lançado em intervallos curtos cada um delles;

4. Um som continuo produzido por qualquer apparelho de signaes de nevoeiro;

5. O signal internacional de perigo radiotelegraphico ou radiotelephonico ou qualquer outro systema de signaes á grande distancia.

E' prohibido o emprego de qualquer dos signaes acima mencionados, excepto com o fim de indicar que um navio se encontra em perigo, e bem assim é prohibido o emprego de qualquer signaes susceptivel de confusão com os referidos signaes.

*Acto final da Conferencia Internacional sobre a Segurança da Vida Humana no Mar — 1929*

Os Governos da Allemanha, da Australia, da Belgica, do Canadá, da Dinamarca, da Hespanha, do Estado Livre da Irlanda, dos Estados Unidos da America, da Finlandia, da França, do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, da India, da Italia, do Japão, da Noruega, da Hollanda, da Suecia, da União das Republicas Socialistas dos Soviets,

E. desejando estabelecer, de commum accordo, principios e regulamentos, para effeito da salvaguarda da vida humana no mar.

Havendo decidido tomar parte na Conferencia Internacional que, por iniciativa do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, se realizou em Londres,

Designaram as delegações seguintes:

ALLEMANHA

Delegados:

Dr. Friedrich Sthamar — Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario da Allemanha em Londres;

Sr. Gustav Koenigs — Ministerialdireigent no Reichsverkehrsministerium, Geheimer Regierungsrat, Berlim;

Sr. Werner — Oberregierungsrat no Reichsverkehrsministerium, Geheimer Justizrat, Berlim;

Sr. Walter Lass — Professor, director da Sociedade da Classificação "Germanischer Lloyd", Berlim;

Dr. Riess — Director, reformado, do Reichsschiffsvermessungsamt, Geheimer Regierungsrat, Neubrandenburg;

Sr. Gies — Ministerialrat no Reichspostministerium, Berlim;

Vice almirante Dominik --- Presidente da "Deutsche Seewarte", Hamburgo.

Peritos:

Sr. Behner — Director da "Deutsche Betriebsgesellschaft fur drahtlose Telegraphie", Berlim;

Sr. Elingius — Capitão da Hamburg-Sued-Amerika Linie, Hamburgo;

Sr. Biedermann — Director, Norddeutscher Lloyd, Bremen;

Sr. Freyer — Capitão, Hamburgo;

Sr. Heberling — Engenheiro diplomado, "Germanischer Lloyd" Classification Society, Berlim;

Sr. Jäger — Oberpostrat no Reichspostministerium;

Sr. Köhler — Hamburgo;

Sr. Kunstmann — Shipowner, consul da Espanha e do Japão, Stettin;

Sr. Luensee — Capitão, Regierungsrat in the "Deutscher Seewarte", Hamburgo;

Sr. Reichenbächer — Director, Hamburg-Amerika Linie, Hamburgo;

Sr. Süchting — Director, Bohm & Voss, Hamburgo;

Secretario:

Sr. Kanberg — Postinspektor in the Reichpostministerium.

AUSTRALIA

Delegados:

Capitão de mar e guerra Henry James Feakes — Royal Australian Navy, addido naval da Australia em Londres;

Capitão tenente reformado Thomas Free — Royal Reserve.

Capitão de mar e guerra J. K. Davis — Director de Navegação.

BELGICA

Delegados:

Barão de Gerlache de Gomery — Director geral na Administração da Marinha;

Sr. Gustavo de Winne — Engenheiro, chefe, director na administração da Marinha;

Sr. Georges Goor — Conselheiro na administração da Marinha;

Sr. Gerard Vincent — Engenheiro.

CANADÁ

Delegados:

Sr. Alexander Johnston — Sub-ministro da Marinha;

Sr. Lucien Picaud — Secretario no Alto Commissariado do Canadá, em Londres.

Peritos:

Sr. capitão de fragata C. P. Edwards — Director dos serviços radiotelegraphicos do Marine Department;



Sr. Frank Mc Donnel — Presidente da Comissão de Inspeção aos navios, Marine Department;

Sr. capitão L. G. Dixon — Director dos serviços marítimos;

Sr. J. W. Bain — Engenheiro de radiotelegraphia, Marine Department;

Sr. capitão J. Gilies — Representante em Londres da Canadian Pacific Steamships, Limited;

Sr. capitão A. S. M. M. Nicholls — Representante em Londres da Canadian National Steamship Company.

Secretaria:

Mlle. N. Fredericks — Secretaria do Sub-ministro da Marinha;

DINAMARCA

Delegados:

Sr. Emil Krogh — Secretario adjuncto na Administração da Marinha do Ministerio da Industria, Commercio e Navegação;

Sr. V. Topsoe-Jensen — Juiz do Supremo Tribunal;

Sr. capitão V. Lorck — Examinador principal de capitães e pilotos da marinha mercante;

Sr. J. A. Korbin — Director Technico Gerente do Det Forenede Dampskibsselskab;

Sr. Aage H. Larsen — Engenheiro-Chefe do Ministerio da Industria, Commercio e Navegação:

Sr. Arnold Poulsen — Engenheiro no Ministerio da Industria, Commercio e Navegação:

Perito:

Sr. Hagelberg — Presidente da Associação Dinamarquesa dos Capitães de navios;

Secretario:

Sr. P. Villadsen — Ministerio da Industria, Commercio e Navegação.

ESPAÑA

Delegados:

Contra almirante D. Francisco Javier de Salas y Gonzalez — Chefe da Missão Naval na Europa;  
Comandante engenheiro Don José Rubi e Ruby;  
Capitão tenente Eduardo Garcia Ramirez.

ESTADO LIVRE DA IRLANDA

Delegados:

Sr. J. W. Dulanty — Commissario do Commercio do Estado Livre da Irlanda na Grã-Bretanha;

Sr. E. C. Foster — Inspector-chefe do Serviço Marítimo, Ministerio da Industria e Commercio.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

Delegados:

Deputado Wallace H. White, Junior. — Membro do Congresso, Presidente da Comissão de Marinha Mercante e Pescas;

Sr. Arthur J. Tyrer — Commissario de Navegação, Departamento do Commercio;

Sr. Charles M. Barnes — Chefe da Direcção dos Tratados, Ministerio do Exterior;

Sr. Contra Almirante George H. Rock. — Corpo das Construções Navaes, Marinha dos Estados Unidos, Chefe adjuncto da Repartição de Construções e Reparções, Ministerio do Marinha;

Capitão de Mar e Guerra Clarence S. Kempff. — Marinha dos Estados Unidos, Hydrograph, Ministerio da Marinha;

Sr. Dicke Son N. Hoover. — Inspector Geral do Serviço de Inspeção de Navios a Vapor, Ministerio do Commercio;

Sr. William D. Terrel. — Chefe da Divisão da Radio-electricidade, Ministerio do Commercio;

Contra Almirante reformado John P. Tawresey. — Corpo de Construções Navaes, Marinha dos Estados Unidos, United States Shipping Board;

Sr. Herbert B. Walker. — Presidente da American Steamship Owners' Association;

Sr. Henry G. Smith. — Presidente da National Council of American Shipbuilders;

Capitão Charles MC. Allister. — Presidente do American Bureau of Shipping.

Peritos:

Capitão Tenente E. L. Cochrane. — Corpo dos Constructores Navaes Bureau das Construcções e Reparações, Ministerio da Marinha;

Sr. J. C. Niedermair. — Ministerio da Marinha;

S. J. F. Macmillan, Theodore E. Ferris. — Architecto Naval, American Steamship Owners' Association;

Sr. David Arnott. — American Bureau of Shipping; Board;

Sr. A. J. Smith. — Marine Office of America;

Capitain N. B. Nelson. — Seamboat Inspection Service;

Tenente E. M. Webster. — United States Coast Guard;

Commander C. M. Austin. — Marinha Americana, Bureau de Navegação, Ministerio da Marinha;

Sr. E. B. Culvert. — United States Weather Bureau.

Secretario:

Sr. Vinton Chapin. — Foreign Service Officer.

FINLANDIA

Delegados:

Barão Gustaf Wrede. — Presidente do Shipping Board;

Capitão Vaino Bergman — Inspector de Navegação;

Cônsul Carl Kurten. — Director da Associação Finlandeza dos Armadores.

Perito:

Capitão Birger Brandt. — Finnish Shipmasters' Association.

FRANÇA

Delegados:

Sr. Rio. — Antigo Ministro e Senador;

Engenheiro Chefe da Marinha Haarbleicher. — Director dos Serviços da Frota de Commercio e Material Naval, Ministerio de Obras Publicas;

Engenheiro principal da Marinha Marie. — Direcção dos Serviços da Frota de Commercio e Material Naval;

Capitão de Mar e Guerra Thouroude. — Addido Naval da Embaixada de França em Londres;

Peritos:

Sr. De Berlhe. — Administração Delegado do Bureau Veritas;

Sr. Brillie. — Engenheiro Chefe do Conselho da Compagnie Generale Transatlantique;

Sr. Capitão Bureau. — National Meteorological Office;

Sr. De Catalanc. — General Marine Superintendent of the Compagnie Generale Transatlantique;

Sr. Dalix. — Director da Companhia Radiomaritima;

Sr. Dubois. — Inspector, Armement de la Compagnie des Messageries Maritimes;

Sr. Falcoz. — Engenheiro Chefe da Compagnie des Messageries Maritimes;

S. Fricker. — Engenheiro Principal do Bureau Veritas;

Sr. Nizery. — Director da Compagnie des Chargeurs Reunis;

Sr. Pinczon. — Engenheiro Chefe do Conselho des Chantiers de St. Nazaire;

Sr. Rossigneux. — Chefe do Serviço Technico do Comité Central des Armateurs de France.

Secretario:

Capitão Dilly. — Inspector de Navegação, Department of Public Works.

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA DO NORTE

Delegados:

Vice-Almirante Sir Herbert W. Richmond. — Royal Navy;

Sir Westcott Abell. — Professor de Architectura Naval,  
Armstrong College, Newcastle-on-Tyne;

Sir A. L. Ayre. — Vice-Presidente da Shipbuilding Em-  
ployers' Federation;

Capitão F. W. Bate. — Professional Officer, Mercan-  
tile Marine Department Board of Trade;

Sir C. H. Boyd. — Mercantile Marine Department, Board  
of Trade;

Sir William C. Courrie. — Presidente da Chamber of  
Shipping of the United Kingdom;

Sir A. J. Daniel. — Inspector principal de navios, Board  
of Trade;

Sir Normam Hill. — Presidente do Merchant Shipping  
Advisory Committee;

Sir Charles Hipwood. — Secretario principal adjunto,  
Mercantile Marine Department, Board of Trade;

Capitão A. R. H. Morrell — Trinity House;

Peritos:

Sir G. Gunning — Secretario Geral Assistente, National  
Union of Seamen;

Commander G. S. Horsburgh — Cunard Steamship Com-  
pany;

Commander F. G. Loring — Inspector of Wireless Tele-  
graphy, General Post Office;

Dr. G. C. Simpson — Director do Meteorological Office.

Secretario:

Sr. Walter Carter — Board of Trade;

Secretarios assistentes:

Sr. W. C. Fergusson — Board of Trade;

Sr. W. Graham — Board of Trade;

Sr. A. E. Lee — Board of Trade;

Sr. W. E. Stimpson — Board of Trade;

Sr. F. J. Waller — Board of Trade;

Sr. W. J. Wilton — Board of Trade.

INDIA

Delegados:

Sir Geoggrey L. Corbertt — Commerce Department, Go-  
vernment of India;

Capitão E. V. Whish — Port Officer, Bombay;  
Sr. M. A. Master — Director Geral da Scindia Steam  
Navigation Company.

ITALIA

Delegados:

Tenente-General de Porto G. Ingianni — Director Geral  
da Marinha Mercante;

Vice-Almirante A. Alessio — Chefe da Inspeção Techni-  
ca da Marinha Mercante;

Conde D. Rogeri Di Villanova — Conselheiro da Legação  
na Embaixada em Londres;

Sr. T. C. Giannini — Conselheiro de Emigração;

Major General de Porto F. Marena — Vice-Inspector das  
Capitanias do Porto;

General-engenheiro E. Ferretti — Chefe da Repartição  
Technica do Registro Naval e Aeronautico Italiano;

Sr. G. Gnome — Chefe do Serviço Telegraphico da Di-  
recção Geral dos Serviços Telegraphicos e Postaes;

Capitão de Fragata L. Biancheri — Da Marinha Real  
Italiana.

Peritos:

The Honourable I. M. Magrini — Membro do Parla-  
mento, Presidente da National Fascist Confederation of  
Seamen and Airmen;

Sr. M. Consulich — National Fascist Confederation of  
Maritime and Aerial Transport Enterprises;

Marquis L. Solari — Delegado Conselheiro da Radio Ma-  
rittima Italiana;

Sr. G. Solda — Inspector do Registro Naval e Aeronau-  
tico;

Captain L. Zino — National Fascist Confederation of  
Maritime Aerial Transport Enterprises.

Secretários:

Lieut-colonel of port S. Giacchetti — Chefe da Secre-  
taria do General Direction of the Mercantile Marine;

Capitão do Porto F. Falcolini — Addido á Secretaria da  
General Direction of the Mercantile Marine.

JAPÃO

Delegados:

Sr. Yukio Yamamoto — Inspector Geral na Repartição da Marinha Mercante, perito no Departamento das Comunicações;

Capitão de Mar e Guerra Schichihei Ota — Da Marinha Imperial Japoneza;

Sr. Itaro Ishii — Secretario de 1ª classe da Embaixada.

Peritos:

Sr. Sonoji Tsuchiya — Secretario do Local Administration Office of Communications;

Sr. Kasuma Minato — Perito no Departamento das Comunicações;

Sr. Sozo Ikushima — Perito no Departamento das Comunicações;

Sr. Kiyoji Seno — Perito no Departamento das Comunicações;

Commander Prince Tadashige Schimadzu — Addido Naval á Embaixada em Londres;

Sr. Toshio Takiyama — Perito no Local Administration Office of Communications;

Constructor-Lieut-Commander Narasaburo Masukata — Imperial Japanese Navy;

Sr. Toshinaga Saito — Gerente do Ship Drawing Office, Kobe Works of Mitsubishi Shipbuilding Company, Limited;

Sr. Yoshio Saito — Engenheiro Superintendente Assistente da Nippon Yusen Kabushiki Kaisha;

Sr. Motoki Matsumura — Addido;

Sr. Chuhei Anazawa — Perito no Departamento das Comunicações.

NORUEGA

Delegados:

Sr. B. Vogt — Ministro da Noruega em Londres;

Sr. L. T. Hansen — Director do Departamento da Marinha, Ministerio do Commercio e Navegação;

Sr. J. Schonheyder — Inspector Chefe da Divisão de Navios e Machinas, Ministerio do Commercio e Navegação;

Sr. Arth H. Methieson — Vice-Presidente da Associação Norueguesa de Armadores;

Capitão N. Marstrander — Presidente da Repartição da Associação Norueguesa dos Capitães de Navios;

Sr. A. Birkeland — Director da União Norueguesa de Marinheiros e Foguistas.

**Peritos:**

Sr. E. Wettergreen — Chefe de Divisão, Ministerio do Commercio e Navegação;

Sr. K. S. Irgens — Primeiro Capitão da Norwegian America Line;

Commandante Chr. Meyer — Secretario Assistente da 'Norwegian Shipowners' Association.

**HOLLANDA**

**Delegados:**

Vice-Almirante C. Fock — Inspector Geral da Navegação;

Sr. C. H. de Goeje — Ex-Inspector Geral da Navegação, Indias Neerlandezas;

Sr. A. van Driel — Consultor de Architectura Naval, Serviço de Inspeção Maritima;

Sr. J. A. Bland Van Den Berg — Inspector da Radiotelegraphia Costeira e Maritima;

Sr. Phs. van Ommeren, Junior — Presidente da Phs. van Ommeren, Limited;

Sr. H. G. J. Uilkens — Ex-Comodoro da Netherland Steamship Company.

**Secretario:**

Jonkheer H. P. J. Bosch van Drakestein — Addido á Legação da Hollanda em Londres.

**SUECIA**

**Delegados:**

Barão Palmstierna — Ministro da Suecia em Londres;

Sr. Nils Gustaf Nilsson — Sub-Secretario adjuncto na Administração Central do Commercio;



Capitão Erik Axel Fredrik Eggert — Perito marítimo no Social Board.

Peritos e delegados Assistentes:

Sr. Axel Sigurd Litstrom — Engenheiro Chefe da Royal Telegraph Office;

Sr. Gunnar Mac Erik Boos — Primeiro Amanuense da Bord of Trade;

Captain John Nils Gunnar Andeerberg — The Swedish Shipowners' Association;

Captain Nils Petter Larsson — Presidente da Swedish Society of Masters and Officers of the Mercantile Marine;

Sr. Nicklas Olsson — Presidente da Swedish Seamen's Union.

#### UNIÃO DAS REPUBLICAS SOVIETICAS SOCIALISTAS

Delegados:

Sr. Jan Lvovitch Arens — Conselheiro da Embaixada da U. R. S. S. em Paris;

Capitão Karl Pavlovitch Eggi — Commandante do quebra-gelos Lenin, frota mercante dos soviets, (Sovtorgflot).

Perito e secretario:

Sr. Peter Nikolaevitch Matveeff — Inspector Chefe do Register of the U. S. S. R.

A Sociedade das Nações, tendo sido convidada a enviar representantes á Conferencia, como observadores, nomeou a seguinte delegação:

Sr. Robert Haas — Secretario Geral do Advisory and Technical Committee for Communications and Transit;

Sr. J. M. F. Romein — Secretario do Permanent Committee for Ports and Maritime Navigations.

Que por isso se reuniram em Londres.

Foi nomeado Presidente da Conferencia o Vice-Almirante Sir Herbert Richmond, e o Senhor Walter Carter foi nomeado Secretario Geral.

Para execução dos seus trabalhos a Conferencia constituiu as commissões seguintes, tendo sido nomeados os presidentes abaixo indicados:

Commissão de Construcção: contra-almirante Rock.

Commissão de Meios de Salvação: Sir Norman Nill.

Commissão de Radiotelegraphia: Sr. Giess.

Commissão de Segurança de Navegação: Sir Charles Hipwood.

Commissão de Certificados: major-general Marena.

Commissão de Disposições Geraes: Sir Charles Hipwood.

Commissão de Redacção: Senador Rio.

No decurso de uma série de reuniões, que se realizaram entre 16 de abril de 1929 e 31 de maio de 1929, foi elaborada uma Convenção, datada de 31 de maio de 1929, para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

## I

Por ocasião da assignatura da Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída hoje, os Plenipotenciarios abaixo assignados accordaram no que segue:

### OPERADORES DIPLOMADOS

Com o fim de assegurar a entrada em vigor, numa data approximada da do accordo internacional, que torna obrigatoria a installação da radiotelegraphia a bordo de todos os navios de carga, de arqueação bruta igual ou superior a 1.500 toneladas, e de augmentar assim em geral a segurança da vida humana no mar, os Governo contractantes se compromettem a empregar todos os esforços para promover modificação da Convenção Radiotelegraphica Internacional com o fim de se fixarem, como seguem, as exigencias sobre a velocidade minima em serviço e ser attingida por um operador a bordo dos navios obrigatoriamente munidos de installações:

"Transmissão correcta e recepção auditiva correcta de grupos do codigo (mistura de letras, de numeros e de signaes de pontuação) á velocidade de 16 (dezeseis grupos por minuto). Cada grupo do codigo deve comprehender 5 (cinco) caracteres, contando-se cada numero ou signal de pontuação por 2 (dois) caracteres".

No caso da Conferencia Radiotelegraphica Internacional se julgar inhabilitada para approvar a proposta acima, a

presente Conferencia opina pela necessidade do estabelecido de novo Certificado contendo as qualificações exigidas aos operadores de tal Certificado devem ser autorizados a fazer correspondencia publica nas estações a bordo de navios de 3ª categoria tal como é definida pela Convenção Radiotelegraphica de Washington.

## II

A Conferencia registra as seguintes declarações das delegações abaixo mencionadas:

### (A.)

Os Plenipotenciarios dos Estados Unidos da America declaram formalmente que a assignatura por elles apposta na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, em data de hoje, não deverá ser considerada como indicação de que o Governo dos Estados Unidos da America reconhece o regime ou entidade signataria ou adherente á Convenção como o Governo de um paiz, desde que tal regime ou entidade não esteja reconhecido, pelo Governo dos Estados Unidos da America, como Governo desse paiz.

Os Plenipotenciarios dos Estados Unidos da America declaram, além disso, que a participação dos Estados Unidos da America na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assignada hoje, não envolve, por parte dos Estados Unidos da America, qualquer obrigação contractual para com o paiz representado por entidade ou regime que o Governo dos Estados Unidos da America não reconhece como Governo desse paiz, até que tal paiz tenha o seu Governo reconhecido pelo dos Estados Unidos da America.

### (B.)

A Delegação da União das Republicas Sovieticas Socialistas declara que o Governo da União das Republicas Sovieticas Socialistas, não sendo parte contractante na Convenção Radiotelegraphica Internacional de 1927, não se considera ligado ao compromisso que figura na Parte I deste Acto

Final, mas applicará, após ratificação da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, e dará plena effectivação dos artigos desta ultima Convenção e seus annexos, em que é feita referencia ás prescripções da dita Convenção Radiotelegraphica, sómente como parte contractante da Convenção para Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

### III

A Conferencia adopta tambem as seguintes recommendações:

#### RELATIVAMENTE Á CONSTRUÇÃO

##### 1. *Estabilidade*

A Conferencia examinou a necessidade e possibilidade pratica de adoptar regras relativas á estabilidade, tendo prevaecido a opinião de que, presentemente, é apenas possivel, na pratica, adoptar as prescripções geraes, relativas á experiencia de estabilidade nos navios novos de passageiros, contidas no artigo 8.º A Conferencia deseja comtudo chamar a attenção dos Governos contractantes para o facto de ser desejavel que cada Administração estude a questão da estabilidade para os differentes typos nacionaes de navio e de tráfego, e que os Governos contractantes transmittam uns aos outros as informações obtidas sobre este assumpto.

##### 2. *Aberturas nas anteparas e amuradas dos navios*

As objecções relativas ás aberturas, que podem algumas vezes ser abertas pelo mar, nas amuradas dos navios e nas anteparas estanques transversaes e principaes foram examinadas por esta Conferencia, mas a Conferencia julga não ser actualmente pratico adoptar regras internacionaes relativas a taes aberturas e que sejam mais severas das constantes nas regras.

A Conferencia recommenda comtudo, que os diversos Governos se esforcem em especial <sup>por</sup> assegurar que, em cada caso, seja reduzido ao minimo o numero de taes aberturas, principalmente as vigias moveis em torno da charneira.

das amuradas, abaixo da linha de segurança em avaria, e as portas collocadas nas partes inferiores das anteparas do compartimento das machinas.

### *3. Trafegos que apresentam risco especial*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar emite a opinião de que ha trafegos, como os de passageiros entre a Inglaterra e os portos visinhos do continente, nos quaes os riscos de mar são, devido ao tempo e ás condições de trafego, excepcionaes e onde é praticavel, em razão de ausencia de carga, adoptar gráu de compartimentagem mais elevado que o prescripto pela Convenção. A Conferencia, portanto, recommenda que os Governos contractantes interessados considerem a adopção, no caso de navios empregados principalmente no transporte de passageiros naquelles trafegos, de gráu mais elevado de compartimentagem, na medida do que fôr julgado possivel e razoavel.

#### RELATIVAMENTE AOS MEIOS DE SALVAÇÃO, ETC.

### *4. Meios de se agarrar ás embarcações*

A Conferencia Internacional sobre a Segurança da Vida Humana no Mar recommenda que os Governos contractantes deveriam considerar a possibilidade pratica de exigir que as embarcações salva-vidas, transportadas pelos navios registados nos seus portos, sejam providas de meios aptos a permittirem ás pessoas deitar mão ás embarcações quando estejam essas voltadas no mar e isso sem augmentar os riscos inherentes ao lançamento ao mar dessas embarcações.

### *5. Mercadorias perigosas*

A Conferencia Internacional sobre a Segurança da Vida Humana no Mar recommenda que sejam feitos todos os possiveis esforços em vista de se chegar a accordo internacional sobre as mercadorias consideradas perigosas, na conformidade do artigo 24 da presente Convenção, e sobre a fixação de regras uniformes para a embalagem e estiva de taes mercadorias.

RELATIVAMENTE À RADIOTELEGRAPHIA

6. *Signaes de alarme*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, havendo approved o emprego do receptor automatico de alarme, para assegurar a escuta, e prevendo a installação de grande numero destes receptores a bordo de navios de passageiros e de carga, em proximo futuro, recommenda que a seguinte Conferencia Internacional Radiotelegraphica prescreva que "o signal de alarme deve, em regra geral, preceder o signal de soccorro.

7. *Avisos de cyclone*

A Conferencia Internacional sobre a Segurança da Vida Humana no Mar, considerando que é de importancia mais relevante prevenir naufragios do que prestar soccorros, verificado após o sinistro, e sendo de opinião que, em certos casos deve ser empregado, para tal fim, o receptor automatico de alarme, recommenda, com muito interesse, que a proxima Conferencia Internacional Radiotelegraphica autorize os Governos a permittir que estações costeiras, sob a sua jurisdição, façam preceder pelo signal de alarme as decisões de avisos urgentes de cyclones.

8. *Comprimento de ondas*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar chama a attenção dos Governos interessados para o facto de ser desejavel assegurar que os signaes de soccorro emittidos sobre um comprimento de onda do typo A2 possam ser ouvidos sobre um campo de frequencias bastante largo.

A Conferencia deseja tambem chamar a attenção para as disposições do art. 5º, § 11, das Regras annexas á Convenção Internacional Radiotelegraphica de Washington, de 1927, e accentuar que as transmissões radiotelegraphicas sobre frequencias vizinhas de onda de soccorro tornarão inefficazes os receptores automaticos de alarme, que utilizem o signal de

alarme definido no artigo 19, § 21 (e), das alludidas Regras. A Conferencia, portanto, deseja sublinhar a importancia que tem, no interesse da vida humana no mar, o facto de se evitar o uso de emissões radiotelephonicas na vizinhança da onda de soccorro, excepção feita entretanto dos casos de urgencia.

#### RELATIVAMENTE Á SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

##### 9. *Do auxilio prestado á navegação pela radioelectricidade*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar recommenda que os Governos Contractantes estabeleçam e mantenham systema adequado ao auxilio a ser prestado á navegação por meio da radioelectricidade e tomem as necessarias medidas para assegurar a efficiencia e bom funcionamento de taes serviços.

##### 10. *Signaes radiotelegraphicos e submarinos sincronizados*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar é favoravel ao desenvolvimento das installações de aparelhos de determinação de distancias, susceptiveis de emittir signaes radioelectricos sincronizados e signaes submarinos, na medida em que forem necessarios á navegação para o fim de determinar distancias e posições dos navios.

##### 11. *Apparelho de sondagem pelo som*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar lembra aos Governos Contractantes que deveriam promover o desenvolvimento e uso dos aparelhos de sondagem pelo som.

##### 12. *Signaes de Soccorro*

A Conferência Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar é de opinião que os signaes entre as estações de soccorro e os navios em perigo e, reciprocamente, os signaes entre os navios em perigo e as estações de salvação, deveriam ser internacionalizados.

### 13. *Luzes em terra*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar é de opinião que, tanto quanto possível, deveriam ser tomadas pelas Administrações medidas tendentes a regularizar a posição a intensidade dos pharóes em terra, na vizinhança das entradas dos portos, de fórma a evitar que taes pharóes possam ser confundidos com os do porto ou impeçam a visão dos signaes luminosos destinados á navegação.

### AERONAVES

### 14. *Regras para evitar abalroamentos*

Segundo as regras internacionaes para evitar abalroamentos, as aeronaves, quando pousadas no mar, entram dentro da definição de "navios a vapor". Como tal, são obrigados a exhibir pharóes de nãvegação, fazer signaes e manobrar, tanto em relação aos navios de superficie, como em relação a outras aeronaves, de modo que nem sempre é-lhes possível por motivo de suas especiaes e particulares condições. Por outro lado, estas aeronaves podem e devem tomar a iniciativa de certas medidas, de que assumem a responsabilidade, a effeito de evitar abalroamentos com navios de superficie ou com outras aeronaves pousadas na agua e é portanto necessario que os seus direitos e deveres, quando pousados n'agua, sejam definidos. Afim de se conseguir accordo internacional abrangendo as disposições das regras internacionaes para evitar abalroamentos — applicaveis tanto aos navios de superficie, como ás aeronaves, quando pousadas em alto mar ou sobre as aguas das costas e com elle ligadas e que sejam navegaveis por navios de mar — a Conferencia lembra, no interesse da salvaguarda da vida humana no mar, que esta questão seja estudada pelas autoridades competentes dos paizes interessados, de fórma a poder haver troca de impressões em ordem a taes esforços se concretizarem em accordo internacional. A Conferencia solicita do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte que tome a proposito as medidas necessarias.



RELATIVAMENTE A CERTIFICADOS

15. *Reconhecimento das disposições regulamentares  
da Convenção*

Reconhecendo a importancia da applicação das disposições regulamentares da Convenção no mais curto prazo possível, recommenda-se que os Governos contractantes tomem todas as medidas possíveis destinadas a assegurar o reconhecimento dos navios empregados no trafego internacional que, a partir da data da assignatura da Convenção, estejam em regra com as referidas disposições.

Em firmeza do que, os abaixo assignados, appuzeram a sua assignatura ao presente Acto.

Feito em Londres, aos trinta e um dias do mez de maio de mil novecentos e vinte e nove, em um unico exemplar, a ser depositado nos archivos do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, que entregará cópias certificadas authenticas a todos os Governos signatarios.

Sthamer.

Gustav Königs.

Arthur Werner.

Walter Laas.

Otto Riess.

Hermann Giess.

Hugo Dominik.

Henry James Feakes.

Thomas Free.

A. de Gerlache de Gomery.

G. de Winne.

A. Johnston.

Lucien Pacaud.

Emil Krogh.

V. Lorck.

P. Valladsen.

Javier de Salas.

John Whelan Dulanty.

E. C. Foster.

Wallace H. White.

Arthur J. Tyrer.  
Charles M. Barnes.  
Geo H. Rock.  
Clarence S. Kempff.  
Dickerson N. Hoover.  
W. D. Terrell.  
John G. Tawresey.  
Herbert B. Walker.  
Charles A. Mc Allister.  
Edward L. Cochrane.  
J. C. Niedermals.  
John F. Mac Millan.  
David Arnott.  
N. B. Nelson.  
E. M. Webster.  
E. B. Calvert.  
Vinton Chapin.  
Gustaf Wrede.  
V. Bergman.  
Karl Kurten.  
Rio.  
A. Haarbleicher.  
Jean Marie.  
F. Thouroude.  
H. Brillie.  
Fricker.  
J. Pinczon.  
R. Rossigneux.  
Ch. Dilly.  
H. W. Richmond.  
Westcott Abell.  
A. L. Ayre.  
F. W. Bate.  
C. H. Boyd.  
William C. Currie.  
A. J. Daniel.  
Jorman Hill.  
C. Hipwood.  
A. Morrell.

Walter Carter.  
W. C. Fergusson.  
W. Graham.  
A. E. Lee.  
W. E. Stimpson.  
F. J. Walter.  
W. J. Wilton.  
G. L. Corbertt.  
E. V. Whish.  
Mansukhlal Atmaram Master.  
Giulio Ingianni.  
Alberto Allesio.  
Delfino Rogeri di Villanova.  
Torquato C. Giannini.  
Francisco Marena.  
Ernesto Ferretti.  
G. Gneme.  
Luigi Biancheri.  
M. Consulich.  
Salvatore Giachetti.  
Frederico Falcolini.  
Yukio Iamamoto.  
Shichihei Ota.  
Itaro Ishii.  
Sonoji Tsuchiya.  
Kazuma Minato.  
S. Ikushima.  
K. Seno.  
Shimadzu.  
N. Masukata.  
T. Saito.  
Y. Saito.  
Motoki Marsumura.  
C. Anazawa.  
B. Voot.  
L. T. Hansen.  
Arth H. Mathiesen.  
E. Wettergreen.

C. Fock.  
C. H. de Goeje.  
A. van Direl.  
J. A. Bland van den Berg.  
Phs. van Ommeren.  
H. G. J. Uilkens.  
H. Bosch van Drakestein.  
Erik Palmstierna.  
Nils Gustaf Nilsson.  
A. Sigurd Litstrom.  
G. Mac Erik Boos.  
Nicklas Olsson.  
J. Arens.  
K. Eggi.  
P. Matveeff.

---

DECRETO N. 1.095 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão do Governo da Esthonia á Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Esthonia á Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma a 16 de abril de 1929, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da Italia nesta capital, por nota de 4 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

### NOTA VERBAL

A Real Embaixada de Italia tem a honra de communicar ao Ministerio das Relações Exteriores que o Encarregado de Negocios da Esthonia em Roma notificou ao Ministerio dos Negocios Estrangeirs, em 5 de agosto de 1936, a adhesão de seus Governo á Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma a 16 de abril de 1929.

Com relação ao art. 22 da dita Convenção, o acto de adhesão acha-se acompanhado da seguinte declaração:

“As Estações Experimentaes de molestias de plantas e de Entomologia, em Raadi, proximo de Tartu, devem-se considerar como instituições officiaes da Esthonia para estudos e pesquisas scientifico-technicas de microbiologia, de pathologia e de zoologia applicadas á agricultura, constantes do art. 2, n. 1, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma a 16 de abril de 1929.”

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores do Brasil — Rio de Janeiro.

---

### DECRETO N. 1.100 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1936

*Proroga por mais noventa dias o prazo fixado pelo art. 1º do decreto n. 915, de 21 de junho de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usado da attribuição que lhe confere o art. 1º do decreto legislativo n. 20, de 18 do corrente mez e nos termos da emenda numero um á Constituição da Republica, decreta:

Art. 1º E' prorogado por mais noventa dias o prazo fixado pelo art. 1º do decreto n. 915, de 21 de junho de 1936.

Art. 2º Permanecem em vigor todas as disposições constantes do decreto n. 702, de 21 de março de 1936, bem assim as do decreto n. 789, de 3 de maio do mesmo anno.

Art. 3.º O presente decreto entrará em vigor immediatamente e seu texto será communicado por via telegraphica aos governadores dos Estados e ao interventor federal no Territorio do Acre.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Henrique Aristides Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 1.126 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1936

*Promulga a Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruzellas, a 10 de abril de 1926, por ocasião da Conferencia Internacional de Direito Marítimo, completada posteriormente por um Protocollo Adicional, firmado na mesma cidade, a 24 de maio de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sido ratificada a Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926, por ocasião da Conferencia Internacional de Direito Marítimo, completada posteriormente por um Protocollo Adicional, firmado na mesma cidade, a 24 de maio de 1934;

Havendo o Governo Brasileiro effectuado, a 23 de dezembro de 1930, o deposito do instrumento de ratificação do referido acto internacional, no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Belgica;

E tendo confirmado a citada Convenção no que se referia ao respectivo Protocollo Additional pela Carta de ratificação depositada, a 19 de maio de 1936;

Attendendo a que a ratificação feita a 23 de dezembro de 1930 ficou aprovada *ex-vi* do disposto no artigo 18 das disposições transitorias da Constituição em vigor, relativa á validade dos actos do Governo Provisorio;

Decreta que a Convenção alludida e o seu Protocollo Additional, appensos por cópia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

### GETULIO DORNELLES VARGAS

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber, aos que a presente Carta de retificação vierem, que, entre os Estados Unidos do Brasil e outros paizes, foi concluida e assignada, em Bruxellas, a 10 de abril de 1926, uma Convenção internacional, para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, completada posteriormente por um Protocollo additional, firmado na mesma cidade a 24 de Maio de 1934, textos esses do teor seguinte:

#### CONVENTION INTERNATIONALE

Pour l'unification de certaines règles concernant les immunités des navires d'État signée a Bruxelles, le 10, avril 1926.

Le Président du Reich Allemand, Sa Majesté le Roi des Belges, le Président de la République du Brésil, le President

de la République du Chili, sa Majesté le Roi de Danemark et d'Islande, Sa Majesté le Roi d'Espagne, le Chef de L'Etat Esthonien, le Président de la République Française, Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande et des Possessions Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes, Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie, Sa Majesté le Roi D'Italie, Sa Majesté L'Empereur du Japon, le Président de la République de Lettonie, le Président de la République du Mexique, Sa Majesté le Roi de Norvege, Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, le Présidente de la République de Pologne, le Présidente de la République Portugaise, Sa Majesté le Roi de Roumanie, Sa Majesté le Roi des Serbes, Croates et Slovenes et Sa Majesté le Roi de Suède.

Ayant reconnu l'utilité de fixer de commun accord certaines règles uniformes concernant les immunités des navires d'Etat, ont décidé de conclure une Convention à cet effet et ont désigné pour leurs Plénipotentiaires, à savoir:

M. le Président du Reich Allemand:

S. E. M. von Keller, Ministre d'Allemagne à Bruxelles,

Dr. Goes, Conseiller de Légation référendaire,

Dr. Richter, Conseiller au Ministère de la Justice du Reich, Conseiller intime de régence,

M. Werner, Premier Conseiller de régence au Ministère des Affaires Economiques du Reich, Conseiller intime de justice,

M. Sieveking, avocat.

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. Franck, Membre de la Chambre des Représentants, Président du Comité Maritime International.

M. Le Jeune, Vice-Président du Comité Maritime International,

M. Sohr, Docteur en droit Professeur de droit Maritime à l'Université de Bruxelles, Secrétaire Général du Comité Maritime International.

M. Henri Rolin, Avocat, Chef de Cabinet du Ministre des Affaires Etrangères.



M. le Président de la République du Brésil:

M. de Pimentel Brandão, Conseiller de l'Ambassade du Brésil à Bruxelles.

M. le Président de la République du Chili:

S. E. M. Armando Quezada, Ministre du Chili à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Danemark et D'Islande:

M. K. Sindballe, Docteur en droit, Professeur à la faculté de droit de l'Université de Copenhague.

Sa Majesté le Roi D'Espagne:

Don Lorenzo de Benito y Endara, Ancien Professeur de droit commercial de l'Université de Madrid.

Don Miguel de Angulo y Riamond, Lieutenant-Auditeur de 1ère classe de la Marine de Guerre, Assesseur de la Direction de navigation et de pêche.

Don Juan Gomez Montejo, Officier premier du corps technique d'Avocats de la Direction Générale de la Justice, des Cultes et des Affaires Générales au Ministère de Grâce et Justice.

M. le Chef de L'Etat Esthonien:

S. E. M. Charles Pusta, Ministre d'Esthonie à Bruxelles.

M. le Président de la République Française:

M. Degrand, Conseiller de l'Ambassade de la République Française à Bruxelles,

M. de Rousiers, Secrétaire Général du Comité des Armateurs de France,

M. Georges Ripert, Professeur à la Faculté de Droit de Paris.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande et des Possessions Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes.

Sir Leslie Scott, K. C., M. P., avocat général de Sa Majesté.

L'Honorable Hugh Godley, du Bureau du Conseil parlementaire,

M. Georges P. Langton, Avocat, Secrétaire Général  
du Comité Maritime International,

M. R. M. Greenwood, C. B. E.

Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie:

M. le Comte Olivier Woracziczky, Baron de Pabienitz, Chargé d'Affaires de Hongrie à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi d'Italie:

M. François Berlingieri, Professeur de Droit Maritime à l'Université de Gênes,

S. E. le Commandeur Charles Rossetti, Ministre Plénipotentiaire, Délégué italien aux Commissions fluviales internationales, Président du Comité rhénan pour l'unification du droit privé fluvial,

M. Torquato Giannini, Professeur, Commissaire de l'Emigration.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

M. Mechiyoshi Nakanishi, Juge, Premier Président de la Cour d'appel à Nagasaki,

M. Hiroyuki Kaway, Conseiller-Ministre de l'Ambassade du Japon à Bruxelles.

M. Yasuo Ko, Capitaine de frégate, attaché naval à l'Ambassade du Japon à Paris,

M. Nobukatsu Nagaoka, Secrétaire au Ministère des Communications.

M. le Président de la République de Lettonie:

M. le Président de la République du Mexique:

S. E. M. le Dr. Rafael Cabrera, Ministre du Mexique à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Norvege:

M. E. Alten, Conseiller à la Cour Suprême.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

S. E. le Jonckheer van Vredenburg, Ministre des Pays-Bas à Bruxelles,

M. B. C. J. Loder, Juge à la Cour permanente de  
Justice Internationale,

M. C. D. Asser, Jr., Avocat,

M. G. Van Slooten, Membre de la Haute Cour Mili-  
taire de Justice, Conseiller à la Cour d'Appel.

M. le Président de la République de Pologne et la Ville  
Libre de Dantzig:

S. E. M. le Comte Szembek, Ministre de Pologne à  
Bruxelles,

M. Jean Namitkiewicz, Juge-Arbitre polonais au  
Tribunal Arbitral Mixte germano-polonais, Con-  
seiller à la Cour d'Appel, Professeur à l'Uni-  
versité de Varsovie.

M. le Président de la République Portugaise:

S. E. M. J. Batalha de Freitas, Ministre de Portu-  
gal à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Roumanie:

M. Bals, Conseiller à la Cour de Cassation,

S. E. M. Contzesco, Ministre Plénipotentiaire et  
Envoyé Extraordinaire, délégué à la Commis-  
sion Internationale du Danube.

Sa Majesté le Roi des Serbes, Croates et Slovènes:

S. E. M. Jovan Voutchovitch, Ministre du Royaume  
des Serbes, Croates et Slovènes,

M. Milorad Straznicky, Docteur en Droit, Professeur  
à la faculté de droit à l'Université de Zagreb,

M. Ante Verona, Docteur en Droit, Ancien Vice-Pré-  
sident de la Cour de Cassation à Zagreb, Pro-  
fesseur à l'Université de Zagreb.

Sa Majesté le Roi de Suede:

M. Algot Johan Fredrik Bagge, Conseiller référen-  
daire à la Cour Suprême.

Lesquels à ce dûment autorisés, sont convenus de ce  
qui suit:

## Article 1.

Les navires de mer appartenant aux Etats ou exploites par eux, les cargaisons leur appartenant, les cargaisons et passagers transportés par les navires d'Etat, de même que les Etats qui sont propriétaires de ces navires ou qui les exploitent, ou qui sont propriétaires de ces cargaisons, sont soumis, en ce qui concerne les réclamations relatives à l'exploitation de ces navires ou au transport de ces cargaisons, aux mêmes règles de responsabilité et aux mêmes obligations que celles applicables aux navires, cargaisons et armements privés.

## Article 2.

Pour ces responsabilités et obligations, les règles concernant la compétence des tribunaux, les actions en justice et la procédure, sont les mêmes que pour les navires de commerce appartenant à des propriétaires privés et que pour les cargaisons privées et leurs propriétaires.

## Article 3.

§ 1<sup>er</sup>. Les dispositions de deux articles précédents ne sont pas applicables aux navires de guerre, aux yachts d'Etat, navires de surveillance, bateaux-hôpitaux, navires auxiliaires, navires de ravitaillement et autres bâtiments appartenant à un Etat ou exploités par lui et affectés exclusivement, au moment de la naissance de la créance, à un service gouvernemental et non commercial, et ces navires ne seront pas l'objet de saisies, d'arrêts ou de détentions par une mesure de justice quelconque ni d'aucune procédure judiciaire "in rem".

Toutefois, les intéressés ont le droit de porter leurs réclamations devant les tribunaux compétents de l'Etat, propriétaire du navire ou l'exploitant, sans que cet Etat puisse se prévaloir de son immunité:

1.° Pour actions du chef d'abordage ou d'autres accidents de navigation;

2.° Pour les actions du chef d'assistance, de sauvetage et d'avaries communes;

3.° Pour les actions du chef de réparation, fournitures ou autres contrats relatifs au navire.

§ 2. Les mêmes règles s'appliquent aux cargaisons appartenant à un Etat et transportées à bord des navires ci-dessus visés.

§ 3. Les cargaisons appartenant à un Etat et transportées à bord de navires de commerce, dans un but gouvernemental et non commercial, ne seront pas l'objet de saisies, arrêts ou détentions par une mesure de justice quelconque, ni d'aucune procédure judiciaire "in rem".

Toutefois, les actions du chef d'abordage et d'accident nautique, d'assistance et de sauvetage et d'avaries communes, ainsi que les actions du chef des contrats relatifs à ces cargaisons pourront être poursuivies devant le Tribunal ayant compétence en vertu de l'article 2.

#### ARTICLE 4.

Les Etats pourront invoquer tous les moyens de défense, de prescription et de limitation de responsabilité dont peuvent se prévaloir les navires privés et leurs propriétaires.

S'il est nécessaire d'adapter ou de modifier les dispositions relatives à ces moyens de défense, de prescription et de limitation en vue de les rendre applicables aux navires de guerre ou aux navires d'Etat rentrant dans les termes de l'article 3, une convention spéciale sera conclue à cet effet. En attendant, les mesures nécessaires pourront être prises par les lois nationales en se conformant à l'esprit et aux principes de la présente convention.

#### ARTICLE 5.

Si, dans le cas de l'article 3, il y a, dans le sentiment du Tribunal saisi, un doute au sujet de la nature gouvernementale et non commerciale du navire ou de la cargaison, l'attestation signée par le représentant diplomatique de l'Etat contractant auquel appartient le navire ou la cargaison, produite

à l'intervention de l'Etat devant les Cours et Tribunaux desquel le litige est pendant, vaudra preuve que le navire ou la cargaison rentre dans les termes de l'article 3, mais seulement en vue d'obtenir la mainlevée de saisies, d'arrêts ou de détentions ordonnés par justice.

ARTICLE 6..

Les dispositions de la présente Convention seront appliquées dans chaque Etat contractant sous la réserve de ne pas en faire bénéficier les Etats non contractants et leurs ressortissants, ou d'en subordonner l'application à la condition de réciprocité.

D'autre part, rien n'empêche un Etat contractant de régler par ses propres lois les droits accordés à ses ressortissants devant ses tribunaux.

ARTICLE 7.

En temps de guerre, chaque Etat contractant se réserve le droit, par une déclaration notifiée aux autres Etats contractants, de suspendre l'application de la présente convention, en ce sens qu'en pareil cas, ni les navires lui appartenant ou exploités par lui, ni les cargaisons lui appartenant ne pourront être l'objet d'aucun arrêt, saisie ou détention par une Cour de Justice étrangère. Mais le créancier aura le droit d'intenter son action devant le Tribunal compétent en vertu des articles 2 et 3.

ARTICLE 8.

Rien dans la présente convention ne porte atteinte aux droits des Etats contractants de prendre les mesures que peuvent commander les droits et devoirs de la neutralité.

ARTICLE 9.

A l'expiration du délai de deux ans au plus tard à compter du jour de la signature de la Convention, le Gouvernement belge entrera en rapport avec les Gouvernements des Hautes Parties contractantes qui se seront déclarées prêtes à

la ratifier, à l'effet de faire décider s'il y a lieu de la mettre en vigueur. Les ratifications seront déposées à Bruxelles à la date qui sera fixée de commun accord entre lesdits Gouvernements. Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Etats qui y prendront part et par le Ministre des Affaires étrangères de Belgique.

Les dépôts ultérieurs se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement belge et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent ainsi que des instruments de ratification qui les accompagnent, sera immédiatement par les soins du Gouvernement belge et par voie diplomatique, remise aux Etats que ont signé la présente Convention ou qui y auront adhéré. Dans les cas visés à l'alinéa précédent, ledit Gouvernement fera connaître, en même temps, la date à laquelle il a reçu la notification.

#### ARTICLE 10.

Les Etats non signataires pourront adhérer à la présente Convention, qu'ils aient été ou non représentés à la Conférence internationale de Bruxelles.

L'Etat qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement belge, en lui transmettant l'acte d'adhésion, qui sera déposé dans les archives du dit Gouvernement.

Le Gouvernement belge transmettra immédiatement à tous les Etats signataires, ou adhérents, copie certifiée conforme de la notification, ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification. —

#### ARTICLE 11.

Les Hautes Parties contractantes peuvent, au moment de la signature, du dépôt des ratifications ou lors de leur adhésion déclarer que l'acceptation qu'elles donnent à la présente Convention ne s'applique pas, soit à certains, soit à aucun

des Dominions autonomes, colonies, possessions, protectorats ou territoires d'outremer, se trouvant sous leur souveraineté ou autorité. En conséquence, elles peuvent ultérieurement adhérer séparément au nom de l'un ou de l'autre de ces Dominions autonomes, colonies, possessions, protectorats ou territoires d'outremer, ainsi exclus de leur déclaration originale. Elles peuvent aussi, en se conformant à ces dispositions, dénoncer la présente Convention, séparément pour l'un ou plusieurs des Dominions autonomes, colonies, possessions, protectorats ou territoires d'outremer, se trouvant sous leur souveraineté ou autorité.

#### ARTICLE 12

A l'égard des Etats qui auront participé au premier dépôt de ratifications, la présente Convention produira effet un an après la date du procès-verbal de ce dépôt. Quant aux Etats qui la ratifieront ultérieurement ou qui y adhéreront, ainsi que dans les cas où la mise en vigueur se fera ultérieurement et selon l'article 11, elle produira effet six mois après que les notifications prévues à l'article 9, alinéa 2, et à l'article 10, alinéa 2, auront été reçues par le Gouvernement belge.

#### ARTICLE 13

S'il arrivait qu'un des Etats contractants voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement belge, qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à tous les autres Etats, en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation produira ses effets à l'égard de l'Etat seul qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement belge.

#### ARTICLE 14

Chaque Etat contractant aura la faculté de provoquer la réunion d'une nouvelle conférence, dans le but de rechercher les améliorations qui pourraient être apportées à la présente convention.



Celui des Etats qui ferait usage de cette faculté aurait à notifier, un an à l'avance, son intention aux autres Etats, par l'intermédiaire du Gouvernement belge, qui se chargerait de convoquer la conférence.

Fait à Bruxelles, en un seul exemplaire, le 10 avril 1926.

Pour l'Allemagne:

(signé) von Keller.

(signé) Goes,

(signé) Richter,

(signé) Werner.

Pour la Belgique:

(signé) Louis Franck,

(signé) Henri Rolin,

(signé) Sohr.

Pour le Brésil:

(signé) M. de Pimentel Brandão (*ad referendum*).

Pour le Chili:

(signé) Armando Quezada.

Pour le Danemark:

(signé) Kristian Sindbale.

Pour l'Espagne:

(signé) L. Benito (*ad referendum*),

(signé) Juan Gomez Montejo (*ad referendum*),

(signé) Miguell de Angulo (*ad referendum*).

Pour l'Esthonie:

(signé) C. R. Pusta.

Pour la France:

(signé) Degrand,

(signé) Paul de Rousiers,

(signé) Georges Ripert.

Pour la Grande-Bretagne:

(signé) Leslie Scott (*ad referendum*),

(signé) Hugh Godley (*ad referendum*).

Pour la Hongrie:

(signe) Woracziczky.

Pour l'Italie:

(signé) Berlingieri,

(signe) Carlo Rossetti,

(signé) Torquato Giannini.

Pour le Japon:

Pour la Lettonie:

Pour le Mexique:

(signé) Raf. Cabrera (*ad referendum*).

Pour la Norvege:

(signé) E. Alten.

Pour les Pays-Bas:

(signé) van Vredenburg,

(signé) Loder,

(signé) Asser,

(signé) Van Slooten.

Pour la Pologne et la Ville Libre de Dantzig:

Pour la Pologne seulement:

(signé) Szembek,

(signé) J. Namitkiewicz.

Pour le Portugal:

(signé) d'Oliveira (1).

Pour la Roumanie:

(signé) Bals (*ad referendum*).

---

(1) S. E. M. J. Batalha de Freitas, que avait reçu des pouvoirs pour négocier la convention, ne s'étant pas trouvé en mesure de signer celle-ci à la date du 10 avril 1926, ce fut S. E. M. A. d'Oliveira, désigné peu après en qualité de Ministre de Portugal près S. M. le Roi des Belges, qui procéda à la signature au nom de M. le Président de la République Portugaise.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovenes:

(signé) Jovan Voutchovitch, Ministre des Serbes.

Croates e Slovènes,

(signé) Milorad Straznicky,

(signé) Verona.

Pour la Suede:

(signé) Algot Bagge (*ad referendum*).

### PROTOCOLE

Signé a Bruxelles, le 24, mai 1934, additionel a la Convention Internationale pour l'unification de certaines règles concernant les immunités des navires d'État, signée a Bruxelles, le 10 avril 1926.

#### LES GOUVERNEMENTS SIGNATAIRES DE LA CONVENTION INTERNATIONALE POUR L'UNIFICATION DE CERTAINES REGLES CONCERNANT LES IMMUNITÉS DES NAVIRES D'ÉTAT,

Ayant reconnu la nécessité de préciser certaines dispositions de cet Acte, ont nommé les plénipotentiaires soussignés, lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs reconnus en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit:

#### I

Des doutes s'étant élevés quant au point de savoir si, et dans quelle mesure les mots "exploités par lui" à l'article 3 de la Convention, s'appliquent ou pourraient être interprétés comme s'appliquant aux navires affrétés par un Etat, soit à temps, soit au voyage, la déclaration ci-dessous est faite en vue de dissiper ces doutes:

"Les navires affrétés par les Etats, soit à temps, soit au voyage, pourvu qu'ils soient affectés exclusivement à un service gouvernemental et non commercial, ainsi que les cargaisons que ces navires transportent ne peuvent être l'objet de saisies, d'arrêts ou de détentions quelconques, mais cette immunité ne porte aucun préjudice à tous autres droits ou recours pouvant appartenir aux intéressés. Une attestation délivrée par le représentant diplomatique de l'Etat en cause,

de la manière prévue à l'article 5 de la Convention, doit valoir également en ce cas preuve de la nature du service auquel le navire est affecté."

## II

Pour l'exception prévue à l'article 3, paragraphe I, il est entendu que la propriété du navire acquise à l'Etat ou l'exploitation du navire effectuée par l'Etat au moment des mesures de saisie, d'arrêt ou de détention, sont assimilées à la propriété existant ou à l'exploitation pratiquée au moment de la naissance de la créance.

En conséquence, cet article pourra être invoqué par les Etats en faveur des navires leur appartenant ou exploités par eux, au moment des mesures de saisie, d'arrêt ou de détention, s'ils sont affectés à un service exclusivement gouvernemental et non commercial.

## III

Il est entendu que rien dans les dispositions de l'article 5 de la Convention n'empêche les Gouvernements intéressés de comparaître eux-mêmes, en se conformant à la procédure prévue par les lois nationales, devant la juridiction saisie du litige et d'y produire l'attestation prévue audit article.

## IV

La convention n'affectant en rien les droits et obligations des belligérants et des neutres, l'article 7 ne porte préjudice en aucune manière à la juridiction des cours de prises dument constituées.

## V

Il est entendu que rien dans les dispositions de l'article 2 de la Convention ne limite et n'affecte en aucune manière l'application de règles nationales de procédure dans les affaires ou l'Etat est partie.

## VI

Lorsque se pose la question de preuves à administrer ou de documents à produire, si, de l'avis du Gouvernement intéressé,

semblables preuves ne peuvent être administrées ou semblables documents produits sans qu'il en résulte un préjudice pour des intérêts nationaux, ledit Gouvernement pourra s'abstenir en invoquant la sauvegarde de ces intérêts nationaux.

En foi de quoi, les soussignés, dument autorisés par leurs Gouvernements, ont signé le présent Protocole additionnel qui sera considéré comme faisant partie intégrante de la Convention du 10 avril 1926 auquel il se rapporte.

Fait à Bruxelles, le 24 mai 1934, en un seul exemplaire, qui restera déposé dans les archives du Gouvernement belge.

Pour l'Allemagne:

(signé) Graf Adelman von Adelmansfelden.

Pour la Belgique:

(signé) Hymans.

Pour le Brésil:

(signé) Octavio Fialho.

Pour le Chili:

(signé) J. Valdès-Mendeville.

Pour le Danemark:

(signé) O. Krag.

Pour l'Espagne:

(signé) M. Aguirre de Carcer.

Pour l'Esthonie:

(signé) Otto Strandman.

Pour la France:

(signé) P. Claudel.

Pour la Grande-Bretagne et l'Irlande du Nord:

(signé) Esmond Ovey.

Pour la Hongrie:

(signé) Comte Olivier Woracziczky.

Pour l'Italie:

(signé) Vannutelli Rey.

Pour le Mexique:

(signé) G. N. Santos.

Pour la Norvege:

(signé) W. M. Johannessen.

Pour les Pays-Bas:

(signé) A. Tjarda van Starkenborgh Stachouwer.

Pour la Pologne:

(signé) Tadeusz Jackowski.

Pour le Portugal:

(signé) Alb. d'Oliveira.

Pour la Roumanie:

(signé) D. J. Ghika.

Pour la Suede:

(signé) G. de Dardel.

Pour la Yougoslavie:

(signé) P. Pechitch.

E, tendo sido aprovada a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, juntamente com o do Protocollo adicional que a esclarece e della faz parte integrante, confirmo e ratifico o referido Acto e, pela presente, o dou por firme e valioso, para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que será inviolavelmente cumprido.

Em firmesa do que, mandei passar esta Carta, que assigne e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dado no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos tres dias do mez de março de mil novecentos e trinta e seis, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

III

**Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, assignada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926.**

O Presidente da Republica Allemã, Sua Magestade o Rei dos Belgas, o Presidente da Republica do Brasil, o Presidente da Republica do Chile, Sua Magestade o Rei da Dinamarca e Islandia, Sua Magestade o Rei da Espanha, o Chefe do Estado Estoniano, o Presidente da Republica Franceza, Sua Magestade o Rei do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e Possessões Britannicas de Além-mar, Imperador das Indias, Sua Alteza Serenissima o Regente do Reino da Hungria, Sua Magestade o Rei da Italia, Sua Magestade o Imperador do Japão, o Presidente da Republica da Lettonia, o Presidente da Republica do Mexico, Sua Magestade o Rei da Noruega, Sua Magestade a Rainha dos Paixes-Baixos, o Presidente da Republica da Polonia, o Presidente da Republica Portuguesa, Sua Magestade o Rei da Rumania, Sua Magestade o Rei dos Servios, Croatas e Slovenos e Sua Magestade o Rei da Suecia.

Havendo reconhecido a utilidade de fixar de commum accordo certas regras uniformes concernentes ás immunidades dos navios de Estado, decidiram concluir uma Convenção a este respeito e designaram como seus Plenipotenciarios, a saber:

O Sr. Presidente da Republica Allemã:

S. Ex. o Sr. von Keller, Ministro da Allemanha em Bruxellas.

Dr. Goes, Conselheiro da Legação, referendario.

Dr. Richter, Conselheiro no Ministerio da Justiça da Republica, Conselheiro intimo de regencia.

O Sr. Werner, Primeiro Conselheiro de regencia no Ministerio dos Negocios Economicos da Republica, Conselheiro intimo de Justiça.

O Sr. Sieveking, advogado.

Sua Magestade o Rei dos Belgas:

O Sr. Franck, Membro da Camara dos Representantes, Presidente do Comité Maritimo Internacional.

O Sr. Le Jeune, Vice-Presidente do Comité Maritimo Internacional.

O Sr. Sohr, Doutor em direito, Professor de Direito Maritimo na Universidade de Bruxellas, Secretario Geral do Comité Maritimo Internacional.

O Sr. Henry Rollin, Advogado, Chefe de Gabinete do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

O Sr. Presidente da Republica do Brasil:

O Sr. Pimentel Brandão, Conselheiro de Embaixada do Brasil em Bruxellas.

O Sr. Presidente da Republica do Chile:

O Sr. Armando Quezada, Ministro do Chile em Bruxellas.

Sua Magestade o Rei da Dinamarca e Islandia:

O Sr. K. Sindballe, Doutor em Direito, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Copenhagen.

Sua Magestade o Rei da Hespanha:

Don Lorenzo de Benito y Endara, antigo Professor de Direito Commercial da Universidade de Madrid.

Don Miguel de Angulo y Riamon, Tenente-auditor de 1ª classe da Marinha de Guerra, Assessor da Direcção de Navegação e Pesca.

Don Juan Gomez Montejo, Primeiro official do corpo tecnico de Advogados da Direcção Geral da Justiça, Cultos e dos Negocios Geraes do Ministerio de Graça e Justiça.

O Sr. Chefe do Estado Estoniano:

S. Ex. o Sr. Carlos Pusta, Ministro da Estonia em Bruxellas.

O Sr. Presidente da Republica Franceza:

O Sr. Degrand, Conselheiro da Embaixada da Republica Franceza em Bruxellas.

O Sr. Rousiers, Secretario Geral do Comité dos Armadores de França.



O Sr. Georges Ripert, Professor da Faculdade de Direito de Paris.

Sua Magestade o Rei do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e das Possessões Britannicas de Além-Mar, Imperador das Indias:

Sir Leslie Scott, E. C. M. P., Advogado geral de Sua Magestade.

O "Honourable" Hugh Goodley, Conselheiro do Lord Presidente dos Comitês, Camara dos Lords.

O Sr. Georges P. Langton, Advogado, Secretario Geral do Comité Maritimo Internacional.

O Sr. R. M. Greenwood, C. B. E.

Sua Alteza Serenissima o Regente do Reino da Hungria:

O Sr. Conde Olivier Worageiczky, Barão de Pabienitz, Encarregado de Negocios da Hungria, em Bruxellas.

Sua Magestade o Rei da Italia:

O Sr. François Berlingieri, Professor de Direito Maritimo na Universidade de Genova.

O Sr. Commendador Carlos Rossetti, Ministro Plenipotenciario, Delegado italiano nas Commissões Fluviaes Internacionais — Presidente do Comité rhenano para a unificação de direito privado fluvial.

O Sr. Torquato Gianini, Professor, Commissario de Emmigração.

Sua Magestade o Imperador do Japão:

O Sr. Mechiyoshi Nakaniski, Juiz Primeiro Presidente da Côte de Appellação de Nagasaki.

O Sr. Hiroyuki Kawai, Ministro-Conselheiro da Embaixada do Japão em Bruxellas.

O Sr. Jasuo Ko, Capitão de Fragata, addido naval a Embaixada em Paris.

O Sr. Nobukatsu Nagaoka, Secretario no Ministerio das Communicações.

O Sr. Presidente da Republica da Lettonia:

O Sr. Presidente da Republica do Mexico:

S. Ex. o Dr. Rafael Cabrera, Ministro do Mexico em Bruxellas.

Sua Magestade o Rei da Noruega:

O Sr. E. Alten, Conselheiro da Côrte Suprema.

Sua Magestade a Rainha dos Paizes-Baixos:

S. Ex. le Jonckbeer van Vredenburg, Ministro dos Paizes-Baixos em Bruxellas.

O Sr. B. C. J. Loder, Juiz da Côrte Permanente de Justiça Internacional.

O Sr. C. D. Asser, Jr., Advogado.

O Sr. G. van Slooten, Membro da Alta Côrte Militar de Justiça, Conselheiro na Côrte de Appellação.

O Sr. Presidente da Republica da Polonia e Cidade Livre de Dantzig:

S. Ex. o Sr. Conde Szembek, Ministro da Polonia em Bruxellas.

O Sr. Jean Namitkiewice, Juiz-Arbitro polonez no Tribunal Arbitral Mixto germano-polonez, Conselheiro na Côrte de Appellação, Professor da Universidade de Varsovia.

O Sr. Presidente da Republica Portugueza:

S. Ex. o Sr. J. Batalha de Freitas, Ministro de Portugal em Bruxellas.

Sua Magestade o Rei da Rumania:

O Sr. Bals, Conselheiro na Côrte de Cassação.

S. Ex. o Sr. Contzesco, Ministro Plenipotenciario e Enviado Extraordinario, delegado da Commissão Internacional do Danubio.

Sua Magestade o Rei dos Servios, Croatas e Slovenos:

S. Ex. o Sr. Jovan Voutchovitch, Ministro do Reino dos Servios, Croatas e Slovenos.

O Sr. Milorad Straznicki, Doutor em Direito, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Zagreb.

O Sr. Ante Verona, Doutor em Direito, antigo Vice-Presidente da Côrte de Cassação de Zagreb, Professor da Universidade de Zagreb.

Sua Magestade o Rei da Suecia:

O Sr. Algot Johan Fredrik Bagge, Conselheiro referendario da Côrte Suprema.

Os quaes, para esse fim, devidamente autorizados, convencionaram o que se segue:

#### Artigo 1º

Os navios marítimos, pertencentes aos Estados ou por elles explorados, os carregamentos aos mesmos pertencentes, as cargas e os passageiros transportados pelos navios de Estado assim como os Estados proprietarios desses navios, ou que os explorem, ou que sejam proprietarios de seus carregamentos, ficam sujeitos; no que diz respeito ás reclamações relativas á exploração desses navios ou ao transporte dessas cargas, ás mesmas regras de responsabilidade e ás mesmas obrigações que as applicaveis aos navios, carregamentos e armamentos privados.

#### Artigo 2º

Para essas responsabilidades e obrigações, as regras concernentes á competencia dos tribunaes, as acções em juizo e o processo, são as mesmas que para os navios de commercio, pertencentes a proprietarios privados, assim como para os carregamentos privados e seus proprietarios.

#### Artigo 3º

§ 1.º As disposições dos dois artigos precedentes não são applicaveis aos navios de guerra, aos hiates de Estado, navios de vigilancia, barcos-hospitales, navios auxiliares, navios de abastecimento e outras mais embarcações pertencentes ou exploradas por um Estado e affectos exclusivamente, por ocasião da origem do credito, a um serviço governamental e não commercial, não podendo essas embarcações ser objecto de sequestro de arresto ou apprehensão em virtude de qualquer medida de justiça ou de processo judicial "in rem".

Todavia aos interessados cabe o direito de apresentarem suas reclamações perante os tribunales competentes do Estado, proprietario ou explorador do navio, sem que o mesmo Estado se possa prevalecer de sua immuniidade:

1º, pelos actos provenientes de abordagem ou de outros accidentes de navegação;

2º, pelos actos decorrentes de assistencia e soccorro e avarias communs;

3º, pelos actos originados de reparação, de fornecimentos ou de outros quaesquer contractos relativos ao navio.

§ 2.º As mesmas regras são applicaveis ás cargas pertencentes a um Estado e transportadas a bordo dos navios de que acima se trata.

§ 3.º As cargas pertencentes a um Estado e transportadas a bordo de navios de commercio, para um fim governamental e não commercial, não constituem objecto de sequestro, arresto ou apprehensão por uma medida qualquer de justiça, nem por qualquer outro processo judiciario *in rem*.

Todavia, os actos decorrentes de abordagem e de accidente nautico, de assistencia ou de soccorro e de avarias communs, assim como os actos provenientes de contractos relativos a esses carregamentos, poderão ser procedidos perante o Tribunal competente em virtude do art. 2º.

#### Artigo 4º

Os Estados poderão invocar todos os meios de defesa, de prescripção e de limitação de responsabilidade de que se podem prevalecer os navios de propriedade particular e seus proprietarios.

Se se tornar necessario adaptar ou modificar as disposições relativas a esses meios de defesa, de prescripção e de limitação com o fim de tornal-as applicaveis aos navios de guerra ou navios de Estado incluidos nos termos do art. 3º, uma convenção especial será concluida para esse effeito. Entrementes, as medidas necessarias poderão ser tomadas e processadas pelas leis nacionaes, de conformidade com o espirito e os principios da presente convenção.

### Artigo 5º

Se, no caso do art. 3º, surgir, no concenso do Tribunal competente no processo, uma duvida sobre a natureza governamental e não commercial do navio ou da carga, o attestado assignado pelo representante diplomatico do Estado contractante ao qual o navio pertencer ou a carga, produzido no momento da intervenção do Estado perante as Côrtes ou Tribunaes dos quaes o litigio esteja pendente, produzirá prova que o navio ou a carga se acha incluída nos termos do artigo 3º. sómente, porém, com o fim de conseguir o levantamento de sequestros, arrestos ou apprehensões ordenados pela justiça.

### Artigo 6º

As disposições da presente Convenção serão applicadas em cada Estado contractante sob reserva de não fazerem beneficiar das mesmas os Estados não contractantes e seus nacionaes, ou de subordinar sua applicação a condição de reciprocidade.

Por outro lado, nada impede a um Estado contractante de regular pelas suas proprias leis os direitos concedidos aos seus nacionaes perante os tribunaes.

### Artigo 7º

Em tempo de guerra, cada Estado contractante se reserva o direito, por meio de uma notificação aos outros Estados contractantes, de suspender a applicação da presente convenção, de modo que em tal caso, nem os navios que lhe pertençam ou sejam por elle explorados, nem as cargas que tambem lhe pertençam possam tornar-se objecto de qualquer arresto, sequestro ou apprehensão por uma Côte de Justiça estrangeira. Ao credor, porém, assistirá o direito de intentar uma acção perante o Tribunal competente em virtude dos arts. 2º e 3º.

Artigo 8°

Nada na presente convenção affecta os direitos dos Estados contractantes de tomarem medidas que possam impor os direitos e deveres de neutralidade.

Artigo 9°

Por ocasião da expiração do prazo de dous annos e mais tardar, a contar do dia da assignatura da Convenção, o Governo belga entrará em contacto com os governos das Altas Partes contractantes que se tiverem declarado dispostas a ratificá-la, afim de se decidir si deve ser posta em vigor. As ratificações serão depositadas em Bruxellas na data, que será fixada, de commum accordo entre os ditos governos. O primeiro deposito de ratificações será certificado por uma acta assignada pelos representantes dos Estados que nelle tomarem parte e pelo ministro dos Negocios Estrangeiros da Belgica.

Os depositos ulteriores far-se-ão por meio de uma notificação escripta, dirigida ao governo belga, acompanhada do instrumento de ratificação.

Uma cópia authenticada da acta relativa ao primeiro deposito de ratificação, das notificações mencionadas na alinea precedente, assim como dos instrumentos de ratificação que as acompanharem, será immediatamente por intermedio do governo belga e por via diplomatica, remettida aos Estados que tiverem assignado a presente Convenção ou que a ella tiverem adherido. Nos casos de que trata a alinea precedente, o dito governo communicará ao mesmo tempo, a data em que recebeu a notificação.

Artigo 10

Os Estados não signatarios poderão adherir á presente Convenção, quer tenham ou não sido representados na Conferencia Internacional de Bruxellas.

O Estado que deseje adherir deverá notificar por escripto sua intenção ao governo belga, transmittindo-lhe o acto de adhesão, que ficará depositado nos archivos do dito governo.

O governo belga transmittirá immediatamente a todos os Estados signatarios ou adherentes, cópia authenticada da notificação bem como do acto de adhesão, indicando a data em que recebeu a notificação.

#### Artigo 11

As Altas Partes contractantes poderão no acto da assignatura, do deposito das ratificações ou por ocasião de sua adhesão, declarar que a sua acceitação da presente Convenção não abrange algum ou alguns dos Dominios autonomos, colonias, possessões, protectorados ou territorios ultramarinos, que estejam sob sua soberania ou autoridade. Por consequencia denunciar a presente Convenção, separadamente, em relação nome dum ou doutro desses Dominios autonomos, colonias, possessões, protectorados ou territorios ultramarinos, que tenham sido excluidos da declaração original.

Poderão, tambem, conformando-se com essas disposições, a um ou varios dos Dominios autonomos colonias, possessões, protectorados e territorios ultramarinos, que estejam sob a sua soberania ou autoridade.

#### Artigo 12

Com relação aos Estados que tenham tomado parte no primeiro deposito de ratificação, a presente Convenção produzirá effeito um anno depois da data da acta desse deposito. Quanto aos Estados que ulteriormente a ratificarem ou que a ella adherirem assim como nos casos em que a sua vigencia comece ulteriormente nos termos do art. 11, produzirá effeito seis mezes depois das notificações previstas no artigo 9º alinea 2, e no art. 10, alinea 2, terem sido recebidas pelo governo belga.

#### Artigo 13

Si um dos Estados contractantes quizer denunciar a presente Convenção, a denuncia será notificada por escripto ao governo belga, que enviará immediatamente cópia authenti-

cada da notificação a todos os outros Estados, communicando-lhes a data em que a recebeu.

A denuncia produzirá seus effeitos em relação apenas ao Estado que a tiver notificado e um anno depois que a notificação tenha sido recebida pelo governo belga.

#### Artigo 14

Cada Estado contractante terá a faculdade de promover a reunião de uma nova conferencia, afim de se estudarem as modificações que a possam melhorar.

O Estado que fizer uso desta faculdade deverá notificar com a antecipação de um anno a sua intenção aos outros Estados, por intermedio do governo belga, que se incumbirá de convocar a conferencia.

Feito em Bruxellas, em um só exemplar, a 10 de abril de 1926.

Pela Allemanha:

*Von Keller.*

*Goes.*

*Richter.*

*Werner.*

Pela Belgica:

*Louis Franck.*

*Henry Rolin.*

*Sohr.*

Pelo Brasil:

*M. de Pimentel Brandão (ad referendum).*

Pelo Chile:

*Armando Guezada.*

Pela Dinamarca:

(a) *Kristian Sindballe (ad referendum).*

Pela Hespanha:

(a) *L. Benito (ad referendum).*



(a) Juan Gomez Montejo (*ad referendum*).

(a) Miguel de Angulo (*ad referendum*).

Pela Estonia:

(a) C. R. Pusta.

Pela França:

(a) Degrand.

(a) Paul de Rousiers.

(a) Georges Ripert.

Pela Grã-Bretanha:

(a) Leslie Scott (*ad referendum*).

(a) Hugh Goodley (*ad referendum*).

Pela Hungria:

(a) Woracziky.

Pela Italia:

(a) Berlingieri (*ad referendum*).

(a) Carlo Rossetti (*ad referendum*).

(a) Torquato Giannini (*ad referendum*).

Pelo Japão:

Pela Lettonia:

Pelo Mexico:

(a) Raf. Cabrera (*ad referendum*).

Pela Noruega:

(a) E. Alten (*ad referendum*).

Pelos Paizes-Baixos:

(a) van Vredemburch (*ad referendum*).

(a) Loder Asser (*ad referendum*).

(a) van Slooten (*ad referendum*).

Pela Polonia e cidade livre de Dantzig:

Pela Polonia sómente:

(a) Szembek.

(a) J. Namitkiewicz.

Por Portugal:

(a) d'Oliveira (1).

Pela Rumania:

(a) Bals (*ad referendum*).

Pelo Reino dos Servios, Croatas e Slovenos:

(a) Jovan Voutckovitch.

(a) Milroad Strasnicky (*ad referendum*).

(a) Verona (*ad referendum*).

Pela Suecia:

(a) Algot Bagge (*ad referendum*).

## TRADUÇÃO OFFICIAL

### PROTOCOLLO

Firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, adicional á Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926.

Os governos signatarios da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado.

Tendo reconhecido a necessidade de esclarecer certas disposições deste Acto, nomearam os plenipotenciarios abaixo assignados, os quaes, depois de se communicarem seus plenos poderes, que foram achados em bôa e devida fórma, convieram no seguinte:

---

(1) — S. E. o Sr. Batalha de Freitas, que tinha recebido poderes para negociar a convenção, não se achando em condições de assignar a mesma, na data de 10 de abril de 1926, foi S. E. o Sr. A. d'Oliveira designado Ministro de Portugal junto a Sua Magestade o Rei dos Belgas, que procedeu á assignatura em nome do Sr. Presidente da Republica Portuguesa.

## I

Havendo surgido duvidas quanto á conveniencia de esclarecer se, e, em que extensão, as palavras "exploradas por elle" constantes do artigo 3 da Convenção se applicam ou poderiam ser interpretadas como se applicando aos navios fretados por um Estado, seja por tempo seja por viagem, a declaração abaixo visa dissipar taes duvidas:

"Os navios fretados pelos Estados, seja por tempo seja por viagem, contanto que se destinem exclusivamente a serviço governamental e não commercial, bem como as cargas que esses navios transportam, não podem ser objectos de sequestros, de arrestos ou apprehensões quaesquer; essa immuniidade, porém, não prejudica todos os outros direitos ou recursos que possam ter os interessados. Um attestado expedido pelo representante diplomatico do Estado em questão, de accordo com o previsto no artigo 5 da Convenção, deve, igualmente, nesse caso provar a natureza do serviço ao qual o navio está destinado.

## II

Quanto á excepção prevista no artigo 3, paragrapho I, comprehende-se que a propriedade do navio adquirida pelo Estado ou a exploração do navio effectuada pelo Estado no momento do sequestro, arresto ou da apprehensão, equiparam-se á propriedade existente ou á exploração effectuada no momento da origem do credito.

Em consequencia, este artigo poderá ser invocado pelos Estados em favor dos navios que lhes pertençam ou por elles explorados, no momento do sequestro, arresto ou apprehensão, se forem encontrados a serviço exclusivamente governamental e não commercial.

## III

Fica estipulado que nada, entre as disposições do artigo 5 da Convenção, impede aos proprios Governos interessados de comparecerem, submettendo-se ao processo previsto pelas

leis nacionaes, ante a jurisdicção do litigio e produzir no caso a attestação prevista no dito artigo.

#### IV

Não affectando a Convenção direitos e obrigações de belligerantes e neutros, o artigo 7 não importa em prejuizo algum á jurisdicção dos cursos das presas devidamente constituidas.

#### V

Fica estipulado que nada, entre as disposições do artigo 2 da Convenção, limita ou affecta de modo algum a applicação das regras nacionaes de processos nos negocios em que o Estado é parte.

#### VI

Quando da prestação de provas e documentos, se, a criterio do Governo interessado, semelhantes provas ou semelhantes documentos não puderem ser administrados ou produzidos sem que dahi resulte prejuizo para os interesses nacionaes, o dito Governo poderá abster-se, invocando a salvaguarda desses interesses nacionaes.

Em firmeza do que, os abaixo assignados, devidamente autorizados por seus Governos, assignaram o presente Protocollo Addicional, que será considerado parte integrante da Convenção de 10 de abril de 1926 a que se reporta.

Feito em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, em um só exemplar, que será depositado nos Archivos do Governo belga.

Pela Allemanha:

(a) Graf Adelman von Adelmansfelden.

Pela Belgica:

(a) Hymans.

Pelo Brasil:

(a) Octavio Fialho.

Pelo Chile:

(a) J. Valdès-Mendeville.

Pela Dinamarca:

(a) C. Krag.

Pela Hespanha:

(a) M. Aguirre de Carcer.

Pela Esthonia:

(a) Otto Strandman.

Pela França:

(a) P. Claudel.

Pela Gran Bretanha e Irlanda do Norte:

(a) Esmond Ovey.

Pela Hungria:

(a) Conde Olivier Voracziczki.

Pela Italia:

(a) Vannutelli Rey.

Pelo Mexico:

G. N. Santos.

Pela Noruega:

(a) Tadeusz Jackowski.

Pelos Paizes Baixos:

(a) A. Tjarda van Starckenborgh Stachouwer.

Pela Polonia:

(a) Tadeusz Jackowski.

Por Portugal:

(a) Alb. d'Oliveira.

Pela Rumania:

(a) D. J. Ghika.

Pela Suecia:

(a) G. de Dardel.

Pela Yugoslavia:

(a) P. Peschitch.

---

DECRETO N. 1.142 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1936

*Faz publica a denuncia, por parte do Governo da Grecia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão (Washington, 1919).*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a denuncia, por parte do Governo da Grecia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão (Washington, 1919) — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretario Geral da Liga das Nações, por nota de 2 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 157-1936. V.)

Genebra, 2 de setembro de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que, por uma communicação datada de 6 de junho, o Senhor Presiden-

te do Conselho, ministro dos Negocios Estrangeiros da Grecia, me informou que, em consequencia de sua retificação da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres (revista em 1934) (C. L. 99. 1936. V., de 24 de junho de 1936) o Governo hellenico decidiu denunciar a Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua 1ª sessão (Washington, 29 de outubro — 29 de novembro de 1919) e entrada em vigor a 13 de junho de 1921.

Em consequencia o referido governo communicou a denuncia formal pela Grecia da Convenção de 1919 acima mencionada.

Tenho, igualmente, a honra de informar a Vossa Excelencia que essa denuncia foi registrada pelo Secretariado, a 30 de junho de 1936.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado. — A. S. Podestá Costa.

Senhor ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

---

DECRETO N. 1.143 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1936

*Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das diversas Convenções firmadas por ocasião da Sexta Conferencia Internacional Americana, realizada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das seguintes Convenções: I — Convenção sobre condição dos estrangeiros; II — Convenção sobre Tratados; III — Convenção sobre funcionarios diplomaticos; IV — Convenção sobre Agentes Consulares; V — Convenção sobre Asylo; IV — Convenção sobre deveres e direitos dos Estados nos casos de luctas civis, firmadas em Ha-

vana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da Sexta Conferencia Internacional Americana — conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Washington pela União Panamericana, por nota de 12 de setembro de 1936, enviada com o teor da Acta do referido deposito, documentos esses cujas copia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

COPIA OFFICIAL

12 de setembro de 1936.

Presado Senhor Embaixador:

Tenho a honra de transmittir a Vossa Excellencia copias authenticadas da acta do deposito e dos instrumentos de ratificação pelo Governo do Equador das Convenções sobre Direitos e Deveres dos Estados em caso de Guerras Civis, Condições dos Estrangeiros, Asylo, Funcionarios Diplomaticos, Tratados, Agentes Consulares e Neutralidade Maritima, assignadas na Sexta Conferencia Internacional Americana e da Convenção sobre Transito de Aviãos, assignada na Conferencia Commercial Panamericana de Buenos Aires em 1935.

Rogo a Vossa Excellencia a gentileza de informar o seu governo sobre o deposito dos instrumentos de ratificação acima referidos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta estima e consideração.

*L. S. Rowe,*

Director geral.

A Sua Excellencia o Embaixador do Brasil Senhor Doutor Oswaldo Aranha, Embaixada do Brasil. Washington.

---



TRADUÇÃO OFFICIAL

Acta do deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das Convenções sobre Direitos e Deveres dos Estados em caso de lutas civis; condição dos estrangeiros; Asylo; Funcionarios Diplomaticos; Tratados; Agentes Consulares; Neutralidade Maritima, firmadas na Sexta Conferencia Internacional Americana e da Convenção sobre Transito de Aviões, firmada na Conferencia Panamericana Commercial de Buenos Aires, a 19 de junho de 1935.

Os abaixo assignados, S. E. o Senhor Capitão Colón Eloy Alfaro, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Equador junto ao Governo dos Estados Unidos da America e representante do Equador no Conselho Directivo da União Panamericana e o director geral da União Panamericana, se reuniram, nesta data, com o fim de proceder ao deposito, na União Panamericana, dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das Convenções sobre Direitos e Deveres dos Estados em caso de lutas civis; Condição dos estrangeiros; Asylo; Funcionarios diplomaticos; Tratados; Agentes consulares e Neutralidade marítima, subscriptas na Sexta Conferencia Internacional Americana, realizada em Havana, de 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928, e da Convenção sobre transito de Aviões, firmada na Conferencia Panamericana Commercial de Buenos Aires, a 19 de junho de 1935.

Os instrumentos de ratificação foram entregues por Sua Excellencia o ministro do Equador ao director geral da União Panamericana de conformidade com o disposto nos artigos das Convenções acima mencionadas.

Em firmeza do que, os abaixo assignados firmam a presente Acta, em Washington, a 4 de setembro de 1936. — *C. E. Alfaro*, ministro do Equador. — *L. S. Rowe*, director geral da União Panamericana.

Certifico que o documento acima transcripto é copia fiel do original da Acta do deposito dos instrumentos de ratificação pelo Governo do Equador, das Convenções sobre Direi-

tos e deveres dos Estados em caso de lutas civis; Condição dos Estrangeiros; Asylo; Funcionarios diplomaticos; Tratados; Agentes consulares e Neutralidade maritima, subscritas na Sexta Conferencia Internacional Americana e da Convenção sobre transito de Aviões, firmada na Conferencia Panamericana Commercial de Buenos Aires, a 19 de junho de 1935. — *L. S. Rowe*, director geral da União Panamericana

---

DECRETO N. 1.147 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1936

*Declara sob o patrocínio official o III Congresso Sul Americano de Chimica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Considerando que, por deliberação tomada no II Congresso Sul Americano de Chimica, em Montevideo, foi escolhida a cidade do Rio de Janeiro para sede do III Congresso;

Considerando o relevo que os certames anteriores conseguiram lograr, como expressão do progresso da sciencia chimica na parte sul do continente americano, resolve:

Artigo unico. E' declarado sob o patrocínio do Governo da Republica o III Congresso Sul Americano de Chimica, que se realizará, no Rio de Janeiro, em julho de 1937.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 1.148 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1936

*Declara sob o patrocínio official o XIII Congresso Sul Americano de Zoologia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que o Comité Permanente dos Congressos de Zoologia designou o Brasil para sede do proximo certame internacional dessa natureza;

Considerando que tal certame, realizado pela primeira vez em 1889, tem alta significação cultural, d'elle resultando instituições e leis internacionaes que imprimiram grande desenvolvimento ás sciencias naturaes, resolve:

Artigo unico. E' declarado sob o patrocínio do Governo da Republica o XIII Congresso Internacional de Zoologia, que se reunirá no Rio de Janeiro, em agosto de 1939.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 1.182 — DE 10 DE NOVEMBRO de 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei da Arabia Saúdiana, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ractiificação, por parte de Sua Majestade o Rei da Arabia Saúdiana, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 29 de agosto do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

(Traducção official)

LIGA DAS NAÇÕES — C. L. 155. 1936. IX.

Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura

(Genebra, 13 de junho de 1931)

*Ratificação pela Arabia Saúdiana*

Genebra, 29 de agosto de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros do Reino da Arabia Saúdiana me transmitiu, de accordo com as disposições do art. 28 da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, firmada em Genebra, a 13 de julho de 1931, o instrumento de ractificação por Sua Majestade o Rei da Arabia Saúdiana, dessa Convenção e sobre o Protocollo de Assignatura.

O referido instrumento de ratificação foi depositado no Secretariado da Liga das Nações, a 15 de agosto de 1936.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro Juridico do Secretariado, *L. A. Fodestá Costa*.

---

DECRETO N. 1.183 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão do Commonwealth da Australia para os territorios da Papuasias, Ilha de Norfolk e os Territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru, á Convenção Internacional para a repressão do Trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão do Commonwealth da Australia para os territorios da Papuasias, ilha de Norfolk e os territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru, á Convenção Internacional para a repressão do Trafico das mulheres e das creanças,

Annexo C — 1936 — 24

firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 19 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

### TRADUCÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES — C. L. 168. 1936. IV.

#### **Convenção Internacional para a repressão do Trafico das mulheres e das creanças**

Genebra, 30 de setembro de 1921.

Adhesão do Commonwealth da Australia para os Territorios da Papuasias e da Ilha de Norfolk e para os territorios sob mandato de Nova-Guiné e de Nauru.

Genebra, 19 de setembro de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que de conformidade com o art. 14 da Convenção Internacional para a repressão do trafico de mulheres e creanças, concluida em Genebra, a 30 de setembro de 1921, o Senhor Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade o Rei da Grã-Bretanha, de Irlanda e dos Dominios britannicos de além mar, imperador das Indias, me notificou, a pedido do Governo de Sua Magestade no *Commonwealth* da Australia, a adhesão do Commonwealth da Australia a essa Convenção para os territorios da Papuasias e da Ilha de Norfolk e os territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru.

Essa adhesão foi registrada pelo Secretariado, a 2 de setembro de 1936.

Queira aceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico do Secretariado, *L. A. Podestá Costa.*

---

DECRETO N. 1.184 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publica a dhesão, por parte do Egypto, á Convenção para salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte do Egypto, á Convenção para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929, devendo tal adhesão ter validade a partir de 24 de outubro de 1936 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Britannica nesta Capital, por nota de 25 de setembbro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

### TRADUCÇÃO OFFICIAL

#### EMBAIXADA BRITANNICA

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1936.

N. 134 — (7/135/36).

Senhór Ministro,

Com referencia a minha nota n. 118, de 27 de agosto, tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que a adhesão do Egypto á Convenção para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929, foi, farnalmente notificada ao Governo de Sua Majestade no Reino Unido, a 24 de julho de 1936, e entrará em vigor, de accordo com o art. 64 da Convenção, a 24 de outubro de 1936.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia o protesto da minha alta consideração. — *Edward Costa.*

A Sua Excellencia Dr. José Carlos de Macedo Soares.  
Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro;

---

DECRETO N. 1.185 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, do Trabalho sobre a Protecção das Instituições Artisticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935 — conforme comunicação feita á Embaixada do Brasil em Washington, pelo União Panamericana, por nota de 18 de setembro de 1936, enviada com o teor da acta do referido deposito, documentos esses cujas copia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

UNIÃO PANAMERICANA

18 de setembro de 1936.

Prezado Sr. embaixador:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias authenticadas da acta do deposito e do instrumento de racti-

ficação pelo Governo do Chile, do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos, assignado em Washington em 15 de abril de 1935.

Rogo a Vossa Excelelncia a gentileza de transmittir ao seu Governo a minha communicação sobre o deposito do instrumento de ratificação acima mencionado.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta estima e distincta consideração.

— *L. S. Rowe*, director geral.

A S. Excellencia o Embaixador do Brasil, Sr. Dr. Oswaldo Aranha, embaixador do Brasil, Washington, D. C.

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

##### ACTA DO DEPOSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO TRATADO SOBRE A PROTECÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTISTICAS, SCIENTIFICAS E MONUMENTOS HISTORICOS PELO GOVERNO DO CHILE.

Os abaixo assignados, S. E. o Sr. Don Manuel Trucco. Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario do Chile junto ao Governo dos Estados Unidos da America e Representante do Chile no Conselho Directivo da União Panamericana e o director geral da União Panamericana, se reuniram nesta data, com o fim de proceder ao deposito, na União Panamericana, do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington, a 15 de abril de 1935.

O instrumento de ratificação foi entregue por S. E. o Embaixador do Chile ao director geral da União Panamericana de conformidade com o disposto no artigo VII do Tratado acima mencionado.

Em firmeza do que, os abaixo assignados firmam a presente acta, em Washington, a 8 de setembro de 1936. — *M. Trucco*, Embaixador do Chile. — *L. S. Rowe*, Director Geral da União Panamericana.



**Certifico**

Certifico que o documento acima transcrito é cópia fiel do original depositado na União Panamericana da acta do Depósito do Instrumento de Ratificação do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos pelo Governo do Chile. — *L. S. Rowe*, director Geral da União Panamericana.

---

DECRETO N. 1.186 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Alteza Serenissima o Regente do Reino da Hungria, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra firmados em Genebra, a 27 de julho de 1929, devendo tal ratificação ter validade seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 10 de março de 1937 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta capital, por nota de 13 de outubro do corrente anno, enviada com a cópia authenticada da acta do deposito do respectivo instrumento de ratificação, cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

LEGAÇÃO DA SUISSA

VI. 2-166/2 RW.

Em execução das disposições finais da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, concluída em Genebra, a 27 de julho de 1929 e de ordem de seu Governo, a Legação da Suíça tem a honra de remetter, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores cópia authenticada da acta lavrada, a 10 de setembro de 1936, para constatar o deposito nos Archivos da Confederação Suíça do instrumento de ractificação de Sua Serenissima o Regente do Reino da Hungria.

De accordo com o artigo 33 da Convenção, a ractificação produzirá effeito seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 10 de março de 1937.

A Legação da Suíça agradecerá ao Ministerio das Relações Exteriores de accusar o recebimento da presente comunicação e aproveita esta occasião para lhe renovar o protesto de sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

---

ACTA DO DEPOSITO DAS RATIFICAÇÕES DA HUNGRIA RELATIVA  
Á CONVENÇÃO PARA A MELHORIA DA SORTE DOS FERIDOS E EN-  
FERMOS NOS EXERCITOS EM CAMPANHA E DA CONVENÇÃO RE-  
LATIVA AO TRATAMENTO DOS PRISIONEIROs DE GUERRA, FIR-  
MADOS EM GENEBRA, A 27 DE JULHO DE 1929.

O Ministro da Hungria em Berna, Sua Excellencia o Sr. Laszlo de Velics, effectuou, hoje, no Departamento Politico Federal, o deposito do instrumento de ratificação de Sua Alteza, Serenissima o Regente do Reino da Hungria, re-

lativo á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra, a 27 de julho de 1929.

Esse instrumento, achado em boa e devida forma, será depositado nos Archivos da Confederação Suissa.

O deposito do instrumento será notificado aos Governos dos paizes, Partes na Convenção.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente acta.

Feita em Berna, a dez de selembro de mil novecentos e trinta e seis. — Pelo Departamento Politico Federal, *Motta*, o Ministro da Hungria. — *Velics*.

E' cópia authentica — O Chefe da Divisão dos Negocios Estrangeiros do Departamento Politico Federal. — *Borna*.

---

DECRETO N. 1.187 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Guatemala, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Guatemala, de Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935 — conforme communicação feita á Embaixada do Brasil, em Washington, pela União Pan-americana, por nota de 25 de setembro de 1936, enviada com o teor da acta do referido deposito, documentos esses cujas cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

COPIA OFFICIAL

UNIÃO PAN-AMERICANA

Washington, D. C., E. U. A.

25 de setembro de 1936.

Prezado Sr. Embaixador.

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias autenticadas da acta do deposito e do instrumento de ratificação pelo Governo da Guatemala, do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos, assignado em Washington em 15 de abril de 1935.

Rogo a Vossa Excellencia a gentileza de transmittir ao seu Governo a minha communicação sobre o deposito do instrumento de ratificação acima mencionado.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos de minha mais alta estima e distincta consideração. — *L. S. Rowe*, director geral.

A Sua Excellencia o Embaixador do Brasil, Sr. Dr. Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil — Washington, D. C.

---

ACTA DO DEPOSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO TRATADO SOBRE A PROTECÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTÍSTICAS, SCIENTIFICAS E MONUMENTOS HISTÓRICOS PELO GOVERNO DA GUATEMALA.

Os abaixo assignados, S. E. o Sr. Dr. Don Adrián Recinos, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Guatemala junto ao Governos dos Estados Unidos da America e Representante da Guatemala no Conselho Directivo da União Pan-americana e o Director Geral da União Pan-americana, se reuniram nesta data, com o fim de proceder ao deposito, na União Pan-americana, do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Guatemala, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington, a 15 de abril de 1935.

O instrumento de ratificação foi entregue por Sua Excellencia o Ministro da Guatemala ao Director Geral da União

Pan-americana de conformidade com o disposto no art. VII do Tratado acima mencionado.

Em firmeza do que, os abaixo assignados firmam a presente acta, em Washington, a 16 de setembro de 1936. — *Adrian Recinos*, Ministro de Guatemala. — *L. S. Rowe*, director Geral da União Pan-americana.

Certifico que o documento acima transcripto é cópia fiel do original depositado na União Pan-americana da acta do deposito do Instrumento de Ratificação do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos pelo Governo da Guatemala. — *L. S. Rowe*, Director Geral da União Pan-americana.

---

DECRETO N. 1.200 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Regula a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e,

Considerando o disposto no art. 10 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, referentemente á instituição e installação do Conselho Nacional de Estatística, na dependencia das bases que viessem a ser fixadas pela Convenção Nacional de Estatística, cuja celebração ficou autorizada no mesmo artigo;

Considerando que os delegados á Convenção foram convocados, em virtude do decreto n. 946, de 7 de julho de 1936, sendo assignado, solemnemente, a 11 de agosto do corrente anno, o respectivo instrumento convencional entre o Governo Federal e os Governos de todas as Unidades da Federação;

Considerando que a Convenção Nacional de Estatística foi ratificada, no mesmo dia da sua assignatura, pelo decreto federal n. 1.022, e a seguir, por decretos de todos os demais Governos Convencionantes;

Considerando as bases fixadas no capítulo I do instrumento convencional, para “a constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística”;

Considerando, ainda, as demais disposições convencionadas;

Decreta:

*I — Constituição e actuação do Conselho Nacional de Estatística*

Art. 1.º O Conselho Nacional de Estatística é a entidade collegial a que competem a orientação e direcção superiores das actividades do Instituto Nacional de Estatística, de accordo com o disposto nos arts. 9º e 10 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, e no art. 10, paragrapho unico, do decreto n. 946, de 7 de julho de 1936.

Paragrapho unico. O Conselho manterá relações directas, pelos seus órgãos competentes, com os Chefes dos Governos, cuja autoridade politico-administrativa nelle estiver representada por força da Convenção Nacional de Estatística, ficando-lhe assegurada a mais ampla autonomia de acção technica e administrativa no que disser respeito ao objectivo de tornar efficientes e coordenadas as actividades dedicadas ao planeamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros.

Art. 2.º Para os fins da actuação do Conselho, compôr-se-á o Instituto de duas ordens de entidades fundamentaes: organizações federaes e organizações regionaes.

§ 1.º Formam o quadro central das organizações federaes as directorias de estatística especificadas no art. 3º, § 1º, do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, bem assim as que, tendo finalidade analogá, forem creadas no Ministerio da Viação ou em novos Ministerios; o quadro central das organizações regionaes comprehende os órgãos centralizadores dos serviços de estatística da administração do Districto Federal, Estados e Territorio do Acre.

§ 2.º Articulam-se obrigatoriamente com os órgãos centraes federaes todos os serviços ou secções de estatística que existem ou venham a existir no ambito da administração federal; no Districto Federal, Estados e Territorio do Acre, a mesma articulação aos órgãos centraes regionaes, é obrigato-

ria para todos os serviços ou secções de estatística mantidos pela administração das respectivas circumscripções politicas e que façam parte do Instituto.

§ 3.º Respeitados os limites da orbita jurisdiccional, poderão tambem integrar-se no Instituto, mediante acto de filiação, as organizações de estatística existentes ou que venham a existir nos municipios, e os departamentos de empresas ou associações mantidos para fins de levantamentos de reconhecida utilidade publica.

§ 4.º Os serviços geographicos officiaes, bem assim os de instituições privadas, de reconhecida idoneidade, poderão tambem filiar-se ao Instituto, isolada ou collectivamente, na forma do acto especial que o autorize e segundo as bases que o Conselho Nacional de Estatística approvar para o estabelecimento da cooperação entre os alludidos serviços e os de estatística.

Art. 3.º O Conselho Nacional de Estatística é constituído:

a) pelo presidente do Instituto Nacional de Estatística, que será o presidente nato do Conselho e da sua Junta Executiva Central, bem assim do órgão collegial coordenador dos serviços geographicos que se integrarem no Instituto;

b) pelos demais membros da Junta Executiva Central;

c) pelos directores de secção e funcionarios, de equivalente hierarchia, das “repartições centraes”;

d) pelos directores geraes das repartições regionaes de estatística incorporadas ao Instituto;

e) pelos directores de secção e funcionarios de categoria equivalente das repartições a que se refere a lettra precedente;

f) pelos dirigentes geraes das organizações officiaes e officializadas que possuam secções ou serviços filiados ao Instituto, tanto na orbita federal como na regional, e pelos chefes ou directores de taes secções ou serviços;

g) pelos directores ou chefes das repartições ou serviços de estatística geral dos municipios das capitães dos Estados e do Acre;

h) pelos representantes das organizações particulares filiadas ao Instituto.

Art. 4.º São órgãos do Conselho:

- a) a Assembléa Geral;
- b) a Junta Executiva Central;
- c) as Juntas Executivas Regionaes;
- d) as Commissões Technicas.

Art. 5.º A Assembléa Geral é constituída:

- a) pelos membros da Junta Executiva Central, representando o Governo Federal;
- b) pelos presidentes das Juntas Executivas Regionaes ou seus supplentes, representando os Governos Regionaes e Municipaes;
- c) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações officializadas filiadas ao Instituto;
- d) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações particulares filiadas ao Instituto.

Art. 6.º A Junta Executiva Central compõe-se:

- a) do presidente do Instituto;
- b) dos directores das Repartições Centraes de Estatística;
- c) de um representante de cada um dos Ministerios do Exterior, da Guerra e da Marinha, bem assim do da Viação e de outros que venham a ser creados, enquanto não possuirem repartições centraes de estatística, nos termos do art. 10, § 1º, n. III, do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934.

Art. 7.º As Juntas Executivas Regionaes, sempre que não prevalecerem, na legislação respectiva, disposições analogas ás adoptadas na organização federal (art. 10, § 1º, n. 1, e artigo 11, §§ 1º e 2º, do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934), serão presididas pelos directores das repartições regionaes de estatística geral. Na hypothese contraria, estes directores serão os secretarios natos das respectivas Juntas, e, como taes, obrigatoriamente considerados assessores e supplentes dos presidentes das Juntas Regionaes na Assembléa Geral do Conselho.

Paragrapho unico. Constituem essas Juntas:

- a) os directores e os chefes de secção ou funcionarios de hierachia equivalente das repartições regionaes integradas no Instituto;



b) os directores geraes das repartições regionaes que possuirem apenas secções de estatística filiadas ao Instituto;

c) os chefes dessas secções especializadas de estatística;

d) os chefes ou directores das repartições ou serviços de estatística dos municipios das capitães dos Estados e do Territorio do Acre;

e) um representante do Estado Maior da Região, com jurisdição militar no Estado e um delegado do Estado Maior da Armada, devidamente credenciados para tal fim.

Art. 8.º A Assembléa Geral fixará o numero das Comissões Technicas, as quaes se comporão, em cada caso, de cinco membros especializados no assumpto respectivo e eleitos, pela Assembléa, entre todos os membros do Conselho Nacional, dous desses membros deverão ser da administração federal, a elles competindo as funcções de presidente e relator, respectivamente; os demais membros serão todos da administração regional ou local, de unidades politicas diferentes, na hypothese de não figurar no Conselho, representante de entidade officializada ou particular, especialmente interessada no assumpto, a cargo da Comissão, caso em que esse representante occupará um dos tres logares, como membro nato da Comissão.

Art. 9.º A assembléa geral reunir-se-á, annualmente, a 1 de julho, realizando tantas sessões quantas forem necessarias. As Juntas Executivas reunir-se-á ordinariamente no primeiro dia util de cada quinzena, realizando as sessões extraordinarias que forem necessarias. As Comissões Technicas trabalharão, em todo o correr do anno, mediante correspondencia promovida pelo respectivo presidente ou pelo relator. Os seus relatorios deverão ser presentes á Junta Executiva Central, até 31 de março de cada anno.

## *II — Atribuições dos orgãos do Conselho*

Art. 10. A assembléa geral compete orientar e dirigir o Instituto, mediante deliberação directa ou delegação á Junta Executiva Central, exercendo ampla jurisdição technica no que se referir a todos os serviços filiados, gozando de autonomia administrativa quanto aos serviços cuja organização e movimentação forem confiados ao mesmo Instituto, na fórma dos arts. 7º e 8º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934.

Paragrapho unico. São attribuições expressas da Assembléa Geral as seguintes:

- a) elaborar o seu regimento interno e o das Juntas Executivas — Central e Regionaes;
- b) baixar as instrucções por que se devem regular os órgãos do Instituto nas suas relações entre si e com o proprio Conselho;
- c) caracterizar as estatísticas que se devem considerar da competencia privativa das organizações federaes ou das organizações regionaes, fixando ao mesmo tempo as normas para que, no menor prazo possivel, os resultados de umas e outras sejam communicados a todos os órgãos do Instituto aos quaes possam interessar;
- d) suggerir os criterios e processos pelos quaes as estatísticas de caracter regional, ora levantadas e elaboradas pela União, possam ser, aos poucos, transferidas á responsabilidade dos serviços regionaes, desde que estes se sintam com a efficiencia necessaria para assegurar-lhes a continuidade e perfectibilidade; fixar, outrossim, a acção completiva dos serviços nacionaes, onde esta fôr solicitada ou julgada ainda necessaria;
- e) organizar, regulamentar e administrar as delegacias ou agencias de actuação regional ou local necessarias para completar o systema dos órgãos do Instituto, bem como os demais serviços filiados, quando estes ou aquellas vierem a ficar sob a responsabilidade do mesmo Instituto, nos termos dos arts. 7º e 8º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;
- f) Suggestir ao Governo da Republica e aos Governos regionaes e locais, conforme o caso, para o competente exame e deliberação, as alterações de regulamentos que os serviços de estatística forem exigindo para o seu aperfeiçoamento organico;
- g) representar, em tempo opportuno, ás autoridades competentes, para que na legislação e nos planos e normas dos serviços publicos, não se incluam dispositivos que prejudiquem, de qualquer fórma, as fontes e a elaboração da estatística nacional;

h) propôr aos órgãos governativos competentes as providencias necessarias ao normal desenvolvimento das finalidades do Instituto;

i) providenciar para a constituição dos recursos financeiros, de character facultativo, previstos no art. 24 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, fazer-lhes a distribuição e fiscalizar-lhes a applicação;

j) autorizar os accordos e contractos que o Instituto haja de realizar para a consecução de seus objectivos;

k) fixar o plano de organização e funcionamento das Comissões Technicas, tendo em vista a elaboração de projectos, pareceres ou estudos de character especializado necessarios aos trabalhos do Instituto.

Art. 11. A' Junta Executiva Central compete cumprir e fazer cumprir as deliberações da assembléa geral e resolver os casos omissos, *ad-referendum*, da mesma assembléa, sempre que o exijam a continuidade e a bôa ordem dos serviços do Instituto.

Art. 12. A's Juntas Executivas Regionaes compete cumprir e fazer cumprir as deliberações de carácter geral da Assembléa Geral e da Junta Executiva Central, e tomar as medidas necessarias á coordenação e desenvolvimento dos serviços estatísticos regionaes e municipaes sob sua jurisdição, resolvendo com autonomia o que fôr materia privativa da economia interna dos respectivos systemas.

Art. 13. A's Comissões Technicas compete estudar e projectar a systematização technica e os melhoramentos progressivos das estatísticas comprehendidas nos respectivos programmas, expondo as conclusões do seu trabalho em relatorios annuaes á Junta Executiva Central, que os fará publicar e os submeterá com o seu parecer á Assembléa Geral.

Art. 14. Os regimentos especiaes, instrucções e planos da competencia da Assembléa Geral, serão por ella baixados directamente ou por delegação á Junta Executiva Central.

Art. 15. O Conselho terá ainda um corpo de Assessores de Estatistica, que serão eleitos directamente pela Assembléa Geral, ou mediante delegação desta, pelas Juntas Executivas Central e Regionaes, nas condições do numero e requisitos que a Assembléa fixar.

Paragrapho unico. O Corpo de Assessores de Estatística se constituirá:

- a) de representantes das principaes instituições economicas, sociaes, culturaes ou religiosas, de expressão nacional;
- b) de especialistas em materia de estatística)

### III — Disposições geraes

Art. 16. Não serão remunerados os membros do Conselho, nem os Assessores, cujas funcções constituem, entretanto, titulo de relevante benemerencia publica. Aos membros da Assembléa Geral não residentes na Capital Federal, nem no Estado do Rio de Janeiro, será paga, porém, por ocasião das respectivas sessões, a ajuda de custo de um conto de réis (1:000\$000), correndo essa despesa e a das competentes passagens, por conta das verbas proprias do Governo Federal.

Art. 17. As deliberações do Conselho, sejam as da Assembléa Geral, sejam as das Juntas Executivas, terão a designação de “resoluções”, as quaes serão redigidas, em fórmula articulada e indicadas, para cada órgão deliberativo, pelo respectivo numero de ordem.

§ 1.º Essas “resoluções”, depois de publicadas no órgão official competente, serão obrigatoriamente communicadas:

- a) as da Assembléa Geral e da Junta Executiva Central, a todas as Juntas Executivas Regionaes;
- b) as das Juntas Executivas Regionaes, á Junta Executiva Central.

§ 2.º Das “resoluções” dos varios órgãos do Conselho, a Secretaria Geral do Instituto manterá em dia a competente collectanea, reunindo-a, annualmente, em publicação especial que organizará, sob a designação de “Annaes do Instituto Nacional de Estatística”.

§ 3.º Essa publicação se destinará igualmente a registrar os actos legislativos, relatorios, instrucções, modelos, memoriaes, etc., que constituam elementos historicos do desenvolvimento da estatística brasileira.

Art. 18. Approvadas pelo Conselho as Instrucções para o concurso a que se refere a clausula segunda, lettra p, da Convenção Nacional de Estatística, e, si o orçamento federal não houver destinado verba especial para os respectivos pre-

mios, o orçamento do Instituto reservará a importancia competente destacada da verba global que lhe fôr consignada.

Art. 19. O Conselho Nacional de Estatistica installar-se-á com a primeira reunião da sua Assembléa Geral, que será convocada extraordinariamente para o dia 15 de dezembro do corrente anno, afim de deliberar sobre a parte da Convenção a executar-se no proximo exercicio.

§ 1.º Para o fim deste artigo, a Junta Executiva elaborará as normas geraes da organização e movimentação, com concurso dos órgãos estatísticos regionaes, dos inqueritos necessários á órbita federal. Essas normas serão communicadas aos Governos Regionaes, afim de que, estudadas pelos órgãos competentes, os respectivos representantes, na Assembléa Geral, recebam poderes e instrucções para que esta tome as deliberações convenientes á coordenação e unificação dos resultados das estatisticas brasileiras.

§ 2.º Na reunião inaugural do Conselho, os delegados dos Governos Regionaes deverão ser os chefes ou directores dos mais importantes serviços de estatistica subordinados aos mesmos Governos, ou, não sendo isto possivel, pessoas com especialização que as qualifique para o exercicio desse mandato.

Art. 20. O presidente do Instituto Nacional de Estatistica providenciará para que, dentro do prazo de 15 dias, a contar da publicação deste decreto, passe a Junta Executiva Central a funcionar com a composição prevista no art. 6º.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Ráo.*

*Marques dos Reis.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnom Magalhães.*

DECRETO N. 1.215 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Republica do Panamá, do Tratado Anti-Bellico de não Aggressão e Conciliação, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Republica do Panamá, do Tratado Anti-Bellico de não Aggressão e Conciliação, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Argentina nesta Capital, por nota de 16 do corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 1.203 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, adesão, extensão e applicação, por parte de varios paizes, da Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação da Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929, por parte dos seguintes paizes:

Gran-Bretanha, Commonwealth da Australia, Belgica, Canadá, Dinamarca, Finlandia, França, Allemanha, India, Estado Livre da Irlanda, Italia, pelas Colonias de Libya, Erythrea, Somalia e as ilhas do mar Egeu; Japão, Paizes Baixos, Noruega, Hespanha, Suecia, Estados Unidos da America (com reservas);

E, bem assim, dos instrumentos de adesão, por parte dos Governos dos seguintes paizes:

Argentina, Bulgaria, China, Cidade Livre de Dantzig, Egypto, Esthonia, Hungria, Islandia, Nova Zelandia, Panamá, Polonia, Portugal;

Relativamente á extensão da mesma Convenção, por parte dos seguintes paizes:

Japão ao Chosen, Taiwan e Territorio sob mandato de Kwantung;

Relativamente á applicação da mesma Convenção, por parte de Hong Kong, Estabelecimentos dos Estreitos e Indias Neerlandezas, — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Britannica nesta Capital, por nota de 8 de outubro de 1936, enviada com a lista dos paizes que ratificaram, adheriram, applicaram e estenderam á referida Convenção, documentos esses cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

EMBAIXADA BRITANNICA

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1936.— N. 138. (9|135|36).

Sr. Ministro:

Com referencia á nota n. 134, de 25 de setembro ultimo, tenho a honra de informar a V. Ex. que a ratificação, pelos Estados Unidos da America, da Convenção Internacional para a salvaguarda da vida no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929, foi depositada nos archivos do Ministerio do Exterior, a 7 de agosto de 1936, e entrará em vigor, de accordo com o art. 64 da Convenção, a 7 de novembro de 1936.

Essa ratificação foi sujeita pelo Senado dos Estados Unidos, ás tres seguintes reservas:

I) Nada da presente Convenção será de molde a autorizar alguém a prender qualquer marinheiro, contra sua vontade, em um porto sob jurisdição dos Estados Unidos da America, seja elle cidadão dos Estados Unidos ou estrangeiro, a bordo do navio mercante nacional ou estrangeiro, quando tal marinheiro foi ahi admittido com membro da tripulação do navio, ou então obrigar-o a seguir nesse navio contra sua vontade.

II) Nada, na presente Convenção, poderá annullar ou modificar a Parte 4ª da "Lei do Marinheiro", approvada a 4 de março de 1915, 38 stat. 1.164, de accordo com a interpretação da Suprema Còrte dos Estados Unidos, na questão *Strathearn V. Dillon*, 252 U. S. 348, e

III) Nada, na presente Convenção, impedirá os officiaes dos Estados Unidos da America, que exercem o controle dos Navios, previsto no art. 54, de fazerem tal inspecção em navios sob a jurisdição dos Estados Unidos, quando fôr necessário determinar si as condições de navegabilidade dos mesmos correspondem substancialmente ás estipuladas no certificado, si o navio está sufficiente e efficientemente equipado e póde proseguir viagem, sem perigo para os passageiros ou para a tripulação, ou impedirá os officiaes de sustarem o levantamento de ferros de qualquer navio que julgarem não poder proseguir viagem, com segurança, até que o mesmo esteja em condições de fazel-o, sem perigo para os passageiros ou para a tripulação.

Inclusa á presente, vae uma lista dos paizes que ratificaram ou adheriram á Convenção, com a data do deposito do instrumento de ratificação ou adhesão.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. a segurança de minha mais alta consideração. — *Hugh Gurney*.

---

Lista dos paizes que ratificaram e adheriram á Convenção Internacional para a salvaguarda da vida no mar, 1929:

Gran-Bretanha, 1 de outubro de 1932;

Hong Kong, 1 de maio de 1935;



Estabelecimentos dos Estreitos, 1 de maio de 1935;  
Argentina, 19 de outubro de 1933;  
Commonwealth da Austrália, 23 de dezembro de 1935;  
Belgica, 29 de maio de 1935;  
Bulgaria, 4 de setembro de 1933;  
Canadá, 1 de outubro de 1932;  
China, 14 de fevereiro de 1933;  
Dantzig, 30 de janeiro de 1933;  
Dinamarca, 3 de junho de 1930;  
Egypito, 24 de julho de 1936;  
Esthonia, 12 de julho de 1935;  
Finlândia, 1 de outubro de 1932;  
França, 1 de outubro de 1932;  
Alemanha, 1 de outubro de 1932;  
Hungria, 1 de janeiro de 1933;  
Islandia, 6 de janeiro de 1933;  
India, 1 de outubro de 1934;  
Estado Livre da Irlanda, 8 de fevereiro de 1934;  
Italia, pelas Colonias da Libya, Erythrea, Somalia e as  
ilhas do mar Egeu, 30 de agosto de 1935;  
Japão, pelo Chosen, Taiwan e Territorio sob mandato de  
Kwantung, 12 de julho de 1935;  
Paizes Baixos, 20 de outubro de 1930;  
Indias Neerlandezas, 1 de maio de 1935;  
Nova Zelandia, 19 de novembro de 1934;  
Noruega, 1 de outubro de 1932;  
Panamá, 13 de julho de 1936;  
Polónia, 4 de junho de 1934;  
Portugal, 6 de janeiro de 1933;  
Hespanha, 22 de junho de 1932;  
Suecia, 1 de outubro de 1932;  
Estados Unidos da America, 7 de agosto de 1936.

---

DECRETO N. 1.204 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publica a ratificação, por parte do Governo da Esthonia, do Accôrdo sobre Barcas-pharóes tripuladas, que se acham fóra do seu posto normal, firmado em Lisbóa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para veri-*

*ficação da balizagem e de iluminação das costas, realizada na mesma Capital.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a ratificação, por parte do Governo da Esthonia, do Accôrdo sobre Barcas-Pharóes tripuladas, que se acham fóra do seu posto normal, firmado em Lisbôa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balizagem e de iluminação das costas, realizada na mesma Capital — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 28 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 172.1936. VIII)

Accôrdo sobre barcas-pharóes tripuladas, quando fóra de suas  
posições normaes

*Ratificação da Esthonia*

Genebra, 28 de setembro de 1936.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que, de conformidade com as disposições do artigo 4° do Accôrdo sobre barcas-pharóes tripuladas, quando fóra de suas posições normaes, firmado em Lisbôa, a 23 de outubro de 1930, o Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Delegado permanente da Esthonia junto á Liga das Nações, depositou no Secretariado, a 16 de setembro de 1936, o instrumento de ratificação por S. Ex. o Presidente da Republica da Esthonia relativo a este Accôrdo.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro Juridico do Secretariado — L. A. Podestá Costa.

---

DECRETO N. 1.205 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão do Governo da Finlandia á Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Finlandia á Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 13 de outubro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 176.1936.XI)

**Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura**

**(Genebra, 13 de julho de 1931)**

*Adhesão da Finlandia*

Genebra, 13 de outubro de 1936.

Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario. Delegado permanente da Finlandia junto á Liga das Nações, depositou no

Secretariado, a 25 de setembro de 1936, o instrumento de adesão de S. Ex. o Presidente da Republica da Finlândia á Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, bem como o Protocollo de Assinatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.

Queira aceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro Juridico do Secretariado — *L. A. Podestá Costa.*

---

DECRETO N. 1.237 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publica a adesão, pelo Governo da Republica da Tchecoslovaquia, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, firmada a 9 de setembro de 1886, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908 e em Roma a 2 de junho de 1928.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica adesão, por parte da Republica da Tchecoslovaquia, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908 e em Roma a 2 de junho de 1928, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta capital, por nota de 25 de novembro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

VI. 2-167/2 — WH.

A Legação da Suissa no Brasil tem a honra de levar ao conhecimento do Ministerio das Relações Exteriores que, por nota de 23 de outubro ultimo,, a Legação da Republica da

Tchecoslovaquia em Berna notificou ao Conselho federal suíço a adesão, por parte de seu Governo, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Berlim, a 13 de novembro de 1908 e em Roma a 2 de junho de 1926.

De accordo com o art. 25, alinea 3, da referida Convenção, applicado por analogia, essa adesão produzirá effeitos a partir de 30 de novembro de 1936.

Rogando ao Ministerio das Relações Exteriores accusar o recebimento do que precede, a Legação da Suíça aproveita esta occasião para lhe reiterar a segurança de sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1936.

---

DECRETO N. 1.262 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 680:000\$000*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 4º da lei n. 293, de 5 de novembro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.786, de 6 novembro de 1922, decreta:

Artigo unico — Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 680:000\$000 (seiscentos e oitenta contos de réis), para occorrer ás despesas com a aquisição, inclusive transmissão e indemnizações devidas pela rescisão de contractos existentes, do dominio util do terreno foreiro sito á Avenida Marechal Floriano Peixoto n. 180, no Districto Federal, com todas as bemfeitorias nelle edificadas, de propriedade de D. Anna Domingues da Silva, mediante nove metros e dez centímetros (9m,10) de frente e com área de trezentos e setenta e cinco metros quadrados, seis

mil e setenta e cinco centímetros quadrados (375m<sup>2</sup>,6075), destinado á melhoria de installação do Palacio Itamaraty, em que funciona aquella Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48 da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario Pimentel Brandão.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.271 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Esthonia, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immuni-  
dades dos navios de Estado, firmada em Bruxel-  
las, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Additional á mes-  
ma Convenção firmado em Bruxellas a 24 de maio de  
1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Esthonia, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immuni-  
dades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Additional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, conforme com-  
munição feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros e Commercio Exterior da Belgica á Embaixada do Brasil em Bruxellas, por nota de 7 de setembro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros e do Commercio Exterior.

Gabinete — Serviço juridico — N. 39971.971.

Numero de ordem: 22.266. — I annexo.

Bruxelas, 7 de setembro de 1936.

Sr. Embaixador.

Por nota de 25 de julho ultimo, n. 28, rogou-me Vossa Excellencia que lhe enviasse o texto francez dos instrumentos de ratificação do Presidente da Republica da Esthonia, sobre a Convenção Internacional concernente ás immunidades dos navios de Estado, assignada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926. Vossa Excellecia encontrará inclusa cópia authentica deste documento.

O Departamnto dos Negocios Estrangeiros da Belgica não possui a tradução franceza destes instrumentos de ratificação; da qual não me é, pois, possivel remetter cópia authentica.

Approveito a oportunidade, Senhor Embaixador, para renovar á Vossa Excelencia os protestos de minha alta consideração.

Pelo Ministro: o jurisconsulto adjunto, *J. Muûls*.

Sua Excelencia Senhor Pereira e Souza.

---

DECRETO N. 1.272 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica Dominicana, do Tratado sobre a protecção de instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Republica Dominicana, do Tratado sobre a protecção de instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich) firmado em Washington a 15 de abril de 1935 — conforme communicação feita á Em-

baixada do Brasil em Washington, pela União Panamericana, por nota de 12 de novembro ultimo, enviada com o teor da Acta do referido deposito, documentos esses cujas cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

12 de novembro de 1936.

Prezado Senhor Embaixador,

Tenho a honra de transmittir a Vossa Excellencia cópias authenticadas da Acta do Deposito e do Instrumento de Ratificação pela Republica Dominicana do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, assignado em Washington em 15 de abril de 1935.

Rogo a Vossa Excellencia a gentileza de informar ao seu Governo sobre o deposito do Instrumento de Ratificação acima referido, na União Panamericana.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta estima e distincta consideração.

*Pedro de Alba*, director geral interino.

A Sua Excellencia o Embaixador do Brasil, Senhor Doutor Oswaldo Aranha — Washington, D. C.

#### TRADUCÇÃO OFFICIAL

UNIÃO PANAMERICANA

(Washington, D. C., E. U. A.)

*Generalissimo Rafael Leonidas Trujillo Molina, Presidente da Republica Dominicana*

A todos os que virem as presentes, Salve !

Havendo: a Setima Conferencia Internacional Americana, por resolução de 16 de dezembro de 1933, recommendado a assignatura do Pacto Roerich, iniciado pelo Museu Roerich,



dos Estados Unidos da America, com o objectivo de preservar os monumentos que formam o thesouro cultural dos povos;

Havendo: o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington firmado, a quinze de abril de mil novecentos e trinta e cinco, como Plenipotenciario, o Pacto Roerich, juntamente com os Plenipotenciarios da Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Estados Unidos da America, Guatemala, Honduras, Mexico, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay e Venezuela;

Havendo: o Congresso Nacional, por Lei numero mil cento e vinte e dois, approvada pelo Senado a tres de Julho de mil novecentos e trinta e seis, e pela Camara dos Deputados a trinta e um do mesmo mez e anno, approvado o referido Pacto;

Havendo: o Poder Executivo sancionado essa Lei, a quatro de Agosto de mil novecentos e trinta e seis;

Ratifico e confirmo a adhesão da Republica Dominicana a todos e cada um dos artigos do citado Pacto.

Em fé do que mando passar a presente carta de ratificação para que seja depositada nos archivos da União Pan-Americana, juntamente com os exemplares da "Gaceta Oficial", numero quatro mil novecentos e trinta e quatro, do dia dezenove de Agosto de mil novecentos e trinta e seis, no qual está publicada a Lei que reproduz e approva o texto do referido Pacto. — *Rafael L. Trujillo*.

(Sello) (Referendado) — *E. Bonetti Burgos*.

Certifico que o documento acima é cópia fiel do original do Decreto do Presidente da Republica Dominicana depositado na União Panamericana, ratificando o Tratado sobre a Protecção de Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de Abril de 1935. — *Pedro de Alba*, director geral interino da União Panamericana.

---

DECRETO N. 1.273 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Allemanha, da Convenção Internacional concernente ás immuniadees de navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de Abril de 1926 e do Protocollo Additional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de Maio de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Allemanha, da Convenção Internacional concernente ás immuniades de navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de Abril de 1926 e do Protocollo Additional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de Maio de 1934, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores, pela Embaixada da Belgica nesta Capital, por nota de 31 de outubro de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

# TRADUCÇÃO OFFICIAL

EMBAIXADA DA BELGICA

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1936.

N. 1.824 — I annexo.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que o Ministro da Allemanha em Bruxellas remetteu, ao Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros da Belgica, os instrumentos de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Senhor Chanceller do Reich, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immuniades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas a 10 de Abril de 1926 e do

Portocollo Addicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas a 24 de Maio de 1934.

Esses instrumentos havendo sido depositados a 27 de junho de 1936, a Convenção e seu Protocollo Addicional entrarão em vigor para a Allemanha, a partir de 8 de Janeiro de 1937, data do inicio da vigencia da Convenção para os paizes que tomaram parte no primeiro deposito de ratificações; com effeito, o artigo 12 da Convenção prevê sua entrada em vigor, para os paizes que adheriram, a partir da expiração de um prazo de seis mezes a contar de sua adhesão. Communicando o qu precede a Vossa Excellencia, tenho a honra de enviar-lhe, em annexos, a cópia authentica das ratificações allemães.

Aproveito a oportunidade, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excelencia os protestos da minha alta consideração. — *Villenfagne de Sorinnes*.

Sua Excellencia Senhor Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

Tendo-me sido apresentados a Convenção Internacional para unificação de certas regras concernentes ás immunições dos navios de Estado, assignada, pelo representante do Reich Allemão, em 10 de abril de 1926, em Bruxellas, e o respectivo Protocollo Addicional, assignado, tambem em Bruxellas, em 24 de Maio de 1934, cujo texto é o seguinte:

.....  
declaro que ratifico a Convenção e o Protocollo, e prometto executal-os e fazel-os executar.

Berlim, em 30 de Abril de 1936. — O Chanceller do Reich Allemão. — *A. Hitler*. — *Frhr. von Neurath*.

(Sello)

Carta de ratificação da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immuniddes dos navios de Estado e respectivo Protocollo Addicional.

Pela cópia authenticada:

O Secretaria Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros e do Commercio Exterior da Belgica, *F. von Langenhove*.

---

DECRETO N. 1.274 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo de Cuba, do Protocollo relativo ás obrigações militares em certos casos de dupla nacionalidade firmado na Haya a 12 de Abril de 1930.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Republica de Cuba, do Protocollo relativo ás obrigações militares em certos casos de dupla nacionalidade, firmado na Haya a 12 de Abril de 1930, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 7 de novembro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Mario de Pimentel Brandão.*

#### TRADUCÇÃO OFFICIAL

##### LIGA DAS NAÇÕES

**Protocollo relativo ás obrigações Militares em certos casos de Dupla Nacionalidade**

(Haya, 12 de Abril de 1930.)

***Ratificação por Cuba***

Genebra, 7 de Novembro de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, delegado permanente da Republica de Cuba junto á Liga das Nações, transmittiu-me o instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica de Cuba, do Protocollo relativo ás obrigações militares em certos casos

de dupla nacionalidade, firmado na Haya e 12 de Abril de 1930.

O referido instrumento de ratificação foi depositado no Secretariado a 22 de Outubro de 1936.

De accôrdo com o disposto no instrumento, essa ratificação é dada sob a seguinte reserva:

Tradução: — "O Governo de Cuba declara não assumir a obrigação imposta pelo artigo 2º do Protocollo quando o menor visado pelo referido artigo — ainda que tenha o direito, ao atingir a maioridade, de repudiar ou recusar a nacionalidade cubana — residir habitualmente em territorio do Estado, estando unido, de facto, a esse ultimo por um laço mais forte do que a outro Estado cuja nacionalidade igualmente possuisse."

De conformidade com as disposições desse Protocollo, a ratificação acima mencionada produzirá seus effeitos 90 dias após haver sido lavrada, pelo Secretario Geral, uma acia certificando que as ratificações e adhesões de dez Membros da Liga das Nações ou Estados não Membros foram depositadas no Secretariado.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario geral, o Conselheiro juridico do Secretariado, *L. A. Podestá Costa*.

---

DECRETO N. 1.275 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publica a adesão por parte dos Estados maiores federados e não federados á Convenção para unificação de certas regras referentes ao transporte aereo internacional, e ao Protocollo Additional, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adesão por parte dos Estados malaioes federados Néгри Sembilan, Pahang, Perak, Selangor, e dos Estados malaioes não federados Jahore, Kedah, Kelantan, Perlis, Trengganu, Brunei, á Convenção para a unificação de certas regras

referentes ao transporte aereo internacional e ao Protocolo Adicional, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929, conforme communicação feita pela Legação da Polonia ao Ministerio das Relações Exteriores por nota de 5 do corrente, cuja cópia acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

Prez. 97/Br/56.

A Legação da Polonia cumprimenta attenciosamente o Ministerio das Relações Exteriores e tem a honra de communicar que o Governo Britannico informou, em 4 de julho proximo passado, o Governo da Polonia, que os Estados abaixo mencionados adheriram á Convenção de unificação de certas regras referentes ao transporte aereo internacional, e ao Protocollo Adicional, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.

I) Estados malaio.

a) Estados malaio federados:

Négri Sembilan — Pahang — Perak — Selangor.

b) Estados malaio não federados:

Jahore — Kedah — Kelantan — Perlis — Trengganu — Brunei.

2) Bornéu do Norte.

3) Sarawak.

4) Tonga.

De conformidade com a alinea 3 do artigo 38 da citada Convenção, a mesma entrará em vigor 90 dias depois da data de 4 de julho do anno corrente.

Rio de Janeiro, 5 de Dezembro de 1936.

DECRETO N. 1.276 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Mexico, do Tratado sobre a protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos, (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Republica dos Estados Unidos Mexicanos, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935 — conforme comunicação feita á Embaixada do Brasil em Washington, peia União Panamericana, por nota de 24 de Outubro ultimo, enviada com o teor da Acta do referido deposito, documentos esses cujas cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

UNIÃO PANAMERICANA

(Washington, D. C., E. U. A.)

*Lazaro Cardenas, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos*

Todos os que virem as presentes saibam:

Que no dia quinze de Abril de mil novecentos e trinta e cinco, foi concluido e firmado, na cidade de Washington, D. C., Estados Unidos da America, por intermedio de Plenipotencia-

rios devidamente autorizados para esse fim, um Convenio sobre a protecção das instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), nos idiomas inglez, hespanhol, portuguez e francez, sendo os seguintes o texto e a forma do referido Convenio, em hespanhol:

.....  
.....  
.....  
Que o Convenio annexo foi approvado pela Camara de Senadores dos Estados Unidos Mexicanos, aos vinte e tres dias de dezembro de mil novecentos e trinta e cinco.

Em virtude do que, Eu, Lázaro Cárdenas, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, usando da faculdade que me concede a linea decima do octogesimo nono Artigo da Constituição Politica, ratifico, acceito e confirmo o referido Convenio, e prometto, em nome da Nação Mexicana, cumpril-o e observal-o e fazel-o cumprir e observar.

Em fé do que, mandei passar as presentes, por mim firmadas, selladas com o grande Sello da Nação e referendadas pelo Senhor Engenheiro Eduardo Hay, Secretario das Relações Exteriores, na residencia do Poder Executivo Federal, na cidade do Mexico, aos sete dias do mez de Abril de mil novecentos e trinta e seis. — *Lázaro Cárdenas*.

(Referendado) — O Secretario das Relações Exteriores  
*Eduardo Hay*.

(Sello) — Certifico.

Cópia.

24 de Outubro de 1936.

Prezado Senhor Embaixador,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias authenticadas da acta do deposito e do instrumento de ratificação pelo Governo da Republica Mexicana do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, assignado em Washington a 15 de Abril de 1935, bem como a cópia da relação dos monumentos archeologicos mexicanos depositada na União Panamericana



pelo Mexico de accordo com o artigo 4 do mesmo tratado. Rogo a vossa Excellencia a gentileza de informar o seu Governo sobre o deposito do instrumento de ratificação e da relação dos monumentos archeologicos mencionados acima.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta estima e consideração — L. S. Rowe, director geral.

A Sua Excellencia o Embaixador do Brasil, Senhor Doutor Oswaldo Aranha — Washington, D. C.

---

DECRETO N. 1.280 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 250:000\$000, afim de attender ás despesas com os estudos para a construcção da ponte internacional sobre o rio Uruguay*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 328, de 28 de novembro de 1936, tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e consultado o Tribunal de Contas, na forma do Regulamento approved pelo decreto n. 15.788, de 6 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1º. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de duzentos e cincoenta contos de réis (250:000\$000), para occorrer ás despesas provenientes dos estudos preliminares para a construcção da ponte internacional sobre o rio Uruguay.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

— 407 —

**DECRETO N. 1.281 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936**

*Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 250:000\$000, para aquisição de um immovel sito á rua Senador Pompeu n. 147, nesta Capital*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 295, de 5 de novembro de 1936, tendo ouvido o Ministerio a Fazenda e consultado o Tribunal de Contas, na forma do Regulamento aprovado pelo decreto n. 15.786, de 6 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1º. Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 250:000\$000, para adquirir, até esse preço, o immovel sito á rua Senador Pompeu n. 147, nesta Capital, pertencente aos herdeiros do espolio de José Pinto Branco, com a area de novecentos e cincoenta e cinco metros e cincoenta centímetros quadrados (955m<sup>2</sup>,50), confrontando: frente na rua Senador Pompeu; lado esquerdo, com o predio n. 149, da rua Senador Pompeu e com o predio numero 36 da rua Visconde da Gavea (fabrica de vidros); fundos, com o Palacio Itamaraty e lado direito com o predio n. 75 da rua Costa (fabrica de vidros) e com o predio numero 145 da rua Senador Pompeu.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

**DECRETO N. 1.282 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936**

*Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 25:403\$200, para pagamento de vencimentos do Embaixador, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 286, de

28 de outubro de 1936, tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e consultado o Tribunal de Contas, na forma do Regulamento aprovado pelo decreto n. 15.786, de 6 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1°. Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 25:403\$200, afim de occorrer ao pagamento dos vencimentos do Embaixador José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, no periodo de 23 de maio a 31 de dezembro do corrente anno, em virtude da lei n. 203, de 18 de maio de 1936.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.284 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito de 800:000\$000, suplementar á verba 4°, consignação Pessoal, sub-consignação n. 1, do orçamento vigente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 273, de 13 de outubro ultimo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórmula do Regulamento aprovado pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922,

Decreta:

Artigo unico. — Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito suplementar de oitocentos contos

de réis (800:000\$000) para reforço da verba 4ª consignação Pessoal, sub-consignação n. 1, do vigente orçamento do mesmo Ministerio.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO -N. 1.317 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Venezuela, do Tratado sobre a protecção das instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Venezuela, do Tratado sobre a protecção das instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935 — conforme comunicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington, por nota de 16 de novembro ultimo, remetida com a Carta de ratificação e a acta do referido deposito, documentos esses cujas copia e traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

Copia:

16 de novembro de 1936

Exmo. Sr. Encarregado de Negocios:

Tenho a honra de transmittir a V. Ex. copias authenticadas da acta do deposito e do instrumento de ratificação

pela Venezuela do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artísticas e Monumentos Historicos, assignado em Washington a 15 de abril de 1935.

Rogo a V. Ex. a gentileza de informar o seu Governo sobre o deposito na União Panamericana do instrumento de ratificação acima referido.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e distincta consideração. — *Pedro de Alba*, director geral, interino.

Exmo. Sr. A. B. Bueno do Prado, encarregado de Negocios do Brasil — Embaixada do Brasil, Washington, D. C.

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

União Panamericana — Washington D. C., E. U. A.

ACTA DO DEPOSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO, PELO GOVERNO DA VENEZUELA, DO TRATADO SOBRE A PROTECÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTISTICAS E SCIENTIFICAS E MONUMENTOS HISTORICOS.

Os abaixo assignados, Senhor Doutor Don Jacinto Fombona Pachano, Encarregado de Negocios ad interim da Venezuela junto ao Governo dos Estados Unidos da America e Representante da Venezuela no Conselho Directivo da União Panamericana e o Director Geral interino da União Panamericana, reuniram-se, nesta data, afim de proceder ao deposito, na União Panamericana, do instrumento de ratificação, pelo Governo da Venezuela, do Tratado sobre Protecção das Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de abril de 1935.

O instrumento de ratificação foi entregue pelo Senhor Encarregado de Negocios da Venezuela ao director Geral, interino, da União Panamericana, de conformidade com o disposto no art. VII do Tratado acima mencionado.

Em firmeza do que, os abaixo assignados, firmam a presente acta, em Washington a 11 de novembro de 1936. (Ass.) *Jacinto Fombona-Pachano*, Encarregado de Negocios ad inte-

rim da Venezuela. (Sello): (ass.) *Pedro de Alba*, Director Geral, interino, da União Panamericana.

Certifico que o documento acima é copia fiel do original da acta do deposito do instrumento de ratificação, pelo Governo da Venezuela, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de abril de 1935., (ass.) *Pedro de Alba*, Director Geral Interino da União Panamericana.

### UNIAO PANAMERICANA

(Washington, D. C., E. U. A.)

Eleazar López Contreras, Presidente dos Estados Unidos da Venezuela.

Havendo o Congresso Nacional decretado a seguinte lei:

“O Congresso dos Estados Unidos da Venezuela decreta:

Unico. De conformidade com a attribuição 5ª do art. 78 da Constituição Nacional, fica approved, em todas as suas partes o Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado pela Venezuela a 15 de abril do anno corrente, e cujo teor é o seguinte:

.....

.....

Dado no Palacio Federal Legislativo, em Caracas, aos doze dias do mez de junho de mil novecentos e trinta e cinco, anno 126º da Independencia e 77º da Federação.

O Presidente (L. S. (a) *Antonio R. Costa*.

O Vice-Presidente (a) *Pedro N. Pereira*.

Os Secretarios:

(a) *Cesar Mármol Cuervo*.

(a) *R. David Léon*.”

Pelo que, eu, Eleazar López Contreras, Presidente dos Estados Unidos da Venezuela, ratifico o Tratado acima e ordeno que se publique e seja devidamente cumprida no que diz respeito á Venezuela.

Por mim firmado, sellado com o Grande Sello Nacional e referendado pelo Ministro das Relações Exteriores, dado no Palacio Federal do Capitolio, em Caracas, aos trinta dias do mez de outubro de mil novecentos e trinta e seis, 127° anno da Independencia e 78° da Federação. (ass.) *E. López Contreras*.

(Sello)

Referendado.

O Ministro das Relações Exteriores. (ass.) *E. Gil-Borges*.

Certifico que o documento acima é copia fiel do original do decreto do Presidente dos Estados Unidos da Venezuela, depositado na União Panamericana, ratificando o Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de abril de 1933. (a) *Pedro de Alba*, Director Geral Interino da União Panamericana.

---

DECRETO N. 1.318 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Grã-Bretanha, para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, á Convenção Internacional relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, firmada em Paris a 4 de maio de 1910.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte do Governo da Grã-Bretanha, para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, á Convenção Internacional relativa ao trafico de mulheres brancas, firmada em Paris a 4 de maio de 1910, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada de França nesta capital, por nota de 2 do corrente, acompanhada da nota da Embaixada britannica em Paris ao Governo francez, documentos esses cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

N. 15 — 2 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro.

Por ordem de meu Governo e de conformidade com as disposições do artigo 11 da Convenção Internacional, de 4 de maio de 1910, relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, tenho a honra de remetter a Vossa Excellencia, annexa, copia authentica da nota pela qual o Senhor Embaixador da Gran-Bretanha, em Paris, informou ao Governo francez a adhesão, por parte do Governo britannico, ao Accordo Internacional de 1904 e á Convenção de 1910, relativamente aos territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru.

A data do deposito, nos Archivos do Ministerio francez dos Negocios Estrangeiros, foi a de 7 de setembro de 1936.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos de minha muito alta consideração. — *Ormesson*.

Sua Excellencia o Senhor Doutor J. C. de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

TRADUÇÃO OFFICIAL

Embaixada da Gran-Bretanha — 1 de setembro de 1936

Senhor Ministro.

A pedido do Governo de Sua Majestade na Republica da Australia, tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia a intenção do Governo de Sua Majestade, na Republica da Australia, de applicar, aos territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru, o Accordo Internacional de 1904 e a Convenção Internacional de 1910 relativos ao trafego de mulheres brancas, de conformidade com as disposições do artigo 11 da Convenção de 1910.

Tenho, igualmente, a honra de remetter, em annexo, o decreto n. 21 de 1936 da Nova Guiné e o decreto de 1935 de Nauru e de informar que as Autoridades designadas, de



conformidade com o artigo 1.º do Accordo de 1904, são o Administrador da Nova Guiné em Rabaul e o Administrador de Nauru.

Emfim, em applicação do paragrapho 4 do artigo 11 dessa Convenção, tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o processo que se deseja empregar na transmissão das Commissões Rogatorias é o de communicação directa entre as Autoridades judicarias que, nesses territorios, são as seguintes:

Nova Guiné, o Escrivão da Córte Central em Rabaul;

Nauru, o Administrador de Nauru.

Tenho a honra de ser, com a mais alta consideração, Senhor Ministro, de Vossa Excellencia, o muito humilde e obediente Servo. — *George Clerk*.

A Sua Excellencia o Senhor Yvon Delbos, Ministro dos Negocios Estrangeiros, Quai d'Orsay, Paris.

Pela copia authentica. O Ministro Plenipotenciario. — Sub-director, *De Reffye*.

---

(Traducção)

TERRITORIO DE NOVA GUINÉ — N. 21 DE 1936

DECRETO

*Para emendar o Decreto de Emenda doCodigo Criminal*

1923-1934

O Conselho Legislativo do Territorio da Nova Guiné usando dos poderes conferidos pelo "New Guinea Act" 1920-1935, ordena o seguinte:

1º — Este Decreto deve ser citado como Decreto de Emenda ao Codigo Criminal 1936.

O Decreto de Emenda ao Codigo Criminal, 1923-1934 é referido, neste, como o Decreto Principal.

O Decreto Principal, emendado por este, deve ser citado como Decreto de Emenda do Codigo Criminal 1923-1934.

2º — O texto do Decreto Principal fica emendado.

a) inserindo depois dos algarismos e palavras "211 No fim da secção inserir as palavras "com ou sem acoite" os seguintes algarismos e palavras:

"217. Omittir a secção e inserir o seguinte em seu lugar:  
"Seduzir moça ou mulher.

217. (1) Quem perseguir, seduzir ou desencaminhar qualquer moça ou mulher, com ou sem seu consentimento, com o fim de outra pessoa ter com ella relações illicitas, dentro ou fóra do Territorio, será culpado, mesmo que um ou alguns dos actos que constituem o crime tenha sido praticado fóra do territorio.

Penalidade: Sete annos de prisão.

(2) Ninguém será condemnado por crime mencionado nesta secção com o depoimento não confirmado de uma testemunha.

"218. Omittir a secção e inserir em seu lugar o seguinte:

"Seduzir moça ou mulher por meio de drogas, etc.

218. (1) Quem, por meio de fraude, violencia, ameaça ou abuso de autoridade, ou por meio de qualquer droga ou inebriante, perseguir, seduzir ou desencaminhar uma moça ou mulher, com o fim de outra pessoa ter com ella relações illicitas, dentro ou fóra do Territorio, será culpado, mesmo que um ou alguns dos actos que constituem o crime tenha sido praticado fóra do territorio.

Penalidade: Dez annos de prisão.

(2) Ninguém será condemnado por crime mencionado nesta secção com o depoimento não confirmado de uma testemunha"; e

b) inserir depois dos algarismos a palavra "350 no fim da secção accrescentar as palavras "com ou sem acoite", os seguintes algarismos e palavras:

"361 Omittir a secção".

"362 Omittir a secção".

(Traducção)

A ILHA DE NAURU — N. 4 DE 1935

DECRETO

*Para emendar o Codigo Criminal de Quesland, em sua applicação no Territorio, e para outros fins*

Eu, Administrador da Ilha de Nauru, pelo presente decreto, ordeno e proclamo o seguinte:

Titulo:

(1) Este Decreto deve ser citado como o "Decreto de Emenda ao Codigo Criminal 1935".

Definição:

(2) Neste Decreto, a menos que appareça intenção contraria.

"O Codigo Criminal" significa o Primeiro Texto do Codigo Criminal de 1899, do Estado de Queensland, vigente no Territorio.

(3) São revogados os artigos duzentos e dezesete e dezenove, inclusive, do Codigo Criminal e substituidos pelo seguinte:

Seduzir moça ou mulher:

217. Quem perseguir, seduzir ou desencaminhar qualquer moça ou mulher, com ou sem seu consentimento, com o fim de outra pessoa ter com ella relações illicitas, dentro ou fóra do Territorio, será culpado, mesmo que um ou alguns dos actos que constituem o crime tenha sido praticado fóra do territorio.

Penalidade: Sete annos de prisão.

Seduzir moça ou mulher por meio de drogas:

218. Quem, por meio de fraude, violencia, ameaça ou abuso de autoridade, ou por meio de qualquer droga ou inebriante, perseguir, seduzir ou desencaminhar uma moça ou

mulher, dentro ou fóra do Território, será culpado, mesmo que um ou alguns dos actos que constituem o crime tenha sido praticado fóra do território.

Penalidade: Dez annos de prisão.

Por mim dado no Quartel-General da Administração, Nauru, Pacifico Central, aos dezeseis dias do mez de novembro do anno de mil novecentos e trinta e cinco. — *Rupert C. Garsia*, Administrador da Ilha de Nauru.

Copia — Prez 97|Br. 54.

A Legação da Polonia cumprimenta attenciosamente o Ministerio das Relações Exteriores e tem a honra de commu-  
nicar que, conforme as disposições do artigo 37 da Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional — assignada em Varsovia, em 12 de outubro de 1926, — o Representante Diplomatico da Belgica em Varsovia, em 13 de julho a. c., procedeu ao deposito do instrumento de ratificação de Sua Majestade o Rei dos Belgas, concernente á dita Convenção e ao Protocollo Afficional, annexo.

Segundo os termos da al. 2 do artigo 37 da citada Convenção, a mesma deve entrar em vigor no dia 90° depois do deposito do respectivo instrumento de ratificação.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1936.

Tradução official—Acta do deposito do instrumento de ratificação da Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional e do protocollo addicional, assignados em Varsovia, em 12 de outubro de 1929.

Conforme as disposições do artigo 37 da Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, assignada em Varsovia, em 12 de outubro de 1929, apresentou-se, hoje, ao edificio do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Sua Excellencia o Senhor Alexandre Paternotte de la Vaillé, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Belgica, em Varsovia, para proceder ao deposito do instrumento de ratificação por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas concernente á dita Convenção e ao Protocollo Addicional annexo.

Este instrumento, depois de examinado e considerado exacto e conforme ao original da dita Convenção, foi con-

Annexo C — 1936 27

fiado ao Governo da Republica da Polonia para ficar depositado no Archivo com a presente acta.

A mencionada Convenção, nos termos da alinea 2, do artigo 37, entrará em vigor, para a Belgica, com o protocollo adicional annexo, 90 dias depois do deposito do dito-instrumento de ratificação.

Em fé do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta, em um só exemplar, da qual foi enviada uma copia authentica ao Governo de cada uma das Altas Partes Contractantes.

Feito em Varsovia, em 13 de julho de 1936. — *Szembek.*  
— *A. Paternotte de la Vaillée.*

Copia certificada.

Varsovia, 20 de agosto de 1936. — Doutor *Michal Potulicki*, chefe da Divisão Juridica.

---

DECRETO N. 1.319 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, ao Accordo para a repressão do trafico de mulheres brancas, firmado em Paris, a 18 de maio de 1904.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, ao Accordo para a repressão do trafico de mulheres brancas, firmado em Paris, a 18 de maio de 1904, conforme communição feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da França nesta Capital, por nota de 2 do corrente, acompanhada da nota da Embaixada britannica, em Paris, ao Governo francez, documentos esses, cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

Em 2 de dezembro de 1936.

N. 15.

Senhor Ministro:

Por ordem do meu Governo e de conformidade com as disposições do artigo 11 da Convenção Internacional, de 4 de maio de 1910, relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, tenho a honra de remetter a vossa excellencia, annexa, copia authentica da nota, pela qual o senhor Embaixador da Gran-Bretanha, em Paris, informou ao Governo francez a adhesão, por parte do Governo Britannico, ao Accordo Internacional de 1904 e á Convenção de 1910, relativamente aos territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru.

A data do deposito, nos Archivos do Ministerio francez dos Negocios Estrangeiros, foi a de 7 de setembro de 1936.

Queira acceitar, senhor Ministro, os protestos de minha muito alta consideração. — *Ormesson*.

A sua excellencia o senhor doutor J. C. de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

Embaixada da Gran-Bretanha.

N. 589 (845/3/36.)

Em 1 de setembro de 1936.

## TRADUÇÃO

Senhor Ministro:

A pedido do Governo de Sua Magestade, na Republica da Australia, tenho a honra de communicar a vossa excellencia a intenção do Governo de Sua Magestade, na Republica da Australia, de applicar, aos territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru, o Accordo Internacional de 1904 e a Convenção Internacional de 1910, relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, de conformidade com as disposições do artigo 11 da Convenção de 1910.

2. Tenho, igualmente, a honra de remetter, em annexo,

o decreto n. 21, de 1936, da Nova Guiné, e o decreto de 1935, de Nauru, e de informar que as Autoridades designadas, de conformidade com o artigo 1º do Accordo de 1904, são o Administrador da Nova Guiné, em Rabaul, e o Administrador de Nauru.

3. Emfim, em applicação do paragrapho 4º do artigo 11 dessa Convenção, tenho a honra de informar a vossa excellencia que o processo que se deseja empregar na transmissão das Commissões Rogatorias é o de communicação directa entre as Autoridades judiciarias que, nesses territorios, são as seguintes:

Nova Guiné, o escrivão da Côte Central em Rabaul;  
Nauru, o Administrador de Nauru.

Tenho a honra de ser, com a mais alta consideração, senhor Ministro, de vossa excellencia, o muito humilde obediente servo. — *George Clerk.*

A sua excellencia o senhor Yvon Delbos, Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Quai d'Orsay, Paris.

Pela copia authentica.

O Ministro Plenipotenciario, sub-director. — *De Reffye.*

---

DECRETO N. 1.320 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1935

*Faz publica a adhesão, por parte de Marrocos, á Convenção relativa á protecção dos cabos submarinos, firmada em Paris, a 14 de março de 1884, ao artigo adicional mesma Convenção, e ainda á Declaração firmada a 1º de dezembro de 1886*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte de Marrocos, á Convenção Internacional para a protecção dos cabos submarinos e ao Artigo Adicional á mesma firmados em Paris, a 14 de março de 1884, bem como á Declaração firmada a 1º de dezembro de 1886 e 25 de março de 1887, conforme communicação feita

pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França á Embaixada do Brasil em Paris, por nota de 3 de novembro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

Traducção official — Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Sub-Directoria dos Negocios Administrativos e das Uniões Internacionaes.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de communicar que, por nota de 15 de outubro de 1936, o Senhor Residente Geral da Republica Franceza em Rabat notificou a adhesão, por parte de Marrocos, á Convenção Internacional para a protecção dos cabos submarinos e ao Artigo Addicional, firmados em Paris, a 14 de março de 1884, bem como á Declaração firmada em Paris, a 1º de dezembro de 1886 e 25 de março de 1887 e ao Protocollo de Encerramento firmado em Paris a 7 de julho de 1887.

Essa adhesão foi objecto de um "Dahir" sellado a 16 de junho de 1936 e publicado no Boletim Official do Protectorado n. 1.241, de 7 de agosto de 1936, ao mesmo tempo que outro, visando a repressão das infracções á referida Convenção.

Nos termos da alinea III do Protocollo de Encerramento, de 7 de julho de 1887, o Governo francez é encarregado de examinar as disposições legislativas ou regulamentares que devem adoptar em seus respectivos paizes, de conformidade com o artigo 12, os Estados que não tendo tomado parte na Convenção a ella desejam adherir. O Governo francez procedeu a esse exame e não tem observação alguma a fazer a respeito.

Paris, 3 de novembro de 1936. — Confere: *Ed. Machado*,  
2º secretario. — Conforme: *C. de Oliveira*.



DECRETO N. 1.321 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, á Convenção internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Addicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo de Sua Hajestade a Rainha dos Paizes Baixos, á Convenção internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Addicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, ratificação essa extensiva ás Indias Neerlandezas, Surinam e Curaçao, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da Belgica nesta capital, por nota de 12 de novembro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936. 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

Traducção official — Embaixada da Belgica.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1936 — N. 1.817 —  
1 annexo.

Senhor Ministro.

Em additamento á minha nota n. 1.824, de 31 de outubro ultimo, tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que o Encarregado de Negocios dos Paizes Baixos em Bruxellas transmittiu, ao Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros da Belgica, os instrumentos de ratificação, por parte de Sua Majestade a Rainha, da Convenção Internacional para

a unificação de certas regras concernentes ás immuni-  
dades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de  
1926 e do Protocollo Addicional a esta Convenção, firmado  
em Bruxellas, a 24 de maio de 1934.

Essas ratificações são validas para os Paizes Baixos e  
Curaçao, Indias Neerlandezas e Surinam.

Esses instrumentos havendo sido recebidos, pelo Go-  
verno belga, a 8 de julho de 1936, os referidos Actos interna-  
cionaes deverão entrar em vigor, para os Paizes Baixos e  
para as mencionadas colonias, a 8 de janeiro de 1937, de con-  
formidade com o disposto no artigo 12 da Convenção.

Ao levar ao conhecimento de Vossa Excellencia as in-  
formações precedentes, tenho a honra de remetter-lhe, em  
annexo, a copia authenticada das ratificações neerlandezas.

Aproveito a oportunidade, Senhor Ministro, para rei-  
terar a Vossa Excellencia os protestos de minha mais alta  
consideração.

*Villenfagne de Sorinnes.*

Sua Excellencia o Senhor Macedo Soares, Ministro das  
Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

Nós Guilhermina, pela graça de Deus, Rainha dos Paizes  
Baixos, Princeza de Orange-Nassau, etc., etc., etc.

A todos os que virem os presentes instrumentos, Salve!

Havendo visto e examinado a Convenção internacional  
para a unificação de certas regras concernentes ás immuni-  
dades dos navios de Estado, concluida em Bruxellas, a 10 de  
abril de 1926, bem como o Protocollo Addicional, firmado  
em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, actos cujo teor é o se-  
guinte:

.....  
.....

Approvamos, pelos presentes, para os Paizes Baixos, com-  
prehendidas as Indias neerlandezas, Surinam e Curaçao, os  
Actos supra mencionados. Declaramos serem os mesmos ac-  
ceitos, ratificados e confirmados, e Promettemos que serão  
inviolavelmente cumpridos.

Em firmeza do que, mandamos passar os presentes instrumentos, por Nós assignados, e ordenamos que fossem revistidos de Nosso sello real.

Dado no Castello de Loo, ao terceiro dia do mez de junho do anno da graça de mil novecentos e trinta e seis.

*Guilhermina.*

*De Graeff.*

(Sello).

Copia authentica:

O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros e do Commercio Exterior da Belgica. — *F. van Langenhove.*

DECRETO N. 1.323 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas, da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, firmada em Varsovia, a 12 de outubro de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas, da Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, firmada em Varsovia, a 12 de outubro de 1926, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Polonia nesta capital, por nota de 5 de dezembro, acompanhada da Acta do referido deposito, documentos esses cujas copia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

# N. 3

## CIRCULARES

Circular n. 1.101, de 15 de Outubro de 1936, Aos Funcionarios da  
Secretaria de Estado, ás Missões Diplomaticas e Consulados  
de Carreira. — Registro de brasileiros condecorados.

Com o intuito de organização de um registro de brasileiros agra-  
ciados com ordens estrangeiras, solicita a Secretaria de Estado a  
Vossa ..... remetter ao Serviço do Protocollo uma relação  
das condecorações que possua, especificando os graus.

*NOMES* ..... .

*CARGO* ..... .

ORDEM	GRAU	PAIZ	DATA

*DATA*... ..

*ASSIGNATURA* ..... .

(Pede-se encher este formulario a machina.)

**Circular n. 1.102, 4 de Novembro de 1936, ás Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira, situados em Paizes onde não haja representação Diplomática. — Leis e regulamentos sobre os serviços radioelectricos.**

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores desejando attender o pedido da Comissão Organizadora da 2ª Conferencia Sul America (regional de Radiocommunições) a realizar-se, proxima-mente, nesta Capital, no sentido de organizar um amplo serviço informativo referente á exploração, pelos varios paizes, de todas as modalidades da radiocommunição, solicita ás Missões Diplomáticas e aos Consulados a remessa, com a urgencia possivel, de exemplares não só de todas as leis e regulamentos sobre os serviços radio-electricos, em vigor nos paizes de suas sédes, como das publicações officiaes sobre o assumpto.

---

**Circular n. 1.046, de 2 de Janeiro de 1936, Ao Corpo Diplomatico**

O Ministerio das Relações Exteriores communica aos Senhores Chefes de Missão e Membros do Corpo Diplomatico que no proximo sabbado, 4 do corrente, ás 17 1/2 horas, realizar-se-á na Praça do Russel, uma cerimonia civil em homenagem a Republica Oriental do Uruguay, havendo lugar especial para os Senadores Membros do Corpo Diplomatico estrangeiro, que serão attendidos por funcionarios do Protocollo.

---

**Circular n. 1.048, Repartições internacionaes. Pagamento de contribuições e revisão de compromissos,**

Le Gouvernement brésilien entreprend, en ce moment, une révision des engagements qu'il doit remplir à l'égard des différents bureaux internationaux.

2. Pour adopter les mesures budgétaires y relatives et régulariser d'une façon systématique lesdits engagements, quelques renseignements sont nécessaires, dans le but de mettre en regard certaines données fournies par les bureaux intéressés au payment ponctuel des cotisations et le registre dont la réorganisation doit être faite prochainement.

3. Le Secrétaire Général du Ministère des Relations Extérieures du Brésil a, donc, l'honneur de prier Monsieur le Directeur de bien vouloir lui remettre, en répondant à cette communication, si possible, par retour du courrier, les éléments d'information ci-près :

Statuts, document équivalent ou indication exacte de l'origine du compromis du Gouvernement brésilien vis-à-vis de cette entité ;

Date exacte du compromis ;

Critérium ou système de calcul pour la fixation de l'annuité qui correspond au Brésil ;

Catégorie à laquelle appartient le Brésil ;

Monnaie de paiement, or ou papier et, si c'est le franc, spécifier s'il s'agit des francs français, belges ou suisses ;

Possibilité pour le Brésil de réduire sa catégorie actuelle ;

Conditions de dénonciation et de retrait pour le Brésil.

Total dû par le Brésil jusqu'à 1935, inclus.

---

Circular n. 1.049, de 9 de Janeiro de 1936, Ao Corpo Consular e às Missões Diplomáticas encarregadas do Serviço Consular.  
— Consolidação das Leis, Decretos, Circulares e Decisões referentes ao exercício da função consular.

A "Consolidação das Leis, Decretos, Circulares e Decisões referentes ao exercício das Funções Consulares Brasileiras" tendo sido aprovada pelo Decreto n. 360, de 30 de Outubro de 1935, essa Chancery receberá, juntamente com a presente, um exemplar que lhe é próprio, o qual deve ser rigorosamente mantido em dia, além de tantos outros quantos forem os seus funcionários de carreira ou contractados.

2. A cada um destes será distribuído um dos exemplares numerados dessa obra, e o numero de cada uma e nome da pessoa a quem for attribuída serão communicados com urgência á Secretaria de Estado para o seu conveniente registro.

3. As modificações na legislação consular serão communicadas, a essa Chancery, sob a forma de artigos consolidados, em folhas de formato regulamentar, destinadas a serem colladas ás carcelas respectivas, segundo as instrucções que figuram na 1ª pagina do segundo volume da Consolidação.

4. O numero de taes folhas corresponde aos dos exemplares enviados a cada Chancellaria. Todos os possuidores da Consolidação poderão fazer na que lhes pertence as modificações indicadas.
5. De tal sorte, a Consolidação manter-se-á permanentemente em dia.
6. E' recommendade aos Chefes das Repartições Consulares rigorosa observancia destas instrucções, mormente na parte referente á manutenção em dia da Consolidação pertencente á Chancellaria, que deverá ser objecto de menção especial, por ocasião da entrega eventual do archivo aos seus successores, de accôrdo com o que dispõe o seu artigo 63, completado pela Carcela n. 2.
7. Os exemplares da Consolidação, attribuidos pessoalmente aos funcionarios consulares, ficam sendo propriedade sua. Elles deverão, portanto, leval-os consigo, quando eventualmente removidos.

---

**Circular n. 1.050, de 10 de Janeiro de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira. — Normas a serem adoptadas no preparo dos processos de aposentadoria.**

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores dá conhecimento ás Missões diplomaticas e Consulares de carreira dos seguintes itens da Circular n. 9.701, de 2 do corrente, da Presidencia da Republica, referentes á aposentadoria e reforma dos funcionarios deste Ministerio:

I — Os funcionarios civis são aposentados compulsoriamente ao completarem 68 annos de idade. Para esse fim, as Secretarias de Estado manterão o registo da idade de todos os funcionarios dos respectivos Ministerios, os quaes deverão, *no prazo de 60 dias a contar da notificação desta Circular, apresentar á Secção indicada das Secretarias seus documentos comprobatorios de idade.* A verificação do implemento de idade ficará a cargo da secção citada, a qual iniciará o respectivo processo de aposentadoria.

Os vencimentos desta ultima são proporcionaes ao tempo de serviço e calculados na base do cargo que o funcionario esteja exercendo ha mais de dois annos, ou do cargo anterior, se não houver ainda dois annos de exercicio do actual.

II — O funcionario que contar mais de 30 annos de serviço tem direito á aposentadoria, se verificada a sua invalidez, com vencimentos

integraes do cargo que estiver exercendo, qualquer que seja o tempo de serviço no mesmo.

III — Com vencimentos integraes, qualquer que seja o seu tempo de serviço e o de exercicio no cargo, será concedida aposentadoria ao funcionario que se invalidar em consequencia de accidente occorrido no serviço ou ainda, em consequencia de molestia adquirida nesse serviço, isto é, molestia que se deva attribuir, com relação de effeito e causa, ás condições inherentes a esse serviço e factos nelle occorridos.

IV — Igualmente com vencimentos integraes será a aposentadoria nos demais casos especiaes já previstos na lei, como o do Decreto Legislativo n. 5.565, de 1928.

V — Nos demais casos a aposentadoria será concedida com vencimentos proporcionaes ao tempo de serviço verificada a invalidez. Essa proporcionalidade será, porém, até 29 annos de serviço, a fixada pela legislação ordinaria anterior á Constiuição, até que seja reformada. Contando o funcionario 30 annos de serviço, applica-se-lhe o disposto no item II.

Os vencimentos da aposentadoria serão calculados na base do cargo que o funcionario estiver exercendo ha mais de dois annos; no caso contrario, serão os do cargo anterior, na forma da legislação vigente.

VI — Em qualquer hypothese, não subsiste a exigencia do minimo de 10 annos de serviço, fazendo-se, porém, o calculo dos vencimentos estrictamente de accôrdo com o tempo de effectivo serviço, respeitada a relação do ordenado para 25 annos, estabelecida na legislação vigente.

VII — A aposentadoria por molestia contagiosa ou por molestia incuravel que inhabilite para o exercicio do cargo será concedida com vencimentos proporcionaes, nas condições geraes do item V.

VIII — Os proventos da aposentadoria nunca excederão os vencimentos da actividade.

IX — Consideram-se equivalentes os termos “invalidez” e “inhabilitação para o exercicio do cargo”. Ellas são relativas a esses mesmos cargos, isto é, um funcionario é declarado invalido para o exercicio das funções de um determinado cargo. As autoridades incumbidas do serviço de inspecção medica, para os fins da aposentadoria, providenciarão para que a mesma se faça com o maximo rigor, só devendo ser declarada a invalidez quando a molestia ou a lesão for de tal natureza que, tornando o funcionario estrictamente incapaz para o serviço,



não se presume convenientemente sanada dentro do prazo que a lei concede para o licenciamento. Assim, também devem ser definidos os conceitos de molestia contagiosa e molestia incuravel. Para esse fim, a repartição competente expedirá, desde logo, as necessarias instrucções, dentro da legislação vigente, e encaminhará ás autoridades superiores suggestões de ordem technica para a elaboração de um projecto de lei sobre a materia de inspecção, invalidez e molestias contagiosas ou incuraveis que inhabilitem para o serviço.

X — O processo da aposentadoria por invalidez poderá ser iniciado pelo funcionario interessado ou por determinação de autoridade. Esta, porém, usará da prudencia necessaria para evitar quaesquer abusos em detrimento do Thesouro e dos funcionarios.

XI — O “serviço” e o “exercicio” a que se refere a Constituição é o definido na legislação vigente. Assim, não se contará o estadual ou municipal para aposentadoria ou reforma em cargo federal, a não ser quando a lei vier a concedel-o.

XII — Na fórmula da legislação vigente não haverá aposentadoria para contractados, diaristas, etc. que não exerçam cargos propriamente ditos, isto é, cargos creados por lei com remuneração e attribuições proprias, e regularmente providos. O tempo de exercicio respectivo continuará, porém, a contar-se, na fórmula das leis existentes.

XIII — Aos funcionarios diplomaticos e consulares deverá ser ainda applicada a legislação especial, em pleno vigor, a que estão sujeitos (Decreto 24.239, de 15 de Maio de 1934 e Decreto 24.113 de 12 de Abril de 1934).

XIV — Os Decretos de aposentadoria compulsoria dirão: “resolve aposentar, nos termos etc...”. Os de aposentadoria requerida: “resolve conceder aposentadoria nos termos etc...”. Para a reforma, analogamente.

XV — Deverão ser revistas as aposentadorias concedidas após a constitucionalização do paiz, afim de serem obedecidas as presentes instrucções.

XVI — As recommendações acima vigorarão até ordem em contrario ou até que o Poder Legislativo, no uso da sua competencia privativa, reforme a legislação vigente sobre a materia.

O Ministerio das Relações Exteriores recommenda que seja observada, com a maior urgencia, a disposição do item I da presente Circular, relativa á remessa, no prazo de 60 dias, dos documentos comprobatorios de idade.

---

**Circular n. 1.051, de 13 de Janeiro de 1936, ás Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira. — Saques para repatriação.**

Para bôa ordem da escripturação de despesas relativas a repartição e soccorros a desvalidos, no estrangeiro, torna-se necessario que, ao ser effectuado, para esse fim, sobre a Delegacia do Thesouro em Londres, qualquer saque que não tenha sido, previamente, autorizado, seja, por via telegraphica, communicada a esta Secretaria de Estado a importancia então sacada.

2. Essa communicação telegraphica bastará conter as seguintes indicações:

“Saqui £ .... repatriação”.

3. Por via postal será, devidamente, comprovada a despesa.

**Circular n. 1.052, de 17 de Janeiro de 1936, ás Missões Diplomáticas Brasileiras na America do Sul (Excepto a Emb. em Montevideo), em Cuba e no Mexico. — Apoio ao rompimento de relações entre o Uruguay e a Russia.**

Rogo lembrar discretamente a esse Governo a conveniencia de apoiar em Genebra a attitudo do Uruguay, no caso do rompimento de relações com a Russia.

**EXTERIORES.**

**Circular Telegraphica n. 1.053, de 21 de Janeiro de 1936, ás Missões Diplomaticas. — Luto nacional pela morte de Jorge V.**

O Governo brasileiro, em signal de pesar pela morte do Rei da Inglaterra, decretou luto nacional por tres dias. Queira communicar aos Consulados nesse paiz.

**EXTERIORES.**

**Circular n. 1.054, de 7 de Fevereiro de 1936, ás Missões Diplomáticas na America do Sul, ás Embaixadas em Londres e Paris e á Legação em Haya. — 2ª Conferencia Sul-americana de Meteorologia.**

O Ministro de Estado das Relações Exteriores tem a honra de remetter a essa missão diplomatica copia da Nota que acaba de receber do Ministerio das Relações Exteriores da Republica do Uruguay, referente á Segunda Conferencia Sul-Americana de Meteorologia e Serviços Radio Electricos, que deve reunir-se em Montevideo no anno de 1938, solicitando o obsequio de transmittil-a ao Governo desse paiz, a titulo informativo.

Montevideo, Diciembre 30 de 1935.

Institutos Internacionales

Señor Ministro:

Tengo el honor de acusar recibo a Vuestra Excelencia, de su nota fechada el 21 de Noviembre p. pdo., en la que tuvo a bien transmitir la Resolución de la Primera Conferencia Sudamericana de Meteorologia y Serviço Radio-Eléctricos, por la que se recomendó la Ciudad de Montevideo para sede de la Segunda Conferencia de esa materia,— haciéndome saber, al mismo tiempo, que la opinión de los técnicos interesados fué, en el sentido de juzgar conveniente que la misma se realice en el correr del primer trimestre del año 1938.

En nombre de mi Gobierno ruego a Vuestra Excelencia hacer saber a los organizadores de dicha Conferencia, que será un honor para la ciudad de Montevideo, prestar su hospitalidad para la celebración de la próxima asamblea, y que se ha tomado debida nota de la fecha que se considera más conveniente realizarla.

Reitero a Vuestra Excelencia las seguridades de mi muy alta consideración

(a.) JOSÉ ESPALTER.

Al Excelentísimo Señor Doctor José Carlos de Macedo Soares,  
Ministro de Relaciones Exteriores de los Estados Unidos del Brasil.

**Circular n. 1.055, de 10 de Fevereiro de 1936, ás Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira. — Serviço de Cooperação Intellectual.**

Reiterando as instruções da Circular n. 903, de 13 de Agosto de 1934, relativamente á actividade no sentido de realizar o intercambio intellectual do Brasil com os paizes estrangeiros, sobretudo com os de cultura avançada, na America e na Europa, esta Secretaria de Estado vem recommendar a essa Chancellaria todo o empenho nessa tarefa.

2. O Brasil precisa deixar de ser o grande desconhecido, no exterior. A obra que levou por diante em tão poucos seculos de vida, se ainda é pequena em face da que tem de emprehender, não é menos para quebrar-nos o animo constructivo, sob o rythmo largo da civilização em marcha. O esforço sincero de cada brasileiro, com funções officiaes ou não nesta ou naquella região deste ou daquelle

paiz para divulgá-lo em todos os aspectos do seu progresso material e espiritual, valerá pela melhor das contribuições. Ha paizes de cultura apurada que receberão com agrado tudo o que lhes pudermos proporcionar em conhecimento brasileiro. E nem por isso lhes foram até hoje facilitados os elementos indispensaveis.

3. Esta Secretaria de Estado, pelo seu Serviço de Cooperação Intellectual, está disposta, na medida de suas possibilidades, a ir ao encontro dos que nos desejam conhecer menos summariamente, augmentando o material de que já disponham e proporcionando-lhes outras facilidades. Assim, esta Secretaria de Estado pede a essa Chancellaria o favor de indicar-lhe, com a maior precisão possivel, os Institutos culturaes, publicos ou particulares, desse paiz que se interessam pelas coisas do Brasil, de maneira que se estabeleça de agora por diante o contacto do Serviço de Cooperação Intellectual com os mesmos até que se transformem em organismos tambem de utilidade brasileira. Muito contribuirá para isso a habilidade da acção dessa Chancellaria.

4. Se, por acaso, não houver nesse paiz qualquer entidade, publica ou particular, que haja manifestado interesse por assumptos brasileiros, esforce-se essa Chancellaria por creal-a. O labôr de cada um em relação a isso será devidamente apreciado como expressão de merito funcional.

### **Funcções dactylographo-archivistas.**

A Secretaria de Estado recommenda ás Missões Diplomaticas que o funcionario titulado de menor categoria de cada chancellaria fique incumbido de organizar e trazer em perfeita ordem o respectivo archivo, devendo os antigos dactylographo-archivistas limitar-se apenas aos serviços de dactylographia.

---

**Circular n. 1.057, de 19 de Fevereiro de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira.**

De accordo com o art. 35 do "Regulamento de Passaportes" em vigor, esta Secretaria de Estado autorizou, nesta data, o Consulado honorario em Casablanca (Maroc) a visar passaportes estrangeiros.

---

**Circular n. 1.059, de 21 de Fevereiro de 1936. — ás Missões Diplomaticas. — Discurso Embaixador Oswaldo Aranha. Camara Commercio Nova York.**

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores remette ao Chefe dessa Missão Diplomatica as inclusas copias em francez e inglez do discurso pronunciado pelo Senhor Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil em Washington, na Camara de Commercio do Estado de Nova York, no dia 6 de Fevereiro do corrente anno e recommenda que se dê ao referido discurso a divulgação que julgar conveniente.

---

**DISCOURS PRONONCÉ PAR L'AMBASSADEUR DU BRÉSIL,  
M. OSWALDO ARANHA, AU COURS DU DÉJEUNER  
MENSUEL DE LA CHAMBRE DE COMMERCE DE  
L'ÉTAT DE NEW YORK, LE 6 FÉVRIER.**

La vieille civilisation modèle de la Grèce, imitée par toutes nos démocraties, faisait de la table et de la place publique les endroits préférés pour discuter librement et sans restrictions des problèmes humains.

Et la table de la Chambre de Commerce joint à cette tradition celle de l'hospitalité américaine que élargit encore, si possible, le champ des discussions et des débats entre les hommes de bonne foi et de bonne volonté.

Usant et abusant même de cette tradition et de cette hospitalité, qui m'honore, je chercherai à vous parler, sans souci du protocole, avec la franchise des hommes qui veulent s'entendre.

Votre pays jouit auprès du mien d'une situation spéciale. Il n'a été donné à personne, ni même aux plus pénétrants historiens de la vie universelle, de fixer parmi la complexité de la vie des nations, les raisons qui déterminent le rapprochement ou l'éloignement des peuples. Cette lacune renferme peut-être la cause des maux de l'univers et l'impossibilité où nous nous trouvons de résoudre ces problèmes.

Il est pourtant vrai, incontestable, unanimement proclamé que le Brésil et les Etats-Unis sont deux grands amis dont la vie passée n'a jamais été troublée par le moindre incident et dont on peut attendre de l'avenir qu'il sera, conforme à ce passé d'amitié fraternelle sans nuages que nous offrons en exemple au monde.

Comme tous les actes humains, cette amitié renferme, outre sa partie affective, de sympathie entre nos deux peuples des devoirs pour nous tous, américains et brésiliens.

Le plus grand, qui est à la base de toute vraie amitié est l'auto-critique et la critique réciproque.

Encourager chaque fois plus le rapprochement plus intime et plus complet de nos peuples et de nos pays est le meilleur moyen de servir ces traditions et les possibilités futures de nos relations.

Il ne peut, ni ne doit dans l'avenir exister de secrets entre américains et brésiliens quand il s'agit de l'intérêt réciproque de nos pays.

Notre amitié toutefois est celle de deux peuples, unis par leur histoire, liés, par le même continent, frères pour la paix et solidaires pour la guerre, gouvernés par les mêmes institutions, animés des mêmes aspirations démocratiques et pacifistes mais dissemblables par la fortune, le progrès et la vie elle-même.

D'heureuses circonstances, décuplées par l'activité créatrice, l'esprit d'organisation, l'optimisme sain, la foi inépuisable des américains, ont élevés dans ce pays une civilisation matérielle hors pair et la base d'une nouvelle culture capables de conduire à la félicité.

Il est nécessaire sur ce point d'accentuer la diversité de situations de nos pays, d'importance capitale dans le problème.

a) Le Brésil est un pays en formation, tandis que les Etats-Unis sont parvenus à la saturation du progrès.

b) Le Brésil est un pays débiteur et les Etats-Unis sont créanciers.

Le Brésil est un pays du type agro-industriel, comme le vôtre, puisque la production agricole et la production industrielle, s'élevant chacune au total de six millions de contos, s'équilibrent et se complètent.

Mais presque tout est à faire, à organiser, à construire, à consolider : la race, l'économie, les lois, les institutions.

Nous sommes déjà 45 millions de brésiliens à travailler un territoire plus vaste que le vôtre, où avec la densité de la Belgique, il tiendrait, peut-être, la population du monde.

Notre structure économique, à cause de son organisation, n'a été et ne sera qu'à peine modifiée par le dénivellement de l'économie générale des autres peuples. La crise universelle est venue démontrer que chaque peuple bien que mêlé à l'ensemble du monde, possède une économie distincte, doué d'un caractère qui lui est propre, un système intime, une constitution spécifique qui découlent des trois facteurs qui sont à la base de l'activité humaine : la terre — le capital — le travail et de nombreux autres, qui les complètent ou les secondent, parmi lesquels les facteurs climatiques, raciaux, politiques et tant d'autres.

Dans le cadre des oscillations de l'économie universelle le caractère mixte et équilibré de notre production sera toujours le facteur prépondérant de notre résistance relative aux effets les plus profonds de la crise.

Ernest Wageman, dans son important ouvrage sur "La structure et le rythme de l'économie mondiale" constate ce phénomène quand il affirme : "Lorsque l'industrie et l'agriculture s'équilibrent l'économie du pays acquiert un haut degré de désistance contre les crises".

Le marché intérieur du Brésil, avec ses 45 millions de consommateurs, absorbe la totalité de la production manufacturée du pays et plus de 60 % de la production agro-pastorale.

Nos exportations atteignent à peine 30 % de notre production totale et sont fournies par la production agro-pastorale.

Le marché intérieur est par conséquent trois fois plus grand que le marché extérieur. La vie de mon pays ne dépend donc que pour un tiers ou moins du mouvement des marchés et des prix mondiaux, ce qui protège l'économie brésilienne des troubles profonds et anarchiques qui marquent cette étape tragique de la vie commerciale des peuples.

Notre production, aussi bien agricole, qu'industrielle depuis l'avènement de la crise mondiale, n'a ni diminué en volume, ni cessé de se perfectionner; notre commerce extérieur a augmenté en volume quoique sa valeur ait été réduite par la baisse des prix mondiaux, qui selon la Société des Nations, a atteint le café plus que tout autre produit; notre commerce intérieur — et ceci est un indice très significatif — a augmenté en volume et en valeur. Notre économie ne s'est ni affaiblie ni paralysée, bien au contraire tous les indices révèlent un progrès incessant et réel.

Dans mon pays, Messieurs, la crise n'a donc pas atteint la structure, l'économie même du pays, qui continue à croître et à progresser.

Notre mal, *le fonds d'instabilité* de la vie chez nous, est à peine financier et résulte de deux facteurs: l'abus des emprunts publics et la mauvaise inversion des capitaux privés.

Il vous revient une part importante dans la création de ce fonds d'instabilité, soit parce que vous avez distribué libéralement des emprunts publics improductifs, soit parce que vous avez mal employé beaucoup de vos capitaux, sans la corrélation qui doit exister entre les exigences du capital et la productivité de leur inversion.

Les emprunts publics de l'union, des Etats et des municipalités se montent à 355 millions de dollars. Les inversions privées de capital atteignent 181 millions de dollars répartis entre les manufactures, le commerce en général, le pétrole en particulier, les transports et les moyens de communication que nous pourrions appeler "direct investments conducive to exports from the United States or to sale in Brazil of products or service of American owned enterprises" et à peine 12 millions de dollars de "direct investments conducive to U. S. imports or purchases in Brazil of raw materials".

Ces chiffres montrent par eux-mêmes, l'erreur de vos inversions et les fautes de notre politique financière par rapport à votre capital.

Les inversions devraient obéir à des objectifs diamétralement opposés.



Tout indique que le capital à être appliqué au Brésil doit viser les sources de ses richesses naturelles afin de les rendre exportables permettant à mon pays d'acheter ici à l'industrie américaine ses incomparables manufactures.

Mais, — et les chiffres sont de votre Bureau of Foreign Commerce, — vous n'avez fait que transplanter au Brésil invocant des raisons tarifaires et des concessions de toute nature, vos industries, pour vendre sur place des produits américains fabriqués au Brésil :

Il me semble que le problème consiste à rétablir les règles de vos industries est l'un des facteurs prépondérants des troubles présents du commerce mondial.

Il me semble que le problème consiste à rétablir les règles de la bonne économie; il faut acheter pour vendre et vendre pour acheter, résistant au nationalisme économique.

Il est encore un fait plus curieux: le Brésil est le pays possédant les plus grandes réserves de matières premières et celui qui fait le plus de commerce avec les Etats-Unis, et bien proportionnellement c'est justement au Brésil que les américains ont appliqués le moins leurs capitaux.

Cela ne fut pas faute de garanties.

Les garanties du capital, Messieurs, résident dans le capital lui-même, dans la manière dont il est appliqué et dans les propres possibilités de ces inversions.

Les lois fournissent à peine les garanties d'ordre général inhérentes à la propriété et à sa libre disposition. Et elles n'ont jamais été ni ne seront violées au Brésil. Dans mon pays nous n'avons eu que des restrictions de change. Aujourd'hui cependant libérées pour la plupart, elles n'affectent pas le capital lui-même mais seulement la conversion des intérêts et des amortissements.

Et cette restriction est passagère et n'a jamais été employée par le Brésil pour retenir des fonds étrangers, mais seulement, pour ordonner et réglementer leur conversion ayant en vue le manque de lettres de change provoqué par la baisse des prix de nos exportations qui rien que pour le café sont tombés de 5 £. à moins de 2 £ par sac.

Il faut donc établir une différence entre l'acte des crétionnaire et l'action contingente, entre les mesures d'ordre visant à assurer les droits et les mesures arbitraires employées par tant de pays dans le but de retenir des fonds étrangers, même quand ils possèdent des ressources.

Le Brésil n'a jamais fait et ne fera jamais cela : c'est contre le caractère et la tradition de notre peuple et de nos institutions.

Mon pays pousse son effort pour payer jusqu'au dernier centime de ce dont il peut disposer.

L'accord sur les crédits congelés, dernièrement conclu, en est une démonstration et le schéma des dettes n'en est pas la moindre.

Le Brésil dispose à peine, de ses soldes commerciaux et il les remet entièrement pour payer les intérêts de ses dettes et pour l'amortisation de ses arriérés commerciaux.

L'idée de ne pas payer, adoptée par de grands pays, ou celle de ne payer que moins qu'il n'est possible ne réussirait jamais, même en dépit de ces mauvais exemples et d'idées subversives à gagner le cœur des brésiliens ou à vaincre la décision de ses gouvernements.

En 1930, la crise universelle, a pratiquement annulé la possibilité de nouveaux emprunts publics et de nouvelles inversions de capitaux au Brésil.

Jusqu'en 1930 le Brésil payait les amortisations et les intérêts de ses anciennes dettes avec de nouveaux emprunts.

Les dettes du Brésil ont augmenté jusqu'à cette date grâce à des emprunts presque annuels.

Depuis 1930 le Brésil paye avec le solde du travail des brésiliens, sans un seul nouvel emprunt et sans la rentrée de capitaux dans le pays.

Ce fait, indéniable, mérite votre attention, surtout à une époque où de grandes nations répudient leurs obligations internationales.

Comme l'a dit mon président, nous avons même supporté "coupant dans notre propre chair" la sortie injuste des capitaux, inclusivement de capitaux américains appliqués à l'ombre de concessions à long terme, jouissant de privilèges spéciaux et qui à cause de la crise ont forcé et devancé leur retour et leur remboursement à leur pays d'origine.

Le capital au Brésil jouit de garanties légales les plus amples, d'une rémunération large et sûre et les difficultés de change dont il souffre sont passagères et bénéficieront leur propriétaire et ses transferts futurs.

Telle est la réalité, Messieurs, que le temps confirmera car il n'y a pas de forces négatives capables de retenir l'essor de progrès et d'agrandissement du Brésil.

Le Brésil vend plus qu'il n'achète aux Etats Unis mais nous devons payer plus que nous ne recevons.

Nous devons rechercher les raisons de cet état de choses dans la déficience du crédit commercial, le prix élevé de votre production, vos règles de vente, la carence des transports maritimes et plus que tout, dans l'ignorance profonde de nos possibilités réciproques.

Mon opinion, qui doit vous surprendre, est que presque tout ce que le Brésil achète aux Etats Unis, il le fait contre le gré des américains.

Les pays européens forcent les marchés de mon pays par tous les moyens, et toutes les ruses.

Ils poursuivent au Brésil une politique agressive de ventes, qui va du prix le plus bas au crédit le plus facile, du terme le plus long au transport le plus rapide, aux concessions les détaillées et aux avantages commerciaux.

Les Etats Unis, peut-être parce que leur marché intérieur est neuf fois plus grand que leur marché extérieur, ne s'occupent pas au Brésil de concurrences, de vendre, d'élargir leurs transactions.

Et cependant, Messieurs, il n'y a pas deux pays qui se complètent mieux dans l'ensemble de l'économie mondiale, ni deux peuples plus amis, dans la communion universelle que les Etats-Unis et le Brésil.

L'idée de la prochaine visite d'une mission commerciale américaine au Brésil, à l'encontre de ce qui a été fait il y a deux ans avec une mission d'importateurs de café et il y a quelque mois avec une mission de médecins, est des plus recommandables.

Les Etats Unis sont importateurs de café, de sucre, de caoutchouc, de cacao, d'huiles, de soie, de manganèse, etc.

Tous ces produits existent dans mon pays aussi bons ou mieux qu'en aucun autre.

Le Brésil a besoin de machines en général, de pétrole, de charbon, de blé et de produits chimiques. Et toutes ces manufactures sont produites ici à des conditions hors pair et toutes ces marchandises existent aux Etats-Unis et peuvent être avantageusement placées sur les marchés brésiliens.

Le commerce universel décroît d'une façon chaque fois plus alarmante et il est aujourd'hui le tiers de ce qu'il était en 1929. Les causes de sa réduction sont tellement complexes qu'il n'est donné à personne d'affirmer que nous ne sommes pas à la veille d'un nouveau moyen-âge amenant une paralysation quasi complète des relations commerciales entre les peuples.

La réduction du pouvoir d'achat des nations, créant la sous consommation, l'anarchie des monnaies engendrant les problèmes de change; la désorganisation du crédit amenant la paralysation des affaires; et tant d'autres problèmes parmi lesquels celui de la paix et le problème social toujours plus critiques en des époques de dépression économique, ont amené le bouleversement du commerce en général.

Plus de 150 accords de compensation ont été réalisés entre les nations et beaucoup de pays ont été obligés, pressés par la réduction de la valeur de leur commerce, ou par des nécessités financières, d'adopter des licences de tarifs, des primes à l'exportation, des quotes pour l'importation, des distinctions de change, la dévaluation de la monnaie, des mesures intérieures sur la production, quelques uns parvenant pratiquement au monopole du commerce extérieur.

Aucun pays n'a pu éviter d'échoir plus ou moins dans cette politique d'occasion ou d'expédients soit par rapport au commerce intérieur soit par rapport au commerce extérieur.

Le Brésil a à peine réglementé la forme des transferts à l'étranger, car la baisse de la valeur or de ses exportations ne permettait pas que ce transfert fut libre, une fois que le gouvernement avait besoin de 110 millions de livres par an pour payer les intérêts de ses dettes publiques. Et cette unique mesure, adoptée par le Brésil, a déjà été en grande partie libérée, et aujourd'hui il n'y a plus de difficultés de change pour le commerce courant.

Le Brésil est donc parmi les rares pays où la crise n'a pas augmenté les impôts, n'a pas obligé à des lois d'urgence, n'a pas changé la politique commerciale.

Le café lui-même autrefois sous contrôle, est, pratiquement libéré de l'intervention officielle.

Il n'y a rien par conséquent qui puisse diffculter le développement de nos relations commerciales ou qui puisse créer des entraves à un mouvement sain ayant pour objet: de compléter et de venir en aide aux économies de nos deux pays.

Il suffit pour cela de l'action de chacun et de tous ceux qui voient comme moi dans les relations entre nos pays, dans le développement de son commerce, dans une meilleure compréhension de nos peuples, le moyen le plus sûr de percer les nuages qui ont pesé sur nous et l'augure de jours meilleurs dans un avenir très proche.

Le succès de cet entreprise, la correction de ces fautes l'amélioration de cette situation ne dépendent pas de l'action directe des gouvernements des diplomates ou du monde officiel. Ils ne peuvent être que le résultat de l'initiative d'hommes de large vision et bonne volonté. Et j'en suis sûr, c'est à des hommes de cette trempe, capables de cette tâche que j'ai l'honneur de m'adresser en ce moment".

SPEECH OF AMBASSADOR OSWALDO ARANHA, AT THE  
NEW YORK STATE CHAMBER OF COMMERCE,  
FEBRUARY 6th 1936

The model civilization of ancient Greece, imitated by all our democracies, adopted the table and the public square as favourite places for the free and unrestricted discussion of human problems.

And the tables of the Chamber of Commerce follows this tradition, with that American hospitality which widens, to the greatest extent, the field of discussion and debate among men of good faith and good will.

Taking advantage of this tradition and this hospitality which so honour me, I shall endeavour to speak to you with so unnecessary formalities, with the frankness of men who wish to reach an understanding.

1. Your country occupies a special position in my country. It has been given to no men, not even to the most penetrating historians of human life, to define exactly, amid the complexities of the life of nations, the determining causes of the growing proximity or separation between peoples. This lack of knowledge may be the cause of universal evils and of the impossibility of finding a solution of these problems.

An uncontrovertible truth, that has been universally proclaimed, is that Brazil and the United States are two great friends, whose past life has never been disturbed by the slightest trouble and whose future may be confidently expected to develop along the lines of the past, as a model, to the world, of unalterable brotherly friendship.

2. This friendship, like all other human relations, is composed of the affective sympathy between our two peoples and the duties incumbent on all of us, Brazilians and Americans alike.

The greatest of these duties, the basis of true friendship, is that of self-criticism and of mutual criticism. The promotion of a greater, more intimate and complete knowledge of our people and countries is the best service we can render to the traditions of the past and to the future possibilities of our friendship. In the future there should not and must not exist secrets between Brazilians and Americans when affairs of mutual interest to our countries are concerned.

3. Our friendship, however, is that of two people related by their history, united by the same continent, joined together by peace and by war, governed by the same institutions, inspired by the same democratic and pacific ideals, though profoundly differentiated by fortune, by progress and by life itself.

Fortunate circumstances, turned to account by the creative activity, the spirit of organization, the healthy optimism and the faith of the American people have created in this country an unequalled material civilization and the basis of a new culture, capable of leading to happiness.

At this point, it is necessary to point out the great difference in the position of our two countries, which is of capital importance:

a) Brazil is a country in formation, whereas the United States has reached the saturation point of progress;

b) Brazil is a debtor country and the United States a creditor one.

Brazil is a country of an agricultural-industrial type, like your own, since the agricultural and industrial production, both totalling more than six million contos, complete and balance one another.

A great deal remains to be done, to be organized, to be built and consolidated; the people, the national economy, the laws and institutions.

There are already 45 millions of Brazilians at work in a territory larger than your own, which, if populated as densely as Belgium, could contain the population of the whole world.

Our economic structure, owing to its organization, has been very little affected and will suffer few alterations resulting from the change of level of the economic life of other nations.

The universal depression has proved that each nation, though a part of the economic whole, possesses a differentiated economy with characteristics of its own, a special system and a specific structure based upon the three fundamental factors of human activity; land, capital and labour — besides innumerable other complementary or secondary factors, such as climateric, racial, political and other conditions.

Amid the oscillations of universal economy, the varied and balanced character of our production has been and will continue to be the preponderating factor in our resistance to the deepest effects of the world depression.

Ernest Wagemen, in his remarkable work "The Structure and Rhythm of World Economy", proves this fact when he affirms: — when industry and agriculture are balanced, the economy of a country maintains a high degree of resistance against depressions".

The internal market of Brazil, with 45 millions consumers, absorbs the totality of the manufactured production of the country and over 60 % of its agricultural and pastoral production.

Our exports total only 30 % of our global production and are composed of agricultural and pastoral produce.

The internal market is, therefore, three times as large as the foreign one. Life in my country thus depends less than a third on the world prices and markets and Brazilian economy defends itself from the profound and anarchical troubles which characterize this stage of the commercial life of the nations.

#### THE UNIVERSAL DEPRESSION

Since the beginning of the universal depression, our production, whether industrial or agricultural has neither diminished in volume nor has it stopped bettering in quality; our foreign commerce has grown in volume, though diminished in value, owing to the depreciation in world prices, which, according to the League of Nations, has affected coffee more than any other product; our internal commerce, and this is a most significant fact, has grown both in volume and value. Our economy has not retrograded, nor been paralyzed, for indeed all the signs point to real and unceasing progress.

The depression in my country, gentlemen, has not affected the structure of the nations economy, which has continued to advance and develop.

## FINANCE

Our great trouble, the foundation of the instability of life in my country, is merely financial and caused by two factors: — the abuse of public loans and the wrong employment of private capital.

You have no small responsibility in the creation of this instability, either because you showered unproductive loans upon us or because you employed much of your capital hastily, without the necessary correlation, which should always exist, between the demands of capital and the returns of its employment.

## CAPITAL

The public loans, federal, state and municipal, amount to 355 millions of dollars. Private investment of capital totals 181 millions of dollars, including manufactures, commerce in general, petroleum specially, communications and transport, which may be called "direct investments conducive to exports from the United States or to sale in Brazil of products or services of American owned enterprises" and only 12 millions of dollars of "direct investments conducive to U. S. imports or purchases in Brazil of raw materials".

These figures show, all by themselves, the mistakes in your investments of capital and our wrong financial policy with regard to your capital.

The inversion of capital should be made with entirely different aims.

It seems clear that capital to be invested in Brazil should aim at the sources of its natural wealth, in order to make them exportable, thus allowing my country to acquire here the inimitable products of American industry.

According to your Bureau of Foreign Commerce, this is what you really did: after requesting tariff facilities and concessions of all kinds, you transplanted your industries to Brazil, in order to sell there American products manufactured in Brazil.

There could be no greater mistake and here we may find one of the preponderating factors of the existing troubles of world commerce.

It seems to me that the problem to solve is the reestablishment of the normal rules of good economy; it is necessary to buy in



order to sell and to sell in order to buy, in spite of economic nationalism.

There is another curious fact and that is that Brazil is the country that possesses the greatest reserve of raw materials and that maintains the largest commercial exchange with this country and yet it is in Brazil that the Americans have invested relatively the smallest amount of capital.

It was not on account of a lack of guarantees

Capital's guarantees, gentlemen, are in capital itself, in the ways in which it is invested and in the possibilities of these investments.

The law gives only normal guarantees, those which are inherent to property and its free disposal. And these guarantees never have been and never will be violated in Brazil. In my country we have only had exchange restrictions. These, however, have now been greatly loosened and do not affect capital itself, but merely the conversion of interest and amortizations.

These restrictions, moreover, are of a temporary character and have never been used by Brazil to detain alien funds; they are intended merely to regulate and order their conversion, in view of the lack of exchange bills, caused by the depreciation in value of our exports which, with regard to coffee alone, for example, diminished from £ 5 to less than £ 2 a sack!

We must therefore be careful to distinguish between discretionary action in measures of this nature intended to regulate and guarantee rights and arbitrary action, taken by so many countries with the aim of retaining alien funds, though they possessed capital of their own.

Brazil has never done this and will never do so; it is contrary to the nature and traditions of our people and institutions.

#### EFFORTS

My country's efforts to pay its debts have gone right to the last cent it possesses.

The recent agreement on frozen credits is an example of this and the general scheme of our debts is indeed another.

Brazil possesses only its favourable commercial balances which are entirely devoted to the payment of interest on its debts and the amortization of its commercial indebtedness.

— 447 —

The idea of non-payment, adopted by many great countries, or of paying as little as possible, will never triumph, in spite of bad examples and subversive ideas, in the hearts of the Brazilians and in the decisions of their Government.

In 1930, during the universal depression, the last possibilities of new public loans and private investments in Brazil practically disappeared.

Until 1930, Brazil had been paying interest and amortization on its loans by contracting new ones.

Brazil's debts had been growing until that date thanks to almost annual loans.

Since 1930, Brazil has been paying with the balance of the labour of the Brazilians without a single new loan or renewal of private investments in the country.

This fact, which cannot be contested, is worthy of your attention, especially at a moment when great nations repudiate their international obligations.

We have even allowed, "by cutting into our own flesh" as my President has said, the unjust departure of capital, including American capital, that had been invested under long term concessions with special privileges and that, owing to the depression, forced and anticipated its' return to its' country of origin.

Capital in Brazil enjoys the most ample legal safeguards, and large and safe returns, while the exchange restrictions it is suffering are of a temporary nature and will result in benefits on the occasion of future conversions.

This is the truth, gentlemen, and time will confirm it, because there are no negative forces strong enough to stop the wave of Brazil's growth and progress.

#### COMMERCE

Brazil sells more to the United States than it buys but we have to pay more than we receive.

We can find the reasons for this situation in the deficiencies of commercial credit, in the high prices of your products, in your methods of sale, in the lack of maritime transportation and, above all, in the profound ignorance of our mutual possibilities.

My opinion, which may surprise you, is that all Brazil buys in the States is bought against the will of the Americans.

European countries conquer the markets of my countries by all methods and even by tricks.

They have adopted in Brazil an aggressive sales policy including lower prices, easier credit, quicker transportation and the most detailed commercial concessions and privileges.

The United States, perhaps because its internal market is 9 times as large as its foreign market, makes no effort in Brazil to compete, to make sales and to enlarge its transactions.

At the same time, gentlemen, there are no two more complementary countries, within the orbit of world economy, nor two more friendly nations, within the universal community, than the United States and Brazil.

The idea of an American commercial visit to Brasil, in the near future, on the same lines as the coffee-importers' visit two years ago and the medical visit, which took place recently, is undoubtedly excellent.

The United States are importers of coffee, sugar, rubber, cocoa, oils, silk, manganese etc.

All these products are to be found in my country, as good or better than anywhere also.

Brazil needs machines in general, petroleum, coal, wheat and chemical products. And all these are being manufactured here under the very best conditions, they exist here in the United States and can be placed upon Brazilian markets with great advantage.

Universal commerce has been diminishing in a most alarming way and, today, totals less than a third of its' 1929 level. The reasons for this decrease are so complex that no one can affirm that we are not at the dawn of a new Middle Age, with an almost complete paralizaciones of intercourse between nations.

The decrease in the acquisitive power of the nations producing a lack of consumption; the bad currencies, creating exchange problems; the disorganization of credit, bringing about the stagnation of business; and many other problems, among which is that of peace and the social question, which are always most acute in times of economic depression, have brought about a complete subversion of commerce in general.

More than 150 compensation agreements have been signed between the different countries and many of them have been forced by the decrease in the value of their commerce or by financial ne-

cessities, to adopt high tariffs, export privileges, import quotas, exchange discriminations, revaluation of currency and internal decrees regarding production, practically reaching, in some cases, a monopoly on foreign commerce.

No country has succeeded in avoiding this emergency policy of expedients, in one way or another, whether, with regard to internal or to foreign commerce.

Brazil has merely regulated the methods of transferences of funds abroad, because the decrease in gold value of its exports did not permit a free transference, since the Government required the annual sum of £. 110.000.000 for the payment of interest on its public debts only. This measure, the only one adopted by Brazil, has been greatly loosened and, today, there are no exchange difficulties for everyday commerce.

Brazil is, therefore, one of the few countries where the depression has not increased taxes, caused emergency laws or altered commercial policy.

Coffee itself, formerly under control, is now practically free from official intervention.

There is therefore nothing to trouble the growth of our commercial relations and that healthy tendency of our two countries to help one another's economy and complete one another.

To obtain this end, it will be enough for each one of us who understands this relationship between our two countries, to direct his efforts and activity to the development of commerce, a better understanding between our two peoples and the clearing away of those clouds which have pressed down upon us, thus bringing about the light of better days in the near future.

The success of this enterprise, the correction of these mistakes and the bettering of these conditions do not depend on the direct action of Governments, diplomats or the official world. All this can only come about as the result of the initiative of men of vision and good will. And it is to men of this kind, capable of such a task, that I have the honour to speak at this moment.

Circular n. 1.060, de 28 de Fevereiro de 1936, ás Missões Diplomáticas. — Conferencia Inter-americana para garantir a Paz na America.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores remette a essa Chancellaria, para seu conhecimento, a inclusa cópia da carta em que Sua Excellencia o Senhor Dr. Getulio Vargas, Presidente da Republica, respondeu á que lhe dirigiu Sua Excellencia o Senhor Franklin Roosevelt, Presidente dos Estados Unidos da America, para communicar a sua iniciativa da convocação de uma Conferencia Inter-americana destinada a garantir a Paz na America e convidar o Brasil a participar da mesma.

Excellentissimo Senhor Presidente Franklin Roosevelt.

Por intermedio do Senhor Embaixador Huh Gibson, digno representante dos Estados Unidos da America junto ao Governo Brasileiro, tive a satisfação de receber a carta que Vossa Excellencia me dirigiu sobre a auspiciosa iniciativa da convocação de uma Conferencia Inter-americana, com o fim de estudar e estabelecer o melhor meio de garantir a Paz na America.

As nobres palavras com que Vossa Excellencia justifica essa generosa idéa encontraram a mais decidida sympathia de parte do Governo e do Povo Brasileiro. A nossa tradição pacifista, a preferencia que sempre demonstramos pelas soluções conciliadoras e o forte sentimento americanista que inspira a nossa politica internacional já presumiam o nosso sincero acolhimento á suggestão de Vossa Excellencia, tão elevada nos seus objectivos e na maneira como foi apresentada aos demais paizes do Continente. Pode Vossa Excellencia contar, portanto, com a nossa leal e franca cooperação para transformar em realidade essa nobre iniciativa, destinada certamente a marcar nova época na historia das relações politicas dos paizes americanos.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excellencia as expressões da minha maior estima e alta consideração.

(ass): Getulio Vargas.

**Circular n. 1.061, de 19 de Março de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira. — Informações económicas e commerciaes.**

No momento em que o Brasil, — denunciado os accordos commerciaes que, pelas modificações que vem experimentando o commercio internacional, não condizem mais com as finalidades que os inspiraram — se prepara para as negociações de novos entendimentos que possam garantir nos mercados exteriores adequada collocação para o excedente de sua producção, tornar-se necessario que esta Secretaria de Estado se apresente perfeitamente aparelhada de informações economicas e commerciaes sobre todos os paizes, especialmente sobre aquelles com quem vae negociar e sobre outros que, pelo vulto de suas importações e consumo de materias primas, possam offerecer ao nosso commercio exportador um campo mais amplo para o seu desenvolvimento.

2. Este Ministerio não necessita lembrar o espirito de patriotismo que sempre tem norteado a acção de seus representantes no estrangeiro, nem encarecer quanto será apreciada a collaboração de cada um delles na organização e manutenção de um serviço de que tanto necessitamos e pelo qual serão pautadas as directrizes para uma expansão maior de nosso commercio exterior. O facto de, no momento preciso, podermos recorrer aos serviços de estatística de outros Ministerios, não inibe esta Secretaria de Estado de possuir um serviço proprio de informações economicas e commerciaes as mais authenticas, porquanto dispõe para isso dos elementos mais autorizados para fornecel-os.

3. Para que as Missões Diplomaticas e Consulados possam, mais facilmente, e por um meio mais pratico, remeter as informações de que precisamos, esta Secretaria de Estado está organizando questionarios sobre a importação, nos diversos paizes, dos nossos productos e seus similares estrangeiros, no quinquenio 1930-34.

4. Como em alguns paizes as estatísticas economicas e aduaneiras são publicadas com algum atraso, o movimento de importação daquelles productos no anno de 1935, uma vez divulgado, deverá ser remettido em questionarios, organizados em forma semelhante aos enviados pelo Ministerio para o quinquenio acima referido.

5. As informações para o anno em curso e subseqüentes deverão ser prestadas semestralmente, por meio de mappas, actualmente em

estudos nesta Secretaria de Estado, e cujos modelos mimiographados serão brevemente remetidos, para que os funcionarios encarregados desse serviço possam organizar identicos, até que sejam enviados, pelos fornecedores do Ministerio, exemplares impressos.

6. As informações devem, de preferencia, provir de fontes officiaes, ou de outras cuja authenticidade não possa ser posta em duvida. Quando da remessa dessas ultimas, devem ser mencionadas as suas origens, a sua idoneidade, assim como os motivos que determinaram a sua escolha.

7. As remessas desses questionarios e mappas não excluem a obrigatoriedade dos relatorios trimestraes e annuaes; bem como a das informações mensaes sobre assumptos de real interesse para a economia nacional.

8. Os archivos das Missões Diplomaticas e Consulados deverão conter os maços reiferentes a cada um dos productos brasileiros, dos quaes deverão constar as cópias dos questionarios e mappas respondidos, além de outros informes interessantes remetidos a esta Secretaria de Estado.

---

Circular Telegraphica n. 1.062, de 23 de Março de 1936, ás Missões na Europa. — Inspeção de serviços consulares pelo Capitão João Alberto.

Levo ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Capitão João Alberto Lins de Barros está encarregado por ordem do Senhor Presidente da Republica de inspecionar consulados e serviços consulares das missões diplomaticas com honras de Ministro de 1ª classe.

EXTERIORES.

---

Circular n. 1.063, de 24 de Março de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira. — Confirmação de telegrammas.

Afim de melhorar o serviço e augmentar a segurança dos actuaes processos de transmissão telegraphica, fica suspensa, a partir desta data, a confirmação de telegrammas que vinha sendo feita entre esta

— 458 —

Secretaria de Estado e as Missões diplomaticas e Consulados de carreira, sem prejuizo, todavia, do fornecimento dos textos dos telegrammas para effeito da comprovação de despesas com telegrammas não "collect".

**Circular Telegraphica n. 1.064, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira. — Communismo. Estado de guerra.**

Por decreto de 21 do corrente, publicado no Diario Official de hontem, o Senhor Presidente da Republica declara, por 90 dias, equiparada ao estado de guerra a commoção intestina grave em todo o territorio nacional. O Ministerio do Interior, em nota fornecida á imprensa, esclarece, nos termos seguintes, as causas, extensão e objectivo da medida: "Apezar das medidas acauteladoras praticadas em virtude do estado de sitio, recrudesceram as actividades extremistas articuladas com o movimento de novembro de 1935. Por isso, o Governo lançou mão de medida mais energica, de conformidade com a emenda n. 1 á Constituição e nos termos do art. 2º da resolução legislativa n. 8, de 21 de Dezembro de 1935, resalyada no art. 2º do decreto n. 532, de 24 do mesmo mez e anno. O estado de guerra importa na suspensão das garantias não expressamente mantidas no decreto (isto é, todas menos as constantes dos ns. 1, 5, 6, 7, 10, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 28, 30, 32, 34, 36 e 37 do art. 113, que são mantidas, em toda a plenitude). Tal suspensão só produz effeito, porém, de accordo com o art. 161, no que possa directa ou indirectamente prejudicar a segurança nacional. Dentro de tal limite, o governo agirá com a maior energia sem contemplações que não sejam attinentes á necessidade fundamental da defesa da ordem e das instituições. Para essa missão, o Governo, perfeitamente aparelhado, conta com o apoio de todas as forças nacionaes civis e militares". Communique aos consulados.

**EXTERIORES.**

**Circular n. 1.066, de 7 de Março de 1936, ao Corpo Diplomatico Estrangeiro. — Documentos referentes a nacionalidade.**

O Ministerio das Relações Exteriores, attendendo a um pedido da Chefatura de Policia do Districto Federal, communica a essa



Missão diplomática que o Instituto de Identificação exige, para melhor averiguar a identidade dos cidadãos estrangeiros, que os documentos referentes a nacionalidade, fornecidos pelos Consulados aqui acreditados, tenham, na falta da impressão digital do portador, a sua photographia authenticada pelo carimbo da repartição expedidora.

Circular n. 1.067, de 7 de Abril de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira. — Communismo. Estado de guerra.

Additamento á circular n. 1.064. Comquanto o estado de guerra em nada tenha diminuido nem alterado a supremacia e a majestade do poder civil, como se evidencia pelas indicações da circular precedente concernente aos artigos da Constituição que essa medida deixa plenamente em vigor, o Governo brasileiro, forte da confiança e do apoio de toda a nação, prosegue na repressão das manobras e da propaganda em que se empenhava a minoria insignificante que representa o communismo no Brasil. Essa minoria, pelo facto de contar com a tolerancia, a sympathia, sinão a adhesão, de alguns poucos homens publicos e altos funcionarios, julgou-se capaz de triumphar e conseguiu, sem duvida o auxilio decidido do Komintern, o que resalta em toda a evidencia do facto de estarem actuando aqui varios membros desse Directorio revolucionario internacional, dos quaes nada menos do que tres se encontram presentemente nas prisões do Rio de Janeiro; Chioldi e Ewert, eleitos no 6º Congresso de 1928, e Prestes, eleito no 7º Congresso de 1935. Esta circumstancia basta para patentear a importancia excepcional que aos olhos do internacionalismo revolucionario apresentava actualmente o caso brasileiro. Lançando mão dos meios de defesa das Instituições nacionaes que o estado de guerra lhe confere, o Governo demittiu varios professores universitarios implicados no movimento de Novembro de 1935. Além disso, como medida de segurança publica, foram detidos o Senador Abel Chermont, Deputados João Mangabeira, Domingos Vellasco, Octavio da Silveira e Abguar Bastos, e o Doutor Pedro Ernesto, Prefeito do Districto Federal, contra os quaes existem vehementes indicios de co-participação, não sómente nos movimentos de Novembro ultimo, como tambem na manutenção de uma atmospheria propicia a novas tentativas de subversão da ordem que essas providencias oportunas

455

não permitirão mais vingar. Esses membros do Poder Legislativo e altas autoridades serão submettidos a processo para apuração de responsabilidade. O Governo continuará, sereno, mas energicamente, a punir todos os responsáveis pelas agitações no paiz.

EXTERIORES.

---

**Circular n. 1.068, de 15 de Abril de 1936, ao Corpo Diplomático Estrangeiro.**

O Chefe do Protocollo do Ministerio das Relações Exteriores tem a honra de communicar aos Senhores Chefes de Missão que as audiencias diplomaticas semanaes serão restabelecidas a partir de 20 do corrente. O Senhor Ministro de Estado receberá os Senhores Embaixadores ás segundas-feiras e os Senhores Ministros Plenipotenciarios e Encarregados de Negocios ás sextas-feiras, das 15 ás 17 horas.

---

**Circular n. 1.069, de 17 de Abril de 1936, ao Corpo Diplomático estrangeiro. — Solicitando autographos.**

O Ministerio das Relações Exteriores agradecerá a essa Missão diplomatica o obsequio de remetter os autographos dos funcionarios incumbidos, no Rio de Janeiro, da legalização e expedição de documentos consulares, afim de facilitar o serviço de reconhecimento das respectivas assignaturas.

---

**Circular n. 1.070, de 20 de Abril de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira. — "Ordens Permanentes de Serviço".**

A partir de 1º de Julho do corrente anno as Circulares da Secretaria de Estado serão expedidas em duas séries, sendo a primeira com a denominação de "Circulares", reservada a communicações sobre assumptos de interesse transitorio e a segunda para os fins

indicados em seu proprio titulo: "Ordens Permanentes de Serviço" e designada pelas iniciaes *O. P. S.* Para cada uma destas séries serão adoptadas numerações distinctas e consecutivas.

2. A cada Chancellaria será enviado um registrador onde as "Ordens Permanentes de Serviço" deverão ser collocadas, a exemplo do que se pratica com as actuaes Circulares, conservadas nos armarios de aço.

---

**Circular n. 1.072, de 27 de Abril de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira. — Condemnação de vegetaes e partes vegetaes procedentes do Brasil.**

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores, interessada em attender um pedido do Departamento Nacional da Producção Vegetal, tem a honra de solicitar aos Senhores Chefes das Missões Diplomaticas e Consulados do Brasil providencias no sentido de serem remetidas, ao mesmo Departamento, periodicamente, todas as informações relativas á condemnação de vegetaes e partes de vegetaes procedentes do Brasil, que venham a ser interdictadas pelas autoridades phytosanitarias nos paizes de destino, declarando as pragas ou doenças que motivaram as medidas em apreço. Será um meio de concorrer para que o Departamento interessado possa inteirar-se da justiça com que as autoridades phytosanitarias estrangeiras agem, em relação aos productos brasileiros, augmentar a fiscalização das exportações vegetaes, bem como aperfeiçoar e orientar o serviço phytosanitario nacional.

---

**Circular n. 1.074, de 12 de Maio de 1936, ás Missões Diplomaticas. — Cartas de motoristas.**

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores solicita a essa missão se sirva enviar-lhe, com a possivel brevidade, o que houver nesse paiz sobre as facilidades concedidas pelas autoridades competentes, para a obtenção de cartās de motoristas amadores para diplomatas e consules.

---

**Circular n. 1.075, de 12 de Maio de 1936, ás Missões Diplomaticas encarregadas do Serviço Consular e aos Consulados de Carreira. — Infracções em facturas Consulares.**

Tendo esta Secretaria de Estado verificado que a maioria das infracções notadas nas facturas consulares provêm do facto de serem as mcsmas organizadas sem a prévia consulta da nova Tarifa das Alfandegas, mandada executar pelo decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934, recommendo aos funcionarios encárregados da legalisação dos referidos documentos, a maxima attenção, nesse serviço, afim de evitar que as Alfandegas continuem a fazer observações da natureza das que motivaram esta circular.

---

**Circular n. 1.076, de 15 de maio de 1936, aos Consulados de Carreira e Honorarios.— Informações sobre pesca e piscicultura**

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores, com o fim de attender a um pedido da Directoria Geral de Abastecimento, da Prefeitura do Districto Federal, roga providencias no sentido de lhe serem encaminhadas informações sobre os serviços de pesca e piscicultura nesse paiz.

---

**Circular n. 1.077, de 18 de Maio de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados.— Publicações sobre hygiene escolar e saude infantil.**

Tendo o Departamento de Educação, da Prefeitura do Districto Federal, por um dos seus serviços geraes — a Superintendencia Geral de Educação de Saude e Hygiene Escolar — iniciado uma campanha educativa, tendo por movel a assistencia social ás crianças, ministrando e divulgando entre as mesmas conhecimentos referentes ao ensino da saude em geral, e principalmente da saude infantil, solicitou o auxilio deste Ministerio, com o fim de receber, em character permanente, as publicações officiaes dos paizes estrangeiros relativas ao assumpto, taes como cartazes, folhetos, cartões postaes, e outras.

2. Rogo, pois, a Vossa Excellencia, procurar obter, si possível, dos institutos, escolas ou serviços officiaes desse paiz, a remessa regular, áquelle Departamento, da litteratura alludida.

Circular n. 1.078, de 2 de Junho de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira.— IX Feira Internacional de amostras.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores, attendendo a um pedido da Prefeitura do Districto Federal, communica a essa Chancellaria que a Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, será inaugurada a 12 de Outubro do presente anno e encerrada a 15 de Novembro.

2. Como de costume, todos os mostruarios estrangeiros destinados a figurar no certamen em apreço terão abatimento em varios navios brasileiros, estarão isentos de impostos alfandegarios, temporariamente. Além disso, em caso de concorrência publica, os expositores têm preferencia, em caso de igualdade de condições de preço, qualidade e prazo de entrega.

3. Tratando-se de uma iniciativa que só pode augmentar as possibilidades de intercambio, quer commercial, quer industrial, quer cultural, entre o Brasil e os paizes estrangeiros, é de todo interesse um trabalho efficiente para que seja conseguido o maior numero de expositores, trabalho esse que essa Missão pode desenvolver com propaganda e publicidade em torno do acontecimento.

4. Quanto ás particularidades de inscripção, são as seguintes:

*Areas internas:*

1 a 3 m <sup>2</sup> .....	100\$000 por m <sup>2</sup>
4 a 10 m <sup>2</sup> .....	90\$000 por m <sup>2</sup>
11 a 100m <sup>2</sup> .....	85\$000 por m <sup>2</sup>

5. Nas areas superiores a 100 m<sup>2</sup>, cada metro quadrado excedente será cobrado á razão de 80\$000. Para a construcção de pavilhões de representação industrial, na area externa, o preço é de 45\$000 por metro quadrado.

**Circular n. 1.079, de 11 de Junho de 1936, ás Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira.— Communismo**

Tendo em vista fornecer ás nossas Missões diplomaticas e Consulados elementos para reagir contra a actual campanha de descredito levada a effeito mundialmente pelos chefes communistas contra o Brasil, seu Governo e sua policia, levamos ao conhecimento dessa chancellaria a recente circular abaixo transcripta, expedida pelo Chefe de Policia do Districto Federal:

“Após os successos subversivos promovidos pelo Partido Communista, a policia, no cumprimento do imperioso dever de manter a ordem publica e a segurança do regimen, realizou uma campanha tenaz e fecunda contra o extremismo.

Como resultado dessa campanha, foram effectuadas, entre innumerables prisões, as dos mentores e responsaveis principaes pelas sangrentas occorrencias que abalaram o paiz. Assim, foram detidos e encontram-se presos, aguardando o pronunciamento da Justiça, Luiz Carlos Prestes, chefe do communismo no Brasil; Rodolfo Ghioldi, secretario do Partido Communista da Republica Argentina; Harry Berger ou Arthur Ernst Ewert, figura destacada do communismo internacional e enviado, pela III Internacional, para orientar e controlar o movimento, aqui.

Dominado nas suas investidas, dentro do territorio nacional, organizou o communismo uma campanha contra o Brasil, no estrangeiro, baseada em mentiras, tentando apresentar-nos perante o mundo como um povo semi-barbaro e nossos governantes como homens desprovidos de qualquer sentimento de humanidade.

Ao nosso governo constantemente são remttidas cartas, telegrammas e cartões, vindos do exterior, intimando-o a pôr em liberdade Prestes, Ghioldi, Harry Berger e outros. Postaes com a effigie desses maioraes do extremismo lhe são dirigidos com phrases impertinentes e intimativas, como se o governo se pudesse intimidar com ameaças. Os internacionaes chegam ao cumulo de pretender intimidar o nosso governo a revogar leis que instituiu para sua propria defesa, na hypothese de que fossemos uma simples dependencia da III Internacional e não uma nação soberana que jamais tolerará intromissão de estranhos em assumptos de sua livre resolução. E para mais justificarem a sua intromissão estranha e indebita nos assumptos que dizem respeito á vida nacional os extremis-

tas procuram divulgar pela imprensa de outros paizes, informes exaggerados quanto ao numero de presos e dos máos tratos aos mesmos infligidos. Assim é que propalam estarem recolhidos ás prisões do Brasil, cerca de 17.000 pessoas, inclusive 5.000 mulheres, todos presos á barras de ferro, impossibilitados, desta forma, de qualquer movimento, sem o menor conforto, sujeitos a supplicios indescritiveis.

A população desta capital é testemunha de quanto são falsas essas noticias, capciosamente articuladas para causar effeito no estrangeiro, pois que, presentemente o numero de presos é de 638, sendo 628 homens e 10 mulheres. Daquelles, são militares ou ex-militares 212, e, civis 416.

Como se verifica, o numero de presos é o mais formal desmentido á campanha de descredito movida contra o nosso paiz, no exterior, pelo communismo.

A's autoridades não interessa manter presos individuos que não offereçam perigo á ordem publica e cuja detenção, além de prejuizos de ordem moral, acarretaria despesas forçadas e inuteis.

Contra os verdadeiros communistas, estes, sim, a policia mantém tenaz campanha, mas não tem necessidade de procurar em meios illegaes apoio para a sua acção. Ao contrario, dentro da lei a policia civil do Districto Federal se vem conduzindo com a maxima energia, sem descambar para processos violentos tão do agrado dos que, agora, em nome do espirito de humanidade, exteriorizam sentimentos que não possuem. (a) *Filinto Mulker*, Chefe de policia."

---

**Circular n. 1.080, de 11 de Junho de 1936, ás Missões Diplomaticas.— Leis e Codigos sobre direito eleitoral, fiscal, etc.**

Afim de attender a um pedido da Camara Municipal do Districto Federal, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, solicita a essa Missão Diplomatica o favor de obter sejam remettidos á Bibliotheca da dita Camara Municipal as principaes leis e codigos em vigor nesse paiz, notadamente sobre os assumptos que se relacionam com o direito eleitoral e fiscal, orçamentos annuaes de receita e despesa, leis de impostos e de tarifas.

---

**Circular n. 1.081, de 3 de Julho de 1936, ás Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira.— Casamentos de estrangeiros em Embaixadas, Legações e Consulados**

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores envia, em anexo, a essa Chancellaria, para seu conhecimento, copia da nota que acaba de ser dirigida a todas as missões diplomaticas acreditadas nesta Capital e aos Consulados dos paizes que não mantêm aqui representação diplomatica, sobre a interpretação dos dispositivos legaes referentes á validade, no Brasil, dos casamentos celebrados perante autoridades diplomaticas ou consulares estrangeiras.

Em 20 de Junho de 1936.— Casamentos de estrangeiros em Embaixadas, Legações e Consulados.

Senhor .....

Tenho a honra de levar ao conhecimento de.....  
.....que o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, entende que se deve dar aos dispositivos do Decreto n. 181, de 24 de Fevereiro de 1890, referentes á validade dos casamentos celebrados no Brasil por autoridades diplomaticas ou consulares estrangeiras, uma interpretação mais em harmonia com o espirito de ordem publica a que a materia tem de obedecer e consoante tambem o espirito do Codigo Civil, cumprindo estabelecer-se uma restricção quanto á nacionalidade dos contrahentes determinada na circular deste Ministerio, n. 23, de 31 de Agosto de 1908.

Esta restricção impõe-se ainda, pelo principio mais geral da doutrina moderna e pela pratica seguida pelo maior numero de paizes, doutrina e pratica que o Brasil tambem adopta, pois que só attribue aos seus consules competencia para celebrar casamentos, quando forem brasileiros os dois nubentes.

No seu aviso referente á materia, ao qual me reporto, declara o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores que "o Codigo Civil não se oppõe a que os agentes diplomaticos ou consulares estrangeiros realizem casamentos em que os contrahentes pertençam ás respectivas nações, devendo cessar a pratica anteriormente seguida, por não assentar tal pratica em fundamento doutrinario ou legal".



Assim, pois, só terão assegurada a sua validade no Brasil, desta data em diante, os casamentos que se celebrarem em Embaixadas, Legações ou Consulados sendo ambos ou nubentes da mesma nacionalidade da autoridade celebrante e, portanto, unicamente nesse caso deverão taes actos ser levados a effeito, para que não possam ser contrarios á legislação nacional, nem causar, no futuro, inconvenientes e prejuizos aos conjugues, compromettendo a organização da familia, a legitimidade da prole, o parentesco civil e outros effeitos legaes.

Para o que fica aqui exposto, será o estrangeiro considerado com a nacionalidade de que, em obediencia ás exigencias da nossa legislação para a sua entrada e permanencia no paiz, houver feito declaração e dado prova, com os documentos cuja exhibição as leis brasileiras tambem impõem.

Para o estrangeiro, ao qual puder ser attribuida mais de uma nacionalidade, prevalecerá, em principio, a da sua declaração a que acabo de alludir e que se presume acceita por sua livre e espontanea vontade. Não sendo esta a mesma da pessoa com quem pretenda casar-se, este simples facto bastará para inhabital-o ao casamento celebrado perante autoridade diplomatica ou consular estrangeira.

Nos termos do art. 9, alincas I e II da Introducção aoCodigo Civil, applicar-se-á, então, a lei do domicilio, e na falta desta a da residencia. Estes mesmos dispositivos regerão ainda os casos em que um dos nubentes se encontrar privado de sua nacionalidade e não houver legalmente adquirido outra.

Muito agradeceria a V. S. dar conhecimento da presente comunicação aos demais Consulados de.....(nome do paiz) no Brasil.

Aproveito, etc.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

---

**Circular n. 1.082, de 23 de Junho de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira.— Cursos de agronomia**

Afim de attender um pedido do Ministerio da Agricultura, que pretende mandar alumnos aos estabelecimentos de ensino agricola do estrangeiro, rogo a Vossa Excellencia o obsequio de remetter-

me, caso possível, dados pormenorizados sobre os cursos de agronomia, de especialização, de férias, de aperfeiçoamento, etc., existentes nesse paiz, com as respectivas organizações e programmas, bem como outros informes relativos á viagem, estadia, etc., que possam ser de utilidade para o fim alludido.

---

Circular n. 1.083, de 30 de Junho de 1936, ás Missões Diplomáticas na America, excepto a em Washington.— Conferencia ..pacifista panamericana.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores tem a honra de levar ao conhecimento dessa Missão diplomatica, no incluso documento mimeographado, as observações que, por intermedio da Embaixada do Brasil em Washington e em nome do Governo brasileiro, acabam de ser apresentadas, sobre o projecto preliminar de programma, organizado para a Conferencia pacifista panamericana convocada pelo Presidente Roosevelt.

---

Circular n. 1.085, de 9 de Julho de 1936, ás Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira.— Casamentos de Brasileiros no exterior.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores envia, em anexo, a essa Chancellaria, para seu conhecimento e orientação, copia da nota verbal que acaba de ser dirigida a todas as missões diplomaticas acreditadas nesta Capital e aos Consulados dos paizes que não mantêm aqui representação diplomatica, sobre a habilitação juridica dos brasileiros para poderem contrahir matrimonio no exterior.

---

#### CASAMENTOS DE BRASILEIROS NO EXTERIOR

O Ministerio das Relações Exteriores, para conhecimento dessa (Embaixada ou Legação), e dos Consulados de..... no Brasil expõe, a seguir, como deve ser feita a habilitação juridica dos brasileiros para poderem contrahir matrimonio no exterior, materia sobre a qual algumas Missões diplomaticas têm solicitado esclarecimentos ao mesmo Ministerio.

Não sendo o Brasil signatário da Convenção da Haya, de 12 de Junho de 1902, a habilitação dos brasileiros que desejam contrahir casamento fóra do Brasil, deve fazer-se segundo o principio de estatuto pessoal e, portanto, de accordo com o que estabelece e exige o Codigo Civil brasileiro para a celebração do casamento no paiz.

No seu artigo 180, dispõe o referido Codigo que a habilitação para casamento se faz perante o official do registro civil, apresentando-se os seguintes documentos:

I — Certidão de idade ou prova equivalente.

II — Declaração do estado, do domicilio e da residencia actual dos contrahentes e de seus paes, se forem conhecidos.

III — A autorização das pessoas sob cuja dependencia legal estiverem ou acto judicial que a suppra.

O art. 183, no seu numero II, esclarece que nesta exigencia estão comprehendidos os sujeitos ao patrio poder, tutela ou curatela, os quaes deverão obter o consentimento do pae, tutor ou curador, se não fôr supprido, na forma do art. 188, isto é, pelo juiz, com recurso para a instancia superior, quando a denegação, por parte daquelle a quem cabe dal-o, fôr injusta.

IV — Declaração de duas testemunhas maiores, parentes ou estranhos, que atestem conhecel-os e affirmem não existir impedimento que os iniba de casar..

V — Certidão de obito do conjuge fallecido ou da annullação do casamento anterior.

Em paragrapho unico, estabelece-se mais que, se algum dos contrahentes houver residido a maior parte do ultimo anno em outro Estado da Republica, esse apresentará prova de que o deixou sem impedimento para casar, ou de que cessou o existente.

Determina ainda o Codigo Civil Brasileiro, no artigo seguinte, n. 181, que á vista desses documentos apresentados pelos pretendentes ou seus procuradores, o official do registro civil lavrará os proclamas de casamento, mediante edital, que se affixará durante quinze dias, em logar ostensivo do edificio onde se celebrarem os casamentos, e se publicará pela imprensa, onde a houver.

Se, decorrido esse prazo, não apparecer quem opponha impedimento, nem lhe constar algum dos que de officio lhe cumpre declarar, o official do registro certificará aos pretendentes que estão habilitados para casar dentro nos tres mezes immediatos.

As autoridades competentes para fornecer os documentos citados, para a habilitação ao casamento, são:

a) as autoridades ecclesiasticas para as certidões de baptismo antes de 1º de Janeiro de 1889;

b) os officiaes do registro civil para as certidões de nascimento dos nascidos depois desta data;

c) os juizes federaes e estaduaes para as justificações na falta ou impossibilidade de apresentação do registro civil ou certidão de baptismo;

d) os juizes competentes, no caso de acto judicial que deva supprir a autorização a que se allude na alinea III;

e) os officiaes do registro civil para as certidões de obito (alinea IV).

A nullidade de casamento anterior prova-se com a sentença da autoridade judiciaria perante a qual tiver sido processada a acção ordinaria de annullação.

A divulgação e a publicação do edital de proclamas, que no Brasil devem ser feitas pelo official do registro civil, quando se tratar de brasileiro residente fóra do paiz, poderão ser de attribuição do consulado brasileiro no lugar do domicilio ou naquelle em cuja jurisdicção estiver o mesmo comprehendido.

As leis, e os usos e costumes do paiz em que tenham de produzir effeito os documentos para a habilitação do matrimonio dos cidadãos brasileiros, de accordo com o seu estatuto pessoal, determinarão a forma por que devem ser os mesmos documentos authenticados e legalizados.

---

**Circular n. 1.086, de 9 de Julho de 1936, ás Missões Diplomaticas e Consulados de Carreira.— Autorizando o Consulado em Los Angeles a visar passaportes.**

De accordo com o art. 35, do “Regulamento de Passaportes” em vigor, esta Secretaria de Estado autorizou, nesta data, o Consulado honorario em Los Angeles (Estados Unidos da America) a visar passaportes.

**Circular n. 1.089 de 17 de Julho de 1936, ás Missões Diplomáticas e Consulados brasileiros. — Inventario da bibliotheca das Chancellarias das Missões diplomaticas e Consulados brasileiros.**

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores tendo necessidade de conhecer quaes os livros e publicações existentes nessa Chancellaria, solicita ás Missões diplomaticas e aos Consulados de Carreira o obsequio de enviar, em 31 de dezembro vindouro, um inventario dos livros e publicações pertencentes á essa Chancellaria, declarando o numero de volumes, de obras, estado de conservação e, ainda, o numero de volumes encadernados e brochados.

**Circular n. 1.090, de 21 de Julho de 1936, ao Corpo Diplomatico Estrangeiro. — Audiencias diplomaticas.**

O Chefe do Protocollo do Ministerio das Relações Exteriores tem a honra de communicar aos Senhores Chefes de Missão que as proximas audiencias diplomaticas normaes terão lugar nas seguintes datas:

Para os *Senhores Embaixadores* — segundas-feiras 27 de julho, 10 e 24 de agosto. Quarta-feira, 9 de setembro e segunda-feira, 9 e 24 de agosto. Quarta-feira, 9 de setembro e segunda-feira, 21 do mesmo mez.

Para os *Senhores Ministros Plenipotenciarios e Encarregados de Negocios* — Sextas-feiras 24 de julho, 7 e 21 de agosto, 4 e 18 de setembro, vindouros.

**Circular n. 1.091, de 22 de Julho de 1936, ás Missões diplomaticas e Consulados de carreira. — “Boletim de Ariel”.**

No desejo de facilitar a essa Chancellaria juizos criticos e informações em torno do movimento intellectual, no Brasil, o Serviço de Cooperação Intellectual, resolveu remetter-lhe, de agora por diante, o “Boletim de Ariel” que contém boa materia dessa especie.

2. Essa Chancellaria ha de, sem duvida, esforçar-se por divulgar na imprensa local e pelos meios ao seu alcance o que lhe parecer de mais interesse naquella "Boletim", como o fazem, ás vezes, espontaneamente, de maneira que os intellectuaes desse paiz passem a contar com informações mais idoneas sobre o desenvolvimento da cultura brasileira nos seus differentes aspectos.

3. O que fôr traduzido e publicado, essa Chancellaria fará o favor de encaminhar, sem demora, á Secretaria de Estado para melhor avaliar-se o resultado dessa iniciativa.

---

Circular n. 1.092, de 22 de Julho de 1936, ás Missões diplomaticas e Consulados de carreira que não responderam á Circular n. 1.055. — Cooperação intellectual.

Com a data de 10 de fevereiro do anno corrente, a Secretaria de Estado expediu a essa Chancellaria a Circular n. 1.055 que ainda não foi respondida.

2. No momento, organizando-se o fichario das instituições culturaes estrangeiras que se interessam ou venham a interessar-se por um contacto com as do Brasil, solicita a Secretaria de Estado a essa Chancellaria o favor de cumprir o que lhe foi recommendado para a bôa marcha do serviço. O Brasil precisa, cada vez mais, contar com a diligencia dos seus agentes no exterior, de modo a attingir os seus objectivos.

---

Circular n. 1.093, de 24 de Julho de 1936, ás Missões diplomaticas. — Homenagens, no estrangeiro, á data de 7 de Setembro.

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores recommenda ás Missões Diplomaticas que lhe enviem, com a possivel brevidade, informações sobre as homenagens que, nos paizes onde estão acreditadas, costuma o Poder Legislativo render ao Brasil, na data nacional de 7 de Setembro.

---

Circular n. 1.094, de 14 de Agosto de 1936, ás Missões diplomaticas e Consulados de carreira. — Suppressão indice annual de officios.

A adopção das guias de remessa de correspondencia, com que as Missões diplomaticas e Consulados de carreira encaminham á Secretaria de Estado o seu expediente, tornou desnecessaria, por preencher o mesmo fim, a relação dos indices de officios que as mesmas Missões e Consulados enviam todos os annos.

2. A partir de 1º de janeiro de 1937 ficam, pois, as Missões diplomaticas e Consulados de carreira dispensados de remetterem os alludidos indices.

---

Circular n. 1.095, de 14 de Agosto de 1936, aos Governos dos Estados. — Limites inter-estaduaes.

Senlror Governador.

Como Vossa Excellencia sabe, o artigo 13 das disposições transitorias da Constituição Federal determina que, dentro de cinco annos, a contar de 16 de julho de 1934, deverão os Estados resolver as suas questões de limites, mediante accordo directo ou arbitramento.

2. O Ministerio das Relações Exteriores, que tem como uma de suas principaes attribuições velar pelos limites do Brasil com as nações vizinhas, não pôde deixar de acompanhar com grande interesse o desenrollar das negociações para solução das questões semelhantes inter-estaduaes, e sentir-se-ia feliz se lhe fosse dada oportunidade de contribuir para tão nobre e elevada finalidade.

3. Assim, occorreu-me trazer ao conhecimento de Vossa Excellencia que a Mappotheca do Itamaraty, organizada, especialmente, para o estudo de questões de fronteiras, e que possui cerca de 27.000 peças, poderia ser util a esse Estado fornecendo-lhe apreciaveis esclarecimentos.

4. Para que Vossa Excellencia possa melhor julgar do valor dos nossos archivros geographicos, tenho a honra de remetter, incluso, a Vossa Excellencia um folheto com a resenha do Departamento de mappas deste Ministerio, e bem assim de communicar-lhe que terei

sempre prazer em collocar esse precioso acervo á disposição do seu Estado, como nesta mesma occasião, o franqueio aos Senhores Governadores dos demais Estados da União, para fins identicos.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta estima e mais distincta consideração.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES.

**Circular n. 1.096, de 16 de Agosto de 1936, ás Missões Diplomáticas e aos Consulados de Carreira. — Reunião da Comissão de Diplomacia e Tratados — Comparecimento do Ministro das Relações Exteriores.**

A Comissão de Diplomacia e Tratados da Camara dos Deputados pediu o comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores a uma das suas reuniões, para se fazer ouvir sobre diversas questões de politica externa do Brasil que têm sido, recentemente, debatidas naquella Assembléa.

2. Accedendo aos desejos da referida commissão, o Senhor Ministro de Estado esteve presente á reunião realizada em 1º de Julho do corrente anno e proporcionou aos Senhores Deputados, membros da citada commissão, informações minuciosas sobre os actos do Ministerio que dirige, no tocante a varios assumptos internacionaes de interesse para o Brasil.

3. Foi lavrada acta dessa reunião, publicada no "Diario do Poder Legislativo" n. 363, de 5 de Julho de 1936, nos seguintes termos:

"Sob a presidencia do Senhor Renato Barbosa, presentes os Senhores Negrão de Lima, Diniz Junior, Souza Leão, Francisco di Fiore, Leoncio Galvão, Hugo Napoleão, Horacio Lafer e Botto de Menezes, reuniu-se esta commissão estando presentes além desses seus membros, numerosos outros Senhores Deputados, jornalistas e pessoas gradas. De accordo com o requerimento do Sr. Souza Leão, aprovado na reunião anterior e no qual se pedia o comparecimento do Senhor Ministro das Relações Exteriores á esta Commissão, afim de Sua Excellencia se fazer ouvir sobre varios assumptos que se prendem



á nossa politica externa, mórmemente sobre os já agitados no plenário da Camara, á mesma compareceu aquelle titular se fazendo acompanhar de varios membros do seu gabinete. Aberta a sessão o senhor Presidente com a palavra assim se exprimiu:

O Sr. Presidente — O art. 3º da nossa Constituição diz que os poderes da organização politica do Brasil são independentes, mas, coordenados. Quer me parecer que a presença de Sua Excellencia o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Dr. José Carlos de Macedo Soares, realiza agora um dos aspectos de coordenação dos poderes da Republica sobre o qual se refere aquelle artigo.

Por outro lado, o art. 37 autoriza o Poder Legislativo, a, quando julgar necessário e opportuno, solicitar dos Ministros de Estado a comparencia não só aos órgãos technicos, constituídos pelas diversas Commissões deste Poder, como também ao plenário, no sentido de serem elucidados assumptos de interesse nacional.

O Sr. Ministro José Carlos de Macedo Soares, homem de grande relevo, pela sua cultura, pela sua educação e efficiente actividade evidenciadas através ampla e elevada vida publica, permite que nos sintamos á vontade e possamos considerar a sua visita neste instante como especial honra conferida a esta Commissão.

Devemos congratular-nos, pois, os membros da Commissão de Diplomacia da Camara dos Deputados, pela satisfação que sentimos, tendo ao nosso lado o eminente Ministro que, com tanta gentileza e cavalheirismo, attendeu á solicitação por nós feita de comparecer a esta reunião.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Eurico de Souza Leão, membro da Commissão de Diplomacia e Tratados.

O Sr. Eurico de Souza Leão — Senhor Presidente, a iniciativa do convite ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, para que Sua Ex. houvesse por bem comparecer á presente reunião, foi motivada por uma indicação recebida por nós do Deputado Café Filho, sobre a questão Italo-Ethiopa.

Achou esta Commissão que não devia tomar conhecimento de tal indicação, porque iria entrar em assumpto de melindres diplomaticos. e attendendo, por outro lado, á cir-

cumstancia de, como as grandes potencias ainda não se haviam manifestado a respeito, ao Brasil cumpria ser, pelo menos, discreto.

Vossa Excellencia, Senhor Ministro, pronunciou, entretanto, um discurso que impressionou vivamente a todos os circulos politicos e judiciarios do paiz. Creio, mesmo que, influenciado pela eloquencia, Vossa Excellencia haja alterado em algo o objectivo de sua oração, porque — não sei se esta é a interpretação verdadeira — ella modificava sensivelmente as idéas por que o Brasil se tem batido, desde colonia até Republica, admittindo, como solução para as questões internacionais, o emprego da força.

Como ha bem pouco Vossa Excellencia celebrou festivamente a assignatura do tratado anti-bellico entre a Argentina e o Brasil, pareceu-me existir certa collisão entre as duas attitudes, cuja projecção era de tanto maior alcance, quanto aquelle tratado foi acceito por todas as nações sul-americanas. O Presidente da Republica Argentina teria mesmo telegraphado ao Presidente Getulio Vargas, dizendo que os dois paizes caminhavam parallelamente para um unico objectivo, compativel com o ambiente actual da America: o da paz e no bom entendimento.

Não tive oportunidade de, attendendo ao amavel convite de Vossa Excellencia, comparecer á assignatura do tratado no Itamaraty, porém, soube que o Senhor Carcano, Embaixador da Republica irmã, acreditado entre nós, teria pronunciado um discurso no mesmo sentido, pugnando pelas soluções amigaveis quando surgissem eventuaes conflictos na America do Sul.

Tive inicialmente a idéa de solicitar ao Itamaraty explicação sobre o assumpto, mas um nosso collega suggeriu que fosse pedida a presença de Vossa Excellencia em uma reunião especial. Converti, então, o meu requerimento de informações em convite ao qual Vossa Excellencia attendeu com a amabilidade do costume.

O comparecimento de Vossa Excellencia, Sr. Ministro, ao mesmo tempo que representa o cumprimento de um exigencia constitucional é um acto de fidalguia e gentileza que muito honra a Commissão de Diplomacia.

Espero merecer de Vossa Excellencia, Senhor Ministro, informações relativamente ás seguintes consultas para a minha melhor orientação.

Ha poucos dias o Sr. Ministro Sebastião Sampaio fez um discurso, no Instituto do Café, durante o qual disse que em companhia de alguns technicos do Ministerio, visitára 18 paizes da Europa, com o intuito de *preparar terreno* para a nova politica que o Brasil ia iniciar no que concerne aos tratados commerciaes. Sabe Vossa Excellencia, Senhor Ministro, que somos, por força de nossa Constituição, obrigados a opinar sobre a conveniencia ou inconveniencia de todos esses tratados. Agora mesmo temos, pendente de approvação, ou melhor, de parecer nosso, o tratado entre o Brasil e a Republica Argentina, cuja importancia desnecessario se torna realçar.

Desconhecemos o novo ponto de vista do Governo a esse respeito, de vez que, segundo me parece, elle hoje não mais acceta o criterio antigo da clausula de nação mais favorecida, sobre a qual já fizemos restricções, quando examinamos o tratado com os Estados Unidos.

Outro ponto, ainda ligado a essa viagem, que merece ligeiro commentario, é o facto do Senhor Sebastião Sampaio ter ido á Europa, em missão faustosa e nababesca quando temos em todos os paizes consulados, addidos commerciaes, ministros e embaixadores. Quer parecer-me constituir certo descredito á essas autoridades mandar-se, *ex-officio*, alguém afim de preparar terreno para todos esses tratados.

Que se entende por preparar o terreno ? Agir de fôrma a facilitar acto politico, commercial ou outro que se tenha em vista. Ora, ninguém mais habilitado do que esses nossos representantes acreditados no estrangeiro para o desempenho de tal encargo.

Só posso considerar justificavel tal motivo apresentado pelo Senhor Ministro Sebastião Sampaio, se Sua Exa., por uma questão de escrupulo, para não denunciar a razão maxima de sua viagem, haja opinado por uma evasiva.

Tenho ainda outro ligeiro pedido de informações a formular a Vossa Excellencia o qual se refere a assumpto mais sério porque diz respeito á nossa diplomacia, que goza, incontestavelmente, no mundo inteiro, de um apreciavel cre-

dito, pela correcção com que sempre se houve em todos os tempos. Quando de minhas visitas á Europa, tive ensejo de, com alegria, constatar esse facto.

Os Estados Unidos reclamaram do Governo brasileiro contra o facto do Brasil vender mercadorias á Allemanha, por marcos compensados, e importar mercadorias de exportação, americana, com evidente prejuizo para sua delles, economia. Vossa Excellencia, Senhor Ministro, attendeu immediatamente á reclamação, mostrando ao embaixador da grande Republica americana, acreditado entre nós, o accordo que o Governo brasileiro ia celebrar com a Allemanha, o qual, segundo estou informado, foi assignado posteriormente, tendo esse acto de franqueza de Vossa Excellencia satisfeito perfeitamente o representante do paiz reclamante. Mas, ao que se diz, a nossa embaixada, na Allemanha, trocou notas com o Governo do Rêich, modificando inteiramente esse *modus vivendi*, o que causou certa extranheza. Vossa Excellencia mesmo já teria recebido reclamações dos Estados Unidos, sobre a hypothese. Como se trata de assumpto da maior repercussão, aproveito o ensejo para apresental-o a Vossa Excellencia e solicitar esclarecimento, pois, não é meu desejo leval-o a debate no recinto da Camara.

São estes, Sr. Presidente, os pontos sobre os quaes eu gostaria de ouvir a palavra de Sua Exa. o Sr. Ministro das Relações Exteriores.

O Senhor Presidente — Os Srs. Deputados que ainda desejarem fazer uso da palavra, podem pedil-a.

O Sr. Diniz Junior — Senhor Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Diniz Junior.

O Sr. Diniz Junior — Senhor Presidente, se a Comissão de Diplomacia e Tratados acceitou a suggestão do nobre collega Sr. Eurico Souza Leão, desde logo teve em mente (e não podia deixar de ser), a idéa de que não nos deviamos reunir com a presença do Senhor Ministro das Relações Exteriores, senão para collocar em seu justo plano os interesses reaes do Paiz, de sorte que cada um de nós, tão vigilante quanto o proprio Senhor Ministro, soubesse

ver onde fica aquella fronteira do interesse do Brasil em que a ninguem é dado indagar, de publico, o que teria de ficar, logicamente, sem resposta, e onde não podesse haver tal esclarecimento.

E sob esse mesmo espirito — sabemol-o nós — que se acha o nosso nobre collega Sr. Eurico Souza Leão — e é de ser nessa atmospheria, por decerto, que vamos ouvir as explicações do Sr. Ministro Macedo Soares.

O Senhor Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Horacio Lafer.

O Senhor Presidente — Deseja algum Sr. Deputado usar ainda da palavra ?

O Senhor Horacio Lafer — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Horacio Lafer — Sr. Presidente, de inteiro accordo com as palavras que o nosso illustre collega Deputado Diniz Junior acaba de proferir. Naturalmente, qualquer pergunta que um membro da Commissão faça a Sua Exa. o senhor Ministro das Relações Exteriores, que hoje nos honra com a sua presença, está subordinada a esse criterio que Sua Exa. possui em alto gráo, da possibilidade de responder ou da conveniencia de não ser o assumpto debatido em sessão que não seja secreta.

Encarando a questão sob tal aspecto, permittir-me-ei tambem formular algumas perguntas de interesse, para que possamos amanhã, devidamente elucidados bem orientar as nossas deliberações.

O tratado celebrado com a Allemanha, tem realmente, despertado grande interesse e algumas criticas. Seria interessantissimo que, neste momento, ouvíssemos a opinião esclarecida, competente de Sua Exa. o Sr. Ministro, sobre tal tratado, as vantagens que offerece ao Brasil e talvez os onus que acarreta, si por ventura existem.

O segundo ponto que desejaria submeter á apreciação do Senhor Ministro, para uma possivel resposta, é o seguinte: a Commissão de Diplomacia e Tratados ha tempos, em parecer se não me engano unanime, mostrou a inconveniencia da clausula de nação mais favorecida.

O Sr. Diniz Junior — Não foi parecer, mas voto de Sua Exa. o Sr. Deputado Hugo Napoleão, do Sr. Negrão de Lima e de quem está falando.

O Sr. Horacio Lafer — ... e a desvantagem que havia de se basearem os tratados commerciaes na clausula de nação mais favorecida illimitada. O facto é que os tratados chamados “Afranio de Mello Franco” foram denunciados e outros estão em vias de ser elaborados.

Seria sobremodo interessante se Sua Ex., o Sr. Ministro das Relações Exteriores, nos esclarecesse, se possivel, se nos novos tratados a serem feitos, desde que não contemham a clausula de nação mais favorecida, e sim desçam a diminuição de tarifas e outros favores, essas concessões irão até o limite minimo estabelecido na nossa tarifa ou se descerão ainda desse limite minimo, conforme se fez e excepcionalmente se justificava com os Estados Unidos.

Igualmente interessante seria ouvir a palavra de Sua Exa. sobre dois pontos que estão merecendo a atenção publica e despertando commentarios os mais descontraídos.

O que ha com referencia á ligação proxima, remota ou actual do Brasil com a Liga das Nações...

O Sr. Diniz Junior — Aliás, conhecemos as remotas.

O Sr. Horacio Lafer — ... e quaes os passos que tem sido dados quanto ao reconhecimento da annexação da Ethiopia.

São perguntas que tomo a liberdade de fazer, sempre subordinadas áquelle criterio que, preliminarmente, aqui expuzemos, através ás palavras do nobre collega Sr. Diniz Junior e que sou o primeiro a reconhecer como sendo o unico criterio possivel em materia de tal alta competencia.

O Sr. Presidente — Devo lembrar aos illustres collegas que, pelo art. 43 do Regimento da Camara dos Deputados, os assumptos de tratados ou convenções com as nações estrangeiras são de character secreto.

O Sr. Horacio Lafer — Peço licença a Vossa Excellencia, Sr. Presidente, para responder que, fundamentalmente, collocamos aqui a presença do Sr. Ministro como uma attenção ao convite que a Commissão dirigiu a Sua Exa., mas para estreitar as nossas relações. Só assim podemos prestar a Sua

Exa., na sala de nossos trabalhos, a homenagem que merece, collocando Sua Exa. inteiramente á vontade, para responder somente o que pode ser respondido.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Sr. Presidente, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores, fui convocado para comparecer á Comissão de Diplomacia e Tratados da Camara dos Deputados. Apresso-me em dar cumprimento a este meu dever constitucional, que corresponde, tambem, ao vivo prazer de conversar sobre assumpto da pasta a meu cargo com os eminentes membros desta egregia Comissão.

Sabia, Sr. Presidente, que me encontraria seguramente á vontade no seio da Comissão de Diplomacia e Tratados da Camara dos Deputados. Aqui vejo varios amigos pessoas e alguns companheiros dos trabalhos da Assemblée Nacional Constituinte. E todos homens de cultura e intelligencia, o de distincção. Estava, portanto, certo de que poderia comparecer á Comissão de Diplomacia e Tratados com a mais absoluta tranquillidade.

Sendo esta, entretanto, a primeira vez que o Ministro das Relações Exteriores comparece depois da nova Constituição, á Camara dos Deputados, peço licença para examinar, antes de mais nada, o aspecto constitucional da presença de um Ministro das Relações Exteriores nesta Casa, em plenário ou perante qualquer das suas Comissões.

Entendo que a disposição do Art. 37 da Constituição da Republica estabelece medida salutar e concorre para desenvolver o aspecto de coordenação previsto e recommendado na nossa recente Carta Politica. Isto representa um esforço e adeantamento na pratica da democracia e contribue para que, em bem do Paiz, melhor se entendam e mais intimamente collaborem, o Executivo e o Legislativo.

Essa collaboração de poderes, porém, não póde ir a ponto de ferir a independencia de cada um delles, consagrada no texto da Constituição e indispensavel ao bom funcionamento da machina governamental.

A' União Federal cabe, privativamente, pelo art. 5º da Constituição, manter relações com os Estados estrangeiros, celebrar tratados e convenções internacionaes, e nomear os

membros do corpo diplomatico e consular. Assim, as relações com os Estados estrangeiros, seu trato, e desenvolvimento, bem como as negociações, preparo e celebração de actos e accordos internacionaes, são da competencia da União, no nosso regimen federal.

O caracter de pessoa do Direito das Gentes cabe á União Federal, não possuindo esse attributo no regime nosso os Estados que constituem a Federação Brasileira, os quaes são, como bem explica um dos mais recentes commentadores do nosso Direito Constitucional, o Sr. Desembargador Pontes de Miranda, tão sómente pessoa de direito publico brasileiro e não pessoas do Direito das Gentes.

Isto posto, considero que o objectivo declarado desta convocação, refere-se sómente a negociações relativas a actos já submettidos á apreciação da Camara dos Deputados.

O Sr. Horacio Lafer — Exactamente. Nem teriamos nenhum caso concreto para solicitar que Vossa Excellencia viesse á presença desta Commissão.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em summa, em se tratando de accordos internacionaes, as informações que o Ministro das Relações Exteriores, em representação do Executivo, deve obrigatoriamente prestar á Camara dos Deputados, quando convocado pelo plenario ou pelas Comissões, são aquellas que se refiram a actos concluidos e já submettidos á apreciação do Poder Legislativo.

E' de ver que as negociações em andamento, de actos ainda não concluidos, estas não podem, em character obrigatorio, ser objecto de pedido de informações da Camara por se tratar de attribuição privativa do Poder Executivo (art. 56, 5, da Constituição).

Do contrario, seria o Legislativo intervir em funcções de outro Poder. Mesmo se o Executivo procurasse obter a influencia e orientação da Camara nas negociações de accordos internacionaes, infringiria de frente a Constituição, pois, estaria devolvendo ao Legislativo uma parte das funcções que



privativamente lhe competem. E o texto constitucional, em seu art. 3º, § 1º, diz expressamente:

“E’ vedado nos Poderes constitucionaes delegar as suas attribuições”.

O art. 56, n. 6, da Constituição, determina:

“Compete privativamente ao Presidente da Republica celebrar convenções e tratados internacionaes, ad referendum do Poder Legislativo”.

E o art. 40, letra a:

“E’ da competencia exclusiva do Poder Legislativo:

a) resolver definitivamente sobre tratados e convenções com as nações estrangeiras, celebrados pelo Presidente da Republica, inclusive os relativos á paz”.

Acceitar, pois, que o Poder Legislativo participe da negociação de accordos internacionaes em tramites, seria delegar-lhe, em parte, que sejam, attribuições privativas do Executivo.

Para a bôa harmonia e efficiencia da cooperação do Executivo com o Legislativo, no que diz respeito ao assumpto da pasta das Relações Exteriores, seria de toda a conveniencia logo da primeira vez, perante a Camara comparecesse o respectivo titular em cumprimento da salutar disposição do artigo 37, se reconheça o principio de que os pedidos de informações “sobre questões prévia e expressamente determinadas”, só devem ser obrigatoriamente satisfeitos pelo Executivo se se referirem a actos já submettidos á approvação do Legislativo. Isto não quer dizer que o Ministro das Relações Exteriores não deva e não possa debater com o corpo legislativo, para seu conhecimento e esclarecimento, as materias pendentes de solução na sua pasta. Neste caso, porém, como já salientaram os Srs. Deputados Diniz Junior e Horacio Lafer fal-o-á facultativamente e não em character obrigatorio, quando julgar opportuno e sob as reservas que quasi sempre exige o bom andamento das negociações diplomaticas. E o juiz dessa oportunidade é o Executivo, que tem em mãos o fio das negociações, e conhece os escólhos e a delica-

deza de seus tramites. Não ha duvida que se trata de uma prerogativa importante do Sr. Presidente da Republica, mas, quem assim a definiu foi a propria Constituição. E ella é hoje inherente ao mandato presidencial.

Dessas considerações decorre uma outra norma que deve ser presente nestes encontros do Ministro das Relações Exteriores com a Camara dos Deputados, os quaes desejo sempre mais frequentes, afim de ter a collaboração do Executivo com o Legislativo, pela harmonia e respeito mutuos, a efficiencia desejada: é o direito do titular da pasta das Relações Exteriores, de pedir o debate secreto, se tratando de negociações que entendam côm as relações internacionaes. E comprehensivel esse direito. O trato das relações externas e a responsabilidade das negociações diplomaticas cabem ao Executivo, e só elle, pois, pode dizer da oportunidade e conveniencia de um debate publico sobre a elaboração dos actos internacionaes.

Se a responsabilidade das negociações diplomaticas recae sobre o Executivo, por serem seu attributo privativo, deve-se-lhe garantir o resguardo, a reserva necessaria á continuidade de sua acção Internacional. E esse direito, é claro, tanto deve ser respeitado em se tratando de actos pendentes de solução, como tambem quando se cuidar de investigar das negociações de accordos submettidos á approvação do Poder Legislativo. Isso é obvio, tendo-as em vista que a propria Constituição exige o voto secreto em casos de muito menos importancia, como seja a apreciação da simples designação de chefes de missão para os postos diplomaticos.

De resto, o Sr. Presidente já procedeu á leitura do artigo 42 do Regimento Interno da Camara, que diz:

“Serão sempre secretas as reuniões das Comissões, para deliberar sobre:

.....  
b) tratados, ou convenções, com as nações estrangeiros”.

A respeito desse “referendum” do art. 90, lettra “a”, da Constituição, aproveito tão grato ensejo para, em homenagem ao Senado Federal, como parte do Congresso Nacional, explicar certos equivocos que podem ter sido interpretados como uma desatenção do Executivo relativamente ao

cumprimento daquelle dispositivo constitucional. E' o caso de apparecerem publicadas désignações de chefes de missão no exterior, antes de terem sido approvadas pelo Senado.

O executivo nenhuma responsabilidade tem nessas publicações, como se verá.

Para a designação dos Chefes de Missões é sempre necessario a consulta prévia dos Governos juntos aos quaes se os quer acreditar.

Esta formalidade do "agrément" é processada no Ministerio das Relações Exteriores com a reserva de praxe. Acontece, porém, que nem todos os paizes tal reserva é rigorosamente observada, sendo commun em alguns publicar-se a concessão de "agrément" aos agentes diplomaticos estrangeiros. Assim se explica apparecer ás vezes, no estrangeiro, a designação de um chefe de missão, feita pelo governo brasileiro, antes de haver sido submettida á apreciação do Senado Federal e por elle approvada.

A pretendida desatenção nestes casos, como se vê, é apparente, pois, escapa ao Ministerio das Relações Exteriores intervir na publicação feita em paizes estrangeiros.

Dou esta explicação para desfazer quaesquer duvidas, que já têm permittido interpretações menos justas relativamente á attitude do executivo em face do art. 90, "a" da Constituição Federal. Era meu desejo ha muito encontrar oportunidade como esta para pôr termo a taes equívocos e aclarar bem as relações do executivo com o legislativo no que concerne á pasta a meu cargo.

Vou passar, agora, a dar as informações pedidas pelo nobre Deputado Sr. Eurico de Souza Leão, e peço licença para começar referindo-me exactamente á primeira pergunta: O reconhecimento da Abyssinia e o julgamento do discurso pronunciado por mim no Instituto da Ordem dos Advogados.

A informação é muito simples, e eu a faço lendo um periodo lapidar de um aparte proferido por um Sr. Deputado, durante o discurso citado do Sr. Café Filho. Esse aparte diz o seguinte:

"Se a França, a Inglaterra e outros paizes interessados no feito, potencias altamente empenhadas na questão, se

abstêm de consideral-a, não se poderia admittir que nós o fizéssemos agora". (Muito bem).

Quer dizer que o nobre Deputado já explicou admiravelmente bem o assumpto, defendendo a attitudo da Comissão de Diplomacia e Tratados, não querendo entrar no merito da questão. Peço permissão para empregar as mesmas palavras defendendo o Sr. Presidente da Republica. O Sr. Getulio Vargas entendeu que as chamadas grandes potencias não quizeram até hoje definir a sua attitudo deante de uma simples informação do Governo da Italia, que tinha incorporado ao seu territorio a Ethiopia e accrescentado aos titulos do Rei da Italia, o de Imperador da Abyssinia, por que o Brasil deveria responder?

O Sr. Eurico Souza Leão — Permitta-me Vossa Exa. um aparte, se bem que não seja meu desejo interromper sua oração. Não foi essa, porém, minha objecção. Apresentei restricções, porque admittia que se pudesse entrar no merito, isto em vista do discurso de Vossa Exa. no Instituto dos Advogados.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Peço a Vossa Exa. me cite um trecho siquer de meu discurso que tenha referencias á politica internacional do Brasil. Vossa Exa. alludiu ao meu discurso, porém, nelle nada consta nesse sentido. Se Vossa Exa. encontrou nelle qualquer referencia, estou prompto a explicar meu pensamento.

O Sr. Eurico Souza Leão — Não tenho o discurso de Vossa Exa., mas, não costumo fazer affirmações improcidentes. Minha falta talvez seja occasionada por um mal entendido. Tenho aqui um jornal...

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Peço a Vossa Exa. que discuta com o meu discurso e não com um jornal.

O Sr. Eurico Souza Leão — Mas, eu não tenho o discurso de Vossa Exa. Peço a Vossa Exa. permissão para lêr este trecho ...

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Eu o tenho e o passo ás mãos de Vossa Exa.

O Sr. Eurico Souza Leão — Agradeço a Vossa Excelencia.

O trecho é o seguinte:

“Meus Senhores, estou esboçando, com prudencia e moderação, um quadro que, estou certo, não repugnará á vossa nobre consciencia profissional. O caso é que os principios e concepções juridicas carecem de se conformar com os imperativos da realidade na vida do Estado moderno, a que cabe o dever precipuo de defender a obra collectiva, de conquistas do passado, o esforço do presente, sobretudo, as perspectivas do futuro. Não raro essa defesa, com os processos de violencia e insidia dos adversarios sem lealdade, se torna impossivel dentro das respeitaveis formas que nos vinha prescrevendo o direito, porque nas suas garantias e protecções se irá abrigar o inimigo, para nos annullar a acção”.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Encontrou Vossa Exa. qualquer cousa quanto á possibilidade de reconhecermos a conquista pela guerra ? Refiro-me, em meu discurso, ao communismo, o que é evidente. Vossa Exa. é um dos meus patricios mais intelligentes e póde bem comprehender.

O Sr. Eurico Souza Leão — Não está bem claro. Disse Vossa Exa.: os principios e concepções juridicas carecem de se conformar com os imperativos da realidade na vida do Estado moderno.

O Sr. Horacio Lafer — A declaração do Sr. Ministro é clara, de que não ha referencia quanto á politica internacional.

O Sr. Eurico Souza Leão — Vossa Exa., Sr. Ministro, vae perdoar que me explique: E' da tradição brasileira, desde Rio Branco, a não interferencia dos Ministros do Exterior na politica interna do Paiz. Eu sei — e a Nação Brasileira sabe, — que, nesse angustioso momento que estamos vivendo, Vossa Exa. tem sido uma barreira a todas essas terriveis violencias que caracterizam o governo actual do Brasil; estado de guerra, prisão de deputados, etc. Com essa concepção, não era para admittir que o discurso de Vossa Exa. se referisse á ordem interna do Paiz.

Estou, entretanto, satisfeito com a informação de Vossa Exa.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Não ha a menor referencia á politica internacional. Disse o seguinte:

“O caso é que os principios e concepções juridicas carecem de se conformar com os imperativos da realidade na vida do Estado moderno, a qual cabe o dever precipuo de defender a obra collectiva, as conquistas do passado, o esforço do presente, sobretudo, as perspectivas do futuro. Não raro essa defesa, com os processos de violencia e insidia dos adversarios sem lealdade...”

Quaes os adversarios sem lealdade? São os communistas..

“..... se torna impossivel dentro das respeitaveis formas que nos vinha prescrevendo o direito, porque nas suas garantias e protecções se irá abrigar o inimigo, para nos annullar a acção”.

São os communistas que, dentro do regime liberal adoptado no Brasil, têm a oportunidade de ir até o Poder para, depois, alterando a situação, realizar seu ideal. Vê-se, pois, que não ha, absolutamente, referencia á politica internacional.

O Sr. Eurico Souza Leão — Se outro resultado não houvessemos obtido com a presença de Vossa Ex., bastaria este — o de nos tranquillizar com a confirmação de que Vossa Exa. é o homem do direito que todos reconhecemos.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Devo dizer a Vossa Exa. que no Itamaraty, que é a Casa do Brasil, não enxergo entre brasileiros opposicionistas e governamentistas, entre os que apoiam o governo actual ou aquelles que por esse ou outro motivo entendem que delle devem discordar. Assim, recebo sempre igualmente todas as criticas, todas as suggestões, os conselhos de todos os brasileiros que queiram approximar-se do Itamaraty ... (Muito bem) notadamente brasileiros que tenham a alta cultura e a intelligencia do senhor Deputado Eurico Souza Leão.

O Sr. Eurico Souza Leão — Muito obrigado á amabilidade de Vossa Exa.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — O Sr. Deputado Eurico Souza Leão referiu-se em seguida, á denuncia dos nossos tratados de commercio que continham a clausula

de nação mais favorecida. Não quero cansar a Comissão de Diplomacia e Tratados...

O Sr. Eurico Souza Leão — Estamos ouvindo Vossa Exa. com especial agrado.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — ... pelo que darei ligeira exposição do assumpto.

A clausula de nação mais favorecida, em materia aduaneira, foi adoptado pelo Governo Provisorio quando era responsavel pelos negocios internacionaes o nosso eminente patricio Sr. Dr. Afranio de Mello Franco. Ella representou, incontestavelmente, na época, a realização de uma necessidade rigorosa.

O Brasil, tendo como directriz para o seu intercambio internacional a mais ampla liberdade de commercio, e tendo em vista os esforços dos Estados Unidos e as directrizes da Sociedade das Nações no sentido de ser mantido essa liberdade de commercio, para a extincção da grave crise economica mundial, o Brasil, disse, adoptou, essa clausula de nação mais favorecida em materia aduaneira, tendo em vista, desde que ella fosse se multiplicando e chegasse ao ultimo paiz com que o Brasil tivesse relações commerciaes, automaticamente teriamos contribuido de maneira definitiva para que todos os paizes fossem tratados com igualdade. Acontece, porém, que a maioria dos paizes, sobretudo na Europa, encontrou uma formula de illudir a clausula de nação mais favorecida. O proteccionismo, que antigamente era alcançado por meio de tarifas alfandegarias, passou a ser obtido por uma serie de processos ultra modernos, processos de quotas, de licenças para exportação e para importação, restricções de ordem cambial, emfim, uma série de providencias que tornaram a clausula de nação mais favorecida completamente inoperante. Nessas condições, chegamos ao ponto em que o Brasil estava evidentemente collocado na situação de ser prejudicado diuturnamente por quasi todos os paizes com os quaes negociava. Fomos, portanto, obrigados a denunciar todos os nossos tratados de commercio, para, em se-

guida, refazermos esses tratados, adoptando medidas de defesa para os interesses economicos e financeiros nacionaes.

Foi o que fizemos.

Realmente, o tratado com os Estados Unidos já está approvedo, e VV. EEx. conhecem bem o assumpto.

Quanto á Allemanha, peço permissão á illustre Commissão de Diplomacia e Tratados para fazer exposição mais detalhada relativamente aos antecedentes da fixação do intercambio commercial teuto-brasileiro.

Antes de mais nada devo dizer o seguinte: não fizemos, com a Allemanha, nenhum tratado de comercio nem mesmo um accordo commercial, nem ainda um simples *modus vivendi*, justamente porque o Brasil adopta, como directrizes para seu intercambio commercial, o regime da liberdade, e a Allemanha, o opposto da economia dirigida. Não quizemos assignar documento algum que pudesse de leve estabelecer a possibilidade de que o Brasil viesse a concordar em se afastar do regime da liberdade. Limitamo-nos, unica e exclusivamente, a negociar directamente com o Governo da Allemanha as condições em que deveriamos estabelecer o intercambio teuto-brasileiro. Limitamo-nos a ouvir da Allemanha uma declaração de que tinha modificado as quotas já por ella estabelecidas para a importação de productos brasileiros. De nosso lado, como a Allemanha desejava e muito adquirir, pelo processo usado da compensação, um producto que procuravamos collocar contra moeda de curso internacional. limitamo-nos a negociar com aquelle paiz a quota minima de algodão que lhe venderiamos nas mesmas condições por que vendemos os demais productos nacionaes.

A unica troca de notas levada a effeito entre a Allemanha e o Brasil foi aquella decorrente do facto de termos estabelecido um quadro para dentro d'elle se realizasse, durante doze mezes, o intercambio teuto-brasileiro. Como haviamos denunciado o tratado commercial com a Allemanha, e esse tratado concedia reciprocamente a um e outro paiz a clausula de nação mais favorecida, sem o que o Brasil não podia negociar com a Allemanha, nem esta com o nosso Paiz, em virtude de character automatico da imposição da tarifa maxima de nossa alfandega.



Nestas condições, devo dizer aos Srs. Deputados que a unica nota trocada pelos dois governos referia-se á clausula de nação mais favorecida, reciprocamente concedida.

E ainda ficou reservado ao Brasil o direito de denunciar essa clausula dentro de tres mezes.

Peço permissão á Commissão de Diplomacia e Tratados para expôr os antecedentes da fixação do intercambio commercial teuto-brasileiro :

A caracteristica da actual crise economica mundial é o desequilibrio entre a producção e o consumo.

A producção augmenta e o seu custo diminue, graças, principalmente, ao aperfeiçoamento da machinaria e do progresso technico. O elemento humano na producção decresceu dahi forçosamente os sem trabalho. Os governos pára defenderem a economia nacional forçam a diminuição do consumo não mais pelo proteccionismo obtido pelas tarifas alfandegarias, e sim pelos accordos de compensação, quotas, restricções cambiaes, licenças de importação e de exportação etc. O aperfeiçoamento da machinaria chega em nossos dias a proporções impressionantes.

Em 1830 um operario precisava de dois dias de trabalho para fazer um par de sapatos. Em 1860, bastavam-lhe 12 horas. Em 1917, 5 horas. Hoje, com as machinas aperfeiçoadas, pode-se fazer um par de sapatos em uma hora, e com certo machinario a intervenção do homem limita-se a passar o cordão no sapato.

Uma operaria fazia á mão 200 malhas por minuto. Com a machina primitiva, passou a fazer 5.000 malhas e com a machina de hoje produz 480.000 malhas.

Um bom operario fazia á mão 340 tijolos por dia. Com a machina, o mesmo operario produz 22.000 tijolos.

Em 1920, em um dia de trabalho, um bom technico fazia 800 lampadas electricas. Em 1936 a machina Corning produz 650.000 lampadas em igual tempo de trabalho. Todos grandes paizes industriaes prohibem o uso da machina Corning, porque doze dellas, com uma duzia de operarios produziã todas as lampadas electricas solicitadas pelo consumo global do mundo.

O crescente aperfeiçoamento do machinario impede o reajustamento do elemento humano na producção industrial, dahi a desoladora situação dos sem trabalho.

Os auxilios governamentaes aos desoccupados foi de cerca de 36.000 contos de réis em 1929, de 47.000 em 1933 e no anno passado de mais de 100.000 contos.

O proteccionismo exaggerado, notadamente nos paizes que adoptaram o regimen de autarchia, creou a impossibilidade de livre circulação da producção.

A super-produção e a impossibilidade da collocação dos productos, têm levado innumerous paizes ao absurdo economico da inutilização systematica de parte da producção.

No Brasil já queimamos café numa quantidade capaz de satisfazer por dois annos o consumo mundial.

Na França foram destruidos 20 milhões de quintaes de trigo, e arrancadas vinhas de 150.000 hectares de parreraes.

No Ceylão foram lançados ao mar 30.000 toneladas de chá.

Poderia augmentar em muito esta lista macabra de se deitar fóra productos que poderiam no mundo matar a fome de milhões de homens sem trabalho.

#### O REGIMEN DE AUTARCHIA NA ALLEMANHA

O povo allemão viu-se nucleado no territorio nacional imputado pelo Tratado de Versalhes. Sua população crescendo. Sua divida externa beirando trez dezenas de bilhões de R. M. A technica da producção agricola e sobretudo industrial, aperfeiçoando-se em desfavor do elemento humano. Cerca de cinco milhões e meio de desoccupados. Necessidades de materias primas. Diminuição de mercados para os seus productos manufacturados. As reservas ouro caíram de 2.729 milhões de Reichsmarck em 1928, a 806 milhões em 1932 e a 70 milhões em abril de 1936. As exportações caíram de 1.956 milhões de R. M. em 1929, a 355 milhões em 1935. As reservas em divisas caíram de 409 milhões de R. M., em 1930 e 5 milhões apenas em 1936.

Tal quadro creou na Allemânia o regimen de autarchia, isto é, o paiz bastar-se economicamente a si proprio.

O intercambio commercial internacional passou a ser rigorosamente dirigido pelo Governo.

No relatorio apresentado pelo Doutor Schacht, presidente do Reichsbank, em 19 de março ultimo, lê-se o seguinte :

“Para as trocas de mercadorias e de capitães com o estrangeiro os pagamentos são effectuados cada vez mais no quadro dos accordos de compensação.”

“Da anarchia das importações de mercadorias chegou-se á regularização das importações e sua limitação methodica, segundo o gráo de possibilidades de pagamentos de que dispõe a Allemanha e segundo a urgencia de importação de contas de certas mercadorias”.

“Esta fórmula de liquidação de contas foi adoptada sob o imperio da circumstancia”.

#### ECONOMIA MILITAR

A delicada situação politica européa levou a Allemanha a dentro do regimen autarchico, marchar da economia dirigida para a economia militar.

Em Abril do corrente anno Hitler assignou um decreto encarregando o General Goering, ministro do ar, de avocar a si e resolver todas as questões relativas a materias primas e divisas. Mas na Allemanha existe um Ministerio da Economia Nacional entregue neste momento ao Dr. Schacht, tambem Director do Reichsbank.

Evidentemente que o Fuherer quiz dar nova feição á economia dirigida.

Já em seu livro “Autarkie” o escriptor Fried declara que á Weltwirtschaft deveria se oppôr Volkswirtschaft, ao principio economico o principio nacional.

Justamente quando iniciamos as negociações para fixarmos o intercambio commercial teuto-brasileiro, um grande movimento doutrinário se fazia na Allemanha para transformar a economia nacional em economia militar, quer dizer subordinar a direcção da economia ás necessidades de origem militar,

— 489 —

Korfe affirmou publicamente que a "economia nacional deve ter por missão primordial crear bases seguras para a existência militar da Nação".

E um grande jornal allemão dizia "em tempo de paz devem ser applicadas soluções economicas dictadas por consideração e pela perspectiva de guerra".

E' com este pensamento que a Allemanha está procurando desdobrar a industria com que poderá satisfazer as necessidades de ordem militar.

A producção industrial passou de 32 bilhões de R. em 1932, a 50 bilhões em 1934 e 57 bilhões em 1935.

O augmento se verificou no sentido de que "é melhor ter canhões do que ter manteiga".

A industria pesada cresceu de 80 % e a de consumo de 50 %.

Foi em tal situação que procuramos fixar o intercambio commercial com a Allemanha.

Não dictamos, evidentemente, condições. Ellas foram negociadas e com uma grande Nação que sabe bem qual é o seu interesse. Tivemos como principal escopo manter o commercio com a Allemanha e não prejudicar aos paizes que negociam com moeda internacional.

O Itamaraty levantou a estatística dos productos, para os quaes o Governo Allemão acaba de conceder quota ao Brasil, e verificou que em 1935 taes productos foram vendidos por 550.021 contos de réis e que as quotas que deverão ser aproveitadas durante os doze mezes em que entrará em vigor a declaração seja feita pelo Governo allemão attingirão apenas a 528.166 contos de réis. Por ahi se vê que o que o Governo brasileiro, no regimen da compensação da Allemanha, pretendeu alcançar, foi unicamente manter o commercio com aquelle paiz. Chegamos mesmo a menos: de 550.000 para 528.000 contos. E' evidente que outro não poderia ser o procedimento do Governo brasileiro. A Allemanha comprou ao Brasil 16 % do que vendemos ao mundo. Comprou, de certos productos, quasi que a quantidade exportada, como, por exemplo, o fumo, que adquiriu na porcentagem de 87 %. E' evidente que tal cliente não poderia ser por nós abandonado.

Como, porém, a Allemanha estava no regimen economia dirigida, obrigava-nos a realizar o intercambio commercial mediante moeda compensada. Para não prejudicar os demais paizes que connosco negociam com moeda de curso internacional, tivemos a preocupação de limitar o intercambio do Brasil durante os proximos doze mezes ao intercambio existente anteriormente.

Pergunto ao Sr. Deputado Eurico Souza Leão se está satisfeito com as informações prestadas a respeito.

O Sr. Eurico Souza Leão — Perfeitamente satisfeito. A questão por mim levantada, não é exactamente essa, pois, queria saber se os Estados Unidos reclamaram.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Essa será a quarta pergunta de Vossa Ex.

O Sr. Eurico Souza Leão — Aliás, para o caso de Vossa Ex. achar conveniente responder.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Relativamente á interpegação do Sr. Deputado Eurico Souza Leão...

O Sr. Eurico Souza Leão — Não fiz uma interpegação: pedi uma explicação a V. Excia.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — ... devo dizer que não foi feita reclamação alguma pelos Estados Unidos, por meio de nota. E' claro que, em se tratando de um accordo em moedas compensadas, o nosso embaixador em Washington procurou saber do Governo brasileiro se qualquer accordo nessas condições não implicaria num augmento de capacidade por parte do Brasil da aquisição de productos allemães. Evidentemente, esse augmento de capacidade de aquisição redundaria em prejuizo do commercio com os Estados Unidos. Deante, porém, de nossa informação de que, na impossibilidade do Brasil abandonar um cliente que lhe compra 16 % do que vende ao mundo, tivemos o máximo cuidado em evitar o prejuizo do commercio realizado em moeda internacional, limitando as possibilidades da Allemanha em relação ao commercio compensado — e a estatística que acabei de ler demonstra que alcançamos rigorosamente o nosso objectivo — deante de nossa informação, repito, o nosso embaixador ficou completamente tranquillo.

No que diz respeito á viagem do Sr. Ministro Sebastião Sampaio cumpre-me esclarecer o seguinte:

O Chefe dos serviços commerciaes do Itamaraty realizou uma viagem em que visitou 15 paizes. A missão do Sr. Ministro Sebastião Sampaio, de communicar-se com os nossos chefes de missão teve em vista levar-lhes o ponto de vista do Sr. Presidente da Republica sobre os tratados de commercio denunciados. Desejavamos ficasse bem claro que em nenhum caso houve preocupação de discriminação, fim de ferir o determinado paiz. Adoptamos criterio geral, sem nos preocuparmos com os tratados isoladamente. Foi a impossibilidade de regularmos o nosso intercambio com a clausula de nação mais favorecida, deturpada com as medidas de restricções adoptadas em quasi todos os paizes, que nos levou a denunciar quasi todos os tratados de commercio. Precisavamos, ainda, conhecer e com absoluta segurança, quaes as medidas adoptadas, por todos os paizes, e de um de per si. E' sabido que, na maioria delles não consta da legislação vigente as determinações, simples avisos, circulares e muitas vezes méras communicações dos Ministerios da Fazenda, determinando medidas, quasi poderíamos dizer, discriminatorias em materia commercial. Nessas condições, para que não fossemos negociar tratados desconhecendo a attitude dos governos estrangeiros, o Sr. Presidente da Republica entendeu dever mandar alguém com pleno conhecimento do assumpto e orientação do governo brasileiro, para colher, nesses paizes, todos os dados de maneira a estarmos no Brasil, por ocasião de negociar novos accordos, com os elementos que nos permittissem deliberar dentro da situação real desses mesmos paizes que estão fazendo a economia dirigida.

Em relação á opinião do nobre Deputado Sr. Eurico Souza Leão de que os nossos chefes de missão deviam ficar diminuidos, ou, pelo menos, soffrer um "capitis-diminutio", peço permissão para dier que isso não é certo: recebi de quasi todos elles declarações e informações de que ficaram muito satisfeitos com a possibilidade de conhecer exactamente o ponto de vista do Brasil e de terem uma oportunidade, como quasi todos tiveram, de discutir com as autoridades respecti-

vas, as bases em que deverão ser negociados os novos accordos.

O Sr. Ministro Sebastião Sampaio não realizou nenhum accordo na Europa, a não ser aquelle em que foi devidamente autorizado, isto é, o protocollo addicional, com a França, e e que VV. EEx. conhecem bem. Só trouxe vantagens para o Brasil.

Creio haver respondido a todos os pedidos de informações e interpellações do illustre Deputado Sr. Eurico Souza Leão.

O Sr. Eurico Souza Leão — V. Ex. ha de me permittir ligeiro reparo. Estou muito satisfeito quanto ás primeiras informações de V. Ex. Quanto, porém, ao acto do Sr. Presidente da Republica, investindo o Sr. Sebastião Sampaio da missão de ir á Europa conversar com os nossos representantes, perdoe a sinceridade, não estou nada satisfeito. A investidura — de transmissor de recados — não corresponde á alta funcção e aos meritos do nosso enviado. Temos as malas diplomaticas para transmittir toda e qualquer correspondencia, sem receio de violação. Foi uma despesa inutil.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Não houve absolutamente despesas especiaes. O Sr. Sebastião Sampaio recebeu os mesmos honorarios que teria recebido no Brasil. Ademais V. Ex. se esquece que ainda este anno estiveram no Brasil um Ministro diplomatico allemão, que veio exclusivamente obter informações commerciaes. Veio tambem um representante da Espanha, do Ministerio das Relações Exteriores, com o unico fim de obter as mesmas informações. Vê, portanto, V. Ex. que se trata de uma praxe diplomatica, aliás, muito salutar.

Passo agora ás interpellações de nobre Sr. Horacio Lafer.

Quanto á Allemanha, penso que o illustre Deputado por São Paulo esteja satisfeito.

O Sr. Horacio Lafer — Perfeitamente.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Em relação á Sociedade das Nações, acredito que vou causar talvez um es-

candalo com estas palavras; o Brasil nunca sahiu totalmente da Sociedade das Nações.

O Sr. Eurico Souza Leão -- Ficou apenas pagando.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores -- Perdão: pagou o que devia pagar. Nada mais que isso.

A Sociedade das Nações, como todos sabem, comprehende diversas organizações. O seu instituto politico é o que chamamos propriamente "Sociedade das Nações". — SDN. Tem ella, porém, um departamento que cuida de todos os problemas economicos ou financeiros, notadamente aquelles que dizem respeito ao trabalho: é a Organização Internacional do Trabalho. Esta como se sabe, comprehende um organismo permanente: o "Bureau Internacional do Trabalho", que denominamos BIT. E mais o "Bureau de Administração" e as "Conferencias Internacionais do Trabalho" que se realizam annualmente comprehendendo dous representantes governamentais de cada paiz: um da classe patronal e outro da dos empregados.

Além da organização Internacional do Trabalho, ha a Côrte Permanente de Justiça Internacional com séde em Haya: a Cooperação Intellectual, com séde em Paris; ha, ainda, uma pequena secção em Roma, o Departamento Internacional de Cinematographia.

Ora, o Brasil quando em 1926 declarou que se retiraria, de accordo com o Pacto, da Sociedade das Nações, e quando em 1928 confirmou suas declarações, deixou-se ficar no BIT, na Côrte Permanente de Justiça Internacional e ainda no Departamento de Cooperação Intellectual, de Paris. Na verdade, o Brasil apenas se havia retirado do Departamento politico da Sociedade das Nações que, sem duvida alguma, é o mais importante, sobretudo de qualquer forma para voltar a SDN. Posso informar a Comissão de Diplomacia e Tratados de que, até este momento o Governo não recebeu nenhum pedido, directa ou indirectamente para regressar a SDN. O Brasil continua a fazer parte da BIT, dos demais departamentos já por mim mencionados.

O Sr. Deputado Horacio Lafer já representou o Brasil em Genebra.



O Sr. Horacio Lafer: — Exactamente: em 1929.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — Respondi, pois, a V. Ex., quanto á primeira parte.

E' verdade que os jornaes noticiaram, e talvez isso tenho provocado certos artigos de imprensa menos bem inspirados, que nos dirigimos ao Secretario Geral da Liga das Nações e aos paizes representados nesse Conselho, pretendendo directamente tomar parte tanto na Assembléa quanto no Conselho e nas eleições de juizes para a Côrte Permanente de Justiça Internacional.

E' essa questão que nada tem a ver com a eventual volta do Brasil á Liga das Nações. Os estatutos da Côrte Permanente foram reformados depois da retirada do Brasil da SDN, afim de pleitear a adhesão dos Estados Unidos á referida Côrte. O Brasil signatario dos primitivos estatutos, convidado, tomou parte da conferencia para reforma dos mesmos. O nosso representante foi o Conselheiro Mario de Pimentel Brandão.

A situação de paiz não mais pertence á Liga, mas fazendo parte do protocollo relativo aos Estatutos da Côrte, teve que ser contemplada. Por uma clausula dos novos Estatutos deixou-se á Liga a decisão sobre a maneira pela qual os paizes nas condições do Brasil participariam das eleições de Juizes. Pleiteamos o direito de tomar parte nessas eleições tanto na Assembléa quanto no Conselho. Foi esse mesmo direito que pretenderam os Estados Unidos da America. E' esse ponto o sobre o qual demos a conhecer o nosso modo de pensar. Como vêm, estamos portanto apenas defendendo direito que nos assiste mas, que nada tem a ver com a volta do Brasil á Sociedade das Nações.

Sr. Presidente, acredito que satisfiz nos desejos de meus illustres patricios. Em todo caso estou inteiramente á disposição dos Srs. Deputados para qualquer outra informação. (Pausa).

Não quero despedir-me de V. Ex. Sr. Presidente, sem cumprir o grato dever de externar-lhe os meus agradecimentos pela maneira gentil com que fui tratado — aliás, não podia esperar outra cousa dos meus eminentes patricios....

O Sr. Eurico Souza Leão — Foi uma honra e um prazer para a Comissão a presença de V. Ex.

O Sr. Ministro das Relações Exteriores — ... e quero especialmente agradecer as generosas palavras do Sr. Renato Barbosa, que se tem revelado, na presidência desta Comissão, por uma acção realmente notável sob todos os pontos de vista. E é particularmente interessante lembrar que S. Ex. sendo um apóstolo da medicina tem sabido com admirável patriotismo e, de facto, com uma coragem inextinguível, estudar todos os problemas que dizem respeito á pasta do Ministerio das Relações Exteriores. Falo com convicção, pois, acompanhado de perto a actividade do illustre Presidente.

O Sr. Presidente — Agradeço as palavras de V. Ex. Sr. Ministro, e tenho, ao encerrar esta sessão, apenas de transmittir a V. Ex. os nossos maiores agradecimentos pela amabilidade com que attendeu ao nosso convite. Agradeço ainda, a todos os Srs. Deputados que se interessaram por esses assumptos, e que vier juntamente com os membros da Comissão de Diplomacia e Tratados, prestar a sua homenagem ao nosso grande Ministro.

(O Sr. Ministro das Relações Exteriores retira-se sob uma salva de palmas, sendo muito cumprimentado).

A seguir e como nada mais houvesse a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a reunião, sendo por mim, José B. de Almeida Portugal, Secretario da Comissão, lavrada a presente acta.

---

**Circular n. 1.097, de 17 de Agosto de 1936, ás Missões Diplomáticas e Consulados de Carreira. — IX Feira Internacional de Amostras da cidade do Rio de Janeiro.**

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em additamento á circular n. 1.078, EC|560.7, communica a essa Chancellaria que a Prefeitura do Districto Federal acaba de officiar ao Ministerio, transmittindo a seguinte informação: "As mercadorias destinadas directamente á Feira gosam de isenção provisoria de direitos, desde que os expositores estrangeiros enviem, em quatro vias, uma relação das

mesmas com discriminação da quantidade, qualidade, especie e peso ou medida de cada uma dellas, devidamente assignada e visada por autoridade consular brasileira”.

Em vista disso, seria conveniente divulgar esta noticia, afim de evitar complicações por ocasião da chegada das mercadorias que devem figurar no certamen em apreço.

---

Circular Telegraphica n. 1.098, de 26 de Agosto de 1936, ás Missões Diplomaticas Brasileiras na America. — Revolução na Espanha. — Suggestão do Uruguay.

Respondendo á suggestão do Governo uruguayo para a mediação dos paizes americanos na guerra civil hespanhola, dissemos que o Governo brasileiro aprecia os nobres e generosos intuitos que a inspiraram, mas não a apoia, pelos seguintes motivos: 1º) não desejo de se intrometer em luctas intestinaes de outros paizes; 2º) impropriedade da mediação antes do reconhecimento da belligerancia; 3º) probabilidade de mallogro da tentativa, em face da situação européa. Accrescentámos, entretanto, que, se todos os Governos americanos acceitarem a iniciativa, o Governo brasileiro, por amor á solidariedade panamericana, não fará excepção á unanimidade.